

Relatório Anual de 2015

Passion to Perform



Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2015	2014
Cotação da ação no fim do período ¹	€22,53	€24,99
Cotação máxima da ação ¹	€33,42	€38,15
Cotação mínima da ação ¹	€20,69	€22,66
Resultados por ação básicos	€(5,06) ²	€1,34 ³
Resultados por ação diluídos	€(5,06) ²	€1,31 ³
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas	1 388	1 242 ³
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas	1 388	1 269 ³
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	(9,8) %	2,7%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	(9,9) %	2,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(12,3) %	3,5 %
Rácio custo/rendimento ⁴	115,3 %	86,7 %
Rácio da componente remuneratória ⁵	39,7 %	39,2 %
Rácio da componente não remuneratória ⁶	75,7 %	47,5 %
em milhões de euros		
Total de receitas líquidas	33 525	31 949
Provisão para perdas de crédito	956	1 134
Despesas totais (excluindo juros)	38 667	27 699
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(6 097)	3 116
Resultado líquido	(6772)	1 691
	31.12.2015 em mil milhões de euros	31.12.2014 em mil milhões de euros
Total do ativo	1 629	1 709
Total do capital acionista	62,7	68,4
Valor contabilístico por ação básica em circulação	€45,16	€49,32
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	€37,90	€38,53
Rácio de capital <i>Common Equity Tier 1</i> (CRR/CRD IV) ⁷	13,2 %	15,2 %
Rácio de capital <i>Common Equity Tier 1</i> (CRR/CRD IV <i>fully loaded</i>) ⁷	11,1 %	11,7 %
Rácio de capital <i>Tier 1</i> (CRR/CRD IV) ⁷	14,7 %	16,1 %
Rácio de capital <i>Tier 1</i> (CRR/CRD IV <i>fully loaded</i>) ⁷	12,3 %	12,9 %
Número		
Agências	2 790	2 814
das quais, na Alemanha	1 827	1 845
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	101 104	98 138
das quais, na Alemanha	45 757	45 392
Notação de risco de longo prazo		
Moody's Investors Service	A3	A3
Standard & Poor's	BBB+	A
Notações de risco da Fitch	A-	A+
Notações DBRS	A	-

¹ Para refletir o aumento de capital de 2014, os preços das ações históricos até, incluindo, 5 de junho de 2014 (último dia de negociação com direitos) foram ajustados com efeito retroativo por multiplicação com o fator de correção de 0,9538 (Fator-R).

² Os lucros foram ajustados em 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Tier 1 adicionais em abril de 2015.

³ O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de junho de 2014 por forma a refletir o efeito da componente de bônus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.

⁴ Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁵ Remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) da componente não remuneratória, definidos como despesas totais (excluindo juros) menos remunerações e benefícios em percentagem do total do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁷ Os valores apresentados para 2015 e 2014 baseiam-se nas regras transitórias (CRR/CRD IV) e na aplicação integral (CRR/CRD IV *fully-loaded*) do quadro CRR/CRD IV. Os rácios de capital são a relação entre o respetivo capital e os ativos ponderados pelo risco.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

Grupo Deutsche Bank

Mensagem dos presidentes do Conselho de Administração - 3
Conselho de Administração - 7
Relatório do Conselho de Fiscalização - 8
Conselho de Fiscalização - 18
Estratégia 2020 - 20
Ações e obrigações do Deutsche Bank - 25

1 - Relatório de gestão

Análise operacional e financeira - 30
Perspetiva - 70
Riscos e oportunidades - 77
Relatório de risco - 79
Relatório de remuneração - 188
Responsabilidade corporativa - 228
Colaboradores - 230
Controlo interno sobre o relato financeiro - 235
Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório explicativo - 239

2 - Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada dos resultados - 245
Demonstração consolidada do rendimento integral - 246
Balanço consolidado - 247
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio - 248
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa - 250
Notas para as demonstrações financeiras consolidadas - 251
Notas para a demonstração consolidada dos resultados - 283
Notas para o balanço consolidado - 289 Notas adicionais - 353
Confirmações - 415

3 - Declaração de governo da sociedade/relatório de governo da sociedade

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização - 419
Relato e Transparência - 431
Operações com partes relacionadas - 432
Auditoria e controlo - 432
Conformidade com o código de governo das sociedades alemão - 435

Informações Adicionais

Medidas financeiras não-GAAP - 438
Declaração de aval - 443
O ano num relance - 444
Impressão/Publicações - 445

Grupo Deutsche Bank

Mensagem dos presidentes do Conselho de Administração - 3
Conselho de Administração - 7
Relatório do Conselho de Fiscalização - 8
Conselho de Fiscalização - 18
Estratégia 2020 - 20
Ações e obrigações do Deutsche Bank - 25

Caros Acionistas,

2015 foi um ano de desafios para o Deutsche Bank. Anunciámos uma nova estratégia que traça o nosso rumo para os próximos cinco anos e embarcámos determinantemente na sua implementação. O objetivo da nossa Estratégia 2020 é constituir um Deutsche Bank melhor e mais forte. Para tal, é necessário trabalharmos de um modo mais simples e eficiente e reduzir os nossos riscos, ao mesmo tempo que continuamos a fortalecer a nossa posição de capital. Tudo isto significa uma maior disciplina.

Resultados iniciais: Com uma equipa de gestão recentemente nomeada, reorganizámos as nossas divisões para as alinharmos melhor com as necessidades dos nossos clientes.

Reduzimos a complexidade: temos agora menos comités seniores, o que acelera o processo de tomada de decisão, e damos uma maior ênfase à responsabilidade individual.

Descontinuámos negócios em sucursais ou com clientes que não fazem parte dos nossos negócios essenciais ou que são vistos como tendo um perfil de risco mais elevado. Estamos a avaliar cuidadosamente com quem fazemos negócios.

Fizemos progressos no fortalecimento do nosso capital. A venda antecipada da nossa quota no Hua Xia Bank, na China, irá melhorar o nosso rácio de capital core em ativos ponderados pelo risco. O nosso rácio de capital também beneficiará da dissolução acelerada de ativos não essenciais.

Esperamos decidir sobre importantes questões legais e regulamentares ao longo deste ano, reduzindo a incerteza que as mesmas acarretam. Não podemos assegurar que as nossas provisões serão suficientes para cobrir todos os custos relacionados com estas questões.

Fizemos progressos na preparação da separação do Postbank do Deutsche Bank. Contudo, não estamos sob pressão. Iremos monitorizar

Algumas das medidas necessárias que tomámos tiveram um impacto significativo nos resultados financeiros do ano passado. Assumimos imparidades no montante de 6,5 mil milhões de euros, encargos de 5,2 mil milhões de euros relativos a questões legais e regulamentares, e encargos de reestruturação e indemnização de 1,0 mil milhões de euros.

Em conjunto, estes itens tiveram um impacto negativo após impostos de 12,4 mil milhões de euros, resultando numa perda líquida de 6,8 mil milhões de euros para o ano.

Estes desenvolvimentos ofuscaram um desempenho operacional sólido nos nossos quatro negócios essenciais. O Deutsche Bank registou um crescimento do negócio o ano passado: as receitas do Grupo foram de 33,5 mil milhões, uma subida de 5%. Este é um sinal da confiança que os nossos clientes colocam no Deutsche Bank.

As receitas na divisão Corporate Banking & Securities subiram ligeiramente face ao ano anterior, apesar de um segundo semestre cheio de desafios. As receitas na divisão Private & Business Clients, após o ajuste de uma imparidade na nossa quota no Hua Xia Bank, estiveram em consonância com 2014, apesar de taxas de juro persistentemente muito baixas. O lucro antes de impostos da divisão Deutsche Asset & Wealth Management foi de 23%, em parte graças a entradas de capital novo líquido, que ultrapassou os 60 mil milhões ao longo dos últimos dois anos. Estamos particularmente orgulhosos por a divisão Global Transaction Banking ter apresentado lucros antes de impostos recorde, uma subida de 25%.

Continuaremos a reorganizar e investir de forma decisiva no Deutsche Bank em 2016 e 2017. Continuaremos a focar-nos e a investir na modernização da nossa tecnologia e infraestrutura. Iremos racionalizar a nossa oferta de produtos na divisão Global Markets e concentrar a nossa atenção nas nossas sucursais e nos nossos clientes-chave. Iremos reduzir a nossa rede de agências na Alemanha, ao mesmo tempo que fortaleceremos a nossa oferta digital ímpar no mercado aos clientes individuais.

Ao longo deste período de reestruturação essencial, é vital mantermos e continuarmos a fortalecer a nossa posição de capital. Por conseguinte, como anunciámos anteriormente, tencionamos não recomendar um dividendo para os anos de 2015 e 2016. Estamos plenamente conscientes de que tal terá impacto, a curto prazo, nos retornos para os nossos acionistas e não foi uma decisão tomada de ânimo leve. Mas é a decisão acertada para restaurar a confiança no Deutsche Bank.

A partir de 2018, antecipamos que os resultados do nosso trabalho se reflitam no nosso desempenho e na concretização de objetivos-chave que nos propusemos realizar.

A nossa visão é a de um banco de confiança e bem-sucedido. Visamos apresentar soluções financeiras, tecnologia, produtos e serviços que ultrapassem a expectativa dos nossos clientes. Pretendemos ser o prestador de serviços financeiros mais respeitado em todos os segmentos de clientes na Alemanha, o nosso mercado nacional forte e vital; o banco número um para clientes empresariais, institucionais e fiduciários na Europa; e o melhor banco estrangeiro nos Estados Unidos e na Ásia.

Por conseguinte, uma presença líder no mercado de capitais é central na nossa visão. O acesso ao mercado de capitais global permite que negócios e instituições financiem as respetivas atividades em termos favoráveis e se protejam contra riscos. O Deutsche Bank permanece comprometido no fornecimento aos nossos clientes de consultoria estratégica e acesso aos mercados de capitais globais. Adicionalmente, o nosso conhecimento do mercado de capitais ajuda particulares e instituições fiduciárias na acumulação de riqueza e na provisão para a reforma.

No início de 2016, verificou-se uma volatilidade nos mercados financeiros mundiais. Este facto teve impactos no setor bancário. Um primeiro trimestre sazonalmente forte pode tornar-se desafiante para o setor, de um modo global. O Deutsche Bank não é exceção à regra.

Neste período de turbulência de mercados, o Deutsche Bank permanece bastante estável. A nossa base de capital é forte; o nosso rácio Common Equity Tier 1 encontra-se bastante acima dos requisitos regulamentares atuais. Adicionalmente, a nossa posição de liquidez é forte, com 215 mil milhões de euros de reservas de liquidez no final de 2015, e possuímos fontes significativas de financiamento de confiança. A nossa confiança reside na força essencial da franquia dos nossos clientes e na profundidade das relações globais com os nossos clientes; estes, por sua vez, refletem a qualidade comprovada dos nossos colaboradores. O Conselho de Administração está empenhado em fazer tudo ao seu alcance para assegurar que os nossos recursos humanos se identificam com o Deutsche Bank e que, uma vez mais, falem do seu empregador com orgulho - já que são, na verdade, os nossos recursos humanos que tornam o Deutsche Bank mais forte.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer ao nosso pessoal pela sua diligência e trabalho árduo e pelo bom desempenho operacional que atingimos em muitas áreas. Juntos, estamos a construir um melhor Deutsche Bank - um Deutsche Bank que proporciona, de forma sustentável, valor aos nossos clientes, acionistas e comunidades.

Atenciosamente,



John Cryan
Copresidente do Conselho de Administração,
Deutsche Bank AG



Jurgen Fitschen
Copresidente do Conselho de Administração,
Deutsche Bank AG

Frankfurt am Main, março de 2016

Conselho de Administração

John Cryan, *1960

desde 1 de julho de 2015
Copresidente do Conselho de Administração

Jürgen Fitschen, *1948

desde 1 de abril de 2009
Copresidente do Conselho de Administração

Stuart Wilson Lewis, *1965

desde 1 de junho de 2012
Diretor de risco

Sylvie Matherat, *1962

desde 1 de novembro de 2015
Diretora regulamentar

Quintin Price, *1961

desde 1 de janeiro de 2016
Diretor de Deutsche Asset Management

Garth Ritchie, *1968

desde 1 de janeiro de 2016
Diretor de Global Markets

Karl von Rohr, *1965

desde 1 de novembro de 2015
Diretor administrativo

Marcus Schenck, *1965

desde 21 de maio de 2015
Diretor financeiro

Christian Sewing, *1970

desde 1 de janeiro de 2015
Diretor de Private, Wealth & Commercial Clients

Jeffrey Herbert Urwin, *1956

desde 1 de janeiro de 2016
Diretor de Corporate & Investment Banking

Conselho de Administração no ano em análise:

John Cryan
Copresidente do Conselho de Administração
(desde 1 de julho de 2015)

**

Jürgen Fitschen
Copresidente do Conselho de Administração

Anshuman Jain
Copresidente do Conselho de Administração
(até 30 de junho de 2015)

Stefan Krause
(até 31 de outubro de 2015)

Stephan Leithner
(até 31 de outubro de 2015)

Stuart Wilson Lewis

Sylvie Matherat
(desde 1 de novembro de 2015)

Rainer Neske
(até 30 de junho de 2015)

Henry Ritchotte
(até 31 de dezembro de 2015)

Karl von Rohr
(desde 1 de novembro de 2015)

Marcus Schenck
(desde 21 de maio de 2015)

Christian Sewing
(desde 1 de janeiro de 2015)

Caros Acionistas,

Devido ao formato alterado do nosso Relatório Anual, a mensagem do Conselho de Fiscalização que habitualmente se encontrava aqui foi substituída por apenas uma breve apresentação pessoal ao muito detalhado relatório que se segue, relativo ao nosso trabalho ao longo do exercício anterior.

2015 - em resumo - representou um importante ponto de viragem na história de 145 anos do nosso Deutsche Bank. Ao mesmo tempo que reafirma a autoimagem tradicional como um banco universal global com sede na Alemanha, o banco definiu uma clara estratégia para o seu futuro e, conseqüentemente, deu a si mesmo uma nova estrutura organizacional. Em consideração às reações dos acionistas na última Assembleia-Geral, o banco tem hoje um Conselho de Administração bastante alterado, com novos membros. John Cryan, um banqueiro de renome, sucedeu a Anshu Jain e tomou posse como copresidente do Conselho de Administração. Jürgen Fitschen permanecerá como copresidente do Conselho de Administração até ao final da Assembleia-Geral Anual de 2016. Marcus Schenck assume o papel de nosso novo diretor financeiro e Christian Sewing é responsável pela nossa franquia Private and Business Clients. Para enfatizar claramente a importância dos nossos clientes empresariais, combinámos as nossas operações de Global Transaction Banking e Corporate Finance numa nova divisão chefiada por Jeffrey Urwin. Garth Ritchie é agora responsável no Conselho de Administração pela área comercial reduzida. A nossa quarta área de negócios baseados em clientes, Deutsche Asset Management, é chefiada por Quintin Price, que ingressou no Deutsche Bank a partir do gestor de ativos Blackrock. O Conselho de Administração é completado por Sylvie Matherat, que é a nossa diretora regulamentar, por Karl von Rohr, que é responsável pelos Recursos humanos e Assuntos jurídicos, e por Stuart Lewis, o nosso comprovado diretor de risco. No seguimento da dissolução da Comissão Executiva do Grupo, o nível de gestão mais alto do banco está a ser presentemente reforçado por quatro detentores de uma procuração com poderes gerais (*Generaibevoimachtigte*).

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade não apenas para encorajar a nova equipa do Conselho de Administração e desejar-lhes o maior êxito na implementação de objetivos concretamente formulados no final do ano - e o seu Conselho de Fiscalização irá continuar a monitorizá-los e assessorá-los cuidadosamente no sentido de os atingir - mas também para expressar o nosso agradecimento aos membros do Conselho de Administração, que saíram por várias razões no ano passado, pelo seu trabalho dedicado - em alguns casos, ao longo de décadas - para o Deutsche Bank: Anshu Jain, Rainer Neske, Stefan Krause, Stephan Leithner e Henry Ritchotte. (Os serviços de Jürgen Fitschen, copresidente do Conselho de Administração, que sairá no ano corrente, serão reconhecidos nesta passagem, no próximo ano.)

Como sucessor de John Cryan, Richard Meddings, antigo diretor financeiro do Standard Chartered Bank, foi nomeado para o Conselho de Fiscalização pelo tribunal em outubro de 2015 e será proposto para eleição para um mandato completo na Assembleia-Geral de 2016. Além disso, também queremos agradecer a Stephan Szukalski, que se retirou do seu mandato no Conselho de Fiscalização no final de novembro de 2015, pelo seu trabalho. O período restante do seu mandato será desempenhado por Wolfgang Bohr, que já tinha sido membro do Conselho de Fiscalização de 2008 a 2013.

Num total de 73 reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités no ano passado, tivemos de lidar não apenas com questões estratégicas e de pessoal relativas ao futuro, mas também tivemos de continuar a forçar-nos na correção de questões jurídicas materiais do passado. Assim, um aspeto-chave do nosso trabalho consistiu nos processos de monitorização para implementar inúmeras alterações legais e regulamentares e para fortalecer as funções de controlo interno do banco. Como sempre, discutimos extensivamente o desenvolvimento do negócio do banco, o seu ambiente operacional, o seu sistema de remuneração e gestão do risco, assim como o seu planeamento financeiro.

Em seguida, encontrará informações detalhadas no formato habitual sobre como o seu Conselho de Fiscalização desempenhava as suas obrigações de monitorização e prestava intensamente assessoria ao Conselho de Administração em inúmeras questões durante o exercício passado. Especificamente, no ano em análise:

Relatório do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e outros temas fundamentais relativos à administração e ao planeamento corporativo, ao desenvolvimento financeiro e aos rendimentos do banco, ao risco, à liquidez e à gestão de capital do banco, juntamente com casos de litígio material, o programa para fortalecer as funções de controlo e transações e eventos bastante relevantes para o banco. No enquadramento da atenta monitorização de casos de litígio material e investigações regulamentares do Conselho de Fiscalização, houve um aumento de relatórios da parte do Conselho de Administração. No que diz respeito a uma questão conhecida, o Conselho de Fiscalização decidiu conduzir a sua própria investigação suplementar. Participámos em decisões de suma importância. Os Copresidentes do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização debateram regularmente temas importantes e futuras decisões. Para continuar a melhorar a coordenação global do trabalho do Conselho de Fiscalização, aumentámos o número de vezes que os comités se reuniram em conjunto, em comparação com 2014. Entre reuniões, mantiveram-nos informados, por escrito, dos eventos importantes. Sempre que necessário, entre as reuniões, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Em 2015, tiveram lugar 73 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités.

Reuniões do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização realizou dez reuniões em 2015.

28 de janeiro de 2015

Na primeira reunião do ano, em 28 de janeiro de 2015, analisámos o desenvolvimento dos negócios no quarto trimestre de 2014 e o exercício financeiro de 2014 comparando os números projetados e os números reais. A proposta de afetação de dividendos para o ano de 2014, bem como o planeamento corporativo para os exercícios de 2015 a 2017 foram aprovados e foram discutidas com o Conselho de Administração considerações relacionadas com a nova Estratégia 2020. Os tópicos abordados incluíam o sistema de remunerações do banco e o relatório do responsável de remuneração sobre a adequação do sistema de remunerações para o Conselho de Administração. Também determinámos o nível de remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2014, ao mesmo tempo que eram tidas em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações e de um especialista em remunerações externo e independente. Adicionalmente, abordámos o desembolso de componentes de remuneração variável do Conselho de Administração de exercícios anteriores e

decidimos, devido aos casos de litígio ainda a decorrer, suspender de momento o respetivo desembolso. Além disso, abordámos o relatório escrito do Comité de Nomeações sobre a avaliação - a ser levada a cabo pela primeira vez em conformidade com a nova regulamentação no artigo 25.º d da Lei bancária alemã - do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração para 2014.

20 de março de 2015

Na nossa reunião em 20 de março de 2015, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2014 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o Relatório de recursos humanos e o Relatório de remuneração de 2014, que aprovámos. Para além disso, recebemos relatórios de gestão do risco e, juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o respetivo relatório sobre o estado das contrapartidas estratégicas, assim como o estado dos planos de recuperação e resolução e indicadores solicitados pelas autoridades reguladoras. Também aprovámos as propostas de resolução necessárias para a ordem de trabalhos da Assembleia-Geral.

24 de abril de 2015

Na assembleia extraordinária de 24 de abril de 2015, deliberámos de forma intensa sobre a nova Estratégia 2020 desenvolvida pelo Conselho de Administração, a qual apoiamos. Adicionalmente, fomos informados do desenvolvimento do negócio do banco no primeiro trimestre de 2015.

20 de maio de 2015

Na reunião do dia 20 de maio de 2015, dia anterior à Assembleia-Geral Ordinária, discutimos os procedimentos destinados à reunião, assim como as contrapropostas anunciadas. Quando necessário, foram aprovadas deliberações a este respeito. Além disso, abordámos a decisão do Sr. Neske de se retirar do mandato no Conselho de Administração com efeitos a partir de 30 de junho de 2015.

7 de junho de 2015

Numa outra assembleia extraordinária de 7 de junho de 2015, deliberámos sobre as alterações relacionadas com o pessoal na liderança do Conselho de Administração com base em recomendações do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações e adotámos as resoluções necessárias. Também decidimos os ajustes necessários ao plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de julho de 2015, e as alterações necessárias nos termos de referência para o Comité de Risco.

30 de julho de 2015

Na reunião que tivemos em Nova Iorque em 30 de julho de 2015, abordámos extensivamente as atividades de negócio do banco. Com o Conselho de Administração, discutimos o desenvolvimento do negócio do banco no primeiro semestre de 2015, juntamente com os efeitos na Estratégia 2020. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos a emissão do mandato de auditoria para a KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, que tinha sido eleita revisora oficial de contas e auditora das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 2015 na Assembleia-Geral em 21 de maio de 2015. Além disso, abordámos o desembolso de componentes de remuneração variável de exercícios anteriores relativos ao Conselho de Administração e decidimos suspender, de momento, o respetivo desembolso, também no que diz respeito aos componentes de remuneração a pagar neste momento, devido aos casos de litígio ainda a decorrer.

11 e 12 de setembro de 2015

Na reunião que tivemos em 11 e 12 de setembro de 2015, discutimos extensivamente o alinhamento estratégico do banco e as respetivas divisões com o Conselho de Administração, e obtivemos relatórios deste sobre o planeamento de sucessão para as posições-chave no banco. Em conformidade com o alinhamento estratégico do banco e tendo em conta o conhecimento, competências e experiência necessários para os membros do Conselho de Administração, discutimos os critérios de seleção de novos candidatos para posições no Conselho de Administração que têm de ser seguidos como parte do planeamento de sucessão. Também abordámos a avaliação do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização a ser levada a cabo em 2015, em conformidade com o artigo 25.º d da Lei bancária alemã, assim como tópicos de governo da sociedade.

18 de outubro de 2015

Na assembleia extraordinária de 18 de outubro de 2015, com base numa proposta do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações, decidimos efetuar um realinhamento organizacional e de pessoal extensivo do Conselho de Administração com o objetivo de reduzir a complexidade de gestão do banco, em conformidade com a Estratégia 2020 e, por conseguinte, para melhor satisfazer as necessidades dos clientes e as exigências das autoridades reguladoras.

28 de outubro de 2015

Na reunião de 28 de outubro de 2015, o Conselho de Administração relatou-nos sobre o desenvolvimento do negócio no terceiro trimestre de 2015 e sobre os desenvolvimentos no ambiente regulamentar e competitivo. Abordámos o Processo de análise e avaliação da supervisão, discutimos o plano financeiro e de capitais e decidimos aprovar a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Também aprovámos a remuneração da KPMG pelas Demonstrações financeiras anuais de 2015 e a remuneração alterada pelas revisões limitadas do segundo e terceiro trimestres de 2015, assim como o primeiro trimestre de 2016.

15 de dezembro de 2015

Na assembleia extraordinária de 15 de dezembro de 2015, discutimos a venda da participação acionista do Deutsche Bank no banco chinês Hua Xia Bank Co. Ltd. com o Conselho de Administração.

Os Comités do Conselho de Fiscalização

Comité do Presidente

O Comité do Presidente reuniu-se doze vezes no exercício de 2015, sendo que duas das reuniões foram conjuntas com o Comité de Nomeações. Entre as reuniões, o Presidente do Comité do Presidente falou regularmente com os membros do Comité sobre questões de grande importância. Ao conduzir preparações para o Conselho de Fiscalização, o Comité abordou questões estratégicas corporativas e, ao mesmo tempo que tinha em conta as recomendações do Comité de Nomeações, abordou as alterações de pessoal no Conselho de Administração, assim como o pedido apresentado pela Deutsche Schutzvereinigung für Wertpapierbesitz e.V. (DSW) para a nomeação por parte do tribunal de um auditor especial. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente emitiu a aprovação da aceitação de mandatos, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank.

Comité de Risco

Nas suas 11 reuniões, das quais duas conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações e três conjuntas com o Comité de Auditoria, o Comité de Risco abordou especialmente os riscos de crédito, de liquidez, de refinanciamento, de país, de mercado e operacionais. O foco no exercício de 2015 foi para a monitorização do desenvolvimento e da implementação da Estratégia 2020, em particular, no que diz respeito aos efeitos do perfil de risco e apetência para o risco do banco, assim como às iniciativas como a apresentação de análises de negócios regulares na primeira linha de defesa para reconhecer e remediar as debilidades identificadas em controlos de risco, na análise dos possíveis efeitos de desenvolvimentos macroeconómicos (Rússia, franco suíço, preços do petróleo, volatilidade do mercado), bem como na continuação do desenvolvimento de planos de recuperação e resolução (living wills) como exigido pelas autoridades reguladoras após o anúncio da Estratégia 2020, juntamente com uma análise de cenários de crise. As discussões aprofundadas também abordaram o rácio de alavancagem e o planeamento de capital, os efeitos do contexto continuado das taxas de juro, questões relacionadas com a segurança da informação e da qualidade de dados, e várias carteiras selecionadas, incluindo financiamento estruturado, financiamento ao comércio e gestão de tesouraria para clientes empresariais, mercados globais e, especialmente, o negócio das taxas. Os relatórios regulares de carteira da indústria foram apresentados ao Comité, juntamente com a respetiva estratégia e rentabilidade da carteira. Para além das posições de financiamento e liquidez do banco, as reuniões do Comité permitiram examinar o desenvolvimento e os vários aspetos das provisões de risco do banco. Independentemente das datas de reunião, o Comité de Risco recebeu informações mensais sobre o desenvolvimento do perfil de risco e de capital. Além disso, o Comité discutiu a evolução de modelos de risco e de preços em curso e monitorizou o progresso da correção. O Comité de Risco foi regularmente informado, em parte nas reuniões conjuntas com o Comité de Auditoria, de determinadas investigações regulamentares, planos de correção e o respetivo progresso, juntamente com as conclusões da auditoria. O Comité de Risco reviu também, parcialmente em reuniões conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações, o sistema de remuneração, nomeadamente, se os incentivos definidos têm em conta a estrutura de risco, capital e liquidez do banco,

assim como a probabilidade e o calendário de proveitos. As exposições sujeitas a aprovação obrigatória nos termos da legislação alemã e dos estatutos foram discutidas em pormenor. O Comité de Risco discutiu questões relacionadas com a gestão do risco e o calendário dos planos de correção com o Conselho de Administração. O Comité de Risco recebeu ainda informações relativas às condições de negócio em linha com a estratégia e apetência para o risco global do banco.

Comité de Auditoria

Em 2015, o Comité de Auditoria reuniu-se dezassete vezes, sendo que três dessas reuniões foram conjuntas com o Comité de Risco e quatro foram conjuntas com o Comité de Integridade. Os representantes do auditor do banco participaram em todas essas reuniões. Os assuntos tratados foram a auditoria preliminar das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas de 2014, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos EUA. O Comité tratou igualmente da proposta para a eleição do auditor para o exercício financeiro de 2015, verificou a independência do auditor em conformidade com os requisitos do código de governo das sociedades alemão e as normas do U.S. Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), e enviou uma recomendação ao Conselho de Fiscalização relativa à emissão do mandato de auditoria e ao montante de remuneração do auditor. O Conselho Fiscal está convencido que, tal como nos anos anteriores, não existem quaisquer conflitos de interesse por parte do auditor do banco. O Comité de Auditoria especificou as suas próprias áreas fulcrais de auditoria para 2015. Ao apoiar o Conselho de Fiscalização, o Comité de Auditoria certificou-se da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular dos sistemas de controlos internos e da auditoria interna, e monitorizou os processos de contabilidade financeira e a auditoria das demonstrações financeiras. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade (incluindo o auditor) para a prestação de serviços que não de auditoria, sobre o trabalho do grupo de auditoria, sobre matérias relativas à conformidade, sobre riscos em termos jurídicos e de reputação, bem como sobre investigações especiais e constatações importantes das autoridades reguladoras. O plano anual do grupo de auditoria foi aprovado. O Comité de Auditoria não recebeu quaisquer reclamações fundamentadas relacionadas com contabilidade, controlos contabilísticos internos ou questões de auditoria. Além disso, o Comité de Auditoria tratou regularmente do processamento dos resultados da auditoria emitidos pelo auditor nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas referentes a 2014, das medidas para resolver outras constatações da auditoria, dos requisitos relativos com as tarefas de monitorização nos termos da Secção 107 (3) da lei alemã relativa às sociedades por ações, das medidas para preparar a auditoria das demonstrações financeiras anuais e as áreas prioritárias de auditoria especificadas. Outros tópicos abordados foram a transposição da reforma da UE da auditoria estatutária, questões relacionadas com os sistemas de TI e segurança da informação relativos a contabilidade, assim como o programa para fortalecer as funções de controlo (as "Três linhas de defesa"). O Comité de Auditoria também abordou a nova regulamentação norte-americana sobre a monitorização de bancos estrangeiros.

Comité de Integridade

O Comité de Integridade reuniu-se quinze vezes, sendo que quatro dessas reuniões foram conjuntas com o Comité de Auditoria, e abordou questões relativas essencialmente à monitorização preventiva e análise estratégica dos riscos em termos legais e de reputação, bem como a cultura empresarial. Os tópicos abordados nas reuniões incluíam, em particular, casos em curso de litígio e investigações regulamentares, com destaque para os processos que o Conselho de Fiscalização decidiu monitorizar mais de perto por meio das resoluções adotadas em março e julho de 2014 e em janeiro e setembro de 2015. Neste contexto, o Comité de Integridade também abordou as investigações internas do banco, os resultados de investigações especiais concluídas e as liquidações que foram concluídas com as entidades reguladoras de investigação em alguns processos. O trabalho do Comité centrou-se numa análise abrangente independente de casos específicos, medidas de correção e os ensinamentos retirados com o intuito de prevenir investigações regulamentares e casos de litígio futuros. Tópicos adicionais nas reuniões foram os processos do caso Kirch, o projeto "Casa de governação" para fortalecer a organização empresarial do banco, assim como os resultados do inquérito aos colaboradores de 2015. O programa do banco para melhorar as funções de controlo (as "Três linhas de defesa"), que terminou em dezembro, e o desenvolvimento sustentável do banco estiveram também entre os tópicos abordados nas reuniões, para além do Relatório de Responsabilidade Corporativa. Nas quatro reuniões conjuntas com o Comité de Auditoria, o Comité de Integridade abordou essencialmente questões abrangentes, tais como a criminalidade antifinanceira, "conheça o seu cliente" e conformidade.

Comité de Controlo de Remunerações

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se doze vezes no exercício de 2015, sendo que duas dessas reuniões foram reuniões conjuntas com o Comité de Risco. Em conformidade com o disposto no artigo 25.º d da Lei bancária alemã e o Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras, o Comité de Controlo de Remunerações abordou a adequada estruturação dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos colaboradores, em particular, dos responsáveis de conformidade, assim como dos colaboradores que têm uma influência substancial no perfil de risco global. O Comité apoiou o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários. O Comité preparou propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à remuneração do Conselho de Administração, tendo em conta, particularmente, os riscos do banco e a gestão do risco, e apoiou o Conselho de Fiscalização a monitorizar os controlos internos e outras áreas relevantes para saber se estão adequadamente envolvidos na estruturação dos sistemas de remuneração. Além disso, o Comité abordou também a determinação e distribuição do montante total da remuneração variável dos colaboradores do banco, também em consideração com a capacidade de risco. Debateu a correção dos resultados da auditoria relativos ao sistema de remunerações do banco e o desenvolvimento contínuo da estrutura de governo das remunerações. O Comité abordou também o Relatório de Remuneração de 2014 e o Relatório de Controlo de Remunerações do responsável de remuneração, que chegou à conclusão que o sistema de remuneração era adequado e estava em conformidade com os requisitos do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras.

Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações reuniu-se sete vezes em 2015, duas das quais foram reuniões conjuntas com o Comité do Presidente. Abordou questões de sucessão e de nomeação tendo em conta os requisitos legais e emitiu recomendações ao Conselho de Administração no que diz respeito aos princípios de seleção e nomeação de pessoas para o nível da direção. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações sobre recomendações para aprovação neste contexto do Conselho de Fiscalização. Além disso, com o envolvimento de um consultor externo independente, o Comité de Nomeações abordou a avaliação a ser realizada por parte do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 25.º d (11) da Lei bancária alemã, e discutiu o estado do progresso alcançado nas sugestões para melhoramentos a partir do relatório final de 2014 relativo à implementação dos requisitos, em conformidade com o artigo 25.º d da Lei bancária alemã, bem como melhoramentos para 2015.

O Comité preparou a proposta do Conselho de Fiscalização para a Assembleia-Geral para eleger a Sr.ª Parent para o Conselho de Fiscalização em maio de 2015. Abordou também o planeamento da sucessão do Sr. Cryan como membro do Conselho de Fiscalização e presidente do Comité de Auditoria, e submeteu a proposta ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração para a nomeação por parte do tribunal do Sr. Richard Meddings como seu sucessor até ao final da Assembleia-Geral em 19 de maio de 2016. Além disso, o Comité abordou detalhadamente os potenciais candidatos para eleição para o Conselho de Fiscalização na Assembleia-Geral de 2016. No seguimento de deliberações extensivas, o Comité recomendou que a Sr.ª Garrett-Cox fosse proposta para reeleição e o Sr. Meddings para eleição, cada um para um mandato de cinco anos. Em conformidade com os respetivos termos de referência, o Comité aprovou que, devido aos seus conhecimentos e experiência especiais, o Sr. Thoma continuará também disponível para o Conselho de Fiscalização, apesar de ter atingido o limite regular de idade máxima de 70 anos.

Comité de Mediação

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias em 2015.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes do Comité de Integridade, do Comité de Auditoria e do Comité de Risco coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e - como exigido - numa base ad hoc, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todos os riscos relevantes para o desempenho das suas funções. Além disso, os presidentes dos comités também participaram, quando necessário, em reuniões dos comités dos quais não eram membros e apresentaram - como exigido - relatórios e recomendações sobre tópicos específicos dos comités dos quais são presidentes.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités.

Em 2015, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e respectivos comitês, conforme se segue:

Participação de membros em reuniões do Conselho de Fiscalização

	Reuniões (incl. comitês)	Reuniões (sessões plenárias)	Participação (sessões plenárias)	Reuniões (comitês)	Participação (comitês)	Participação em % (de todas as reuniões)
Achleitner	73	10	10	63	63	100,00
Böhr	1	1	1	0	0	100,00
Bsirske	39	10	8	29	24	82,05
Cryan	16	5	5	11	7	75,00
Dublon	21	10	10	11	11	100,00
Garrett-Cox	10	10	8	0	0	80,00
Heider	25	10	10	15	15	100,00
Hertling	39	10	10	29	29	100,00
Irrgang	25	10	10	15	15	100,00
Kagermann	39	10	10	29	29	100,00
Klee	25	10	10	15	15	100,00
Löscher	25	10	9	15	13	88,00
Mark	27	10	10	17	17	100,00
Meddings	10	3	3	7	7	100,00
Empresa-mãe	21	10	10	11	11	100,00
Platscher	27	10	10	17	17	100,00
Rose	27	10	10	17	15	92,59
Stockem	21	10	10	11	11	100,00
Szukalski	9	9	9	0	0	100,00
Teyssen	17	10	9	7	7	94,12
Thoma	25	10	10	15	15	100,00
Trützschler	27	10	10	17	17	100,00

Governo da Sociedade

O Comitê do Presidente, o Comitê de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a Lei sobre a igualdade de participação das mulheres em posições executivas, que entrou em vigor em 1 de maio de 2015, e passou as resoluções necessárias neste contexto. Em setembro, determinámos que teria de haver, pelo menos, uma mulher no Conselho de Administração até 30 de junho de 2017. Este número já foi alcançado com a reestruturação do Conselho de Administração em novembro. Discutimos e aprovámos um limite regular para o período de tempo de participação no Conselho de Fiscalização com base nas alterações no código de governo das sociedades alemão. Para os membros recentemente eleitos ou nomeados, o período de tempo regular de participação no Conselho de Fiscalização não pode exceder os 15 anos.

Também abordámos a regulamentação respeitante à composição do Conselho de Fiscalização, às qualificações dos seus membros, às medidas de formação obrigatórias e ao limite superior no número de mandatos do conselho. Para melhorar o governo da sociedade e à luz da continuação do aumento nas tarefas do Conselho de Fiscalização, elegemos a Sr.^a Dublon como presidente do Comitê de Risco com base nas recomendações do Comitê de Nomeações e Comitê do Presidente.

Com base na recomendação dos comitês respetivamente responsáveis, acordámos que o Sr. Cryan, o Dr. Achleitner e o Professor Trützschler fossem nomeados especialistas financeiros no Relatório Anual, e que o Dr. Achleitner e o Professor Kagermann fossem nomeados especialistas de remuneração. Depois de o Sr. Meddings ter entrado no Conselho de Fiscalização e se ter tornado simultaneamente no presidente do Comitê de Auditoria em 13 de outubro de 2015, também decidimos que o Sr. Meddings fosse nomeado especialista financeiro no Relatório Anual. Além disso, confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comitê de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes.

Em diversas reuniões, o Comitê de Nomeações abordou os requisitos regulamentares em conformidade com o artigo 25.º d (11) da Lei bancária alemã.

O Comitê de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram, em várias reuniões, os resultados da avaliação do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização que foi levada a cabo com o envolvimento de uma análise independente. O relatório final escrito foi discutido pelo Conselho de Fiscalização em sessão plenária em 27 de janeiro de 2016. Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um elevado padrão. As recomendações individuais para melhoramentos identificadas através da avaliação foram abordadas e, em alguns casos, já foram estabelecidas em 2015.

A declaração de conformidade nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2014, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 28 de outubro de 2015. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam que o Deutsche Bank atua e continuará a atuar em conformidade com as recomendações do código de governo das sociedades alemão, nas versões de 24 de junho de 2014 e 5 de maio de 2015, com as exceções especificadas. O texto da declaração de conformidade de 2015, emitido em 28 de outubro de 2015 juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da [página 419](#) do Relatório Anual de 2015 e no nosso sítio Web em www.db.com/ir/en/documents.htm. Os termos de referência do Conselho de Fiscalização e dos seus comitês, bem como os do Conselho de Administração também estão aí publicados, cada um nas suas versões atualmente em vigor.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas, sob a sua própria responsabilidade. O Deutsche Bank prestou-lhes o apoio necessário neste contexto. Em particular, foram realizados cursos de iniciação individualmente personalizados para os membros que entraram pela primeira vez para o Conselho de Fiscalização em 2015. Para além disso, os membros foram informados, numa base regular, sobre novos desenvolvimentos regulamentares, assim como tópicos de governo da sociedade. Um seminário interno de um dia foi realizado para os membros do Conselho de Fiscalização, com o tópico da supervisão bancária. Além disso, os membros dos respetivos comitês participaram em cursos de formação profissional para os respetivos comitês e membros do Conselho de Fiscalização em cursos de formação externa.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Na sua função de presidente do Conselho de Fiscalização do banco, o Dr. Achleitner esteve em contacto, em várias ocasiões, com as autoridades reguladoras. Na reunião de 20 de maio de 2015, o Comitê do Presidente decidiu cobrir as despesas do conselho de testemunhas para o Dr. Achleitner no que diz respeito ao interrogatório regulamentar. O Dr. Achleitner absteve-se de votar nesta resolução e anunciou que, no futuro, não iria, como medida cautelar, participar na tomada de decisões e deliberações do Conselho de Fiscalização que estivessem ligadas às declarações da sua testemunha.

Litígios e investigações regulamentares

Em 2015, como nos anos anteriores, o Conselho de Fiscalização, assim como - com pontos focais diferentes - o Comitê de Integridade, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Risco, abordou de forma regular e extensiva os casos de litígio material e investigações pelas autoridades reguladoras e prestou assessoria sobre novas linhas de ação para cada caso. Em janeiro e setembro de 2015, em resoluções suplementares de 2014, decidimos monitorizar mais de perto, no futuro, aspetos excepcionais adicionais que foram ou ainda são o objeto dos casos de litígio ou investigações regulamentares, com base na responsabilidade de fiscalização acrescida do Conselho de Fiscalização. Para estes processos, o Conselho de Fiscalização desenvolveu um sistema de relatos normalizado do Conselho de Administração para o próprio Conselho de Fiscalização e o seu formato é revisto regularmente. Além disso, no que diz respeito às investigações IBOR, decidimos estabelecer um comitê ad hoc. Abordou, em particular, as investigações da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e preparou a declaração do Conselho de Fiscalização a ser emitida em resposta à BaFin. Este comitê foi dissolvido entretanto.

O Conselho de Fiscalização decidiu conduzir as suas próprias investigações internas num caso com ligação potencial ao Conselho de Administração. Para este e outros processos, o Conselho de Fiscalização está a ser assessorado por especialistas externos independentes.

Para além disso, os relatórios e consultas sobre os assuntos de seguimento relacionados com os vários processos do caso Kirch continuaram a estar entre os tópicos cobertos, incluindo, neste contexto, os processos penais a serem ouvidos pelo tribunal regional de Munique.

Demonstrações financeiras anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou as contas, as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2015, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respetivas Notas e o Relatório de Gestão de 2015. A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi eleita pela Assembleia-Geral Ordinária de 21 de maio de 2015 para ser a auditora das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas. Ambas as auditorias terminaram com a emissão de um parecer sem reservas.

Os relatórios do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações financeiras anuais para o exercício de 2015 foram, cada um deles, assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Pukropski e Sr. Beier e com data de 2 de março de 2016. O Sr. Pukropski assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais pela primeira vez para o exercício de 2013. O Sr. Beier assinou o relatório do auditor para as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais pela primeira vez para o exercício de 2012.

O Comité de Auditoria analisou os documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas na respetiva reunião de 9 de março de 2016 e a KPMG apresentou informações sobre os procedimentos de auditoria. O presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização em 10 de março de 2016. Tendo em conta as recomendações do Comité de Auditoria e após a apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas, concordámos com os resultados das auditorias após um debate exaustivo com o auditor e determinámos que, também com base nos resultados das nossas apreciações, não havia qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração; deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração.

Questões pessoais

Houve alterações extensivas nos colaboradores do Conselho de Administração em 2015. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, o Sr. Sewing foi nomeado membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir do final da Assembleia-Geral em 21 de maio de 2015, o Dr. Schenck foi nomeado membro do Conselho de Administração, e com efeitos a partir de 1 de julho de 2015, o Sr. Cryan foi nomeado membro e, juntamente com o Sr. Fitschen, o copresidente do Conselho de Administração. A Sr.^a Matherat e o Sr. von Rohr foram nomeados para o Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de novembro de 2015. O Sr. Ritchie, o Sr. Price e o Sr. Urwin tornaram-se membros do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

Os membros que deixaram o Conselho de Administração são o Sr. Jain e o Sr. Neske, com efeitos no final do 30 de junho de 2015, o Sr. Krause e Dr. Leithner, no final de 31 de outubro de 2015, e o Sr. Ritchotte, no final de 31 de dezembro de 2015.

Como o Sr. Cryan foi nomeado membro e copresidente do Conselho de Administração, deixou o Conselho de Fiscalização com efeitos no final de 30 de junho de 2015. No seu lugar, o Sr. Meddings foi nomeado membro do Conselho de Fiscalização pelo tribunal em 13 de outubro de 2015. O Sr. Szukalski retirou-se como membro do Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 30 de novembro de 2015. Durante o período restante do seu mandato, será substituído pelo membro eleito como seu substituto, o Sr. Böhr, que já tinha sido membro do Conselho de Fiscalização de 2008 a 2013.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Frankfurt am Main, 10 de março de 2016

O Conselho de Fiscalização



Dr. Paul Achleitner
Presidente

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner

- Presidente, Munique

Alfred Herling*

- Vice-presidente, Deutsche Bank AG, Wuppertal

Wolfgang Böhr*

a partir de 1 de dezembro de 2015 Deutsche Bank AG, Düsseldorf

Frank Bsirske*

Presidente do sindicato ver.di - Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft, Berlin

John Cryan

até 30 de junho de 2015 Londres

Dina Dublon

Nova Iorque

Katherine Garrett-Cox

Diretora-geral da Alliance Trust Plc (até 3 de fevereiro de 2016), Brechin, Angus

Timo Heider*

BHW Bausparkasse AG, Emmerthal

Sabine Irrgang*

Deutsche Bank AG, Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann

Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Königs Wusterhausen

Martina Klee*

Deutsche Bank AG, Frankfurt am Main

Peter Löscher

Diretor-geral da Renova Management AG, Munique

Henriette Mark*

Deutsche Bank AG, Munique

Richard Meddings

a partir de 13 de outubro de 2015 Sandhurst

Louise M. Parent

Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque

Gabriele Platscher*

Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Braunschweig

Bernd Rose*

Postbank Filialvertrieb AG, Menden

Rudolf Stockem*

Secretário sindical da ver.di - Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft, Aachen

Stephan Szukalski*

até 30 de novembro de 2015 Deutsche Postbank AG, Frankfurt am Main

Dr. Johannes Teysen

Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Düsseldorf

Georg F. Thoma

Consultor, Shearman & Sterling LLP, Neuss

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Essen

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Comités

Comité do Presidente

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling*
Prof. Dr. Henning Kagermann

Comité de Mediação

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Wolfgang Böhr* a partir
de 1 de dezembro de
2015
Alfred Herling*
Prof. Dr. Henning Kagermann
Stephan Szukalski* até
30 de novembro de
2015

Comité de Auditoria

Richard Meddings
- Presidente (a partir de 13 de outubro de
2015)
John Cryan
(Presidente até 30 de junho de 2015)
Dr. Paul Achleitner
Henriette Mark*
Gabriele Platscher*
Bernd Rose*
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco

Dina Dublon
- Presidente (a partir de 28 de janeiro de
2015)
Dr. Paul Achleitner (Presidente até
28 de janeiro de 2015)
John Cryan até 30
de junho de 2015
Richard Meddings, a
partir de 13 de outubro
de 2015
Louise M. Parent
Rudolf Stockem*

Comité de Nomeações

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling*
Prof. Dr. Henning Kagermann
Dr. Johannes Teysen

Comité de Integridade

Georg F. Thoma
- Presidente
Dr. Paul Achleitner
Timo Heider*
Sabine Irrgang*
Martina Klee*
Peter Löscher

Comité de Controlo de Remunerações

Dr. Paul Achleitner
- Presidente
Frank Bsirske*
Alfred Herling*
Prof. Dr. Henning Kagermann

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Estratégia 2020

- Quatro objetivos estratégicos
- Objetivos de desempenho atualizados
- Prioridades definidas para as divisões corporativas

No seguimento de uma revisão estratégica abrangente do Grupo, o Deutsche Bank anunciou o seu novo plano estratégico (Estratégia 2020) em abril de 2015. Em outubro de 2015, fornecemos mais detalhes sobre os objetivos estratégicos do banco, ações de gestão nas suas divisões, funções de infraestrutura e regiões, e objetivos de desempenho atualizados para 2018 e 2020.

O banco levou a cabo um exame das suas divisões, funções de infraestrutura e regiões e uma avaliação da sua capacidade de servir as necessidades futuras dos nossos clientes. Com base nesta avaliação, a gestão do banco reforçou o nosso compromisso de uma plataforma global e oferta de produtos bancários universais, em que quatro dos nossos negócios, Corporate Banking and Securities (CB&S), Global Transaction Banking (GTB), Asset and Wealth Management (AWM) e Private and Business Clients (PBC), permanecem essenciais. A clara intenção da Estratégia 2020 consiste em focar a nossa oferta universal de produtos e serviços de modo a tornarmo-nos num banco menos complexo, mais eficiente, menos arriscado e mais bem capitalizado.

Os quatro objetivos estratégicos incluem especificamente o seguinte:

- **Em primeiro lugar, tornar-se mais simples e mais eficiente focando-se nos mercados, produtos e clientes onde estamos mais bem posicionados para ter êxito, o que deve conduzir a uma maior satisfação do cliente e preços mais baixos.** Queremos atingir isto através de uma redução material no número de locais, produtos e clientes, assim como uma organização simplificada com menos entidades jurídicas. Além disso, pretendemos avançar na direção de uma estrutura de custos competitiva, com base numa infraestrutura mais eficiente. O nosso plano de execução inclui o término de operações onshore em 10 países, a transferência de atividades de negociação para polos globais e regionais e mais centralização de locais para efeitos contabilísticos nos polos globais e regionais. Temos por objetivo sair de linhas de negócio selecionadas da divisão Global Markets e reduzir o número de clientes na CB&S. Além disso, tencionamos eliminar aproximadamente 90 entidades jurídicas.
- **Em segundo lugar, trabalhar num ambiente menos arriscado ao modernizar a tecnologia e retirando-se de relações com clientes de risco mais elevado.** Tencionamos (a) retirarmo-nos dessas relações com clientes onde, no nosso ponto de vista, o risco é demasiado alto; (b) melhorar o nosso quadro de controlo; e (c) implementar automação para substituir reconciliação manual. Temos por objetivo modernizar a nossa arquitetura de TI, por exemplo ao reduzir o número de sistemas operativos individuais e ao substituir o hardware em final de vida e aplicações de software do banco. A automação de processos manuais tem por objetivo conduzir à eficiência e melhorar o controlo. Tencionamos dar prioridade aos investimentos na infraestrutura "conheça o seu cliente" e antibrandeamento de capitais.
- **Em terceiro lugar, tornar-se mais bem capitalizado.** Queremos reduzir os ativos ponderados pelo risco (RWA) de aproximadamente 90 mil milhões de euros para aproximadamente 320 mil milhões de euros em 2018 e aproximadamente 310 mil milhões de euros em 2020, excluindo a inflação dos RWA devido a requisitos regulamentares em mudança, que se espera ser de pelo menos 100 mil milhões de euros em 2019/2020. Além disso, temos por objetivo reduzir a nossa exposição de alavancagem líquida do CRD IV (Diretiva Requisitos de Fundos Próprios 4) para os 170 mil milhões de euros em 2018. Os componentes-chave do nosso plano de execução incluem a desconsolidação do Postbank, a venda planeada da totalidade da nossa quota minoritária de 19,99% no Hua Xia Bank e a dissolução substancial da Non-Core Operations Unit (NCOU), assim como a saída de linhas de negócio selecionadas da divisão Global Markets. Tencionamos reinvestir parcialmente algum capital no nosso negócio para se nos dedicarmos ao crescimento nos nossos segmentos de negócio Global Transaction Banking e Asset and Wealth Management.

- **Em quarto lugar, operar o Deutsche Bank com uma execução mais disciplinada.** Procuramos garantir a execução disciplinada dos nossos objetivos através do estabelecimento de uma equipa de gestão totalmente responsável com todos os negócios e funções representadas. Além disso, estamos empenhados em favorecer a responsabilização pessoal nos comités sempre que possível. Tencionamos combinar isto com um melhor alinhamento do nosso sistema de recompensa para bom desempenho e conduta.

Também nos propusemos a alcançar claros objetivos financeiros em áreas-chave. Começando pelos rácios regulamentares, procuramos fortalecer a nossa posição de capital, com um rácio Common Equity Tier 1 de pelo menos 12,5% a partir do fim de 2018, e um rácio de alavancagem visado de pelo menos 4,5% no final de 2018 e pelo menos 5% no final de 2020. Em 2018, visamos ainda produzir poupanças líquidas nos nossos custos ajustados (gastos operacionais (excl. juros) totais excluindo reestruturação e indemnização, litígio, imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros) de aproximadamente 1,0 milhar de milhão de euros para 1,5 mil milhões de euros, face aos custos de reestruturação e indemnização de aproximadamente 3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros, para reduzir os custos totais ajustados para abaixo de 22 mil milhões de euros. Além disso, planeamos alienar ativos antes do fim de 2017 que tem presentemente uma base de custo total de aproximadamente 4 mil milhões de euros. Adicionalmente, visamos atingir um rácio custo/rendimento de aproximadamente 70% em 2018 e aproximadamente 65% em 2020. No que diz respeito a retornos para os nossos acionistas, visamos alcançar a rentabilidade das participações de capital próprio tangível de mais de 10% em 2018.

A execução da Estratégia 2020 já está em curso. Em outubro de 2015, anunciámos uma reorganização dos nossos negócios operacionais ao longo dos segmentos dos nossos clientes-chave com efeito em 1 de janeiro de 2016. A divisão corporativa Corporate Banking&Securities foi dividida em duas divisões. As atividades de vendas e de negociação da divisão CB&S foram combinadas numa nova divisão corporativa recentemente criada denominada Global Markets (GM) com o foco principal em clientes institucionais. Uma nova divisão corporativa denominada Corporate Investment Banking (CIB) foi criada ao combinar a área de negócio Corporate Finance na CB&S com a divisão GTB. A divisão CIB foca-se essencialmente em servir clientes empresariais. Além disso, a Deutsche Asset&Wealth Management foi dividida. A Deutsche Bank Wealth Management (WM) é agora operada por uma unidade de negócio independente em paralelo com a divisão Private and Business Clients para formar a nova divisão corporativa Private, Wealth&Commercial Clients (PW&CC) com enfoque em clientes particulares, comerciais e com património de valor líquido elevado. A Deutsche Asset Management (AM) tornou-se uma divisão corporativa separada com enfoque exclusivo em clientes institucionais e negócio de fundos. Acreditamos que estas alterações estruturais equipam-nos melhor para conseguir a Estratégia 2020, e visamos ter as nossas reduções de custos e medidas de capital concluídas materialmente no final de 2018.

1 de janeiro de 2016 **≥12,5%**
reorganização dos nossos rácio CET1 a partir do final de
negócios operacionais através 2018
dos segmentos dos nossos
clientes-chave

Objetivos da Estratégia 2020

«Vejo quatro objetivos principais. Em primeiro lugar, queremos tornar o Deutsche Bank mais simples e mais eficiente. Focando-nos nas áreas onde verdadeiramente nos podemos sobressair, seremos um banco melhor. Isso inclui a redução do número de produtos e serviços que oferecemos, o aprofundamento das nossas relações com os clientes mais promissores e levar o enfoque ao número de sucursais em que operamos. Em segundo lugar, queremos baixar o perfil de risco do banco. Isto significa recusar negócios marginais sobre os quais possamos ter dúvidas e as quais possam eventualmente levar-nos a enfrentar uma coima ou resolução judicial. Em terceiro lugar, queremos estar mais bem capitalizados de modo que já não tenhamos de tentar acompanhar o passo das expectativas de mercado e regulamentares. Por último, queremos ser um banco mais bem dirigido.»

Objetivos financeiros do Grupo

		2018	2020
Mais simples e mais eficiente	Rácio CET 1	≥12,5%	
	Rácio de alavancagem	≥4,5%	≥5,0%
Com menos riscos	RoTE após impostos	>10%	
	Dividendo por ação	Aspiração para alcançar um rácio de distribuição mais competitivo	
Mais bem capitalizado	Custos ⁽¹⁾ , em mil milhões de euros	<22,0	
	CIR	~70%	~65%
Execução disciplinada	RWA ⁽²⁾ , em mil milhões de euros	~320	~310

Nota: Os objetivos para 2018/2020 são baseados em taxas FX assumidas de 1,07 €/USD e 0,72 €/£

(1) Despesas totais (excluindo juros) excluindo reestruturação e indemnização, litígio, imparidade de goodwill e ativos intangíveis, assim como benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros
(2) Excluindo inflação regulamentar esperada

Estratégia 2020: As novas divisões corporativas principais

Sobre as iniciativas da Estratégia 2020 para as divisões corporativas em detalhe:

- Na Global Markets (GM), as iniciativas para cumprir a Estratégia 2020 têm por objetivo reduzir os RWA e a exposição de alavancagem do CRD IV, melhorar a rentabilidade e reduzir a complexidade. Para além da nossa saída anteriormente anunciada de CDS pouco claros, sairemos de ativos de taxas antigas, da venda de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e das transações titularizadas de elevado risco ponderado. Tencionamos racionalizar as atividades na dívida de mercados emergentes, na compensação de produtos do mercado de balcão (taxas e crédito) e no empréstimo a clientes de baixos retornos e tentar alcançar uma redução do consumo de exposição de alavancagem na nossa área de negócio Fixed Income & Currencies (FIC), ao mesmo tempo que continuamos a otimizar o consumo de alavancagem e RWA através da plataforma. De modo a alcançar as oportunidades de crescimento identificadas, iremos investir nas áreas de negócio Prime Brokerage e Credit Solutions com balanço dispensado de saída e otimização de outras partes da área de negócios. Ao mesmo tempo tencionamos reduzir a pegada dos nossos clientes e do país, racionalizar a nossa infraestrutura da plataforma e melhorar o ambiente de controlo.
- A partir de 1 de janeiro de 2016, o grupo Corporate Finance da CB&S com enfoque em clientes empresariais foi combinado com a GTB para formar a nova divisão Corporate&Investment Banking (CIB). A criação da nova divisão CIB tem por objetivo permitir-nos servir melhor os clientes empresariais com o nosso conjunto completo de produtos bancários. Tencionamos reter a força na Debt Capital Markets com o enfoque dos nossos esforços no crescimento da quota de mercado nos mercados de capitais, ações e consultoria. Dentro da nova divisão CIB, a GTB continua empenhada em executar as respetivas prioridades estratégicas: fortalecimento e aprofundamento das relações com clientes-alvo, aquisição de novos clientes, especialmente na Ásia e nos Estados Unidos; reforço das nossas capacidades para servir clientes de média capitalização na Alemanha; continuar com os respetivos investimentos na excelência operacional; e otimização da respetiva carteira de negócios mantendo em simultâneo uma disciplina rigorosa em termos de custos, risco e capital.
- A partir de 1 de janeiro de 2016, combinámos a PBC e a Deutsche Bank Wealth Management (WM) para criar a nova divisão Private, Wealth and Commercial Clients. A PW&CC prossegue uma estratégia de criação de um banco consultor líder e digitalmente habilitado com um forte enfoque no crescimento nas áreas Private Banking, Commercial Banking e Wealth Management. Os objetivos da PW&CC incluem a provisão de cobertura de clientes integrada com uma abordagem distinta da Private Banking e da Wealth Management na Alemanha, uma presença europeia fortalecida, expansão de serviços junto dos clientes com património líquido ultraelevado na Ásia, nas Américas e Médio Oriente, e um enfoque em empresários na Alemanha e por toda a Europa. Além disso, a PW&CC espera conseguir sinergias significativas de melhoramento da eficiência na oferta de produtos, investimento digital, operações, funções de suporte e gerais. Adicionalmente, procura melhorar a eficiência de capital ao fortalecer as capacidades de consultoria e ao colocar menos ênfase nos produtos intensivos de capital. Em linha com o comportamento em mudança dos nossos clientes, visamos aperfeiçoar o nosso modelo de distribuição ao fortalecer as nossas capacidades de omnicanais com investimentos adicionais nas nossas ofertas digitais e ao fechar mais de 200 agências na Alemanha.
- Na Deutsche Asset Management, tencionamos focar-nos em alcançar um desempenho robusto de investimento sustentável através de fundos e soluções de investimento, e procuramos ganhar quota de mercado de forma global mantendo ao mesmo tempo a liderança no nosso mercado nacional na Alemanha. Prevemos uma conectividade e cooperação continuada, consoante o caso, entre a AM e a WM, bem como através do banco, na oferta de soluções para clientes de retalho e institucionais.

Perfil societário

«Visamos apresentar soluções financeiras, tecnologia, produtos e serviços que ultrapassem a expectativa dos nossos clientes. Pretendemos ser o prestador de serviços financeiros mais respeitado em todos os segmentos de clientes na Alemanha, o nosso mercado nacional forte e vital; o banco número um para os nossos clientes empresariais, institucionais e fiduciários na Europa; e o melhor banco estrangeiro nos Estados Unidos e na Ásia.»

Uma mensagem de John Cryan aos colaboradores ao Deutsche Bank, 9 de fevereiro de 2016

Temos divisões reorganizadas e operacionais para fortalecer o alinhamento de clientes e antecipar o desenvolvimento de melhores práticas regulamentares.

Divisões corporativas até 31 de dezembro de 2015

Divisões operacionais

Divisões corporativas com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016

Corporate Banking & Securities

Sales & Trading Debt Sales & Trading Equity

Global Markets

Corporate Finance

Corporate & Investment Banking

Global Transaction Banking

Global Transaction Banking

Private & Business Clients

Private & Business Clients

Private, Wealth & Commercial Clients

Private Wealth Management

Deutsche Asset & Wealth Management

Asset Management

Deutsche Asset Management

Ações e obrigações do Deutsche Bank

- A capitalização bolsista baixou
- Os três acionistas de grande dimensão da actualidade
- Continuação de emissão de capital suplementar

Em 2015, o desempenho das ações do Deutsche Bank foi insatisfatório. Contudo, o ano em análise começou numa nota positiva. A retoma nos mercados bolsistas no final de 2014 continuou nos primeiros meses de 2015. O Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária expansionista, o que levou a novos valores máximos recorde nos mercados bolsistas europeus. No primeiro trimestre, o índice DAX aumentou 22%, atingindo um máximo de 12 375 pontos em abril. O setor bancário europeu também obteve muito bons resultados no índice STOXX Europe 600 Banks, aumentando 14%. Impulsionado pelo ambiente de mercado favorável, as ações do Deutsche Bank obtiveram resultados superiores ao índice DAX no primeiro trimestre com um crescimento de 30% e atingiu o seu pico desse ano em abril aos 33,42 euros. Contudo, este desenvolvimento positivo diminuiu ligeiramente no segundo trimestre, e as ações fecharam o primeiro semestre com um aumento de apenas 8%, o que foi ligeiramente mais fraco do que o índice DAX (+12%).

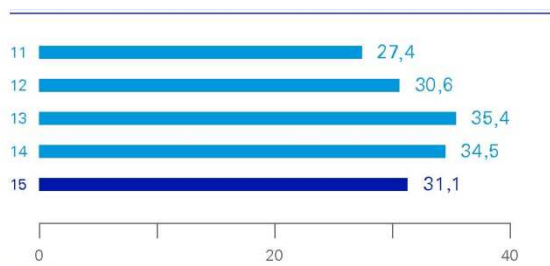
A euforia nos mercados bolsistas internacionais baixou significativamente no terceiro trimestre. A especulação que os bancos centrais podiam aumentar as taxas de juro e receios acerca do desenvolvimento da economia global colocou pressão nos mercados bolsistas. No seguimento da surpreendente depreciação da moeda chinesa, o índice DAX caiu para o seu ponto mais baixo do ano em setembro com 9 428 pontos. O índice STOXX Europe 600 Banks perdeu todo o seu ganho e no final de setembro estava 2% abaixo no ano anterior.

No quarto trimestre, o aumento inicial das taxas de juro há muito antecipado da Reserva Federal norte-americana foi cumprido, com algum alívio por parte dos mercados. Apesar do seu fraco desempenho em dezembro, o índice DAX fechou o ano com um aumento de 10% no final de 2014. Contudo, o índice STOXX Europe 600 Banks fechou com uma descida de 3%.

As ações do Deutsche Bank não conseguiram escapar à tendência descendente no mercado no final do ano. Isto foi agravado pelas dúvidas acerca da capacidade de rendimentos do banco, e em dezembro, as ações atingiram o seu ponto mais baixo do ano aos 20,69 euros. As ações do Deutsche Bank fecharam 2015 com uma descida de 10% no ano com uma cotação de fecho de 22,53 euros.

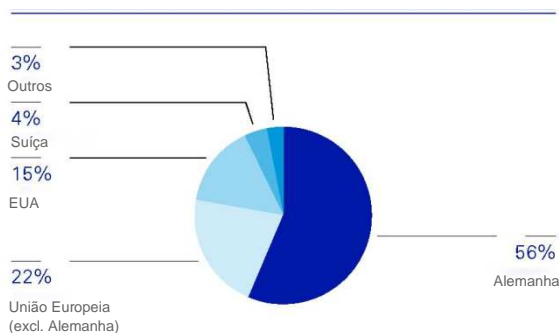
1-1 Capitalização bolsista

Em mil milhões de euros no final do exercício



1-2 Distribuição regional da participação acionista

Em % no final do exercício de 2015



Números arredondados

Estratégia 2020 – Enfoque na criação de valor

Em 2015, o Deutsche Bank realinhou fundamentalmente a sua agenda estratégica para os próximos cinco anos. O caminho para o futuro foi claramente definido: O banco está a focar-se nos seus pontos fortes para criar valor. O objetivo é assegurar que em 2020 o Deutsche Bank se tornará menos complexo, mais eficiente, correrá menos riscos e será um banco mais bem capitalizado. Irá criar mais valor para os seus acionistas e será mais bem gerido com sistemas aperfeiçoados e controlos mais apertados.

O banco tem muitos pontos fortes mas também enfrenta desafios. Os custos são demasiado elevados, os sistemas informáticos precisam de ser modernizados e os processos otimizados. Como em anos anteriores, os requisitos de capital para os riscos de mercado, de crédito e operacional foram substancialmente reforçados em 2015. Uma das prioridades-chave da Estratégia 2020 é pois tirar partido da força operacional para melhorar a posição de capital do banco de forma orgânica. Por conseguinte, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão recomendar na Assembleia-Geral o não-pagamento de dividendo para os exercícios de 2015 e 2016. Para o ano de 2017, o banco espera atingir um rácio de distribuição mais competitivo.

A capitalização bolsista baixou

A capitalização bolsista do Deutsche Bank no final de 2015 foi de 31,1 mil milhões de euros, aproximadamente 3,4 mil milhões de euros menos que no ano anterior. **Gráfico 1-1** Em média, 7,8 milhões de ações do Deutsche Bank foram negociadas diariamente no Xetra, uma diminuição de 0,3 milhões no ano anterior. O volume de negociação no Xetra em ações do Deutsche Bank em 2015 foi de 53,8 mil milhões de euros (contagem única), uma descida de 4,8 mil milhões de euros em 2014. O rácio de negociação de ações no Xetra foi de 8,0%, comparado com os 9,3% em 2014. As ações do Deutsche Bank foi então o quarto título negociado mais ativamente no índice DAX, tal como tinha sido em 2014. A ponderação no índice DAX das suas ações desceu ligeiramente para os 3,5% (2014: 3,6%). Na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque), onde as ações do Deutsche Bank estão cotadas desde 2001, o número médio de ações transacionadas subiu 17,0% no ano anterior.

O declínio substancial na cotação da ação em 2015 reduziu a rentabilidade total a longo prazo dos acionistas. Um investidor que tivesse adquirido ações do Deutsche Bank por 10 000 euros no início de 2011, reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital sem injetar fundos adicionais, teria uma carteira no valor de 6 783 euros no final de 2015. Tal corresponde a uma perda anual média de 7,5% por ano. No caso do índice STOXX Europe 600 Banks, foi registado um aumento anual de 1,6% para o mesmo período. O DAX contabilizou uma subida de 9,2%. **Gráfico 1-3**

Ligeiramente menos acionistas

As ações do Deutsche Bank permanecem em circulação quase na sua totalidade. Cerca de 99% dos acionistas do banco em 2015 eram investidores particulares. No final de 2015, os investidores do segmento de retalho detinham 19% (2014: 20%) do capital social, ao passo que investidores institucionais detinham 81% (2014: 80%) do capital subscrito de 3 530 939 215,36 euros.

O Deutsche Bank tem três acionistas de grande dimensão com participações acima do limiar legal de 3%. A BlackRock Inc., Nova Iorque, detém a participação maior de 6,76%. A Paramount Services Holdings Ltd., Ilhas Virgens Britânicas, e a Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, detêm cada uma 3,05%.

No geral, o número de acionistas diminuiu em 2015 para 561 559 (2014: 599 320). Este facto reflete o declínio no número de acionistas privados no ano em análise. A distribuição regional do capital social também se alterou. De acordo com o registo de ações, o capital social detido na Alemanha diminuiu para os 56% (2014: 57%). Enquanto o número de ações detidas na União Europeia (excluindo a Alemanha) aumentou para os 22% (2014: 21%), a percentagem detida na Suíça diminuiu significativamente para os 4% (2014: 7%). A percentagem de capital social detido nos Estados Unidos aumentou para 15% (2014: 13%), enquanto a percentagem detida no resto do mundo diminuiu para 3% (2014: 4%). **Gráfico 1-2** A distribuição regional da participação acionista tem por base o local de custódia das ações, que não é necessariamente a morada de residência dos acionistas.

Recompra de ações para planos de remuneração

A Assembleia-Geral de 2015 autorizou o Conselho de Administração a recomprar até 10% do capital social (137,9 milhões de ações) no final de abril de 2020. Apenas um máximo de 5% do capital social (69,0 milhões de ações) podem ser adquiridas com recurso a derivativos. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral de 2014. Durante o período entre a Assembleia-Geral de 2015 e 31 de dezembro de 2015, 20,7 milhões de ações foram recompradas, incluindo 4,7 milhões de ações ao exercer as opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação de capital. Em 30 de setembro de 2015, o número total de ações em recompras foi de 0,3 milhões.

Forte procura da dívida do Deutsche Bank

O Deutsche Bank recebeu um forte apoio dos investidores em dívida, o que permitiu refinar com spreads bastante interessantes. Em 2015, o Deutsche Bank emitiu um total de 39,1 mil milhões de euros em instrumentos de dívida, com um spread médio de 57 pontos base sobre o índice variável relevante (por exemplo, LIBOR), com um prazo médio de 6,3 anos. Do total, 11 mil milhões de euros foram emissões de referência e cumpriam determinados requisitos de tamanho mínimo e outros 28 mil milhões de euros foram gerados através da emissão de retalho e de outras colocações particulares com investidores institucionais. [Consultar o Relatório de gestão acerca das notações de crédito, p.68](#)

As transações mais significativas de 2015 incluíram dois títulos Tier 2 emitidos em fevereiro e março de 2015. A primeira emissão em fevereiro foi uma obrigação a 10 anos no valor de 1,5 mil milhões de euros emitida em mid-swaps de +210 pontos base. A segunda emissão em março foi uma obrigação também a 10 anos no valor de 1,25 mil milhões USD e emitida +260 pontos base pelo Tesouro dos EUA. Outra transação significativa foi a emissão inaugural de Cédulas a 5 anos no valor de 1 milhar de milhão de euros (obrigações cobertas espanholas) da DB S.A.E. em novembro de 2015, emitida em mid-swaps de +43 pontos base.

De uma forma geral, as atividades de emissão do Deutsche Bank estão bem diversificadas por mercados, instrumentos, divisas e investidores. No final de dezembro de 2015, 74% do financiamento total do banco provém das fontes de financiamento mais estáveis, como depósitos bancários de retalho e para transação, emissão nos mercados de capitais e participações.

1-3

Índice de retorno total a longo prazo

Índice de retorno total, início de 2011 = 100

— STOXX Europe 600 Banks
— Deutsche Bank



Fonte: Bloomberg

Informações sobre a ação do Deutsche Bank

Dados Estruturais

		2015	2014	2013
Número de acionistas		561 559	599 230	566 979
Acionistas por tipo em % do capital acionista¹	Institucionais (incluindo bancos)	81	80	79
	Privados	19	20	21
Repartição regional em % do capital acionista¹	Alemanha	56	57	50
	União Europeia (excluindo a Alemanha)	22	21	26
	Suíça	4	7	6
	EUA	15	13	15
	Outros	3	4	4

Números-chave

	2015	2014	2013
Varição da rentabilidade total da ação do Deutsche Bank ²	(7,5%)	(22,46%)	7,47%
Quota-parte na negociação de ações (Xetra)	7,96%	9,27%	5,86%
Volume médio diário de negociação (em milhões de ações) ³	7,8	8,1	6,2
Cotação máxima da ação	€ 33,42	€ 38,15	€ 38,73
Cotação mínima da ação	€ 20,69	€ 22,66	€ 29,41
Dividendo por ação no exercício (em euros)	- ⁴	0,75	0,75
			31.12.2015
Ações emitidas			1 379 273 131
Ações em circulação			1 378 898 267
Capital social		€ 3 530 939 215,36	
Capitalização bolsista		31,07 mil milhões de euros	
Cotação da ação ⁵		€ 22,53	
Ponderação no índice DAX		3,48%	
Ponderação no índice Euro STOXX 50			1,46%

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse (Bolsa Alemã)		New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque)	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação nominativa, registada em vários mercados
Símbolo	DBK	Moeda	USD
WKN (Número de Identificação de Segurança Alemão)	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D 18190898
Reuters	DBKGn.DE	Bloomberg	DBK GR

¹ Números arredondados

² Cotação da ação com base no sistema Xetra

³ Estatísticas do registo de ordens (Xetra)

⁴ Proposta para a Assembleia-Geral Anual em 19 de maio de 2016

⁵ Xetra – cotação de fecho

1-

Relatório de Gestão

30	Análise Operacional e Financeira	
	Sumário executivo – 30	
	Grupo Deutsche Bank – 32	
	Resultado operacional – 39	
	Posição Financeira – 64	
	Liquidez e Recursos de Capital – 68	
..	Acontecimentos após o período de relato – 69	
70	Perspetivas	
77	Riscos e oportunidades	
79	Relatório de Risco	
	Introdução – 80	
81	Visão geral do risco e do capital	
	Indicadores de risco fundamental – 81	
	Avaliação Global de Risco – 82	
	Perfil de risco – 83	
85	Quadro de risco e de capital	
	Princípios de gestão do risco e governação do risco – 85	
	Governação do risco – 86	
	Cultura de risco – 90	
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 91	
	Plano de capital e risco – 92	
	Testes de esforço – 93	
	Planeamento de recuperação e resolução – 95	
96	Gestão de capital e risco	
	Identificação e avaliação do risco – 97	
	Gestão do risco de crédito – 98	
	Gestão do risco de mercado – 105	
	Gestão do risco – 112	
	Gestão do risco de liquidez – 117	
	Gestão do risco (estratégico) do negócio – 122	
	Gestão do risco de reputação – 122	
	Gestão do risco do modelo – 122	
	Gestão do risco de conformidade – 123	
	Gestão do risco especificamente relacionado – 124	
	Concentração de risco e diversificação do risco – 124	
125	Desempenho de capital e risco	
..	Capital e rácio de alavancagem – 125	
	Exposição ao risco de crédito – 138	
	Qualidade dos ativos – 159	
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 169	
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 174	
	Exposição ao risco operacional – 175	
	Exposição ao risco de liquidez – 177	
188	Relatório de Remunerações	
	Remuneração do grupo e divulgação – 188	
	Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 202	
	Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 225	
228	Responsabilidade corporativa	
230	Funcionários	
235	Controlo interno sobre o relato financeiro	
239	Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo	

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas. A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise Operacional e Financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Sumário executivo

A economia global

Crescimento económico (em %)	2015	2014	Principal fator responsável
Economia global¹	3,1	3,4	O crescimento económico global vacilou durante 2015 devido ao abrandamento nos mercados emergentes, cujo crescimento foi atenuado principalmente pela fraqueza estrutural e pelo fraco preço do petróleo. Os países industrializados, pelo contrário, beneficiaram do balanço do baixo preço do petróleo e de uma política monetária expansionista, obtendo como o resultado uma ligeira recuperação das suas taxas de crescimento. No entanto, os elevados níveis de endividamento e, de modo geral, o fraco comércio global pesaram sobre o crescimento.
Dos quais:			
Países industrializados ¹	1,8	1,7	
Dos quais: Mercados emergentes ¹	4,1	4,7	
Economia da área do euro	1,5	0,9	Apoio dos baixos preços do petróleo e de uma política monetária extremamente expansionista
Dos quais: Economia alemã	1,7	1,6	Forte crescimento no consumo, mas contrariedades externas detiveram o crescimento do investimento
Economia dos Estados Unidos	2,4	2,4	Um forte USD é negativo para os setores orientados para a exportação, ciclo de inventário negativo, sólido desempenho por economia interna
Economia do Japão	0,5	(0,1)	A acumulação de ações e exportações líquidas impulsionaram o crescimento
Economia asiática¹	6,2	6,4	Fraca procura da China e dos países industrializados
Dos quais: Economia chinesa	6,9	7,3	O abrandamento no crescimento das exportações e do investimento foi parcialmente compensado pelo maior consumo

Fonte: Autoridades nacionais

¹ Os dados de 2015 são provenientes das previsões do Deutsche Bank Research.

O setor bancário

Na área do euro, 2015 trouxe um aumento moderado na concessão de empréstimos ao setor privado pela primeira vez desde 2011 (+1,1%). Os empréstimos às famílias subiram 2% em comparação com 2014, enquanto o crédito às empresas manteve-se estável. Pelo lado dos passivos, apesar do ambiente prevalecente de baixas taxas de juro, o volume de depósitos provenientes de famílias e empresas aumentou 3,3%, um aumento similar a cada um dos dois anos anteriores. Após um acentuado aumento no primeiro trimestre, o total de ativos dos bancos da área do euro desceu ligeiramente e caiu 1,3% ao ano. As provisões para perdas de crédito em bancos europeus provavelmente continuaram a baixar, o que pode ter conduzido a mais uma normalização na situação dos ganhos. Na Alemanha, o crédito às famílias e empresas continuou a expandir-se em 2015 com o crescimento a exceder novamente a média da área do euro. Tal deveu-se, em parte, a um aumento do crédito ao consumo de 1,9%.

Nos Estados Unidos, a expansão do crédito continuou, impulsionado em especial por empréstimos a empresas e hipotecas comerciais, que manteve as suas taxas de crescimento de dois dígitos. No segmento do retalho, as hipotecas residenciais subiram 2,5%. O crescimento em depósitos do setor privado diminuiu um pouco em comparação com 2014 mas, a 4,9%, manteve-se alto.

O Japão registou um declínio moderado no crescimento dos empréstimos de 2,3%. Na China, o baixo crescimento de dois dígitos na concessão de empréstimos ao setor privado manteve-se inalterado, apesar da ligeira acalmia da economia chinesa.

Desempenho do Deutsche Bank

2015 foi um ano difícil para o Deutsche Bank, visto que fomos sobrecarregados por itens específicos, tais como *goodwill* e outras imparidades de ativos intangíveis, litígios, encargos de reestruturação e indemnização totalizando um montante de 12,4 mil milhões de euros após impostos. Contudo, os proveitos subiram face a 2014 e fizemos progressos consideráveis na implementação da nossa Estratégia 2020, que visa tornar o Deutsche Bank numa instituição menos complexa, mais eficiente, menos arriscada, mais bem capitalizada e mais bem gerida com uma execução mais disciplinada.

Os principais indicadores de desempenho do Grupo são os seguintes:

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2015	Situação no final de 2014
Receitas líquidas	33,5 mil milhões de euros	31,9 mil milhões de euros
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(6,1) mil milhões de euros	3,1 mil milhões de euros
Resultado líquido	(6,8) mil milhões de euros	1,7 mil milhões de euros
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	(12,3 %)	3,5 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ¹	(9,9 %)	2,7 %
Custos ajustados ²	€ 26,5 mil milhões	25,0 mil milhões de euros
Rácio custo/rendimento ³	115,3 %	86,7 %
Poupanças de custos ⁴	4,5 mil milhões de euros	3,3 mil milhões de euros
Poupanças <i>costs-to-achieve</i> ⁵	3,6 mil milhões de euros	2,9 mil milhões de euros
Ativos ponderados pelo risco	396,7 mil milhões de euros	394,0 mil milhões de euros
Rácio <i>Common Equity Tier 1 fully loaded</i> em conformidade com o CRR/CRD IV ⁶	11,1 %	11,7 %
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV <i>fully loaded</i> ⁷	3,5 %	3,5 %

¹ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. Cálculo com base numa taxa de imposto efetiva de (11) % para o ano terminado em 31 de dezembro de 2015 e 46% para o ano terminado em 31 de dezembro de 2014. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

² Total de despesas totais (excluindo juros) excluindo de reestruturação e indemnização, litígios, imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis, benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguro. Para mais informações, consulte "Informações adicionais: Medidas financeiras não-GAAP" do relatório.

³ Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁴ Poupanças de custos resultantes da implementação do programa OpEx.

⁵ As poupanças de *costs-to-achieve* (CtA) são custos diretamente requeridos para a criação de poupanças no programa OpEx.

⁶ O rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio *Common Equity Tier 1* sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

⁷ O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

As receitas líquidas em 2015 foram de 33,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 1,6 mil milhões de euros face a 2014. Apesar das desafiantes condições de mercado, todos os segmentos de negócios, exceto PBC, apresentaram um aumento da receita líquida em 2015, em parte impulsionada pelas variações cambiais positivas. A PBC apresentou proveitos inferiores principalmente devido à valorização e efeitos relacionados com transações relativamente à participação da PBC no Hua Xia Bank.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2015 foram de 38,7 mil milhões de euros, um aumento de 40% face a 2014, impulsionados principalmente por imparidade de *goodwill* e outros intangíveis, um aumento significativo nas despesas de litígios, bem como os encargos como reestruturação e indemnização. As remunerações e benefícios foram superiores comparativamente com 2014, impulsionados principalmente pelos efeitos da taxa de câmbio.

A perda antes de impostos sobre o rendimento de (6,1) mil milhões de euros em 2015, face aos resultados antes de impostos sobre o rendimento de 3,1 mil milhões de euros em 2014, é principalmente impulsionada por imparidades contabilizadas no terceiro trimestre de 2015, bem como pelos maiores encargos de litígios, de reestruturação e indemnização. Os efeitos específicos particularmente elevados de 6,5 mil milhões de euros de imparidades e 5,2 mil milhões de euros de encargos de litígios, ambos em grande parte não dedutíveis e um encargo adicional de reestruturação e indemnização de 1 milhar de milhão de euros, adicionado a uma perda líquida de (6,8) mil milhões de euros.

As poupanças cumulativas do Programa de Excelência Operacional (OpEx) de 4,5 mil milhões de euros atingiram totalmente o alvo externamente comunicado para 2015. Os Custos Cumulativos a alcançar de 3,6 mil milhões de euros foram 0,4 mil milhões de euros menos do que o planeado.

O nosso rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded* de CRR/CRD IV foi de 11,1% no final de 2015 caindo de 11,7% no final de 2014, o que resultou da perda líquida impulsionada pelos maiores custos de litígios e de reestruturação e indemnização. O nosso rácio *Common Equity Tier 1* de integração progressiva de CRR/CRD IV foi de 13,2% no final de 2015 descendo de 15,2% no final de 2014.

Conforme os novos requisitos do processo de análise e avaliação da supervisão (SREP - Supervisory Review and Evaluation Process), o Banco Central Europeu informou-nos que precisamos de manter um rácio CET 1 de pelo menos 10,25% numa base de integração progressiva, o que aumenta para 10,75% em 2016, incluindo a primeira fase da integração progressiva nos reguladores dos bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB) do Deutsche Bank ao longo dos próximos quatro anos. Atualmente temos reguladores significativos sobre o mínimo necessário numa base de integração progressiva. Isto significa que o requisito de capital CET 1 mínimo do Banco será de 12,25% em janeiro de 2019, uma vez que todos os reguladores tenham sido introduzidos. Isto é comparado com a nossa meta totalmente carregada de mais de 12,5% em 2018.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1629 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Nessa data empregávamos o equivalente a 101 104 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 70 países, com um total de 2 790 agências no mundo, das quais 65 % se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2015, estávamos organizados nestas seguintes cinco divisões corporativas:

- Corporate Banking & Securities (CB&S)
- Private & Business Clients (PBC)
- Global Transaction Banking (GTB)
- Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)
- Non-Core Operations Unit (NCOU)

As cinco divisões corporativas são apoiadas por funções da infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial. De 2016 em diante e de acordo com a nossa Estratégia 2020, as nossas operações comerciais irão ser organizadas sob uma nova estrutura com os segmentos Global Markets (GM), Corporate & Investment Banking (CIB), Private, Wealth and Commercial Clients (PW & CC), Postbank, Deutsche Asset Management (AM) e Non-Core Operations Unit (NCOU).

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem:

- subsidiárias e agências em muitos países;
- escritórios de representação em muitos outros países; e
- um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui (i) divisões corporativas, (ii) funções de infraestrutura e (iii) uma função de gestão regional. Para apoiar esta estrutura, existem órgãos sociais de importância crucial, que funcionam do seguinte modo:

O Conselho de Administração detém a responsabilidade geral pela gestão do Deutsche Bank, nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo a gestão estratégica, o governo da sociedade, a afetação de recursos e a gestão e controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002. Em conformidade com o objetivo da Estratégia 2020 para reduzir a complexidade organizacional, foi dissolvida em outubro de 2015. A Comissão Executiva do Grupo é composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das nossas regiões, das divisões corporativas e de determinadas funções relativas à infraestrutura nomeados pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva do Grupo era um órgão social não exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações. Funciona como ferramenta de coordenação das áreas de negócios e das regiões, debate a nossa estratégia e prepara recomendações para decisões do Conselho de Administração. Não teve poderes de decisão. Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas áreas de negócio e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

Divisões Corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

Visão geral da divisão corporativa

Até à reorganização recentemente anunciada em outubro de 2015, CB&S incluía as divisões de negócio Global Markets e Corporate Finance. Estas divisões de negócio oferecem produtos financeiros em todo o mundo, incluindo a subscrição de ações e obrigações, serviços de negociação para investidores e soluções personalizadas para as necessidades financeiras das empresas.

Produtos e serviços

A divisão de negócio Global Markets agrega a comercialização, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário e produtos titularizados. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group), ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes.

A Corporate Finance presta serviços de fusões e aquisições, bem como de criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas regionais e setoriais são responsáveis pelo fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes corporativos.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Como parte da Estratégia 2020, estamos a alterar o foco e a racionalizar o nosso modelo de cobertura ao cliente a fim de manter os clientes no centro do nosso negócio. Estamos a terminar relações existentes com clientes em que os retornos são demasiado baixos ou os riscos são muito altos, enquanto também fortalecemos a nossa admissão de clientes e procedimentos KYC.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2013:

Em junho de 2015, a Markit Ltd., um prestador de serviços de informações financeiras, levou a cabo uma oferta pública secundária. Como parte desta oferta, a Markit também recomprou ações próprias de um conjunto de acionistas vendedores incluindo o Deutsche Bank. Disponibilizámos e vendemos aproximadamente 4 milhões dos 5,8 milhões de ações (2,7%) que detínhamos na Markit.

Em dezembro de 2014, concluímos a venda de 75% de uma carteira de créditos imobiliários comerciais de situação especial dos EUA no valor de 2,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos a um fundo gerido pelo Grupo Texas Pacific. O Deutsche Bank detém uma participação de 25% na carteira e continua a originar e a adquirir novos créditos no mercado de imóveis comerciais de situações especiais nos EUA.

Em junho de 2014, a Markit Ltd. iniciou a sua cotação no mercado bolsista NASDAQ através de uma venda de ações de acionistas existentes. Como parte desta cotação, disponibilizámos e vendemos 5,8 milhões dos 11,6 milhões de ações (5,7 %) que detínhamos na Markit.

Divisão Corporativa Private & Business Clients

Visão geral da divisão corporativa

A PBC opera segundo um único modelo de negócio de banca de retalho na Europa e em mercados asiáticos selecionados. A PBC serve clientes de retalho e clientes abastados, bem como pequenos e médios clientes empresariais.

A divisão corporativa PBC é composta por três unidades de negócio sob uma direção estratégica:

- A unidade Private & Commercial Banking, que compreende todas as atividades de PBC na Alemanha sob a marca Deutsche Bank;
- a unidade Advisory Banking International, que abrange as atividades europeias de PBC (fora da Alemanha) e na Ásia, incluindo a nossa participação e parceria com o Hua Xia Bank; e
- o Postbank, que inclui as principais atividades estratégicas do Deutsche Postbank AG, bem como do BHW e do norisbank.

A divisão de negócio Private & Commercial Banking centra-se em clientes particulares e comerciais na Alemanha e oferece um modelo de cobertura bancária comercial integrada para clientes corporativos de pequeno e médio porte. Isto permite-nos continuar a captar oportunidades de clientes de pequenas e médias empresas, aperfeiçoando a proximidade com o cliente e a colaboração interdivisões da PBC, alavancando os conhecimentos especializados do Grupo Deutsche Bank.

Na Advisory Banking International, operamos em cinco principais mercados bancários europeus: Itália, Espanha, Polónia, Bélgica e Portugal. Na Ásia, a Índia é o nosso mercado central. Na Índia, a PBC opera uma rede de filiais de dezassete filiais apoiada por uma força de vendas móvel. Além disso, na Ásia, detemos atualmente uma participação de 19,99% na Hua Xia Bank Co. Ltd. que concordamos vender.

O Postbank continua a operar com as suas próprias marcas, prestando serviços financeiros para clientes de retalho e corporativos, principalmente na Alemanha.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2013:

Em 28 de dezembro de 2015, anunciamos o acordo para vender a sua participação total de 19,99% em Hua Xia Bank Co. Ltd. a PICC Property and Casualty Company Limited mediante uma contrapartida de 23 mil milhões RMB a 25,7 mil milhões RMB sujeita a ajuste de preço final no fecho (aproximadamente 3,2 mil milhões de euros a 3,7 mil milhões de euros, com base nas taxas de câmbio de dezembro de 2015). A conclusão da transação está sujeita às habituais condições de fecho e aprovações reguladoras, incluindo a da Comissão de regulação do setor bancário da China.

Em 22 de abril de 2015, assinámos um acordo para comprar um adicional de 5,9 milhões (2,7%) das ações Postbank, aumentando assim a participação acionista do Deutsche Bank de 94,1% para 96,8%. Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank solicitou ao Postbank para preparar um afastamento dos acionistas minoritários nos termos do artigo 327.º-A e segs. da lei alemã relativa às sociedades por ações. No pedido de afastamento ao Postbank em 7 de julho de 2015, o montante de indemnização em dinheiro foi fixado em 35,05 euros por ação do Postbank. Após um apuramento anterior perante o tribunal distrital superior de Colónia, o afastamento foi incorporado no registo comercial em 21 de dezembro de 2015. Na liquidação a 30 de dezembro de 2015, adquirimos os restantes 3,2% de ações por um total de 245 milhões de euros e agora detemos direta e indiretamente 100% das ações. As ações do Postbank foram retiradas de todas as bolsas de valores entre 21 de dezembro de 2015 e 13 de janeiro de 2016.

Em outubro de 2014, contribuimos na propriedade dos bens imobiliários de 90 filiais de banca de retalho em Itália para um fundo de investimento imobiliário institucional fechado, "Fundo bancário italiano (IBF)", gerido pela Hines Italy SGR. Os bens imobiliários contribuídos tinham um valor total de 134 milhões de euros e na maioria serão arrendados por um período mínimo de 12 anos.

Em maio de 2014, concluímos a venda de uma participação de 20,2% na Deutsche Herold AG à Zürich Beteiligungs AG, uma subsidiária do Zurich Insurance Group AG. Adquirimos a participação de 20,2% a um terceiro imediatamente antes da venda à Zurich. 15,2% da alienação à Zurich baseou-se num acordo de compra de ações celebrado pelo Deutsche Bank e pela Zurich em 2001. A participação remanescente de 5,0% foi vendida pelo facto de a Zurich ter exercido uma opção de compra.

Produtos e serviços

A PBC oferece uma gama semelhante de produtos e serviços bancários na Europa e na Ásia, com algumas variações impostas pelos requisitos locais de alguns países em termos de mercados, regulamentação e clientes.

Oferecemos investimentos e seguros, hipotecas, produtos empresariais, financiamento ao consumo, pagamentos, cartões e contas, depósitos e produtos de média capitalização fornecidos por outras divisões no âmbito do nosso empreendimento conjunto de média capitalização com o Deutsche Bank, bem como serviços postais e produtos não bancários no Postbank.

Os nossos produtos de investimento abrangem a gama completa de produtos de corretagem (ações, obrigações), fundos de investimento mútuos/fechados (monoativos e multiativos), produtos estruturados, e a gestão discricionária de carteiras e serviços de custódia de títulos. Fornecemos ainda aos nossos clientes produtos de seguros vida e não vida, bem como planos de pensões de empresas.

Oferecemos soluções de hipoteca, tanto padronizadas como complexas, e a nossa carteira de produtos hipotecários é complementada por hipotecas publicamente subsidiadas, corretagem hipotecária e seguros relacionados com hipotecas. Os nossos produtos empresariais centram-se na gestão de transações, do risco e da liquidez dos nossos clientes. Na banca comercial e serviços internacionais otimizamos o fluxo de caixa e a volatilidade do mercado para os nossos clientes e apoiamos o negócio de expansão de negócios dos mesmos. Adicionalmente, a nossa oferta de produtos de crédito engloba empréstimos pessoais, linhas de crédito e descobertos, bem como o negócio nos pontos de venda (POS).

Os nossos produtos de pagamentos, cartões e contas incluem pagamentos nacionais, internacionais e SEPA, cartões de débito, crédito e pré-pagos, bem como contas correntes para clientes empresariais e particulares. A nossa carteira de depósitos engloba depósitos à vista, depósitos a prazo e poupanças.

As nossas atividades de financiamento estão sujeitas aos nossos processos de gestão do risco de crédito. Consulte as seções “Gestão do risco de crédito” e “Exposição ao risco de crédito” no Relatório de Risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Ao adotarmos uma abordagem bancária centrada no cliente, pretendemos otimizar a interação com os nossos clientes, bem como a acessibilidade e disponibilidade dos nossos serviços. A PBC utiliza uma ampla abordagem multicanal para servir os seus clientes e distribuir soluções financeiras de acordo com o posicionamento estratégico e o modelo de negócio locais.

Agências: As nossas agências oferecem geralmente a nossa gama completa de produtos e assessoria.

Agentes Financeiros: Na maior parte dos países, comercializamos adicionalmente os nossos produtos e serviços bancários de retalho através de agentes financeiros que operam em nome individual.

Centros de contacto de clientes: Os nossos centros de contacto de clientes prestam serviços remotos aos clientes (isto é, informações sobre as contas, corretagem de títulos), apoiados por sistemas automatizados.

Serviços bancários online e móveis: Nos nossos sítios Web, oferecemos aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de *rich media*. Disponibilizamos uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para smartphones e tablets. Adicionalmente, investimos também no aperfeiçoamento de soluções digitais selecionadas. Este programa de digitalização está a ser implementado em todos os nossos negócios.

Terminais de autosserviço: Estes terminais apoiam a nossa rede de agências e permitem aos clientes retirar e transferir fundos, receber extratos de contas de custódia e marcar reuniões com os nossos consultores financeiros.

Além disso, mantivemos contratos de distribuição e cooperação locais em determinados países. Na Alemanha, integramos parcerias de cooperação com empresas como a DP DHL (cooperação via Postbank) e a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG). No âmbito desta cooperação com a DVAG, usamos a rede de distribuição independente da DVAG para distribuir os nossos fundos de investimento e outros produtos bancários. Para complementar a nossa gama de produtos, assinámos contratos de distribuição que autorizam a PBC a distribuir produtos de fornecedores. Entre estes inclui-se um contrato com a Zurich Financial Services relativamente a produtos de seguro, bem como uma parceria de produtos com doze sociedades gestoras de fundos preferenciais para a distribuição ativa dos produtos de investimento selecionados.

Com o objetivo de dotar a nossa marca de um forte posicionamento internacional, comercializamos de forma consistente os nossos serviços nos países que consideramos estratégicos.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

Visão geral da divisão corporativa

A GTB fornece produtos e serviços bancários comerciais para empresas e instituições financeiras, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, financiamento de transações internacionais, concessão de empréstimos, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos. As nossas divisões de negócio são:

Trade Finance e Cash Management – Empresas
Institutional Cash e Securities Services

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2013:

Em 28 de fevereiro de 2014, a registrar services GmbH foi vendida à Link Market Services.

Em 1 de junho de 2013, a venda da Deutsche Card Services à EVO Payments International foi concluída.

Produtos e serviços

Trade Finance oferece conhecimentos especializados locais, um leque de produtos e serviços para transações internacionais (incluindo financiamento de curto prazo), soluções personalizadas para transações estruturadas e a tecnologia mais moderna traduzida numa rede internacional que permite aos nossos clientes uma melhor gestão dos riscos e questões associadas às suas transações nacionais e transfronteiriças.

Cash Management supre as necessidades de uma base diversificada de empresas e instituições financeiras. Dispostos de um vasto leque de soluções inovadoras e robustas que nos permitem gerir as complexidades das funções de tesouraria regionais e globais dos clientes, incluindo serviços de acesso, pagamento e cobrança, gestão de liquidez, informação e contabilidade, bem como soluções de apresentação e pagamento de faturas eletrónicas.

Securities Services fornece um conjunto de serviços fiduciários, de pagamento, administrativos e conexos relativamente a títulos e transações financeiras selecionadas, bem como custódia nacional de títulos em mais de 30 mercados.

Canais de Distribuição e Marketing

A GTB desenvolve e comercializa os seus próprios produtos e serviços na Europa, no Médio Oriente, na Ásia e nas Américas. As ações de marketing são levadas a cabo em conjugação com as funções de cobertura, quer nesta divisão, quer na CB&S e PBC. A alavancagem do modelo de cobertura bancária comercial integrada para clientes de pequenas e médias empresas permite-nos captar novas oportunidades neste grupo de clientes.

Os clientes podem ser diferenciados em dois grupos principais: (i) instituições financeiras, como bancos, fundos de investimento e fundos de pensões, corretores/intermediários financeiros, gestores de fundos e seguradoras, e (ii) empresas multinacionais, grandes empresas e médias empresas locais, predominantemente na Alemanha e nos Países Baixos.

Divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)

Visão geral da divisão corporativa

Com 1,1 biliões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2015, a Deutsche AWM é um dos principais organismos de investimento do mundo. Através da oferta de investimentos ativos tradicionais, passivos e alternativos em todas as principais classes de ativos, a Deutsche AWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a proteger e a aumentar o seu património. A Deutsche AWM também fornece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de *private banking* para clientes individuais e administradores de famílias com património de valor líquido elevado e ultraelevado (UHNW).

Produtos e serviços

As soluções de investimento da Deutsche AWM abrangem estratégias ativas e passivas e um leque diversificado de classes de ativos, incluindo ações, fundos de rentabilidade fixa, bens imobiliários, fundos de infraestruturas, fundos de capitais privados e fundos de cobertura. A divisão proporciona também soluções personalizadas de gestão de patrimónios e serviços de banca privada, incluindo financiamentos e gestão discricionária de carteiras.

Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Global Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da Deutsche AWM. A Deutsche AWM também comercializa e distribui a sua oferta através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PBC para os clientes de retalho e a CB&S para clientes empresariais e institucionais selecionados, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes têm um ponto de acesso único à Deutsche AWM, com equipas dedicadas ao serviço de grupos de clientes específicos.

A Deutsche AWM criou os centros consultivos para Key Client Partners (KCP) em 2013, para fornecer as suas capacidades de banca de investimento, banca empresarial e gestão de ativos interdivisões. Os centros globais conferem aos investidores profissionais acesso a soluções de financiamento e oportunidades de investimento transfronteiriças e entre classes de ativos em conjunto com a CB&S.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

No segundo semestre de 2012, a unidade Non-Core Operations Unit (NCOU) foi estabelecida como o quinto pilar da nossa estrutura de negócios. O seu objetivo era ajudar o Banco a reduzir os riscos associados com ativos de capital intensivo que não são fundamentais para a estratégia, reduzindo assim a necessidade de capital. Tal como indicado nos nossos anteriores anúncios sobre estratégia, os nossos objetivos que presidiram à criação da NCOU, eram maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

Em conformidade com os nossos recentes anúncios da Estratégia 2020, o objetivo da NCOU consiste em reduzir a alavancagem e ativos com ponderação de risco com uma ambição para significativamente dissolver as restantes posições até final de dezembro de 2016, de modo que esses ativos ponderados pelo risco residuais nessa altura sejam menos do que 10 mil milhões de euros no total. Na condução deste mandato, a NCOU procurará sair das restantes posições com perfis menos favoráveis em termos de capital e retorno sobre o risco, permitindo-nos assim fortalecer o nosso rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded*.

A NCOU gere ativos com o valor aproximado de 27 mil milhões de euros e ativos ponderados pelo risco (RWA) *fully loaded* equivalentes a 34 mil milhões de euros, valores contabilizados em 31 de dezembro de 2015.

A carteira da NCOU inclui atividades não essenciais para a nossa futura estratégia; ativos materialmente afetados por mudanças do setor, ambientais, jurídicas ou regulamentares; ativos destinados a redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos jurídicos. Seguindo critérios semelhantes aos utilizados para a seleção de ativos, determinados passivos foram igualmente transferidos para a NCOU como, por exemplo, passivos de negócios em fase de liquidação ou de venda, antigos formatos de emissão de obrigações e vários outros passivos de curto prazo indexados a ativos reatribuídos.

Em termos de ativos ponderados pelo risco (RWA), a maioria dos ativos da NCOU diz agora respeito a ativos CB&S antigos, incluindo posições de negociação de correlação de crédito, ativos de titularização, exposições a seguradoras monorramo e ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39. A carteira da NCOU inclui ainda ativos PBC antigos, tais como hipotecas residenciais europeias selecionadas e ativos do consumidor, bem como outros investimentos financeiros que deixaram de ser considerados estratégicos para o Postbank. Os ativos previamente geridos na antiga divisão Corporate Investments do Grupo dizem respeito às nossas atividades globais de investimento em capital, que agora consistem principalmente na nossa participação no operador portuário Maher Terminals.

Efetuámos as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2013:

Em abril de 2015, chegámos a um acordo para vender a Fairview Container Terminal em Port of Prince Rupert, Canadá (um segmento da Maher Terminals) a DP World (um operador de terminais marinhos sediado no Dubai) por 580 milhões CAD, sujeito a aprovações reguladoras. Entretanto, todas as aprovações reguladoras foram obtidas e concluímos a venda com êxito.

Em 19 de dezembro de 2014, concluímos a venda do Nevada Property 1 LLC, o proprietário do The Cosmopolitan of Las Vegas, ao Blackstone Real Estate Partners VII por 1,73 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, sujeita a ajustamentos do preço de compra aquando da conclusão da operação.

Em março de 2014, concluímos a venda do BHF-BANK ao Kleinwort Benson Group e à RHJ International por um montante total de 347 milhões de euros principalmente em numerário (316 milhões de euros) e o restante sob a forma

de novas ações da RHJ International emitidas ao valor nominal. Estas ações também foram vendidas subsequentemente.

Em dezembro de 2013, a nossa subsidiária Deutsche Postbank AG concluiu a venda de uma carteira de créditos imobiliários comerciais do Reino Unido no valor de aproximadamente 1,4 mil milhões de libras à GE Capital Real Estate.

Em junho de 2013, a nossa subsidiária PB Capital Corporation concluiu a venda de uma carteira de créditos imobiliários comerciais no valor de aproximadamente 3,7 mil milhões de dólares americanos ao Union Bank, N.A., sediado em São Francisco, uma subsidiária indireta do Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.

Em maio de 2013, a Sicherungseinrichtungsgesellschaft deutscher Banken mbH ("SdB") reembolsou integralmente a restante exposição (da qual 0,8 mil milhões de euros estavam afetados à antiga Corporate Investments, agora parte da NCOU) de notas consideradas elegíveis pelo BCE garantidas pelo SOFFin (Sonderfonds Finanzmarktstabilisierung, fundo especial de estabilização do mercado financeiro, estabelecido em outubro de 2008 pelo governo alemão no contexto da crise financeira).

Em janeiro de 2013, concluímos a venda da nossa participação de 15 % na Dedalus GmbH & Co. KGaA, através da qual detínhamos indiretamente cerca de 1,1 % das ações da EADS N.V., por uma contrapartida de aproximadamente 250 milhões de euros.

Infraestrutura e Gestão Regional

As funções de infraestrutura executam funções de controlo e serviço e, em particular, as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos supradivisionais, direção e controlo, bem como a gestão de risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas pelas seguintes áreas de responsabilidade:

Copresidentes: Communications (Comunicações), CSR (RSE), Group Audit (Auditoria do Grupo), Corporate Strategy (Estratégia Corporativa), Research (Pesquisa) e Group Incident & Investigation Management (Gestão de Incidente e Investigação do Grupo)

Diretor financeiro: Group Finance (Finanças do Grupo), Group Tax (Fiscalidade ao nível do Grupo), Group Treasury (Tesouraria do Grupo), Relações com os Investidores e M&A (Fusões e Aquisições) do Grupo

Diretor de risco: Funções de gestão de Risco de crédito, Risco operacional, Risco de mercado, Risco de liquidez, Risco estratégico, Risco empresarial e Corporate Insurance (Seguros)

Diretora regulamentar: Group Regulatory Affairs (Assuntos Reguladores do Grupo), Group Structuring (Estruturação do Grupo), Public Affairs (Assuntos Públicos), Compliance (Conformidade), Anti-Financial Crime (Combate aos crimes financeiros)

Diretor administrativo: Assuntos jurídicos, Governo da sociedade global e Recursos humanos

Diretor de operações e diretor de informações: Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo), Corporate Services (Serviços Corporativos), Transformação Digital e responsável pelo diretor de Informações e pela Gestão de dados do Grupo

A Gestão Regional tem a tarefa de proteger a integridade e reputação do Grupo e de coordenar e alinhar a atividade local e desenvolvimento estratégico entre as empresas do grupo, infraestruturas e pessoas jurídicas.

Todas as despesas e receitas incorridas com as áreas da Infraestrutura e da Gestão Regional são afetadas na totalidade às nossas cinco divisões corporativas.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2015, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	15 881	14 272	14 834	1 610	11	(562)	(4)
Provisão para perdas de crédito	956	1 134	2 065	(178)	(16)	(931)	(45)
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	14 925	13 138	12 769	1 788	14	369	3
Rendimentos de serviços e comissões ¹	12 765	12 409	12 308	356	3	101	1
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resul- tados ¹	3 842	4 299	3 817	(457)	(11)	481	13
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	203	242	394	(39)	(16)	(152)	(39)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	164	619	369	(455)	(73)	251	68
Outro resultado	669	108	193	561	N/S	(85)	(44)
Rendimento total excluindo juros	17 644	17 677	17 082	(33)	(0)	596	3
Total de receitas líquidas²	32 569	30 815	29 850	1 754	6	965	3
Remunerações e benefícios	13 293	12 512	12 329	781	6	183	1
Despesas gerais e administrativas	18 632	14 654	15 126	3 977	27	(472)	(3)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	256	289	460	(32)	(11)	(172)	(37)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	5 776	111	79	5 665	N/S	33	42
Atividades de reestruturação	710	133	399	577	N/S	(267)	(67)
Despesas totais (excluindo juros)	38 667	27 699	28 394	10 968	40	(695)	(2)
Resultado antes de impostos sobre o ren- dimento	(6 097)	3 116	1 457	(9 213)	N/S	1 660	114
Despesa de imposto sobre o rendimento	675	1 425	775	(750)	(53)	650	84
Resultado líquido	(6 772)	1 691	681	(8 463)	N/S	1 010	148
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	21	28	15	(6)	(23)	13	83
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(6 794)	1 663	666	(8 457)	N/S	997	150

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

N/S – Não significativo

¹ Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.

² Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	25 967	25 001	25 601	966	4	(600)	(2)
Total de gasto de juros	10 086	10 729	10 768	(643)	(6)	(39)	(0)
Rendimento de juros líquido	15 881	14 272	14 834	1 610	11	(562)	(4)
Ativos remunerados médios ¹	1 031 827	1 040 908	1 136 662	(9 080)	(1)	(95 754)	(8)
Passivos remunerados médios ¹	814 541	851 714	979 245	(37 172)	(4)	(127 531)	(13)
Rendimento de juros bruto ²	2,52 %	2,40 %	2,25 %	0,12 pp	5	0,15 pp	7
Taxa de juros bruta paga ³	1,24 %	1,26 %	1,10 %	(0,02) p.p.	(2)	0,16 pp	15
Diferencial da taxa de juro líquida ⁴	1,28 %	1,14 %	1,15 %	0,14 pp	12	(0,01) p.p.	(1)
Margem da taxa de juro líquida ⁵	1,54 %	1,37 %	1,31 %	0,17 pp	12	0,06 pp	5

pp – pontos percentuais

¹ Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.² O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.³ A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.⁴ O diferencial da taxa de juro líquida é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.⁵ A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2015

O aumento do rendimento de juros líquido em 2015 de 1,6 mil milhões de euros, ou 11 %, para 15,9 mil milhões de euros, em comparação com 14,3 mil milhões de euros em 2014, deveu-se sobretudo ao maior rendimento de juros dos ativos detidos para negociação na CB&S impulsionados principalmente pela forte atividade dos clientes e maiores saldos de clientes. Também contribuíram para o aumento as variações cambiais favoráveis e o crescimento orgânico em Deutsche AWM. Globalmente, o diferencial de taxa de juro líquida subiu 14 pontos base e a margem de juros líquidos melhorou 17 pontos base, principalmente impulsionados pelo volume associado com o menor juro, um aumento no rendimento de juros e uma diminuição nos gastos de juros, em 2015, em comparação com o ano anterior.

2014

O decréscimo do rendimento de juros líquido em 2014 de 562 milhões de euros, ou 4%, para 14,3 mil milhões de euros, em comparação com 14,8 mil milhões de euros em 2013, deveu-se sobretudo ao menor rendimento de juros na NCOU devido a reduções no ativo resultantes da continuação da redução do risco. Globalmente, o diferencial da taxa de juro líquida diminuiu 1 ponto-base resultante de um aumento ligeiramente inferior do rendimento de juros bruto em comparação com a taxa de juros bruta paga. A margem da taxa de juro líquida melhorou 6 pontos base, sobretudo devido a efeitos resultantes das reduções de ativo acima mencionadas.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
CB&S – Sales & Trading (ações)	870	1 066	1 120	(196)	(18)	(54)	(5)
CB&S – Sales & Trading (dívida e outros produtos)	3 654	2 487	2 548	1 167	47	(61)	(2)
Non-Core Operations Unit	(552)	(663)	(374)	111	(17)	(289)	77
Outros	(130)	1 408	523	(1 538)	N/S	886	169
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 842	4 299	3 817	(457)	(11)	482	13

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

2015

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 457 milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros em 2015. O principal impulsionador para isto foi um aumento em perdas líquidas em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados de 1,5 mil milhões de euros na categoria Outros. Os fatores contribuintes foram as perdas na exposição de swap longa em CB&S devido ao movimento desfavorável da taxa de juro e de câmbio em parte compensada por um aumento de 1,2 mil milhões de euros em Sales & Trading (dívida e outros produtos) que principalmente reflete uma maior volatilidade do mercado especialmente no primeiro trimestre de 2015, resultando num fluxo de novos clientes e negócios.

2014

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentaram 482 milhões de euros para 4,3 mil milhões de euros em 2014. O principal fator responsável foi um aumento de 886 milhões de euros em Outros, refletindo principalmente os ganhos de valor de mercado de movimentos das taxas de juro na CB&S, que foi parcialmente compensado por um aumento em perdas líquidas em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados de 289 milhões de euros na NCOU, que incluiu uma perda relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados no setor da energia nos EUA em 2014.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa e por produto no âmbito da CB&S.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	15 881	14 272	14 834	1 610	11	(562)	(4)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 842	4 299	3 817	(457)	(11)	481	13
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19 723	18 570	18 651	1 153	6	(81)	(0)
Repartição por Divisão Corporativa/produto:¹							
Sales & Trading (ações)	2 502	2 302	2 111	200	9	191	9
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 909	6 591	5 976	1 318	20	615	10
Total Sales & Trading	10 411	8 893	8 087	1 518	17	806	10
Produtos de crédito ²	623	688	587	(65)	(9)	101	17
Restantes produtos ³	(440)	(62)	69	(378)	N/S	(131)	N/S
Corporate Banking & Securities	10 594	9 519	8 743	1 074	11	776	9
Private & Business Clients	5 837	5 893	5 817	(56)	(1)	75	1
Global Transaction Banking	2 133	2 205	1 940	(73)	(3)	265	14
Deutsche Asset & Wealth Management	1 615	1 500	1 550	115	8	(50)	(3)
Non-Core Operations Unit	(631)	(612)	176	(19)	3	(788)	N/S
Consolidation & Adjustments	176	65	423	112	174	(359)	(85)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19 723	18 570	18 651	1 153	6	(81)	(0)

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

N/S – Não significativo

¹ Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".

² Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de swaps de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.

³ Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de origemação, consultoria e outros produtos.

Corporate Banking & Securities (CB&S)

2015

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 10,6 mil milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 1,1 mil milhões de euros (11%) face a 2014. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os proveitos foram significativamente superiores devido a variações cambiais favoráveis e a um forte primeiro semestre do ano. Os proveitos superiores em Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram parcialmente contrabalançados pelos três itens de ajuste de valorização, totalizando uma perda de 187 milhões de euros incluindo uma perda de 146 milhões de euros relativa a um refinamen-

to no cálculo dos ajustamentos da avaliação do crédito IFRS (CVA), uma perda do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) de 143 milhões de euros (incluindo uma perda de 26 milhões de euros relativos a um refinamento do cálculo) e a um ganho de valorização pelos preços de mercado de 102 milhões de euros relativamente aos esforços de mitigação RWA em CVA. O aumento nas receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foi principalmente impulsionado pelo aumento de balanços dos clientes em financiamento especial (Prime Finance). As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram significativamente inferiores, devido à menor atividade do cliente e a um ambiente de gestão de risco desafiante no segundo semestre do ano.

2014

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 9,5 mil milhões de euros em 2014, o que representa um aumento de 776 milhões de euros (9%) face a 2013. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os principais fatores para o aumento foram receitas superiores em RMBS, após terem sido afetadas pela atividade de diminuição do risco e pelas condições de mercado difíceis em 2013, ganhos do valor de mercado relativos aos esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um CVA em comparação com uma perda em 2013 e receitas superiores em soluções de crédito (Credit Solutions) devido ao aumento do financiamento. O aumento em Sales & Trading (ações) em 2014 deveu-se sobretudo a saldos de financiamento de cliente em financiamento especial (Prime Finance) e condições de negociação favoráveis em derivados de ações (Equity Derivatives). A receita de produtos de crédito também aumentou no exercício, refletindo o investimento no negócio de imóveis comerciais. Estes aumentos de receitas foram parcialmente compensados por uma diminuição em Restantes produtos, principalmente devido a uma perda em Ajustamento da avaliação de dívida (DVA) de 126 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 21 milhões de euros).

Private & Business Clients (PBC)

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 5,8 mil milhões de euros em 2015, o que representa um decréscimo de 56 milhões de euros face a 2014. A diminuição foi principalmente impulsionada pelos efeitos associados à transação da participação de PBC em Hua Xia Bank Co. Ltd. Isto foi parcialmente compensado por um pagamento de dividendo extraordinário recebido após a transação de vendas de uma entidade investida. O que também contribuiu para o desenvolvimento foi o continuado ambiente desafiante das taxas de juro em 2015.

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram de 5,9 mil milhões de euros em 2014, aumentado em 75 milhões de euros, face a 2013, incluindo o positivo impacto de um subsequente ganho relacionado com uma venda de negócios fechada num período anterior. Apesar deste efeito, o rendimento de juros líquidos foi impactado por um continuado ambiente desafiante das taxas de juros na Europa.

Global Transaction Banking (GTB)

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2,1 mil milhões de euros em 2015, o que representa um decréscimo de 73 milhões de euros ou 3% face a 2014, devido principalmente às taxas de juro persistentemente baixas, fortes contrariedades geopolíticas e elevada concorrência no mercado.

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 2,2 mil milhões de euros em 2014, o que representa um aumento de 265 milhões de euros (14%) face a 2013. O aumento deveu-se sobretudo a uma mudança dos nossos instrumentos de cobertura para gerir o risco de taxa de juro, o que aumenta as nossas receitas ao justo valor através de resultados, mas é compensada em outras receitas. Globalmente, o rendimento de juros líquido permaneceu sob pressão devido ao contexto de baixas taxas de juro.

Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM)

2015

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 1,6 mil milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 115 milhões de euros (8%) face a 2014. O aumento dos proveitos de juros líquidos foi impulsionado pelas variações cambiais favoráveis, maior volume de empréstimos e menores custos de financiamento. Este aumento foi parcialmente contrabalançado por uma mudança desfavorável no justo valor das garantias.

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 1,5 mil milhões de euros em 2014, o que representa um decréscimo de 50 milhões de euros (3%) face a 2013. As receitas de juros líquidas superiores em concessão de empréstimos, depósitos e alternativas foram largamente compensadas por uma mudança desfavorável no justo valor de garantias e efeitos negativos de movimentos do valor de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life.

Non-Core Operations Unit (NCOU)

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda líquida de 631 milhões de euros em 2015, o que representa um aumento de 19 milhões de euros face a 2014. O principal impulsionador do desenvolvimento foi os proveitos de juros líquidos inferiores devido a reduções de ativos na NCOU como resultado da nossa estratégia de remoção de risco, o que foi parcialmente compensado pela ausência de uma perda única em 2014 relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos transacionados nos Estados Unidos.

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi uma perda líquida de 612 milhões de euros em 2014. Tal representou uma redução de 788 milhões de euros, face a 2013. O principal fator responsável pela diminuição foram receitas de juros líquidas inferiores devido a reduções de ativo na NCOU resultantes da nossa estratégia de diminuição do risco. As perdas pelo justo valor continuaram a ter um impacto negativo sobre as receitas e incluíram uma perda única relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos transacionados no setor da energia nos Estados Unidos durante o primeiro trimestre de 2014.

Consolidation & Adjustments(C&A)

2015

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 176 milhões de euros em 2015, face a 65 milhões de euros em 2014, o que representa um aumento de 112 milhões de euros. Este aumento deveu-se principalmente a um impacto positivo de FVA sobre derivados não garantidos internos.

2014

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi um valor positivo de 65 milhões de euros em 2014, por oposição a um ganho de 423 milhões de euros em 2013. Este decréscimo foi motivado principalmente por efeitos negativos resultantes de diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS. Isto foi parcialmente compensado por um rendimento superior da nossa balança de capital, resultante em grande parte do aumento de capital em 2014.

Provisão para perdas de crédito

2015

A provisão para perdas de crédito em 2015 era de 956 milhões de euros, descendo 178 milhões de euros, ou 16% versus 2014 impulsionada por reduções significativas na NCOU em relação à IAS 39 que reclassifica os ativos e exposições a imobiliário, bem como na PBC devido às vendas de empréstimos sem resultados, ao ambiente favorável ao crédito na Alemanha e à estabilização das condições económicas no sul da Europa. Estas reduções foram parcialmente compensadas por aumentos na CB&S causados pelas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado.

2014

A provisão para perdas de crédito em 2014 foi de 1,1 mil milhões de euros, o que representa uma descida de 931 milhões de euros, ou 45%, em comparação com 2013, refletindo reduções significativas em todos os negócios. A redução na NCOU deveu-se a uma diminuição na provisão para perdas de crédito nos bens reclassificados em conformidade com a IAS 39 e nos ativos em imobiliário comercial. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank beneficiaram de um aumento de desembolsos e da não recorrência de grandes reservas de nome único.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões ¹	12 765	12 409	12 308	356	3	101	1
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	203	242	394	(39)	(16)	(152)	(39)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	164	619	369	(455)	(73)	251	68
Outro resultado	669	108	193	561	N/S	(85)	(44)
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	13 802	13 379	13 264	423	3	115	1
¹ inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	432	404	435	28	7	(31)	(7)
Comissões de ativos geridos	3 666	3 057	2 963	609	20	94	3
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	382	283	247	99	35	36	14
Total	4 480	3 745	3 645	735	20	100	3
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	2 388	2 545	2 378	(157)	(6)	167	7
Comissões de corretagem	1 746	1 488	1 542	258	17	(54)	(3)
Total	4 134	4 033	3 920	101	3	113	3
Comissões por outros serviços ao cliente	4 151	4 632	4 742	(480)	(10)	(111)	(2)
Rendimento total de serviços e comissões	12 765	12 409	12 308	356	3	101	1

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2015

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 356 milhões de euros, de 12,4 mil milhões de euros em 2014 para 12,8 mil milhões de euros em 2015. As comissões para ativos sob gestão aumentaram devido a um forte desempenho operacional dos nossos negócios, refletindo um mercado favorável, impacto dos influxos de ativos líquidos e das comissões de desempenho na Asset Management ativa. Tal foi parcialmente contrabalançado por uma diminuição em Comissões por outros serviços ao cliente, incluindo um declínio na PBC devido a um novo contrato com a Deutsche Post DHL e a uma queda das comissões de subscrição e consultoria.

2014

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 101 milhões de euros, de 12,3 mil milhões de euros em 2013 para 12,4 mil milhões de euros em 2014. As receitas de consultoria (Advisory) foram superiores às do ano anterior, refletindo um aumento de volumes de comissões e ganhos de quota de mercado. As comissões de ativos geridos aumentaram devido a uma evolução favorável nos fundos negociados em bolsa dos EUA e da Europa. Isto foi compensado por uma diminuição nas comissões por outros serviços ao cliente, principalmente desencadeada por alterações nos requisitos regulamentares relacionadas com comissões de pagamentos e cartões, bem como receitas inferiores de serviços postais. Adicionalmente, uma alteração na classificação de relato de determinados gastos relacionados com produtos resultou num declínio adicional.

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2015

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 203 milhões de euros em 2015, por oposição a 242 milhões de euros em 2014. O declínio em 2015 resultou principalmente do ganho do período do ano anterior relacionado com uma venda de negócio, bem como dos ganhos de títulos de vendas em DB Bauspar.

2014

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 242 milhões de euros em 2014, por oposição a 394 milhões de euros em 2013. O decréscimo em 2014 resultou sobretudo de atividades de redução do risco relacionadas com a NCOU.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial**2015**

Os ganhos líquidos de investimentos em ações diminuíram de 619 milhões de euros em 2014 para 164 milhões de euros em 2015, principalmente devido aos efeitos de valorização em 2015 relacionados com o Hua Xia Bank.

2014

Os resultados líquidos de investimentos de capital aumentaram de 369 milhões de euros em 2013 para 619 milhões de euros em 2014. Os fatores para este efeito positivo foram imparidades na NCOU no ano anterior e uma equivalência patrimonial superior relacionada com o investimento no Hua Xia Bank.

Outro resultado**2015**

Outros resultados diminuíram de 108 milhões de euros em 2014 para 669 milhões de euros em 2015. O aumento em 2015 foi principalmente impulsionado pelas vendas de ativos relacionadas com a acelerada remoção de risco na NCOU.

2014

Outros rendimentos diminuíram de 193 milhões de euros em 2013 para 108 milhões de euros em 2014. O declínio em 2014 deveu-se principalmente à reestruturação do financiamento de dívida da Maher Terminals, que resultou numa reclassificação da perda ao preço de mercado cumulativa de outro rendimento integral para outros rendimentos na NCOU.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	13 293	12 512	12 329	781	6	183	1
Despesas gerais e administrativas ¹	18 632	14 654	15 126	3 977	27	(472)	(3)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	256	289	460	(32)	(11)	(172)	(37)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	5 776	111	79	5 665	N/S	33	42
Atividades de reestruturação	710	133	399	577	N/S	(266)	(67)
Despesas totais (excluindo juros)	38 667	27 699	28 394	10 968	40	(695)	(2)

N/S – Não significativo

¹ inclui:

	2015	2014	2013	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Despesas de TI	3 664	3 333	3 074	331	10	259	8
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 944	1 978	2 073	(34)	(2)	(95)	(5)
Taxas de serviços profissionais ²	2 283	2 029	1 772	255	13	256	14
Comunicações e serviços de dados ²	807	725	706	82	11	18	3
Despesas de deslocação e representação ²	505	521	516	(16)	(3)	5	1
Encargos bancários e de transação ²	598	660	743	(62)	(9)	(83)	(11)
Despesas de marketing ²	294	293	294	2	1	(1)	(0)
Investimentos consolidados	406	811	797	(405)	(50)	14	2
Outras despesas ^{2,3}	8 129	4 305	5 151	3 824	89	(847)	(16)
Despesas totais gerais e administrativas	18 632	14 654	15 126	3 977	27	(472)	(3)

² Em 2015, os períodos comparativos anteriores foram reajustados para refletir alterações no relato de custos do Grupo.

³ Incluindo as despesas relacionadas com litígios de 5,2 mil milhões de euros em 2015, 1,6 mil milhões de euros para litígios e 0,4 mil milhões de euros para comissões de processamento de empréstimos na PBC em 2014 e 3,0 mil milhões de euros para os litígios em 2013.

Remunerações e benefícios

2015

As remunerações e benefícios aumentaram 781 milhões de euros, ou 6%, para 13,3 mil milhões de euros em 2015 em comparação com 12,5 mil milhões de euros em 2014, o que reflete principalmente a desfavorável evolução cambial.

2014

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 183 milhões de euros, ou 1 %, para 12,5 mil milhões de euros em 2014 em comparação com 12,3 mil milhões de euros em 2013. Isto reflete principalmente custos de remuneração fixa superiores para cumprir requisitos regulamentares, motivados significativamente pela CB&S, bem como por contratações estratégicas nas nossas funções de negócio e controlo. Este aumento foi parcialmente compensado por efeitos positivos decorrentes da implementação contínua do Programa de Excelência Operacional (OpEx) nos nossos negócios essenciais.

Despesas gerais e administrativas

2015

As despesas gerais e administrativas aumentaram 4,0 mil milhões de euros, ou 27 %, para 18,6 mil milhões de euros em 2015, face a 14,7 mil milhões de euros em 2014. O aumento foi principalmente impulsionado pelos superiores custos de litígios de 5,2 mil milhões de euros em comparação com 1,6 mil milhões de euros de litígio para o Grupo e 0,4 mil milhões de euros para comissões de processamento de empréstimos na PBC em 2014, efeitos desfavoráveis da taxa de câmbio, amortizações de software e imparidades superiores, bem como encargos significativamente mais altos para taxas bancárias. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos menores custos devido à alienação de ativos na NCOU em 2014 e outras reduções de custos.

2014

As despesas gerais e administrativas diminuíram 472 milhões de euros, ou 3%, para 14,7 mil milhões de euros em 2014, face a 15,1 mil milhões de euros em 2013. A diminuição deveu-se sobretudo a custos de contencioso inferiores, no valor de 1,6 mil milhões de euros e de 0,4 mil milhões de euros de comissões de processamento de empréstimos na PBC face a 3,0 mil milhões de euros em 2013, bem como em poupanças do Programa de Excelência Operacional (OpEx). A diminuição foi parcialmente compensada por maiores gastos derivados de requisitos regulamentares e investimentos nos nossos negócios essenciais.

Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros

2015

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram 32 milhões de euros, de 289 milhões de euros em 2014 para 256 milhões de euros em 2015, o que decorreu exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

2014

Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros diminuíram 172 milhões de euros, de 460 milhões de euros em 2013 para 289 milhões de euros em 2014, o que decorreu exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis

2015

Os encargos de imparidade em *goodwill* e outros ativos intangíveis de 5,8 mil milhões de euros foram atribuíveis a 3,6 mil milhões de euros (dos quais a imparidade de *goodwill* de 2,8 mil milhões de euros e 0,8 mil milhões de euros de outros ativos intangíveis) na PBC e 2,2 mil milhões de euros na CB&S. O encargo representa uma imparidade completa de *goodwill* na CB&S e PBC e uma imparidade parcial de outros ativos intangíveis na PBC. As imparidades deveram-se em grande parte aos maiores requisitos de capital regulamentares que se esperavam e às alienações na PBC, conforme desenvolvido nas discussões das nossas divisões corporativas individuais abaixo.

2014

Em 2014, os encargos de imparidade com *goodwill* e outros intangíveis de 111 milhões de euros foram atribuíveis principalmente a 194 milhões de euros de imparidade para o nosso investimento na Maher Terminal, com uma compensação parcial de uma avaliação na Scudder de 84 milhões de euros.

Reestruturação

2015

As despesas de reestruturação ascenderam a 710 milhões de euros em 2015 comparativamente com 133 milhões de euros em 2014. O aumento foi impulsionado em 616 milhões de euros para a implementação da nossa Estratégia 2020 introduzida em 2015, parcialmente compensada pelo menor gasto para o nosso Programa de Excelência Operacional (OpEx), que foi concluído conforme planeado em 2015.

2014

Os custos de reestruturação do nosso programa OpEx registaram um decréscimo de 266 milhões de euros, ou 67%, de 399 milhões de euros em 2013 para 133 milhões de euros em 2014.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2015

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 675 milhões de euros (2014: 1,4 mil milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 11% negativos (2014: 46%) foi principalmente impactada pelas significativas imparidades não dedutíveis de *goodwill* e encargos de litígios.

2014

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 1,4 mil milhões de euros (2013: 775 milhões de euros). A taxa efetiva de imposto de 46% (2013: 53%) foi afetada principalmente por encargos com litígios não dedutíveis para efeitos fiscais e impostos sobre o rendimento de períodos anteriores que foram parcialmente compensados por alterações no reconhecimento e medição de impostos diferidos.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento;
- a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão e
- e definições de medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas em relação a cada segmento.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2015. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

	2015							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Manage- ment	Non-Core Operations Unit	Total de relatos de gestão	Consoli- dation & Adjustments	Total consoli- dado
Receitas líquidas¹	14 219	8 911	4 616	5 408	401	33 556	(30)	33 525
Provisão para perdas de crédito	265	501	127	9	54	955	1	956
Remunerações e benefícios	3 739	2 847	679	1 605	94	8 964	4 329	13 293
Despesas gerais e administrativas	9 932	4 664	2 368	2 286	2 986	22 236	(3 604)	18 632
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	256	0	256	0	256
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	2 168	3 603	0	6	0	5 776	0	5 776
Atividades de reestruturação	124	587	3	(4)	(1)	710	0	710
Despesas totais (excluindo juros)	15 963	11 700	3 050	4 149	3 079	37 942	724	38 667
Participações minoritárias	26	1	0	(0)	1	27	(27)	0
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(2 035)	(3 291)	1 439	1 250	(2 732)	(5 368)	(729)	(6 097)
Rácio custo/rendimento	112 %	131 %	66 %	77 %	N/S	113 %	N/S	115 %
Ativos ²	1 145 004	257 121	99 953	89 001	27 172	0	10 880	1 629 130
Despesas por adições de ativos de longa duração	1	113	1	2	(0)	116	643	758
Ativos ponderados pelo risco ³	195 096	80 016	52 062	23 795	34 463	385 431	11 283	396 714
Capital próprio ativo médio	30 948	15 099	7 607	8 023	6 674	68 351	7	68 359
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	(5) %	(18) %	14 %	30 %	N/S	(6) %	N/S	(12) %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(7) %	(22) %	19 %	16 %	N/S	(8) %	N/S	(9) %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ⁴	(4) %	(14) %	12 %	10 %	N/S	(5) %	N/S	(10) %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	6 382	5 968	2 038	1 288	(79)	15 597	285	15 881
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	64	40	4	34	20	162	3	164
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	524	21	53	182	166	945	68	1 013

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

⁴ A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 11% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

	2014							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Manage- ment	Non-Core Operations Unit	Total de relatos de gestão	Consoli- dation & Adjustments	Total consoli- dado
Receitas líquidas¹	13 629	9 565	4 119	4 704	172	32 189	(240)	31 949
Provisão para perdas de crédito	103	622	156	(7)	259	1 133	1	1 134
Remunerações e benefícios	3 712	2 863	634	1 398	107	8 714	3 798	12 512
Despesas gerais e administrativas	6 769	4 880	2 166	2 090	2 508	18 413	(3 759)	14 654
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	289	0	289	0	289
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	0	0	(83)	194	111	0	111
Atividades de reestruturação	112	9	10	(3)	4	133	0	133
Despesas totais (excluindo juros)	10 593	7 753	2 811	3 691	2 813	27 660	39	27 699
Participações minoritárias	25	1	0	4	(2)	28	(28)	0
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	2 909	1 189	1 152	1 016	(2 899)	3 367	(251)	3 116
Rácio custo/rendimento	78 %	81 %	68 %	78 %	N/S	86 %	N/S	87 %
Ativos ²	1 213 612	258 381	106 252	81 132	38 853	1 698 230	10 474	1 708 703
Despesas por adições de ativos de longa duração	0	108	0	1	0	109	517	626
Ativos ponderados pelo risco ³	175 575	79 571	43 265	16 597	58 524	373 532	20 437	393 969
Capital próprio ativo médio	25 445	14 853	6 033	6 532	7 762	60 624	0	60 624
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	9 %	7 %	15 %	36 %	N/S	5 %	N/S	4 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	11 %	8 %	19 %	16 %	N/S	6 %	N/S	5 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ⁴	7 %	5 %	12 %	10 %	N/S	4 %	N/S	3 %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5 338	5 818	1 849	1 047	51	14 103	168	14 272
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	128	431	3	22	34	617	2	619
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	521	3 154	50	163	170	4 058	85	4 143

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

⁴ A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 46% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

	2013							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Manage- ment	Non-Core Operations Unit	Total de relatos de gestão	Consoli- dation & Adjustments	Total consoli- dado
Receitas líquidas¹	13 400	9 395	4 025	4 718	896	32 434	(519)	31 915
Provisão para perdas de crédito	189	719	315	23	818	2 064	0	2 065
Remunerações e benefícios	3 591	2 955	614	1 291	234	8 685	3 644	12 329
Despesas gerais e administrativas	6 583	4 329	1 932	1 997	3 299	18 139	(3 013)	15 126
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	460	0	460	0	460
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	7	57	14	0	79	0	79
Atividades de reestruturação	130	22	54	170	25	399	0	399
Despesas totais (excluindo juros)	10 303	7 312	2 657	3 932	3 558	27 763	631	28 394
Participações minoritárias	16	0	0	1	(3)	15	(15)	0
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	2 891	1 363	1 053	762	(3 478)	2 592	(1 136)	1 457
Rácio custo/rendimento	77 %	78 %	66 %	83 %	N/S	86 %	N/S	89 %
Ativos ²	1 102 007	265 360	97 240	72 613	63 810	0	10 371	1 611 400
Despesas por adições de ativos de longa duração	12	176	9	7	0	203	539	742
Ativos ponderados pelo risco ³	114 729	73 001	36 811	12 553	52 443	289 537	10 832	300 369
Capital próprio ativo médio	20 161	13 976	5 136	5 864	10 296	55 434	0	55 434
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	13 %	9 %	17 %	43 %	N/S	4 %	N/S	2 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	14 %	10 %	21 %	13 %	N/S	5 %	N/S	3 %
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) ⁴	10 %	7 %	14 %	9 %	N/S	3 %	N/S	1 %
¹ Inclui:								
Rendimento de juros líquido	5 284	5 814	1 886	971	550	14 505	328	14 834
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	78	375	3	18	(106)	368	1	369
² Inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	628	2 563	48	143	171	3 554	28	3 581

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

N/S – Não significativo

³ Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital são baseados no Basileia 2.5.

⁴ A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 53% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 32% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Divisões Corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 391	6 747	6 709	644	10	37	1
Sales & Trading (ações)	3 091	2 917	2 719	174	6	197	7
Geração (dívida)	1 449	1 522	1 557	(73)	(5)	(36)	(2)
Geração (ações)	658	761	732	(103)	(14)	29	4
Consultoria	586	578	478	8	1	100	21
Produtos de crédito	1 094	1 189	1 222	(96)	(8)	(33)	(3)
Outros produtos	(50)	(84)	(18)	34	(41)	(66)	N/S
Total de receitas líquidas	14 219	13 629	13 400	589	4	229	2
Provisão para perdas de crédito	265	103	189	162	158	(87)	(46)
Remunerações e benefícios	3 739	3 712	3 591	28	1	121	3
Despesas gerais e administrativas	9 932	6 769	6 583	3 163	47	186	3
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	2 168	0	0	2 168	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	124	112	130	12	11	(17)	(13)
Despesas totais (excluindo juros)	15 963	10 593	10 303	5 371	51	289	3
Participações minoritárias	26	25	16	0	1	9	57
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(2 035)	2 909	2 891	(4 944)	N/S	17	1
Rácio custo/rendimento	112 %	78 %	77 %	N/S	35 pp	N/S	1 pp
Ativos ¹	1 145 004	1 213 612	1 102 007	(68 608)	(6)	111 605	10
Ativos ponderados pelo risco ²	195 096	175 575	114 729	19 521	11	60 846	53
Capital ativo médio ³	30 948	25 445	20 161	5 503	22	5 284	26
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(7) %	11 %	14 %	N/S	(18) p.p.	N/S	(3) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

³ Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2015

A CB&S apresentou proveitos sólidos no ano completo de 2015, impulsionados por variações cambiais favoráveis e por um forte primeiro semestre do ano. Na segunda metade do ano, os proveitos foram afetados pela reduzida atividade dos clientes e por um desafiante ambiente no mercado.

As receitas líquidas do exercício de 2015 foram de 14,2 mil milhões de euros, um aumento de 589 milhões de euros, ou de 4%, face ao valor de 13,6 mil milhões de euros registado em 2014.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 7,4 mil milhões de euros, um aumento de 644 milhões de euros, ou 10%. As receitas cambiais de Foreign Exchange foram significativamente superiores, impulsionadas pelo aumento da volatilidade no mercado e por uma mais forte atividade dos clientes. As receitas de Core Rates foram significativamente superiores, impulsionadas por um forte desempenho na Europa e na América do Norte. As receitas de Flow Credit foram significativamente superiores, refletindo uma melhoria nas condições do mercado na América do Norte e na Europa. As receitas de mercados emergentes (Emerging Markets) foram superiores apesar dos desafios existentes nos mercados e da nossa saída da Rússia, refletindo um forte desempenho na América Latina. As receitas em RMBS foram significativamente mais baixas refletindo as desafiante condições do mercado. As receitas de Credit Solutions foram mais baixas impulsionadas pela reduzida atividade dos clientes e por um fraco ambiente de mercado, particularmente na APAC. As receitas de Global Liquidity Management e Distressed Products ficaram em linha com o ano anterior. As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) incluíram três rubricas de ajustamento de avaliação, totalizando uma perda de 187 milhões de euros. Primeiro, um ganho do valor de mercado de 102 milhões de euros (exercício de 2014: um ganho de 7 milhões de euros) relacionado com esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um ajustamento da avaliação de crédito (CVA). Segundo, uma perda de 146 milhões de euros (exercício de 2014: perda de 58 milhões de euros) relacionada com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS. Terceiro, uma perda de ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) de 143 milhões de euros (exercício de 2014: uma perda de 122 milhões de euros) incluindo um impacto negativo de 26 milhões de euros devido a um refinamento no cálculo.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 3,1 mil milhões de euros, um aumento de 174 milhões de euros, ou 6%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram significativamente superiores impulsionadas pelo aumento nos saldos dos clientes. As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram significativamente mais baixas, refletindo a reduzida atividade dos clientes e um desafiante ambiente de gestão do risco no segundo semestre do ano. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de geração e consultoria (Origination e Advisory) fixaram-se em 2,7 mil milhões de euros para a totalidade do ano de 2015, um recuo de 168 milhões de euros, ou 6%, refletindo um declínio na quota de mercado e uma mais baixa apetência para o risco. As receitas de geração de ações (Equity Origination) foram mais baixas, refletindo um reduzido conjunto de comissões no segundo semestre do ano. As receitas de geração de dívida e consultoria (Debt Origination e Advisory) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de produtos de crédito (Loan products) foram de 1,1 mil milhões de euros no exercício de 2015, uma diminuição relativamente ao exercício anterior (1,2 mil milhões de euros).

As receitas líquidas de Outros produtos constituíram uma perda de 50 milhões de euros (2014: perda de 84 milhões de euros). As receitas líquidas de Outros produtos incluíram um ganho de 48 milhões de euros (total do ano de 2014: uma perda de 126 milhões de euros) relativo ao impacto do ajustamento da avaliação de dívida (DVA) em determinados passivos derivados.

Nas provisões para perdas de crédito, a CB&S registou um encargo líquido de 265 milhões de euros (2014: encargo líquido de 103 milhões de euros), impulsionado pelo aumento nas provisões assumidas nas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 5,4 mil milhões de euros (51%), em comparação com o exercício de 2014. O aumento ficou a dever-se a encargos de imparidade de *goodwill*, a custos de litígio mais elevados, a variações cambiais adversas e a despesas necessárias devido aos regulamentos.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento registaram uma perda de 2,0 mil milhões de euros, comparado com os ganhos de 2,9 mil milhões de euros no ano anterior, devido a uma imparidade de *goodwill* de 2,2 mil milhões de euros e a encargos de litígio superiores, no valor de 2,8 mil milhões de euros, parcialmente compensados por receitas superiores.

2014

A CB&S apresentou resultados sólidos no exercício de 2014, apesar de um contexto de mercado difícil com baixa volatilidade de mercado e atividade de clientes no primeiro semestre do ano. No segundo semestre de 2014, a volatilidade aumentou e a CB&S registou uma dinâmica de receitas mais sólida em toda a franquia.

As receitas líquidas do exercício de 2014 foram de 13,6 mil milhões de euros, um aumento de 229 milhões de euros, ou de 2%, face ao valor de 13,4 mil milhões de euros registado em 2013.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 6,7 mil milhões de euros, em consonância com o exercício anterior. As receitas em RMBS foram significativamente superiores, refletindo a atividade de redução do risco e um contexto de mercado difícil em 2013. As receitas de produtos em dificuldades (Distressed Products) foram superiores devido ao forte desempenho na Europa. As receitas da Flow Credit foram significativamente inferiores às do ano anterior devido a um fraco desempenho na América do Norte. As receitas de Core Rates foram significativamente inferiores às do ano anterior devido a perdas no FVA decorrentes de movimentos de mercado e de um acerto no cálculo, aliados a um desempenho inferior na APAC e na Europa. As receitas de Foreign Exchange, Global Liquidity Management e Credit Solutions ficaram em linha com o ano anterior. As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) incluíram três rubricas de ajustamento de avaliação, totalizando uma perda de 173 milhões de euros. Primeiro, um ganho do valor de mercado de 7 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 240 milhões de euros) relacionado com esforços de redução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) decorrentes de um ajustamento da avaliação de crédito (CVA). Segundo, uma perda de 58 milhões de euros (exercício de 2013: zero) relacionada com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS. Terceiro, uma perda de ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) de 122 milhões de euros (exercício de 2013: um ganho de 67 milhões de euros) incluindo um impacto negativo de 51 milhões de euros devido a um refinamento no cálculo.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,9 mil milhões de euros, um aumento de 197 milhões de euros, ou 7%. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) foram superiores impulsionadas pelo aumento nos saldos dos clientes. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) e as receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) estiveram ambas em consonância com o exercício anterior.

As receitas líquidas da área de geração e consultoria (Origination e Advisory) foram de 2,9 mil milhões de euros no exercício de 2014, um aumento de 93 milhões de euros, ou 3%. As receitas de consultoria (Advisory) aumentaram significativamente devido ao aumento de volumes de comissões e quota de mercado. As receitas de geração de ações (Equity Origination) e geração de dívida (Debt Origination) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de produtos de crédito foram de 1,2 mil milhões de euros no exercício de 2014, em consonância com o exercício anterior (2013: 1,2 mil milhões de euros).

As receitas líquidas de Outros produtos constituíram uma perda de 84 milhões de euros, por comparação com uma perda de 18 milhões de euros em 2013. As receitas líquidas de outros produtos incluíram uma perda de ajustamento da avaliação de dívida (DVA) de 126 milhões de euros (exercício de 2013: uma perda de 21 milhões de euros), incluindo um ganho de 37 milhões de euros relacionado com um refinamento no cálculo do CVA nos termos das IFRS.

Na provisão para perdas de crédito, a CB&S registou um encargo líquido de 103 milhões de euros, uma diminuição de 87 milhões de euros, ou 46%, devido a uma diminuição das provisões na carteira de transportes marítimos (Shipping) e a um desembolso líquido de provisões na carteira de financiamento alavancado.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 289 milhões de euros, ou 3%. O aumento deveu-se a despesas regulamentares exigidas, aperfeiçoamentos de plataforma e variações cambiais adversas. Estas compensaram amplamente o progresso nas iniciativas de redução de custo OpEx e os custos de contencioso inferiores.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 2,9 mil milhões de euros, em linha com o exercício anterior, devido a uma sólida evolução das receitas e custos de contencioso inferiores parcialmente compensados por custos regulamentares superiores e *cost-to-achieve* (CtA).

Divisão Corporativa Private & Business Clients

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Produtos de crédito	3 715	3 423	3 345	292	9	78	2
Produtos de depósito	2 696	2 975	3 009	(279)	(9)	(34)	(1)
Produtos de pagamentos, cartões e contas	952	982	1 017	(30)	(3)	(35)	(3)
Produtos de investimento e seguros	1 392	1 305	1 220	87	7	85	7
Serviços postais e suplementares do Postbank	247	416	433	(169)	(41)	(17)	(4)
Outros produtos	(91)	463	371	(554)	N/S	92	25
Total de receitas líquidas	8 911	9 565	9 395	(654)	(7)	170	2
Provisão para perdas de crédito	501	622	719	(121)	(20)	(97)	(13)
Remunerações e benefícios	2 847	2 863	2 955	(16)	(1)	(92)	(3)
Despesas gerais e administrativas	4 664	4 880	4 329	(216)	(4)	551	13
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	3 603	0	7	3 603	N/S	(7)	N/S
Atividades de reestruturação	587	9	22	578	N/S	(12)	(57)
Despesas totais (excluindo juros)	11 700	7 753	7 312	3 948	51	440	6
Participações minoritárias	1	1	0	(0)	(17)	0	46
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(3 291)	1 189	1 363	(4 480)	N/S	(174)	(13)
Rácio custo/rendimento	131 %	81 %	78 %	N/S	50 pp	N/S	3 pp
Ativos ¹	257 121	258 381	265 360	(1 260)	(0)	(6 978)	(3)
Ativos ponderados pelo risco ²	80 016	79 571	73 001	445	1	6 570	9
Capital ativo médio ³	15 099	14 853	13 976	246	2	876	6
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(22) %	8 %	10 %	N/S	(30) p.p.	N/S	(2) p.p.
Discriminação da PBC por negócio⁴							
Private & Commercial Banking:							
Receitas líquidas	3 794	3 845	3 685	(51)	(1)	159	4
Provisão para perdas de crédito	53	79	128	(26)	(33)	(49)	(38)
Gastos operacionais (excl. juros)	4 514	3 520	3 234	994	28	287	9
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	(774)	245	323	(1 019)	N/S	(78)	(24)
Advisory Banking International:							
Receitas líquidas	1 556	2 100	1 966	(545)	(26)	134	7
Provisão para perdas de crédito	229	272	248	(42)	(16)	24	10
Gastos operacionais (excl. juros)	1 505	1 250	1 181	255	20	69	6
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	(179)	579	538	(757)	N/S	41	8
Postbank:⁵							
Receitas líquidas	3 562	3 620	3 744	(58)	(2)	(124)	(3)
Provisão para perdas de crédito	218	271	343	(54)	(20)	(71)	(21)
Gastos operacionais (excl. juros)	5 682	2 982	2 898	2 699	90	85	3
Participações minoritárias	1	1	0	(0)	(13)	0	69
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	(2 338)	365	502	(2 704)	N/S	(137)	(27)

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.³ Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.⁴ Em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, a PBC refinou a atribuição interna de custos entre as unidades de negócio Private & Commercial Banking e Advisory Banking International.⁵ Inclui as principais atividades estratégicas do Postbank AG, bem como do BHW e do norisbank.

Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em mil milhões de euros	em %	em mil milhões de euros	em %
Ativos investidos ¹	288	291	282	(3)	(1)	9	3
Capital novo líquido	(4)	6	(15)	(10)	N/S	21	N/S

N/S – Não significativo

¹ Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2015

O ambiente empresarial da PBC manteve-se desafiante ao longo de 2015. Além do mais, os resultados da PBC em 2015 foram adversa e significativamente afetados por três efeitos materiais que ascenderam a um total de 5,0 mil milhões de euros. Primeiro, as atuais expectativas relativas à alinação do Postbank e ao impacto dos esperados maiores requisitos de capital regulamentares deram origem a uma imparidade de 2,8 mil milhões de euros de toda a *goodwill* da PBC e de 837 milhões de euros de outros ativos intangíveis relacionados com o Postbank, principalmente intangíveis associados à marca Postbank e a clientes. Segundo, o acordo para a venda da posição na Hua Xia Bank Co. Ltd. conjugado com o desenvolvimento da cotação da ação originou efeitos de valorização e outros impactos associados à transação que ascenderam a um total de 697 milhões de euros. Terceiro, os gastos operacionais (excl. juros) incluíram 670 milhões de euros em provisões para reestruturação e indemnizações, principalmente associadas à reestruturação da sede e da rede de agência da PBC. Excluindo estes efeitos, a PBC alcançou resultados estáveis em 2015.

As receitas líquidas da PBC diminuíram 654 milhões de euros, ou 7%, em comparação com 2014. Tal foi impulsionado pela supramencionada valorização de 697 milhões de euros e efeitos associados às transações relativos à posição da PBC na Hua Xia Bank Co. Ltd., registados em receitas de Outros produtos. Por outro lado, as receitas de Outros produtos incluíram equivalências patrimoniais mais altas da Hua Xia Bank Co. Ltd., bem como um efeito positivo de 115 milhões de euros do pagamento de um dividendo extraordinário recebido após a transação de venda de uma entidade investida. Em 2014, as receitas de Outros produtos incluíram um ganho não recorrente, bem como ganhos com as vendas de títulos da DB Bauspar. A diminuição de 279 milhões de euros, ou 9%, em comparação com 2014, nas receitas líquidas dos produtos de depósito ficou a dever-se, principalmente, à persistência do ambiente de baixas taxas de juros na Europa. As receitas líquidas dos Serviços postais e suplementares do Postbank recuaram 169 milhões de euros, ou 41%, devido a um alinhamento de contrato com a Deutsche Post DHL, parcialmente compensado pelos mais baixos custos relacionados com as mesmas alterações contratuais. A diminuição de 30 milhões de euros, ou 3%, em comparação com 2014, nas receitas líquidas dos produtos de pagamentos, cartões e contas ficou a dever-se, essencialmente, à restrição nos regulamentos relativos às comissões de cartões. Estas quebras foram parcialmente compensadas por um aumento de 292 milhões de euros, ou 9%, nas receitas de produtos de crédito. Isto foi impulsionado por maiores volumes de empréstimos, especialmente nas hipotecas e crédito de consumo e por uma ligeira subida nas margens da carteira, acompanhadas por efeitos específicos de bem-sucedidos alinhamentos contratuais com os parceiros comerciais do Postbank e por impactos relacionados com as atualizações dos modelos de financiamento interno da Private & Commercial Banking. Um aumento de 87 milhões de euros, ou 7%, nas receitas líquidas dos produtos de investimento e seguros refletiu o desempenho continuamente forte da atividade de investimentos nas unidades de negócios da PBC, alavancando o ímpeto positivo no mercado.

As provisões para perdas de crédito caíram 121 milhões de euros, ou 20%, em 2015, refletindo os benefícios de vendas seletivas na carteira, bem como a qualidade do registo de empréstimos da PBC nas unidades de negócios da PBC e a persistência de um ambiente económico benigno na Alemanha.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 3,9 mil milhões de euros, significativamente afetados pela supramencionada imparidade de 3,6 mil milhões de euros na totalidade da *goodwill* da PBC e de outros ativos intangíveis associados ao Postbank. Além disso, 2015 incluiu provisões no valor de 587 milhões de euros para reestruturação e 83 milhões de euros para pagamentos por cessação de funções, principalmente associadas à reestruturação da sede e da rede de agências da PBC e uma liquidação parcial de software no montante de 131 milhões de euros relativo a decisões estratégicas sobre a utilização de uma plataforma comum de TI com o Postbank. Em comparação, os gastos operacionais (excl. juros) em 2014 incluíram 400 milhões de euros em encargos com o processamento de comissões de empréstimos causados por uma alteração na prática jurídica alemã, bem como provisões de 156 milhões de euros para indemnizações e reestruturação. Fora isso, 2014 incluiu um efeito positivo da disposição de imobiliário na Europa. Além dos efeitos supramencionados, a PBC continuou a realizar poupanças incrementais com medidas de eficiência em 2015, que foram ofuscadas pelo aumento das despesas devido aos requisitos regulamentares e à subida dos custos inflacionários (por ex., aumentos de tarifas, pensões e custos com arrendamento).

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 3,3 mil milhões de euros em 2015, incluindo os encargos mencionados de 5,0 mil milhões de euros em 2015. Isto compara-se com os resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,2 mil milhões de euros em 2014 que foi afetado pelas supramencionadas comissões de 400 milhões de euros pelo processamento de comissões de empréstimos e pela provisão de 156 milhões de euros para reestruturação e indemnizações.

Os 288 mil milhões de euros em ativos investidos diminuíram em 3 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2014, devido à saída de 8 mil milhões de euros em depósitos. Tal foi parcialmente compensado pela entrada de 3 mil milhões de euros em títulos, em conjunto com uma apreciação de mercado de 1 milhar de milhão de euros.

2014

O ambiente de negócio da PBC manteve-se desafiador ao longo de 2014, enfrentando novas descidas das taxas de juro, regulamentação mais rigorosa e encargos não-recorrentes significativos relacionados com taxas de processamento de empréstimos desencadeadas por duas decisões, de maio e outubro de 2014, do Tribunal Federal de Justiça alemão (Bundesgerichtshof). Apesar do clima desafiador, as receitas da PBC registaram um crescimento homólogo, refletindo uma retoma de atividade por parte dos clientes relativamente a produtos de investimento e seguros, e o crescimento de certos produtos de crédito, sobretudo na Alemanha. A provisão para perdas de crédito também melhorou durante esse período, refletindo a qualidade da carteira de empréstimos.

Os resultados do exercício da PBC diminuíram face a 2013 devido a um impacto de 400 milhões de euros para o reembolso de taxas de processamento de empréstimos, conforme referido atrás.

As receitas líquidas da PBC aumentaram 170 milhões de euros, ou 2%, em comparação com 2013. O crescimento de 85 milhões (7%) das receitas procedentes de produtos de investimento e seguros refletiu entradas de ativo líquido e níveis de transação mais elevados, sobretudo em valores mobiliários. As receitas líquidas de produtos de crédito aumentaram 78 milhões de euros, ou 2%, sobretudo devido ao aumento do volume de empréstimos, especialmente créditos hipotecários alemães. As receitas líquidas de outros produtos aumentaram 92 milhões de euros, ou 25%, refletindo sobretudo o impacto do ganho subsequente na Private & Commercial Banking de uma venda de negócio concretizada num período anterior, os ganhos resultantes da venda de títulos no DB Bauspar, e o crescimento do desempenho do Hua Xia Bank Co. Ltd. em investimentos de capital. Este aumento foi parcialmente anulado pelo decréscimo das receitas de atividades não operacionais do Postbank. O período de 2013 foi ainda marcado positivamente pela libertação parcial de provisões para perdas com empréstimos no Postbank, que foram relatadas em receitas de outros produtos uma vez que foram reconhecidas antes da consolidação. As receitas líquidas provenientes de pagamentos, cartões e contas diminuíram 35 milhões de euros (3%), sobretudo devido a alterações nos requisitos regulamentares em matéria de taxas aplicadas a pagamentos e a cartões. As receitas líquidas de depósitos diminuíram 34 milhões de euros, ou 1 %, devido à conjuntura desafiadora das taxas de juro na Europa e ao processo de desalavancagem, especialmente no Postbank. As receitas líquidas de serviços postais e suplementares do Postbank diminuíram 17 milhões de euros, ou 4 %, devido a uma alteração na classificação de relato de certas despesas relativas a produtos que já tinham sido relatadas anteriormente noutras receitas.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 97 milhões de euros (13 %) face ao exercício anterior, beneficiando de um contexto favorável na Alemanha. No ano anterior, foi registado um crédito adicional de 86 milhões de euros noutros rendimentos de juros, representando uma libertação parcial de provisões para perdas com empréstimos no Postbank, e uma melhoria da qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial pelo Grupo.

Os gastos operacionais (excluindo juros) aumentaram 440 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2013. 2014 foi significativamente afetado por encargos com taxas de processamento de empréstimos, no valor de 400 milhões de euros, na sequência de alterações desencadeadas por decisões jurídicas alemãs, conforme referido anteriormente. Além disso, despesas mais elevadas com infraestrutura, sobretudo devido a requisitos regulamentares, implicaram um aumento de custos. Os aumentos da despesa em 2014 foram compensados pelo ganho resultante da alienação de bens imobiliários na Europa. Os gastos operacionais (excluindo juros) em 2013 também incluíram uma rubrica de dimensão comparável relacionada com a libertação de uma provisão relativa à cooperação na área de cartões de crédito da Hua Xia Bank Co.Ltd. Os gastos com os nossos programas de integração do OpEx e do Postbank diminuíram 42 milhões de euros, ou 8 %, em consonância com a progressão dos mesmos. Adicionalmente, a PBC continuou a realizar poupanças adicionais resultantes das medidas de eficiência implementadas no âmbito do programa OpEx.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento diminuíram 174 milhões de euros, ou 13%, face a 2013, sobretudo devido a despesas com taxas de processamento de empréstimos, como atrás se refere.

O valor dos ativos investidos aumentou 9 mil milhões, relativamente a 31 de dezembro de 2013, devido a entradas líquidas de 6 mil milhões de euros, principalmente em valores mobiliários, e a uma valorização adicional do mercado.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Trade Finance & Cash Management							
Corporates	2 750	2 537	2 547	213	8	(10)	(0)
Institutional Cash & Securities Services	1 870	1 587	1 481	284	18	106	7
Outros produtos	(4)	(5)	(2)	1	(20)	(2)	91
Total de receitas líquidas	4 616	4 119	4 025	497	12	94	2
Provisão para perdas de crédito	127	156	315	(29)	(18)	(159)	(50)
Remunerações e benefícios	679	634	614	45	7	20	3
Despesas gerais e administrativas	2 368	2 166	1 932	201	9	235	12
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	0	57	0	N/S	(57)	N/S
Atividades de reestruturação	3	10	54	(7)	(68)	(44)	(81)
Despesas totais (excluindo juros)	3 050	2 811	2 657	239	9	154	6
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	1 439	1 152	1 053	287	25	99	9
Rácio custo/rendimento	66 %	68 %	66 %	N/S	(2) p.p.	N/S	2 pp
Ativos ¹	99 953	106 252	97 240	(6 299)	(6)	9 012	9
Ativos ponderados pelo risco ²	52 062	43 265	36 811	8 797	20	6 454	18
Capital ativo médio ³	7 607	6 033	5 136	1 574	26	897	17
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	19 %	19 %	21 %	N/S	(0) p.p.	N/S	(1) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

³ Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2015

O ano de 2015 caracterizou-se pelas difíceis condições no mercado com taxas de juros permanentemente baixas e até pelo exacerbar de riscos geopolíticos. O ambiente comercial manteve-se altamente competitivo e sofreu o impacto do aumento da volatilidade no mercado em determinados mercados da divisão GTB. Apesar desta conjuntura, a GTB conseguiu realizar um forte aumento dos resultados antes de impostos sobre o rendimento. Isto tem em consideração os efeitos das variações cambiais em 2015, que tiveram um impacto favorável na contribuição das receitas de atividades denominadas em divisas, ao passo que os gastos operacionais (excl. juros) foram adversamente afetados.

As receitas líquidas aumentaram 497 milhões de euros, ou 12%, com um crescimento das receitas em todas as regiões. A Trade Finance beneficiou especificamente de atividades estruturadas e do fluxo de negócios. As receitas de Cash Management para clientes empresariais foram suportadas por variações cambiais favoráveis, bem como por um aumento nos volumes. As receitas em Institutional Cash e Securities Services cresceram devido a uma forte atividade comercial e ao crescimento dos volumes. O ano de 2014 inclui um ganho com a venda dos serviços de registo GmbH.

A provisão para perdas de crédito caiu 29 milhões de euros, ou 18%, principalmente devido a provisões mais baixas para perdas com empréstimos relacionadas às atividades de banca comercial nos Países Baixos.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 239 milhões de euros, ou 9%, afetados pelos desenvolvimentos na taxa de câmbio, um aumento nas reservas para litígios e maiores despesas associadas aos requisitos regulamentares. Cost-to-achieve, associados, principalmente, ao Programa de Excelência Operacional (OpEx) concluído, conforme planeado, em 2015, ascenderam a 62 milhões de euros em comparação com os 97 milhões de euros no ano anterior.

Em resultado disto, a GTB apresentou resultados antes de impostos sobre o rendimento mais altos, uma vez que a divisão foi criada em 2001. O aumento de 287 milhões de euros, ou 25%, foi impulsionado, principalmente, por um muito forte desenvolvimento nas receitas, bem como por uma provisão mais baixa para perdas de crédito.

2014

Em 2014, as receitas líquidas e os resultados antes de impostos sobre o rendimento evoluíram de forma sólida apesar de uma conjuntura de mercado persistentemente desafiante, que se traduz em novos cortes nas taxas de juro, já por si baixas, em riscos geopolíticos acrescidos e num ambiente de negócio altamente competitivo. Os gastos operacionais (excluindo juros) em 2014 e em 2013 sofreram o impacto de rubricas específicas. O exercício de 2014 incluiu encargos de contencioso, enquanto o desempenho em 2013 incluiu despesas acrescidas para a reestruturação das nossas atividades de banca comercial nos Países Baixos, assim como uma imparidade de um ativo intangível.

As receitas líquidas aumentaram 94 milhões de euros (2%), incluindo o lucro proveniente da venda da Registrar Services GmbH, em 2014, e da venda da Deutsche Card Services, em 2013. Enquanto as receitas de Trade Finance aumentaram devido aos fortes volumes e margens de estabilização especialmente na Ásia e Pacífico e na Europa, a Cash Management (gestão de tesouraria) para clientes empresariais permaneceu sob pressão devido ao ambiente continuado de baixas taxas de juros. As receitas de Institutional Cash e Securities Services aumentaram em todas as regiões, impulsionadas principalmente pelo crescimento do volume.

A provisão para perdas de crédito desceu 159 milhões de euros, ou 50%, essencialmente devido à não-recorrência de um evento de crédito de cliente individual na Trade Finance registado em 2013.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 154 milhões de euros, ou 6%. Conforme já referido, 2014 incluiu encargos de contencioso, enquanto o ano anterior foi afetado por um aumento de despesas relacionadas com as iniciativas estratégicas. Isso incluiu costs-to-achieve mais elevados no âmbito do programa OpEx, para a reestruturação nos Países Baixos, e a imparidade de um ativo intangível. Excluindo essas rubricas, os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram devido a maiores despesas relacionadas com receitas e devido ao aumento de custos associados ao cumprimento de requisitos regulamentares. Da mesma forma, os investimentos para permitir o crescimento do negócio contribuíram para o aumento dos custos.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 99 milhões de euros, ou 9%, devido a uma provisão para perdas de crédito mais baixa, na sequência do evento de crédito de cliente individual em 2013 e de receitas mais elevadas. Isto foi parcialmente compensado pelo aumento da base de custo.

Divisão Corporativa Deutsche Asset & Wealth Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Comissões de gestão e outras receitas recorrentes	3 083	2 551	2 380	532	21	171	7
Comissões de desempenho e de transação e outras receitas não recorrentes	777	826	924	(50)	(6)	(97)	(11)
Proveitos de juros líquidos	745	607	560	138	23	47	8
Receitas de outros produtos	546	429	360	116	27	69	19
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	258	291	494	(34)	(12)	(202)	(41)
Total de receitas líquidas	5 408	4 704	4 718	705	15	(14)	(0)
Provisão para perdas de crédito	9	(7)	23	16	N/S	(30)	N/S
Remunerações e benefícios	1 605	1 398	1 291	206	15	107	8
Despesas gerais e administrativas	2 286	2 090	1 997	197	9	93	5
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	256	289	460	(32)	(11)	(172)	(37)
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	6	(83)	14	89	N/S	(97)	N/S
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	170	(0)	13	(173)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	4 149	3 691	3 932	459	12	(241)	(6)
Participações minoritárias	(0)	4	1	(4)	N/S	2	N/S
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	1 250	1 016	762	234	23	254	33
Rácio custo/rendimento	77 %	78 %	83 %	N/S	(2) p.p.	N/S	(5) p.p.
Ativos ¹	89 001	81 132	72 613	7 869	10	8 519	12
Ativos ponderados pelo risco ²	23 795	16 597	12 553	7 198	43	4 045	32
Capital ativo médio ³	8 023	6 532	5 864	1 492	23	667	11
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	16 %	16 %	13 %	N/S	0 pp	N/S	3 pp

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.

² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014.

³ Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2015

Em 2015, a Deutsche AWM continuou a crescer em produtos e regiões beneficiando de níveis mais elevados do mercado, maior nível de capital novo líquido e resultando em mais ativos sob gestão em relação ao período anterior e ao movimento favorável em taxas de câmbio, que aumentou positivamente os fluxos de proveitos recorrentes. O desempenho continuou a ser afetado pelo aumento dos custos regulamentares e pela atual conjuntura de taxas de juro baixas, o que colocou em causa as margens das receitas de depósitos.

As receitas líquidas no exercício de 2015 foram de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de 705 milhões de euros, ou 15%.

As comissões de gestão e outras receitas recorrentes aumentaram 532 milhões de euros, ou 21%, devido a um aumento da média de ativos sob gestão, orientada por fluxos positivos, níveis médios de mercado mais altos e variações cambiais favoráveis. As comissões de desempenho e transação e outras receitas não recorrentes desceram 50 milhões de euros, ou 6%, no seguimento de menores comissões de desempenho de produtos alternativos na região EMEA e menores receitas transacionais derivadas da gestão de património, seguindo-se volumes mais baixos de produtos alternativos em toda a EMEA e APAC. O rendimento de juros líquido aumentou 138 milhões de euros, ou 23%, devido às variações cambiais favoráveis, reduzidos custos de financiamento e maior volume de empréstimos. As receitas de Outros produtos aumentaram 116 milhões de euros, ou 27%, principalmente devido ao aumento das receitas de produtos alternativos contrabalançado por um abatimento de 86 milhões de euros em produtos ativos no que respeita à exposição HETA. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um decréscimo de 34 milhões de euros, ou 12%, amplamente compensado nos gastos operacionais (excluindo juros).

A provisão para perdas de crédito manteve-se em níveis muito baixos, ao passo que no ano anterior inclui uma recuperação de uma exposição de abatimento nos Estados Unidos.

Os gastos operacionais (excl. juros) subiram 459 milhões de euros, ou 12%, impulsionados principalmente pelo movimento desfavorável das taxas de câmbio, reversão do ano anterior de abatimento de imobilizado intangível de Scudder, maiores custos associados com os ativos sob gestão e maiores custos de compensação parcialmente compensados pela redução de custos associados com o Programa de Excelência Operacional (OpEx) e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 1,25 mil milhões de euros em 2015, um aumento de 234 milhões de euros, ou 23%, impulsionados pelo aumento acima mencionado das receitas líquidas.

Os valores dos ativos investidos na Deutsche AWM foram de 1,1 biliões de euros em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 75 mil milhões de euros, ou 7%, principalmente impulsionado pelos movimentos de divisa de 53 mil milhões de euros, influxos de 24 mil milhões de euros e da apreciação de mercado de 4 mil milhões de euros, parcialmente contrabalançados pelo desinvestimento e outros movimentos de 5 mil milhões de euros.

A tabela seguinte fornece uma recondução de ativos investidos durante 2015, discriminados por tipo de produto, bem como a respetiva taxa média de comissões recebidas:

em mil milhões de euros	Consultoria WM	Alternativos	Numerário	Ações	Rendimento Fixo	Vários ativos	Total de ativos investidos
Saldo em 31 de dezembro de 2014	263	97	73	162	315	130	1 039
Fluxos de entrada	54	18	11	85	95	40	301
Fluxos de saída	(49)	(22)	(12)	(60)	(109)	(26)	(278)
Fluxos líquidos	4	(4)	(1)	25	(15)	14	24
Impacto cambial	13	5	5	7	19	4	53
Desenvolvimento dos mercados	(2)	(1)	2	6	(2)	1	4
Outros	0	(4)	(1)	(1)	2	0	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	279	93	77	199	319	148	1 114
Taxa de comissão média (em pontos base)	43	52	7	49	14	48	

2014

Em 2014, a Deutsche AWM beneficiou de mais ativos sob gestão, no seguimento de elevados níveis de mercado, maior nível de capital novo líquido e do movimento favorável em taxas de câmbio, que aumentaram positivamente os fluxos de proveitos recorrentes. O desempenho continuou a ser afetado pelo aumento dos custos regulamentares e pela atual conjuntura de taxas de juro baixas, o que colocou em causa as margens das receitas de depósitos. As receitas líquidas globais diminuíram devido à redução de movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life, tendo sido compensadas por benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros mais baixos no âmbito dos gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas da Deutsche AWM, no exercício de 2014, foram de 4,7 mil milhões de euros, representando um decréscimo de 14 milhões de euros.

As comissões de gestão e outras receitas recorrentes aumentaram 171 milhões de euros, ou 7%, devido a um aumento dos ativos médios sob gestão impulsionado pelo capital novo líquido positivo dos clientes, pela variação favorável das taxas de câmbio e pela valorização do mercado. As comissões de desempenho e de transação, e outras receitas não recorrentes, registaram um decréscimo de 97 milhões de euros, ou 11 %, devido a comissões de desempenho mais baixas na gestão de ativos e a receitas inferiores decorrentes das transações de rendimento fixo e de produtos cambiais para clientes privados. Os proveitos de juros líquidos aumentaram 47 milhões de euros, ou 8%, na sequência do aumento do volume de empréstimos, da recuperação de juros do período anterior e da melhoria das margens de empréstimo. As receitas de outros produtos aumentaram 69 milhões de euros, ou 19%, em parte devido a receitas mais elevadas provenientes de alternativos, parcialmente anuladas por alterações pouco favoráveis no justo valor de garantias, que foram afetadas pela queda das taxas de juro de longo prazo. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life registaram um decréscimo de 202 milhões de euros, ou 41%, amplamente compensado nos gastos operacionais (excluindo juros).

As provisões para perdas de crédito diminuíram 30 milhões de euros, sobretudo devido a menores provisões de crédito de clientes específicos e à recuperação de encargos anteriores em 2014.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 241 milhões de euros, ou 6%, sobretudo devido à redução de benefícios pagos a tomadores de seguro, à reversão de depreciações intangíveis na Scudder, a *costs-to-achieve* mais baixos relacionados com o Programa de Excelência Operacional (OpEx), ao impacto positivo das medidas do atual programa OpEx e à redução de custos de contencioso. Isto foi parcialmente compensado por contratação estratégica e pelos efeitos únicos nas remunerações associados ao cumprimento de requisitos regulamentares e às alterações aos regimes de pensões.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento corresponderam a 1,0 mil milhões de euros em 2014, um aumento de 254 milhões de euros face a 2013. O desempenho das receitas ligeiramente mais baixo foi amplamente compensado pela provisão para perdas de crédito e por gastos operacionais (excluindo juros) mais baixos.

Os valores dos ativos investidos na Deutsche AWM foram de 1,0 bilião de euros, em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 116 mil milhões de euros (13%). Isto deveu-se sobretudo a variações cambiais num total de 50 mil milhões de euros, a uma valorização do mercado de 43 mil milhões de euros e a entradas num total de 40 mil milhões de euros.

A tabela seguinte fornece uma recondução de ativos investidos durante 2014, discriminados por tipo de produto, bem como a respetiva taxa média de comissões recebidas:

em mil milhões de euros	Consultoria WM	Alternativos	Numerário	Ações	Rendimento Fixo	Vários ativos	Total de ativos investidos
Saldo em 31 de dezembro de 2013	231	79	63	145	294	111	923
Fluxos de entrada	55	26	11	50	102	34	278
Fluxos de saída	(45)	(18)	(7)	(48)	(96)	(23)	(238)
Fluxos líquidos	10	9	4	2	6	11	40
Impacto cambial	15	4	5	6	17	3	50
Desenvolvimento dos mercados	5	5	2	10	14	7	43
Outros	2	(0)	0	(0)	(16)	(3)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	263	97	73	163	314	130	1 039
Taxa de comissão média (em pontos base)	42	56	8	50	16	49	

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	401	172	896	229	133	(724)	(81)
dos quais:							
Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(631)	(612)	176	(19)	3	(788)	N/S
Provisão para perdas de crédito	54	259	818	(206)	(79)	(559)	(68)
Remunerações e benefícios	94	107	234	(13)	(12)	(128)	(54)
Despesas gerais e administrativas	2 986	2 508	3 299	478	19	(791)	(24)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	194	0	(194)	N/S	194	N/S
Atividades de reestruturação	(1)	4	25	(6)	N/S	(20)	(83)
Despesas totais (excluindo juros)	3 079	2 813	3 558	265	9	(745)	(21)
Participações minoritárias	1	(2)	(3)	3	N/S	1	(24)
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(2 732)	(2 899)	(3 478)	167	(6)	579	(17)
Rácio custo/rendimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos ¹	27 172	38 853	63 810	(11 681)	(30)	(24 957)	(39)
Ativos ponderados pelo risco ²	34 463	58 524	52 443	(24 062)	(41)	6 081	12
Capital ativo médio ³	6 674	7 762	10 296	(1 088)	(14)	(2 535)	(25)
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(41 %)	(37) %	(34)%	N/S	(4) p.p.	N/S	(4) p.p.

N/S – Não significativo

¹ Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV *fully-loaded* desde 1 de janeiro de 2014³ Ver na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2015

Durante 2015, a NCOU continuou a operar a sua estratégia de eliminação de risco com um foco específico em iniciativas de contribuição de capital e desalavancagem. A atividade de eliminação de risco incluiu a venda de Maher Prince Rupert, bem como várias exposições de ativos bancários legados. O perfil IBIT melhorou no geral, mas foi impactado pelo aumento dos gastos operacionais (excl. juros), especificamente os referentes aos desenvolvimentos em provisões relacionadas com litígios. A redução do risco de ativos em 2015 traduziu-se em resultados líquidos de 415 milhões de euros.

As receitas líquidas aumentaram 229 milhões de euros, ou 133%, principalmente devido a impactos específicos incluindo 219 milhões de euros de uma recuperação de litígio específico e um ganho de 195 milhões de euros com a venda de Maher Prince Rupert. A diminuição dos proveitos da carteira após as vendas de ativos, incluindo The Cosmopolitan of Las Vegas foram parcialmente compensados por correções de valorização inferior e impactos de valorização pelos preços de mercado. As receitas líquidas em 2014, incluindo as perdas por valorização pelos preços de mercado de 314 milhões de euros relacionados com o refinanciamento da dívida de Maher Terminals e uma perda de 151 milhões de euros relacionada como grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) da nossa exposição a produtos negociados no setor da energia dos Estados Unidos.

As provisões para perdas de crédito diminuíram 206 milhões de euros (79%) face a 2014. Esta redução foi predominantemente impulsionada pelas menores perdas de crédito segundo IAS 39 que reclassifica os ativos que incluíam lançamentos relacionados com exposições ao imobiliário.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 265 milhões de euros, ou 9%, predominantemente impulsionados por maiores despesas relacionadas com litígios. Os gastos operacionais (excl. juros), excluindo despesas de litígios foram 40% menos numa base anual, impulsionados pelas vendas de ativos, incluindo The Cosmopolitan of Las Vegas e a não-recorrência de uma única imparidade no ano anterior relacionada com a Maher Terminals.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento foram de 2,7 mil milhões de euros, o que representa uma melhoria de 167 milhões de euros face a 2014. As maiores receitas e menores perdas de crédito foram os principais catalisadores, ao passo que os gastos operacionais (excl. juros) foram superiores no que diz respeito a questões relacionadas com litígios.

2014

Em 2014, o foco da atividade de eliminação de risco da NCOU era progredir com a alienação de ativos operacionais anteriormente detidos na antiga divisão Corporate Investments. As vendas concretizadas em 2014 incluíram o BHF-BANK e o The Cosmopolitan of Las Vegas. Estas foram complementadas pela eliminação de antigos ativos bancários como, por exemplo, a cessação antecipada de uma parte da proteção de derivados de crédito na carteira monorramo, e a venda de obrigações subjacentes, e pela redução significativa da exposição da carteira de correlação de crédito referente à CRD IV. A redução do risco de ativos em 2014 traduziu-se em resultados líquidos de 181 milhões de euros.

As receitas líquidas da NCOU, no período de relato, diminuíram 724 milhões de euros, ou 81%, para 172 milhões de euros. Isto reflete a diminuição dos proveitos de carteira em função das reduções de ativos alcançadas e dos ganhos resultantes das atividades de redução do risco, sendo parcialmente compensada por menores ajustamentos de avaliação no exercício. Em 2014, as rubricas específicas incluíam 314 milhões de euros de perda acumulada ao preço de mercado numa transação de *swap* relacionada com a reestruturação do financiamento de dívida na Maher Terminals, que resultou na reclassificação da perda cumulativa do valor de mercado de outro rendimento integral para outros rendimentos e numa perda de 151 milhões de euros relacionada com o grupo de matérias-primas especiais (Special Commodities Group) decorrente da nossa exposição a produtos transacionados no sector da energia dos EUA. As receitas líquidas em 2013 incluíram uma perda de 183 milhões de euros relacionada com a venda do BHF-BANK, um efeito negativo no valor de 171 milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) e custos de recompra de hipotecas no valor de 122 milhões de euros.

As provisões para perdas de crédito diminuíram 559 milhões de euros, ou 68 %, em relação a 2013, devido a uma diminuição da provisão para perdas de crédito em ativos reclassificados e ativos imobiliários comerciais, no âmbito da IAS 39.

Os gastos operacionais (excluindo juros) diminuíram 745 milhões de euros, ou 21%, face a 2013, maioritariamente devido a menores encargos de contencioso. Os custos diretos também registaram um decréscimo de 327 milhões de euros (21%) relacionado com a venda do BHF-BANK durante o exercício e com outras medidas de redução do risco. Isto foi compensado por uma imparidade específica, de 194 milhões de euros, face ao nosso investimento na Maher Terminals em 2014.

As perdas antes de impostos sobre o rendimento foram de 2,9 mil milhões de euros, representando uma melhoria de 579 milhões de euros face ao exercício anterior. A redução das receitas e das perdas de crédito refletem os progressos registados nas atividades de redução do risco, enquanto os gastos operacionais (excluindo juros), ainda que mais baixos, continuaram a ser afetados pelo momento e pela natureza de rubricas específicas.

Consolidation & Adjustments

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas¹	(30)	(240)	(519)	210	(87)	279	(54)
Provisão para perdas de crédito	1	1	0	0	18	0	38
Remunerações e benefícios	4 329	3 798	3 644	531	14	154	4
Despesas gerais e administrativas	(3 604)	(3 759)	(3 013)	155	(4)	(746)	25
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	(0)	0	0	N/S	(0)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	724	39	631	686	N/S	(593)	(94)
Participações minoritárias	(27)	(28)	(15)	1	(4)	(13)	82
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	(729)	(251)	(1 136)	(478)	190	884	(78)
Ativos ²	10 880	10 474	10 371	407	4	102	1
Ativos ponderados pelo risco ³	11 283	20 437	10 832	(9 154)	(45)	9 606	89
Capital ativo médio ⁴	7	0	0	7	N/S	0	N/S

N/S – Não significativo

¹ Rendimento de juros líquido e rendimentos operacionais (excl. juros).² Os ativos em C&A refletem ativos de empresas, tais como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.³ Os ativos ponderados pelo risco têm por base as regras do quadro de Basileia 2.5 até 31 de dezembro de 2013 e o CRR/CRD IV totalmente implementado desde 1 de janeiro de 2014. Os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos de empresas relacionados com os planos de pensões do Grupo. A diminuição de ativos ponderados pelo risco em 2013 deveu-se principalmente às iniciativas de redução do risco nos nossos ativos de pensões.⁴ As participações de capital ativas médias atribuídas a C&A refletem o montante residual de participações de capital que não foi afetado aos segmentos, conforme descrito na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas".

2015

Em 2015, as receitas líquidas de C&A de 30 milhões de euros negativos incluíram um negativo 146 milhões de euros em diferenças de valorização e temporização impulsionadas por um estreitamento do nosso próprio *spread* de crédito e um estreitamento do *spread* base entre EUR/USD, bem como um impacto de uma mudança na metodologia de valorização para a dívida detida ao justo valor. Os proveitos também incluíram um negativo de 130 milhões de euros resultantes do afastamento em Postbank. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados por um montante positivo de 72 milhões de euros de FVA em derivados interempresas não garantidos internos.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 724 milhões de euros foram principalmente impulsionados pelos custos de litígio de 358 milhões de euros relacionados com funções de infraestrutura, bem como pelos custos de 68 milhões de euros associados à desconsolidação do Postbank, um imposto sobre transferência de imobiliário. Os gastos operacionais (excl. juros) também incluem uma provisão de 54 milhões de euros para custos relacionados com compensação.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 729 milhões de euros em 2015, em comparação com perdas de 251 milhões de euros em 2014. O desenvolvimento foi principalmente impulsionado pelos custos de litígios relacionados com funções de infraestrutura.

2014

Em 2014, os proveitos líquidos de C&A de 240 milhões de euros incluíram 172 milhões de euros negativos, em diferenças de avaliação e temporais, comparativamente aos 249 milhões de euros negativos em 2013, já que a volatilidade dos *spreads* cambiais do USD/EUR baixou e o efeito do *spread* de crédito próprio diminuiu. Os proveitos também incluíram uma perda de 66 milhões de euros de FVA em derivados interempresas não garantidos internos.

Os gastos operacionais (excluindo juros) de 39 milhões de euros diminuíram 94% face ao exercício anterior, sobretudo devido a um encargo não-recorrente com um litígio no valor de 528 milhões de euros em 2013.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 251 milhões de euros, em comparação com perdas de 1,1 mil milhões de euros em 2013. O desenvolvimento foi principalmente impulsionado pela não-reincidência do importante item de litígio acima mencionado.

Posição Financeira

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
			em milhões de euros	em %
Caixa e saldos do banco central ¹	96 940	74 482	22 458	30
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ¹	12 842	9 090	3 752	41
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	56 013	43 630	12 383	28
Ativos detidos para negociação	196 035	195 681	354	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	629 958	(114 364)	(18)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados dos quais:	109 253	117 285	(8 033)	(7)
Títulos comprados com acordos de revenda	51 073	60 473	(9 400)	(16)
Títulos obtidos por empréstimo	21 489	20 404	1 085	5
Empréstimos	427 749	405 612	22 137	5
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	94 939	115 054	(20 115)	(17)
Restantes ativos	119 765	117 911	1 854	2
Total do ativo	1 629 130	1 708 703	(79 573)	(5)
Depósitos	566 974	532 931	34 043	6
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	13 073	13 226	(153)	(1)
Passivos detidos para negociação	52 304	41 843	10 461	25
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	494 076	610 202	(116 126)	(19)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados dos quais:	44 852	37 131	7 721	21
Títulos vendidos com acordos de recompra	31 637	21 053	10 585	50
Títulos cedidos por empréstimo	554	1 189	(635)	(53)
Outros empréstimos a curto prazo	28 010	42 931	(14 921)	(35)
Dívida a longo prazo	160 016	144 837	15 179	10
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	134 637	143 210	(8 574)	(6)
Restantes passivos	67 564	69 170	(1 605)	(2)
Total do passivo	1 561 506	1 635 481	(73 975)	(5)
Total do capital próprio	67 624	73 223	(5 599)	(8)

¹ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

Movimentos em ativos

O total de ativos diminuiu €80 billion (ou 5%) em relação a 31 de dezembro de 2014. Este movimento incluiu um aumento de 86 mil milhões de euros devido a variações cambiais impulsionadas principalmente pela depreciação do euro face a todas as outras principais moedas durante o período, dos quais 71 mil milhões de euros estiveram relacionados com o reforço significativo do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Estes efeitos de variações cambiais também estão refletidos no desenvolvimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção. Assumindo que as taxas de câmbio no final do período para o euro não se tinham alterado, reduziríamos o nosso balanço em 165 mil milhões de euros no período.

O principal catalisador da redução líquida durante o período foi uma diminuição €114 billion nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos durante o período (142 mil milhões de euros líquidos de variações cambiais). Esta diminuição especialmente para os produtos de taxa de juros esteve principalmente relacionada com movimentos de mercado incluindo a subida dos *spreads* de *swap*, bem como o foco do Banco nos programas de desalavancagem.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos caíram €20 billion, principalmente devido a uma diminuição nas contas a receber de liquidações pendentes para baixos níveis recorde, consequência das reduzidas atividades comerciais no final do ano.

Para alinhar o nosso relato financeiro com requisitos normativos de relato, alteramos a nossa apresentação de dinheiro e dívida de bancos, permitindo-se agora um relato separado de caixa e disponibilidades em bancos versus saldos interbancários. A divisão para períodos anteriores foi reintegrada em conformidade. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada. Durante o ano de 2015, os saldos de caixa e de banco central aumentaram em €22 billion, em grande parte impulsionados pelo aumento de depósitos detidos junto de bancos

centrais em jurisdições selecionadas. Estes aumentos apoiaram um aumento na nossa posição global de teste de esforço de liquidez do grupo e permitiu-nos cumprir com os requisitos de liquidez local para determinadas entidades da EU após a implementação do rácio de cobertura de liquidez da UE.

Os empréstimos aumentaram em €22 billion, com mais de metade do aumento a referir-se a variações cambiais. Os aumentos de exposição em Structured Finance de CB&S, Deutsche AWM e PBC foram parcialmente compensados pelas reduções geridas na NCOU.

Os ativos financeiros disponíveis para venda (relatados como parte dos Restantes ativos) aumentaram 9 mil milhões de euros, o que se deveu sobretudo a um aumento em títulos com elevada liquidez mantidos nas reservas de liquidez estratégicas do grupo. Estes aumentos resultam da otimização contínua das reservas de liquidez do Grupo.

Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2015, o total do passivo diminuiu €74 billion (ou 5 %) face ao exercício de 2014. De modo idêntico ao total de ativos, as variações cambiais durante o período tiveram um impacto de compensação significativo que já está incorporado nos movimentos globais em passivos, conforme abordado nesta secção.

Os instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos e de valores a pagar relacionados com corretagem e títulos desceram em €116 billion (143 mil milhões de euros líquidos de variações cambiais) e €9 billion, respetivamente, principalmente devido aos mesmos fatores que para os movimentos em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e de valores a receber relacionados com corretagem e títulos conforme referido discutido acima.

Outros empréstimos a curto prazo diminuíram €15 billion, principalmente a partir de reduções no financiamento através de veículos de financiamento e, em menor medida, na GTB.

Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelos seguintes movimentos:

Aumento de depósitos em €34 billion, principalmente no nosso financiamento através de bancos de transação, em grande parte relacionados com maiores depósitos de contas à ordem decorrentes de atividades de compensação, bem como no financiamento a retalho e grossista não garantido. Quase metade do aumento esteve relacionado com variações cambiais.

A dívida a longo prazo aumentou em €15 billion, principalmente impulsionada pelas maiores atividades de financiamento que excederam o montante de dívida que venceu durante o período, bem como pelas variações cambiais.

Os passivos detidos para negociação aumentaram em €10 billion, com mais de metade do aumento a referir-se a títulos de ações, principalmente no nosso negócio de financiamento especial (Prime Finance) e o restante a referir-se a títulos de dívida.

Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo, sob regime contabilístico pelo justo valor e apurado, aumentaram 10 mil milhões de euros no total, amplamente impactados pelo maior financiamento garantido de inventário altamente líquido.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizaram 215 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 (face a 184 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014). Mantivemos um resultado positivo no teste de esforço de liquidez em 31 de dezembro de 2015 (no cenário combinado).

Ações

O total de capital próprio a 31 de dezembro de 2015 desceu 5,6 mil milhões de euros. Os principais fatores que contribuíram para este desenvolvimento foram uma perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e a componentes de capital próprio adicional de 6,8 mil milhões de euros, em dividendos de dinheiro pagos aos acionistas do Deutsche Bank de 1,0 milhar de milhão de euros, perdas líquidas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda de 291 milhões de euros, que derivou principalmente dos menores preços de mercado dos títulos de dívida de emitentes europeus, bem como dos cupões pagos sobre componentes de capital adicional de 228 milhões de euros líquidos de impostos. A compensar parcialmente esteve um efeito positivo de alterações das taxas de câmbio de 2,0 mil milhões de euros (especialmente no dólar dos Estados Unidos).

Capital regulamentar

O nosso capital CET 1 conforme CRR/CRD IV em 31 de dezembro de 2015 era de 52,4 mil milhões de euros, em comparação com 60,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. Principalmente derivado da diminuição de capital CET 1, o rácio de capital CRR/CRD IV CET 1 em 31 de dezembro de 2015 diminuiu para 13,2% em comparação com 15,2% em 31 de dezembro de 2014. Os ativos ponderados pelo risco de acordo com CRR/CRD IV apenas se alteraram ligeiramente para 397,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 em comparação com 396,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

O nosso capital CRR/CRD IV CET 1 *fully loaded* em 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 44,1 mil milhões de euros resultando num rácio de capital de CRR/CRD IV CET 1 *fully loaded* de 11,1%, com os correspondentes montantes de 46,1 mil milhões de euros e 11,7% em 2014. O CRR/CRD IV RWA *fully loaded* foi de 396,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 em comparação com 394 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. Para pormenores sobre o desenvolvimento, consulte o "Relatório de Gestão: Desempenho de capital e risco: Rácio de capital e de alavancagem".

Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o valor contabilístico dos ativos reclassificados era de 4,4 mil milhões de euros e de 7,4 mil milhões de euros, respetivamente, em comparação com um justo valor de 4,3 mil milhões de euros e de 7,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respetivamente. Estes ativos são detidos na NCOU.

Consultar a Nota 13 «Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros» para obter informações adicionais sobre estes ativos e o impacto da sua reclassificação.

Exposição a seguradoras monorramo

A deterioração do crédito hipotecário *subprime* dos EUA e dos mercados conexos gerou grandes riscos para os garantidos financeiros, tais como as seguradoras monorramo, que têm segurado ou garantido o valor de agregados de garantias denominados CDO e outros valores mobiliários negociados em bolsa. As reclamações de indemnizações contra seguradoras monorramo só se tornam devidas se ocorrerem efetivamente incumprimentos no que se refere aos ativos (ou garantias colaterais) subjacentes. Existe atualmente incerteza sobre se algumas seguradoras monorramo serão capaz de satisfazer todas as suas obrigações para com os bancos e outros titulares de proteção. Sob determinadas condições (por exemplo, liquidação), podemos acelerar reclamações de indemnizações, independentemente das perdas efetivas nos ativos subjacentes.

As tabelas a seguir resumem o justo valor das nossas exposições de contraparte a seguradoras monorramo no que se refere a atividade relacionada com hipotecas residenciais nos EUA e outras atividades, respetivamente, em cada caso, com base no justo valor dos ativos em comparação com o valor nominal garantido ou subscrito por seguradoras monorramo. As outras exposições descritas na segunda tabela decorrem de um leque variado de atividades com clientes e de negociação, incluindo obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral, títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais, títulos fiduciários preferenciais, empréstimos a estudantes e dívida do setor público ou municipal. As tabelas apresentam os ajustamentos da avaliação do crédito (AAC) associados que registámos contra as exposições. No caso de entidades monorramo com CDS (swaps de risco de incumprimento) negociados ativamente, o AAC é calculado utilizando um modelo de avaliação totalmente baseado em CDS. No caso de entidades monorramo sem swaps de risco de incumprimento (CDS) negociadas ativamente, é utilizada uma abordagem de modelação com vários fatores de partida, incluindo as probabilidades de incumprimento relevantes em função

do mercado, a probabilidade de um evento (uma reestruturação ou uma insolvência), uma avaliação de qualquer acordo potencial em caso de reestruturação e as taxas de recuperação em caso de reestruturação ou falência.

As notações das tabelas abaixo são as mais baixas da Standard & Poor's, da Moody's ou das nossas próprias notações de crédito internas. A tabela reflete a migração dos balanços de *non-investment-grade* para nível *investment-grade* após a aquisição de Radian Asset Assurance Inc por Assured Guaranty Corp durante o ano de 2015.

Exposição monorramo relacionada com hipotecas residenciais nos EUA

em milhões de euros	31.12.2015				31.12.2014			
	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
Outros <i>subprime</i>	97	24	(5)	19	95	30	(7)	23
Alt-A	400	97	(12)	85	1 405	423	(61)	361
Total entidades monorramo AA	497	121	(17)	104	1 500	452	(68)	384

Outra exposição monorramo

em milhões de euros	31.12.2015				31.12.2014			
	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
TPS-CLO	1 288	332	(64)	268	1 269	254	(43)	210
CMBS	378	0	0	0	712	(2)	0	(2)
Sociedade individualmente nome/CDO societário	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos a estudantes	360	52	(14)	38	322	44	(9)	35
Outros	749	84	(29)	55	506	72	(14)	59
Total entidades monorramo AA	2 775	468	(107)	361	2 810	368	(66)	302
Sem grau de investimento								
Monorramos:								
TPS-CLO	23	5	(2)	3	329	77	(16)	61
CMBS	1 443	(1)	0	(1)	1 476	(2)	0	(2)
Sociedade individualmente nome/CDO societário	24	4	(1)	3	28	5	0	5
Empréstimos a estudantes	746	84	(14)	70	679	66	(9)	57
Outros	502	97	(31)	66	774	136	(50)	86
Total sem grau de investimento monorramos	2 738	189	(48)	141	3 285	282	(75)	207
Total	5 513	657	(155)	502	6 095	650	(141)	509

As tabelas excluem a exposição de contrapartes a seguradoras monorramo relacionadas com obrigações embutidas. Uma obrigação embutida é assegurada ou garantida por um terceiro. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não havia exposição a obrigações embutidas relacionadas com hipotecas residenciais dos Estados Unidos e a exposição de títulos do mesmo tipo não relacionados com hipotecas residenciais nos Estados Unidos foi de 23 milhões de euros e de 22 milhões de euros, respetivamente. Em cada caso, a exposição representa uma estimativa de potenciais depreciações de ativos embutidos em caso de incumprimento de entidades monorramo.

Uma parte da exposição monorramo com avaliação ao preço de mercado foi reduzida com a proteção de swaps de risco de incumprimento (CDS) acordada com outras contrapartes de mercado e outras atividades de cobertura económica.

O total do ajustamento da avaliação de crédito detido por conta de seguradoras monorramo em 31 de dezembro de 2015 era de 172 milhões de euros. A redução das reservas globais monorramo CVA em comparação com 31 de dezembro de 2014 foi impulsionada pela reduzida exposição resultante da atividade de diminuição de risco realizada durante o período.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Desenvolvimento nas notações de crédito

Ao longo de 2015 e no início de 2016, as principais agências de notação concluíram as respetivas alterações da metodologia de notação de todo o setor bem como das análises de apoio governamental, o que deu origem a alterações na notação do Deutsche Bank.

Em janeiro de 2016, a Moody's finalizou as respetivas alterações da metodologia de notação do setor bancário, que refletiram a preferência legal pelos depósitos em detrimento de dívidas prioritárias não garantidas na Alemanha, a partir de 1 de janeiro de 2017. Em virtude disto, a Moody's reviu em alta a notação de depósitos do Deutsche Bank, subindo uma posição para A2, com uma revisão em baixa da dívida prioritária não garantida do banco para Baa1. As previsões tanto para os depósitos como para a dívida prioritária não garantida são negativas. Na sequência das alterações na metodologia de notação, a Moody's também reviu em alta a notação dos depósitos a curto prazo e de dívida prioritária não garantida do Deutsche Bank para P-1. Em março de 2015, a Moody's introduziu a avaliação do risco da contraparte (CR), que considera a capacidade de um emitente para evitar o incumprimento de determinadas obrigações bancárias garantidas e outras obrigações contratuais, incluindo o pagamento de obrigações sobre obrigações cobertas, derivados, cartas de crédito, garantias de terceiros, manutenção e obrigações de administrador e outras obrigações semelhantes. A notação de avaliação CR da Moody's para o Deutsche Bank é A2 (cr).

Em dezembro de 2015, a Fitch Ratings reviu em baixa as notações de incumprimento a longo prazo de emitente e dívida sénior para A-, refletindo o risco de execução associado à implementação da estratégia revista. As previsões para a notação de incumprimento a longo prazo do emitente são estáveis.

Em fevereiro de 2016, a DBRS introduziu notações de obrigações críticas (COR) para diversos grupos bancários europeus, entre os quais o Deutsche Bank. As notações de obrigações críticas foram concebidas para responder ao risco de incumprimento de determinadas obrigações (incluindo derivados, serviços de pagamento e cobranças, obrigações cobertas e determinadas linhas de liquidez e passivos contingentes). Na DBRS, estas obrigações têm uma maior probabilidade de serem excluídas de um resgate do que outras obrigações não garantidas. Como tal, é menos provável que estas absorvam perdas em caso de resolução bancária. A DBRS atribuiu uma COR de AA (baixa) ao Deutsche Bank. Em setembro de 2015, no âmbito da sua análise ao apoio sistemático aos bancos europeus, a DBRS reviu em baixa as notações da dívida sénior e dos depósitos do Deutsche Bank.

Em junho de 2015, no âmbito da sua análise ao apoio governamental aos bancos alemães, a Standard & Poor's reviu em baixa a notação a longo prazo do Deutsche Bank para BBB+ e a notação a curto prazo para A-2. A perspetiva é estável.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior não garantida	Depósitos	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque ¹	A2 (cr)	Baa1	A2	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque ²	–	BBB+	–	A-2
Fitch Ratings, Nova Iorque ³	–	A-	–	F1
DBRS, Toronto ⁴	AA (baixo)	A	–	R-1 (baixa)

¹ As notações da Moody's são apresentadas a partir de 25 de janeiro de 2016. A Moody's define as obrigações com notação A como obrigações de grau médio a superior que estão sujeitas a um baixo risco de crédito e as obrigações com notação Baa são consideradas como sendo de grau médio e estão sujeitas a um risco de crédito moderado e, como tal, poderão possuir determinadas características especulativas. O modificador numérico 1 indica uma classificação na extremidade superior da categoria, o modificador numérico 2 indica uma classificação no meio da categoria e o modificador numérico 3 indica uma classificação na extremidade inferior da categoria.

² A Standard and Poor's define a sua notação A como um pouco mais suscetível aos efeitos adversos das circunstâncias e condições económicas alteradas que obrigações nas categorias com notação mais elevada. No entanto, a capacidade do emissor honrar os seus compromissos financeiros relativos à obrigação ainda é sólida. A obrigação com a notação "BBB" apresenta parâmetros de proteção adequados. No entanto, as condições económicas adversas ou a alteração das circunstâncias são mais propensas a conduzir a uma capacidade enfraquecida do devedor para cumprir com o seu compromisso financeiro da obrigação. O sinal + (mais) indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria BBB.

³ A Fitch Ratings define a sua notação A como elevada qualidade creditícia. A Fitch Ratings utiliza a notação A para indicar uma expectativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as notações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições económicas que os títulos com notações mais elevadas. O sinal - (menos) indica uma classificação no extremo inferior da categoria A.

⁴ A DBRS define a notação AA como fortes franchises sustentáveis, ganhos resilientes, sólido financiamento e uma liquidez robusta com perfis de risco bem equilibrados, gestão de riscos muito eficaz e uma forte capitalização. A DBRS define a notação A como qualidade de crédito satisfatória, com uma proteção ainda substancial de capital e juros; os emitentes nesta categoria são mais suscetíveis a condições económicas adversas e com maiores tendências cíclicas do que os emitentes na categoria AAA e AA.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente junto das agências de notação para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os nossos títulos.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2015.

Obrigações contratuais em milhões de euros	Total	Pagamento devido por período			
		Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	177 953	29 250	58 927	34 190	55 585
Títulos fiduciários preferenciais ¹	8 516	1 459	5 148	624	1 285
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados ²	9 071	2 084	2 721	740	3 526
Obrigações de locação financeira	97	6	13	8	70
Obrigações de locação operacional	5 170	773	1 325	1 073	1 999
Obrigações de aquisição	2 012	502	866	487	157
Depósitos de longo prazo ¹	28 139	0	10 842	4 537	12 761
Outros passivos de longo prazo	6 365	1 473	821	1 087	2 983
Total	237 322	35 548	80 662	42 746	78 366

¹ Inclui pagamentos de juros.

² Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem as receitas de sublocação financeira não cancelável de 91 milhões de euros relativas a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 24, "Locações", Nota 28, "Depósitos" e Nota 32, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Acontecimentos após o período de relato

Em 23 de fevereiro de 2016, anunciámos a conclusão bem-sucedida da oferta pública de recompra até 3 mil milhões de euros de cinco emissões denominadas em euros de títulos de dívida sénior não garantidos. O volume total resultante aceite atingiu os 1,27 mil milhões de euros. Além disso, em 29 de fevereiro de 2016, anunciámos os resultados iniciais da oferta pública de recompra até 2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos de oito emissões denominadas em dólar dos Estados Unidos de títulos de dívida sénior não garantidos. O volume total resultante aceite atingiu os 740 milhões de dólares dos Estados Unidos. Esperamos registar um rendimento positivo no primeiro trimestre de 2016 relacionado com estas transações de aproximadamente 55 milhões de euros.

Perspetivas

A economia global

Em 2016, projeta-se que o crescimento económico global permaneça mais ou menos inalterado nos 3,0% e, portanto, seja inferior à taxa de tendência pelo quinto ano consecutivo. Espera-se que a taxa de inflação global suba até 3,7%, principalmente porque se prevê que os preços das mercadorias possam vir a ter um impacto negativo mais moderado sobre os preços globais do que o comparado com o ano anterior. Esperamos que o crescimento nos países industrializados registre uma desaceleração para 1,3% com um aumento contido de 0,8% nos preços ao consumidor. Por outro lado, esperamos uma retoma do crescimento de 4,3% nos mercados emergentes. Aí esperamos que a inflação seja de 5,7%.

Prevê-se que o PIB da área do euro suba 1,4% em 2016, apoiado pelos baixos preços do petróleo e por uma recuperação lenta no mercado de trabalho. A economia da área do euro também continuará a ser apoiada pela política monetária expansionista do Banco Central Europeu (BCE) que, provavelmente, tornará a sua política monetária ainda mais expansionista ao longo do ano. Contudo, os riscos geopolíticos, as reformas estruturais hesitantes e os altos níveis de dívida privada e pública estão a ter um efeito de amortecimento. As projeções indicam que os preços no consumidor subirão 0,2%. Espera-se que a economia alemã registre uma expansão de 1,7% em 2016, impulsionada apenas por forças internas.

Nos Estados Unidos, esperamos um crescimento de 1,2% em 2016. Enquanto o ambiente externo está a atuar como um entrave devido à força do dólar dos Estados Unidos e à modesta procura global, bem como ao impacto negativo impulsionado pelos preços do petróleo no setor da energia, o sólido desenvolvimento do mercado de trabalho e o desempenho do mercado da habitação estão a gerar estímulos positivos. Os preços ao consumidor provavelmente aumentarão 1,2%. A política monetária da Reserva Federal norte-americana deverá conferir estímulos adicionais à economia dos Estados Unidos globalmente. Esperamos que a taxa diretora da Reserva Federal se mantenha em 0,6% no final de 2016.

É provável que a economia japonesa sofra uma contração de 0,3% em 2016. O crescimento da procura interna e externa deverá ser negativo. A política monetária continuará a ser extremamente expansionista. Esperamos que a inflação seja de 0,2%. O crescimento nos países de mercados emergentes deverá subir em 2016. O crescimento económico na Ásia (excluindo Japão) deverá permanecer mais ou menos inalterado nos 6,1%, com a inflação nos 2,7%. É provável que a economia chinesa cresça apenas 6,7% em 2016, com a inflação a 1,8%, em grande parte devido ao arrefecimento do setor secundário e dos investimentos. Provavelmente, a política monetária tornar-se-á mais expansionista a fim de reforçar a economia.

Os inúmeros riscos estão atualmente a aumentar a incerteza da nossa previsão global num maior grau do que o habitual. Os mercados financeiros globais poderiam reagir muito mais negativamente à normalização da política monetária dos Estados Unidos do que se supunha. Isto poderia ter um impacto negativo sobre as despesas das famílias e as empresas em todo o mundo e resultar em saídas de capital muito superiores dos mercados emergentes. O preço do petróleo em queda está a exacerbar os problemas dos países produtores de petróleo e a complicar o financiamento dos investimentos relacionados com energia. Além disso, os riscos geopolíticos poderão intensificar-se, especialmente os decorrentes de conflitos no Médio Oriente. Além disso, uma forte desaceleração na China poderia provocar uma agitação global. Na Europa, um reacendimento do debate sobre o futuro da política monetária e da área do euro, insuficiente desalavancagem nos setores público e privado, uma suspensão na implementação de reformas estruturais ou um alargamento no apoio a partidos populistas tem o potencial para afetar significativamente as nossas previsões. O referendo no Reino Unido, os movimentos separatistas regionais e os persistentes desafios das negociações com a Grécia representam outros dos riscos. Além disso, a crise dos refugiados pode exacerbar ainda mais os desacordos políticos na União Europeia.

O setor bancário

Os bancos europeus podem esperar mais melhorias nas respetivas perspetivas de negócios e rentabilidade ao longo dos próximos doze meses. Os empréstimos ao setor privado deverão assistir a um crescimento moderado contínuo, enquanto o volume dos empréstimos não produtivos deverá recuar mais. A área dos depósitos continuará a operar num ambiente desafiante a nível de juros, a médio prazo. As tendências na Alemanha poderão ser ligeiramente melhores do que na área do euro, como um todo. O crescimento nos volumes de empréstimos empresariais e nas hipotecas de retalho deverá manter-se.

Nos Estados Unidos, as robustas previsões económicas e o baixo desemprego deverão dar origem a um aumento nos empréstimos às empresas e às famílias. O mês de dezembro de 2015 assistiu ao início da saída da política monetária extremamente acomodaticia da Reserva Federal, o que deverá estabilizar a margem da taxa de juro líquida dos bancos dos Estados Unidos a médio prazo e ajudar a reforçar a rentabilidade.

No Japão, os empréstimos poderiam beneficiar de uma viragem na economia interna em 2016, ao passo que na China, o abrandamento económico pode prejudicar o crescimento dos empréstimos e dos depósitos.

Numa perspetiva reguladora, a atividade bancária enfrenta um vasto leque de desafios em 2016. A nível internacional, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia ("BCBS") adotou, e espera-se que venha a adotar, novas medidas que irão aumentar mais os requisitos de capital. Estas incluem um método padrão revisto para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco. Espera-se, igualmente, que o BCBS defina requisitos relativos ao rácio de alavancagem mais elevados para as instituições de importância sistémica global, como nós. Na área do euro, o Mecanismo Único de Resolução (MUR), juntamente com o Conselho Único de Resolução (CUR) e o Fundo Único de Resolução, ficou totalmente operacional em 1 de janeiro de 2016, ainda que o Fundo Único de Resolução tenha ainda de ser gradualmente construído até 2024. O CUR irá, também, definir requisitos mínimos de fundos próprios e de passivos elegíveis (MREL) disponíveis para um potencial resgate que afete grandes bancos (como nós), para o qual é a autoridade de resolução competente. Além do mais, o CUR pretende ter em consideração, nas decisões sobre MREL, os princípios da proposta capacidade mínima total de absorção de perdas. Além disso, o BCE e a Autoridade Bancária Europeia (EBA) irão realizar novos testes de resistência em 2016, em aproximadamente 100 bancos europeus. Na Alemanha, a lei do mecanismo de resolução, que adaptou as leis alemãs de resolução bancária ao MUR, foi publicada em novembro de 2015. Nos termos da nova legislação, as obrigações prioritárias terão um nível hierárquico superior às restantes, sem constituírem dívida subordinada, face aos passivos sénior nos processos de insolvência iniciados a partir de 1 de janeiro de 2017, inclusive.

O Grupo Deutsche Bank

Em outubro de 2015, introduzimos a fase seguinte da nossa estratégia, denominada "Estratégia 2020", com quatro principais objetivos: Primeiro, tornar o Deutsche Bank mais simples e eficiente; segundo, reduzir o risco; terceiro, reforçar a nossa posição de capital; e quarto, executar de forma mais disciplinada. De 2016 em diante, as nossas divisões centrais serão reestruturadas juntamente com as linhas de clientes que servimos - Instituições, Empresas, Fiduciários e Clientes privados. O objetivo é reduzir a complexidade e permitir que respondamos melhor às exigências dos clientes.

Para destacar os objetivos financeiros da Estratégia 2020, o Grupo anunciou dois conjuntos de objetivos financeiros. O primeiro conjunto de objetivos financeiros deverá ficar concluído até 2018. Abrange, principalmente, vendas, número de funcionários, redução de custos e ativos ponderados pelo risco. O segundo conjunto refere-se ao rácio de alavancagem, redução de custos, rácio de pagamento de dividendos e ao rácio de capital CET 1 e deverá ser atingido até 2020. Os indicadores-chave de desempenho financeiro mais importantes do Grupo encontram-se detalhados na tabela que se segue.

Indicadores-chave de desempenho

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2015	Objetivo para 2018	Objetivo para 2020
Rácio de capital CRR/CRD IV <i>Common Equity Tier 1 (fully loaded)</i> ¹	11,1 %	Pelo menos 12,5%	Pelo menos 12,5%
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV <i>fully loaded</i> ²	3,5 %	Pelo menos 4,5 %	Pelo menos 5,0 %
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) ³	(12,3) %	Superior a 10,0 %	Superior a 10,0 %
Custos ajustados ⁴	€ 26,5 mil milhões	Menos de € 22 mil milhões por ano	Menos de € 22 mil milhões por ano
Rácio custo/rendimento ⁵	115,3 %	~ 70,0 %	~ 65,0 %
Ativos ponderados pelo risco ⁶	€ 397 mil milhões	€ 320 mil milhões	€ 310 mil milhões

Nota: A comparação dos indicadores-chave de desempenho (KPI) com o plano/previsões do ano anterior não é significativa, uma vez que em 2015 foi formulada uma nova estratégia.

¹ O rácio *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo do rácio *Common Equity Tier 1* sem ter em consideração as provisões transitórias do CRR/CRD IV. O Relatório de risco contém mais detalhes sobre o cálculo deste rácio.

² Mais pormenores sobre o cálculo do rácio de alavancagem CRR/CRD IV (*fully loaded*) encontram-se no Relatório de Risco.

³ Baseado em resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank. O cálculo baseia-se numa taxa de imposto efetiva de (11)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Para mais informações, consultar "Outras informações sobre medidas financeiras não-GAAP" no relatório.

⁴ Despesas totais (excluindo juros), reestruturação, indemnizações, litígios, imparidade de *goodwill* e outros intangíveis e benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros. Para mais informações, consultar "Outras informações sobre medidas financeiras não-GAAP" no relatório.

⁵ Despesas totais (excl. juros) em percentagem do total de rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁶ Excluindo inflação regulamentar esperada.

No nosso plano estratégico, utilizámos taxas de câmbio subjacentes de EUR/USD a 1,07 e EUR/GBP a 0,72 ao definirmos os objetivos financeiros para 2018 e 2020.

Em 2016, esperamos que as receitas sofram o impacto da conjuntura de baixas taxas de juros e difíceis condições comerciais. Além disso, o impacto das atividades de reestruturação das reduções de carteira de país, cliente e produto deverão afetar a nossa capacidade de geração de receitas, todavia, simultaneamente, investiremos em áreas de crescimento de Transaction Banking, Asset Management, Wealth Management e Ações (Equities). Esperamos que a maioria dos nossos custos de reestruturação seja incursa até ao final de 2016, com as atividades de reestruturação a ficarem concluídas em 2017. Os custos totais continuarão a ser sobrecarregados por encargos de contencioso e reestruturação ao longo de 2016.

A gestão de capital continua a focar-se em manter o rácio *Common Equity Tier 1 CRR/CRD IV fully loaded* (rácio CET 1) bem encaminhado para alcançar os objetivos da Estratégia 2020 e conseguir um nível mínimo de 12,5% até 2018. Em 2016, esperamos que o rácio CET 1 *fully loaded* se mantenha amplamente inalterado, de modo a que possamos permanecer capitalizados bem acima dos requisitos mínimos do processo de análise e avaliação da supervisão (SREP). Esperamos que o capital CET 1 se mantenha relativamente inalterado, uma vez que a construção de capital é afetada pelos custos de reestruturação, contencioso e de eliminação de risco da NCOU.

Continuamos empenhados em alcançar um rácio de alavancagem CRR/CRD IV *fully loaded* de, pelo menos, 4,5% em 2018 e de, pelo menos, 5% em 2020, de acordo com a Estratégia 2020. A restrita gestão da exposição à alavancagem estabilizou o rácio de alavancagem em 3,5% até ao final de 2015. Em 2016, daremos continuidade à gestão da nossa exposição ativa a CRD IV. O rácio de alavancagem CRR/CRD IV deverá manter-se amplamente inalterado em 2016.

2016 será um ano de implementação focada da Estratégia 2020. Antecipamos um aumento das despesas de reestruturação e indemnizações de aproximadamente 1,0 milhar de milhão de euros, a continuação dos encargos com contencioso, a persistência de pressões de custos induzidos pela regulamentação, taxas bancárias e difíceis condições de mercado. Estamos empenhados em trabalhar para concretizar o nosso objetivo de 10% de rendibilidade do capital próprio tangível médio (após impostos), quando a Estratégia 2020 estiver totalmente implementada. O plano de medidas a implementar em 2016, ainda que represente um fardo neste ano, é fundamental para avançar para a concretização do objetivo. Regra geral, esperamos uma melhoria parcial na nossa rendibilidade do capital próprio tangível médio (após impostos) em 2016.

A obtenção de uma base de custos estruturalmente acessível é uma das nossas prioridades. Permanecemos empenhados no objetivo da nossa Estratégia 2020 para uma base de custos ajustados inferior a 22 mil milhões de euros e para um rácio custo-rendimento de aproximadamente 70% até 2018. Todavia, 2016 continuará a ser um ano difícil para nós, uma vez que será necessário algum tempo para que o nosso programa de reestruturação se torne visível na nossa base de custos. Pretendemos continuar a identificar eficiências e poupanças de custos, ao mesmo tempo que investimos em tecnologia e programas de conformidade reguladora e iremos enfrentar custos superiores na

amortização do software. Por conseguinte, esperamos que os custos ajustados não demonstrem grandes oscilações em 2016, em comparação com 2015. Além disso, os custos totais continuarão a ser sobrecarregados por encargos de contencioso e reestruturação ao longo de 2016. Esperamos que em resultado disto, o nosso rácio de custo-rendimento melhore, ainda que se mantenha elevado em 2016, uma vez que também esperamos desafios do lado das receitas devido à conjuntura de baixas taxas de juros e persistente volatilidade no mercado.

Os ativos ponderados pelo risco deverão subir ligeiramente em 2016, impulsionados essencialmente por um aumento no Risco Operacional relativo aos ativos ponderados pelo risco e ao crescimento planeado para os negócios. Isto será parcialmente compensado por uma diminuição nos ativos ponderados pelo risco, resultantes da planeada aceleração do nosso programa de eliminação de risco da NCOU.

Para suportar a nossa capitalização global, o Conselho de Administração propôs ao Comité de Fiscalização que recomende que não sejam declarados dividendos ordinários nos exercícios fiscais de 2015 e 2016. No anúncio da nossa Estratégia 2020, articulámos que aspiramos efetuar um rácio competitivo de pagamento de dividendos às ações ordinárias a médio prazo.

Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em litígios, arbitragem e processos regulamentares e investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA. Estas questões estão sujeitas a várias incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução.

Os nossos segmentos de negócio

De 2016 em diante e de acordo com a nossa Estratégia 2020, as nossas operações comerciais irão ser organizadas sob uma nova estrutura com os segmentos Global Markets (GM), Corporate & Investment Banking (CIB), Private, Wealth and Commercial Clients (PW & CC), Postbank, Deutsche Asset Management (AM) e Non-Core Operations Unit (NCOU). Os parágrafos que se seguem incluem as previsões para os nossos segmentos de negócio na atual configuração organizativa. Mais pormenores sobre a nova estrutura são igualmente fornecidos nas descrições dos respetivos segmentos de negócio que se seguem.

Corporate Banking & Securities

Na Corporate Banking & Securities (CB&S), a conjuntura de negócios é altamente desafiante em 2016. Desde o início de 2016 que já assistimos à queda significativa dos mercados financeiros, refletindo receios em diversas frentes. Riscos e incertezas persistentes incluem a exposição do crescimento macroeconómico global a eventos de risco, evolução das políticas dos bancos centrais, o impacto dos baixos preços do petróleo no setor da energia, contínuos desenvolvimentos regulamentares, efeitos de uma maior desalavancagem dos balanços, encargos de contencioso e despesas associadas a melhoramentos nas plataformas e os requisitos regulamentares.

Em 2016, antevemos diversos obstáculos que podem afetar as receitas do setor da banca de investimento. Os desafios permanecem, incluindo um abrandamento na atividade dos clientes provocado pela turbulência no mercado financeiro, as constantes pressões sobre os recursos e o potencial impacto de eventos geopolíticos. Esperamos a continuação do crescimento económico global em 2016, embora se espere que as diferenças nas taxas de crescimento regionais resultem numa crescente divergência na política monetária.

Esperamos que as receitas do setor Debt Sales & Trading sejam ligeiramente mais baixas em 2016 e uma subida nas receitas Macro uma vez que as divergências na política monetária deverão ser mais do que compensadas por mais baixas receitas do Crédito. As receitas de Industry Equity Sales & Trading também deverão ser modestamente mais baixas em 2016. Antecipamos uma diminuição nos conjuntos de comissões setoriais de Corporate Finance em 2016, devido a um declínio no fluxo de acordos de Consultoria (Advisory).

À luz de um desafiante ambiente operacional e de uma maior pressão sobre o nosso balanço e capital, definimos um plano pormenorizado de reorganização do banco no âmbito da Estratégia 2020, cujo objetivo é aumentar a eficiência e gerar rentabilidade sustentável. Neste âmbito, a partir de 2016, Corporate Banking & Securities será reorganizado em duas divisões de negócios: as atividades de Sales & Trading foram combinadas numa divisão recentemente criada e chamada Global Markets e criou-se outra divisão chamada Corporate & Investment Banking, juntando os negócios de Corporate Finance da CB&S e da Global Transaction Banking.

Em Global Markets, a implementação da Estratégia 2020 implicará uma redução na exposição alavancada de CRD IV e uma redução no consumo RWA para compensar parcialmente os aumentos decorrentes das alterações regulamentares no Risco Operacional e no Basileia 4. Isto irá requerer uma reformulação da nossa carteira de negócios – reduzindo o nosso produto, país e perímetro de clientes. Iremos, igualmente, focar-nos na redução de custos, na promoção da eficiência da plataforma e, simultaneamente, em melhorar a conformidade regulamentar, controlo e conduta. Durante os próximos dois anos continuaremos a assistir a pressões sobre os retornos, uma vez que continuaremos a enfrentar aumentos de RWA (impulsionado, essencialmente, pelo Risco Operacional RWA), redução do nosso perímetro de negócios e progressos nos assuntos pendentes.

Em Corporate Finance, manteremos o foco na melhoria dos nossos relacionamentos com o cliente, com o objetivo de ficarmos entre os três principais bancos para os nossos maiores clientes empresariais. Continuaremos a investir em produtos e relações de maior retorno, ao mesmo tempo que racionalizamos a rentabilidade mais baixa e os clientes de maior risco.

Apesar das desafiantes condições do mercado nos últimos anos e de uma incerteza persistente nas previsões, acreditamos que as prioridades estratégicas anunciadas irão colocar-nos numa posição favorável para fazermos frente a potenciais desafios e para capitalizarmos futuras oportunidades.

Private & Business Clients

A nossa Estratégia 2020 prevê diversas medidas de transformação para Private & Business Clients (PBC), incluindo medidas de racionalização da nossa organização, com vista a otimizar a nossa rede de agências na Alemanha e a investir na digitalização. A transformação de PBC inclui, também, medidas para as carteiras, nomeadamente a venda da nossa posição na Hua Xia Bank Co. Ltd (Hua Xia) e uma separação do Postbank.

Relativamente à nossa posição de 19,99% no Hua Xia, anunciámos em 28 de dezembro de 2015 um acordo para a venda integral à PICC Property and Casualty Company Limited por um valor de 23,0 mil milhões RMB a 25,7 mil milhões RMB (aproximadamente 3,2 mil milhões de euros a 3,7 mil milhões de euros, com base nas taxas de câmbio em dezembro de 2015). A venda está sujeita a ajustes no preço final à data de encerramento. A conclusão da transação, antecipada para meados do ano, está sujeita às habituais condições de fecho e aprovações reguladoras, incluindo a aprovação da Comissão de regulação do setor bancário da China.

No primeiro trimestre de 2016, o Postbank passará a ser um segmento separado e o resto da PBC, que passará a designar-se Private & Commercial Clients (PCC), será agregada à Wealth Management (WM) no novo segmento “Private, Wealth & Commercial Clients (PW&CC)”.

A PCC tem a ambição de se tornar num banco de consultoria líder e ativado digitalmente, com um forte foco no crescimento da banca privada e na banca comercial. Os nossos objetivos incluem a oferta de uma abordagem de cobertura de clientes integrada na Alemanha, uma presença reforçada na Europa e um foco nos empreendedores alemães e europeus. Além disso, é nossa intenção investir na digitalização e queremos gerar sinergias com a otimização e racionalização das ofertas de produtos, operações e das funções gerais e de apoio. Planeamos, igualmente, melhorar a eficiência de capital reforçando as capacidades de consultoria e dando menos ênfase aos produtos de capital intensivo.

Em 2016, prevemos que as receitas dos produtos de depósitos continuem a ser prejudicados pelo ambiente de baixas taxas de juros e que as receitas dos produtos de crédito aumentem, refletindo uma procura sustentada dos consumidores bem como a nossa estratégia de expansão seletiva da carteira de empréstimos. Continuaremos, igualmente, a focar-nos nos produtos de investimento e seguros, mas as dinâmicas das receitas nesta área dos negócios irá depender em grande parte do impacto da difícil conjuntura macroeconómica atual na confiança dos clientes. As provisões para perdas de crédito mantiveram-se em níveis muito baixos em 2015 e, atualmente, não esperamos que venham a recuar ainda mais. Tanto as nossas receitas como despesas excluindo juros podem ser prejudicadas por novos requisitos regulamentares e os gastos operacionais (excl. juros) em 2016 incluirão encargos e investimentos relacionados com a execução das medidas de transformação supramencionadas. As supramencionadas expectativas para a PCC aplicam-se igualmente ao Postbank. Particularmente, as receitas deverão sofrer o impacto da conjuntura de baixas taxas de juros.

Global Transaction Banking

Os persistentemente baixos níveis das taxas de juros, com taxas negativas em mercados-chave, voláteis mercados acionistas, uma conjuntura altamente competitiva e os desafios dos eventos geopolíticos deverão continuar a colocar pressão sobre os negócios da Global Transaction Banking (GTB) em 2016.

Em particular, antecipamos impactos adversos na nossa área de negócio de Cash Management (gestão de tesouraria). Partindo do forte resultado de 2015 e dos investimentos planeados para o negócio da banca de transações à luz da Estratégia 2020, antecipamos desenvolvimentos globais estáveis nos volumes em 2016. Com o nosso foco contínuo na construção e aprofundamento de relações com os clientes, o nosso abrangente leque de produtos e a nossa reconhecida excelência de serviços, acreditamos estar bem posicionados para enfrentar uma conjuntura desafiante. Continuaremos a investir nos nossos negócios, nomeadamente nos nossos processos e plataformas de TI, ao mesmo tempo que mantemos uma rigorosa disciplina de risco, custos e capital para reforçar a resiliência do nosso modelo de negócios. Em 2016, o foco será mantido na conformidade regulamentar, controlo e conduta, bem como na estabilidade do sistema. Isto fornecerá uma base forte para o crescimento futuro da GTB. A partir de 1 de janeiro de 2016, a GTB em conjunto com Corporate Finance, será incorporada na divisão de negócios denominada Corporate & Investment Banking.

Deutsche Asset & Wealth Management

Os gestores de ativos e de património enfrentam diversos desafios em 2016, incluindo incertezas nas previsões económicas, voláteis mercados acionistas e de crédito e a persistência das baixas taxas de juros, conjugados com uma feroz concorrência e aumento dos custos associados à regulamentação. O crescimento deverá manter-se relativamente inalterado na maioria das economias desenvolvidas; todavia, vários países emergentes poderão assistir a um crescimento mais lento e a uma maior volatilidade, afetando a apetência pelo risco dos investidores e, potencialmente, os fluxos de ativos. Condições turbulentas criam oportunidades para uma gestão ativa de investimento relativamente aos ativos tradicionais e alternativos, bem como para orientação e aconselhamento financeiro fiáveis. Consequentemente, acreditamos que os gestores de ativos e património diversificados e orientados para as soluções que podem alavancar a escala e o capital intelectual para apoiar os seus clientes obterão melhores resultados do que a maioria.

Em 2016, o Deutsche Bank reestruturará a Asset & Wealth Management. Os clientes com elevado valor líquido serão servidos pela Deutsche Bank Wealth Management, uma área distinta na divisão Private, Wealth & Commercial Clients. A Deutsche Asset Management tornar-se-á uma divisão autónoma focada em oferecer soluções de investimento a instituições e intermediários que servem clientes individuais.

Na Asset Management, esperamos mais mudança nas preferências do investidor para produtos alternativos (incluindo fundos de cobertura, capital privado, imobiliário e infraestrutura) e passivos (incluindo índice e produtos negociados em bolsa). Consequentemente, antecipamos que as entradas de ativos em alternativas e produtos passivos ultrapassarão outras classes de ativos em 2016. Além disso, esperamos um crescimento contínuo das soluções de reforma e uma procura de soluções orientadas para os resultados, particularmente nos mercados desenvolvidos como resultado dos marcadores demográficos do envelhecimento. Juntas, estas tendências alinham-se com os nossos investimentos para reforçar as capacidades em produtos, canais e regiões. Com os produtos existentes e os novos lançamentos planeados, a Deutsche Asset Management pretende crescer a sua quota no mercado. À medida que as novas mudanças estruturais são implementadas, pretendemos dinamizar os processos de investimento em toda a linha para servir os nossos clientes.

Na Wealth Management, esperamos que os indivíduos com património de valor líquido ultraelevado (UHNW) permaneçam o segmento de clientes com mais rápido crescimento no setor do património. Pretendemos impulsionar o crescimento através de um modelo de cobertura regional direcionado e proporcionando oportunidades e soluções de investimento entre classe de ativos e além-fronteiras, bem como acesso aos recursos mais amplos do Deutsche Bank. Concebemos estratégias específicas do segmento, melhores analíticas do cliente e relações mais aprofundadas com o cliente para nos ajudar a alcançar o nosso objetivo de nos tornarmos o consultor de eleição para os indivíduos UHNW e uma das principais cinco entidades de gestão de património a nível global. A obtenção desta ambição será apoiada pelo nosso conjunto de produtos e experiência em soluções geridas, empréstimos e mercado de capitais.

Apesar do crescimento antecipado do ativo global e agregados de receitas, o desempenho dos ganhos continua dependente dos níveis de mercado devido ao elevado nível das receitas de comissão recorrentes. O atual nível dos mercados indicaria uma pressão descendente sobre as receitas, apesar das várias iniciativas de crescimento estratégico. A compressão da comissão e a elevada concorrência requerem um modelo operacional dinâmico e com eficiência de custos. Em 2016, melhorias adicionais em tecnologia e operações continuarão a ser implementadas, equipando a Asset Management e a Wealth Management com as adequadas infraestruturas para servir os seus clientes. Outras iniciativas serão lançadas para simplificar a nossa pegada geográfica e operacional para apoiar os esforços de simplificação do Grupo.

Non-Core Operations Unit

A Non-Core Operations Unit (NCOU) focar-se-á em reduzir a alavancagem e ativos ponderados pelo risco com uma ambição para significativamente afrouxar as posições restantes até ao final de 2016, de modo que os ativos ponderados de risco residuais sejam inferiores a 10 mil milhões de euros no total. Os desafios no ambiente de mercado global podem afetar a execução da estratégia da NCOU, especificamente em termos da temporização associada e do impacto financeiro. Esta incerteza abrange um conjunto de fatores que podem afetar a atividade de remoção de risco, porém estima-se que esta acelerada contrariedade seja acretiva para os rácios de capital do Grupo. Além disso, o custo de manutenção de passivos com elevada taxa de juros atualmente incluído nas receitas da NCOU será alocado para um novo segmento Postbank em 2016. Esperamos que o ambiente de litígios e de aplicação permaneçam desafiantes no futuro previsível.

Riscos e oportunidades

Os riscos e oportunidades que acreditamos serem prováveis de ocorrer foram incorporados nas nossas perspetivas. A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que antecipamos nas nossas perspetivas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as perspetivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e a concorrência no setor dos serviços financeiros se agravem comparativamente com a expectativa nas nossas Perspetivas, isto poderia afetar adversamente os nossos negócios, os resultados de operações ou os planos estratégicos.

Um elevado nível de incerteza política e a crescente atratividade dos eleitores a partidos populistas num conjunto de países da União Europeia podem conduzir a uma reversão parcial da integração europeia. Em particular, os movimentos antiausteridade na Grécia e noutros Estados-Membros da área do euro poderão abalar a confiança na continuação da viabilidade da participação desses países no euro. Uma escada de riscos políticos pode ter consequências políticas imprevisíveis, bem como consequências para o sistema financeiro e para a economia em geral, conduzindo potencialmente a quebras nos níveis de negócio, depreciações de ativos e perdas em todos os nossos negócios. A nossa capacidade de nos protegermos contra estes riscos é limitada.

Poderá ser-nos exigido o reconhecimento de imparidades nas nossas exposições à dívida soberana de países europeus e de outros países, à medida que a crise da dívida soberana europeia se reacenda. Os *swaps* de risco de incumprimento que contratámos para gerir o risco de crédito soberano podem não se encontrar disponíveis para compensar estas perdas, tal como previsto.

As condições de mercado adversas, preços desfavoráveis e a volatilidade, bem como a cautela do investidor e o sentimento do cliente podem afetar no futuro de forma significativa e adversa as nossas receitas e lucros.

No caso em que os cupões AT1 não podem ser satisfeitos devido a insuficientes itens distribuíveis disponíveis (ADI) para o Deutsche Bank AG em conformidade com a entidade autónoma de relato ao abrigo do HGB, isto poderia conduzir a custos mais elevados de financiamento.

Reformas regulamentares

As reformas reguladoras promulgadas e propostas em resposta às fraquezas no setor financeiro, juntamente com o maior controlo regulador e discricção irão impor custos significativos sobre nós. Isto também cria uma incerteza significativa para nós e poderá afetar adversamente os nossos planos de negócios e a nossa capacidade para executar os nossos planos estratégicos. Essas alterações que requeiram que mantenhamos um maior capital podem afetar significativamente o nosso modelo de negócio, a nossa condição financeira e resultado operacional, bem como o ambiente concorrencial em geral. Outras reformas reguladoras, tais como taxas bancárias, também podem aumentar materialmente os nossos custos operacionais previstos. As reformas reguladoras, em termos de medidas de resolubilidade ou resolução, também podem afetar os nossos acionistas e credores.

Ações judiciais e processos regulamentares

Estamos sujeitos a um conjunto de ações judiciais e investigações regulamentares, cujo resultado é difícil de estimar e que podem afetar de forma substancial e adversa os nossos resultados planeados de operações, condição financeira e reputação.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos, bem como os riscos operacionais

Embora tenhamos dedicado recursos significativos para desenvolver as nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos, incluindo em relação ao risco de mercado, crédito, liquidez e operacional, estes poderão não ser totalmente eficazes em mitigar as nossas exposições ao risco, especialmente em resposta às condições de mercado extremas ou em resposta a riscos emergentes.

Estratégia 2020

Se não conseguirmos implementar com êxito a nossa Estratégia 2020, que também está sujeita aos fatores anteriormente mencionados, podemos não conseguir alcançar os nossos objetivos financeiros, ou poderemos incorrer em perdas ou baixa rentabilidade ou erosões da nossa base de capital, e a nossa situação financeira, os resultados de operações e a cotação da ação podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Caso as condições económicas, tais como as perspectivas de crescimento, o ambiente da taxa de juros e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhore para além dos níveis previstos, isso pode conduzir a aumento das receitas que só pode ser parcialmente contrabalançado por custos adicionais, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e o rácio custo-rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas reguladoras, tais como CET 1 e o rácio de alavancagem.

Caso as condições de mercado, níveis de preços, volatilidade e sentimento do investidor se desenvolvam melhor do que o esperado, isso também pode impactar positivamente as nossas receitas e lucros. Da mesma forma, caso registemos níveis de procura do cliente e quota de mercado mais elevados do que os previstos, isso pode impactar positivamente os nossos resultados de operações.

Estratégia 2020

A Estratégia 2020 procura transformar-nos numa organização mais simples e mais eficiente, menos arriscada, melhor capitalizada e melhor gerida. A implementação da Estratégia 2020 poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados e as eficiências de custos possam ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações.

Relatório de Risco

81	Introdução – 80	
	Visão geral do risco e do capital	
	Indicadores de risco fundamentais – 81	
	Avaliação Global de Risco – 82	
	Perfil de risco – 83	
85	Quadro de risco e de capital	
	Princípios de gestão do risco e governação do risco – 85	
	Governança do risco – 86	
	Cultura de risco – 90	
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 91	
	Plano de capital e risco – 92	
	Testes de esforço – 93	
	Planeamento de recuperação e resolução – 95	
96	Gestão de capital e risco	
	Identificação e avaliação do risco – 97	
	Gestão do risco de crédito – 98	
	Gestão do risco de mercado – 105	
	Gestão do risco – 112	
	Gestão do risco de liquidez – 117	
	Gestão do risco (estratégico) do negócio – 122	
	Gestão do risco de reputação – 122	
	Gestão do risco do modelo – 122	
	Gestão do risco de conformidade – 123	
	Gestão do risco especificamente relacionado – 124	
	Concentração de risco e diversificação do risco – 124	
	Desempenho de capital e risco	125
	Capital e rácio de alavancagem – 125	
	Exposição ao risco de crédito – 138	
	Qualidade dos ativos – 159	
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 169	
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 174	
	Exposição ao risco operacional – 175	
	Exposição ao risco de liquidez – 177	

Introdução

Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1, bem como das normas IFRS 4

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações de informações e divulgações de capital exigidas pela Norma Internacional de Contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras", bem como divulgações qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de seguro, em cumprimento da Norma Internacional de Relato Financeiro 4 (IFRS 4) "Contratos de seguro". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia 3

A maior parte das divulgações de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia por CRR e apoiadas pelas normas técnicas de execução da EBA, são publicadas no nosso Relatório Pilar 3 adicional restabelecido, o qual pode ser encontrado na nossa página Web. Nos casos em que as divulgações neste Relatório de Risco também apoiam os requisitos de divulgação de Pilar 3, estas são destacadas por referências do Relatório Pilar 3 no Relatório de Risco.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira, com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Como um membro do EDTF, aderimos às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também em parte no nosso Relatório Pilar 3 adicional restabelecido.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da nossa gestão holística do risco em tipos de risco individual. Rácio *Common Equity Tier 1* (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), rácio de alavancagem (LR), rácio de cobertura de liquidez (LCR) e posição de liquidez líquida em esforço (SNLP) como métricas de alto nível são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço e práticas de planeamento de recuperação e resolução, as quais são revistas e aprovadas pelo nosso Conselho de Administração, pelo menos anualmente. Além do rácio de adequação de capital interno e do capital económico total, os seguintes rácios e métricas baseiam-se nas regras CRR/CRD IV *fully loaded*.

Rácio *Common Equity Tier 1*

2015: 11,1 %

2014: 11,7 %

Total dos ativos ponderados pelo risco

2015: 396,7 mil milhões de euros

2014: 394,0 mil milhões de euros

Rácio de adequação de capital interno

2015: 146 %

2014: 174 %

Total de capital económico

2015: 38,4 mil milhões de euros

2014: 31,9 mil milhões de euros

Rácio de alavancagem

2015: 3,5 %

2014: 3,5 %

Exposição à alavancagem

2015: 1395 mil milhões de euros

2014: 1445 mil milhões de euros

Rácio de cobertura de liquidez

2015: 119 %

2014¹: 119 %

Posição de liquidez líquida em esforço

2015: 46 mil milhões de euros

2014: 24 mil milhões de euros

¹ Calculado em conformidade com a especificação Basileia III.

Para mais pormenores, consulte a secção “Apetência pelo risco e capacidade de risco, Planeamento de recuperação e resolução, Testes de esforço, Perfil de risco, Processo de avaliação da adequação de capital interno, Instrumentos de capital, Evolução do capital regulamentar, Evolução de ativos ponderados pelo risco, Rácio de alavancagem, Rácio de cobertura de liquidez, Suporte adicional de liquidez, Testes de esforço e análise de cenários e Ativos líquidos de alta qualidade”.

Avaliação Global de Risco

As principais categorias de risco incluem 1) riscos financeiros como o risco de crédito (risco de contraparte, risco do setor, risco do país e risco de produto), risco de mercado (negociação, não-negociação e risco de incumprimento transacionado), risco de liquidez, risco de negócio (incluindo impostos e risco estratégico) e 2) riscos não inanceiros (NFR) incluindo risco de reputação e risco operacional (com importantes subcategorias como risco de conformidade, risco jurídico, risco de modelo, riscos de segurança da informação, riscos de fraude e riscos de branqueamento de capitais). Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação. Consulte a secção “Gestão do risco e do capital” para informações detalhadas sobre a gestão dos nossos riscos materiais.

No âmbito das nossas análises regulares de risco e de risco cruzado, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco e uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar não só riscos que têm impacto nos nossos inventários de risco e divisões de negócio, mas também outros riscos que são relevantes apenas para carteiras específicas.

Os atuais riscos em toda a carteira em que continuamos a focar-nos incluem: o abrandamento económico e a volatilidade dos mercados financeiros na China e potencial contágio para outras economias, o impacto da contínua queda dos preços do petróleo em principais países produtores e indústrias associadas e os potenciais aumentos nas taxas de juros pelo Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos, os quais poderiam impulsionar mais saídas de capitais dos mercados emergentes (Emerging Markets). Além disso, os riscos geopolíticos globais permanecem elevados e têm vindo a intensificar-se nos últimos meses.

A nossa exposição de crédito ao setor do Petróleo e Gás representa menos de 2% da nossa exposição principal total ao crédito e aproximadamente 16 mil milhões de euros, dos quais os empréstimos brutos representam 5 mil milhões de euros e os compromissos de crédito irrevogáveis representam 8 mil milhões de euros. Na nossa opinião, não temos concentrações demasiado grandes em países de mercados emergentes. A nossa carteira de crédito da China é composta principalmente por instituições financeiras locais sistemicamente importantes, empresas financeiramente fortes estatais e privadas e subsidiárias de empresas multinacionais. Mais informações encontram-se na secção “Exposição ao risco de crédito”.

A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é efetuada através da sua integração nos testes de esforço do Grupo que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que possuímos capital e reservas de liquidez adequados para absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes. As informações sobre risco e posições de capital para as nossas carteiras podem ser encontradas na secção “Desempenho de capital e risco”.

Em consonância com anos anteriores, o ano de 2015 continuou a demonstrar a tendência de crescente regulamentação global do setor dos serviços financeiros, que consideramos suscetível de persistir ao longo dos próximos anos. Nós também estamos interessados na identificação de potenciais alterações políticas e regulamentares e na avaliação do eventual impacto nos nossos processos e modelo de negócio.

Relativamente à gestão de risco e capital durante o ano de 2015, o enfoque global foi na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco, aumentando a nossa base de capital e apoiando as nossas iniciativas de gestão estratégica com enfoque na otimização do balanço. Esta abordagem refletiu-se ao longo das diferentes métricas de risco resumidas a seguir.

Perfil de risco

A tabela abaixo mostra a nossa posição de risco global, medida pela utilização de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e de negócios nas datas especificadas. Para determinar a nossa posição de risco (capital económico) global, temos normalmente em consideração benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico por tipo de risco

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015	31.12.2014	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
			em milhões de euros	em %
Risco de crédito	13 685	12 885	799	6
Risco de mercado	17 436	14 852	2 583	17
Risco de mercado relacionado com a negociação	4 557	4 955	(397)	(8)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	12 878	9 898	2 981	30
Risco operacional	10 243	7 598	2 644	35
Risco de negócio	5 931	3 084	2 846	92
Vantagem de diversificação ¹	(8 852)	(6 554)	(2 297)	35
Total de utilização de capital económico	38 442	31 866	6 576	21

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).

Em 31 de dezembro de 2015, a nossa utilização de capital económico ascendia a 38,4 mil milhões de euros, um valor 6,6 mil milhões (21%) superior aos 31,9 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2014. A posição de risco global mais elevado foi impulsionada, principalmente, por um perfil de perdas superior no risco estratégico e no risco operacional, melhoramentos metodológicos no risco de mercado não relacionado com a negociação e pela recalibração do modelo interno de risco de crédito.

A utilização de capital económico para risco de crédito aumentou para 13,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, 799 milhões de euros (6%) mais, em comparação com o final do exercício de 2014. Esta alteração reflete, essencialmente, os aumentos decorrentes da recalibração do modelo interno.

A utilização do capital económico para o risco de mercado relacionado com a negociação diminuiu em 397 milhões de euros e foi impulsionada, principalmente, pelas reduções nos componentes de *spread* do crédito e divisas. A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 3,0 mil milhões de euros (30%) para 12,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. A subida é impulsionada, principalmente, por melhoramentos metodológicos no que respeita à captação do risco de *spread* do crédito dos títulos mantidos como reserva de liquidez, do risco de participação e compensação de capitais próprios, bem como de uma maior exposição ao risco estrutural das divisas decorrente da apreciação do dólar dos Estados Unidos face ao euro.

A utilização do capital económico de risco operacional totalizou 10,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, o que é 2,6 mil milhões de euros ou 35% superior quando comparado com o final de 2014. O aumento foi impulsionado, principalmente, pelas perdas legais relativas ao risco operacional, incluindo as provisões legais e um aumento no perfil de perdas relativas ao risco operacional do conjunto do setor. Isto encontra-se refletido nos dados sobre perdas relativas ao risco operacional que deram origem ao aumento de utilização de capital económico e que se deve, amplamente, à saída de fluxos relativos a litígios, investigações e ações de implementação de regulamentos.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de riscos incomuns, incluindo o risco reputacional e de refinanciamento e uma componente de risco fiscal. O risco de negócio aumentou 2,8 mil milhões de euros para 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. Este aumento refletiu uma maior utilização do capital económico na componente de risco estratégico, impulsionado por uma combinação de custos de reestruturação planeados e de conservadoras expectativas de ganhos para 2016.

O efeito de diversificação inter-riscos da utilização de capital económico no risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico aumentou em 2,3 mil milhões de euros (35%), em 31 de dezembro de 2015, devido ao aumento na utilização de capital económico antes da diversificação e de uma atualização de metodologia no primeiro trimestre de 2015.

O nosso mix de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico (EC) total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

Perfis de risco das nossas divisões medidos por capital económico e ativos ponderados pelo risco

								31.12.2015	
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total em %	
Risco de crédito	6 634	3 724	2 076	456	777	18	13 685	36	
Risco de mercado	5 722	4 264	203	2 248	695	4 303	17 436	45	
Risco operacional	6 778	871	1 077	1 054	463	0	10 243	27	
Risco de negócio	5 662	0	7	1	261	0	5 931	15	
Vantagem de diversificação ¹	(5 691)	(1 314)	(622)	(714)	(377)	(133)	(8 852)	(23)	
Total de CE em milhões de euros	19 105	7 544	2 741	3 045	1 819	4 188	38 442	100	
em %	50	20	7	8	5	11	100	N/S	
Ativos ponderados pelo risco ²	195 096	80 016	52 062	23 795	34 463	11 283	396 714	N/S	

N/S – Não significativo

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*.

								31.12.2014	
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total em %	
Risco de crédito	5 799	3 547	2 302	323	868	46	12 885	40	
Risco de mercado	5 153	3 200	185	1 987	1 308	3 020	14 852	47	
Risco operacional	3 569	1 088	150	722	2 070	0	7 598	24	
Risco de negócio	2 581	0	4	1	499	0	3 084	10	
Vantagem de diversificação ¹	(3 441)	(1 095)	(262)	(611)	(1 087)	(59)	(6 554)	(21)	
Total de CE em milhões de euros	13 661	6 740	2 379	2 420	3 658	3 008	31 866	100	
em %	43	21	7	8	11	9	100	N/S	
Ativos ponderados pelo risco ²	175 575	79 571	43 265	16 597	58 524	20 437	393 969	N/S	

N/S – Não significativo

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico (a maior parte do risco de negócio).² Os ativos ponderados pelo risco e os rácios de capital têm por base o CRR/CRD IV *fully-loaded*. Os montantes afetados aos segmentos de negócio foram reajustados para refletir comparativos de acordo com a estrutura em 31 de dezembro de 2015.

O perfil de risco da CB&S (Corporate Banking & Securities) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. Outros riscos de crédito têm a sua origem na exposição a empresas e instituições financeiras. A quota de risco operacional no perfil de risco da CB&S aumentou significativamente no último ano refletindo um mais elevado perfil de perdas no setor, perdas internas e uma alteração na metodologia de atribuição no Grupo. O remanescente do perfil de risco da CB&S deriva da componente de risco estratégico do risco de negócio à luz das previsões menos otimistas de ganhos para 2016.

O perfil de risco de Private & Business Clients (PBC) integra o risco de crédito decorrente do crédito a retalho e dos empréstimos a Pequenas e Médias Empresas (PME), bem como o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de investimento, a modelação dos depósitos dos clientes e o risco de *spread* de crédito. O aumento no perfil de risco global de PBC em 2015 deveu-se, essencialmente, a uma atualização na metodologia do risco de investimento (principalmente relacionado com a Hua Xia Bank Co. Ltd.), bem como a um maior *spread* no risco de crédito.

As receitas de Global Transaction Banking (GTB) são geradas a partir de vários produtos com diferentes perfis de risco. A grande maioria dos seus riscos diz respeito a risco de crédito na área de negócio Trade Finance e risco operacional. O relativamente reduzido risco de mercado deve-se, principalmente, à modelização dos depósitos dos clientes.

O principal fator de risco do negócio da Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com a negociação. De resto, o negócio da Deutsche AWM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional. O aumento da utilização do capital económico em 2015 foi, essencialmente, impulsionado por um maior risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do aumento do *spread* do crédito e do risco de incumprimento nos fundos garantidos na composição da carteira, bem como por um aumento na quota do capital de risco operacional do grupo baseado na alteração da metodologia de atribuição divisionária no modelo AMA.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) inclui atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos destinados à redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU abrange riscos em todas as nossas operações incluindo principalmente riscos de crédito e de mercado direcionados sempre que possível para redução acelerada do risco. A quota de risco operacional no perfil de risco da NCOU diminuiu significativamente no último ano refletindo uma alteração na metodologia de atribuição no Grupo.

A Consolidation & Adjustments abrange, principalmente, o risco de mercado não relacionado com a negociação para o risco cambial estrutural, risco de pensões e risco de remuneração em capital. O aumento do risco de mercado não relacionado com a negociação, por comparação com 2014, ficou a dever-se a um mais alto risco cambial estrutural e a uma alteração na metodologia de risco de remuneração em capital.

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco e governação do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, avaliar, medir, agregar e gerir os nossos riscos e a afetar o capital entre os nossos negócios. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

As responsabilidades essenciais de gestão de risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas em comités de gestão do risco sénior com funções de execução e supervisão. O Conselho de Fiscalização monitoriza regularmente o perfil de risco e de capital.

Operamos um modelo de gestão do risco com três linhas de defesa ("3LoD"). A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") é composta por todas as divisões e serviços comerciais que fornecem áreas de infraestruturas [Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo) e Corporate Services (Serviços Corporativos)], que são as "proprietárias" do risco. A 2.ª linha de defesa ("2nd LoD") é composta por todas as funções independentes de risco e controlo de infraestruturas. A 3.ª linha de defesa ("3rd LoD") é uma Group Audit (Auditoria do Grupo), que garante a eficácia dos controlos. O modelo 3LoD e os princípios subjacentes de conceção aplicam-se a todos os níveis da organização, i.e., nível de grupo, regiões, países, agências e entidades jurídicas. As 3LoD são autónomas e responsáveis pela manutenção de estruturas que garantam o cumprimento dos princípios de conceção a todos os níveis.

A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base na apetência pelo risco e no plano estratégico e de capital do Grupo para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho. O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.

Todos os tipos significativos de risco são geridos através de processos de gestão do risco, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio, risco de reputação, risco de modelo e risco de conformidade. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nos tipos de riscos significativos. Os riscos não padronizados (risco reputacional, risco do modelo e risco de conformidade) estão implicitamente cobertos no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico. Para mais informações, consultar a secção "Gestão do risco e do capital" no processo de gestão dos nossos riscos materiais.

Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.

Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.

O planeamento de recuperação estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de governação da gestão de crise e fornece à direção uma lista de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.

O planeamento de resoluções é estreitamente supervisionado pela nossa autoridade de resolução, o Conselho Único de Resolução ("SRB"). Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para evitar a necessidade de resgate pelos contribuintes e para fortalecer a estabilidade financeira através da continuidade dos serviços essenciais prestados à economia em geral.

Governança do risco

As nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que praticamos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto como as nossas principais entidades de supervisão com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com o quadro CRR/CRD IV e respetivas transposições para a legislação alemã.

As autoridades de regulação bancária europeias usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar" deste relatório.

Várias camadas de gestão fornecem um governo coeso do risco:

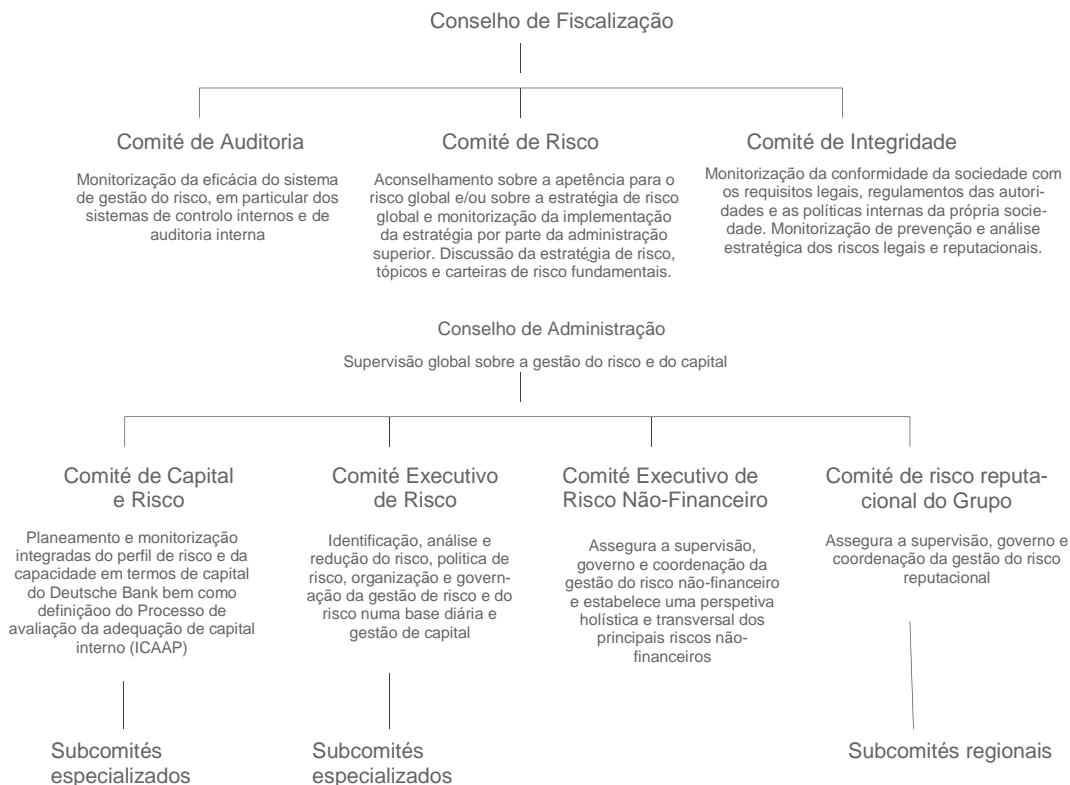
O Conselho de Fiscalização é informado regularmente e – conforme necessário – sobre desenvolvimentos especiais na nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Foram formados vários comités para gerir tarefas específicas.

Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de risco de crédito, de mercado, de liquidez, risco de negócio, risco de conformidade, risco operacional, bem como risco jurídico e de reputação. Também presta informações sobre a estratégia de risco de crédito, carteiras de crédito, empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos, questões relacionadas com os recursos de capital e assuntos de importância especial pelos riscos que implicam. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias de disposição do risco agregado e da estratégia de risco e apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da implementação desta estratégia.

O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. Também revê o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Banco, monitoriza e analisa o risco jurídico e reputacional do Banco e defende a sua prevenção.

O Comité de Auditoria monitoriza, entre outros aspetos, a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Grupo Deutsche Bank em conformidade com a lei, com os Estatutos e os seus Termos de referência, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas. O Conselho de Administração é responsável pelo estabelecimento de uma organização de negócios adequada, abrangendo uma gestão do risco apropriada e eficaz. Em concertação com o Conselho de Fiscalização e com o objetivo de garantir uma governação eficaz de recursos e riscos, o Conselho de Administração estabeleceu o Comité de Capital e Risco (CaR) e o Comité Executivo de Risco (Risk ExCo), o Comité Executivo de Risco Não-Financeiro (NFR ExCo) e o Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) cujas funções são descritas de forma mais pormenorizada abaixo. No quarto trimestre de 2015, o Conselho de Administração simplificou o número de comités estabelecidos diretamente. Por conseguinte, está a ser preparada uma estrutura de governação revista que, no futuro, agregará as matérias relevantes à gestão do risco num único comité, a partir de 1 de Abril de 2016.

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank

Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

O Comité de Capital e Risco (CaR) supervisiona e controla o planeamento integrado e o acompanhamento do nosso perfil de risco e da nossa capacidade em termos de capital, garantindo consistência relativamente à apetência pelo risco, aos requisitos de capital e às necessidades de financiamento/liquidez com as estratégias de negócio ao nível do Grupo, das divisões e das subdivisões. Fornece uma plataforma de discussão e consenso relativamente a questões estratégicas com impacto no capital, financiamento e liquidez, entre o departamento de Risco, o departamento Government & Regulatory Affairs, o departamento financeiro e as divisões. O CaR promove ações e/ou elabora recomendações para o Conselho de Administração. É ainda responsável por monitorizar regularmente o nosso perfil de risco em função da nossa apetência pelo risco e determinar se um assunto deve ser enviado para consideração superior ou se devem ser adotadas outras medidas. O CaR monitoriza o desempenho do nosso perfil de risco face a indicadores de alerta precoce e ativações de recuperação, e fornece recomendações ao Conselho de Administração na eventualidade de ser necessário invocar processos e/ou ações definidos ao abrigo do quadro de governação da recuperação.

O Risco ExCo identifica, controla e gere todos os riscos, incluindo as concentrações de risco a nível do Grupo. É responsável pela política de risco, pela organização e governação da gestão do risco, bem como por supervisionar a execução da política de gestão de risco e capital, incluindo a identificação, avaliação e redução do risco, no âmbito da estratégia de risco e capital (Plano de risco e procura de capital) aprovada pelo Conselho de Administração.

O Comité Executivo de Riscos Não-financeiros (“NFR ExCo”) supervisiona, governa e coordena a gestão dos riscos não-financeiros no Grupo Deutsche Bank e estabelece uma perspetiva holística e transversal ao risco sobre os riscos não-financeiros do Grupo. A sua tarefa é definir o quadro de apetência pelo risco não-financeiro, monitorizar e controlar o modelo operacional do risco não-financeiro, incluindo os princípios das Três Linhas de Defesa e as interdependências entre divisões de negócios e funções de controlo e nas funções de controlo.

O Comité de Risco de Reputação do Grupo (“GRRC”) é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco de reputação e fornece um processo adequado de observação histórica e de aprendizagem. Este analisa e decide sobre todas as matérias de Risco de Reputação encaminhadas pelos Comités Regionais de Risco de Reputação (“RRRC”) e decisões do RRRC que sejam apresentadas pelas Unidades. Fornece orientações em matérias de risco de reputação a nível do Grupo, incluindo a comunicação de assuntos sensíveis, aos níveis adequados do Grupo Deutsche Bank. Os RRRC, que são subcomités do GRRC, são responsáveis pela supervisão,

governo e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões em nome do Conselho de Administração.

O Comité de Riscos da Carteira ("PRC") apoia o Risco ExCo e o CaR com particular ênfase na gestão de padrões de risco a nível do Grupo, incluindo a análise e governo dos principais riscos de concentração.

O comité dos chamados testamentos em vida, o Living Wills Committee ("LWC"), é o subcomité especializado do CaR, centrado no planeamento de recuperação e resolução. Supervisiona a implementação dos nossos planos de recuperação e resolução e de melhoramentos da prontidão operacional do Grupo para dar resposta a esforços graves ou à ameaça de esforços graves.

O Comité de Capital Regulamentar ("RCC") consiste num subcomité do nosso Comité de Capital e Risco. Está incumbido da supervisão dos nossos modelos de quantificação dos riscos. O RCC é, igualmente, responsável pela supervisão e controlo do nosso Processo Interno de Avaliação à Adequação do Capital Interno ("ICAAP"). Juntamente com o PRC, também supervisiona os nossos testes de esforço ao nível do Grupo, analisa os resultados e propõe medidas de gestão, se necessário. Monitoriza a eficácia do processo de testes de esforço e visa promover a melhoria contínua do nosso quadro de testes de esforço.

Vários diretores são membros do CaR, bem como Risco ExCo, NFR ExCo e/ou GRRC, o que facilita o fluxo de informações entre estes comités.

Continuaremos a melhorar a estrutura do comité supramencionado no futuro, culminando num comité único de supervisão das matérias de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração, nomeadamente pelo Comité de Risco do Grupo.

O nosso Gestor do Risco ("CRO"), um membro do Conselho de Administração, é responsável ao nível do Grupo e das supradivisões pela gestão de todos os riscos de crédito, riscos de mercado e riscos operacionais, bem como pelo controlo global dos riscos, ou seja, incluindo o risco de liquidez, e pelo desenvolvimento contínuo de métodos de medição do risco. Além disso, o Gestor do Risco é responsável pela monitorização, pela análise e pela comunicação dos riscos numa base global, incluindo os riscos de diferenças entre ativos e passivos, os riscos de capital, os riscos de liquidez, os riscos legais, os riscos de conformidade e os riscos regulamentares, bem como outros riscos não financeiros.

O CRO tem responsabilidade de gestão direta das seguintes funções de gestão do risco: gestão do risco de crédito, gestão do risco de mercado, gestão do risco operacional e controlo do risco de liquidez.

Estas foram criadas com o objetivo de:

Apoiar o negócio em cada divisão, para que seja consistente com a apetência pelo risco que o CaR definiu no âmbito da estrutura estabelecida pelo Conselho de Administração;

Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão;

Aprovar limites de risco em termos de crédito, mercado e liquidez;

realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e

Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Diretores de Risco divisionais dedicados e Diretores de Risco regionais para a Alemanha, Américas e Ásia-Pacífico foram nomeados para definirem uma cobertura holística de gestão do risco. Desde janeiro de 2016, juntamente com as divisões de negócios do Deutsche Bank, alinharam-se as responsabilidades dos CRO divisionais.

Os responsáveis pelas referidas funções de gestão do risco, bem como os diretores de risco regionais e das divisões têm uma linha de comunicação com o CRO.

Em 2015, o nosso programa 3LoD foi concluído e a propriedade da manutenção e desenvolvimento do quadro 3LoD foi transferida para o ORM. O programa 3LoD criou Diretores Divisionais de Controlo ("DCO") para reforçar as capacidades no 1.º LoD, enquanto proprietários do risco, ao mesmo tempo que clarificou as responsabilidades e controlo e melhorou as normas nas funções de controlo do 2.º LoD. Um novo quadro de Gestão de Controlo e de Risco não-financeiro e plataforma TI foi criado para gerir a eficácia do ambiente de controlo pelo 1.º e 2.º LoD e está atualmente a ser implementada e melhorada.

Várias equipas no âmbito das funções de gestão do risco cobrem os aspetos principais da gestão do risco. O seu objetivo é reforçar a gestão holística do risco e a supervisão do risco cruzado para otimizar a condução da nossa carteira de risco. Os principais objetivos são:

Promover iniciativas estratégicas de risco cruzado e uma maior coesão entre a estratégia definida para a carteira e a execução da governação, incluindo adesão regulamentar;
Fornecer uma perspetiva estratégica e prospetiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);
fortalecer a cultura de risco no banco; e
Promover a aplicação de normas de gestão do risco consistentes nas nossas entidades locais.

Desde janeiro de 2016, estas tarefas foram consolidadas na recém-criada função de Gestão do Risco Empresarial (ERM). ERM também define o quadro de gestão do risco a nível de todo o banco, com vista a identificar e controlar os riscos na instituição dentro da apetência pelo risco acordada.

Também desde 1 de janeiro de 2016, a segunda linha de defesa da supervisão do Group Data Management Office (GDMO) e do Chief Information Security Office (CISO) transferiu-se para a organização de Risco, tal como a Corporate Security & Business Continuity (CSBC), demonstrando o nosso crescente foco na gestão holística dos riscos não-financeiros.

As nossas funções de Finanças, de Risco e de Auditoria do Grupo atuam independentemente das nossas divisões. Os departamentos de Finanças e de Risco são responsáveis pela quantificação e pela verificação do risco que assumimos, mantendo a qualidade e a integridade dos nossos dados em matéria de risco. A auditoria do Grupo, na qualidade de nossa 3ª linha de defesa, avalia de forma independente e comunica a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de controlo interno, incluindo os sistemas de gestão do risco.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos principais comités de risco do Postbank e vice-versa para os principais comités selecionados; e
implementação de políticas fundamentais de risco do Grupo no Postbank.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank, em que o Gestor do Risco do Postbank ou os diretores de risco seniores do Deutsche Bank são membros com direitos de voto, são:

O Comité de Risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação da apetência pelo risco global e da afetação de risco e de capital;
O Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
O Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
O Comité de Gestão do Risco Operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de limites às diferentes áreas de negócio; e
O Comité de Risco do Modelo e de Validação, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação de crédito e modelos de gestão do risco.

Em 2014, foi concluída a plena integração de grandes clientes. Estes são agora geridos centralmente na nossa plataforma de crédito e a entidade reguladora alargou a aceitação para a utilização dos parâmetros do modelo conjunto para clientes empresariais *large cap* e instituições financeiras.

Após o anúncio da Estratégia 2020, no final de abril de 2015 – em cujo contexto pretendemos desconsolidar e vender o Postbank e respetivas subsidiárias – o aprofundamento da integração do sistema foi interrompido. Todavia, o nível alcançado de integração e a gestão conjunta do risco descritos acima estão planeados e devem ser mantidos sem alterações até que o Postbank deixe de ser parte do Grupo Deutsche Bank.

Paralelamente, teve início o trabalho de preparação da separação do subgrupo Postbank. O principal pré-requisito que orienta todas as preparações de uma separação é manter a capacidade operacional contínua do Postbank e o respeito pelos requisitos regulamentares em todos os momentos.

Cultura de risco

Procuramos promover em toda a nossa organização uma sólida cultura de risco. O nosso objetivo consiste em ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputação. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de cultura do risco no âmbito do nosso Grupo

- O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
- Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
- O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

- Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
- Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
- Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
- resolver os problemas coletivamente; e
- Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Para fortalecer estes comportamentos esperados e fortalecer a nossa cultura de risco, desenvolvemos um conjunto de atividades no Grupo. Os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo. Além disso, para garantir que o pessoal compreende e conhece a cultura de risco criou-se, na plataforma de meios sociais interna do DB, uma biblioteca de artigos e relatórios do setor dedicados à cultura de risco.

Ao longo de 2015 e em 2016 tem-se verificado um crescente foco na eficácia das formações. Em vez de se introduzirem módulos adicionais de formação, sempre que praticável estamos a integrar novas mensagens nos cursos existentes de forma a mantê-los atualizados e contemporâneos e para evitar a "sobrecarga do formando".

Além disso, juntamente com outras medidas para reforçar os nossos processos de gestão do desempenho, concebemos e implementámos um processo para associar a medição formal dos comportamentos de cultura de risco aos nossos processos de avaliação do desempenho, de promoção e de remuneração dos colaboradores. Este processo começou por ser experimentado no CB&S e no GTB, em 2010, e foi subsequentemente implementado em todas as divisões, com o PBC International a ser o último a desenvolver o processo, em julho de 2015. Este processo foi concebido para continuar a fortalecer a responsabilidade dos colaboradores.

Para ajudar na avaliação holística da cultura de risco, 2015 assistiu ao desenvolvimento de um Quadro de Cultura de Risco. O Quadro define as alavancas que contribuem para a evolução de uma forte cultura de risco, bem como os critérios mínimos que têm de ser cumpridos a nível do Grupo e das divisões. Em 2016 assistiremos ao lançamento da aplicação deste Quadro nos negócios.

Com base no recentemente desenvolvido Quadro de Cultura de Risco, produziu-se e apresentou-se um Relatório Anual de Cultura de Risco ao Conselho de Administração e ao Comité de Risco do Conselho de Fiscalização, no final de 2015. Isto faz parte do compromisso do DB para assegurar que a administração está informada no que respeita à cultura de risco do Banco.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível de risco que estamos dispostos a assumir no âmbito da nossa capacidade de risco para alcançar os nossos objetivos de negócio, conforme definido por um conjunto de indicadores quantitativos mínimos e de normas de qualidade. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir, tanto em situações normais como de esforço, antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante partes interessadas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano de risco e procura de capital, de modo a promover a coerência entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco de riscos financeiros e não financeiros. Alavancamos o processo de testes de esforço para avaliar o cumprimento do plano igualmente em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a nossa apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, com o contexto de negócios e regulamentar e com os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores em esforço (rácio de *Common Equity Tier 1* ("CET 1") em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded*, rácio de Adequação de capital interno ("ICA") e Posição de liquidez líquida em esforço ("SNLP")) no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves realizados regularmente ao nível do Grupo e procedemos à sua comparação com os níveis vermelho-amarelo-verde ("RAG") definidos na tabela abaixo.

Limiares da apetência pelo risco dos principais indicadores

Níveis RAG	Rácio de CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV <i>fully loaded</i>	Adequação de capital interno	Posição de liquidez líquida em esforço
Normal	~ 8,5%	~ 140 %	> 5 mil milhões de euros
Crítica	8,5 % – 5,5 %	140 % – 120 %	5 mil milhões de euros – 0 mil milhões de euros
Crise	~ 5,5%	~ 120 %	< 0 mil milhões de euros

Os relatórios relativos ao nosso perfil de risco em comparação com a nossa apetência pelo risco e estratégia de risco e a nossa monitorização das mesmas são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Ao longo de 2015, o nosso perfil de risco efetivo permaneceu em níveis normais conforme definido na tabela acima. Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités e, em última análise, ao diretor de risco e ao Conselho de Administração. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo diretor de risco ou pela totalidade do Conselho de Administração, dependendo da sua importância. Em novembro de 2015, no âmbito do nosso exercício anual de calibração dos limites de apetência pelo risco, ajustámos os nossos níveis normal e de crise do rácio CET 1 CRR/CRD IV *fully loaded* para >10% e <7,25%, respetivamente. Melhorámos, ainda, as métricas fundamentais para incluir o Rácio de cobertura de liquidez (LCR) e o Rácio de alavancagem (LR), com os níveis normais e de crise do LCR definidos para >105% e <100% e de LR (CRR/CRD IV *fully loaded*) em >3,2% e <3,1% respetivamente. Todas estas alterações são efetivas em 1 de janeiro de 2016.

Plano de capital e risco

Plano estratégico e de capital

Realizamos um processo de planeamento estratégico integrado anual, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as nossas áreas/unidades de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspectiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão interanual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar as melhores opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo receitas e custos), oferta de capital e procura de capital, bem como de alavancagem e financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste processo, os objetivos para os três anos seguintes baseiam-se nas nossas perspectivas macroeconómicas globais e o enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspectiva ascendente por planos detalhados para cada unidade de negócio que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; os planos dos segundo e terceiro anos são planos anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. Os planos ascendentes incluem objetivos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho para debate e aprovação. Após a aprovação pelo Conselho de Administração, o plano final é apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um importante banco universal do mundo centrado no cliente e que visa garantir:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
- conformidade com os requisitos regulamentares;
- uma posição sólida de capital e liquidez; e
- estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
- avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
- aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, procura de capital regulamentar, capital económico e exposição à alavancagem – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Todos os objetivos comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com vista

a evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. A concretização dos nossos externamente comunicados objetivos de solvência garante que também cumprimos os requisitos do Processo de Supervisão, Análise e Avaliação do Grupo, conforme articulado pelo nosso supervisor doméstico. Em dezembro de 2015, o BCE informou o Deutsche Bank de que o Grupo consolidado tem de manter um rácio CET 1 de pelo menos 10,25% numa base de integração gradual em todos os momentos. O amortecedor de G-SIB do Deutsche Bank, atualmente em 2,0%, não está incluído no nível mínimo sujeito ao período de integração gradual de 4 anos.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção "Adequação de capital interno").

Mantemos, ao nível do Grupo, conformidade com o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia 3 e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infraestruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua e prospetiva do Grupo são:

- Um processo de planeamento estratégico que alinha a estratégia e apetência de risco com objetivos comerciais;
- Um processo de monitorização contínuo das metas de risco, alavancagem e capital definidas e aprovadas;
- Relatórios regulares de risco, alavancagem e capital destinados à gestão e
- Um quadro de testes de esforço e de capital económico que também inclui testes de esforço específicos para sustentar os nossos processos de monitorização de recuperação.

Testes de esforço

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em referências definidas internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativo. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é, geralmente, de um ano e pode ser alargado a mais anos, se necessário pelos pressupostos do cenário. As nossas metodologias estão sujeitas a escrutínio regular por peritos internos e por entidades reguladoras para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como por requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. Além disso, é realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Um procedimento integrado permite-nos avaliar o impacto de cenários ad-hoc que simulam potenciais choques financeiros ou geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela dbResearch, em colaboração com especialistas. A dbResearch monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos nossos modelos internos de testes de esforço, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como a SNLP, o rácio de CET1 e o rácio de ICA em esforço. Os resultados dos testes de esforço e os cenários subjacentes são revistos em todos os tipos de risco em vários níveis por diretores sénior dos departamento de risco, departamento financeiro e nas unidades de negócio. Após a comparação desses resultados com a nossa

apetência pelo risco definida, a direção decide quanto a ações específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Em 2015, permanecemos bem capitalizados no âmbito do nosso programa interno de testes de esforço em diversos eventos de tensão graves. Ao escolhermos ações não incluídas no nosso conjunto de medidas de recuperação mantida, poderíamos ter conseguido reduzir os défices naqueles cenários de tensão diretamente. Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio por forma a determinar a gravidade de cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Esse teste baseia-se num cenário macroeconómico hipotético ou num evento idiossincrático e tem em consideração impactos graves de riscos significativos nos nossos resultados. Comparando o cenário macroeconómico hipotético que seria necessário para resultar na nossa não viabilidade de acordo com o teste de esforço inverso, com o contexto económico atual, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário macroeconómico hipotético é extremamente baixa. Dada a probabilidade extremamente baixa do cenário do teste de esforço inverso, não consideramos que a continuidade do nosso negócio se encontre em risco.

Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank



Relatórios de risco e sistemas de medição

Os nossos sistemas de risco servem de base a relatórios regulamentares e a divulgações externas, bem como a relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional (incluindo o risco jurídico), risco de negócio, risco de reputação, risco de liquidez, risco do modelo e risco de conformidade. A infraestrutura de risco incorpora as pessoas jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas às exposições de risco do Grupo são os seguintes:

O nosso perfil de risco e capital (Risk and Capital Profile) é apresentado mensalmente ao CaR e ao Conselho de Administração e, subsequentemente, enviado para conhecimento do Comité de risco do Conselho de Fiscalização. Inclui uma visão geral da situação corrente em matéria de risco, capital e liquidez do Grupo, integrando informações sobre o capital regulamentar e a adequação do capital interno.

Uma visão geral da nossa situação em matéria de capital, liquidez e financiamento é apresentada ao CaR pela Gestão de Capital do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo a cada mês. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio de capital *Common Equity Tier 1* e o rácio de alavancagem em conformidade com o CRR/CRD IV, bem como uma visão geral da nossa situação de financiamento e de liquidez, os resultados dos testes de esforço da liquidez e medidas de contingência.

Os resultados dos testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo realizados duas vezes por trimestre e/ou mais frequentemente são comunicados e discutidos com o PRC.

Os relatórios acima referidos são complementados por vários outros relatórios de gestão do departamento de risco e do departamento financeiro, padronizados e pontuais, que são apresentados a vários comités sénior responsáveis pela gestão de risco e de capital ao nível do Grupo.

Planeamento de recuperação e resolução

A crise financeira de 2007/2008 expôs os bancos e o mercado financeiro em geral a pressões sem precedentes. Estas pressões conduziram a que alguns bancos procurassem apoio significativo por parte dos seus governos e a intervenções de larga escala dos bancos centrais. A crise forçou também algumas instituições a reestruturar de modo significativo os seus negócios e a fortalecer o seu capital, liquidez e bases de financiamento. Esta crise veio revelar que muitas instituições financeiras não estavam suficientemente preparadas para uma crise sistémica em rápida evolução, tendo sido, por isso, incapazes de reagir e dar uma resposta que evitasse potenciais falhas e prevenisse impactos adversos significativos no sistema financeiro e, em última análise, na economia e na sociedade.

Em resposta à crise, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) publicou uma lista dos bancos sistemicamente importantes a nível global (G-SIB) e aconselhou as suas instituições-membros a ordenar e apoiar o desenvolvimento de planos de recuperação e resolução no contexto dos G-SIB. Foi promulgada ou proposta legislação correspondente, consoante o caso, em várias jurisdições, incluindo nos estados-membros da União Europeia (UE), na Alemanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Uma vez que fomos identificados como um dos G-SIB, desenvolvemos o plano de recuperação do Grupo ("Plano de recuperação"), o qual foi apresentado às entidades reguladoras relevantes. O Plano de recuperação é atualizado, no mínimo, anualmente de forma a refletir as alterações na atividade de negócio e os requisitos regulamentares.

O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema. O objetivo mais específico do Plano de recuperação é definir a forma como podemos responder a uma situação de tensão financeira que tivesse um impacto significativo no nosso capital e na nossa posição de liquidez. Assim, o Plano descreve um conjunto de ações definidas com o objetivo de nos proteger, aos nossos clientes e aos mercados e de evitar um evento de resolução que tivesse um custo potencialmente superior. Em conformidade com as diretrizes regulamentares, identificámos um conjunto alargado de medidas de recuperação que atenuarão diferentes tipos de cenários de esforço. Estes cenários decorrem tanto de eventos idiossincráticos como extensivos a todo o mercado, os quais poderiam resultar em impactos graves no capital e na liquidez, bem como em impactos no nosso desempenho e balanço. O Plano de recuperação, incluindo a política correspondente, visa permitir-nos a monitorização, o encaminhamento, o planeamento e a execução efetivos de ações de recuperação no caso de uma situação de crise.

O principal objetivo do Plano de recuperação é ajudar-nos a recuperar de uma situação de crise através de uma seleção das ações de recuperação adequadas para que possamos manter níveis de capital e financiamento suficientes. Este plano estende-se além do quadro de gestão do risco e pode ser posto em prática em cenários extremos nos quais as crises possam ameaçar a nossa sobrevivência (ou seja, perda significativa de capital ou incapacidade de aceder a liquidez do mercado quando necessário). O Conselho de Administração determina quando é necessário acionar o Plano de recuperação e quais as medidas de recuperação consideradas adequadas.

O Plano de Recuperação é concebido para abranger diversos regulamentos, incluindo aqueles que nos são aplicáveis na UE, nos termos da Diretiva relativa à Recuperação e Resolução de Bancos (conforme implementada na Alemanha) e do Mecanismo Único de Regulação e Resolução, bem como de outras jurisdições fundamentais. Adicionalmente, o plano incorpora informação decorrente de discussões alargadas com a nossa autoridade de Supervisão e o nosso Grupo de Gestão de Crise (CMG), composto pelas principais autoridades internas e de acolhimento. Prestamos informações a este CMG com o objetivo de otimizar a nossa preparação e facilitar a gestão e resolução de uma crise financeira transfronteiriça que nos venha a afetar. Este CMG tem também como objetivo cooperar de perto com as autoridades em outras jurisdições nas quais temos uma presença sistémica.

Estamos igualmente a trabalhar de perto com a autoridade de resolução para criar um Plano de resolução do Grupo para o Deutsche Bank conforme estabelecido na Diretiva sobre recuperação e resolução de bancos, no Mecanismo Único de Regulação e Resolução e na Lei alemã de recuperação e resolução ("Sanierungs- und Abwicklungsgesetz" ou "SAG").

Além disso, o Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor e os regulamentos de execução emitidos pelo Conselho de Governadores do Sistema de Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation ("FDIC") exigem que cada holding bancária com ativos iguais ou superiores a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, incluindo o Deutsche Bank AG, prepare e apresente anualmente um plano para a resolução metódica de subsidiárias e operações em caso de perturbações financeiras significativas ou de incumprimento futuros

(o "Título I do Plano de Resolução dos EUA"). Para as sociedades abrangidas sediadas no estrangeiro, tais como nós, o Título I do Plano de Resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou realizados na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. Para além do Título I Plano de resolução dos EUA, em 2014, a Deutsche Bank Trust Company Americas (DBTCA), uma das nossas instituições depositárias seguradas (Insured depository institutions, IDI) nos Estados Unidos, esteve sujeita à regulamentação definitiva da FDIC que exige que as IDI com um total do ativo igual ou superior a 50 mil milhões de dólares dos Estados Unidos submetam periodicamente à FDIC um plano para resolução em caso de incumprimento (o "plano IDI" e juntamente com o Título I do Plano de Resolução dos EUA, o "Plano de Resolução dos EUA") ao abrigo da Lei federal de seguro de depósitos (a "Regra IDI"). Em 2014, expandimos o nosso Título I Plano de resolução dos EUA de modo a responder também aos requisitos da Regra IDI. Em 2015, o DBTCA preparou e submeteu um plano de IDI separado.

Os elementos centrais do Plano de Resolução dos EUA são as entidades significativas ("ME"), as linhas de negócio essencial ("CBL"), as operações essenciais ("CO") e, para efeitos do Plano IDI, os serviços essenciais. O Plano de Resolução dos EUA estabelece a estratégia de resolução para cada ME, definidas como as entidades significativas de um CO ou CBL, e demonstra como cada ME, CBL e CO, conforme aplicável, pode ser solucionado de forma rápida e metódica, sem impacto sistémico na estabilidade financeira dos EUA. O Plano de resolução dos EUA aborda também a estratégia para serviços essenciais contínuos na resolução. Os fatores centrais abordados no Plano de resolução dos EUA incluem a forma de garantir:

- Acesso continuado a serviços de outras entidades legais dos EUA e extra EUA, bem como de terceiros, tais como serviços de pagamento, bolsas e principais fornecedores;
- Disponibilidade de financiamento de fontes externas e internas;
- Retenção de colaboradores essenciais durante a resolução; e
- Encerramento eficiente e coordenado de contratos transfronteiriços.

O Plano de resolução dos EUA é elaborado em coordenação com os grupos de infraestruturas e empresas dos EUA para refletir com exatidão o negócio, a infraestrutura essencial e as principais interligações.

Gestão de capital e risco

Gestão de capital

A Tesouraria gere a solvência, adequação do capital e rácios de alavancagem, tanto a nível do Grupo, como localmente, em cada região. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Capital e Risco e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de unidades de participação e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital contra alterações cambiais, a definição de limites para os recursos financeiros fundamentais, a conceção do registo de atribuição de capital próprio e o planeamento de capital regional. Estamos plenamente empenhados em manter a solidez da nossa capitalização, tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo ideal das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (book equity), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

A Tesouraria gere a emissão e recompra de instrumentos de capital, nomeadamente Ações Ordinárias Tier 1 e instrumentos de capital adicionais Tier 1 e Tier 2. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as nossas emissões abaixo do par.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

Definição de Limites de Recursos

Os importantes recursos financeiros são influenciados através dos processos e incentivos de gestão que se seguem.

As metas de capacidade de recursos são analisadas no nosso plano estratégico anual, em linha com as nossas ambições em matéria de CET 1 e Rácio de alavancagem. Num processo trimestral, o Comité de Capital e de Risco aprova limites divisionais de recursos para a Procura Total de Capital e exposição à alavancagem baseados no plano estratégico, consideração das condições do mercado e previsões a curto prazo. Os limites são implementados através de um processo de monitorização próximo e de um mecanismo de excesso.

Durante o período de relato, alargamos a nossa metodologia de quadro de atribuição de capital interno de forma a reconhecer a crescente importância dos requisitos de alavancagem do banco. Os requisitos regulamentares são regidos pelos requisitos do rácio mais elevado de CET 1 (solvabilidade) e do rácio de alavancagem (alavancagem). Quanto à ordem da afetação interna de capital, a afetação baseada em solvabilidade vem em primeiro lugar, seguida da afetação incremental baseada em alavancagem. A abordagem da nova metodologia consiste em duas fases: Em primeiro lugar, é feita a afetação de Capital próprio ativo médio com base em solvabilidade até ser alcançado o objetivo comunicado externamente de um rácio de solvabilidade de 12,5% de CET 1 (CRR/CDR IV calculado numa base *fully loaded*) e, em seguida, é feita a afetação incremental de capital baseada em alavancagem, com base na exposição de alavancagem proporcional das divisões, para se alcançar o objetivo comunicado externamente de um rácio de alavancagem de 4,5% (CRR/CDR IV calculado numa base *fully loaded*). A afetação será revista, caso os objetivos comunicados externamente para os rácios de alavancagem e de CET 1 sejam ajustados. A nova metodologia também aplica diferentes taxas ao custo do capital em cada um dos segmentos de negócio, refletindo de forma mais diferenciada a volatilidade dos ganhos dos modelos de negócio individuais. Tal permite melhorar a gestão do desempenho e as decisões de investimento.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias está sujeita a requisitos de capital legais e regulamentares. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos totalmente em conta esses requisitos legais e regulamentares.

Além disso, a Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

Identificação e avaliação do risco

Enfrentamos uma série de riscos decorrentes das nossas atividades comerciais, incluindo o risco de crédito, o risco de mercado, o risco comercial, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco de conformidade, o risco de reputação e o risco do modelo, conforme descritos nas secções que se seguem. Os nossos processos de identificação e avaliação do risco alavancam a informação recolhida nos diferentes níveis organizacionais e utilizam a informação existente sempre que possível. A organização aplica processos operacionais para captar as medidas e indicadores relevantes. O objetivo central de todos os processos é providenciar uma adequada transparência e compreensão das matérias de riscos existentes e emergentes e assegurar uma perspetiva holística e transversal ao risco. Atualizamos o inventário de risco, no mínimo uma vez por ano, ou, se necessário, noutras ocasiões, utilizando um processo de identificação dos riscos e de avaliação da importância em conformidade com os MaRisk.

Em linha com a taxonomia das Três linhas de defesa, classificamos os nossos riscos materiais como riscos financeiros e não-financeiros, desde 1 de janeiro de 2016. Os riscos financeiros englobam o risco de crédito (incluindo riscos de contraparte, país, produto e setor), o risco de mercado (incluindo o risco de mercado não comercial, comercial e de incumprimento), o risco de liquidez e o risco comercial. Os riscos não-financeiros englobam os riscos operacionais e de reputação, com o risco de conformidade, risco jurídico e risco de segurança de informação capturados no nosso quadro de risco operacional. O objetivo é conseguir um melhor ambiente de controlo sobre os nossos riscos materiais.

O risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional requerem capital regulamentar. No âmbito do nosso processo de avaliação da adequação de capital interno, calculamos o montante de capital económico do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de negócio para cobrir os riscos gerados pelas nossas atividades de negócio, considerando os efeitos de diversificação nesses tipos de riscos. Além disso, os nossos requisitos de fundos próprios económicos cobrem implicitamente riscos adicionais como; por exemplo, o risco de reputação e o risco de refinanciamento, para os quais não existem quaisquer modelos de capital económico específicos. Excluimos o risco de liquidez do capital económico e governamo-lo através de uma gestão dedicada de risco de liquidez.

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que pretendemos distribuir. Estas transações, regra geral, fazem parte das nossas atividades tradicionais de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes), obrigações negociadas e títulos de dívida disponíveis para venda ou da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC, como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro). Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Com base na identificação anual de riscos e avaliação da relevância, o risco de crédito contém quatro categorias materiais, nomeadamente o risco de incumprimento, o risco do setor, o risco de país e o risco de produto.

O risco de incumprimento, o elemento mais significativo do risco de crédito, é o risco de que as contrapartes não cumpram as obrigações contratuais relacionadas com os créditos anteriormente descritos;

O risco do setor é o risco de desenvolvimentos adversos no ambiente operacional de um segmento específico da indústria que possam originar uma deterioração no perfil financeiro das contrapartes que operam nesse segmento, desencadeando um risco de crédito aumentado nesta carteira de contrapartes;

O risco de país é o risco de que possamos ser expostos a um risco de incumprimento ou de liquidação inesperado e às subsequentes perdas, num dado país, devido a uma série de eventos macroeconómicos ou sociais que afetem sobretudo as contrapartes desse território, por uma das seguintes razões: uma deterioração significativa das condições económicas, agitação política e social, nacionalização e expropriação de bens, repúdio de endividamento por parte do governo ou depreciação ou desvalorização cambial disruptiva. O risco de país inclui também o risco de transferência que surge nos casos em que os devedores não conseguem cumprir as suas obrigações por não poder transferir ativos para não residentes em resultado de uma intervenção soberana direta; e

O risco de produto capta o risco de crédito específico a um produto de transação que pode ocorrer relativamente a mutuários específicos. Estes têm em consideração a probabilidade de existência de uma verdadeira exposição ao crédito à data de incumprimento, expectativas de recuperação e teor da exposição. Esta categoria também inclui o "risco de liquidação", que é o risco de a liquidação ou compensação de uma transação falhar e ocorre sempre que a troca de liquidez, títulos e/ou outros ativos não decorre em simultâneo deixando-nos expostos a perdas potenciais em caso de incumprimento pela contraparte.

Medimos, gerimos/mitigamos e reportamos/monitorizamos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.

Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (due diligence) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.

Temos como objetivo impedir a concentração indevida de tail-risks (perdas inesperadas de grande magnitude), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.

Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito direcional a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.

Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.

Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor numa forma global em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.

Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio de um devedor", sob o qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (isto é, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidadas sob um grupo.

Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. A cobertura de crédito para os ativos transferidos para a NCOU utiliza os conhecimentos especializados da nossa organização de crédito principal.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido pela notação do crédito, pela procura de capital regulamentar e interno e pelas métricas de crédito fundamentais referidas adiante.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do Banco e estabelece as bases para a determinação da apetência pelo risco a nível da carteira e das contrapartes, bem como para a decisão de crédito e os preços de transação e a determinação do capital regulamentar de risco de crédito. A cada mutuário deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente. A monitorização contínua das contrapartes permite manter as notações de crédito atualizadas. Não deve existir um limite de crédito sem uma notação de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes abordagens de notação para corresponderem melhor às características específicas das classes de exposição, incluindo governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das nossas carteiras não homogéneas é atribuída uma notação de crédito pela nossa função de Gestão do risco de crédito independente. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela dbResearch.

A nossa análise da notação de crédito baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a nossa escala de avaliação de 21 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes.

Todas as nossas metodologias de notação, excluindo o Postbank, têm de ser aprovadas pelo Comité de Metodologia de Capital ("CMC"), um subcomité do Comité de Capital Regulamentar, antes de serem utilizadas para decisões de crédito e cálculo do capital pela primeira vez ou sempre que sofrerem alterações significativas. Poderá ser exigida adicionalmente uma aprovação regulamentar. A validação da metodologia é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo por parte da Gestão e Validação do Modelo Global. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao CMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação das metodologias de notação é apresentado ao CMC no início do ano civil, sendo igualmente fornecidas atualizações trimestrais.

No Postbank, a responsabilidade pela implementação de sistemas internos de notação de crédito e pela monitorização da sua eficácia é da sua unidade de análise de risco (Risk Analytics unit), bem como do seu comité de validação, chefiado pelo Diretor de controlo do risco de crédito. Todos os sistemas de notação de crédito estão sujeitos a aprovação do Comité de Risco Bancário do Postbank, chefiado pelo Gestor do Risco. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Para além da notação de crédito, as principais medidas de risco de crédito aplicadas na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, são limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante a vida de uma operação. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras. As métricas risco-retorno explicam o desenvolvimento das receitas dos clientes, bem como o consumo de capital. A este respeito também observamos os proveitos dos clientes no que respeita ao consumo do balanço.

Medimos os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens avançadas, de fundação e padrão, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo nosso regulador.

O método da abordagem baseada nas notações de crédito internas ("IRB") avançado é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar as nossas metodologias de notações internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD), a perda em caso de incumprimento (*loss given default* – LGD) e a maturidade ("M") que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD). Na maioria das exposições derivadas a contrapartes e das transações de financiamento de títulos ("SFT"), utilizamos o modelo interno ("IMM") em conformidade com CRR e SolvV para calcular o EAD. Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna refletem as notações referidas a pontos temporais, não a ciclos.

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank desde que estas não tenham sido recentemente atribuídas ao método IRB avançado durante o ano de 2015. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e usar valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a cálculos internos incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Aplicamos a abordagem normalizada a um subconjunto das nossas exposições ao risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem mais de 50% das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são analisadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Além da procura de capital regulamentar acima descrito, determinamos a procura de capital interno para o risco de crédito através de um modelo de capital económico.

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com os nossos requisitos de fundos próprios económicos, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,98% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. O fator alfa é idêntico ao utilizado para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco, estando, porém, sujeito a um limite mínimo inferior de 1,0. Em 31 de dezembro de 2015, o fator alfa estava calibrado para 1,13. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Gestão e atenuação do risco de crédito

Gestão do risco de crédito a nível da contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. Isto aplica-se igualmente ao risco de liquidação que deve recair nos limites pré-aprovados pelo CRM, considerando a apetência pelo risco e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte em causa. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com carácter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir a sua adequação ao desempenho individual do respetivo titular.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevada ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado, como seja o Comité de subscrição. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Atenuação do risco de crédito a nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável.

Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.

Transferências de risco, que transfere a probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados, de acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra.

Garantias

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento do mutuário ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, este não substitui, regra geral, a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e rigorosa avaliação da capacidade de pagamento da dívida por parte do mutuário.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que o mutuário é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários.

Garantias colaterais que complementam a capacidade de o mutuário cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de "correlação desfavorável" (*wrong-way*), em que o risco de contraparte do mutuário é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito dos mutuários.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, da carteira alavancada e da carteira de médias empresas alemãs no âmbito das nossas divisões corporativas CB&S e GTB.

Atuando como um referencial de preços, o CPSG fornece aos respetivos negócios das divisões CB&S e GTB uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, cobertura de seguros de incumprimento e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável tanto aos derivados negociados em bolsa como aos derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos, quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se disponível, e na medida acordada com as nossas contrapartes, utilizamos também a compensação das CCP para as nossas transações de derivados OTC. A Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores ("DFA") introduziu a compensação das CCP obrigatória para certas transações de derivados OTC normalizadas em 2013. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduzirá a compensação das CCP obrigatória para transações de derivados OTC normalizadas. A compensação obrigatória CCP para determinados derivados de taxas de juro começará em 21 de junho de 2016. As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o nosso risco de liquidação. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os nossos derivados compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o nosso risco de crédito. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica das disposições de compensação com vencimento antecipado dos CPP.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, procuramos regularmente celebrar com as nossas contrapartes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. - ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. No caso de partes do negócio de derivados (ou seja, operações de câmbio) também celebramos contratos-tipo nos termos dos quais a compensação de pagamento é aplicável em relação a transações cobertas por tais contratos-tipo, reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas podem também aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores quantitativos para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito, que também incluem a monitorização de potenciais concentrações no âmbito de tipos de garantias colaterais com a ajuda de testes de esforço específicos.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão do risco de crédito a nível da carteira

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão do risco setorial

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas subcarteiras é preparado um "Relatório setorial comparativo", geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examina os riscos de concentração, avalia o perfil de risco/retorno e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

Os relatórios de lotes de indústria são apresentados ao Comité da carteira CRM, um subcomité do Comité de Risco da Carteira, que é um subcomité do nosso Comité Executivo de Risco e Comité de Capital e Risco, e submetidos, posteriormente, ao Conselho de Administração. Em conformidade com um calendário acordado, um número selecionado de relatórios setoriais comparativos é também enviado para o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. Além destes relatórios setoriais comparativos, a evolução das subcarteiras setoriais é regularmente monitorizada durante o ano e é comparada com as estratégias aprovadas para as subcarteiras. São preparados resumos regulares para que o Comité de Carteiras CRM discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os mercados emergentes são reunidos por regiões, sendo elaborado um relatório setorial comparativo, normalmente anual, para cada região, bem como para os mercados desenvolvidos de risco acrescido. Estes relatórios avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo. Os limites ao risco de país são aprovados pelo nosso Conselho de Administração ou pelo nosso Comité de Risco da Carteira, de acordo com a autoridade delegada, e pelo Conselho de Administração do Postbank para as respetivas carteiras.

No nosso quadro de Limites de Risco do País, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. São estabelecidos Riscos de transferência separados que se aplicam às exposições transfronteiriças (crédito e transação) com os nossos clientes nos países referidos. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

Além do risco de crédito, o nosso Quadro de Risco de País inclui o Risco de Mercado em posições negociais nos mercados emergentes e baseia-se no impacto na demonstração de resultados de eventos com potencial para perturbar estas posições. Temos, ainda, em consideração o risco de tesouraria incluindo posições de capital e exposição de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados (Financiamento, Margens ou Garantias) sujeitas a limites devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função dbResearch independente do Deutsche Bank e incluem:

Notação soberana: Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.

Notação de risco de transferência: Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.

Notação de risco de evento: Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.). Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Monitorização do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos trimestralmente, pelo Comité de Risco de Carteira, sendo revistas com maior frequência sempre que considerado necessário.

Gestão do risco específico de produtos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos e definimos limites seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites específicos por produto, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder conduzir a perdas significativas em determinados casos. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou doutros fatores que afetem determinados produtos de crédito. Os limites específicos por produto podem ser definidos tendo a conta a exposição a determinados setores ou abrangendo a totalidade da carteira de crédito. Gerimos limites de crédito associado a produtos no CB&S e no GTB, nos termos de um quadro uniforme. As exposições são monitorizadas regularmente; é requerida uma ação de remediação em caso de excesso de utilização do limite aprovado.

Centramo-nos particularmente nos limites máximos (*caps*) de subscrição. Estes níveis máximos limitam o risco combinado de transações em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de *spreads* de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de *spread* de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Adicionalmente, nos nossos negócios da PBC, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, em que a análise personalizada dos clientes é secundária, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados na liquidez da garantia subjacente.

Gestão do risco de mercado

Quadro do riscode mercado

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

Um dos principais objetivos da Gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que as nossas unidades de negócio não nos expõem a perdas inaceitáveis que ultrapassem a nossa apetência pelo risco. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Corporate Banking & Securities (CB&S). Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.

O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Medição do risco de mercado

Temos o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que refletem os requisitos económicos e regulamentares.

Em conformidade com os requisitos económicos e regulamentares, medimos os riscos do mercado através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de Apetência pelo risco, na qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela Gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do Risco do Mercado atribui esta apetência global às nossas Divisões Corporativas e unidades individuais de negócio no CB&S (i.e., Finanças Estruturadas, Ações, etc.) com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. Dispomos, igualmente, de direções da área de negócio alinhadas na Gestão do risco de mercado para estabelecer limites negociais, atribuindo o limite a carteiras individuais ou regiões geográficas.

Os limites do valor em risco, capital económico e Testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o VaR utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos requisitos de capital e ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados do mercado como informação para calcular o VaR. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal ou não normal (*T*, *skew-T*, *Skew-Normal*). Para determinar o VaR agregado, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são considerados no cálculo do VaR.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, deriva-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação em grelha.

O cálculo do VaR permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades de negociação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.

As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.

O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99.
O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia.
Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do VaR.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco internos, e afetamos recursos substanciais à sua revisão, validação e melhoria. Desenvolvemos e melhoramos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Todos os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente, através do nosso quadro RNIV.

Valor em risco em situação de esforço

Valor em risco em situação de esforço: calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. Calculamos uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O período de carência é de um dia para efeitos internos e de dez dias para efeitos regulamentares. O nosso cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo.

O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade e variações extremas nos contribuintes de topo para o valor em risco. Os resultados destes dois indicadores (volatilidade e número de valores discrepantes) são combinados utilizando coeficientes selecionados que visam garantir que também são tomados em consideração aspetos qualitativos (ou seja, a inclusão de períodos de crise decisivos).

Requisitos de capital para riscos adicionais

O encargo com riscos adicionais capta os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. Aplica-se a produtos de crédito num horizonte temporal de capital de um ano com um nível de confiança de 99,9%, tendo em conta os horizontes de liquidez de posições individuais ou de conjuntos de posições. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo uma abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, as migrações nas notações, a maturidade e os horizontes de liquidez de posições individuais.

Medida de risco global

Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno.

Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os *swaps* de risco de incumprimento de "enésimo" e os *swaps* de risco de incumprimento de índice e de título único frequentemente negociados.

As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global representa o valor à vista (*spot value*) do modelo interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão.

Método padrão do risco de mercado

A Gestão do risco de mercado monitoriza as exposições e trata de questões de risco e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico (MRSA). Utilizamos o MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para o risco do mercado específico das titularizações da carteira de negociação que ficam fora do âmbito da carteira de negociação de correlação regulamentar.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD IV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade. Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações extremas nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos: Teste de esforço da carteira; testes de esforço específicos individuais, cenários de risco de eventos, contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação (TMR EC)

O nosso modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio (BSST). As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro regulamentar SVaR, enquanto o objetivo para o BSST é captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/empresa (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores (por exemplo, para opções sobre ações) que não são captados na componente de risco comum.

Capital económico do risco de incumprimento negociado (TDR EC)

O TDR capta as exposições de crédito das nossas carteiras de negociação, sendo monitorizado por limites de concentração de título único e de carteira, que são definidos com base na notação de crédito, na dimensão e na liquidez. Estabelecem-se limites à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação (RR) atual e o Valor de mercado (MV) equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Adicionalmente, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a ultrapassagem de limites para cada classe de ativos.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no projeto final da Norma técnica regulamentar da EBA.

Concordámos com o BCE aplicar esta norma ao cálculo do nosso capital regulamentar a partir de 30 de setembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,9 mil milhões de euros.

Com base no Artigo 159.º do CRR, o montante total dos ajustes gerais e específicos do risco de crédito e o valor do ajuste adicional para exposições tratadas nos termos da Estratégia interna baseada nas notações do risco de crédito e que se encontrem no âmbito do cálculo de perdas esperadas pode ser subtraído ao montante total das perdas esperadas relativo às exposições. Qualquer diferença positiva remanescente deve ser deduzida do capital CET 1, em conformidade com o Artigo 36.º (1) lit. d. CRR.

Em 31 de dezembro de 2015, a redução das perdas esperadas decorrentes da subtração do valor do ajuste adicional era de 0,6 mil milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária, e de algumas rubricas extrapatrimoniais. Os fatores de risco de mercado significativos a que o banco está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

O risco de taxa de juro (incluindo o risco de modelo da opcionalidade integrada e dos pressupostos comportamentais de modelação para certos tipos de produtos), o risco de *spread* de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).

Os riscos de mercados de rubricas fora do balanço, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A maior parte do nosso risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, com exceção de algumas entidades e carteiras, foi transferido através de transações internas para a divisão CB&S. Este risco de taxa de juro transferido internamente é gerido com base no valor em risco, como refletido nos valores da carteira de negociação. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As exceções mais notáveis ao parágrafo anterior estão na divisão corporativa PBC na Alemanha, incluindo o Postbank e no negócio hipotecário Deutsche AWM na unidade dos EUA. Estas entidades gerem o risco de taxa de juro separadamente através de departamentos de gestão de ativos e passivos especializados, sujeitos a limites de valor em risco da carteira bancária definidos e monitorizados pela Gestão do risco de mercado. A medição e relato do risco de taxa de juro gerido por estas funções especializadas de ativos e passivos são efetuados diariamente. Além disso, o Grupo detém posições selecionadas geridas pela Tesouraria, nas quais a medição e relato do risco de taxa de juro são realizados também diariamente. O risco da taxa de juro global na carteira bancária é relatado mensalmente.

A alteração negativa máxima de valores atuais de posições da carteira bancária, pela aplicação dos desvios paralelos da curva de rendimentos por exigência regulamentar de (200) e +200 pontos base, como o limite inferior de 0% foi inferior a 2% do nosso total do capital regulamentar em 31 de dezembro de 2015.

As nossas divisões PBC, GTB e Deutsche AWM estão sujeitas a risco de alterações comportamentais no que diz respeito a depósitos de clientes, bem como a produtos de crédito e poupança. A medição dos riscos de taxa de juro para estes tipos de produtos na carteira bancária baseia-se em pressupostos relativos ao comportamento dos clientes, disponibilidade futura de saldos de depósito e sensibilidades de taxas de depósito vs. taxas de juro de mercado, resultando numa duração efetiva mais longa do que a contratual. Esses parâmetros estão sujeitos a testes de esforço no âmbito do nosso quadro de capital económico. Adicionalmente, leva-se em consideração o comportamento de pré-pagamento antecipado de produtos de crédito. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas. Se a evolução futura dos saldos, taxas ou comportamentos dos clientes diferir destes pressupostos, isto poderá ter impacto nos nossos riscos de taxa de juro na carteira bancária.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto ao risco de spread do crédito nas obrigações detidas na carteira bancária. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação expressos em divisas diferentes da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da CB&S, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma moeda, pelo que apenas subsiste um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e relato geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Banco e de investimentos contabilizados como capital. Alterações nas taxas de câmbio das divisas funcionais subjacentes resultam numa reavaliação do capital e dos lucros não distribuídos e são reconhecidas em Outro rendimento integral, inscritas como Ajustamentos de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de investimento

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente da exposição a investimentos é predominantemente o risco de capital decorrente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária, classificadas em ativos de investimentos estratégicos e ativos de investimentos alternativos.

Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento de aquisição de empresas alavancadas por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica.

Risco de pensões

O Deutsche Bank está exposto a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos

dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Consultar informações sobre as nossas obrigações ao abrigo de pensões de prestação definida na Nota adicional 35 "Benefícios de colaboradores".

Outros Riscos

Além dos riscos anteriormente referidos, Gestão do risco de mercado está incumbida de monitorizar e gerir riscos de mercado decorrentes das atividades de gestão do risco de capital, financiamento e liquidez do nosso departamento de tesouraria. Além do processo de cobertura de capital cambial estrutural, inclui os riscos de mercado provenientes dos nossos planos de remuneração em capital.

Os riscos de mercado das nossas atividades de gestão de ativos no Deutsche AWM resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

Medição de risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação está a ser calculado através da aplicação da metodologia padrão do risco de mercado comercial EC (modelo SVaR com base em EC) ou através da utilização de modelos de risco de mercado não comercial específicos a cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, grandes movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro do risco operacional

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. Inclui o risco jurídico, mas exclui o risco comercial e de reputação.

Em 2015, o Deutsche Bank melhorou as suas capacidades em termos de Gestão do risco operacional ("ORM"), em conjunto com o Programa de três linhas de defesa ("3LoD"). Tal incluiu a maior clarificação dos papéis e responsabilidades da primeira e segunda linha de gestão do risco operacional, reforçando o governo e fornecendo ferramentas melhoradas para apoiar a identificação e a avaliação do risco. A partir de 2016, a responsabilidade pelo programa 3LoD recai sobre a ORM do Grupo.

A Gestão do risco operacional do Grupo (ORM do Grupo) é responsável pela conceção, implementação e manutenção do Quadro de gestão do risco operacional (ORMF), incluindo as estruturas de governo associadas. A ORM do Grupo tem, também, a responsabilidade de fornecer uma avaliação transversal do risco e agregação de riscos de forma a providenciar uma visão holística do perfil de risco não-financeiro da carteira do Banco, que inclui a supervisão dos planos de mitigação do risco e controlo, de modo a que o risco do retorno esteja dentro da tolerância do risco, quando requerido.

Tomamos decisões para gerir riscos operacionais, tanto estrategicamente como nos negócios diários. A fundação da gestão do risco operacional do Deutsche Bank recai sobre quatro princípios:

Princípio do risco operacional I: Os proprietários do risco são totalmente responsáveis pelos riscos operacionais e têm de fazer a gestão contra uma apetência pelo risco específica. Os proprietários do risco são: Primeiro LoD (CB&S, GTB, AWM, PBC, NCOU e primeiro LoD Funções de infraestruturas GTO, CS), para todos os respetivos riscos operacionais e segundo LoD (Funções de infraestruturas), para os riscos operacionais decorrentes dos respetivos processos de controlo.

Os proprietários do risco são responsáveis pela gestão de todos os riscos operacionais nos respetivos negócios/processos com uma visão de ponta a ponta do processo, dentro de uma apetência pelo risco operacional específica, e pela identificação, definição e manutenção dos controlos de primeiro nível. Além disso, minimizam o risco identificado e avaliado na apetência pelo risco específica através de ações de remediação, seguros, aceitação do risco ou através da cessação/redução das atividades comerciais.

Os Diretores Divisionais de Controlo ("DCO") apoiam os Proprietários do risco. Estes são responsáveis por incorporar o quadro na divisão ou função de infraestrutura pertinente. Estes avaliam a eficácia do primeiro nível de controlo, monitorizam o perfil de risco agregado e implementam as ações de controlo e mitigação adequadas dentro da divisão relevante. Também cabe aos DCO a definição dos adequados fóruns de governo para supervisionar o perfil de Risco operacional e apoiar a tomada de decisões.

Princípio do risco operacional II: Os Controladores do tipo de risco (funções de controlo da segunda LoD) definem o quadro de gestão do risco e definem demonstrações específicas da Apetência pelo risco para o Tipo de risco que detêm e realizam controlos independentes. Os controladores do tipo de risco são funções de controlo independentes da segunda LoD, que controlam tipos de riscos específicos conforme identificado na taxonomia do risco. Trabalhamos para uma integral implementação destas responsabilidades.

Os Controladores do tipo de risco são responsáveis pela definição de um quadro eficaz de gestão do risco para o tipo de risco, incluindo a definição e monitorização de normas mínimas de controlo. Estes desafiam, avaliam e reportam riscos dentro dos tipos de risco e definem a apetência por riscos específicos em conformidade com a declaração de Apetência pelo risco do Grupo. Os Controladores do tipo de risco monitorizam as tolerâncias ao nível do grupo, realizam controlos de segundo nível, complementares aos controlos de primeiro nível e definem a taxonomia do risco para o tipo de risco do qual são proprietários. Por fim, estabelecem um governo independente do risco não-financeiro e preparam o relato agregado para o Comité Executivo de Risco Não-financeiro do Grupo ("NFR ExCo").

Princípio do risco operacional III: O Grupo de gestão do risco operacional estabelece e mantém o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo. A ORM do Grupo desenvolve e mantém o quadro do Grupo, definindo os papéis e responsabilidades para a gestão do risco operacional em todo o banco e define o processo de identificação, avaliação, mitigação, monitorização, relato e escalada de riscos operacionais. A ORM do Grupo também mantém uma taxonomia de risco operacional e supervisiona a integridade da cobertura dos tipos de risco identificados na taxonomia pela 2.ª linha de funções de controlo. Monitoriza, igualmente, a execução e os resultados do processo de Avaliação de risco e controlo do Grupo Deutsche Bank e as concentrações de risco operacional.

A ORM do Grupo também fornece um desafio independente ao perfil de risco operacional do Grupo através do fornecimento de opiniões independentes sobre o risco de modo a facilitar a gestão dos riscos futuros. Esta função monitoriza, analisa e avalia de forma independente os riscos materiais e os controlos chave a nível de divisão e de infraestruturas de todo o Banco. Também monitoriza e reporta sobre o perfil de risco operacional do Grupo por comparação com a Apetência pelo risco do Banco, de modo a identificar sistematicamente temas e concentrações de risco operacional e a acordar medidas e prioridades de mitigação do risco. Para respeitar os requisitos de relato, a ORM do Grupo estabelece procedimentos de relato e de escalada até ao Conselho de Administração para resultados de avaliação do risco e para lacunas de controlo material identificadas, ao mesmo tempo que informa o Grupo Auditoria sobre as lacunas de controlo material.

Princípio do risco operacional IV: A Gestão do risco operacional do Grupo tem por objetivo a manutenção de capital suficiente para sustentar o Risco operacional. A ORM do Grupo é responsável pela conceção, implementação e manutenção de uma abordagem adequada para determinar um nível suficiente de procura de capital para o Risco operacional a recomendar ao Conselho de administração. Para satisfazer este requisito, a ORM do Grupo é responsável pelo cálculo e atribuição do Capital de risco operacional e pelo planeamento das Perdas esperadas nos termos da Estratégia de medição avançada ("AMA"). A ORM do Grupo é, também, responsável pela execução de controlos de introdução de dados no cálculo do capital de Risco operacional e facilitação do orçamento anual do capital OR e processo mensal de análise.

Estrutura organizativa e de governo

O Grupo Gestão de risco operacional faz parte da função do Grupo Risco, dirigido pelo Diretor de Risco ("CRO"). O CRO nomeia o responsável pelo Grupo de Gestão de risco operacional.

Na ORM do Grupo, o responsável pelo mesmo tem a responsabilidade pela conceção, implementação e manutenção de um eficaz e eficiente Quadro de gestão do risco operacional do Grupo.

O NFR ExCo, presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do Risco não-financeiro no Grupo Deutsche Bank, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva holística e transversal ao risco dos Riscos não-financeiros do Grupo. As funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de forma diligente de todas as questões de risco não-financeiro que possam ter algum impacto no perfil holístico/transversal ao risco reportado por uma divisão ou cargo da infraestrutura.

O Comité Regulador do Capital ("RCC") delegou parcialmente a sua autoridade pela gestão da procura de capital de risco operacional no Comité AMA ("AMAC"), nos termos dos limites definidos. O AMAC está mandatado para supervisionar o processo regulamentar e de capital económico do risco operacional. Visa assegurar o respeito pelos requisitos regulamentares no modelo AMA e o respetivo processo de cálculo, bem como o respeito pelas políticas internas. O comité aprova diretamente ou endossa para aprovação do RCC todas as alterações quantitativas e qualitativas que afetem o capital económico ou regulamentar do Deutsche Bank. Adicionalmente, o comité supervisiona todos os aspetos relevantes do modelo de risco para os modelos de risco operacional.

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das nossas divisões e funções de infraestrutura, a ORM do Grupo é responsável por gerir o risco cruzado entre divisões, o risco operacional regional cruzado e as concentrações de risco, garantindo a aplicação coerente do ORMF em todo o Banco. Através do nosso modelo de parceria de negócio, pretendemos manter um controlo estrito e uma elevada vigilância do risco operacional.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos o risco operacional usando o quadro de Gestão do risco operacional do Grupo, que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa apetência pelo risco, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Para cobrir o vasto leque de tipos de risco subjacentes ao risco operacional, o nosso quadro contém uma série de técnicas de gestão do risco operacional. Estas técnicas destinam-se a gerir com eficácia o risco operacional da nossa atividade, sendo utilizadas para identificar, avaliar e atenuar os riscos operacionais.

Recolha de dados de perdas: O levantamento contínuo de eventos de perda de risco operacional é um pré-requisito para a gestão do risco operacional, incluindo análises pormenorizadas, definição de ações de redução do risco e o fornecimento de informações oportunas da direção. Todas as perdas superiores a 10.000 euros são incluídas no nosso sistema de relato de incidentes ("dbIRS").

O processo de Ensinamentos retirados é despoletado para eventos, incluindo quase-eventos, superiores a 500 mil euros. Este processo inclui, entre outros:

- análises sistemáticas do risco, incluindo uma descrição do contexto de negócio em que a perda ocorreu, eventos prévios, quase eventos e indicadores de risco fundamentais (KRI) específicos do evento,
- análise da causa-raiz,
- análise de melhorias de controlo e outras ações para prevenir ou reduzir a recorrência, e
- validação da exposição a risco residual.

A execução das ações corretivas identificadas neste processo são sistematicamente rastreadas e reportadas mensalmente à direção.

Análise de cenários: Completamos o nosso perfil de risco através da utilização de um conjunto de cenários, incluindo casos externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e cenários internos adicionais. Utilizamos, deste modo, sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de análises do perfil de risco.

Identificação do risco emergente: Avaliamos e aprovamos o impacto das alterações no nosso perfil de risco decorrentes de novos produtos, atividades de subcontratação, iniciativas estratégicas, aquisições e desinvestimentos, bem como alterações a processos e sistemas materiais. Uma vez identificados e avaliados os riscos operacionais, estes são comparados com a declaração específica de apetência pelo risco relevante e mitigados ou aceites. Os riscos que infringem regulamentos e legislação nacionais ou internacionais aplicáveis não podem ser aceites; uma vez identificados, esses riscos devem ser sempre reduzidos.

Análise de comparação: Procuramos continuamente melhorar o processo para avaliar se os problemas identificados requerem uma estratégia mais ampla de várias entidades e locais no Deutsche Bank. É efetuada uma análise às conclusões materiais com vista a avaliar a respetiva relevância para áreas do Banco além daquelas onde estas têm origem. Estamos a desenvolver software de informação comercial para identificar clusters de risco no banco através da avaliação de diversas fontes de informação. O nosso objetivo é aumentar a análise preditiva, capacidades de "clustering" e identificar concentrações de risco de forma atempada através da utilização desta ferramenta.

Atenuação do risco: Ao implementarmos medidas de atenuação do risco, monitorizamos sistematicamente a respetiva resolução. Os riscos operacionais residuais com classificações significativas ou altas têm de ser aceites pela divisão que suporta o risco e analisadas pelo responsável pela ORM do Grupo.

Realizamos Análises de risco de hierarquia superior nas quais são considerados os resultados das atividades supramencionadas. As Análises de risco de hierarquia superior são um importante contributo para o processo anual de planeamento e estratégia de gestão do risco operacional e visam identificar os nossos riscos mais importantes em termos de probabilidade e gravidade.

Os Indicadores de risco fundamentais (KRI) são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Os KRI permitem a monitorização da cultura de controlo do banco e do contexto de negócio e motivam ações de redução do risco. Estes facilitam a gestão prospetiva dos riscos operacionais, com base em sinais de alerta precoces.

No âmbito do nosso processo ascendente de autoavaliação, realizado pelo menos anualmente, são destacadas áreas com elevado risco potencial e identificadas medidas de redução de risco para resolver os problemas surgidos. Realizamos regularmente seminários sobre risco com o objetivo de avaliar os riscos específicos de pessoas jurídicas locais e aos países onde operamos e de tomar medidas adequadas de redução do risco. Estamos em vias de substituir o processo SA existente por um processo melhorado de Avaliação e controlo do risco, sustentado por uma ferramenta de TI a nível do grupo. Através desta abordagem, planeamos cobrir substancialmente as unidades operacionais não-financeiras do Banco em 2016.

Funções, metodologias e ferramentas adicionais implementadas pelos Controladores do tipo de risco de segunda linha são utilizadas para complementar o Quadro de risco operacional do Grupo e, especificamente, para responder aos tipos de risco. Estes são alguns desses instrumentos e metodologias:

O Risco jurídico é um importante fator de risco para o DB, conforme descrito em pormenor na nota "Provisões" das nossas Demonstrações financeiras consolidadas. O nosso Departamento Jurídico tem uma função de Gestão do risco jurídico ("LRM") exclusivamente dedicada à identificação e gestão do risco jurídico. Esta assume uma ampla variedade de tarefas destinadas a gerir proativamente o risco jurídico, incluindo: conceber, implementar e supervisionar um Programa anual de avaliação do risco jurídico que analisa os riscos jurídicos existentes e históricos, concordar e participar nas análises resultantes à carteira e nos planos de atenuação e administrar o processo de Lições jurídicas aprendidas.

O risco operacional resultante de *outsourcing* (subcontratação) é gerido pelo processo de Gestão do risco de fornecedor (processo VRM). O risco de *outsourcing* é avaliado e gerido para cada contrato de *outsourcing* em conformidade com a nossa Política de gestão do risco de fornecedor e com o Quadro de gestão do risco operacional do Grupo global. Está implementada uma ampla estrutura de governação para promover níveis de risco apropriados.

O risco de fraude é gerido nos termos do artigo 25.º-A da lei bancária alemã ("KWG") e doutros requisitos jurídicos e regulamentares por uma abordagem baseada no risco que se rege pela Política antifraude global e pelo correspondente quadro de Compliance e de combate ao branqueamento de capitais (quadro AML). São realizadas análises regulares do risco global em cumprimento dos requisitos regulamentares. Aspetos relevantes específicos do risco de fraude são tratados pelo processo de autoavaliação no âmbito da gestão geral dos riscos operacionais.

Gerimos o risco de continuidade do negócio (risco BC) através do seu Programa de gestão de continuidade do negócio (programa BCM), que define procedimentos essenciais para a realocação e recuperação de operações em resposta a níveis diferenciados de perturbações. No âmbito deste programa, cada uma das funções das nossas áreas de negócio essenciais e cada grupo da infraestrutura define, mantém e testa com regularidade planos de continuidade do negócio para promover um serviço contínuo e fiável. O programa BCM tem funções e responsabilidades definidas, que estão documentadas em normas do Grupo. A conformidade com estas normas é monitorizada regionalmente por equipas de continuidade do negócio específicas. Além disso, a informação fundamental sobre o ambiente de controlo BCM definido alargou-se ao risco operacional dos KRI.

O Risco operacional relacionado com as tecnologias de informação é gerido no quadro da Organização de tecnologia do Grupo no cumprimento das normas internacionais de gestão de tecnologias de informação. As aplicações e a infraestrutura de TI são catalogadas e avaliadas regularmente. Estabeleceu-se a monitorização da estabilidade. Os resultados principais do ambiente de controlo e avaliação estabelecidos são utilizados como dados de informação nos KRI ou nas autoavaliações.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas (LDA). Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), assim como cenários externos da base de dados pública (IBM OpData) complementados com dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O nosso modelo de LDA inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no nosso perfil de perdas históricas.

Além disso, submetemos um pedido para mais uma alteração no nosso modelo à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, BaFin, com vista à substituição da margem de segurança de capital regulamentar de mil milhões de euros, que temos aplicado continuamente desde a sua implementação em 2011. Esta alteração tornará o nosso modelo mais sensível ao risco, através da inclusão de perdas resultantes de litígios, suscetíveis de serem concretizadas, no nosso grupo de “Dados de Perdas Relevantes”. As matérias jurídicas correntes e novas podem dar origem a eventuais perdas razoáveis de contencioso, o que é revisto trimestralmente e tem por base as opiniões fornecidas pelo nosso Departamento Jurídico.

Embora o nosso diálogo com esta equipa de supervisão conjunta sobre estas melhorias ao modelo seja permanente, a administração decidiu reconhecer o impacto das alterações materiais ao modelo no segundo trimestre de 2014 sempre que estas levem a um aumento no requisito de capital relativamente aos modelos anteriormente aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

No seio do modelo LDA, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo dum horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, após consideração dos ajustes qualitativos e das perdas esperadas.

O requisito de capital regulamentar para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. O capital económico é definido num nível para absorver um percentil de 99,98% de perdas inesperadas agregadas muito graves no período de um ano. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de Capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. No que respeita ao requisito de quantificação do capital, a ORM do Grupo visa assegurar a existência de processos adequados de gestão do desenvolvimento, validação e alteração, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do modelo de risco do Deutsche Bank.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos. O objetivo do quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo é assegurar que o Grupo pode cumprir as respetivas obrigações de pagamento em todos os momentos e que pode gerir a liquidez e o financiamento de riscos dentro da sua apetência pelo risco. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

O nosso quadro de gestão do risco de liquidez tem sido um fator importante na manutenção de liquidez adequada e na gestão do nosso perfil de financiamento em 2015.

Quadro de gestão do risco de liquidez

Em conformidade com o Processo de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) do BCE, o Deutsche Bank implementou um Processo interno de avaliação à adequação da liquidez (“ILAAP”) anual, que é analisado e aprovado pelo Conselho de Administração. O ILAAP fornece documentação abrangente sobre o quadro de Gestão do risco de liquidez do Banco, incluindo: identificação dos principais riscos de liquidez e financiamento aos quais o Grupo está exposto, como é que estes riscos são identificados, monitorizados e medidos e descreve as técnicas e os recursos utilizados para gerir e atenuar estes riscos.

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do banco, bem como a apetência para o risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Capital e de Risco (“CaR”). Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicados ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A Tesouraria está incumbida de gerir a liquidez global e a posição de financiamento do banco, atuando o Controlo de risco de liquidez como função de controlo independente, responsável pela validação dos modelos de Risco de liquidez que são desenvolvidos pelo Tesouro, para medir e gerir o perfil de risco de liquidez do Grupo.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas para monitorizá-las e assegurar a conformidade. Para além disso, a Tesouraria trabalha em conjunto com o Controlo de risco de liquidez (“LRC”) e a empresa, para analisar e compreender as características de liquidez subjacentes das carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares e frequentes para compreenderem as alterações na posição do banco decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado. São alocados objetivos de negócio dedicados para garantir que o Grupo cumpre a liquidez global e a apetência para financiamento.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho de acordo com estas métricas de apetência para o risco, através de um quadro de pontuações de liquidez semanal. Como parte do processo de planeamento estratégico anual, projetamos o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento com base nos planos de negócio subjacentes, de modo a assegurar que o plano está em conformidade com a nossa apetência para o risco.

Emissão nos mercados de capitais

O Deutsche Bank possui uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos institucionais e de retalho, financiamento por grosso não garantido e garantido e emissão de dívida nos mercados de capitais. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas, bem como títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Banco e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos, uma vez por ano, a Tesouraria envia um Plano de financiamento a longo prazo anual para o Comité de Risco e Capital para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A nossa carteira de mercados de capitais é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O Deutsche Bank controla, de forma diária, todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um período de 12 meses. Para este efeito, consideramos que o financiamento por grosso deverá incluir passivos não garantidos gerados principalmente pela Gestão do montante de tesouraria, bem como passivos garantidos gerados pela nossa divisão Markets. As nossas contrapartes de financiamento por grosso incluem, tipicamente, empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas.

O Grupo implementou um conjunto de limites aprovados pelo Conselho de Administração para restringir a exposição do DB a contrapartes no setor grossista, que mostraram, historicamente, ser as mais suscetíveis ao esforço de mercado. Estes limites de financiamento por grosso são calibrados tendo em conta os resultados dos testes de esforço mensais, de modo a garantir a liquidez do Grupo no âmbito dos nossos cenários de esforço mais graves, mesmo que os limites sejam totalmente utilizados.

Os limites de financiamento por grosso são monitorizados diariamente e aplicam-se ao montante de moeda total combinado de todo o financiamento por grosso atualmente pendente, garantido e não garantido com limites de maturidade específicos, abrangendo as primeiras 8 semanas. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos atenuantes de potencial esforço no mercado de financiamento por grosso a curto prazo.

As tabelas que começam na página 184 mostram a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo e da emissão nos mercados de capitais.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são uma das principais ferramentas para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Complementa o processo de gestão de liquidez operacional intradiário e a estratégia de liquidez de longo prazo, representada pela Matriz de financiamento.

O nosso processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria de acordo com a apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, incluindo a definição de cenários de esforço, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados modelo. A divisão de supervisão e validação do controlo de risco de liquidez ("LRC O&V") é responsável pela validação independente das metodologias e a divisão de relato e análise do controlo de risco de liquidez ("LRC R&A") é responsável por implementar estas metodologias em conjunto com a Tesouraria e TI. A LRC R&A é também responsável pelo cálculo dos testes de esforço.

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, tal como a crise dos mercados financeiros de 2008.

O Deutsche Bank selecionou cinco cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço ("sNLP") do Grupo. Estes cenários captam a experiência histórica do Deutsche Bank durante períodos de esforço idiossincrático e/ou extensivo a todo o mercado e presume-se que sejam ambos plausíveis e suficientemente graves para influenciar materialmente a posição de liquidez do Grupo. Uma crise global do mercado, por exemplo, é abrangida por um cenário de esforço específico (risco de mercado sistémico) que molda as potenciais consequências, conforme visto, por exemplo, durante a recente crise financeira. Adicionalmente, introduzimos cenários de esforço do mercado regional. No âmbito de cada um destes cenários, assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas para podermos suportar a franquia do nosso negócio. O financiamento por grosso da maioria das contrapartes sensíveis ao risco (incluindo bancos e fundos de investimento do mercado monetário) é assumido como concluído na maturidade contratual ou até mesmo recomprado, na fase de esforço aguda.

Para além disso, incluímos os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo facilidades de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual.

Posteriormente, modelamos as ações a tomar para contrabalançar as saídas incorridas. As contramedidas incluem as nossas reservas de liquidez e a liquidez dos ativos de outros títulos não onerados.

Os testes de esforço são realizados por entidades jurídicas a nível global e individual e em divisas relevantes não pertencentes à área do euro, em particular, em dólares dos Estados Unidos e GBP, como principais moedas de financiamento não em euros. Revemos os nossos pressupostos dos testes de esforço regularmente e em 2015 aumentámos o rigor de um conjunto destes pressupostos.

Efetuamos diariamente os testes de esforço de liquidez ao longo de 8 semanas (que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez) e aplicamos os pressupostos de esforço relevantes aos fatores de risco relativos a produtos, dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas, analisamos o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Esta análise de testes de esforço é realizada mensalmente.

A nossa apetência interna para o risco consiste em manter um excedente de, pelo menos, 5 mil milhões de euros durante o esforço de 8 semanas em todos os cenários para o nosso teste de esforço mensal em moedas agregadas.

A tabela na página 181 mostra os resultados do nosso teste de esforço interno de liquidez nos vários cenários diferentes.

Rácio de cobertura de liquidez

Para além do nosso resultado do teste de esforço interno, o Grupo tem uma apetência para o risco aprovada pelo Conselho de Administração para o Rácio de cobertura de liquidez ("LCR"). Ultimado pelo Comité de Basileia em janeiro de 2013, o LCR destina-se a promover a resiliência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço, ao longo de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de elevada qualidade ("HQLA") que podem ser utilizados para aumentar a liquidez, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições reais e contingentes, num cenário de esforço.

Este requisito foi implementado na legislação europeia, através do Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61, adotado em outubro de 2014. A conformidade com o LCR começou a ser necessária na Europa a partir de 1 de outubro de 2015. A implementação do Rácio de cobertura de liquidez (LCR) está sujeita a um período de transição gradual, que começou em 60% em 1 de outubro de 2015, aumentando para 70% em 1 de janeiro de 2016, 80% em 2017 e 100% em 2018.

O LCR complementa o quadro de testes de esforço internos. Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

A nossa apetência interna para o risco consiste em manter um LCR de, pelo menos, 105%.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre as reservas de liquidez e o LCR HQLA, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de créditos). O nosso teste de esforço de liquidez também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, excluídos do LCR.

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

A principal ferramenta do Deutsche Bank para monitorizar e gerir o risco de financiamento é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil estrutural de financiamento do Grupo numa duração superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de maturidade de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de maturidade de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (<1 ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) podem ser excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados quaisquer excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no agregado superior a 10 anos e descendo até ao agregado superior a 1 ano.

A análise da matriz de financiamento, juntamente com o processo de planeamento estratégico de liquidez, que prevê a oferta e procura de financiamento das unidades de negócio, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Mantemos também uma matriz de financiamento autónoma em USD e GBP que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos) a 10 mil milhões de euros e 5 mil milhões de euros, respetivamente. Esta medida complementa a apetência pelo risco da nossa matriz de financiamento de moedas agregadas, que exige que mantenhamos uma posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos).

Rácio de financiamento estável líquido

O Rácio de financiamento estável líquido foi proposto como parte das regras de Basileia III, como métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Embora esteja previsto que o NSFR se torne num padrão mínimo internacional, a 1 de janeiro de 2018, o rácio está sujeito à implementação nacional. Na Europa, as normas referentes ao NSFR deverão ser finalizadas pela Comissão Europeia no formato de uma Proposta legislativa até ao fim de 2016. Desta forma, o formato final do rácio e o respetivo período de implementação para os bancos europeus ainda não foram confirmados.

Estamos atualmente no processo de avaliar os impactos do NSFR e esperamos incorporar formalmente esta métrica no nosso quadro global de gestão do risco de liquidez, assim que as regras e datas relevantes na Europa sejam finalmente determinadas.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis vêm dos mercados de capitais e dos clientes do setor bancário de transações, de capital e de retalho. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e financiamento garantido e posições curtas. O financiamento por grosso não garantido representa passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na divisão de gestão do montante de tesouraria. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos detidos para negociação em numerário e líquidos.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*). Adicionalmente, estabelecemos um programa para efeitos de emissão de Obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas).

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com prazos sobretudo até um ano.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo, e para promover um sólido perfil de financiamento, o que está em conformidade com a apetência para o risco definida, implementámos limites (abrangendo diferentes maturidades) a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise mensal de testes de esforço. Além disso, limitamos o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico na página 178 apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos aplica-se a todos os negócios e regiões e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e com a sua maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

O quadro de preços de transferência de fundos do Deutsche Bank reflete princípios e orientações regulamentares. No âmbito deste quadro, todos os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio da sociedade com base nas taxas de mercado. Essas taxas de mercado refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do banco para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do banco aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro de remuneração baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço. As transações relevantes para financiamento estão sujeitas a prémios de liquidez (em termos de prazo) e/ou outros mecanismos de preços de transferência de fundos, consoante as condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e refletem-se numa conta de liquidez segregada da Tesouraria que constitui o agregador de custos e benefícios de liquidez. A gestão e a afetação da base de custo da conta de liquidez é a variável-chave dos preços de transferência de fundos no Deutsche Bank.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado diário que esperamos dos testes de esforço, quer a nível de moedas agregadas, quer a nível de moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em numerário ou em títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas) como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total das nossas reservas de liquidez flutuará em função do nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez apenas incluem ativos que podem ser transferidos livremente dentro do Grupo ou aplicados para compensar saídas em esforço de entidades locais. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente na nossa empresa-mãe e nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Detemos as nossas reservas nas principais divisas, sendo que a sua dimensão e composição são alvo de revisão regular pela direção.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Normalmente, oneramos empréstimos para suportar a emissão garantida de mercados de capitais a longo prazo, tal como Pfandbriefe ou outras estruturas de autotitularização de créditos, enquanto o financiamento de capital próprio e dívida de forma garantida é uma atividade regular para a nossa divisão Global Markets. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de ativos onerados, consideramos onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Gestão do risco (estratégico) do negócio

O risco estratégico é o risco de um potencial cenário adverso relativamente aos ganhos, devido a proveitos e/ou custos abaixo dos objetivos dos planos. O risco estratégico pode surgir de um fraco posicionamento estratégico, da não execução da estratégia ou da ausência de respostas eficazes a desvios materiais negativos do plano causados por fatores externos ou internos (incluindo fatores macro, financeiros e idiossincráticos). O risco estratégico tem sido definido como parte do risco de negócio global.

O principal objetivo da gestão do risco estratégico consiste em fortalecer a resiliência do banco relativamente a ganhos e em protegê-lo contra uma volatilidade injustificada dos ganhos, para suportar os objetivos globais de apetência para o risco (especialmente, rácio CET 1 e rácios de alavancagem). Procuramos consegui-lo através da identificação, avaliação, limitação, redução e monitorização dos principais riscos estratégicos.

Atualmente, a medição quantitativa e de modelação do risco estratégico está sobretudo abrangida pelo nosso quadro interno de capital económico (EC). Em 2016, iremos implementar um quadro abrangente para a gestão do risco estratégico.

Gestão do risco de reputação

No nosso processo de gestão do risco, definimos o risco de reputação como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do DB e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do DB.

O nosso risco de reputação rege-se pelo Quadro de risco de reputação (o Quadro). O Quadro foi estabelecido para fornecer normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com risco de reputação. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do DB, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, pela referência e comunicação das questões relacionadas com risco de reputação recai sobre as divisões do DB. Cada colaborador tem a obrigação de, no âmbito das suas atividades, estar atento a quaisquer potenciais causas de risco de reputação e abordá-las de acordo com o Quadro.

Quando um potencial risco de reputação é identificado, exige-se que seja encaminhado para consideração superior na divisão através do processo de avaliação de risco de reputação da unidade. Na eventualidade de um assunto ser considerado como apresentando um risco de reputação material e/ou de cumprir um dos critérios de referência obrigatória, tem de ser comunicado a um dos quatro Comitês Regionais de Risco de Reputação (RRRC) para análise adicional, como segunda linha de defesa. Os RRRC são subcomitês do Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) e são responsáveis pela supervisão, pelo governo e pela coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões do Deutsche Bank em nome do Conselho de Administração. Em circunstâncias excecionais, os assuntos também podem ser referidos pelos RRRC ao GRRC.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Gestão do risco do modelo

Risco do modelo é o risco de eventuais consequências adversas de decisões baseadas em modelos que sejam inapropriados, incorretos ou mal utilizados. Neste contexto, modelo define-se como um sistema, abordagem ou método quantitativo que aplica teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas.

A nova função de risco do modelo foi criada em 2014, agregando todas as principais atividades de gestão do risco do modelo do banco numa função independente:

A validação do modelo fornece uma validação independente dos aspetos metodológicos dos modelos. Os principais objetivos da validação do modelo são verificar que o desempenho dos modelos é o esperado, de acordo com os respetivos objetivos de conceção e as respetivas utilizações comerciais, e procurar garantir que os modelos são sólidos em termos lógicos e conceptuais, bem como avaliar a adequação e a precisão da metodologia de implementação;

A governação do risco do modelo apoia a criação de um quadro de gestão do risco do modelo invertido, o qual inclui a definição de padrões comuns para o desenvolvimento, a utilização e a validação do modelo; a identificação e a correção de problemas e inconsistências na criação do modelo; e a manutenção de um inventário de modelos em todo o banco; e

Os principais fóruns de direção para fazer face ao risco do modelo são o Comité de Gestão do Risco do Modelo do Grupo ("GMRMC") e o Comité de Gestão do Risco do Modelo de Preços ("PMRMC"). Ambos são subcomités do CaR e agem em nome do Conselho de Administração. O PMRMC é responsável pela gestão e pela supervisão do risco do modelo a partir de modelos de avaliação (modelos de *front office* utilizados para a formação das cotações oficiais e para a gestão do risco das posições de negociação). O GMRMC é responsável pela gestão e pela supervisão do risco do modelo a partir de modelos de risco e de capital.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco do modelo está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Gestão do risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como o risco atual ou potencial relativo a lucros e capital, decorrente da violação ou do incumprimento de legislações, normas, regulamentos, acordos, práticas recomendadas ou padrões éticos e pode resultar em coimas, danos e/ou anulação de contratos, podendo denegrir a reputação de uma instituição.

A função de conformidade gere este risco do seguinte modo:

Identificando as normas e os regulamentos materiais em que o incumprimento poderia colocar em perigo os ativos do Banco (com o apoio das divisões, das funções de infraestrutura ou da gestão regional do banco);

Aconselhando e apoiando o Conselho de Administração no que diz respeito à adesão às normas e aos regulamentos materiais, bem como implementando procedimentos eficazes para cumprimento das normas e dos regulamentos materiais aplicáveis e configurando os controlos correspondentes;

Monitorizando a cobertura de normas e regulamentos materiais novos ou alterados pelas nossas divisões, funções de infraestrutura ou gestão regional, incluindo potenciais planos de implementação para controlos adequados. Não é expressamente solicitada à função de conformidade a execução dos seus próprios programas de monitorização; porém, tem o direito de exercício de atividades de monitorização;

Avaliando a cobertura de todas as normas e regulamentos materiais existentes pelas divisões, pelas funções de infraestrutura ou pela gestão regional do banco e a existência de um contexto de controlo correspondente; e

Comunicando ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, numa base anual e numa base ad hoc.

A medição quantitativa e de modelação do capital interno de risco de conformidade está implicitamente coberta no nosso quadro de capital económico, sobretudo no âmbito do risco operacional e estratégico.

Gestão do risco especificamente relacionado com seguros

A nossa exposição ao risco de seguro está sobretudo associada à Abbey Life Assurance Company Limited e às obrigações dos nossos planos de pensões com benefícios definidos. Existe ainda algum risco relacionado com seguros no negócio de Mercados de risco de pensões e seguros (Pensions and Insurance Risk Markets). O nosso quadro de gestão do risco considera os riscos relacionados com seguros principalmente como risco de mercado não relacionado com a negociação, o qual foi classificado como risco significativo. Monitorizamos regularmente os pressupostos subjacentes ao cálculo desses riscos e propomos medidas que reduzam esses riscos, como resseguros, sempre que se afigura necessário. Estamos principalmente expostos aos seguintes riscos relacionados com seguros:

Risco de longevidade: risco de melhorias mais rápidas ou mais lentas do que o esperado na expectativa de vida dos produtos de anuidade imediata e diferida;

Riscos de mortalidade e de morbilidade: riscos dum número de reclamações de indemnização por morte ou deficiência maior ou menor do que o esperado relativamente a produtos de seguros e de ocorrência duma ou mais reclamações de indemnizações de grande dimensão;

Risco de despesas: risco de que a administração das apólices seja mais ou menos onerosa do que o esperado; e

Risco de persistência: risco duma percentagem de apólices expiradas superior ou inferior ao esperado.

Na medida em que o ocorrido seja menos favorável do que os pressupostos subjacentes, ou que seja necessário aumentar provisões devido a suposições mais onerosas, o montante de capital necessário no âmbito das entidades de seguro pode aumentar.

Concentração de risco e diversificação do risco

Concentrações de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, riscos de mercado, riscos operacionais, riscos de liquidez e riscos de outra natureza), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Podem ocorrer no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão de concentrações está integrada na gestão de tipos de risco individuais e é monitorizada regularmente. O principal objetivo é evitar concentrações indevidas na carteira, mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa que inclui as seguintes componentes:

As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas áreas de risco individuais (gestão do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional, do risco de liquidez e de outros riscos). A definição de limites em diferentes níveis e/ou a gestão, de acordo com o tipo de risco, servem de base a essa atividade.

As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2015 foi o Comité de Risco da Carteira (PRC), que é um subcomité do Comité de Capital e Risco (Capital and Risk Committee - CaR) e o Comité Executivo de Risco (Risk ExCo).

Vantagem de diversificação do tipo de risco

A vantagem da diversificação do tipo de risco quantifica os efeitos de diversificação entre o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional e o risco estratégico no cálculo do capital económico. Na medida em que as correlações entre esses tipos de risco sejam inferiores a 1,0, ocorre uma vantagem da diversificação do tipo de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo.

Desempenho de capital e risco

Capital e rácio de alavancagem

Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e empresas de investimento” (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou “CRR”) e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento” (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou “CRD IV”), tal como implementado na Lei alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Quando nos referimos a resultados em conformidade com a aplicação plena do quadro CRR/CRD IV final (sem ter em consideração a metodologia transitória aplicável), aplicamos o termo “CRR/CRD IV *fully loaded*”. Em alguns casos, o CRR/CRD IV mantém regras transitórias que foram adotadas em quadros de adequação de capital anteriores através do Basileia 2 ou Basileia 2.5. Estes estão relacionados, por exemplo, com a ponderação de risco de determinadas categorias de ativos e incluem regras que permitem a anterioridade dos investimentos em ações com uma ponderação de risco de 100%. Nestes casos, a nossa metodologia em conformidade com o CRR/CRD IV *fully loaded* assume que o impacto da expiração destas regras transitórias será mitigado através de vendas de ativos subjacentes ou de outras medidas anteriores à expiração das disposições da cláusula de anterioridade.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. As nossas companhias de seguros estão incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designado “margem de solvência”) ao abrigo do decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros. A nossa margem de solvência enquanto conglomerado financeiro mantém-se dominada pelas nossas atividades bancárias.

O total do capital regulamentar, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2015, abrange capital *Tier 1* e *Tier 2* (T2). O capital *Tier 1* subdivide-se em capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) e capital *Tier 1* adicional (AT1).

O capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções). Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem (i) ganho de titularização sobre a venda, (ii) coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e (iii) ajustamentos de valor adicionais. As deduções de capital CET 1 compreendem (i) ativos intangíveis, (ii) ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, (iii) montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, (iv) ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, (v) participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e (vi) investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens não deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital *Tier 1* adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão em AT1 consolidado e, durante o período de transição, instrumentos de anterioridade elegíveis no âmbito de quadros anteriores. Para se qualificarem como AT1 no âmbito do CRR/CRD IV, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais (perpétuos sem incentivos para resgate; a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.).

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão em T2 consolidado. Para se qualificarem como instrumentos de capital T2 ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Os instrumentos de capital que já não se qualificam como capital AT1 ou T2 pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded* estão sujeitos às regras de anterioridade durante o período de transição, sendo descontinuados de 2013 até 2022, com o seu reconhecimento limitado a 70% em 2015, sendo que este limite desce 10% em cada ano.

Instrumentos de capital

A Assembleia-Geral Anual de 2014 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 101,9 milhões de ações até ao final de abril de 2019. Deste total, 51,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia-Geral Anual de 2013. Obtivemos a aprovação da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha para executar estas autorizações para 2014, tal como exigido pelas novas regras do CRR/CRD IV. Entre a Assembleia-Geral Anual de 2014 e a Assembleia-Geral Anual de 2015 (21 de maio de 2015), comprámos 25,6 milhões de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 0,2 milhões na Assembleia-Geral Anual de 2015.

O nosso Conselho de Administração recebeu aprovação da Assembleia-Geral Anual de 2015 para recomprar até 137,9 milhões de ações até ao final de abril de 2020. Deste total, 69,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituem as autorizações do ano anterior. Obtivemos a aprovação da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha para recompra de ações para 2015, de acordo com as novas regras do CRR/CRD IV. Entre a data da Assembleia-Geral Anual de 2015 e 31 de dezembro de 2015, foram compradas 20,7 milhões de ações, das quais 4,7 milhões de ações foram adquiridas através de opções de compra. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período, para que o número de ações detidas em Tesouraria, de recompras, fosse de 0,3 milhões a 31 de dezembro de 2015. Para 2016, recebemos aprovação do BCE para recompras de ações de acordo com as novas regras do CRR/CRV IV até um montante máximo de 28 milhões de ações.

Até à Assembleia-Geral Anual de 2015, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração era de 257 milhões de euros (100 milhões de ações). O capital condicional manteve-se nos 486 milhões de euros (190 milhões de ações). Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 2014 autorizou a emissão de obrigações participativas para gerar capital *Tier 1* adicional.

Um novo capital autorizado de 1760 milhões de euros (688 milhões de ações), que substitui autorizações antigas, foi aprovado pela Assembleia-Geral Anual de 2015 e as novas autorizações foram legalmente registadas. O capital condicional permanece inalterado nos 486 milhões de euros (190 milhões de ações).

Os nossos Instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes (substancialmente títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) já não são totalmente reconhecidos pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*, sobretudo porque não possuem nenhum atributo de conversão de depreciação ou de capital próprio. No entanto, os nossos instrumentos são em larga medida reconhecidos como Capital *Tier 1* adicional nas provisões de transição do CRR/CRD IV, podendo ainda ser parcialmente reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*. Durante o período transitório de descontinuação gradual, o montante máximo reconhecível para os instrumentos *Tier 1* adicionais, de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5, a partir de 31 de dezembro de 2012, será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2015, tal resultou em 11,1 mil milhões de euros de instrumentos de capital *Tier 1* adicional elegíveis (isto é, 4,6 mil milhões de euros de novas Notas AT1 emitidas, mais 6,5 mil milhões de euros de instrumentos híbridos de capital *Tier 1* já existentes, reconhecidos durante o período de transição). Quatro instrumentos híbridos de capital *Tier 1* com o valor nominal de 4,7 mil milhões de euros e um valor equivalente elegível de 4.4 mil milhões de euros foram adquiridos em 2015. 5,9 mil milhões de euros dos Instrumentos híbridos *Tier 1* ainda podem ser reconhecidos como capital *Tier 2* pelas regras do CRR/CRD IV *fully loaded*.

Em 17 de fevereiro de 2015, emitimos novas notas Tier 2 subordinadas de taxa fixa com um montante agregado de 1,25 mil milhões de euros. As notas auferem um cupão de 2,75%, têm uma denominação de 1000 euros e vencem em 17 de fevereiro de 2025. Foram emitidas em transações fora dos Estados Unidos não sujeitas aos requisitos de registo pela Lei dos valores mobiliários de 1933, conforme emendado, e não foram oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos.

Em 1 de abril de 2015, emitimos novas notas Tier 2 subordinadas de taxa fixa com um montante agregado de 1,50 mil milhões de dólares americanos. As notas auferem um cupão de 4,50%, têm uma denominação de 200 000 dólares americanos e múltiplos integrais de 1000 dólares americanos em excesso e vencem a 1 de abril de 2025. Foram emitidos como transações, segundo os requisitos de registo da Lei dos valores mobiliários de 1933 dos Estados Unidos.

Além disso, emitimos novas notas Tier 2 subordinadas de taxa fixa ou de atualização fixa com opção de compra com um montante agregado de 1,41 mil milhões CNY a 10 de abril de 2015. As notas têm uma denominação de 1 000 000 CNY e vencem a 10 de abril de 2025. Foram emitidas em transações fora dos Estados Unidos não sujeitas aos requisitos de registo da Lei dos valores mobiliários de 1933 dos Estados Unidos, conforme emendado, e não foram oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos.

A 31 de dezembro de 2015, o total dos nossos instrumentos de capital *Tier 2*, reconhecido durante o período de transição nos termos do quadro CRR/CRD IV, era de 6,6 mil milhões de euros. A 31 de dezembro de 2015, não existem instrumentos híbridos Tier 1 já existentes que sejam contabilizados como capital Tier 2 segundo as regras transacionais. O valor teórico bruto dos instrumentos de capital *Tier 2* foi de 8,0 mil milhões de euros. Quatro Instrumentos híbridos de capital *Tier 2* com o valor nocional de 0,7 mil milhões de euros e um valor equivalente elegível de 0.2 mil milhões de euros foram adquiridos em 2015.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

Os requisitos mínimos de capital CET 1 aplicáveis ao Grupo aumentaram de 4% de ativos ponderados pelo risco (RWA) em 2014 para 4,5% de RWA a partir de 2015. O total dos requisitos de capital, 8%, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,5% de capital AT1 e até 2% de capital *Tier 2* de 2015 em diante.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tal como empréstimos. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2015. As nossas subsidiárias que não estavam incluídas na nossa consolidação regulamentar por não serem materialmente relevantes, não tinham de cumprir com os padrões mínimos de capital próprio em 2015.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos de amortecedor de capital serão introduzidos progressivamente a partir de 2016 (para além do amortecedor de risco sistémico, se existir, que não está sujeito a nenhuma introdução progressiva) e estarão totalmente em vigor a partir de 2019. Os requisitos de amortecedor têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

Em março de 2015, o Deutsche Bank foi designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de amortecedor para G-SII de 2% de capital CET 1 de RWA em 2019. Tal está de acordo com a avaliação, por parte do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), da importância sistémica com base nos indicadores publicados em 2014. O requisito de amortecedor adicional de 2% para G-SII será introduzido gradualmente a partir de 2016 com 0,5%. Continuaremos a publicar os nossos indicadores no nosso sítio Web.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD IV e equivale a um requisito de 2,5% de capital CET 1 de RWA. O requisito de amortecedor adicional de 2,5% será introduzido gradualmente a partir de 2016 com 0,625%.

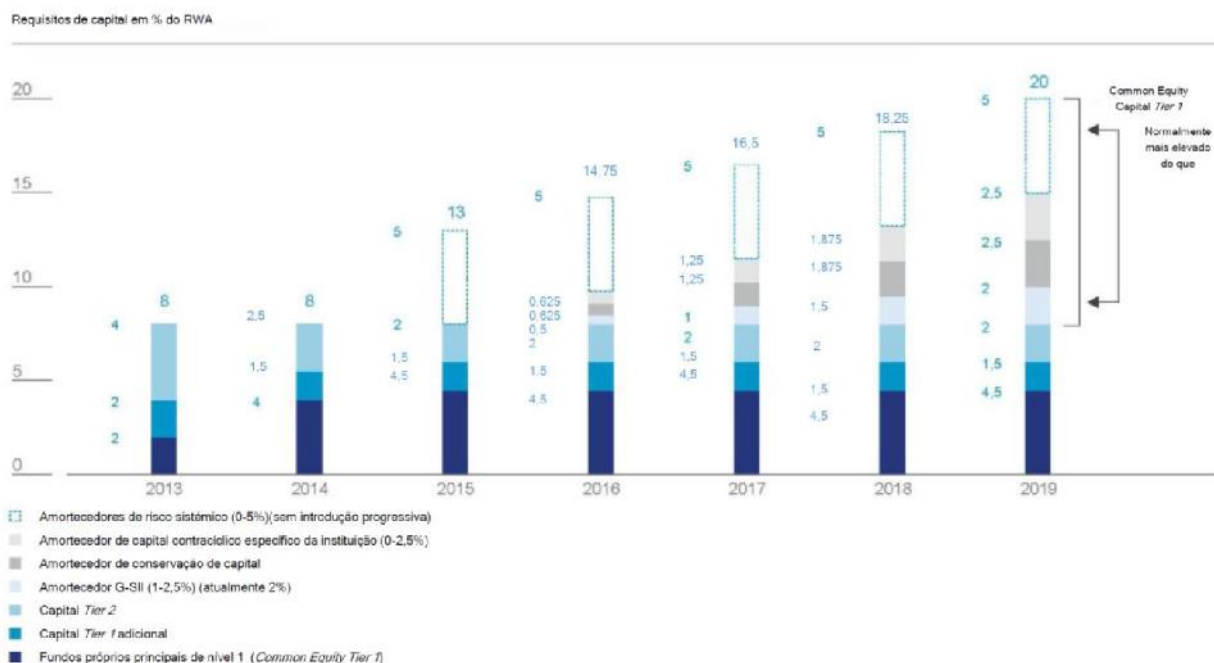
O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,5% de capital CET 1 de RWA em 2019. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,5%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Nenhum amortecedor

contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank em 2015. Espera-se que o amortecedor contracíclico de capital seja insignificante em 2016.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5% de capital CET 1 de RWA. De referir que, a menos que se apliquem determinadas exceções, apenas o mais elevado de entre o amortecedor de risco sistémico e o amortecedor de G-SII tem de ser aplicado. No final do exercício de 2015, não houve amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank.

O gráfico seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos mínimos de capital e requisitos de amortecedor de capital:

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital



Adicionalmente, de acordo com o Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP), o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais. Em 20 de fevereiro de 2015, o BCE informou-nos de que temos de manter, no futuro, um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,00% (numa base de introdução progressiva). A 4 de dezembro de 2015, o BCE informou o Deutsche Bank que o Grupo consolidado tem de manter um rácio de CET 1 de, pelo menos, 10,25% numa base de introdução progressiva, segundo as regras transitórias aplicáveis no âmbito do CRR/CRD IV, em todos os momentos. Este requisito inclui o amortecedor de conservação de capital, mas não inclui todos os outros amortecedores (por exemplo, o amortecedor de G-SII).

Consequentemente, em dezembro de 2015, os nossos requisitos de SREP de CET 1 totalizaram 10,25%. Considerando a introdução progressiva do amortecedor de G-SII, mas não o amortecedor contracíclico, os nossos requisitos de SREP de CET 1 em 2016 aumentaram para 10,75%.

Evolução do capital regulamentar

A 31 de dezembro de 2015, o nosso capital Tier 1 de CRR/CRD IV totalizava 58,2 mil milhões de euros, sendo composto por um capital Common Equity Tier 1 (CET 1) de 52,4 mil milhões de euros e um capital Tier 1 adicional (AT1) de 5,8 mil milhões de euros. O capital Tier 1 de CRR/CRD IV era 5,7 mil milhões de euros mais baixo do que no final de 2014, principalmente, motivado por um decréscimo no capital CET 1 de 7,7 mil milhões de euros desde o final de 2014, enquanto o capital AT1 aumentou 2,0 mil milhões de euros no mesmo período.

O decréscimo de 7,7 mil milhões de euros em capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi, em grande parte, o resultado da perda líquida atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais de 6,8 mil milhões de euros em 2015. A perda líquida de 5,8 mil milhões de euros atribuível à imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis no terceiro trimestre de 2015 era neutra na forma pela qual os ativos de goodwill e outros ativos intangíveis foram deduzidos do capital CET 1 e AT1 numa base de introdução progressiva antes da imparidade. A Decisão (UE) (2015/4) do BCE impõe o reconhecimento da perda do final do exercício em capital CET 1. A política de dividendo de ações ordinárias revista do Deutsche Bank refere-se à decisão do BCE desde que o Conselho de Administração não decida e anuncie oficialmente um nível de dividendo diferente para o ano respetivo. No seguimento do anúncio em 2015 para não pagar dividendos aos acionistas de ações ordinárias, nenhum dividendo de ações ordinárias foi acumulado em 2015. O decréscimo no capital CET 1 foi também motivado pela primeira contrapartida de ajustamentos de valor adicionais (com base na Norma técnica regulamentar sobre a avaliação prudente emitida pela EBA) em 30 de setembro de 2015. Os ajustamentos de valor adicionais totalizaram 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015. O efeito no capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi parcialmente compensado por um benefício da redução relacionada dos montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas. As deduções dos ativos por impostos diferidos aumentaram 1,0 mil milhões de euros em 2015, principalmente como resultado de ativos por impostos diferidos mais elevados, em grande parte devido a perdas líquidas, bem como aos efeitos de limiar segundo a regra 10/15%. Globalmente, os ajustamentos regulamentares aumentaram devido à taxa de integração progressiva superior de 40% em 2015, comparada com 20% em 2014. O capital CET 1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi positivamente influenciado pelos Ajustamentos de conversão cambial de 2,0 mil milhões de euros e outros efeitos cambiais positivos em 2015.

O aumento de 2,0 mil milhões de euros no capital AT1 em conformidade com o CRR/CRD IV foi sobretudo o resultado de ajustamentos regulamentares reduzidos (5,5 mil milhões de euros inferior ao valor no final de 2014, também afetado pelas imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis), descontinuados do capital AT1. Estas deduções refletem o montante residual de determinadas deduções de CET 1 que foram subtraídas do capital CET 1 pelas regras *fully loaded*, mas permitem reduzir o capital AT1 durante o período de transição. A taxa de integração progressiva destas deduções a nível do capital CET 1 aumentou para 40% em 2015 (20% em 2014) e diminuiu de forma correspondente a nível do capital AT1 para 60% em 2015 (80% em 2014). A redução de ajustamentos regulamentares a nível do capital AT1 compensou excessivamente a diminuição nos nossos instrumentos de capital AT1 de acordo com o CRR/CRD IV de 3,5 mil milhões de euros (face a 31 de dezembro de 2014) que resultou principalmente dos nossos resgates de instrumentos híbridos de capital Tier 1 já existentes.

O nosso capital Tier 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* em 31 de dezembro de 2015 era de 48,7 mil milhões de euros, comparado com 50,7 mil milhões de euros no final de 2014. O nosso capital CET 1 de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 44,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, comparado com 46,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O nosso capital Tier 1 adicional de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* totalizava 4,6 mil milhões de euros no final de dezembro de 2015, quase inalterado, quando comparado com o final de 2014.

A diminuição no nosso capital CET 1 *fully loaded* de 2,0 mil milhões de euros, comparada com o valor no final de 2014, deveu-se ao facto de os impactos negativos (perda líquida de 6,8 mil milhões de euros, primeira dedução de avaliação prudente de 1,9 mil milhões de euros) terem sido parcialmente reduzidos por efeitos contrários positivos. Estes constituem predominantemente menores deduções de goodwill e outros ativos intangíveis, sobretudo devido a imparidades (dedução 4,5 mil milhões de euros inferior, comparada com o valor no final de 2014), uma dedução reduzida de montantes negativos do cálculo de montantes de perdas esperadas (dedução 0,6 mil milhões de euros inferior, comparada com o valor no final de 2014, como consequência da análise de avaliação prudente) e um impacto positivo da alteração das taxas cambiais de moeda estrangeira desde 2014.

Modelo de transição para capital regulamentar, RWA e rácios de capital

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	CRR/CRD IV fully-loaded	CRR/CRD IV	CRR/CRD IV fully loaded	CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	37 088	37 088	37 144	37 144
Lucros não distribuídos	27 607	27 607	26 509	26 509
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	4 096	4 281	1 617	1 923
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis	(7 025)	(7 025)	481	481
Outros	0	92	0	118
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	61 766	62 042	65 750	66 175
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares				
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1 877)	(1 877)	0	0
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(622)	(330)	(725)	(391)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(8 439)	(3 376)	(12 979)	(2 596)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3 310)	(1 324)	(2 620)	(524)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(106)	(58)	(712)	(147)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(1 173)	(469)	(961)	(192)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(76)	(39)	(54)	(11)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	(818)	(278)	(499)	(84)
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior ao limiar de 15%) (montante negativo)	(953)	(324)	(778)	(133)
Outros ajustamentos regulamentares	(291)	(1 537)	(345)	(1 994)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(17 665)	(9 613)	(19 674)	(6 072)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	44 101	52 429	46 076	60 103
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos				
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	4 676	4 676	4 676	4 676
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	6 482	N/S	10 021
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	4 676	11 157	4 676	14 696
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares				
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(125)	(48)	(57)	(57)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	(5 316)	N/S	(10 845)
Outros ajustamentos regulamentares	0	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(125)	(5 365)	(57)	(10 902)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	4 551	5 793	4 619	3 794
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	48 651	58 222	50 695	63 898
Capital Tier 2 (T2)	12 325	6 299	12 376	4 395
Total do capital (TC = T1 + T2)	60 976	64 522	63 072	68 293
Total dos ativos ponderados pelo risco	396 714	397 382	393 969	396 648
Rácios de capital				
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	11,1	13,2	11,7	15,2
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	12,3	14,7	12,9	16,1
Total de rácio de capital (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	15,4	16,2	16,0	17,2

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2015 CRR/CRD IV	31.12.2014 CRR/CRD IV
Total do capital acionista por balanço contabilístico	62 678	68 351
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(681)	(1 419)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	(5)	(5)
Lucros não distribuídos	(369)	(1 107)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(307)	(306)
Total do capital acionista por balanço regulamentar	61 997	66 932
Participação minoritária baseada em regras transitórias	92	118
Acumulação para cupões de dividendo e AT1	(231)	(1 182)
Reversão de desconsolidação/consolidação da posição Outro rendimento (perda) integral acumulado, líquido de impostos, durante o período de transição	184	306
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	62 042	66 175
Ajustamentos de valor adicionais	(1 877)	0
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(330)	(391)
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR	(1 246)	(1 648)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(3 376)	(2 596)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(1 648)	(657)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(469)	(192)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(278)	(84)
Outros ajustamentos regulamentares	(389)	(503)
Fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1)	52 429	60 103

Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2015 CRR/CRD IV	31.12.2014 CRR/CRD IV
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	60 103	38 534
Ações ordinárias, efeito líquido	0	921
Capital realizado adicional	(53)	7 429
Lucros não distribuídos	(6 097)	1 077
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(3)	6
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	2 759	2 947
Acumulação para cupões de dividendo e AT1	(231)	(1 182)
Ajustamentos de valor adicionais	(1 877)	0
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	(780)	8 870
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(800)	(524)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	89	283
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(277)	(192)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(194)	1 505
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	945
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	(191)	(133)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(19)	(383)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	52 429	60 103
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	3 794	12 182
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	0	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	(4 289)	(2 512)
Regimes transitórios	5 529	(11 292)
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados)	5 320	(10 383)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	759	5 416
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	5 793	3 794
Capital Tier 1	58 222	63 898
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	6 299	4 395
Total do capital regulamentar	64 522	68 293

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos pela abordagem de modelo e por divisão. Incluem os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

No âmbito do risco de crédito, a rubrica "Outros" no método IRB avançado reflete os RWA de posições de titularização na carteira bancária, posições de capital específicas e outros ativos que não sejam obrigações de crédito. No âmbito do Método padrão, a rubrica "Outros" inclui RWA de titularizações da carteira bancária, bem como de exposições atribuídas às demais classes de exposições, à exceção de governos centrais ou bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Ativos ponderados pelo risco por abordagem de modelo e divisão de acordo com as regras de transição

31.12.2015

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de crédito	89 811	72 171	42 435	12 942	13 028	11 633	242 019
Reafetação por segmentos	(3 515)	536	4 854	376	76	(2 328)	0
Método IRB avançado	85 249	61 655	32 253	10 346	7 858	12 862	210 223
Governos centrais e Bancos centrais	3 990	45	1 077	1	6	9 500	14 619
Instituições	8 497	1 303	3 472	140	382	355	14 149
Empresas	59 482	11 369	26 837	3 945	2 944	882	105 459
Retalho	192	38 910	23	130	725	0	39 980
Outros	13 088	10 028	844	6 131	3 801	2 125	36 016
Método IRB básico	2 083	3 076	174	0	0	0	5 333
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	5	0	0	0	0	5
Empresas	2 083	3 072	174	0	0	0	5 329
Método padrão	5 172	6 792	5 154	2 219	5 093	1 099	25 530
Governos centrais ou Bancos centrais	24	146	30	2	0	0	202
Instituições	539	86	33	11	2	0	671
Empresas	2 473	1 441	3 511	1 147	739	573	9 884
Retalho	6	4 172	239	34	567	0	5 018
Outros	2 129	948	1 342	1 027	3 785	525	9 755
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção con- tra o incumprimento	821	111	0	0	0	0	933
Risco de liquidação	9	0	0	0	0	0	9
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	12 012	434	2	347	3 083	0	15 877
Abordagem de modelo interno	11 957	396	2	343	3 082	0	15 780
Método padrão	55	38	0	4	1	0	97
Risco de mercado	33 795	32	173	1 268	14 286	0	49 553
Abordagem de modelo interno	28 776	0	173	373	8 741	0	38 063
Método padrão	5 019	32	0	895	5 545	0	11 491
Risco operacional ¹	59 503	7 644	9 456	9 252	4 069	0	89 923
Abordagem de medição avançada	59 503	7 644	9 456	9 252	4 069	0	89 923
Total	195 130	80 280	52 066	23 808	34 465	11 633	397 382

¹ Os movimentos para as divisões devem-se a uma alteração na metodologia de atribuição efetuada no primeiro trimestre de 2015.

31.12.2014

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments e Outros	Total
Risco de crédito	83 548	69 584	41 740	7 310	19 280	22 666	244 128
Reafetação por segmentos	(2 200)	520	3 327	330	94	(2 071)	0
Método IRB avançado	77 263	58 786	31 763	3 910	13 062	14 638	199 422
Governos centrais e Bancos centrais	3 948	124	1 020	0	74	218	5 385
Instituições	8 359	1 538	3 103	73	623	171	13 869
Empresas	55 678	9 938	26 916	2 740	5 062	1 199	101 533
Retalho	121	37 852	30	91	773	0	38 867
Outros	9 157	9 334	694	1 006	6 529	13 049	39 769
Método IRB básico	2 079	3 303	107	0	1	0	5 491
Governos centrais e Bancos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	2 079	3 303	107	0	1	0	5 490
Método padrão	4 804	6 884	6 542	3 070	6 122	10 099	37 522
Governos centrais ou Bancos centrais	21	63	27	3	0	0	114
Instituições	593	124	51	4	3	35	810
Empresas	2 841	1 401	4 747	1 111	1 075	584	11 759
Retalho	7	4 064	422	45	1 141	18	5 697
Outros	1 341	1 232	1 296	1 908	3 903	9 462	19 142
Montante da exposição ao risco para contribuições para o fundo de proteção con- tra o incumprimento	1 601	90	1	0	1	0	1 693
Risco de liquidação	25	0	0	0	0	1	27
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	16 024	445	7	445	4 019	262	21 203
Abordagem de modelo interno	15 953	417	7	443	3 953	1	20 774
Método padrão	71	28	0	2	66	261	428
Risco de mercado	44 469	92	199	2 483	16 967	0	64 209
Abordagem de modelo interno	31 439	0	199	1 339	8 625	0	41 602
Método padrão	13 029	92	0	1 144	8 342	0	22 607
Risco operacional	31 512	9 605	1 321	6 368	18 275	0	67 082
Abordagem de medição avançada	31 512	9 605	1 321	6 368	18 275	0	67 082
Total	175 578	79 725	43 268	16 607	58 541	22 929	396 648

Os RWA em conformidade com o CRR/CRD IV foram de 397,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, face a 396,6 mil milhões de euros no final de 2014. O aumento global de 0,8 mil milhões de euros reflete-se em grande parte no aumento dos ativos RWA de risco operacional de 22,8 mil milhões de euros, que são compensados por reduções nas outras categorias de risco. Os RWA de risco operacional sobem principalmente devido a perdas legais de risco operacional, incluindo provisões legais, bem como a um aumento do perfil de perda de risco operacional da atividade bancária. Os RWA de risco de crédito são 2,1 mil milhões de euros inferiores, principalmente como resultado de uma revisão ao tratamento do cálculo de exposição ao fundo de pensões, bem com a atividades de redução do risco parcialmente compensadas por aumentos provenientes de variações cambiais. Os RWA inferiores para risco de mercado são principalmente atribuíveis a níveis de risco inferiores provenientes da abordagem normalizada ao risco de mercado para posições de titularização de créditos. A redução de 5,3 mil milhões de euros em RWA para CVA é motivada sobretudo por atividades de redução de risco e cobertura.

Os RWA calculados de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* foram de 396,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, face a 394,0 mil milhões de euros no final de 2014. O aumento foi motivado pelas mesmas variações, conforme descrito nas regras de transição. Os RWA *fully loaded* foram 668 milhões de euros inferiores aos ativos ponderados pelo risco segundo as regras de transição devido a ativos ponderados pelo risco inferiores provenientes dos nossos ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e das nossas participações significativas de instrumentos CET 1 de entidades do setor financeiro, ambos sujeitos às isenções de limiar, conforme descrito no artigo 48.º do CRR.

Mais especificamente, observaram-se os seguintes fatores principais de variações dos RWA.

Os RWA de risco de crédito diminuíram 0,9% ou 2,1 mil milhões de euros, refletindo:

A dimensão da carteira, refletindo alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira, diminuiu 4,8 mil milhões de euros em 2015, face a uma diminuição de 5 mil milhões de euros em 2014. Esta diminuição deve-se predominantemente a posições de transações de financiamento de títulos e derivados, principalmente nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank, refletindo as atividades de redução do risco.

A metodologia e política, refletindo as variações dos RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, diminuíram 3,3 mil milhões de euros em 2015, face a um aumento de 24 mil milhões de euros em 2014, principalmente como resultado da aplicação de uma revisão ao tratamento da exposição a fundos de pensões de benefícios definidos, parcialmente compensada por uma alteração na exposição a ponderação de risco aplicável para companhias de seguros.

A qualidade da carteira, representando os efeitos das migrações de notações de crédito da carteira, a perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura de garantias colaterais, diminuiu 2,1 mil milhões de euros em 2015, face a 2,3 mil milhões de euros em 2014, impulsionada por melhoramentos no perfil de risco de exposição subjacente, parcialmente compensado pelo impacto das recalibrações dos parâmetros de risco e melhoramentos do processo.

A diminuição na categoria "Outros", que representa alterações não incluídas nas outras categorias descritas neste parágrafo, de 2,7 mil milhões de euros em 2015, face a um aumento de 5,0 mil milhões de euros em 2014, foi impulsionada sobretudo pelos movimentos resultantes do tratamento de transição dos nossos ativos de fundos de pensão de benefícios definidos, bem como pelos movimentos onde se aplica a regra de limiar de 10/15%.

Os RWA para risco de crédito foram também afetados pelas variações cambiais, 10,4 mil milhões de euros em 2015, face a 11,8 mil milhões de euros em 2014, resultando, principalmente, do fortalecimento do dólar americano.

Os RWA de risco de mercado diminuíram 23% ou 14,7 mil milhões de euros, refletindo:

As variações dos níveis de risco, refletindo variações nos nossos modelos internos para o valor em risco, valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global, bem como resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão, contribuíram para 27,7 mil milhões de euros em 2015, face a um decréscimo de 10,2 mil milhões de euros em 2014, e deveram-se, na sua maioria, a níveis de risco inferiores provenientes do método padrão do risco de mercado, do valor em risco em situação de esforço e dos requisitos de capital para riscos adicionais, refletindo sobretudo atividades de redução do risco na Non-Core Operations Unit (que afetou particularmente o método padrão do risco de mercado).

Os efeitos compensatórios na categoria de metodologia e política, representando alterações nos nossos modelos internos, tais como melhoramentos da metodologia, de 5,7 mil milhões de euros em 2015, face a 20,1 mil milhões de euros em 2014, resultou do fim do período de transição concedido pelo artigo 337.º, n.º 4 do CRR para o método padrão do risco de mercado, bem como em alterações e recalibrações dos dados de mercado em 3,9 mil milhões de euros. Como resultado, o cálculo baseia-se agora na soma das posições longas líquidas ponderadas e na soma das posições curtas líquidas ponderadas, e não na maior das duas somas.

As alterações dos dados de mercado, resultantes de oscilações nos níveis de dados de mercado, volatilidades, correlações, liquidez e notações de crédito, resultaram num impacto para os RWA de risco de mercado de 3,9 mil milhões de euros, face a uma diminuição de 0,7 mil milhões em 2014.

Os RWA de risco de mercado foram também afetados pelas variações cambiais de 1,9 mil milhões de euros, face a 2,7 mil milhões de euros em 2014, que se refletiram sobretudo no método padrão do risco de mercado.

Os RWA de risco operacional aumentaram 34% ou 22,8 mil milhões de euros, refletindo:

As alterações do perfil de perda (internas e externas), que contribuíram com 24,2 mil milhões de euros em 2015, face a 9,3 mil milhões de euros em 2014, deveram-se principalmente ao nosso reconhecimento precoce de melhoramentos ao nosso modelo de abordagem de medição avançada (contribuindo com RWA adicionais de 7,7 mil milhões de euros), aos efeitos adicionais da mudança de modelo, relacionados com perdas devido a litígios suscetíveis de serem concretizadas, e aos grandes eventos de risco operacional de mercado externo, que se refletem no nosso modelo AMA, como liquidações de questões regulamentares por instituições financeiras. A partir do terceiro trimestre de 2014, os efeitos adicionais da mudança de modelo relacionados com perdas devido a litígios suscetíveis de serem concretizadas são apresentados na categoria "alterações do perfil de perda".

Os RWA de ajustamento da avaliação de crédito diminuíram 25% ou 5,3 mil milhões de euros, refletindo:

As variações dos níveis de risco, que incluem alterações à dimensão e composição da carteira, diminuíram 5,2 mil milhões de euros, principalmente devido à redução de risco da carteira ao longo do ano e à reotimização do programa de cobertura de RWA do CVA e à volatilidade de mercado.

Os RWA para ajustamento da avaliação de crédito foram também afetados pelas variações cambiais de 1,9 mil milhões de euros, resultando, principalmente, do fortalecimento do dólar americano.

Capital económico

Adequação de capital interno

A principal medida do nosso Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de "negócio liquidado" (*gone concern*), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Existe um maior alinhamento da nossa definição de oferta de capital com os requisitos de fundos próprios do CRR/CRD IV. Ajustamentos de avaliação adicionais, défice para perda esperada, proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação e participações nos instrumentos de capital próprios são agora deduzidos da oferta de capital do Pilar 2. A informação relativa ao exercício anterior foi revista em conformidade.

Adequação de capital interno

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31.12.2015	31.12.2014
Oferta de capital		
Capital próprio dos acionistas	62 678	68 351
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio ¹	(407)	(544)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida ²	(1 173)	(961)
Ativos por impostos diferidos	(7 762)	(6 865)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1 877)	0
Défice para perda esperada	(106)	(712)
Proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação	(291)	(345)
Participações nos instrumentos de capital próprios	(62)	(54)
Ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos ³	(147)	0
Participações minoritárias ⁴	0	0
Instrumentos híbridos de capital <i>Tier 1</i>	11 962	16 158
Instrumentos de capital <i>Tier 2</i>	8 016	6 620
Oferta de capital	70 832	81 648
Procura de capital		
Total de requisitos de capital económico	38 442	31 866
Risco de crédito	13 685	12 885
Risco de mercado	17 436	14 852
Risco operacional	10 243	7 598
Risco de negócio	5 931	3 084
Vantagem de diversificação	(8 852)	(6 554)
Ativos intangíveis	10 078	14 951
Procura de capital	48 520	46 817
Rácio de adequação de capital interno	146 %	174 %

¹ Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.

² Relatado como ativos líquidos (ativo menos passivo) de um fundo de pensões definidas, ou seja, aplicável a planos de pensões sobrefinanciados.

³ Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente. Não é tido em consideração um ajustamento positivo.

⁴ Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 146% em 31 de dezembro de 2015 face a 174% em 31 de dezembro de 2014. Esta mudança do rácio deveu-se a uma diminuição na oferta de capital e a uma utilização de capital económico superior. O capital próprio dos acionistas diminuiu 5,7 mil milhões de euros, principalmente devido a imparidades de goodwill. Os instrumentos híbridos de capital Tier 1 diminuíram 4,2 mil milhões de euros, principalmente devido a instrumentos de capital adquiridos. Os instrumentos de capital Tier 2 aumentaram 1,4 mil milhões de euros, principalmente devido à emissão de novos instrumentos. O aumento na procura de capital foi motivado por requisitos de capital económico mais elevados, conforme explicado na secção “Perfil de risco”, parcialmente compensado por uma diminuição nos ativos intangíveis devido a imparidades de goodwill, conforme explicado na secção “Goodwill e outros ativos intangíveis”.

As medidas de adequação de capital descritas acima são aplicáveis ao Grupo consolidado, globalmente (incluindo o Postbank), e são parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital.

Rácio de alavancagem

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Capital e Risco. No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV, estabelecemos um cálculo de rácio de alavancagem de acordo com esse enquadramento.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV revisto (*fully loaded*)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco.

Calculamos a nossa exposição ao rácio de alavancagem numa base *fully loaded*, de acordo com o art. 429.º do CRR segundo o Regulamento Delegado (UE) N.º 2015/62 de 10 de outubro de 2014 publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 17 de janeiro de 2015 como emenda ao Regulamento (UE) N.º 575/2013.

A nossa exposição total ao rácio de alavancagem consiste em derivados de componentes, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando o método regulamentar ao preço de mercado para derivados que compreendam o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. A margem de variação recebida em numerário das contrapartes é deduzida da parte de custos correntes de reposição da medida de exposição a rácio de alavancagem e a margem de variação paga às contrapartes é deduzida da medida de exposição a rácio de alavancagem relacionada com valores a receber reconhecidos como um ativo no balanço, desde que sejam cumpridas determinadas condições. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de um derivado de crédito comprado no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial cumpre os fatores de conversão de risco de crédito (CCF) do método padrão para risco de crédito (0%, 20%, 50% ou 100%), que depende da categoria de risco sujeita a um limite mínimo de 10%.

O outro componente de exposição no balanço (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados e SFT), bem como ajustamentos regulamentares para valores de ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1.

As tabelas seguintes mostram a exposição ao rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem, ambos numa base *fully loaded*.

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1 629	1 709
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	3	(28)
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(263)	(276)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	25	16
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	109	127
Outros ajustamentos	(107)	(103)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1 395	1 445

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015	31.12.2014
Total de exposições a derivados	215	318
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	164	152
Total de exposições extrapatrimoniais	109	127
Outros ativos	924	866
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1 <i>fully loaded</i>	(17)	(19)
Rácio de capital Tier 1 <i>fully loaded</i>	48,7	50,7
Total de exposições	1 395	1 445
Rácio de alavancagem – utilizando uma definição <i>fully loaded</i> de capital Tier 1 (em %)	3,5	3,5

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2015

A 31 de dezembro de 2015, o nosso rácio de alavancagem de acordo com o CRR/CRD IV *fully loaded* era de 3,5%, comparado com 3,5% em 31 de dezembro de 2014, tendo em conta, em 31 de dezembro de 2015, um capital Tier 1 *fully loaded* de 48,7 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1395 mil milhões de euros (50,7 mil milhões de euros e € 1,445 billion em 31 de dezembro de 2014, respetivamente).

Ao longo do ano 2015, a gestão ativa da nossa exposição de alavancagem resultou numa diminuição da exposição ao rácio de alavancagem que totalizou 129 mil milhões de euros, embora esta diminuição tenha sido parcialmente compensada por impactos cambiais de 79 mil milhões de euros, relacionados sobretudo com a valorização do dólar americano em relação ao euro. A diminuição de 50 mil milhões de euros reflete, na sua maioria, reduções nos derivados e transações de financiamento de títulos de 91 mil milhões de euros. As exposições extrapatrimoniais diminuíram 18 mil milhões de euros, sobretudo devido à aplicação da revisão do tratamento EBA de ativos do fundo de pensões de benefícios definidos. Tal foi compensado por aumentos no nosso balanço para caixa e saldos do banco central e saldos interbancários no valor de 26 mil milhões de euros, empréstimos no valor de 22 mil milhões de euros e ativos financeiros disponíveis para venda no valor de 9 mil milhões de euros.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total dos ativos em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 24 em 31 de dezembro de 2015, comparativamente com 23 em 31 de dezembro de 2014.

Para informações sobre os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção Capital regulamentar neste relatório.

Exposição ao risco de crédito

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com a negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto das contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

31.12.2015

em milhões de euros ¹	Exposição máxima ao risco de crédito ²	Aumentos de crédito			
		Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ³	Total de aumentos de crédito
Caixa e saldos do banco central	96 940	0	22	0	22
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 842	0	57	13	70
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22 456	0	22 037	0	22 037
Títulos obtidos por empréstimo	33 557	0	32 031	0	32 031
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ⁴	734 449	409 317	152 858	699	562 874
Ativos detidos para negociação	119 991	0	4 615	519	5 134
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	407 171	69 008	106	476 285
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	98 864	2 146	79 235	74	81 455
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	51 073	2 146	47 664	0	49 811
Títulos obtidos por empréstimo	21 489	0	21 154	0	21 154
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁴	71 368	0	760	0	760
Empréstimos ⁵	432 777	0	207 923	30 188	238 111
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	78 978	58 478	386	365	59 229
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁶	57 325	0	5 730	8 166	13 897
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	174 549	0	6 973	6 275	13 248
Exposição máxima ao risco de crédito	1 715 241	467 795	428 777	45 707	942 279

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado nacional vendido (655 584 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nacional adquirido. Caixa e saldos do banco central principalmente relacionados com reservas de liquidez.

³ A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente.

⁴ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁵ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁶ Os números são refletidos nos valores nacionais.

31.12.2014

em milhões de euros ¹	Exposição máxima ao risco de crédito ²	Aumentos de crédito			
		Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ³	Total de aumentos de crédito
Caixa e saldos do banco central ⁴	74 482	0	7	0	7
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ⁴	9 090	0	53	21	74
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17 796	0	16 988	0	16 988
Títulos obtidos por empréstimo	25 834	0	24 700	0	24 700
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ⁵	862 035	522 373	163 576	1 102	687 051
Ativos detidos para negociação	125 130	0	3 537	533	4 070
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629 958	519 590	76 512	336	596 439
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	106 947	2 782	83 527	233	86 542
dos quais:					
Títulos comprados com acordos de revenda	60 473	2 415	58 058	0	60 473 ⁶
Títulos obtidos por empréstimo	20 404	368	19 955	0	20 323 ⁶
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁵	62 038	0	938	–	938
Empréstimos ⁷	410 825	0	205 376	28 496	233 872
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	85 061	67 009	768	363	68 140
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁸	62 087	0	6 741	8 723	15 464
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁸	154 446	0	5 958	8 582	14 540
Exposição máxima ao risco de crédito	1 763 695	589 381	425 106	47 287	1 061 774

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Não inclui crédito derivado nocional vendido (680.699 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Caixa e saldos do banco central principalmente relacionados com reservas de liquidez.

³ A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente.

⁴ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

⁵ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁶ Os comparativos foram reajustados para incluir a compensação.

⁷ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁸ Os números são refletidos nos valores nocionais.

A diminuição global na exposição máxima ao risco de crédito a 31 de dezembro de 2015 foi motivada predominantemente por uma diminuição de 114,4 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos durante o período, parcialmente compensados por um aumento de 22,5 mil milhões de euros em caixa e saldos do banco central, um aumento de 22,0 mil milhões de euros em empréstimos, um aumento de 20,1 mil milhões de euros em compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos de crédito, bem como por impactos cambiais em vários produtos.

A categoria de ativos detidos para negociação incluía em 31 de dezembro de 2015 obrigações negociadas no valor de 103,2 milhões de euros (107,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), mais de 79% das quais com notação investment-grade (mais de 80% em 31 de dezembro de 2014). Esta categoria de ativos financeiros disponíveis para venda refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 95% dos quais com notação investment-grade (mais de 94% em 31 de dezembro de 2014).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias e derivados de crédito. É adotada uma abordagem prudente às margens de avaliação, o parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e para avaliações especializadas de garantias colaterais, para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

Derivamos a nossa qualidade creditícia de notações internas e agrupamos as nossas exposições nas seguintes classes: Consultar a secção “Medição do risco de crédito” para mais informações sobre as nossas notações internas.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

	31.12.2015						
em milhões de euros ¹	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central	91 154	2 377	1 918	1 311	68	111	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	4 606	5 450	877	957	18	935	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3 607	15 590	1 870	1 234	37	118	22 456
Títulos obtidos por empréstimo	24 306	5 380	1 461	2 361	49	0	33 557
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²	287 102	302 873	65 479	59 148	13 177	6 669	734 449
Ativos detidos para negociação	55 319	14 526	15 837	24 971	5 558	3 780	119 991
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	184 183	271 328	36 100	17 265	4 894	1 824	515 594
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	47 601	17 019	13 543	16 912	2 724	1 065	98 864
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	15 371	10 120	10 053	13 699	968	863	51 073
Títulos obtidos por empréstimo	17 629	3 819	8	33	0	0	21 489
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	59 157	4 519	2 070	3 404	159	219	69 528
Empréstimos ³	52 022	59 376	123 334	136 404	40 348	9 387	420 871
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	1 672	461	878	627	76	397	4 110
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	30 724	26 465	6 924	13 615	941	308	78 978
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁴	6 384	15 464	18 283	10 827	4 668	1 700	57 325
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁴	23 035	46 220	44 603	37 643	21 212	1 834	174 549
Total	582 099	483 714	266 820	266 904	80 678	21 282	1 701 495

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

³ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁴ Os números são refletidos nos valores nominais.

	31.12.2014						
em milhões de euros ¹	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
Caixa e saldos do banco central ²	70 744	1 202	1 694	686	51	105	74 482
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ²	3 651	4 208	547	618	25	40	9 090
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos com- prados com acordos de revenda	854	13 564	1 553	1 414	332	79	17 796
Títulos obtidos por empréstimo	18 705	5 200	1 114	727	88	0	25 834
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ³	312 470	385 335	81 930	58 678	16 094	7 529	862 036
Ativos detidos para negociação	58 014	15 973	18 230	21 767	7 061	4 085	125 130
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	208 057	348 179	46 675	20 062	5 120	1 865	629 958
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	46 399	21 183	17 025	16 848	3 914	1 578	106 947
dos quais:							
Títulos comprados com acordos de revenda	17 213	13 820	12 432	14 219	1 529	1 259	60 473
Títulos obtidos por empréstimo	17 110	3 266	20	7	0	0	20 404
Ativos financeiros disponíveis para venda ^{3,4}	50 810	3 375	1 782	3 958	194	1 719	61 838
Empréstimos ⁵	47 554	56 865	112 106	130 438	39 181	10 313	396 458
dos quais:							
Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	2 109	1 353	1 408	1 051	685	274	6 880
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	13 538	48 714	7 049	13 927	1 105	728	85 061
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁶	6 281	17 696	20 190	11 640	4 929	1 352	62 087
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁶	22 938	39 336	40 145	31 492	18 924	1 612	154 446
Total	547 546	575 494	268 110	253 577	80 924	23 477	1 749 129

¹ Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

² Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

³ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.

⁴ Inclui instrumentos vencidos com vista a assegurar a consistência com a secção "Qualidade dos ativos" do presente relatório.

⁵ Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.

⁶ Os números são refletidos nos valores nacionais.

A diminuição global do total de exposição ao crédito de 47,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 deve-se, principalmente, a uma diminuição dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos em categorias de notação investment-grade e, sobretudo, na categoria iA, parcialmente compensado pelos impactos cambiais em vários produtos.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

Os "empréstimos" são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.

Os "compromissos de crédito irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.

Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações).

Os "derivados OTC" são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.

Os "empréstimos negociados" são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.

As "obrigações negociadas" incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.

Os "títulos de dívida disponíveis para venda" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenham sido classificados como disponíveis para venda.

Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de recompra inversa, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas antes da aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber, posições de titularização tradicionais, bem como investimentos em ações.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

									31.12.2015
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Corporate Banking & Securities	79 610	134 514	4 629	44 862	14 815	89 136	45 494	111 276	524 337
Private & Business Clients	218 451	11 174	1 662	501	0	1	17 146	7 132	256 067
Global Transaction Banking	76 125	20 410	47 699	692	266	28	168	10 149	155 537
Deutsche Asset & Wealth Management	45 135	6 071	2 477	372	10	7 112	3 441	5	64 623
Non-Core Operations Unit	13 321	1 642	784	2 625	368	6 934	1 932	14	27 620
Consolidation & Adjustments	135	738	74	0	0	0	85	0	1 031
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €8,2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Corporate Banking & Securities	61 820	119 995	4 865	43 407	14 865	92 272	34 411	112 605	484 239
Private & Business Clients	214 688	11 687	1 735	464	0	2	16 665	8 714	253 955
Global Transaction Banking	77 334	17 121	51 663	595	614	87	184	3 159	150 758
Deutsche Asset & Wealth Management	38 676	4 158	2 681	839	12	7 940	3 403	11	57 719
Non-Core Operations Unit	18 049	954	1 072	1 760	1 163	7 509	4 358	17	34 883
Consolidation & Adjustments	258	530	71	13	0	(0)	111	0	983
Total	410 825	154 446	62 087	47 078	16 654	107 808	59 132	124 507	982 537

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €9,3 billion em 31 de dezembro de 2014.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A nossa principal exposição ao crédito aumentou 46,7 mil milhões de euros.

De uma perspetiva de divisão, a CB&S aumentou 40,1 mil milhões de euros, a Deutsche AWM aumentou 6,9 mil milhões de euros e a GTB aumentou 4,8 mil milhões de euros. A NCOU atingiu uma redução gerida de 7,3 mil milhões de euros

De uma perspetiva de produto, observaram-se fortes aumentos da exposição para empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis e títulos de dívida disponíveis para venda. Reduções da exposição foram observadas para passivos contingentes e obrigações negociadas.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

									31.12.2015
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Intermediação financeira	56 665	33 194	11 717	26 539	3 815	24 761	23 772	124 340	304 804
Atividades de gestão de fundos	24 839	8 935	381	1 601	118	2 303	461	237	38 875
Indústria	26 800	40 930	17 192	2 885	1 500	2 341	314	0	91 963
Comércio grossista e de retalho	16 719	12 544	5 424	1 038	499	564	95	1	36 884
Famílias	200 817	11 638	2 013	719	128	0	0	34	215 350
Atividades imobiliárias comerciais ⁵	42 792	5 835	681	1 812	3 429	738	205	40	55 533
Setor público	17 050	2 450	280	6 170	491	55 774	39 085	2 242	123 543
Outros	47 094 ⁶	59 023	19 636	8 289	5 478	16 731	4 333	1 680	162 263
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €8.2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

⁵ As atividades imobiliárias comerciais baseiam-se na classificação do setor da contraparte, independentemente da divisão a que são atribuídas.

⁶ As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

									31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Intermediação financeira ⁵	59 580	30 481	13 698	21 309	4 421	26 784	21 668	122 155	300 097
Atividades de gestão de fundos ⁵	12 145	6 696	507	3 065	149	2 966	349	49	25 925
Indústria transformadora ⁵	25 633	40 607	18 137	2 292	1 604	2 312	204	–	90 788
Comércio grossista e de retalho ⁵	15 781	11 937	6 080	1 156	865	839	94	–	36 752
Famílias ⁵	197 853	11 082	1 864	739	183	2	0	35	211 758
Atividades imobiliárias comerciais ^{5,6}	35 743	3 875	705	2 054	3 129	606	74	576	46 762
Setor público ⁵	18 051	1 753	216	7 346	651	56 217	32 105	716	117 056
Outros ⁵	46 037 ⁷	48 015	20 880	9 116	5 654	18 083	4 638	975	153 399
Total	410 825	154 446	62 087	47 078	16 654	107 808	59 132	124 507	982 537

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €9.3 billion em 31 de dezembro de 2014.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

⁵ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

⁶ As atividades imobiliárias comerciais baseiam-se na classificação do setor da contraparte, independentemente da unidade de negócio a que são atribuídas.

⁷ As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

A tabela seguinte fornece uma visão geral da nossa exposição ao crédito por setor; a afetação teve por base o código NACE da contraparte com quem temos relações comerciais.

Do ponto de vista da indústria, a nossa exposição ao crédito é superior, em comparação com o ano passado, devido sobretudo a um aumento nas atividades de gestão de fundos de 13,0 mil milhões de euros e nas atividades imobiliárias comerciais de 8,8 mil milhões de euros, motivado por uma maior exposição a empréstimos, bem como a aumentos na categoria Outros de 8,9 mil milhões de euros, atribuíveis, na sua maioria, a compromissos de crédito irrevogáveis.

As exposições a empréstimos nos setores de intermediação financeira, indústria transformadora e setor público incluem predominantemente empréstimos com notação investment-grade. A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos “Princípios de gestão do risco de crédito”, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicância, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição a empréstimos a famílias no valor de 200,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 (197,9 mil milhões de euros em dezembro de 2014) está principalmente associada à nossa carteira da PBC. As hipotecas correspondem a 155,5 mil milhões de euros (78%) da carteira, dos quais 120,0 mil milhões de euros são detidos na Alemanha. As restantes exposições (45,3 mil milhões de euros, 22%) estão predominantemente relacionadas com a área de negócio de financiamento ao consumo. Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor do imóvel. O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família). As taxas de juro são, na sua maioria, fixadas por um certo período de tempo, especialmente na Alemanha. Os empréstimos de second lien não são ativamente explorados.

O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. O risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. Uma vez que não dispõem de garantias colaterais, em comparação com as hipotecas são de valor inferior e estendem-se por períodos mais curtos. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na carteira diversificada (clientes/propriedades) e nos baixos rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (loan-to-value, LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco e a de financiamento ao consumo como sendo de médio risco.

Os nossos créditos imobiliários comerciais são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente e seguem os requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” acima referidos (isto é, notação seguida de aprovação de crédito com base em poderes de crédito atribuídos) e estão sujeitos a orientações adicionais em matéria de subscrição e de política, tais como rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Além disso, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos pela nossa equipa de avaliação (que integra a Função de gestão do risco de crédito, independente). A nossa equipa de avaliação é responsável por analisar regularmente de forma crítica os valores imobiliários relatados.

Excluindo exposições transferidas para a NCOU, o grupo de imóveis comerciais só em casos excepcionais retém exposições intermédias (mezzanine) (apesar de subscrevermos empréstimos mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior, embora a carteira do Postbank detenha uma subcarteira não significativa de tranches júnior. Os empréstimos gerados por operações de titularização são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado, está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de capital aberto (geralmente com grau de investimento). Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nominais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de 47,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 (46,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014), diz respeito a vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 5% do total de empréstimos.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 7% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2015, em comparação com 7% em 31 de dezembro de 2014. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A nossa exposição ao crédito para cada uma das indústrias em destaque “Petróleo e Gás”, “Metais, Minérios e Aço” e “Transporte marítimo” é inferior a 2% da nossa exposição ao crédito total.

A nossa exposição ao crédito para a indústria “Petróleo e Gás” é de cerca de 16 mil milhões de euros, dos quais 5 mil milhões de euros correspondem a créditos brutos e 8 mil milhões de euros correspondem a compromissos de crédito irrevogáveis. Cerca de 60% da nossa exposição ao crédito é para mutuários de notação investment-grade, sobretudo nos segmentos mais resilientes das principais empresas de Petróleo e Gás nacionais. Menos de 20% da nossa carteira de crédito “Petróleo e Gás” é para os setores que consideramos de maior risco e mais afetados pelo baixo preço do petróleo, nomeadamente, os segmentos sub-investment-grade Exploração e Produção (predominantemente prioritários garantidos) e Serviços e Equipamento Petrolífero e de Gás.

A nossa exposição ao crédito para a carteira “Metais, Minérios e Aço” é de cerca de 10 mil milhões de euros, dos quais 5 mil milhões de euros correspondem a créditos brutos e 3 mil milhões de euros correspondem a compromissos de crédito irrevogáveis. Esta carteira tem uma qualidade inferior comparada com a nossa carteira de crédito a empresas global e tem um rácio de investment-grade de apenas 35%. De acordo com a estrutura da indústria, uma parte significativa da nossa carteira corresponde a países com mercados emergentes. A nossa estratégia consiste em reduzir esta carteira de crédito devido a riscos elevados desta indústria, nomeadamente, a oferta excessiva de materiais com resultante pressão nos preços e margens.

A nossa exposição de crédito relativamente a Transporte marítimo totaliza cerca de 7 mil milhões de euros, dos quais 6 mil milhões de euros correspondem a créditos brutos e é em grande parte garantida. A carteira é diversificada nos tipos de embarcações com riscos globais associados devido a rendimentos de negociação diversificados embora as contrapartes sejam domiciliadas sobretudo na Europa. Uma elevada proporção da carteira possui notação sub-investment-grade em reflexo das prolongadas condições de mercado desafiantes nos últimos anos. A exposição ao setor “KG” alemão (financiamento sem recurso de embarcações através de fundos de investimento fechados) é inferior a 10% da exposição total a Transporte marítimo.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

	31.12.2015								
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Alemanha	203 387	23 621	11 663	3 044	530	5 065	20 080	6 568	273 957
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	100 414	42 700	17 525	21 156	3 237	21 463	37 684	30 240	274 420
dos quais:									
França	2 335	5 904	1 535	1 015	279	3 445	6 875	3 514	24 901
Luxemburgo	19 890	3 140	648	1 629	481	1 746	9 937	318	37 790
Países Baixos	10 405	5 851	2 348	3 498	297	2 508	6 243	456	31 606
Reino Unido	8 828	9 880	1 608	6 161	508	4 614	4 762	16 352	52 713
Europa Oriental	10 319	1 946	1 650	450	1 409	2 738	244	55	18 811
dos quais:									
Polónia	7 434	705	281	50	0	1 640	85	0	10 195
Rússia	1 295	533	583	42	953	113	0	1	3 520
América do Norte	72 008	96 310	14 154	14 468	6 784	50 842	7 890	74 061	336 517
dos quais:									
Canadá	1 481	2 391	590	1 764	54	1 016	659	1 676	9 631
Ilhas Caimão	2 882	1 931	91	919	149	1 724	62	12 459	20 216
EUA	60 991	90 773	12 966	11 367	6 146	47 786	7 158	58 496	295 683
América Central e América do Sul	6 506	1 111	1 218	1 706	731	2 345	25	1 240	14 883
dos quais:									
Brasil	2 267	344	587	458	53	1 191	4	526	5 430
México	731	102	91	331	107	363	19	378	2 121
Ásia e Pacífico	37 202	7 685	10 321	7 901	2 201	20 372	2 075	14 794	102 551
dos quais:									
China	5 646	1 005	954	571	32	976	0	964	10 149
Japão	848	336	357	1 348	41	3 930	22	5 556	12 438
Coreia do Sul	2 158	16	919	1 000	0	1 359	8	0	5 460
África	2 123	501	537	300	227	324	100	351	4 464
Outros	817	674	258	29	340	62	166	1 266	3 612
Total	432 777	174 549	57 325	49 053	15 459	103 212	68 266	128 575	1 029 215

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €8,2 billion em 31 de dezembro de 2015.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

									31.12.2014
em milhões de euros	Empréstimos ¹	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponível para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁴	Total
Alemanha	202 658	26 176	14 356	3 250	1 206	6 679	16 339	13 533	284 198
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	94 386	36 781	18 984	18 190	3 295	21 516	33 683	23 935	250 771
dos quais:									
França	2 674	6 053	2 434	936	423	3 684	5 346	3 656	25 207
Luxemburgo	14 156	3 835	754	1 766	552	2 028	6 240	190	29 522
Países Baixos	10 630	5 548	2 548	5 257	436	2 726	7 751	348	35 244
Reino Unido	7 878	9 118	1 911	1 058	586	4 530	5 141	13 607	43 828
Europa Oriental	10 524	1 755	2 136	927	1 542	2 494	561	243	20 183
dos quais:									
Polónia	7 055	651	315	74	–	1 353	64	–	9 511
Rússia	2 068	524	693	205	1 081	238	–	39	4 848
América do Norte	55 540	83 400	14 291	14 338	7 531	52 898	5 736	71 306	305 040
dos quais:									
Canadá	880	2 237	932	1 087	240	1 309	278	1 325	8 287
Ilhas Caimão	2 571	1 982	61	542	322	2 256	124	12 660	20 519
EUA	45 899	77 960	12 881	12 614	6 725	48 669	5 323	56 630	266 702
América Central e América do Sul	5 071	777	1 445	1 350	604	2 936	24	1 151	13 358
dos quais:									
Brasil	1 787	210	781	241	175	1 558	–	656	5 409
México	363	90	51	447	199	450	19	301	1 919
Ásia e Pacífico	40 081	4 774	10 062	8 643	2 226	20 677	2 467	13 818	102 747
dos quais:									
China	9 372	331	950	523	180	1 698	–	1 320	14 373
Japão	866	489	397	3 398	173	2 371	90	4 250	12 032
Coreia do Sul	2 069	11	1 095	591	0	842	–	342	4 949
África	1 924	627	805	351	124	541	49	520	4 941
Outros	640	156	7	29	126	67	273	–	1 297
Total	410 825	154 446	62 087	47 078	16 654	107 808	59 132	124 507	982 537

¹ Inclui empréstimos em imparidade no montante de €9.3 billion em 31 de dezembro de 2014.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.

⁴ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos obtidos por empréstimo.

A tabela supra confere uma visão geral da nossa exposição ao crédito por região geográfica, atribuída com base no país de domicílio da contraparte; consultar também a secção "Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro" deste relatório para uma discussão detalhada da "perspetiva por país de domicílio".

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em Famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário.

No âmbito do negócio de derivativos OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte. Do ponto de vista da indústria, as exposições de derivativos OTC, bem como acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra têm uma parcela significativa em empresas de intermediação financeira com elevada notação. Em ativos negociáveis, uma grande percentagem de exposição é também em empresas do setor público.

Em 31 de dezembro de 2015, a nossa carteira de empréstimos aumentou para 432,8 mil milhões de euros (versus 410,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014) principalmente na América do Norte e Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) com empresas de gestão de fundos e imóveis comerciais a registar os maiores aumentos. O aumento em empréstimos no Luxemburgo deve-se à reestruturação de garantias relacionadas com ETF na CB&S, que envolveu a substituição da nossa exposição a títulos físicos participando em swaps de retorno total integralmente financiados. O aumento em compromissos de crédito irrevogáveis (20,1 mil milhões de euros) deu-se sobretudo no setor da indústria Outros principalmente na América do Norte e Europa Ocidental (excluindo a Alemanha). A exposição de crédito à Rússia diminuiu 1,3 mil milhões de euros para 3,5 mil milhões de euros como resultado de uma diminuição do risco bem-sucedida. A exposição a risco de crédito da Ucrânia é relativamente pequena, com 404 milhões de euros.

A nossa carteira na China, de 10,1 mil milhões de euros, está concentrada no financiamento ao comércio e negócio de mercados de fluxo com instituições financeiras locais sistemicamente importantes, empresas particulares e estatais financeiramente fortes e subsidiárias de empresas multinacionais. A estrutura de diferentes maturidades da nossa carteira é na sua maioria de curto prazo.

O Brasil é a nossa maior carteira de crédito na América Latina com 5,4 mil milhões de euros de exposição. O principal foco desta carteira centra-se nas maiores instituições financeiras e empresas com notação investment-grade. A carteira de empresas é diversificada nas diferentes indústrias. A estrutura de diferentes maturidades da nossa carteira é também, na sua maioria, de curto prazo.

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Nas tabelas seguintes são apresentados determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano. Este risco acrescido deve-se a uma série de fatores que afetam a entidade soberana associada, incluindo elevados níveis de dívida pública e/ou défice, acesso limitado aos mercados de capitais, proximidade da data de vencimento da dívida, indicadores económicos desfavoráveis e perspectivas económicas desfavoráveis (incluindo reduzido crescimento do produto interno bruto, competitividade fraca, desemprego elevado e incerteza política). Os indicadores fundamentais melhoraram em certa medida, verificando-se uma estabilização das perspectivas de crescimento na maioria destas economias, uma melhoria da competitividade e uma redução dos desequilíbrios externos (isto é, dos défices da balança de transações correntes). O processo de ajustamento foi apoiado pelo programa Outright Monetary Transactions (OMT) do BCE e pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que proporcionaram uma proteção credível (ainda que não testada). O programa de menor restritividade quantitativa (QE) ajudou também a diminuir os custos de financiamento na área do euro. A eficácia destas medidas ajudou a limitar o contágio a outros mercados de obrigações da área do euro apesar da crescente incerteza sobre o futuro do programa da Grécia na primeira metade do ano, após a vitória do Syriza nas eleições de janeiro de 2015.

Na apresentação da nossa exposição a determinados países da área do euro, aplicamos os dois conceitos seguintes:

Na nossa "perspetiva de gestão do risco", consideramos o domicílio da empresa-mãe do Grupo, refletindo assim o princípio do devedor único. Todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidadas sob um devedor. Este grupo de mutuários é habitualmente afetado ao país de domicílio da respetiva empresa-mãe. Por exemplo, um empréstimo concedido a uma contraparte em Espanha é um risco espanhol por via do domicílio mas é considerado um risco alemão na perspetiva de gestão do risco se a respetiva contraparte estiver ligada a uma empresa-mãe domiciliada na Alemanha por virtude do referido princípio do devedor único. Nesta perspetiva de gestão do risco, também consideramos a compensação de derivados e as exposições presentes líquidas de coberturas e de garantias. As avaliações das garantias seguem a mesma abordagem e princípios rigorosos descritos em separado. De igual modo, na nossa gestão do risco, classificamos a exposição a entidades com finalidade especial com base no domicílio dos ativos subjacentes, por oposição ao domicílio das entidades de finalidade especial. Os produtos estruturados regem-se ainda por aspetos adicionais. Se, por exemplo, uma nota estruturada for emitida por uma entidade de finalidade especial na Irlanda, será considerada um risco irlandês numa "perspetiva por país de domicílio", mas se os ativos subjacentes que garantem colateralmente a nota estruturada forem créditos hipotecários alemães, a exposição será incluída como risco alemão na "perspetiva de gestão do risco".

Na nossa "perspetiva por país de domicílio", agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de *swaps* de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

Exposição líquida ao risco de crédito de determinados países da área do euro – Perspetiva de gestão do risco

em milhões de euros	31.12.2015	31 dez 2014 ¹
Grécia	473	416
Irlanda	2 809	1 398
Itália	13 269	14 920
Portugal	729	1 002
Espanha	8 884	8 273
Total	26 164	26 009

¹ Os valores do ano anterior foram ajustados pela exposição de 0,8 mil milhões de euros com a Irlanda e a Itália a contrapartes de titularização e imobiliário erradamente excluídas em 31 de dezembro de 2014.

A exposição líquida ao risco de crédito registou uma ligeira subida de 0,2 mil milhões de euros desde o fim de 2014. Tal deveu-se principalmente a aumentos na carteira de titularização da Irlanda e na exposição de liquidez de curto prazo da Espanha, em parte compensados pela diminuição na Itália e em Portugal motivado em grande maioria por posições de crédito negociadas inferiores. A exposição da Grécia subiu marginalmente, motivada por reavaliações colaterais de embarcações e pelo fortalecimento do dólar americano, excluindo a carteira de Transporte marítimo denominada em dólares americanos, de 0,3 mil milhões de euros; a restante exposição mantém-se em 0,1 mil milhões de euros e continua a ser monitorizada de perto.

A nossa exposição supramencionada deve-se principalmente a carteiras de retalho diversificadas de baixo risco e a pequenas e médias empresas em Itália e em Espanha, bem como a clientes empresariais mais fortes e à diversificação de clientes de médias empresas. A nossa exposição a instituições financeiras é direcionada predominantemente para bancos de maior dimensão em Espanha e em Itália, normalmente garantida. A exposição soberana está num nível que consideramos administrável.

As tabelas seguintes, que se baseiam na perspetiva por país de domicílio, apresentam a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada e a nossa exposição líquida a estes países da área do euro. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível da carteira de retalho, mas também das instituições financeiras predominantemente baseadas em mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda a provisão para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, incluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não permite, por exemplo, uma apresentação teórica desagregada significativa por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

em milhões de euros	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total ¹	
	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Grécia												
Bruto	0	100	732	716	1 539	1 167	7	6	0	34	2 277	2 022
Não utilizada	0	0	23	20	118	63	0	1	0	0	142	84
Líquido	0	89	237	107	95	125	1	2	0	34	333	357
Irlanda												
Bruto	459	553	998	1 100	8 752	8 230	35	39	4 361 ³	2 350 ³	14 605	12 273
Não utilizada	0	0	23	48	2 568	2 206	0	0	393 ³	476 ³	2 984	2 730
Líquido	28	(21)	528	524	5 327	5 103	5	5	4 347 ³	2 350 ³	10 235	7 960
Itália												
Bruto	4 048	4 673	2 421	5 736	10 642	8 509	17 841	19 310	470	1 310	35 421	39 537
Não utilizada	25	0	73	952	4 622	3 061	148	179	24	28	4 892	4 220
Líquido	507	244	754	3 431	7 093	5 897	6 989	6 749	448	1 229	15 792	17 551
Portugal												
Bruto	112	(5)	260	404	1 509	1 052	1 743	2 023	59	205	3 684	3 679
Não utilizada	0	0	22	37	210	121	25	30	0	0	258	189
Líquido	64	(76)	181	357	1 111	503	202	220	59	205	1 616	1 209
Espanha												
Bruto	729	696	1 292	2 465	9 350	9 332	9 928	10 580	257	839	21 556	23 911
Não utilizada	0	0	203	738	4 235	3 819	298	476	14	15	4 750	5 048
Líquido	757	275	516	2 084	6 838	6 828 ⁴	1 872	1 890	476	790	10 458	11 867 ⁴
Total bruta	5 348	6 018	5 703	10 421	31 792	28 290	29 553	31 958	5 147	4 736	77 544	81 423
Total – não utilizada	25	0	344	1 795	11 754	9 271	472	687	431	519	13 026	12 272
Total líquido⁵	1 356	511	2 216	6 503	20 463	18 457⁴	9 069	8 866	5 330	4 608	38 434	38 944⁴

¹ Cerca de 63% da exposição total alcançará a maturidade nos próximos 5 anos.

² Os comparativos de acordo com o Relatório financeiro de 2014 foram reajustados para baixo em 107 milhões de euros de exposição bruta e 101 milhões de euros de exposição líquida de modo a excluir compromissos de crédito revogáveis de acordo com outras exposições de crédito divulgadas neste relatório.

³ Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.

⁴ Diminuição de garantias de créditos imobiliários comerciais de 4 milhões de euros em comparação com a Demonstração financeira em setembro de 2015 devido a ajustamentos de avaliação na carteira do Postbank.

⁵ A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 159 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de 300 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

A exposição total líquida aos países da área do euro acima selecionados registou um decréscimo de 510 milhões de euros em 2015, devido em larga medida a reduções na exposição à Itália e à Espanha, parcialmente compensada por um aumento da exposição na Irlanda e em Portugal.

Risco de crédito líquido agregado de determinados países da área do euro por tipo de instrumento financeiro

em milhões de euros	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado			Ativos financeiros medidos ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31.12.2015
	Empréstimos antes de provisões para perdas de crédito	Empréstimos após provisões para perdas de crédito	Outros ¹	Ativos financeiros disponíveis para venda ²	Derivados	Outros	Total ³
	Grécia	139	104	177	0	54	28
Irlanda	3 616	3 615	2 845	852	988	2 092	10 392
Itália	11 249	10 298	4 094	671	3 433	1 480	19 976
Portugal	604	545	392	12	39	776	1 763
Espanha	5 205	4 598	3 355	198	335	1 539	10 025
Total	20 813	19 160	10 863	1 733	4 849	5 915	42 520

¹ Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.

² Exclui ações e outros interesses de capital.

³ Depois de provisões para perdas com empréstimos.

em milhões de euros	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado			Ativos financeiros medidos ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31.12.2014
	Empréstimos antes de provisões para perdas de crédito ¹	Empréstimos após provisões para perdas de crédito ¹	Outros ^{1,2}	Ativos financeiros disponíveis para venda ³	Derivados	Outros	Total ^{1,4}
	Grécia	191	172	92	0	85	28
Irlanda	2 049	2 016	2 706	481	843	1 728	7 775
Itália	10 764	9 753	3 791	672	4 071	3 085	21 372
Portugal	638	587	306	20	36	558	1 506
Espanha	5 617 ⁵	4 978 ⁵	3 635	231	510	2 015	11 369 ⁵
Total	19 259⁵	17 506⁵	10 530	1 404	5 545	7 414	42 399⁵

¹ Os comparativos de acordo com o Relatório financeiro de 2014 foram reajustados para baixo em 101 milhões de euros de modo a excluir compromissos de crédito revogáveis de acordo com outras exposições de crédito divulgadas neste relatório.

² Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.

³ Exclui ações e outros interesses de capital.

⁴ Depois de provisões para perdas com empréstimos.

⁵ Diminuição de garantias de créditos imobiliários comerciais de 4 milhões de euros em comparação com a Demonstração financeira em setembro de 2015 devido a ajustamentos de avaliação na carteira do Postbank.

As tabelas acima excluem a exposição a derivados de crédito, que é relatada separadamente na tabela seguinte. Na nossa exposição a derivados de crédito nestes países da área do euro, apresentamos os valores nominais da proteção vendida e da proteção comprada em termos brutos, bem como a resultante posição nominal líquida e o seu justo valor.

Exposição a derivados de crédito com ativos subjacentes domiciliados em determinados países da área do euro

em milhões de euros	Proteção			Valores nominais	31.12.2015
	vendida	comprada	Proteção líquida vendida/(comprada)	Proteção líquida vendida/(comprada)	Justo valor líquido
Grécia	1 144	(1 174)	(31)	(31)	(2)
Irlanda	3 332	(3 489)	(157)	(157)	4
Itália	44 132	(48 316)	(4 184)	(4 184)	(35)
Portugal	4 497	(4 645)	(147)	(147)	23
Espanha	18 489	(18 056)	433	433	(2)
Total	71 594	(75 680)	(4 086)	(4 086)	(13)

em milhões de euros	Proteção			Valores nominais	31.12.2014
	vendida	comprada	Proteção líquida vendida/(comprada)	Proteção líquida vendida/(comprada)	Justo valor líquido
Grécia	901	(921)	(20)	(20)	2
Irlanda	4 344	(4 158)	186	186	4
Itália	41 433	(45 253)	(3 821)	(3 821)	156
Portugal	5 876	(6 173)	(297)	(297)	6
Espanha	18 061	(17 563)	498	498	10
Total	70 614	(74 068)	(3 454)	(3 454)	177

Em sintonia com a prática corrente no setor, utilizamos *swaps* de risco de incumprimento (CDS) como um instrumento importante de gestão do risco de crédito, com o objetivo de evitar uma concentração excessiva na carteira de crédito. Os contratos de *swaps* de risco de incumprimento (CDS) são regidos pela documentação padrão ISDA, que define eventos de ativação que resultam em pagamentos de liquidação. Entre os exemplos desses ativadores incluem-se a falência da entidade de referência, a falha da entidade de referência em cumprir obrigações contratuais (isto é, juros ou reembolso de capital) e a reestruturação da dívida da entidade de referência. Estes ativadores também se aplicam aos contratos de proteção de incumprimento de crédito vendidos. A nossa proteção de *swaps* de risco de incumprimento adquirida que atua como fator de redução do risco, é predominantemente emitida por instituições financeiras com notação elevada regidas por acordos de garantia. Embora nos concentremos claramente em risco líquido, incluindo cobertura/garantia, também analisamos as nossas posições brutas antes da cobertura de qualquer *swap* de risco de incumprimento (CDS), refletindo o risco potencial de um evento de ativação de um *swap* de risco de incumprimento (CDS) não ocorrer como esperado.

As exposições, acima referidas, associadas a estes países são geridas e monitorizadas utilizando o processo de gestão do crédito descrito na secção sobre "Gestão de risco de crédito" deste Relatório de Risco, que inclui noções pormenorizadas das contrapartes, a monitorização contínua das contrapartes, bem como a nossa estrutura de gestão do risco de concentração, tal como documentado nas secções sobre "Risco de país" e "Risco setorial" descritas anteriormente. Esta estrutura é complementada por relatórios de gestão regulares, incluindo análises direcionadas das carteiras destes países e iniciativas de redução do risco das carteiras.

Para fins de proteção ao crédito tentamos evitar desfasamentos entre maturidades. No entanto, tal depende da disponibilidade dos instrumentos de cobertura necessários no mercado. Nos casos em que não é possível evitar diferenças de maturidade, estas posições são rigidamente controladas. Levamos em conta as sensibilidades dos instrumentos de cobertura e do ativo subjacente para neutralizar o desfasamento de maturidades.

O nosso quadro de governação destina-se a permitir uma preparação e gestão adequadas de eventos relacionados com a crise do euro em termos de medidas de redução do risco e de contingência operacional que consideramos terem sido eficazes aquando da escalada das tensões em Chipre, com uma estreita cooperação entre as funções de risco, jurídicas, das áreas de negócios e outras funções da infraestrutura para promover respostas operacionais e estratégicas consistentes de todo o Banco.

Em termos globais, gerimos as nossas exposições a determinados países da área do euro desde as fases iniciais da crise da dívida e estamos convictos que a nossa carteira de crédito está bem posicionada na sequência da tomada de medidas precoces de redução do risco centradas no risco soberano e nas contrapartes mais frágeis.

Exposição a risco de crédito soberanos de determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

em milhões de euros	31.12.2015				31.12.2014			
	Exposição soberana direta ¹	Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS ²	Exposição soberana direta ¹	Valor nominal líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS ²
Grécia	0	0	0	0	100	(11)	89	1
Irlanda	55	(28)	28	1	(26)	4	(21)	2
Itália	3 989	(3 482)	507	36	4 600	(4 356)	244	133
Portugal	112	(48)	64	(9)	(5)	(71)	(76)	2
Espanha	725	32	757	(12)	688	(413)	275	1
Total	4 881	(3 526)	1 356	17	5 358	(4 848)	511	139

¹ Inclui dívida soberana classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado.

² Os valores refletem o justo valor líquido em relação aos *swaps* de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo, representando o risco de crédito de contraparte.

O aumento de 845 milhões de euros em exposição soberana líquida face ao exercício de 2014 reflete principalmente movimentos de *swaps* de risco de incumprimento, posições de derivados e títulos de dívida. O movimento na nossa exposição soberana líquida é impulsionado principalmente por um aumento significativo na exposição italiana e espanhola, que reflete sobretudo alterações de exposição em *swaps* de risco de incumprimento, títulos de dívida para negociação e valores de mercado positivos de derivados.

A supra representada exposição soberana direta incluiu o valor contabilístico dos empréstimos detidos ao custo amortizado concedidos a governos soberanos, o qual totalizou, em 31 de dezembro de 2015, 273 milhões de euros no caso de Itália e 478 milhões de euros no caso de Espanha, sendo os montantes respetivos em 31 de dezembro de 2014 de 279 milhões de euros no caso de Itália e de 580 milhões de euros no caso de Espanha.

Justo valor da exposição ao risco de crédito soberano em determinados países da área do euro, classificado como ativos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida) ¹	Justo valor total das exposições soberanas	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida) ¹	Justo valor total das exposições soberanas
Grécia	0	0	0	20	80	100
Irlanda	60	(4)	55	(22)	0	(22)
Itália	516 ²	3 104	3 620	385 ²	3 459	3 844
Portugal	(111)	(1)	(112)	(8)	0	(8)
Espanha	232	15	247	66	20	86
Total	697	3 114	3 811	441	3 559	4 000

¹ Inclui o impacto de acordos-tipo de compensação e de garantia colateral.

² Posição da dívida soberana longa em Itália predominantemente relacionada com transações estruturadas com correspondente compensação de derivados de crédito.

Exposição ao risco de crédito soberano de determinados países da zona euro classificados como ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)
Grécia	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0	0	0
Itália	72	72	0	77	81	0
Portugal	4	4	0	4	4	0
Espanha	0	0	0	0	0	0
Total	76	76	0	81	85	0

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito em duas grandes categorias: exposição ao crédito ao consumo e exposição ao crédito a empresas.

A nossa exposição ao crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de retalho.

A nossa exposição ao crédito a empresas é composta por todas as exposições não definidas como exposições ao crédito ao consumo.

Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar a secção "Medição do risco de crédito".

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros

(exceto se indicado em contrário)

31.12.2015

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹		Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	> 0,00	0,04	50 712	23 035	6 384	22 753	59 157	162 042
iA	> 0,04	0,11	49 197	46 220	15 464	10 998	4 515	126 394
iBBB	> 0,11	0,5	62 044	44 603	18 283	7 871	1 911	134 711
iBB	> 0,5	2,27	51 454	37 643	10 827	5 358	2 621	107 904
iB	> 2,27	10,22	20 610	21 212	4 668	1 558	57	48 105
iCCC e inferior	> 10,22	100	9 853	1 834	1 700	515	4	13 906
Total			243 871	174 548	57 325	49 053	68 266	593 063

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

em milhões de euros

(exceto se indicado em contrário)

31.12.2014

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹		Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis ²	Passivos contingentes	Derivados OTC ³	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	> 0,00	0,04	46 493	22 938	6 281	23 068	50 808	149 589
iA	> 0,04	0,11	44 799	39 336	17 696	9 469	3 371	114 670
iBBB	> 0,11	0,5	54 167	40 145	20 190	7 810	1 746	124 057
iBB	> 0,5	2,27	50 183	31 492	11 640	3 926	3 140	100 380
iB	> 2,27	10,22	19 359	18 924	4 929	2 253	17	45 482
iCCC e inferior	> 10,22	100	9 417	1 612	1 352	552	50	12 983
Total			224 418	154 446	62 087	47 078	59 132	547 161

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

² Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

³ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

A tabela acima apresenta um aumento global na nossa exposição ao crédito a empresas em 2015 de 45,9 mil milhões de euros (8,4%). O aumento em compromissos de crédito irrevogáveis (20,1 mil milhões de euros) é atribuível sobretudo à América do Norte e Europa Ocidental (excluindo Alemanha). Os empréstimos aumentaram 19,5 mil milhões de euros, devido principalmente à América do Norte e Europa Ocidental (excluindo Alemanha) estando mais de metade do aumento relacionado com movimentos das taxas de variações cambiais. Isto inclui um aumento significativo de 16,5 mil milhões de euros na banda de notação *investment-grade*, impulsionada principalmente pela reestruturação de garantias relacionada com a área de negócio ETF na CB&S. Os títulos de dívida disponíveis para venda aumentaram 9,1 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento em títulos com elevada liquidez detidos na reserva de liquidez estratégica do Grupo. Estes aumentos resultam da otimização contínua das nossas reservas de liquidez. O aumento em títulos de dívida disponíveis para venda está quase exclusivamente relacionado com a banda de notação superior. A qualidade da exposição ao crédito a empresas antes da redução do risco de crédito manteve-se estável com 71% das exposições com classificação *investment-grade* face a 31 de dezembro de 2014.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito a empresas e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas seguintes apresentam a evolução da nossa exposição ao crédito a empresas, líquida de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros

(exceto se indicado em contrário)

31 dez 2015¹

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	> 0,00 0,04	37 450	20 567	4 963	14 844	59 157	136 982
iA	> 0,04 0,11	31 446	42 466	13 256	7 983	4 515	99 666
iBBB	> 0,11 0,5	31 706	41 190	15 230	6 848	1 911	96 885
iBB	> 0,5 2,27	23 865	35 173	6 811	4 139	2 621	72 609
iB	> 2,27 10,22	8 698	20 309	2 411	1 516	57	32 990
iCCC e inferior	> 10,22 100	4 532	1 670	759	514	4	7 479
Total		137 696	161 375	43 429	35 844	68 266	446 610

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.

em milhões de euros

(exceto se indicado em contrário)

31 dez 2014¹

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos ³	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total ³
iAAA–iAA	> 0,00 0,04	33 125	19 407	4 282	15 843	50 808	123 464
iA	> 0,04 0,11	29 396	36 137	15 268	3 957	3 370	88 128
iBBB	> 0,11 0,5	28 178	35 807	16 377	6 487	1 746	88 595
iBB	> 0,5 2,27	24 403	29 634	7 274	2 746	3 140	67 196
iB	> 2,27 10,22	8 546	17 514	2 865	2 164	17	31 107
iCCC e inferior	> 10,22 100	4 320	1 451	556	552	50	6 929
Total		127 968	139 950	46 622	31 748	59 131	405 420

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano.³ Os valores do ano anterior foram ajustados para incluir 1,1 mil milhões de euros de garantias de créditos imobiliários comerciais (commercial real estate - CRE) relacionados com o Postbank.

A exposição ao crédito a empresas líquida de garantias colaterais ascendeu a 446,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, resultando numa redução do risco de 25% ou 146,5 mil milhões de euros, em comparação com a exposição bruta ao crédito a empresas. Aqui inclui-se uma redução mais significativa de 44% para a nossa exposição a empréstimos, que inclui uma redução de 55% para os empréstimos de *sub-investment-grade* com notações mais baixas e 38% para empréstimos com *investment-grade* de notações superiores. A redução do risco de exposição total na banda de notação mais fraca foi de 46%, uma percentagem significativamente mais elevada do que os 15% registados na banda de notação mais forte.

A redução do risco de 146,5 mil milhões de euros é dividida em 29% de garantias e coberturas e em 71% de outras garantias colaterais.

Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito a empresas

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribuiu para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nominal das atividades de redução de risco do CPSG aumentou de 38,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, para 45 mil milhões de euros e 31 de dezembro de 2015, devido sobretudo ao fortalecimento do dólar americano.

No fim do exercício de 2015, o CPSG reduziu o risco de crédito de 41,4 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2015, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 31,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

O CPSG detinha também derivados de crédito com um valor nominal subjacente de 3,6 mil milhões de euros. A posição totalizava 6,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O CPSG optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da IAS 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nominal dos empréstimos e

compromissos do CPSG registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 face a 14,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Exposição ao crédito ao consumo

A nossa exposição ao crédito ao consumo monitoriza os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias e os custos de crédito líquidos, que são as provisões líquidas anualizadas, debitadas após recuperações.

Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		Vencimento igual ou superior a 90 dias em % da exposição total		Custos de crédito líquidos em % da exposição total ³	
	31.12.2015	31 dez 2014 ¹	31.12.2015	31 dez 2014 ¹	31.12.2015	31 dez 2014 ¹
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	150 202	147 647	0,87	1,15	0,16	0,22
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	20 326	19 980	2,77	3,93	0,89	1,09
Financiamento hipotecário	129 877	127 667	0,57	0,71	0,05	0,08
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38 704	38 761	4,95	5,35	0,56	0,69
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	13 259	11 913	9,55	11,19	1,20	1,64
Financiamento hipotecário	25 444	26 848	2,55	2,76	0,22	0,26
Exposição total de crédito ao consumo²	188 906	186 408	1,70	2,02	0,24	0,32

¹ No início de 2015 refinámos a nossa classificação resultando numa reclassificação de 427 milhões de euros de empréstimos para financiamento hipotecário a pequenas empresas (principalmente empréstimos relacionados com bancos de desenvolvimento) na Alemanha e 1,1 mil milhões de euros de financiamento hipotecário a pequenas empresas (principalmente imobiliário comercial) fora da Alemanha.

² Inclui empréstimos em imparidade no montante de 3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de € 4,4 billion em 31 de dezembro de 2014.

³ Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição nessa data de balanço.

O volume da nossa exposição ao crédito ao consumo aumentou do exercício de 2014 em 31 de dezembro de 2015 em 2,5 mil milhões de euros (1,3%), devido à nossa carteira de empréstimos na Alemanha, que aumentou 2,6 mil milhões de euros, na Índia, que aumentou 407 milhões de euros e na Polónia, que aumentou 314 milhões de euros. O aumento foi parcialmente compensado pelo decréscimo de 587 milhões de euros na exposição ao crédito ao consumo em Itália, principalmente impulsionado pela carteira de hipotecas reduzida da Non-Core Operations Unit (NCOU) e pelo decréscimo de 102 milhões de euros na exposição ao crédito ao consumo em Espanha.

O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu de 2,02% no exercício de 2014 para 1,70% em 31 de dezembro de 2015.

O total de custos de crédito líquidos como uma percentagem da nossa exposição ao crédito ao consumo diminuiu de 0,32% no exercício de 2014 para 0,24% em 31 de dezembro de 2015. Este rácio foi afetado por vendas em incumprimento na Alemanha, mas também pelo ambiente melhorado e estabilizado na Alemanha e nos países da Europa do Sul em que operamos.

Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)¹

	31.12.2015	31.12.2014
~ 50%	68 %	68 %
> 50 70%	16 %	16 %
> 70 90 %	9 %	9 %
> 90 100 %	3 %	2 %
> 100 110 %	2 %	1 %
> 110 130 %	1 %	1 %
~ 130 %	2 %	1 %

¹ Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor correspondente à avaliação do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor de avaliação dos respetivos imóveis. Estes valores são atualizados regularmente. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2015, 68% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, inalterado face ao exercício anterior.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços de compensação de contraparte central para transações de derivados OTC ("compensação de derivados OTC"); beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação de contraparte central.

A Lei Dodd-Frank de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores ("DFA") introduziu a compensação dos produtos do mercado de balcão obrigatória para certas transações de derivados OTC normalizadas em 2013. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. Prevê-se que a compensação obrigatória de certas transações de derivados OTC normalizadas tenha início em junho de 2016 e espera-se que os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados sejam progressivamente aplicados a partir de setembro de 2016.

A tabela a seguir mostra uma discriminação dos valores nominais e valor de mercado bruto de transações de derivados juntamente com uma discriminação dos valores nominais de ativos e responsabilidades com derivados OTC tendo por base o canal de aprovação.

Valores nominais de derivados OTC tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	10 955 593	9 682 810	6 375 377	27 013 781	345 998	325 179	20 819
Bilateral (Amt)	3 906 875	4 952 043	3 205 837	12 064 755	316 736	298 220	18 516
CCP (Amt)	7 048 718	4 730 767	3 169 540	14 949 025	29 261	26 959	2 302
Produtos negociados em bolsa	4 452 134	1 400 495	3 742	5 856 371	272	237	35
Total relacionadas com taxas de juro	15 407 727	11 083 305	6 379 119	32 870 152	346 270	325 416	20 854
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4 672 846	1 134 801	531 085	6 338 731	116 007	115 379	628
Bilateral (Amt)	4 644 414	1 134 686	531 085	6 310 184	115 900	115 270	630
CCP (Amt)	28 432	115	0	28 547	107	109	(2)
Produtos negociados em bolsa	33 064	15	0	33 079	109	174	(65)
Total relacionadas com câmbios	4 705 910	1 134 815	531 085	6 371 810	116 116	115 553	563
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	394 193	197 092	23 521	614 806	25 063	28 818	(3 756)
Bilateral (Amt)	394 193	197 092	23 521	614 806	25 063	28 818	(3 756)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	501 706	66 571	8 993	577 270	5 533	6 164	(631)
Total relacionadas com ações/índices	895 899	263 663	32 514	1 192 076	30 596	34 983	(4 387)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	270 524	949 312	129 622	1 349 458	23 548	20 992	2 556
Bilateral (Amt)	176 492	445 572	72 423	694 486	14 784	12 386	2 399
CCP (Amt)	94 032	503 741	57 199	654 972	8 763	8 606	157
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	270 524	949 312	129 622	1 349 458	23 548	20 992	2 556
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	5 998	1 260	9 516	16 775	776	891	(115)
Bilateral (Amt)	5 998	1 260	9 516	16 775	776	891	(115)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	78 204	27 066	10	105 279	497	604	(107)
Total relacionadas com matérias-primas	84 202	28 326	9 526	122 054	1 273	1 496	(223)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	20 621	5 378	43	26 043	906	1 953	(1 048)
Bilateral (Amt)	20 618	5 378	43	26 039	902	1 953	(1 051)
CCP (Amt)	3	0	0	3	3	0	3
Produtos negociados em bolsa	8 430	11	0	8 441	22	49	(27)
Total Outras	29 051	5 389	43	34 484	928	2 002	(1 074)
Total negócio mercado de balcão	16 319 775	11 970 654	7 069 164	35 359 593	512 297	493 213	19 084
Negócio bilateral total	9 148 589	6 736 032	3 842 425	19 727 045	474 162	457 538	16 623
Negócio CCP total	7 171 186	5 234 622	3 226 739	15 632 548	38 135	35 674	2 461
Total negócio em bolsa	5 073 538	1 494 157	12 746	6 580 441	6 433	7 229	(795)
Total	21 393 313	13 464 811	7 081 910	41 940 034	518 730	500 441	18 289
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	53 202	0	0

		Distribuição de maturidades do valor nominal				31.12.2014		
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo ¹	Valor de mercado líquido ¹	
Relacionadas com taxas de juro:								
Produtos do mercado de balcão	16 193 068	13 319 460	8 081 916	37 594 443	439 519	413 696	25 823	
Bilateral (Amt)	5 524 005	6 526 046	3 779 863	15 829 914	407 156	382 615	24 542	
CCP (Amt)	10 669 063	6 793 413	4 302 052	21 764 529	32 363	31 082	1 281	
Produtos negociados em bolsa	3 253 648	841 043	714	4 095 406	152	152	(1)	
Total relacionadas com taxas de juro	19 446 716	14 160 503	8 082 630	41 689 849	439 671	413 849	25 822	
Relacionadas com câmbios:								
Produtos do mercado de balcão	4 783 759	1 307 251	609 549	6 700 559	130 775	134 567	(3 792)	
Bilateral (Amt)	4 760 349	1 307 251	609 549	6 677 149	130 639	134 420	(3 780)	
CCP (Amt)	23 410	0	0	23 410	135	147	(12)	
Produtos negociados em bolsa	12 428	103	0	12 531	55	106	(51)	
Total relacionadas com câmbios	4 796 187	1 307 354	609 549	6 713 090	130 829	134 673	(3 844)	
Relacionadas com ações/índices:								
Produtos do mercado de balcão	1 203 958	203 328	35 678	1 442 964	27 404	31 949	(4 545)	
Bilateral (Amt)	1 203 958	203 328	35 678	1 442 964	27 404	31 949	(4 545)	
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0	
Produtos negociados em bolsa	499 899	71 213	4 240	575 353	7 406	7 230	176	
Total relacionadas com ações/índices	1 703 857	274 542	39 919	2 018 317	34 810	39 179	(4 369)	
Derivados de crédito relacionados								
Produtos do mercado de balcão	337 245	935 967	119 549	1 392 760	25 370	23 074	2 296	
Bilateral (Amt)	287 697	689 003	92 335	1 069 035	20 732	18 936	1 796	
CCP (Amt)	49 548	246 963	27 214	323 725	4 638	4 138	500	
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0	
Derivados de crédito totais relacionados	337 245	935 967	119 549	1 392 760	25 370	23 074	2 296	
Relacionadas com matérias-primas:								
Produtos do mercado de balcão	13 708	2 549	7 115	23 371	2 030	1 804	226	
Bilateral (Amt)	13 691	2 546	7 115	23 352	2 026	1 802	224	
CCP (Amt)	17	2	0	19	4	2	2	
Produtos negociados em bolsa	89 656	22 218	66	111 939	605	697	(92)	
Total relacionadas com matérias-primas	103 364	24 766	7 181	135 311	2 635	2 501	134	
Outros:								
Produtos do mercado de balcão	34 340	8 945	0	43 285	1 017	1 929	(912)	
Bilateral (Amt)	34 340	8 945	0	43 285	1 017	1 929	(912)	
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0	
Produtos negociados em bolsa	9 186	1 037	0	10 223	28	60	(32)	
Total Outras	43 526	9 982	0	53 509	1 045	1 989	(944)	
Total negócio mercado de balcão	22 566 078	15 777 500	8 853 806	47 197 384	626 115	607 019	19 096	
Negócio bilateral total	11 824 040	8 737 121	4 524 540	25 085 700	588 975	571 650	17 325	
Negócio CCP total	10 742 038	7 040 379	4 329 266	22 111 683	37 140	35 369	1 771	
Total negócio em bolsa	3 864 818	935 614	5 021	4 805 453	8 246	8 246	0	
Total	26 430 896	16 713 114	8 858 826	52 002 836	634 361	615 265	19 096	
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	0	0	0	0	49 416	0	0	

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ações de negociação	76 044	69 831
Ações não relacionadas com negociação ¹	3 228	6 402
Exposição de capital total	79 273	76 233

¹ Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 642 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de 338 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a nossa exposição a ações de negociação englobava principalmente 71,4 mil milhões de euros de atividades CB&S e 4,6 mil milhões de euros do negócio da Deutsche AWM. As ações de negociação globais registaram um aumento homólogo de 6,2 mil milhões de euros causado pelo aumento da exposição na CB&S.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos ativos dos nossos empréstimos. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitem na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

em milhões de euros	31.12.2015			31 dez 2014 ¹		
	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade						
em imparidade	237 758	182 306	420 064	217 672	177 904	395 576
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	1 143	2 544	3 687	1 304	3 650	4 954
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	438	437	875	452	496	947
Empréstimos em imparidade	4 532	3 619	8 151	4 990	4 358	9 348
Total	243 871	188 906	432 777	224 418	186 408	410 825

¹ Os comparativos para ativos de carência de acordo com o Relatório Financeiro de 2014 foram reajustados. Como resultado, o volume renegociado não em imparidade aumentou 126 milhões de euros não incluídos, por erro, numa divulgação anterior. O volume para exposição vencida e em cumprimento foi ajustado em 126 milhões de euros em conformidade.

Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	2 387	3 223
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	547	534
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	281	363
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	540	898
Total	3 755	5 018

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2015	31 dez 2014 ¹
Intermediação financeira	69	104
Atividades de gestão de fundos	2	95
Indústria	100	141
Comércio grossista e de retalho	91	159
Famílias	2 495	3 388
Atividades imobiliárias comerciais	672	801
Setor público	3	5
Outros	323	326
Total	3 755	5 018

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Alemanha	1 430	2 410
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	1 417	1 694
Europa Oriental	139	143
América do Norte	641	678
América Central e América do Sul	8	29
Ásia e Pacífico	106	63
África	15	1
Outros	0	0
Total	3 755	5 018

Os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade diminuíram em 1,3 mil milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido ao facto de a PBC entre outros refletirem o ambiente favorável no mercado de crédito alemão.

Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2 254	2 854
Garantias recebidas	133	226
Total	2 387	3 080

O nosso valor agregado das garantias colaterais detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade em 31 de dezembro de 2015 diminuíram de acordo com a redução dos empréstimos vencidos mas não em imparidade face ao exercício anterior.

Empréstimos de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e da transação e tomando em consideração os factos e circunstâncias específica. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Os empréstimos que foram renegociados porque, por razões económicas ou jurídicas relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, este beneficiou de uma concessão que não teria sido aprovada em circunstâncias normais, são divulgados como empréstimos renegociados e constituem um subconjunto de empréstimos de carência.

Em 20 de fevereiro de 2014, a EBA emitiu o projeto final de normas técnicas de execução (ITS) em fiscalização com relatórios sobre carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4 do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Durante 2014 apresentámos a nova definição da EBA para carências substituindo a definição de empréstimos renegociados e reestruturados. O âmbito na nova definição vai muito além das definições anteriores aplicadas e inclui agora as medidas para clientes que irão enfrentar dificuldades financeiras. Assim que as condições referidas nas ITS são cumpridas, comunicamos o empréstimo como sendo de carência. Removemos o empréstimo do nosso relatório de carência, assim que são cumpridos os critérios de descontinuidade nas ITS.

Empréstimos de carência

em milhões de euros	31.12.2015				31 dez 2014 ¹				
	Em cumprimento		Em incumprimento		Em cumprimento		Em incumprimento		Total de empréstimos de carência
	Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade	Total de empréstimos de carência	Não em imparidade	Não em imparidade	Em imparidade		
Alemães	1 067	441	1 096	2 605	1 121	296	1 284	2 701	
Não alemães	619	716	1 801	3 136	1 013	651	1 933	3 597	
Total	1 686	1 157	2 897	5 741	2 134	947	3 217	6 298	

¹ Os comparativos para ativos de carência de acordo com o Relatório Financeiro 2014 foram reajustados em 395 milhões de euros erradamente excluídos na divulgação anterior.

A redução no total de empréstimos de carência em 2015 de 557 milhões de euros resulta principalmente do facto de a PBC refletir o ambiente favorável no mercado de crédito alemão, bem como a estabilização na Europa do Sul, juntamente com a NCOU impulsionada pelos ativos reclassificados e imobiliários em conformidade com a IAS 39.

Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

há evidência objetiva de imparidade em resultado dum evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um “evento de perda”). Ao efetuarmos a nossa avaliação consideramos informações sobre eventos disponíveis até à data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão de acordo com os requisitos da IAS 10;

o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros, e

o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-offs*) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenhamos definido previamente, diminuímos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Nos casos em que se considera que não há uma perspetiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogêneos padronizados de menor saldo.

As nossas provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade refletem provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogêneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consultar a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014			Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014	
	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em p.p.
Corporate Banking & Securities	852	537	63	637	318	50	215	13
Private & Business Clients	3 800	2 365	62	4 269	2 486	58	(469)	4
Global Transaction Banking	1 306	921	71	1 574	995	63	(268)	7
Deutsche Asset & Wealth Management	76	34	45	66	33	50	10	(5)
Non-Core Operations Unit	2 117	1 168	55	2 803	1 380	49	(686)	6
dos quais: ativos reclassificados como empréstimos e valores a receber, de acordo com IAS 39	667	389	58	986	518	53	(319)	6
Total	8 151	5 028	62	9 348	5 212	56	(1 197)	6

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

31.12.2015

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade		Total
Intermediação financeira	150	5	155	38	5	55	98	63
Atividades de gestão de fundos	6	2	8	1	0	7	8	95
Indústria	498	215	712	470	149	70	688	97
Comércio grossista e de retalho	275	222	497	182	154	45	381	77
Famílias	332	2 931	3 263	324	1 805	74	2 202	67
Atividades imobiliárias comerciais	1 365	281	1 646	503	36	36	576	35
Setor público	16	0	16	2	0	2	5	29
Outros ¹	1.594	260	1 854	733	186	153	1 071	58
Total	4 236	3 915	8 151	2 252	2 335	442	5 028	62

¹ "Transporte, armazenamento e comunicação": Total de empréstimos em imparidade 858 milhões de euros (44%), Total de provisões para perdas com empréstimos 375 milhões de euros (35%). O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais do total da categoria "Outro").

31 dez 2014¹

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade		Total
Intermediação financeira	263	7	270	91	2	19	111	41
Atividades de gestão de fundos	64	0	64	1	0	5	6	9
Indústria	525	232	757	428	126	71	625	83
Comércio grossista e de retalho	362	229	591	211	148	36	395	67
Famílias	451	3 299	3 750	370	1 947	85	2 402	64
Atividades imobiliárias comerciais	1 734	314	2 048	475	39	21	535	26
Setor público	54	0	54	29	0	0	30	55
Outros ²	1 539	277	1 815	758	193	157	1 108	61
Total	4 990	4 359	9 348	2 364	2 455	393	5 212	56

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

² "Transporte, armazenamento e comunicação": Total de empréstimos em imparidade 804 milhões de euros (39%), Total de provisões para perdas com empréstimos 303 milhões de euros (28%). O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais dos totais da categoria "Outro").

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por região

31.12.2015

em milhões de euros	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade		Total
Alemanha	1 362	1 642	3 004	647	930	105	1 682	56
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	2 280	2 057	4 337	1 294	1 237	132	2 662	61
Europa Oriental	76	179	255	38	165	10	213	83
América do Norte	340	2	342	150	0	107	257	75
América Central e América do Sul	0	6	6	0	0	12	12	187
Ásia e Pacífico	155	23	178	100	2	60	162	91
África	21	5	26	23	0	5	28	107
Outros	2	0	2	0	0	10	10	553
Total	4 236	3 915	8 151	2 252	2 335	442	5 028	62

		31.12.2014						
		Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos não em imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1 604	1 896	3 499	740	1 017	116	1 873	54
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	2 683	2 303	4 986	1 302	1 311	128	2 741	55
Europa Oriental	107	152	259	51	125	10	186	72
América do Norte	423	2	425	204	0	70	274	64
América Central e América do Sul	2	0	3	3	0	6	9	356
Ásia e Pacífico	170	5	174	63	1	50	114	65
África	0	1	1	0	0	3	4	346
Outros	1	0	1	0	0	11	11	0
Total	4 990	4 359	9 348	2 364	2 455	393	5 212	56

Evolução dos empréstimos em imparidade

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Saldo, início do exercício	4 990	4 359	9 348	5 922	4 221	10 143
Classificados como em imparidade durante o exercício	898	1 176	2 073	2 112	2 181	4 293
Transferidos para não em imparidade durante o exercício ¹	(1 010)	(859)	(1 869)	(1 425)	(1 182)	(2 607)
Reconhecimento de perdas	(537)	(717)	(1 254)	(1 037)	(613)	(1 651)
Alienação de empréstimos em imparidade	(239)	(53)	(292)	(514)	(254)	(768)
Taxa de câmbio e outros movimentos	135	10	145	(68)	6	(62)
Saldo, fim do exercício	4 236	3 915	8 151	4 990	4 359	9 348

¹ Inclui reembolsos.

Em 2015 os nossos empréstimos em imparidade diminuíram 1,2 mil milhões de euros ou 12,8% para 8,2 mil milhões de euros. A redução na nossa carteira de empréstimos em imparidade avaliados individualmente é principalmente motivada pela NCOU, entre outras, resultante de reconhecimento de perdas e alienações de ativos reclassificados em conformidade principalmente com a IAS 39, em parte compensada por um aumento na CB&S causado principalmente pelas nossas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado. A redução na nossa carteira de empréstimos em imparidade avaliados coletivamente reflete sobretudo reconhecimento de perdas (também em grande parte relacionado com alienações) no Postbank e PBC na Itália.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS (excluindo garantias colaterais)) aumentou ligeiramente de 56% no exercício de 2014 para 62%.

Os nossos empréstimos em imparidade incluíram 667 milhões de euros de empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber de acordo com a IAS 39, menos 319 milhões de euros que no ano anterior.

Provisão para perdas de crédito e recuperações por setor

em milhões de euros	Provisão para perdas com empréstimos antes de recuperações					2015	2014 ¹	
	Para emprés- timos avaliados individualmen- te	Para emprés- timos em imparidade avaliados coletivamente	Para emprés- timos não em imparidade avaliados coletivamente	Total	Recuperações	Provisão para perdas com emprés- timos antes de recuperações (total)	Recuperações	
Intermediação financeira	(12)	1	6	(5)	1	0	2	
Atividades de gestão de fundos	0	0	2	2	0	1	0	
Indústria	32	35	(6)	61	16	56	11	
Comércio grossista e de retalho	40	32	6	78	4	67	9	
Famílias	36	472	6	513	101	690	101	
Atividades imobiliárias comerciais	12	12	9	33	18	182	5	
Setor público	(18)	0	0	(17)	0	8	0	
Outros ²	299	56	22	378	21	265	13	
Total	390	607	45	1 043	161	1 270	141	

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

² O maior impulsionador do total de provisões para perdas com empréstimos antes de recuperações foi o setor "Transporte, armazenamento e comunicação" com 154 milhões de euros (41%) em 2015 e 109 milhões de euros (40%) em 2014. O restante é dividido entre vários setores (dos quais nenhum individualmente contribui com 25% ou mais do total da categoria "Outro").

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade era de 54 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de 76 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados ao saldo transaccional

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	2 722	3 215
Garantias recebidas	223	296
Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade	2 945	3 511

O total das nossas garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade em 31 de dezembro de 2015 diminuiu 566 milhões de euros ou 16% face ao ano anterior, enquanto o rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente acrescidos de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transaccionais, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS) aumentou para 98% em 31 de dezembro de 2015 face a 93% em 31 de dezembro de 2014.

Ativos financeiros disponíveis para venda

O conceito de imparidade é também aplicável para instrumentos de dívida disponíveis para venda, que, de outro modo, são escriturados ao justo valor sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral. Se um instrumento de dívida disponível para venda for considerado em imparidade, a perda por imparidade cumulativa reflete a diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual do instrumento. Para uma discussão detalhada dos nossos procedimentos contabilísticos, consultar a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Ativos financeiros não em imparidade vencidos e em imparidade disponíveis para venda, imparidades acumuladas, rácio de cobertura e garantias colaterais detidas por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda

em milhões de euros	31 dez 2015 ¹	31.12.2014
Ativos financeiros não em imparidade vencidos disponíveis para venda	1 610	N/S
dos quais:		
Em incumprimento há menos de 30 dias	47	N/S
Em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	0	N/S
Em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	0	N/S
Em incumprimento há 90 ou mais dias	1 563	N/S
Ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	229	200
Imparidade acumulada de ativos financeiros disponíveis para venda	109	68
Rácio de cobertura de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda em %	47	34
Garantias colaterais por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda	19	N/S
dos quais:		
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	19	N/S
Garantias recebidas	0	N/S

¹ Primeira recolha de dados para ativos financeiros não em imparidade vencidos e garantias colaterais detidas por conta de ativos financeiros em imparidade disponíveis para venda.

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial. As garantias colaterais de imóveis comerciais e residenciais obtidas em 2015 referem-se predominantemente às nossas exposições em Espanha.

Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2015	2014
Imóveis comerciais	5	21
Imóveis residenciais	43	44
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	48	65

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2015, o grupo não obteve nenhuma garantia colateral relacionada com estes fundos face a 6 milhões de euros em 2014.

Provisão para perdas de crédito

Evolução das provisões para perdas de crédito

em milhões de euros	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			2015
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2 364	2 849	5 212	85	141	226	5 439
Provisão para perdas de crédito	334	548	882	58	16	74	956
dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(64)	(51)	(116)	0	0	0	(116)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(482)	(612)	(1 094)	0	0	0	(1 094)
Reconhecimento de perdas	(538)	(717)	(1 255)	0	0	0	(1 255)
Recuperações	56	105	161	0	0	0	161
Outras alterações	36	(8)	28	1	10	11	39
Saldo, fim do exercício	2 252	2 776	5 028	144	168	312	5 340
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	(164)	(83)	(247)	71	(1)	70	(178)
Relativo	(33%)	(13 %)	(22 %)	(538 %)	(8 %)	N/S ¹	(16 %)
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	515	(100)	415	0	0	0	415
Relativo	(52) %	19 %	(28) %	0 %	0 %	0 %	(28) %
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(112)	(72)	(184)	59	27	86	(99)
Relativo	(5 %)	(3) %	(4 %)	69 %	19 %	38 %	(2 %)

N/S – Não significativo

A provisão para perdas de crédito em dezembro de 2015 totalizou 5,3 mil milhões de euros face a 5,4 mil milhões de euros no fim de 2014. A redução deve-se principalmente a reconhecimento de perdas em parte relacionado com alienações.

A provisão para perdas de crédito diminuiu 178 milhões de euros face ao ano anterior, motivada por uma redução na provisão para perdas com empréstimos de 247 milhões de euros. A redução em 2015 em provisões para perdas com empréstimos na nossa carteira de empréstimos avaliados individualmente de 164 milhões de euros é motivada por ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 e outras exposições no imobiliário registadas na NCOU, parcialmente compensadas por provisões maiores nas nossas carteiras de transportes marítimos e financiamento alavancado na CB&S. A redução na nossa carteira de empréstimos avaliados coletivamente de 83 milhões de euros resulta sobretudo de desembolsos maiores relacionados com alienações juntamente com um ambiente de crédito positivo em curso na Alemanha e uma estabilização dos mercados da Europa do Sul. O aumento nas provisões para exposições extrapatrimoniais de 70 milhões de euros em comparação com 2014 é impulsionado pela GTB, refletindo sobretudo um grande artigo e o Postbank.

A redução de reconhecimento de perdas de 415 milhões de euros face a 2014 é principalmente motivada pelo Postbank e resulta de níveis elevados no ano anterior causados por um efeito único devido ao alinhamento dos processos.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, que são comunicados na NCOU, totalizou 389 milhões de euros no fim de 2015, representando 8% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, menos 25% do nível no fim do ano anterior que totalizou 518 milhões de euros (10% da provisão total para perdas com empréstimos). Esta redução foi impulsionada por reconhecimento de perdas líquidas de 113 milhões de euros juntamente com desembolsos líquidos de 44 milhões de euros e parcialmente compensados por aumentos relacionados com câmbios uma vez que a maioria dos ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 são denominados em divisas que não o euro.

Face a 2014, a provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 diminuiu 129 milhões de euros e o reconhecimento de perdas líquidas aumentou 98 milhões de euros em 2015. Ambas as alterações deveram-se parcialmente a alienações.

em milhões de euros	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			2014
	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
	Saldo, início do exercício	2 857	2 732	5 589	102	114	216
Provisão para perdas de crédito	499	631	1 129	(13)	18	4	1 134
dos quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação							
de empréstimos em imparidade	(45)	(16)	(61)	0	0	0	(61)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(997)	(512)	(1 509)	0	0	0	(1 509)
Reconhecimento de perdas	(1 037)	(613)	(1 650)	0	0	0	(1 650)
Recuperações	40	101	141	0	0	0	141
Outras alterações	5	(2)	3	(4)	10	6	9
Saldo, fim do exercício	2 364	2 849	5 212	85	141	226	5 439
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisão para perdas de crédito							
Absoluto	(878)	(52)	(930)	2	(3)	(1)	(931)
Relativo	(64) %	(8) %	(45) %	(14) %	(14) %	(12) %	(45) %
Reconhecimento de perdas líquidas							
Absoluto	(296)	(160)	(456)	0	0	0	(456)
Relativo	42 %	45 %	43 %	0 %	0 %	0 %	43 %
Saldo, fim do exercício							
Absoluto	(494)	117	(376)	(17)	28	11	(366)
Relativo	(17) %	4 %	(7) %	(17) %	24 %	5 %	(6) %

A redução em 2014 nas provisões para perdas com empréstimos na nossa carteira de empréstimos avaliados individualmente de 878 milhões de euros reflete reduções materiais em todos os negócios. A redução na NCOU foi impulsionada pela provisão diminuída para perdas de crédito na IAS 39, ativos imobiliários comerciais e reclassificados, enquanto o desempenho nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank beneficiou de mais aumentos e de uma não recorrência de grandes reservas num nome. As provisões para a nossa carteira individualmente avaliada diminuíram face ao ano anterior, refletindo, entre outros fatores, o contínuo bom ambiente no mercado de créditos alemão.

O principal motor do aumento no reconhecimento de perdas em comparação com a nossa carteira de empréstimos individualmente avaliada foi um alinhamento de processos no Postbank. Este alinhamento resultou num ajustamento do nível de provisões para perdas com empréstimos para os empréstimos registados no Postbank em 233 milhões de euros, refletindo abatimentos acelerados e a eliminação da anterior má classificação de recuperações na qualidade de crédito dos empréstimos Postbank, em imparidade após a alteração ao controlo, como rendimento de juros. Além disso, um reconhecimento de perdas superior na GTB relacionado com um evento de crédito de um único cliente no ano anterior contribuiu para o aumento geral que foi parcialmente compensado por reduções em reconhecimentos de perdas para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39. O aumento nos reconhecimentos de perdas relativamente à nossa carteira de empréstimos coletivamente avaliada dizia principalmente respeito à alienação de carteiras de empréstimos em imparidade em Itália.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, que são comunicados na NCOU, totalizou 518 milhões de euros no fim de 2014, representando 10% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, mais 8% do nível no fim do ano anterior que totalizou 479 milhões de euros (9% da provisão total para perdas com empréstimos). Este aumento foi sobretudo motivado por câmbios uma vez que a maioria dos ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 são denominados em divisas que não o euro, ao passo que as provisões adicionais para perdas com empréstimos de 54 milhões de euros foram compensadas em grande parte por reconhecimento de perdas líquidas de 43 milhões de euros. Face a 2013, a provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 diminuiu 319 milhões de euros e o reconhecimento de perdas líquidas diminuiu 305 milhões de euros em 2014. Ambas as reduções resultam da não-recorrência de itens grandes no ano presente face a níveis superiores no período comparativo.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

Definimos um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivativos do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das nossas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados para transações de derivados OTC com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão normalizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Estamos menos confortáveis ao abrigo das regras e regulamentos aplicados por CCP de compensação, que assentam sobretudo nas contribuições e garantias para os fundos de proteção contra incumprimento dos membros compensadores e menos na rescisão e encerramento de contratos, que serão considerados apenas posteriormente, depois de falharem todas as outras medidas. Tendo em conta as graves perturbações sistémicas ao sistema financeiro, que podem ser causadas por uma falha desordenada de uma CCP, o Conselho de Estabilidade Financeira (“FSB”) recomendou em outubro de 2014 sujeitar as CCP a regimes de resolução que apliquem os mesmos objetivos e provisões que se aplicam a bancos sistematicamente importantes a nível global (G-SIB).

Os nossos direitos de rescisão contratual são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a acordos e negociações. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4 do CRR, nós, excluindo o Postbank, criámos um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral), em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável. O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. Nós, excluindo o Postbank, utilizámos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Postbank é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

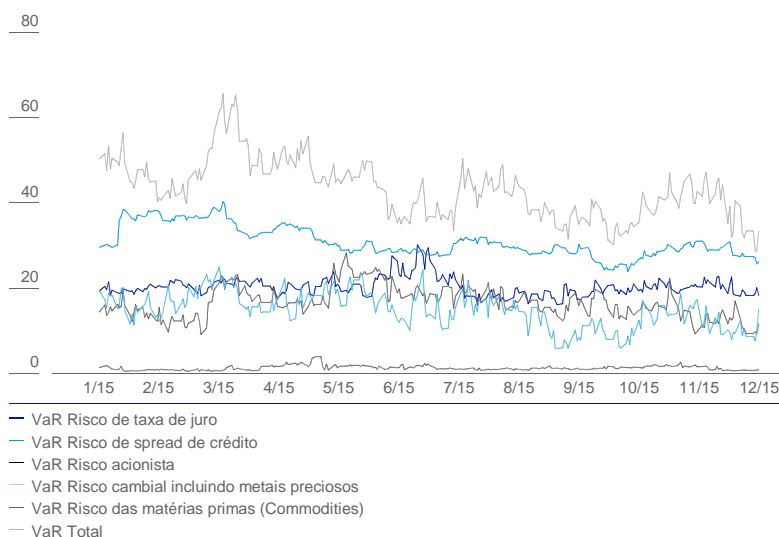
Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ¹		Risco de preço das matérias-primas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Médio	43,3	51,6	(40,9)	(34,9)	20,3	25,1	30,9	31,2	16,6	14,8	15,0	13,2	1,3	2,2
Máximo	65,6	71,4	(59,2)	(61,9)	30,2	42,8	40,3	38,9	28,3	24,6	25,0	21,2	4,0	10,2
Mínimo	28,7	35,4	(31,0)	(24,4)	16,2	15,7	24,0	25,9	9,2	9,9	6,0	6,9	0,5	0,7
Final do período	33,3	49,0	(38,8)	(36,0)	18,3	18,1	26,2	29,6	11,7	15,5	15,1	20,5	0,9	1,3

¹ Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Desenvolvimento do valor em risco por tipos de risco em 2015

Em milhões de euros



O valor em risco médio em 2015 foi de 43,3 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 8,3 milhões de euros face ao ano completo de 2014. O valor em risco médio de taxa de juro diminuiu em média e ocorreram aumentos no valor em risco médio cambial e de ações. O valor em risco cambial aumentou devido a um aumento na exposição ao dólar dos Estados Unidos, em média, face ao ano completo de 2014. O valor em risco de ações aumentou como resultado de um aumento na exposição a ações individuais. Adicionalmente, os aumentos verificados na volatilidade do mercado no período de um ano utilizado no VaR contribuíram também para o aumento do valor em risco cambial e de ações. A redução global no VaR é motivada pela redução no valor em risco da taxa de juro e por uma melhoria na diversificação da carteira.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação (Excluindo o Postbank)

A tabela abaixo apresenta as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Exclui as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ¹		Risco de preço das matérias-primas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Médio	105,1	109,6	(114,5)	(125,4)	60,7	64,4	106,7	124,0	22,8	11,5	26,7	29,7	2,5	5,4
Máximo	135,7	161,1	(186,7)	(168,0)	84,2	85,9	154,5	142,8	68,7	42,6	59,8	70,3	7,6	16,7
Mínimo	82,4	81,6	(71,7)	(102,3)	45,1	48,8	82,6	100,7	0,1	0,0	5,7	13,7	0,7	1,4
Final do período	106,3	120,7	(98,0)	(139,3)	45,5	52,3	90,9	140,8	44,1	18,8	22,6	46,2	1,2	1,8

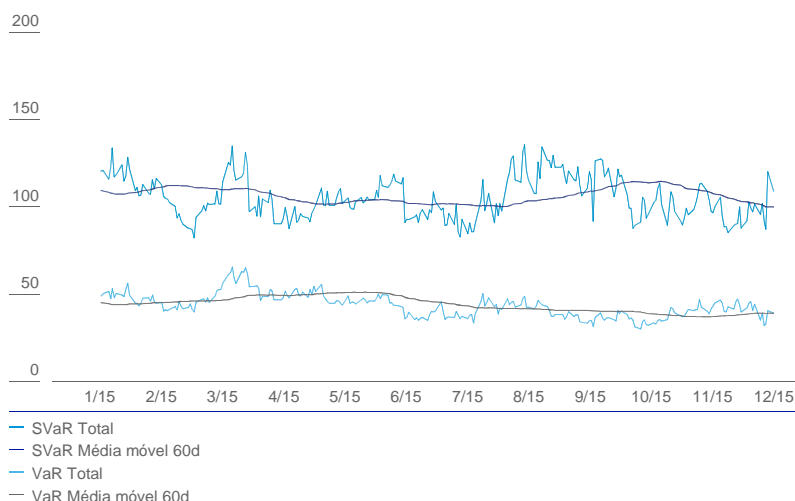
¹ Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

O valor em risco médio foi de 105,1 milhões de euros em 2015, um decréscimo de 4,5 milhões de euros face ao ano completo de 2014. Houve uma redução no valor em risco de *spread* de crédito em situação de esforço, parcialmente compensada por um aumento no valor em risco de ações em situação de esforço. O valor em risco de ações em situação de esforço aumentou devido a um aumento de exposições de título único e a uma redução na proteção contra perdas, em média, face ao ano completo de 2014. Os decréscimos do valor em risco de *spread* de crédito em situação de esforço médio e de final do período foram impulsionados por uma melhoria na abordagem de correlações utilizada para agregar determinados componentes no valor em risco de *spread* de crédito.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que são calculadas separadamente.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2015

Em milhões de euros



Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores. Em contrapartida, os valores dos requisitos de capital para riscos adicionais apresentados para as datas e períodos de relato inferiores é composto pelos valores à vista e pelos valores médios, máximos e mínimos do período de 12 semanas que antecede estas datas de relato.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	Total		Fixed Income & Currencies		Structured Finance		Markets - dívida		Emerging		NCOU		Outros	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Médio	974,9	811,9	520,3	532,8	298,4	152,2	235,2	164,1	17,6	(3,6)	(96,8)	(33,5)		
Máximo	1 020,8	1 065,4	673,2	719,3	404,6	189,3	299,7	220,2	84,8	39,4	(56,6)	64,7		
Mínimo	843,8	647,9	448,2	381,8	203,4	106,3	144,2	119,5	(4,8)	(25,8)	(124,1)	(88,0)		
Final do período	843,8	1 037,8	448,2	603,4	203,4	159,8	264,4	170,5	3,0	39,4	(75,2)	64,7		

¹ Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram no período de 12 semanas anterior a 31 de dezembro de 2015 e a 31 de dezembro de 2014.

² Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

³ No exercício de 2014, os requisitos de capital para riscos adicionais (IRC) à vista foram calculados como o valor à vista semanal mais o complemento médio sem notação de crédito calculado no período de 14 de novembro a 31 de dezembro de 2014, de modo a refletir o período de tempo desde a data da carta BaFin até ao final do ano. No exercício de 2015, o IRC à vista foi calculado como o valor à vista semanal mais o complemento à vista sem notação de crédito.

Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2015 eram de 844 milhões de euros, um decréscimo de 194 milhões de euros (19%) face ao exercício de 2014. A média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2015 era de 975 milhões de euros e, assim, mais 163 milhões de euros (20%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2014. O decréscimo nos requisitos de capital no exercício foi motivado por reduções no inventário de produtos em dificuldades (Distressed Products) e negociação de fluxos de crédito (Credit Flow Trading). Para o cálculo do exercício de 2014, a BaFin solicitou ao banco que incluísse novos complementos para as posições de dívida em incumprimento (Defaulted Debt) e sem notação de crédito (Unrated). Uma vez que estes complementos foram incluídos durante todo o quarto trimestre de 2015, os requisitos de capital médios foram superiores aos do mesmo período em 2014.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) interno mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização pelo método padrão.

Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	2015	2014
Médio	188,4	246,9
Máximo	197,3	257,5
Mínimo	180,3	223,0
Final do período	190,2	222,0

¹ Medida de risco global regulamentar calculada para o período de 12 semanas findo em 31 de dezembro.

² O final do período baseia-se no valor à vista modelo interno.

³ Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses.

A medida de risco global no final de 2015 era de 190 milhões de euros e diminuiu 32 milhões de euros (14%) face ao exercício de 2014. A média de 12 semanas da nossa medida de risco global no final de 2015 era de 188 milhões de euros e, assim, menos 59 milhões de euros (24%) comparativamente com a média para o período de 12 semanas findo a 31 de dezembro de 2014. A redução deveu-se à continuação da redução do risco nesta carteira.

Método padrão do risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2015, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 810,8 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 10,1 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2014, estas posições geraram requisitos de capital de 1682 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 21 mil milhões de euros. A redução deve-se à redução do risco, que foi compensada por um aumento logo a seguir ao período transitório concedido pelo artigo 337.º, n.º 4 do CRR uma vez que o cálculo se baseia agora na soma das posições longas líquidas ponderadas e na soma das posições curtas líquidas ponderadas e não na maior das duas somas. Adicionalmente, tem havido um aumento cambial.

Para *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo", os requisitos de capital aumentaram para 6 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 78 milhões de euros, em comparação com 1 milhão de euros e 19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, resultante da alteração regulamentar supramencionada.

Adicionalmente, os requisitos de capital para fundos de investimento pelo método padrão de risco de mercado eram de 70 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 873 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, em comparação com os 91 milhões de euros e 1139 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Os requisitos de capital para risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado eram de 36 milhões de euros para NCOU e PIRM, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 451 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, em comparação com os 26 milhões de euros e 326 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Valor em risco no Postbank

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia era de zero em 31 de dezembro de 2015 e no exercício de 2014. A estratégia de negociação atual do Postbank não permite nenhuma nova atividade de negociação no que diz respeito à carteira de negociação. Por conseguinte, a carteira de negociação do Postbank não continha quaisquer posições em 31 de dezembro de 2015 e no exercício de 2014. Contudo, o Postbank manterá a classificação de instituição de carteira de negociação.

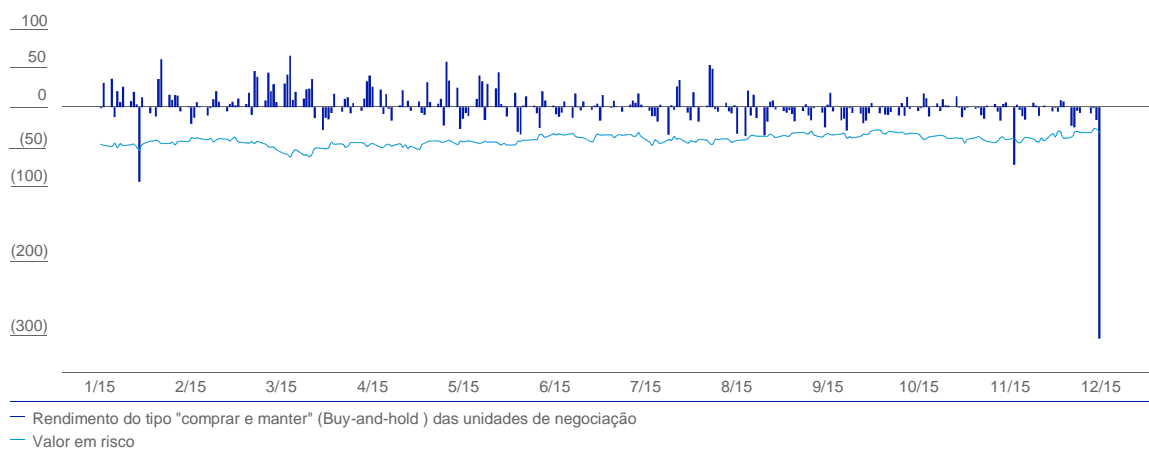
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2015, registámos três valores discrepantes globais, nos quais a nossa perda de tipo “comprar e manter” excedeu o valor em risco, em comparação com um valor discrepante em 2014. O primeiro valor discrepante ocorreu em janeiro de 2015 e foi principalmente impulsionado pelas perdas na divisão de negociação cambial global, na sequência da remoção do limite de euros - francos suíços por parte do Banco Nacional Suíço. Os outros dois valores discrepantes ocorreram em novembro e dezembro de 2015 e foram motivados pela atividade de redução do risco na Non-Core Operations Unit. Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado.

O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os valores são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que é calculada separadamente. O gráfico mostra que as nossas unidades de negociação alcançaram receitas do tipo “comprar e manter” positivas para 51% dos dias de negociação em 2015 (versus 52% em 2014), apresentando também os três valores discrepantes globais em 2015.

Comparação das receitas diárias do tipo "comprar e manter" das unidades de negociação e do valor em risco em 2015

Em milhões de euros

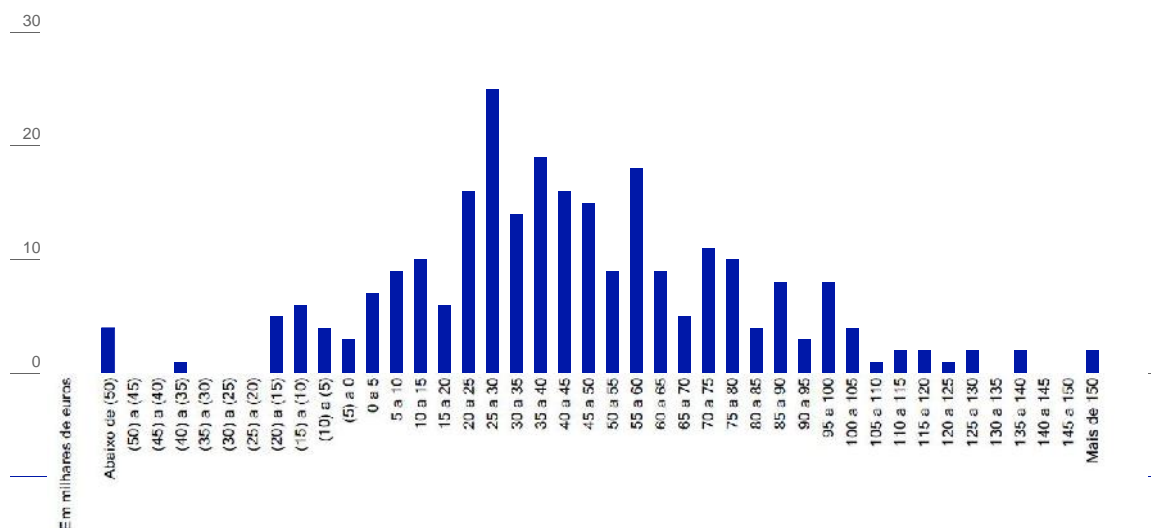


Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação (excluindo o Postbank). A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, *carry* e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2015

Dias



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 91% dos dias de negociação em 2015, em comparação com 95% em 2014.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras não relacionadas com negociação

em milhões de euros	Valor contabilístico		Utilização de capital económico	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Investimentos estratégicos	829	4 051	332	1 676
Ativos alternativos	6 363	3 414	2 764	1 171
Investimentos em capital	1 735	1 900	504	902
Outros ativos de investimento não estratégicos	4 627	1 514	2 260	269
Outros riscos de mercado não relacionados com negociação ¹	N/S	N/S	9 782	7 051
Risco de taxa de juro	N/S	N/S	2 057	1 683
Risco de <i>spread</i> de crédito	N/S	N/S	1 654	319
Risco de remuneração em capital	N/S	N/S	405	(237)
Risco de pensões	N/S	N/S	828	1 189
Risco cambial estrutural	N/S	N/S	3 183	2 672
Risco de fundos garantidos	N/S	N/S	1 655	1 425
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	7 192	7 465	12 878	9 898

N/S – Não significativo

¹ N/M – Indica que o risco diz sobretudo respeito a rubricas extrapatrimoniais e passivos.

Os valores totais de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os riscos de taxa de juro e de *spread* de crédito, risco de remuneração em capital, risco de pensões e risco cambial estrutural.

- **Investimentos estratégicos.** A utilização de capital económico diminuiu significativamente sobretudo devido à reclassificação da nossa participação na Hua Xia Bank Company Limited para Investimentos não estratégicos.
- **Ativos alternativos.** O capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou durante 2015 sobretudo devido à reclassificação do Hua Xia Bank para Investimentos não estratégicos. Aumentos adicionais advêm de melhoramentos na metodologia tal como o alinhamento do modelo CE de Risco de investimento com o modelo CE padrão baseado em SVaR de risco de mercado.

- Outros riscos de mercado não relacionados com negociação:
 - **Risco de taxa de juro.** Além da afetação de capital económico ao risco de taxa de juro de transações firmes (*outright*) da carteira de risco de mercado não relacionado com a negociação, a transformação da maturidade de depósitos contratualizados de curto prazo é uma importante componente desta categoria. A duração efetiva de depósitos contratualizados de curto prazo é baseada no comportamento observável do cliente, elasticidade das taxas de depósito (DRE) e volatilidade dos saldos dos depósitos. O capital económico é derivado por sujeição de pressupostos de modelação a esforço, em particular da DRE, para cálculo da duração efetiva de depósitos *overnight*. As características comportamentais e económicas são tomadas em consideração no cálculo da duração efetiva e das exposições iniciais dos nossos negócios hipotecários. No total, a utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2015 era de 2057 milhões de euros face a 1683 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente à divisão PBC, incluindo o Postbank, o BHW e o Deutsche Bank Bauspar e pelo Tesouro, refletido em Consolidation & Adjustments.
 - **Risco de *spread* de crédito.** É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 1683 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de 319 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O aumento da utilização de capital económico deveu-se a melhoramentos na metodologia no que diz respeito à captação de risco de *spread* de títulos mantidos como reservas de liquidez.
 - **Risco de remuneração em capital.** É o risco decorrente de uma posição curta estrutural no preço das nossas ações provocado por unidades de capital restritas. A utilização de capital económico foi de 405 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, numa base diversificada, em comparação com 237 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O aumento deveu-se predominantemente ao alinhamento da metodologia ao modelo CE padrão de risco de mercado negociado.
 - **Risco de pensões.** É o risco decorrente das nossas obrigações de benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico foi de 828 milhões de euros e de 1189 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respetivamente. O decréscimo deve-se sobretudo a benefícios de diversificação adicionais com outro risco de mercado não relacionado com negociação.
 - **Risco cambial estrutural.** É a nossa exposição cambial decorrente de capital não coberto e de lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico foi de 3183 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, numa base diversificada, face aos 2672 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O aumento é motivado em grande parte pela valorização do dólar americano face ao euro.
 - **Risco de fundos garantidos.** O aumento na utilização do capital económico de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 para 1,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 foi causado predominantemente por alterações nos efeitos de diversificação e por melhoramentos da metodologia.

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – Perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

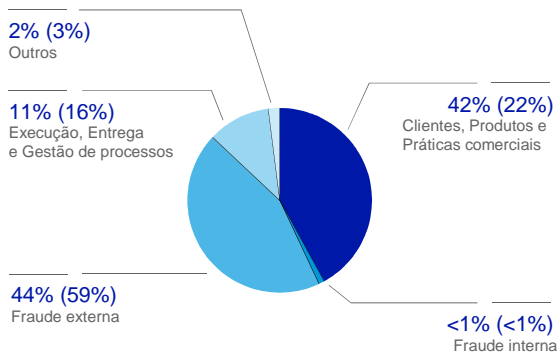
em milhões de euros	2015	2014 ¹
Clientes, produtos e práticas comerciais	3 667	1 806
Fraude interna	1 338	523
Fraude externa	475	20
Execução, entrega e gestão de processos	280	70
Outras	22	61
Grupo	5 782	2 480

¹ Números de 2014 relativos à perda, alterados devido à posterior captação de perdas e reclassificação.

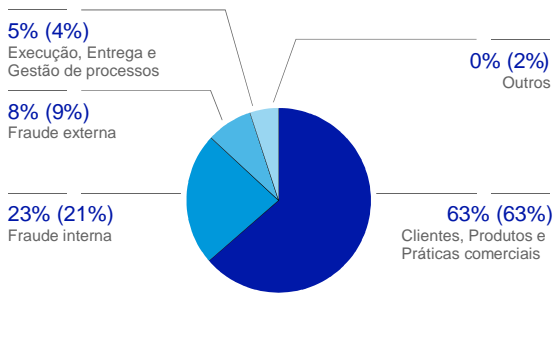
As perdas operacionais com base nos resultados aumentaram 3,3 mil milhões de euros ou 133%, face a 2014. O aumento foi motivado predominantemente pelos tipos de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” e “fraude interna” devido a acordos alcançados e a reservas de contencioso acrescidas para casos ainda a decorrer. O aumento no tipo de evento “Fraude externa” é causado por uma provisão para fraude relacionada com negociação de ações. O tipo de evento “execução, entrega e gestão de processos” aumentou e os outros tipos de evento diminuíram ligeiramente.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2015 (2010-2014)⁽¹⁾

Frequência de perdas operacionais (primeira data de lançamento)



Distribuição de perdas operacionais (data de lançamento)



¹ As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2010-2014. Subsequentemente, a frequência e os valores podem sofrer alterações.

O gráfico circular acima à esquerda “Frequência de perdas operacionais” resume os eventos de risco operacional ocorridos em 2015 comparativamente ao período de cinco anos de 2010 a 2014, entre parêntesis, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2002 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2015, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período.

As frequências são motivadas pelo tipo de evento “Fraude externa” com uma frequência de 44% de todos os eventos de perda observados. Os tipos de evento “Clientes, produtos e práticas comerciais” contribuem para 42% dos eventos e “Execução, entrega e gestão de processos” contribuem para 11%. Os outros mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento “Fraude interna” apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de menos de 1% dos eventos de perda em 2015. Este manteve-se inalterado face ao período de 2010-2014.

O gráfico circular acima à direita “Distribuição de perdas operacionais” resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados em 2015 em comparação com o período de cinco anos de 2010 a 2014. O tipo de evento “clientes, produtos e práticas comerciais” domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 63%, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. O evento “Fraude Interna” tem a segunda quota mais elevada (23%) e relaciona-se com eventos regulamentares com que nos deparámos em anos recentes. Por fim, os tipos de eventos “Fraude Externa” (8%) e “Execução, Entrega e Gestão de Processos” (5%) são considerados menores comparativamente a outros tipos de eventos.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Os mercados de crédito em 2015 foram afetados pelas incertezas políticas continuadas na zona euro, pelo ambiente de contínuas baixas taxas de juros e pela implementação em certas jurisdições, incluindo na Alemanha, de medidas destinadas a reduzir os níveis de apoio soberano implícito aos bancos, com um consequente impacto nas notações de banco sénior. Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 61 a 110 pontos base, tendo atingido o seu máximo em julho. Desde então, o diferencial reduziu-se ligeiramente, com a negociação no fim do exercício a aproximar-se do extremo mais elevado do intervalo do ano. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram uma volatilidade semelhante. Por exemplo, o nosso parâmetro de referência (*benchmark*) em euros de 1,25%, com vencimento em setembro de 2021, negociado num intervalo de 29 - 101 pontos base, fechando a meio do intervalo no final do exercício.

O nosso plano de financiamento para 2015, num montante até 35 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi integralmente concluído e fechámos 2015 com 39,1 mil milhões de euros de financiamento a prazo. Este financiamento disseminou-se grosso modo pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de referência não garantida e coberta (8,4 mil milhões de euros), emissão de referência *Tier 2* (2,8 mil milhões de euros), emissão não garantida, direcionada para o retalho (11,3 mil milhões de euros) e outras colocações privadas não garantidas e cobertas (16,6 mil milhões de euros). Do total de 39,1 mil milhões de euros, a maior parte, 18,6 mil milhões de euros, foi emitida em euros. Também emitimos 16,5 mil milhões de euros em dólares dos Estados Unidos e montantes menores em JPY e CHF. Além das emissões diretas, utilizamos *swaps* cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores foi composta por clientes de retalho (29%), bancos (16%), gestores de ativos e fundos de pensões (22%), companhias de seguros (9%) e outros investidores institucionais (25%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (22%), resto da Europa (41%), EUA (18%), Ásia e Pacífico (13%) e Outros (5%). Do total de emissões nos mercados de capitais em circulação, em 31 de dezembro de 2015, cerca de 86% foram emitidos sem garantia.

O diferencial médio da nossa emissão no índice de flutuação relevante (ou seja, Libor), foi de 57 pontos base para o ano completo, com um vencimento médio de 6,3 anos. As nossas atividades de emissão foram superiores no primeiro semestre do ano, tendo-se verificado um decréscimo dos volumes no segundo semestre de 2015. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: 16,9 mil milhões de euros, 5,5 mil milhões de euros, 10,4 mil milhões de euros e 6,3 mil milhões de euros, respetivamente.

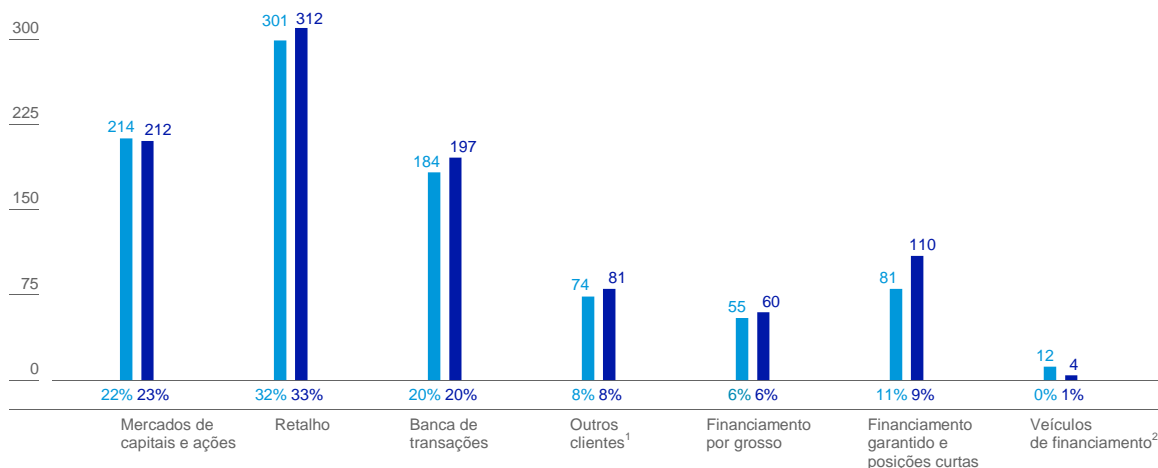
Em 2016, o nosso plano de financiamento de base é de até 35 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das fontes referidas, sem ficarmos excessivamente dependentes de qualquer delas. Também planeamento angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 22,4 mil milhões de euros em 2016.

Diversificação de financiamento

Em 2015, o financiamento externo total cresceu 56,7 mil milhões de euros (6%) durante o ano, sendo a grande maioria proveniente na nossa área de negócio CB&S, em particular os aumentos no financiamento garantido e posições curtas em 29,6 mil milhões de euros (37%), noutras clientes em 7,4 mil milhões de euros (10%) e financiamento por grosso não garantido em 5,6 mil milhões de euros (10%) refletem o aumento das atividades comerciais em comparação com níveis muito baixos no final do exercício de 2014, sobretudo devidos a atividades de desalavancagem nesse ano. Registámos também aumentos no retalho, incluindo clientes de gestão de património (10,8 mil milhões de euros, 4%) e banca de transações (12,5 mil milhões de euros, 7%). Estes aumentos mais do que compensaram as reduções nos veículos de financiamento (7,9 mil milhões de euros, 67%) e nos mercados de capitais e ações (1,5 mil milhões de euros, 1%). A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) desceu de 76% para 74%. O volume global de financiamento por grosso não garantido e de financiamento garantido oscilou entre as datas de relato, em função das nossas atividades comerciais subjacentes. Estas oscilações estão dependentes de atividades relacionadas com o financiamento de valores mobiliários dos clientes, bem como das alterações nas existências líquidas para transação durante o trimestre.

Composição das fontes de financiamento externas

Em mil milhões de euros



■ 31 de dezembro de 2014: valor total de 919 mil milhões
■ 31 de dezembro de 2015: valor total de 976 mil milhões

¹ "Outros" incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida).

² Inclui Veículos ABCP.

Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação 528 mil milhões de euros (660 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para

margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) 71 mil milhões de euros (75 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento 54 mil milhões de euros (54 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 respetivamente; valores podem não totalizar devido a arredondamentos.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais¹

31.12.2015

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Superior a 1 mês mas inferior a 3 meses	Superior a 3 meses mas inferior a 6 meses	Superior a 6 meses mas inferior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Superior a 1 ano mas inferior a 2 anos	Superior a 2 anos	Total
Depósitos de bancos	11 101	8 073	3 196	1 399	23 769	143	69	23 981
Depósitos de outros clientes grossistas	2 872	8 911	5 090	4 078	20 950	319	191	21 460
CD e PC	1 216	3 718	3 984	5 636	14 555	298	1	14 853
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior	2 794	6 651	3 166	3 082	15 694	17 136	41 052	73 882
Notas estruturadas não garantidas sénior	512	2 045	1 296	3 368	7 221	5 404	21 053	33 679
Obrigações/ABS cobertos	0	51	1 371	75	1 496	2 460	18 056	22 012
Passivos subordinados	734	680	263	310	1 987	1 376	16 199	19 562
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total²	19 229	30 129	18 367	17 948	85 673	27 136	96 621	209 430
dos quais:								
Garantidos	0	51	1 371	75	1 496	2 460	18 056	22 012
Sem garantia	19 229	30 078	16 996	17 873	84 176	24 677	78 565	187 418

¹ Inclui notas Tier 1 adicionais reportadas como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras e os valores de 2014 foram reajustados em conformidade.

² Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo dum ano, totalizava 86 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e devendo ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 215 mil milhões de euros.

	31.12.2014							
em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Superior a 1 mês mas inferior a 3 meses	Superior a 3 meses mas inferior a 6 meses	Superior a 6 meses mas inferior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Superior a 1 ano mas inferior a 2 anos	Superior a 2 anos	Total
Depósitos de bancos	7 816	5 373	7 930	2 541	23 661	42	350	24 053
Depósitos de outros clientes grossistas	2 828	1 569	2 979	2 387	9 763	306	404	10 473
CD e PC	1 747	4 629	8 080	5 623	20 080	20	28	20 128
ABCP	2 849	233	0	0	3 082	0	0	3 082
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior	756	2 823	4 589	4 978	13 145	12 904	40 031	66 080
Notas estruturadas não garantidas sénior	528	1 721	2 384	3 655	8 288	3 698	22 242	34 227
Obrigações/ABS cobertos	0	11	1 223	458	1 693	1 701	20 325	23 719
Passivos subordinados	636	2 352	1 772	799	5 559	537	14 508	20 604
Outros	0	0	0	166	166	13	131	310
Total¹	17 161	18 711	28 958	20 607	85 437	19 220	98 020	202 676
dos quais:								
Garantidos	2 849	244	1 223	458	4 775	1 701	20 325	26 801
Sem garantia	14 311	18 467	27 735	20 149	80 662	17 519	77 695	175 875

¹ Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31.12.2015					31.12.2014				
	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em dólares dos EUA	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	4 875	17 066	1 053	987	23 981	6 123	15 738	284	1 907	24 053
Depósitos de outros clientes grossistas	15 912	4 257	476	815	21 460	3 379	4 621	800	1 673	10 473
CD e PC	10 771	1 202	1 843	1 038	14 853	13 572	3 216	1 655	1 685	20 128
ABCP	0	0	0	0	0	312	2 674	96	0	3 082
Instrumentos "plain vanilla" não garantidos sénior	47 576	20 573	110	5 623	73 882	43 498	16 923	378	5 282	66 080
Notas estruturadas não garantidas sénior	10 342	19 322	176	3 838	33 679	12 136	16 884	168	5 038	34 227
Obrigações/ABS cobertos	21 952	60	0	0	22 012	23 653	66	0	0	23 719
Passivos subordinados	8 507	9 858	800	397	19 562	9 617	9 802	791	394	20 604
Outros	0	0	0	0	0	72	218	0	20	310
Total	119 935	72 338	4 459	12 698	209 430	112 363	70 141	4 173	16 000	202 676
dos quais:										
Garantidos	21 952	60	0	0	22 012	23 965	2 740	96	0	26 801
Sem garantia	97 984	72 278	4 459	12 697	187 418	88 398	67 402	4 076	16 000	175 875

Reservas de liquidez

Composição das nossas reservas de liquidez livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	98	98	65	65
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	75	75	54	54
Subsidiárias	23	23	11	11
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	100	94	103	96
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	78	73	81	75
Subsidiárias	22	21	23	20
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais	17	13	16	11
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	14	11	14	10
Subsidiárias	3	2	2	1
Total de reservas de liquidez	215	205	184	171
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	167	159	149	139
Subsidiárias	48	46	35	32

Em 31 de dezembro de 2015, as nossas reservas de liquidez livremente transferíveis totalizavam 215 mil milhões de euros, por oposição a 184 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. O principal impulsionador do aumento de 31 mil milhões de euros em 2015 foi um crescimento de 34 mil milhões de euros na nossa caixa e equivalentes em caixa disponíveis durante o ano, motivado sobretudo pelo aumento das fontes de financiamento externas, juntamente com um pequeno decréscimo nos nossos títulos com elevada liquidez. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 202,2 mil milhões de euros, por oposição a 189,8 mil milhões de euros durante 2014. Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez, enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tendo em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

O valor de liquidez (ponderado) das nossas reservas de liquidez de 205 mil milhões de euros ultrapassa o valor de liquidez (ponderado) dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 192 mil milhões de euros. Os principais impulsionadores desta diferença são: As reservas de liquidez incluem títulos elegíveis relativamente a bancos centrais mas, de outro modo, com menos liquidez (por exemplo, empréstimos negociados, outras obrigações empresariais *investment-grade* e ABS) que não são reconhecidos nos HQLA; os HQLA incluem principais índices de ações, mas excluem saldos depositados com bancos centrais de modo a satisfazer os requisitos mínimos de caixa, bem como saldos depositados com bancos centrais não europeus com notação inferior a AA- que estão incluídos no LCR, mas não fazem parte dos HQLA.

Rácio de cobertura de liquidez

O nosso rácio de cobertura de liquidez (LCR) de 119% em 31 de dezembro de 2015 foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) n.º 2015/61 (calculado de acordo com as normas técnicas de execução da EBA sobre fiscalização com relatórios no que diz respeito ao LCR).

Componentes do LCR

em mil milhões de euros	31.12.2015
	Valor de liquidez (ponderado)
Ativos líquidos de alta qualidade	192
Entrada bruta	111
Saída bruta	272
Saída líquida	161
Rácio LCR em %	119

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Ambas as matrizes de financiamento de moedas agregadas e em USD estavam em linha com a respetiva apetência para o risco no final do exercício de 2015 e 2014 e a matriz de financiamento em GBP excedia a apetência para o risco no final do exercício de 2015.

Testes de esforço e análise de cenários

Resultados mensais globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31.12.2015			31 dez 2014 ¹		
	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴
Risco de mercado sistémico	71	218	147	49	183	134
Mercados emergentes	14	190	176	9	185	176
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	51	200	148	42	166	124
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	188	240	53	163	202	38
Conjugação ⁵	218	264	46	190	214	24

¹ Os valores de 2014 baseiam-se na metodologia vigente à data, não sendo expressos novamente para refletir alterações dos pressupostos dos testes de esforço implementadas durante o ano.

² Déficit de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

³ Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

⁴ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁵ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31.12.2015			31 dez 2014 ¹		
	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴	Défice de financiamento ²	Compensação do défice ³	Posição líquida de liquidez ⁴
Conjugação ⁵	102	163	61	92	149	56

¹ Os valores de 2014 baseiam-se na metodologia vigente à data, não sendo expressos novamente para refletir alterações dos pressupostos dos testes de esforço implementadas durante o ano.

² Déficit de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

³ Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

⁴ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁵ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

Resultados mensais globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31.12.2015		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez ³
Conjugação ⁴	10	32	22

¹ Déficit de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras contramedidas.

³ Todos os cenários apresentam o ponto de 8 semanas.

⁴ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito.

A tabela seguinte apresenta o montante de garantias colaterais adicionais necessário em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais adicionais

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivativos contratuais	4 332	6 472	6 806	7 893
Outros requisitos de financiamento ou de margem	317	1 459	529	689

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das Demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 39, "Informações sobre subsidiárias" das Demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, *swaps* colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com as normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, consideramos onerados os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados ao justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contábilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte “Reservas de liquidez” para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em outros pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015			
	Valor contábilístico			
	Ativos onerados		Ativos desonerados	
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	215	74	141	0
Instrumentos de capital	76	49	28	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	107	11	96	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	56	0	0	56
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	17	0	17	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	518	0	0	518
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	73	0	0	73
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12	0	12	0
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	3	0	3	0
Empréstimos	424	45	11	368
Outros ativos	132	59	0	74
Total	1 632	238	307	1 087

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo.

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados abaixo, em separado).

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2015			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos onerados		Ativos desonerados	
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	285	238	46	1
Títulos de dívida	197	152	45	0
Instrumentos de capital	87	86	1	0
Outras garantias recebidas	1	0	0	1

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	184	42	142	0
Instrumentos de capital	70	50	20	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	82	7	75	0
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	44	0	0	44
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	17	0	17	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	630	0	0	630
Títulos comprados ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	81	0	0	81
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	15	0	15	0
Ativos financeiros disponíveis para venda ²	3	0	3	0
Empréstimos	398	45	19	334
Outros ativos	158	63	0	95
Total	1 681	207	291	1 183

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2014			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	253	202	50	1
Títulos de dívida	175	127	48	0
Instrumentos de capital	76	75	1	0
Outras garantias recebidas	1	0	0	1

As tabelas acima repartem as rubricas no balanço e fora do balanço em onerados, prontamente disponíveis e outros. Quaisquer títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda são apresentados com base no justo valor das garantias recebidas.

As tabelas acima de ativos onerados incluem ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições na sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nestes casos, não é viável identificar rubricas individuais do balanço que não podem ser transferidas.

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibam consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consulte a secção “Teste de esforço” para posições de liquidez de curto prazo < 1 ano e a secção “Matriz de financiamento” para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

	31.12.2015									
	À vista (incl. notificação de um dia e <i>overnight</i>)	Superior a 1 mês até um máximo de 3 meses	Superior a 3 meses até um máximo de 6 meses	Superior a 6 meses até um máximo de 9 meses	Superior a 9 meses até um máximo de 1 ano	Superior a 1 ano até um máximo de 2 anos	Superior a 2 anos até um máximo de 5 anos	Superior a 5 anos até um máximo de 5 anos	Superior a 5 anos	Total
em milhões de euros	94 290	337	0	0	0	2 313	0	0	0	96 940
Caixa e saldos do banco central										
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7 703	2 115	434	341	1	2 025	83	100	40	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados										
com acordos de revenda	450	8 293	5 530	4 539	1 861	568	888	328	0	22 456
Com bancos	426	7 050	5 091	3 648	1 601	311	647	0	0	18 773
Com clientes	24	1 243	440	890	260	258	241	328	0	3 683
Títulos obtidos por empréstimo	30 335	3 221	0	0	0	0	0	1	0	33 557
Com bancos	3 462	159	0	0	0	0	0	0	0	3 622
Com clientes	26 873	3 062	0	0	0	0	0	1	0	29 935
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	735 748	35 190	6 176	3 652	1 318	1 298	5 173	6 599	25 727	820 883
Ativos detidos para negociação	196 035	0	0	0	0	0	0	0	0	196 035
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	118 671	0	0	0	0	0	0	0	0	118 671
Ações e outros títulos de rendimento variável	76 044	0	0	0	0	0	0	0	0	76 044
Outros ativos detidos para nego- ciação	1 320	0	0	0	0	0	0	0	0	1 320
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	0	0	0	0	0	0	0	0	515 594
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	24 119	35 190	6 176	3 652	1 318	1 298	5 173	6 599	25 727	109 253
Títulos comprados com acordos de revenda	6 139	31 257	5 449	2 344	503	341	1 690	2 384	965	51 073
Títulos obtidos por empréstimo	17 898	3 544	47	0	0	0	0	0	0	21 489
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	79	376	656	1 303	791	448	3 483	4 214	14 532	25 883
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	4	0	0	0	155	0	0	10 230	10 389
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	9	24	5	24	354	0	1	0	419
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	9	71	75	139	58	142	716	1 925	3 136
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	966	1 941	1 543	893	1 998	8 832	22 880	34 513	73 583
Títulos e empréstimos de rendimen- to fixo	6	481	1 937	1 543	893	952	8 815	22 869	33 873	71 368
Ações e outros títulos de rendimento variável	12	485	3	0	0	1 046	17	12	640	2 215
Empréstimos	20 375	31 464	27 851	30 337	9 142	11 313	24 272	71 890	201 104	427 749
A bancos	543	2 137	3 829	1 858	1 703	870	726	1 592	926	14 183
A clientes	19 832	29 327	24 022	28 480	7 439	10 442	23 546	70 299	200 177	413 565
Retailho	5 363	6 048	6 102	3 065	2 536	2 874	6 743	18 787	149 127	200 646
Grandes empresas e outros cli- entes	14 470	23 279	17 920	25 415	4 903	7 568	16 803	51 512	51 050	212 919
Outros ativos financeiros	94 078	932	1 479	564	254	1 003	115	62	66	98 555
Total de ativos financeiros	982 997	82 528	43 483	41 051	13 608	20 577	39 505	102 576	263 374	1 589 700
Outros ativos	26 341	0	0	0	0	0	0	0	13 089	39 430
Total do ativo	1 009 338	82 528	43 483	41 051	13 608	20 577	39 505	102 576	276 463	1 629 130

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2014

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Superior a 1 mês até um máximo de 3 meses	Superior a 3 meses até um máximo de 6 meses	Superior a 6 meses até um máximo de 9 meses	Superior a 9 meses até um máximo de 1 ano	Superior a 1 ano até um máximo de 2 anos	Superior a 2 anos até um máximo de 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central ¹	73 515	198	104	0	0	562	0	0	103	74 482
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ¹	4 987	2 497	90	16	15	1 217	101	120	48	9 090
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	4	3 553	2 416	8 143	1 659	1 719	51	240	12	17 796
Com bancos	4	2 154	533	647	333	561	0	2	12	4 245
Com clientes	0	1 399	1 883	7 496	1 326	1 159	51	238	0	13 551
Títulos obtidos por empréstimo	21 598	4 202	0	0	0	0	0	0	34	25 834
Com bancos	550	964	0	0	0	0	0	0	0	1 515
Com clientes	21 047	3 238	0	0	0	0	0	0	34	24 319
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	840 858	43 382	12 360	5 371	2 068	2 090	4 855	7 624	24 316	942 924
Ativos detidos para negociação	195 681	0	0	0	0	0	0	0	0	195 681
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	124 462	0	0	0	0	0	0	0	0	124 462
Ações e outros títulos de rendimento variável	69 831	0	0	0	0	0	0	0	0	69 831
Outros ativos detidos para negociação	1 387	0	0	0	0	0	0	0	0	1 387
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	629 958	0	0	0	0	0	0	0	0	629 958
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15 219	43 382	12 360	5 371	2 068	2 090	4 855	7 624	24 316	117 285
Títulos comprados com acordos de revenda	1 757	36 255	11 109	4 568	1 883	501	1 530	1 849	1 021	60 473
Títulos obtidos por empréstimo	13 462	5 783	1 159	0	0	0	0	0	0	20 404
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	1 344	92	660	184	1 588	3 010	5 775	12 957	25 612
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	0	0	10 339	10 339
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	142	0	1	315	0	0	459
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	30	140	108	69	37	177	791	3 050	4 403
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	1 895	1 610	2 797	643	774	4 702	25 756	26 099	64 297
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	20	1 895	1 610	2 797	643	774	4 408	25 754	24 137	62 038
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	295	2	1 962	2 259
Empréstimos	19 917	35 866	32 121	26 780	9 101	11 591	26 638	69 501	174 098	405 612
A bancos	880	4 744	4 945	4 986	1 321	944	2 859	1 974	408	23 059
A clientes	19 037	31 122	27 176	21 794	7 780	10 647	23 779	67 528	173 690	382 553
Retalho	3 947	10 852	4 038	4 836	2 884	3 288	9 491	25 572	131 277	196 186
Grandes empresas e outros clientes	15 090	20 270	23 138	16 959	4 896	7 359	14 288	41 955	42 412	186 367
Outros ativos financeiros	119 485	474	387	349	113	99	18	76	4 050	125 050
Total de ativos financeiros	1 080 383	92 098	49 228	43 564	13 668	18 089	36 542	104 108	231 809	1 669 490
Outros ativos	15 514	1 322	707	626	196	260	268	763	19 559	39 214
Total do ativo	1 095 897	93 421	49 935	44 189	13 864	18 349	36 809	104 871	251 368	1 708 703

¹ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do nosso passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

	31.12.2015									
em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Superior a 1 mês até um máximo de 3 meses	Superior a 3 meses até um máximo de 6 meses	Superior a 6 meses até um máximo de 9 meses	Superior a 9 meses até um máximo de 1 ano	Superior a 1 ano até um máximo de 2 anos	Superior a 2 anos até um máximo de 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Depósitos	345 569	37 777	117 943	21 500	10 169	8 600	7 356	6 935	11 126	566 974
A pagar a bancos	72 304	5 131	15 770	5 884	1 616	2 106	2 188	5 214	8 852	119 065
A pagar a clientes	273 265	32 646	102 173	15 616	8 552	6 494	5 168	1 721	2 273	447 909
Retalho	113 016	13 588	80 124	3 270	2 131	1 805	2 524	642	220	217 321
Grandes empresas e outros clientes	160 249	19 058	22 049	12 346	6 422	4 689	2 644	1 079	2 053	230 588
Passivos detidos para negociação	546 381	0	0	0	0	0	0	0	0	546 381
Títulos para negociação	51 327	0	0	0	0	0	0	0	0	51 327
Outros passivos detidos para negociação	977	0	0	0	0	0	0	0	0	977
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	494 076	0	0	0	0	0	0	0	0	494 076
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	18 423	4 725	1 569	1 760	1 240	10 069	1 809	1 652	3 526	44 773
Títulos vendidos com acordos de recompra	17 600	2 712	690	1 172	140	9 322	0	0	0	31 637
Dívida a longo prazo	269	47	342	426	879	513	1 669	1 384	3 183	8 710
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	554	1 966	537	162	221	233	141	268	343	4 425
Passivos por contratos de investimento	0	35	70	70	70	734	108	1.593	5 843	8 522
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	43	513	414	203	301	278	1 630	2 983	6 365
Recursos de bancos centrais adquiridos	574	0	0	0	0	0	0	0	0	574
Títulos vendidos com acordos de recompra	7 492	1 567	53	117	0	0	0	0	0	9 229
A pagar a bancos	2 757	1 554	53	117	0	0	0	0	0	4 481
A pagar a clientes	4 734	13	0	0	0	0	0	0	0	4 747
Títulos cedidos por empréstimo	2 846	10	1	0	0	0	0	0	414	3 270
A pagar a bancos	290	6	0	0	0	0	0	0	0	295
A pagar a clientes	2 556	5	1	0	0	0	0	0	414	2 975
Outros empréstimos a curto prazo	17 776	1 311	2 052	2 666	3 006	1 199	0	0	0	28 010
Dívida a longo prazo	0	3 327	8 638	6 923	4 251	2 990	39 801	45 435	48 652	160 016
Títulos de dívida – sénior	0	3 184	8 444	5 815	3 782	2 631	24 701	40 061	36 599	125 217
Títulos de dívida – subordinados	0	0	0	619	150	100	0	1 314	4 231	6 414
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	143	194	247	173	162	14 978	3 575	7 502	26 973
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	243	146	97	121	486	319	1 412
Títulos fiduciários preferenciais	0	733	0	262	0	0	735	4 373	918	7 020
Outros passivos financeiros	146 678	931	2 859	198	83	170	340	14	36	151 309
Total de passivos financeiros	1 085 739	50 458	133 696	33 911	19 023	24 063	50 426	61 633	73 496	1 532 443
Outros passivos	28 984	0	0	0	0	0	0	0	0	28 984
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	67 624	67 624
Total do passivo e do capital próprio	1 114 722	50 458	133 696	33 911	19 023	24 063	50 426	61 633	141 120	1 629 051
Compromissos assumidos fora do balanço	6 433	9 833	8 772	17 963	10 036	14 221	29 240	107 376	27 999	231 874
Bancos	425	406	1 405	2 354	1 301	1 059	1 512	1 213	177	9 852
Retalho	231	166	103	687	678	945	2 272	1 605	7 272	13 958
Grandes empresas e outros clientes	5 778	9 261	7 265	14 923	8 057	12 218	25 456	104 559	20 549	208 063

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2014

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Superior a 1 mês até um máximo de 3 meses	Superior a 3 meses até um máximo de 6 meses	Superior a 6 meses até um máximo de 9 meses	Superior a 9 meses até um máximo de 1 ano	Superior a 1 ano até um máximo de 2 anos	Superior a 2 anos até um máximo de 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Depósitos	298 701	45 396	114 001	31 733	9 820	8 832	5 557	7 618	11 276	532 931
A pagar a bancos	55 538	6 866	12 896	10 400	3 243	1 862	2 593	5 741	9 212	108 350
A pagar a clientes	243 163	38 530	101 105	21 333	6 577	6 970	2 964	1 878	2 064	424 584
Retalho	96 651	18 777	83 460	4 919	2 105	1 816	1 095	744	215	209 781
Grandes empresas e outros cli- entes	146 512	19 753	17 645	16 414	4 473	5 154	1 869	1 134	1 849	214 803
Passivos detidos para negociação	652 045	0	0	0	0	0	0	0	0	652 045
Títulos para negociação	41 112	0	0	0	0	0	0	0	0	41 112
Outros passivos detidos para nego- ciação	731	0	0	0	0	0	0	0	0	731
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	610 202	0	0	0	0	0	0	0	0	610 202
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	2 560	6 612	4 573	12 082	1 300	1 047	2 263	2 909	3 686	37 032
Títulos vendidos com acordos de recompra	1 361	4 241	3 711	11 058	393	0	288	0	0	21 053
Dívida a longo prazo	6	116	334	734	553	672	1 582	2 716	3 205	9 919
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1 193	2 255	527	289	355	375	394	193	481	6 061
Passivos por contratos de investimen- to	0	30	61	61	61	726	93	1 493	5 999	8 523
Valores de mercado negativos decor- rentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	42	240	350	231	55	398	1 145	2 602	5 063
Recursos de bancos centrais adquiri- dos	986	0	0	0	0	0	0	0	0	986
Títulos vendidos com acordos de recompra	3 677	1 397	3 225	1 001	202	400	0	0	0	9 901
A pagar a bancos	3 518	1 170	3 155	1 001	202	400	0	0	0	9 445
A pagar a clientes	158	227	70	0	0	0	0	0	0	456
Títulos cedidos por empréstimo	1 960	15	1	0	0	0	0	0	363	2 339
A pagar a bancos	130	5	0	0	0	0	0	0	1	136
A pagar a clientes	1 830	10	1	0	0	0	0	0	361	2 203
Outros empréstimos a curto prazo	26 642	5 099	2 766	4 499	1 995	1 929	0	0	0	42 931
Dívida a longo prazo	0	1 027	4 778	6 261	6 401	7 272	24 219	51 257	43 622	144 837
Títulos de dívida – sénior	0	923	3 833	5 190	5 616	6 767	18 224	46 138	32 755	119 446
Títulos de dívida – subordinados	0	0	645	262	601	236	500	169	2 633	5 047
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	104	300	750	148	124	5 291	4 351	7 930	18 999
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	59	35	145	205	598	304	1 345
Títulos fiduciários preferenciais	0	832	3 053	655	89	277	726	4 757	184	10 573
Outros passivos financeiros	155 055	884	3 126	217	78	174	352	20	23	159 929
Total de passivos financeiros	1 141 627	61 336	135 822	56 857	20 177	20 712	33 608	69 200	67 754	1 607 093
Outros passivos	28 288	0	0	0	0	0	0	0	0	28 288
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	73 223	73 223
Total do passivo e do capital próprio	1 169 915	61 336	135 822	56 857	20 177	20 712	33 608	69 200	140 976	1 708 604
Compromissos assumidos fora do balanço	6 924	10 505	10 433	16 063	10 182	15 092	28 165	93 727	25 441	216 533
Bancos	203	815	1 995	2 316	696	1 009	1 873	1 700	761	11 368
Retalho	682	324	284	548	526	1 009	2 183	1 010	6 817	13 383
Grandes empresas e outros clien- tes	6 039	9 366	8 154	13 199	8 960	13 075	24 108	91 017	17 864	191 782

Relatório de Remunerações

Introdução

O Relatório de Remuneração de 2015 fornece informação quantitativa e qualitativa detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global (exceto o Deutsche Postbank AG, que fornece as suas informações em separado). Além disso, contém divulgações específicas de colaboradores e membros do Conselho de Administração identificados como colaboradores que correm riscos materiais, em conformidade com o regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

O relatório inclui as seguintes secções:

- Relatório de remuneração Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo
- Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração
- Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

O relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 "Relato da remuneração dos órgãos executivos", do decreto CRR, InstVV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Remuneração do grupo e divulgação

Sumário executivo

O ano de 2015 foi fortemente influenciado pelo lançamento da Estratégia 2020 e pelo impacto nos resultados financeiros do Banco de elementos extraordinários e, em primeiro lugar, pela imparidade de *goodwill*.

As decisões do Banco sobre remunerações para 2015 tiveram de equilibrar cuidadosamente a perda reportada para 2015 face aos desenvolvimentos positivos de receitas e à posição geral do capital. À luz destas considerações, o Conselho de Administração decidiu conceder remuneração variável (RV) no total de 2,4 mil milhões de euros aos seus colaboradores. Aplicando as taxas de câmbio utilizadas para a remuneração variável de 2015 à remuneração variável de 2014, isto representa um decréscimo face a 2014 de aproximadamente 17%.

O Banco continua empenhado em alinhar a remuneração com o desempenho de longo prazo da instituição. Perante este cenário, a proporção de RV que será paga ou entregue numa fase posterior mantém-se elevada nos 49% (incluindo elementos de remuneração iniciais em ações). De modo a fundamentar ainda mais este alinhamento, 33% foram atribuídos em ações. Para colaboradores que correm riscos materiais, a proporção sujeita a pagamento ou entrega numa fase posterior totalizou 88%.

Face ao resultado negativo para 2015, a RV para 2015 foi também concedida com vista a garantir a estabilidade da franquia e com expectativa de um desenvolvimento positivo e sustentável nos próximos anos. Perante este cenário, era importante para o Banco que esta expectativa se refletisse também na estrutura da RV. O Banco decidiu assim tomar medidas adicionais com vista a um alinhamento entre a RV e um desempenho sustentável aumentando o período mínimo de diferimento para os elementos de remuneração diferidos de três para quatro anos para todos os colaboradores que recebem os elementos de remuneração diferidos. Adicionalmente, o período de retenção para elementos de remuneração iniciais em ações para colaboradores que correm riscos materiais foi aumentado para um ano. Estas medidas são acompanhadas pela introdução de métodos reforçados para um ajustamento *ex-post* ao risco da RV, que permite um subsequente decréscimo ou total eliminação da RV.

Com o objetivo de garantir que a abordagem do Banco à remuneração se mantém alinhada com os seus objetivos de vários anos ao abrigo da Estratégia 2020, o Banco implementou também uma nova estrutura de remuneração a partir de 2016 (o novo quadro remuneratório). Esta nova estrutura coloca maior ênfase na remuneração fixa, bem como numa ligação mais próxima e transparente entre o desempenho global do Grupo e as decisões individuais relativas à RV.

Estratégia de remuneração

A remuneração desempenha um papel fundamental na implementação bem-sucedida dos objetivos estratégicos do Deutsche Bank. A estratégia de remuneração do Grupo assenta no apoio a um modelo de banca global, centrado no cliente com práticas de remuneração seguras, que operam mediante a capacidade de capital, liquidez e assunção de risco do Banco e de acordo com os objetivos estratégicos do Banco e com os respetivos valores e convicções.

Cinco objetivos principais das nossas práticas de remuneração

- Apoiar a implementação da estratégia bancária centrada no cliente e universal do Deutsche Bank, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e locais de diversos países
- Apoiar o desempenho do banco a longo prazo, o desenvolvimento sustentável da instituição e as estratégias de risco que daí derivam
- Apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos
- Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras em termos de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação
- Fundamentar os valores declarados do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente, inovação, disciplina e parceria

Princípios de remuneração essenciais

- Alinhar remuneração com os interesses dos acionistas e a rentabilidade sustentável da instituição, tendo em conta risco e custo de capital
- Maximizar desempenho sustentável dos colaboradores e da empresa
- Atrair e reter os melhores talentos
- Calibrar remuneração para diferentes divisões e níveis de responsabilidade
- Aplicar uma conceção de remuneração simples e transparente
- Garantir conformidade com os requisitos regulamentares

A política de remuneração do Grupo é um documento interno destinado a informar e educar os colaboradores quanto à estratégia de remuneração, estruturas e processos de governo do Banco, bem como quanto às práticas e estruturas de remuneração. Em conjunto, a estratégia de remuneração do Grupo e a política de remuneração do Grupo proporcionam uma ligação clara e demonstrável entre as práticas de remuneração e a estratégia mais vasta do Grupo. Ambos os documentos foram publicados no site de intranet do Banco e estão disponíveis para todos os colaboradores.

Conformidade regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é a principal consideração na estratégia de remuneração do Grupo do Banco. O Banco tentou estar na linha da frente das mudanças regulamentares de remuneração e continuará a trabalhar com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu (“BCE”) para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está sujeito aos requisitos CRD IV, conforme traduzido para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV, globalmente. O Banco adotou as regras para todas as subsidiárias e sucursais globalmente, na medida necessária de acordo com o artigo 27.º do InstVV. O Banco identifica também todos os colaboradores cujo trabalho seja considerado como tendo um impacto material no perfil de risco global (colaboradores que correm riscos materiais) de acordo com o InstVV. Os colaboradores que correm riscos materiais são identificados ao nível do Grupo e também ao nível de uma única entidade jurídica para instituições significativas no âmbito do artigo 17.º do InstVV.

Nos termos da CRD IV e requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Banco está sujeito a um rácio de remuneração fixa e variável de 1:1, considerando que os acionistas poderão aprovar um aumento para 1:2. Na Assembleia-Geral Anual do Banco em 22 de maio de 2014 e de acordo com o artigo 25.º-A, n.º 5, da lei bancária alemã, foi concedida aprovação dos acionistas para aumentar o rácio para 1:2. De modo a enfatizar o componente de remuneração fixa no que diz respeito à remuneração para colaboradores em funções de controlo, o Conselho de Administração determinou que os indivíduos em funções de controlo independentes estão sujeitos a um rácio de 1:1.

Como resultado da legislação específica do setor e de acordo com o InstVV, determinadas subsidiárias de gestão de ativos e património que façam a gestão específica de investimentos alternativos são governadas segundo a Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (“DGfIA”). A DGfIA contém disposições sobre a remuneração que descrevem as regras que os gestores de fundos de investimento alternativos (“GFIA”) devem cumprir quando estabelecem e aplicam as políticas de remuneração para certas categorias dos seus colaboradores. Quem corre riscos materiais na DGfIA deve ser identificado ao nível GFIA. Uma diferença notável para a CRD IV e respetiva implementação na lei alemã é o facto de as pessoas que correm riscos na DGfIA não serem sujeitas ao rácio de remuneração fixa e variável estipulado na CRD IV. O Banco identifica também colaboradores que correm riscos materiais na DGfIA para gestores de fundos de investimento alternativos de acordo com a DGfIA. O Banco aplica as provisões de remuneração para colaboradores que correm riscos materiais na InstVV também para colaboradores que correm riscos materiais na DGfIA, exceto para o rácio de remuneração fixa e variável de 1:2.

O Banco continuará a monitorizar de perto o contexto regulamentar. Os principais desenvolvimentos a nível regulamentar para 2016 incluem a adoção da Diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e a revisão esperada do InstVV à luz da publicação das “Orientações sobre políticas de remuneração sãs” pela Autoridade Bancária Europeia em dezembro de 2015.

Estrutura de remuneração total

Como parte da estratégia de remuneração, o Banco emprega uma filosofia de remuneração total, que consiste em pagamentos fixos (PF) e remunerações variáveis (RV).

Elemento	Descrição
Pagamento fixo (PF)	O PF é utilizado para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. Para a maioria dos colaboradores do Deutsche Bank, os pagamentos fixos são o principal componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é muito superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter. Como parte da remuneração fixa, um número limitado de colaboradores recebe um suplemento adicional à remuneração fixa (SARF). O SARF foi introduzido principalmente para efeitos de gestão de custos de benefícios e pensões.
Remuneração variável (RV)	A RV baseia-se no objetivo do setor de conservar a flexibilidade de custos e, simultaneamente, atrair e reter os melhores talentos. A RV também tem a vantagem de permitir diferenciar resultados de desempenho e incentivar comportamentos, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem também influenciar a cultura de forma positiva. Consequentemente, a remuneração variável é uma característica central da prática de mercado das remunerações em várias linhas de negócio globalmente no ambiente bancário. Combinado com o pagamento fixo, motiva resultados da remuneração total que são eficazes em termos de custos, flexíveis e alinhados com o desempenho.
Benefícios e pensões	De acordo com a respetiva prática de mercado local, requisitos e exigências, o Banco concede também benefícios (incluindo planos de pensão de empresa), que estão associados ao emprego no Banco, a determinadas funções sénior ou determinados tempos de serviço, mas que não têm qualquer ligação direta com o desempenho.

Abordagem de remuneração a partir de 2016: perspetiva do novo quadro remuneratório

Um dos principais objetivos da Estratégia 2020 é o alinhamento dos prémios de uma forma mais próxima do desempenho e conduta. Com vista a atingir este objetivo, o Banco avaliou a sua abordagem de remuneração durante 2015 e, em 2016, começou a colocar em prática o novo quadro remuneratório que foi concebido para alinhar o pagamento mais proximamente do desempenho sustentável em todos os níveis do Banco, através do reequilíbrio dos elementos de remuneração fixa e variável e fornecendo uma ligação mais próxima entre a RV e o desempenho no âmbito total do Banco. O novo quadro remuneratório fornece orientações sobre a proporção-alvo de elementos de remuneração fixa e variável tendo por base a antiguidade e a divisão ou função.

Para além disso, pretende-se que a remuneração variável a partir de 2016 inclua duas componentes. A primeira, a componente de grupo, reflete o desempenho do Deutsche Bank, aproximando mais a remuneração total do desempenho do Banco e reconhecendo a contribuição de cada colaborador para os resultados do Banco. A segunda, a componente individual, é mais discricionária e reconhece o desempenho individual no contexto do desempenho das divisões.

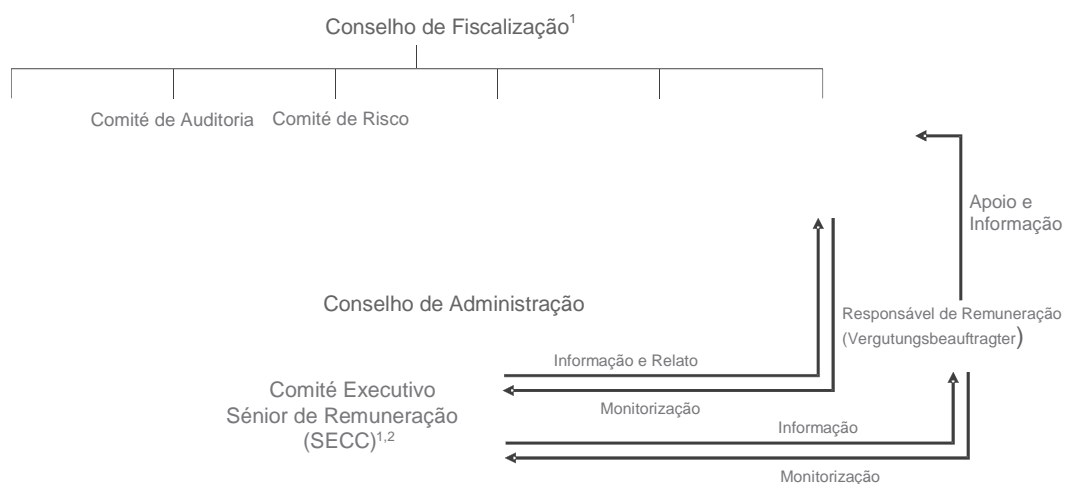
Governo das remunerações

De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por comités e funções específicos de acordo com o InstVV.

A nossa estrutura de governo robusta permite-nos operar dentro dos parâmetros claros da nossa estratégia e política de remuneração. Todas as questões remuneratórias e a conformidade geral com os requisitos regulamentares são supervisionados pelos principais comités que compõem a Estrutura global de governo dos prémios.

Estrutura de governo dos prémios

(com base no artigo 25d (12) Lei bancária alemã e InstVV)



¹ Opcional: Consultores externos independentes

² As tarefas relevantes são desempenhadas pelo SECC em nome do Conselho de Administração

Comité de Controlo de Remunerações:

O Comité de Controlo de Remunerações (Compensation Control Committee – CCC) foi estabelecido pelo Conselho de Fiscalização de acordo com o artigo 25.º-D, n.º 12 da lei bancária alemã. É composto pelo presidente do Conselho de Fiscalização e três outros membros do Conselho de Fiscalização, dois de entre os representantes dos colaboradores e tiveram 10 reuniões no exercício de 2015, duas das quais reuniões conjuntas com o Comité de Risco.

As responsabilidades do CCC incluem apoiar o Conselho de Fiscalização no estabelecimento e monitorização da estrutura adequada do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, considerando, em particular, os efeitos sobre os riscos e sobre a gestão do risco de acordo com o InstVV. Adicionalmente, o CCC monitoriza a estrutura adequada do sistema de remuneração para os colaboradores, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e pelo Comité Executivo Sénior de Remuneração. O CCC verifica regularmente se o montante total de RV é adequado e se está em conformidade com o InstVV.

O CCC avalia também o impacto dos sistemas de remuneração na gestão do risco, capital e liquidez e procura assegurar que os sistemas de remuneração estão alinhados com as estratégias de negócio e de risco. Adicionalmente, o CCC ajuda o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidos na estruturação dos sistemas de remuneração.

Responsável pelas remunerações

De acordo com o artigo 23.º do InstVV, o Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um Responsável de remuneração. O Responsável de remuneração apoia o Conselho de Fiscalização e o CCC no desempenho das suas funções no que diz respeito a todos os sistemas de remuneração e coopera de perto com o Presidente do CCC. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração.

O Responsável de remuneração executa as suas obrigações de monitorização de forma independente e fornece uma avaliação sobre a adequação da conceção e práticas dos sistemas de remuneração para colaboradores ao Conselho de Administração, ao Conselho de Fiscalização e ao CCC, pelo menos, anualmente.

Comité Executivo Sénior de Remuneração

O Comité Executivo Sénior de Remuneração (Senior Executive Compensation Committee - SECC) é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de Remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. De acordo com o seu mandato, o SECC estabelece a estratégia de remuneração, a política e os princípios orientadores e coordena as decisões de remuneração. O SECC estabelece os fatores quantitativos e qualitativos para avaliar o desempenho como base para decisões relacionadas com a remuneração e dá recomendações adequadas ao Conselho de Administração relativamente ao montante anual de RV e à sua atribuição em todas divisões e funções de infraestrutura. Comités adicionais, como organismos delegados do SECC, são parte integrante da estrutura de governo global; a inclusão destes comités é concebida para assegurar que os conhecimentos diversificados das várias partes interessadas são tomados em consideração para a tomada de decisões relacionadas com remuneração e para a aplicação das práticas de remuneração.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os colaboradores de funções de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões de negócio. Durante 2015, o SECC assistiu a inúmeras mudanças na sua composição, de acordo com as mudanças na composição do Conselho de Administração. Desde novembro de 2015, o SECC é composto pelo diretor administrativo e diretor financeiro, ambos membros do Conselho de Administração, como copresidentes, bem como pelo diretor de risco (também membro do Conselho de Administração), pelo diretor global dos Recursos humanos e um representante financeiro adicional como membros com direitos de voto. O responsável de remuneração, o responsável de remuneração adjunto e o diretor global de Benefícios são membros sem direitos de voto. O SECC reúne-se geralmente todos os meses e teve 21 reuniões relativas ao processo de remuneração do exercício de 2015.

Determinação da remuneração variável – Metodologia

O Banco tem em prática uma metodologia robusta de modo a assegurar que a determinação da RV reflete o desempenho ajustado ao risco, bem como a posição de capital do Banco e das respetivas divisões. O montante final de RV do Grupo é motivado principalmente pela (i) acessibilidade do Grupo (ou seja, o que “pode” o Banco atribuir de acordo com os requisitos regulamentares) e pela (ii) estratégia do Grupo (o que “deve” o Banco atribuir de modo a proporcionar uma remuneração adequada ao mesmo tempo que protege a saúde de longo prazo da franquia).

Parâmetro	Descrição
Acessibilidade do Grupo	A acessibilidade do Grupo é avaliada, como primeiro passo, para determinar se o Banco está em posição de atribuir a RV e mesmo assim cumprir os requisitos de liquidez e capital. A acessibilidade do Grupo é a principal consideração das decisões do montante de RV. As métricas utilizadas estão associadas ao quadro de apetência pelo risco do Banco e incluem, mas não estão limitadas a, rácio <i>Common Equity Tier 1</i> (Rácio CET 1), rácio de adequação do capital económico, rácio de alavancagem, liquidez líquida em esforço e rácio de cobertura de liquidez do Basileia III, bem como o “teste de resultados negativo” do Banco (definido em primeiro lugar para o exercício de 2015).
Desempenho ajustado ao risco	Depois de avaliada a acessibilidade do Grupo, o desempenho ajustado ao risco é o ponto de partida para a determinação do montante de remuneração variável. O Banco utiliza capital económico (EC) ajustado para se alinhar com as perdas inesperadas do Banco relativas ao futuro de modo a ajustar ao risco os montantes de remuneração variável das divisões. O modelo de EC é o principal método do Banco para calcular o grau de risco potencial futuro ao qual o Banco pode estar exposto e medir o montante de capital que o Banco precisaria para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das exposições do Banco. O ajustamento ao risco toma em consideração o risco de crédito, de mercado, operacional e de negócio. O requisito de EC aumenta em caso de aumento do perfil de risco do Banco, reduzindo assim a rentabilidade económica ao nível do Banco e, consequentemente, o montante de remuneração variável atribuído. Como parte do conjunto de considerações, o SECC compara e contrasta a posição de desempenho real através deste cálculo do montante de remuneração variável assente em fórmulas com uma visão dos montantes de remuneração variável alinhados com o desempenho subjacente e outros fatores como: <p>Principais indicadores-chave de desempenho (KPI) do grupo e divisão: As pontuações do Grupo e divisão, que consolidam um conjunto consistente de KPI financeiros e não financeiros, fornecidos por funções de controlo, são utilizadas para avaliar o desempenho de acordo com os objetivos.</p> <p>Avaliações qualitativas regulamentares e de risco: A decisão do montante de remuneração variável tem de ser sustentável e, como tal, itens como novos assuntos regulamentares e litígios pendentes, conclusões de auditoria vencidas e pontuações de alerta de risco são considerações-chave no processo de determinação da remuneração variável.</p> <p>Desempenho relativo: Tanto o desempenho de Grupo como o de divisão são avaliados no contexto de desempenho face a pares definidos.</p> <p>Posição de mercado e tendências: Fatores ambientais, dados de mercado e tendências de mercado, incluindo dados de referência sobre vários elementos de remuneração, bem como informações sobre o desenvolvimento de práticas de pagamento, são utilizados para apoiar decisões sobre remunerações justas, competitivas e eficazes em termos de custos.</p> <p>Montantes de infraestrutura: Os montantes de remuneração variável de infraestrutura não estão dependentes do desempenho da divisão que supervisionam, mas estão alinhados com bónus de divisão ou funcionais e com a acessibilidade global do Grupo. Conforme referido acima, o desempenho face a indicadores-chave estratégicos de infraestrutura é cuidadosamente considerado.</p> <p>Taxas de pagamento: Taxas de pagamento adequadas são aplicadas a cada divisão com referência a taxas de pagamento anteriores e contexto de mercado.</p>
Decisão final sobre o montante de remuneração variável	O SECC recomenda o montante de remuneração variável do Grupo derivado ao Conselho de Administração para ratificação formal. Tendo todos os fatores em conta, também pode ser exercido o poder discricionário na avaliação cuidada de contrapartidas adicionais, por exemplo, nos casos em que os investimentos estratégicos necessitam de tempo para contribuírem para o desempenho, nos casos em que se espera que um negócio único ou dinâmica de mercado invertam ou no contexto de fatores estratégicos relevantes, especialmente segundo contrapartidas de retenção de colaboradores e proteção de franquia ou fortalecimento. Após a ratificação, o Comité de Controlo de Remunerações é formalmente notificado.

Contrapartida de desempenho individual

Embora as decisões individuais de remuneração variável sejam discricionárias, todas as decisões têm de ser baseadas no desempenho e associadas a inúmeros fatores, incluindo, mas não se limitando a, desempenho do Grupo, da divisão e individual ajustado ao risco, bem como contrapartidas de retenção e aspetos comportamentais. Aquando do exercício do seu poder discricionário, os gestores devem compreender totalmente as atividades de risco absolutas e relativas das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV sejam equilibradas e correr riscos não seja incorretamente incentivado.

Isto aplica-se em particular, a gestores de colaboradores que correm riscos materiais, a quem é pedido que confirmem que efetuaram uma revisão cuidada e consideraram todas as métricas financeiras, não financeiras e de risco na determinação da remuneração individual. Para além disso, o comentário sobre o historial também é necessário para articular de que forma os parâmetros de compensação (quantitativos e qualitativos) e os fatores de desempenho e comportamento do indivíduo influenciaram a decisão final da remuneração. Foram recolhidas e fornecidas aos gestores opiniões (positivas e negativas) de funções de controlo internas sobre colaboradores que correm riscos materiais. Estas opiniões destinaram-se a assegurar um impacto adequado nas decisões no que diz respeito à avaliação de desempenho do pessoal, potencial de promoção e remuneração variável.

Remuneração variável para 2015

Alcançar um equilíbrio sustentável entre acionistas e interesses dos colaboradores é um aspeto-chave da Estratégia 2020. Para 2015, as decisões do Banco sobre remunerações tiveram de equilibrar cuidadosamente a perda reportada pelo Deutsche Bank para 2015 face aos desenvolvimentos positivos de receitas e à posição geral do capital, bem como as respetivas contrapartidas de proteção da franquia.

O SECC monitorizou a acessibilidade da remuneração variável durante 2015. Na avaliação da acessibilidade do montante de remuneração variável do Banco proposto para 2015, o SECC concluiu que, embora o Banco tenha um resultado negativo global (teste de resultados negativo), as posições de capital e liquidez do Banco mantêm-se acima dos requisitos mínimos regulamentares e os encargos de imparidade significativos do 3.º trimestre de 2015 apenas tiveram um impacto marginal no rácio de CET1 *fully loaded* e, por isso, os parâmetros de acessibilidade foram reunidos. As demonstrações financeiras de 2015 do Banco e os planos para os exercícios de 2016 e 2017 excedem as métricas internas de apetência para o risco e os requisitos mínimos regulamentares esperados.

Tendo em consideração o desempenho financeiro subjacente ajustado ao risco, o Conselho de Administração confirmou um montante de remuneração variável do Grupo a ser concedido em março de 2016 no valor de 2,4 mil milhões de euros. Aplicando as taxas de câmbio utilizadas para a remuneração variável de 2015 à remuneração variável de 2014, isto representa um decréscimo face a 2014 de aproximadamente 17%. A decisão de conceder e comunicar a remuneração variável para o desempenho de 2015 em março de 2016, e não em fevereiro como em anos anteriores, foi tomada de modo a permitir mais tempo para avaliar o desempenho do ano e só depois finalizar as decisões sobre remuneração.

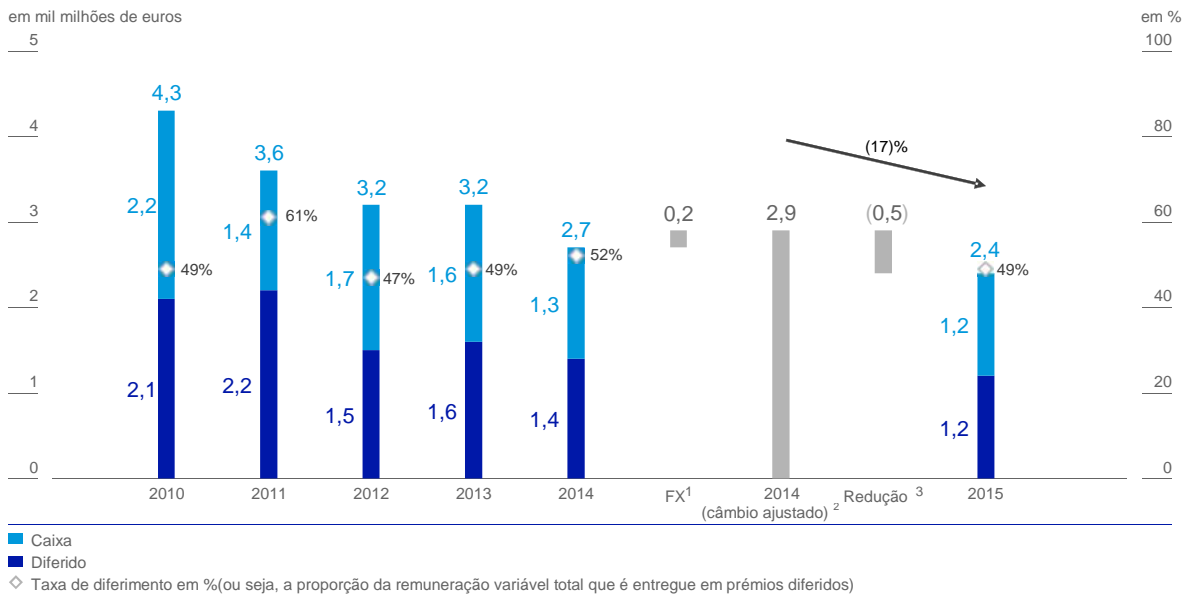
Embora a determinação do montante tenha tido como fator os resultados negativos e o retorno global para os acionistas, também teve de ter em conta que as receitas eram sólidas e que os resultados negativos para 2015 são sobretudo motivados por itens extraordinários não decorrentes do desempenho das divisões em 2015.

Para além disso, uma redução mais significativa teria prejudicado a implementação da Estratégia 2020 uma vez que teria comprometido a capacidade do Banco para atrair e reter talentos. Os colaboradores do Banco são o principal fator para alcançar os objetivos da Estratégia 2020. De modo a sustentar o impulso que tem vindo a ser acumulado nos últimos meses é essencial que os colaboradores sejam recompensados de forma adequada.

Como parte da sua remuneração variável para o ano de 2015, colaboradores selecionados que são essenciais para o Banco e para os resultados pretendidos da Estratégia 2020 receberam um prémio de posição essencial (Key Position Award - KPA). Embora a quantidade de KPA concedidos a estes indivíduos reflita o desempenho individual para 2015, foi especialmente importante empregar elementos estruturais específicos ao KPA que permitem uma ligação ainda mais forte com o desempenho sustentável a longo prazo do Banco. De modo a alcançar esta ligação mais forte, o KPA é concedido unicamente em ações do Deutsche Bank com um período de diferimento de quatro anos sem aquisição de direitos *pro rata* ("*cliff-vesting*"), bem como um período de carência adicional de um ano. Todos estes elementos estruturais excedem os atuais requisitos regulamentares correspondentes de pagamento em instrumentos, período de diferimento e período de carência.

Para além disso, uma determinada proporção do KPA do indivíduo está sujeita a um obstáculo de cotação da ação, o que significa que a proporção deste prémio apenas é obtida caso a cotação da ação do Banco atinja um determinado preço-alvo por ação. Este obstáculo adicional procura associar ainda mais a remuneração variável para 2015 ao desempenho futuro do Banco e aos resultados pretendidos da Estratégia 2020 do Banco. Também sustenta a expectativa do Banco na continuação de um desempenho forte nos próximos anos por parte dos indivíduos que receberam este prémio.

Taxas de remuneração variável e de diferimento



¹ Valores da RV de 2014 recalculados utilizando as taxas de câmbio aplicadas para a RV de 2015

³ Diminuição do câmbio ajustado na RV homóloga (2015 face a 2014)

	2015					2014
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	CB&S	GTB	Deutsche AWM	PBC	NCOU	Total - Grupo
Remuneração total¹	4 751	1 025	1 646	2 924	182	10 528
dos quais:						
Pagamento fixo	3 298	810	1 178	2 692	144	8 122
Remuneração variável	1 453	215	468	232	38	2 406
n.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	28 280	10 791	11 299	49 196	1 538	101 104
						98 138

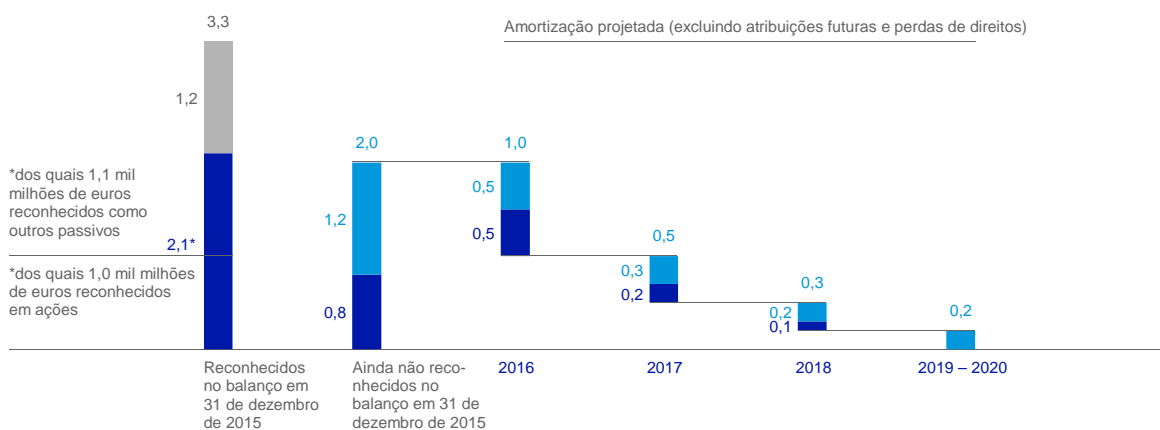
¹ Remuneração total definida como pagamento fixo para 2015 mais remuneração variável concedida em março de 2016. Tal como em anos anteriores, a remuneração variável atribuída pelo Deutsche Postbank AG não está incluída no montante variável acima. Para o Deutsche Postbank AG, prevê-se um montante total de remuneração variável de 38 milhões de euros (2014: 40 milhões de euros). Todos os valores da tabela incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura e infraestrutura regional e ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos. A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

Reconhecimento e amortização da remuneração variável concedida

Em 31 de dezembro de 2015, incluindo prémios atribuídos no início de março de 2016, os custos com remuneração variável diferida, não amortizada, eram de aproximadamente 2,0 mil milhões de euros. O gráfico seguinte apresenta o montante de remuneração variável reconhecido no balanço de 2015 e a amortização futura projetada de remuneração variável pendente nos próximos exercícios (exclui atribuições e perdas futuras).

Remuneração variável

Reconhecimento em 31 de dezembro de 2014 e amortização projetada de compensação diferida atribuída em mil milhões de euros em mil milhões de euros

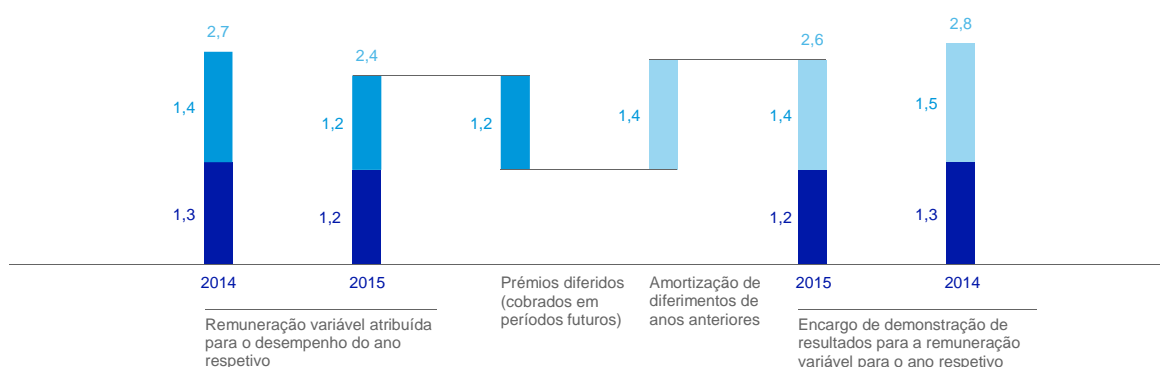


■ Parcela em numerário de remuneração variável atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2015 reconhecida como parte dos outros passivos
■ Remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2015
■ Remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho dos anos anteriores a 2014

Da remuneração variável para 2015, 1,2 mil milhões de euros são debitados na demonstração de resultados para 2015 e 1,2 mil milhões de euros serão debitados nos anos futuros. Para além disso, a demonstração de resultados para 2015 foi cobrada com uma remuneração variável de 1,4 mil milhões de euros decorrente de diferimentos dos anos anteriores.

Reconciliação entre a amortização da remuneração variável e o montante imputado aos resultados

em mil milhões de euros



■ Amortização de diferimentos de anos anteriores
■ Prémios diferidos (cobrados em períodos futuros)
■ Bónus em dinheiro (cobrados no período respetivo)

Estruturas e veículos de remuneração variável

A RV é usada pelo banco há muitos anos para incentivar, premiar e reter colaboradores com níveis elevados de desempenho e, dessa forma, diferenciar os resultados da remuneração total.

As estruturas de remuneração são concebidas para não fornecer incentivos para a tomada de risco em excesso. Perante este cenário, o Banco escolheu ir para além dos requisitos regulamentares tal como em anos anteriores, alinhando a remuneração variável de um grupo de colaboradores ainda mais amplo com o desempenho a longo prazo do Banco. No entanto, em média, os colaboradores que correm riscos materiais são sujeitos a taxas de diferimento superiores aos requisitos regulamentares mínimos de 40% - 60%. Adicionalmente, o Banco decidiu aumentar o período de diferimento mínimo para todos os colaboradores que recebem a remuneração variável diferida para quatro anos. Estas estruturas de remuneração pretendem assegurar que o alinhamento da remuneração variável com o desempenho sustentável do Grupo aumenta com o nível de responsabilidade e a remuneração total.

Grupo de colaboradores	Descrição	Impacto na remuneração variável
<p>peças que correm riscos materiais</p>	<p>O Banco identifica todos os colaboradores cujo trabalho seja considerado como tendo um impacto material no perfil de risco global de acordo com o InstVV. Os colaboradores que correm riscos materiais de acordo com o InstVV são identificados em todo o Grupo ao nível do Grupo, mas também ao nível de uma única entidade jurídica para instituições significativas no âmbito do artigo 17.º do InstVV. Para além do Deutsche Bank AG, 18 outras entidades jurídicas no Deutsche Bank Group (excl. Postbank) se inserem nos critérios do artigo 17.º do InstVV e são, por isso, consideradas importantes.</p>	<p>Pelo menos 40% a 60% da remuneração variável é diferida durante quatro anos num calendário de aquisição de direitos <i>pro rata</i>. Todos os colaboradores que correm riscos materiais recebem 50% em ações restritas e 50% em numerário restrito. Além disso, 50% do prémio inicial de remuneração variável é também atribuído em ações. 100% de qualquer remuneração variável acima dos 500 000 euros é totalmente diferida. Adicionalmente, os colaboradores com um pagamento fixo em excesso de 500 000 euros estão sujeitos a um diferimento de remuneração variável de 100%.</p> <p>De acordo com as orientações respetivas fornecidas pelo BaFin, estes requisitos não se aplicam a colaboradores que correm riscos materiais cuja remuneração variável seja inferior a 50 000 euros.</p>
<p>Membros da direção ("SMG")</p>	<p>Na qualidade de influenciadores e administradores da saúde a longo prazo e desempenho do Banco, é prudente que a maioria da sua remuneração esteja associada ao desenvolvimento e êxito a longo prazo do Grupo. Todos os membros da direção são colaboradores que correm riscos materiais.</p>	<p>De modo a permitir um maior alinhamento da remuneração deste grupo com um desempenho sustentado a longo prazo do Banco, os prémios em ações diferidas são sujeitos a um período combinado de diferimento e carência de cinco anos ("cliff-vesting").</p>
<p>Todos os outros colaboradores</p>	<p>Todos os colaboradores são sujeitos à matriz de diferimentos do Banco. A matriz de diferimentos continua a avançar para a proteção dos que possuem rendimentos inferiores, assegurando simultaneamente um montante adequado de diferimento para os que possuem rendimentos superiores.</p>	<p>O limiar de diferimento é de 100 000 euros, acima do qual pelo menos 50% de qualquer remuneração variável foi diferida. 50% da remuneração variável diferida é recebida em numerário restrito e 50% em pagamento inicial em ações.</p>

Os benefícios gerais dos prémios diferidos e os aspetos positivos do ponto de vista de gestão do risco e retenção devem também ser cuidadosamente equilibrados com a gestão de custos de remuneração para anos futuros e as implicações de alargar os níveis de diferimento. Refletindo o que o Banco considera ser um saldo adequado, 49% do montante de remuneração variável global do Grupo para 2015 é pago ou entregue depois de março 2016.

Visão geral sobre os tipos de prêmio

Tipo de prêmio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de carência	Proporção
Bônus em dinheiro	Proporção inicial de numerário	Todos os colaboradores ²	N/S	N/S	50% de remuneração inicial (não diferida) para colaboradores que correm riscos materiais do InstVV 100% de remuneração inicial (não diferida) para todos os outros colaboradores
Prêmios iniciais em ações ("EUA")	Proporção de pagamentos iniciais em ações; o valor dos Estados Unidos está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado a longo prazo do Banco.	Todos os colaboradores que correm riscos materiais ² em RV 50 000 euros	N/S	12 meses (aumentou de 6 meses em 2014)	50% de remuneração inicial (não diferida) para colaboradores que correm riscos materiais
Prêmio restrito de incentivo ("RIA")³	Parcela não baseada em ações (remuneração em numerário diferida)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição <i>pro rata</i> no prazo de quatro anos (aumentado de três anos em 2014)	N/S	50% de remuneração diferida
Prêmios restritos de ações ("REA")⁴	Parcela de ações diferidas; o valor dos prêmios restritos em ações está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período da aquisição de direitos e do período de carência estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado de longo prazo do Banco.	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisição de direitos <i>pro rata</i> no prazo de quatro anos (aumentado de três anos em 2014); aquisição imediata de direitos (<i>Cliff-vesting</i>) após 4,5 anos para os membros da direção	6 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de remuneração diferida
Prêmio de posição-chave (Key Position Award - "KPA")	Prêmio em ações diferidas específico para colaboradores selecionados considerados como contribuidores-chave para os resultados da Estratégia 2020	Colaboradores selecionados	Aquisição imediata de direitos (<i>Cliff-vesting</i>) após quatro anos	1 ano	N/S

¹ Todos os prêmios em ações para colaboradores que correm riscos materiais estão sujeitos a um período de carência após a aquisição de direitos de cada tranche, período durante o qual os colaboradores não podem vender as suas ações.

² Os colaboradores com um pagamento fixo superior a 500 000 euros estão sujeitos a um diferimento de remuneração variável de 100% e não recebem remuneração variável inicial.

³ Um número limitado de colaboradores seniores/colaboradores que correm riscos materiais na nossa divisão Deutsche AWM recebeu uma parcela do seu prêmio diferido sob a forma de um plano de incentivo a colaboradores (Employee Incentive Plan – EIP). São prêmios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio. As disposições relativas a diferimentos e a perdas de direitos no âmbito do EIP mantêm-se iguais, bem como todos os outros prêmios. Estes colaboradores recebem ainda 50% do seu prêmio diferido em ações (como no REA) conforme exigido pela regulamentação.

⁴ Os colaboradores na área de negócio de Private Client Services (PCS) da Deutsche AWM recebem um prêmio PCS em vez de um REA.

Visão geral sobre o plano de diferimentos de 2015

	Tipo de prémio	2016		2017		2018		2019		2020		2021
		Mar	Set	Mar	Set	Mar	Set	Mar	Set	Mar	Set	Mar
Administração Sênior do Grupo	Bónus em dinheiro	Pagamento										
	EUA	Aquisição		Entrega								
	RIA			1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		
	REA										Aquisição imediata de direitos (Cliff-Vesting)	Entrega
	KPA										Aquisição imediata de direitos (Cliff-Vesting)	Entrega
Todos os outros colaboradores que correm riscos materiais	Bónus em dinheiro	Pagamento										
	EUA	Aquisição		Entrega								
	RIA			1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		
	REA			1/4 aquisição	Entrega	1/4 aquisição	Entrega	1/4 aquisição	Entrega	1/4 aquisição	Entrega	
	KPA										Aquisição imediata de direitos (Cliff-Vesting)	Entrega
Todos os outros colaboradores	Bónus em dinheiro	Pagamento										
	RIA			1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		1/4 aquisição e pagamento		
	REA			1/4 aquisição e entrega		1/4 aquisição e entrega		1/4 aquisição e entrega		1/4 aquisição e entrega		
	KPA										Aquisição imediata de direitos (Cliff-Vesting)	Entrega

Ajustamento *ex post* de risco da remuneração variável

As condições de desempenho e perda de direitos são elementos-chave das estruturas de remuneração diferida do Banco e suportam o alinhamento dos prémios com conduta e desempenho futuros ao mesmo tempo que também permitem testes *a posteriori* da avaliação de desempenho inicial. Tal como ilustrado pelas estatísticas neste relatório, a percentagem de prémios de remuneração variável sujeitos a diferimento e, como tal às condições de perda de direitos e desempenho, aumenta em função da remuneração total. Juntamente com o âmbito de medidas de ajustamento do risco, a duração do período no qual são aplicáveis é igualmente importante e reflete-se na aplicação destas condições até à liquidação dos prémios.

As decisões sobre remuneração variável para 2015 foram acompanhadas pela decisão de aumentar a capacidade de aplicar medidas para um ajustamento *ex post* de risco adequado. O aumento do período de diferimento mínimo para quatro anos permite a aplicação de um ajustamento *ex post* de risco para um prazo mais longo. Adicionalmente, para fundamentar a importância de um ajustamento *ex post* de risco adequado, o Banco analisou e optou por fortalecer ainda mais as condições de desempenho e perda de direitos.

Visão geral das condições de desempenho e perda de direitos da remuneração variável para 2015

Condições de desempenho e perda de direitos	Descrição	pessoas que correm riscos materiais			Outros colaboradores com prémios diferidos	
		EUA	REA/KPA	RIA	REA/KPA	RIA
Condição de desempenho do rácio de capital do Grupo Common Equity Tier 1	Se no fim do trimestre anterior à aquisição de direitos ou liquidação o rácio CET 1 do Grupo for inferior a um determinado limiar	O prémio total não entregue caducará	Todas as tranches não entregues caducará		Todas as tranches não entregues caducará	
Condição negativa de desempenho IBIT do Grupo	Se, em qualquer exercício durante o período de aquisição de direitos, o Conselho de Administração determinar que antes da entrega os resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) do Grupo são negativos		A próxima tranche a entregar caducará*	A próxima tranche a entregar caducará	A próxima tranche a entregar caducará*	
Condição negativa de desempenho IBIT da divisão	Se, em qualquer exercício durante o período de aquisição de direitos, o Conselho de Administração determinar que antes da entrega os resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) da divisão são negativos, mesmo que estejam reunidas as condições IBIT do Grupo (a condição IBIT da divisão não é aplicável a colaboradores na Gestão Regional, Infraestrutura e NCOU)		A próxima tranche a entregar caducará*	A próxima tranche a entregar caducará		
Disposição relativa a imparidade	Se se descobrir que o prémio (ou a concessão, aquisição de direitos ou liquidação de qualquer outro prémio efetuada ao participante) foi baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão, ou se uma operação, negociação ou transação atribuível a um colaborador tiver um efeito adverso significativo em qualquer entidade ou divisão do Grupo ou no Grupo em geral.		Até 100% dos prémios não entregues caducará			
Disposição relativa a recuperação por violação de política/violação regulamentar	Se se descobrir uma violação de uma política interna ou procedimento ou violação de legislação ou regulamento aplicável imposto externamente antes da liquidação		Até 100% dos prémios não entregues caducará			
Falha de controlo de material	Se ocorrer uma falha de controlo de material, quer decorrente de ato ou omissão (ou conjunto de atos ou omissões), que seja considerada como atribuível ao participante (total ou parcialmente, direta ou indiretamente, a nível de supervisão ou gestão, como membro de um comité ou painel ou de outro modo)		Até 100% dos prémios não entregues caducará			
Requisitos regulamentares	Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor (o que, para evitar dúvidas, inclui qualquer legislação ou orientação publicada por um regulador de tempos a tempos)		Até 100% dos prémios não entregues caducará			

* Para os tipos de prémio sujeitos a uma aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*), uma determinada proporção do prémio (20% para REA dos membros da direção, 25% para KPA) caducará no prazo de um ano, se o IBIT for negativo nesse ano.

No que diz respeito a prémios diferidos planeados para serem entregues no primeiro trimestre de 2016, o Conselho de Administração confirmou que as condições de desempenho a nível do IBIT do Grupo e divisão para o exercício de 2015 foram cumpridas. A seu critério nesta determinação, o Conselho de Administração reconheceu as circunstâncias únicas em que a perda do Banco para o exercício de 2015 reflete as decisões estratégicas, ajustamentos para imparidades de *goodwill* e custos de reestruturação do negócio. Consequentemente, os prémios diferidos são entregues conforme planeado no primeiro trimestre de 2016.

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR

Globalmente, 3005 colaboradores foram identificados como colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV, para o exercício de 2015, em 50 países. Os elementos de remuneração coletivos para os colaboradores que correm riscos materiais do InstVV são detalhados nas tabelas abaixo de acordo com o artigo 16.º do InstVV e art. 450.º do CRR.

Remuneração agregada para colaboradores que correm riscos materiais

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Outros colaboradores que correm riscos materiais							2015
	Direção ²	Função de supervisão ³	CB&S	PBC	GTB	Deutsche AWM	NCOU	Total Grupo
Número de colaboradores	181	60	1 871	179	212	452	50	3 005
Pagamento total	343	N/S	1 689	85	114	391	48	2 670
dos quais:								
Pagamento fixo	189	N/S	909	49	62	191	23	1 423
Pagamento variável	153	N/S	780	35	52	200	25	1 246
Pagamento variável⁴	153	N/S	780	35	52	200	25	1 246
dos quais:								
Variável em numerário	51	N/S	283	18	27	107	13	498
Variável em ações	102	N/S	497	18	26	90	13	745
Variável em instrumentos associados a ações	0	N/S	0	0	0	0	0	0
Variável em outros tipos de instrumentos	0	N/S	0	0	0	3	0	3

N/S – Não significativo

¹ Todos os valores da tabela incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura ou ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos. A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.² Direção refere-se a membros do Conselho de Administração/Diretores executivos de instituições importantes nos termos do artigo 17.º do InstVV e a membros da direção.³ A função de supervisão refere-se a membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho de Fiscalização de instituições importantes nos termos do artigo 17.º do InstVV. As informações acerca da remuneração não são comunicadas aos membros não executivos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.⁴ O pagamento variável inclui remuneração variável, bem como outros elementos de remuneração discricionários.

Remuneração diferida

em milhões de euros	Outros colaboradores que correm riscos materiais			2015
	Direção	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Grupo	Total
Pagamento variável diferido pendente	470	1 831		2 301
dos quais:				
Prémios com direitos adquiridos	25	30		55
Prémios sem direitos adquiridos	445	1 802		2 246
Pagamento variável diferido concedido para 2015	144	760		904
Pagamento variável diferido concedido durante 2015 ¹	215	915		1 131
Pagamento variável diferido caducado devido a ajustamento <i>ex post</i> de risco em 2015	0	26		26
Pagamento variável diferido de anos anteriores efetuado durante 2015	148	989		1 137

¹ Não inclui a remuneração variável concedida em março de 2016 para o exercício de 2015.

Durante 2015, treze colaboradores que correm riscos materiais no âmbito do InstVV perderam os direitos relativamente aos seus prémios em consequência de terem sido alvo de rescisão por justa causa ou de uma deteção de uma violação de política. O total do montante caducado (com base no valor dos prémios na atribuição) foi de 26,2 milhões de euros.

Pagamentos acordados e de rescisão

em milhões de euros	Outros colaboradores que correm riscos materiais			2015
	Direção	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Grupo	Total
Pagamentos acordados (em milhões de euros)	0	1		1
Número de beneficiários	2	8		10
Pagamentos de rescisão concedidos (em milhões de euros)	10	27		38
Número de beneficiários	3	67		70

O pagamento de rescisão mais elevado concedido a um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV foi de 5,2 milhões de euros.

Remuneração de pessoas com rendimentos elevados

em euros	2015	
	Número de colaboradores	
Pagamento total		
1 000 000 a 1 499 999		385
1 500 000 a 1 999 999		151
2 000 000 a 2 499 999		84
2 500 000 a 2 999 999		48
3 000 000 a 3 499 999		29
3 500 000 a 3 999 999		21
4 000 000 a 4 499 999		10
4 500 000 a 4 999 999		8
5 000 000 a 5 999 999		8
6 000 000 a 6 999 999		6
7 000 000 a 7 999 999		3
8 000 000 a 8 999 999		1
9 000 000 to 9 999 999		0
10 000 000 to 10 999 999		1
11 000 000 to 11 999 999		1

Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração

Responsabilidade

O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização é apoiado pelo Comité de Controlo de Remunerações.

Conforme exigido por lei, o Comité de Controlo de Remuneração é composto por quatro membros, dos quais pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores. Em relação ao Conselho de Administração, as tarefas do Comité de Controlo de Remunerações incluem apoiar e monitorizar o Conselho de Fiscalização na estruturação adequada do sistema de remuneração e preparar as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas às remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração.

Aprovação do sistema de remunerações na Assembleia-Geral

O Conselho de Fiscalização revê regularmente o sistema de remunerações para os membros do Conselho de Administração. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorre à possibilidade prevista pela Lei bancária alemã sobre a adequação da remuneração do Conselho de Administração (*Gesetz zur Angemessenheit der Vorstandsvergütung – VorstAG*) de levar à aprovação da Assembleia-Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Mais recentemente, em maio de 2013, a Assembleia-Geral aprovou um sistema de remunerações novo para os membros do Conselho de Administração, em grande maioria de 88,71%, com efeito retroativo a 1 de janeiro de 2013.

Com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016, o Conselho de Fiscalização alterou o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração no que diz respeito ao montante da remuneração fixa, às contribuições para o plano de pensões da empresa, aos componentes de remuneração variável e aos valores-alvo. Em maio de 2016, a Assembleia-Geral terá a oportunidade de votar numa resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Requisitos regulamentares e estatutários

A estruturação do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração é feita tendo em consideração os requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. De acordo com as abordagens regulamentares ao abrigo do CRD IV, em vigor desde 2014, o rácio da remuneração fixa e variável é geralmente limitado a

1:1 (regulamentação de cap) para os membros do Conselho de Administração, ou seja, o montante de remuneração variável não pode exceder o montante de remuneração fixa. O raciocínio é o de que a remuneração variável excessivamente elevada poderia criar um incentivo maior para correr riscos desnecessariamente elevados.

Todavia, os legisladores estipularam igualmente que os acionistas podem optar por mitigar o requisito, definindo o rácio de remuneração fixa e variável para 1:2. Em maio de 2014, a Assembleia-Geral utilizou esta possibilidade estatutária e aprovou a definição supramencionada para 1:2 com uma maioria de 90,84%.

Princípios do sistema de remunerações

Os requisitos variados aplicáveis em todo o mundo apresentam ao Conselho de Fiscalização o desafio de poder oferecer, dentro das exigências regulamentares, pacotes de remuneração globais que continuam a estar em linha com as práticas de mercado habituais e, por conseguinte, competitivas.

Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Enquanto é definida a remuneração variável, isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank e atribuindo componentes de remuneração com base em ações que correspondam, no mínimo, a 50% do total da remuneração variável. Ao determinar a remuneração variável, os componentes da remuneração baseados em ações estão diretamente vinculados ao desempenho da cotação das ações do Deutsche Bank e o respetivo pagamento só pode ser efetuado após um período de vários anos.

Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco, promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo e evitar incorrer em riscos excessivamente elevados.

No contexto da sua reapreciação do sistema de remunerações e na determinação da remuneração variável, o Conselho de Fiscalização recorre a consultores externos independentes especializados em matéria de remuneração e, se necessário, a consultores jurídicos.

Estrutura de remuneração

O sistema de remunerações aprovado pelo Conselho de Fiscalização e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração.

No início do ano financeiro, o Conselho de Fiscalização analisa a remuneração fixa e os valores alvo para os componentes da remuneração variável. Adicionalmente, define os objetivos gerais para o Grupo e individuais para os membros do Conselho de Administração e verifica se os objetivos alvo padrão definidos para o prémio de desempenho de longo prazo ainda se mantêm alinhados com a estratégia de longo prazo do Banco. O desempenho de membros do Conselho de Administração considerados individualmente é avaliado pelo Conselho de Fiscalização e discutido com os membros do Conselho de Administração no final do ano.

A remuneração total resultante do novo sistema de remuneração divide-se por componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho. Consiste num salário-base. O salário-base é pago em doze prestações mensais do mesmo valor. Em 2015, o salário-base era o seguinte:

em euros	2015	2014
Salário-base		
Copresidentes	3 800 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	2 400 000	2 400 000

O InstVV prevê a possibilidade de definir contribuições para o plano de pensões da empresa como remuneração fixa e, por conseguinte, inclui-las na base para o cálculo do rácio entre componentes de remuneração fixa e variável.

No exercício de 2015, as contribuições para o plano de pensões atingiram:

em euros	2015	2014
Contribuições para o plano de pensões da empresa		
Copresidentes	650 000	650 000
Membro ordinário do Conselho de Administração	400 000	400 000

Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho e consiste sobretudo em dois componentes:

- o prémio anual de desempenho e
- o prémio de desempenho de longo prazo.

Prémio anual de desempenho (APA)

O APA recompensa o cumprimento dos objetivos corporativos e de política de negócio, de curto e médio prazo, que foram estabelecidos como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio.

O montante total do APA é determinado com base em vários componentes:

- 60% do valor do prémio depende dos objetivos gerais do âmbito do Grupo que são idênticos para todos os membros do Conselho de Administração;
- Os restantes 40% do valor do prémio baseiam-se no desempenho individual e objetivos individuais que são estabelecidos pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração, separadamente, com base na função do membro.

Os objetivos são normalmente alinhados com as categorias "capital", "custos", "competências", "clientes" e "cultura". Dessa forma, refletem não só objetivos quantitativos como também abordam aspetos qualitativos do desempenho conseguido.

Objetivos referentes ao exercício de 2015

Os seguintes valores financeiros fundamentais do Grupo foram acordados como métricas para o exercício de 2015 e aplicam-se de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Os objetivos a atingir podem também, no geral, incluir outros aspetos, tal como objetivos de retorno de investimento, derivados das cinco categorias identificadas:

- Categoria Capital: Rácio Common Equity Tier 1 (CET 1) e rácio de alavancagem;
- Categoria Custos: Rácio custo/rendimento (CIR);
- Categoria Competências: Valor acrescentado reportado; e
- Categorias Cultura/Clientes: Empenho, comportamento e reputação do colaborador.

Cada categoria destes objetivos é ponderada a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destas categorias como parte do APA geral é de 60%.

Ao avaliar a componente do desempenho individual, o Conselho de Fiscalização chega a acordo, separadamente, com cada um dos membros do Conselho de Administração sobre

- um objetivo quantitativo das categorias **Capital/Custos/Competências** e
- um objetivo qualitativo das categorias **Cultura/Clientes**.

Cada um destes dois objetivos é também ponderado a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destes objetivos como parte do APA geral é de 30%.

No seu conjunto, a soma dos objetivos do Grupo e dos acordados individualmente perfaz 90% do prémio APA. Um máximo adicional de 10% é mantido para permitir ao Conselho de Fiscalização premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos, ao longo do exercício, como parte da sua ampla autoridade discricionária.

Como parte do processo anual de definição de objetivos, são determinados fatores correspondentes para todos os objetivos que o Conselho de Fiscalização irá usar como base para avaliar o desempenho no final do ano. O nível de desempenho alvo correspondente e o montante final do APA já não se definem com base numa fórmula, mas são determinados numa base discricionária pelo Conselho de Fiscalização como parte de um parecer informado assente em fatores predefinidos. Os seguintes fatores são tidos em conta: o valor efetivo obtido, valores do plano e valores alvo anunciados externamente, valores comparáveis de outras instituições bancárias, os valores do ano anterior em termos de uma análise plurianual do desenvolvimento, bem como uma análise qualitativa do nível de cumprimento dos objetivos e a orientação de risco geral do Banco.

Se os objetivos não forem atingidos durante o período objeto da avaliação, o Conselho de Fiscalização poderá determinar a não atribuição de um APA.

Os valores mínimo, alvo e máximo anuais aplicáveis ao APA para o ano 2015 para um membro ordinário do Conselho de Administração e para os copresidentes do Conselho de Administração são os seguintes:

em euros	2015			2014
	Mínimo	Alvo	Máximo	Alvo
Copresidentes				
Montante por 15 % do objetivo	0	225 000	450 000	225 000
Total do APA	0	1 500 000	3 000 000	1 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração				
Montante por 15 % do objetivo	0	150 000	300 000	150 000
Total do APA	0	1 000 000	2 000 000	1 000 000

Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O nível do prémio de desempenho de longo prazo é determinado com base no desempenho relativo das ações do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas. Através da inclusão adicional de parâmetros não financeiros, é também orientado para a forma como os objetivos são atingidos. Isto permitirá continuar a promover um desenvolvimento de desempenho sustentável.

Da mesma forma, o nível do LTPA está ligado ao retorno total relativo dos acionistas e, adicionalmente, será baseado num fator de cultura e cliente. O nível do LTPA é, no geral, baseado numa fórmula e calculado com base em valores-alvo predefinidos. A natureza de longo prazo desta componente da remuneração é mantida pela determinação do retorno total relativo dos acionistas com base numa avaliação de três anos.

Retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank

O retorno total relativo dos acionistas (Relative Total Shareholder Return – RTSR) do Deutsche Bank deriva do retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo selecionado de pares (cálculo em euros). O nível da parcela do prémio é calculado a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores).

Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 150% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Se a média de três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor diminui de forma não proporcional. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando num intervalo inferior a 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

O grupo de pares utilizado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas foi selecionado com base nos critérios de atividades de negócio geralmente comparáveis, dimensão comparável e presença internacional e é revisto regularmente. O grupo de pares passou a incluir os seguintes bancos:

BNP Paribas e Société Générale (ambos da área do euro),
Barclays, Credit Suisse e UBS (da Europa, fora da área do euro), bem como
Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan Chase e Morgan Stanley (todos dos E.U.A.).

Fator de cultura e cliente

Ao longo do fator Cultura e Cliente, a satisfação dos clientes e as relações com os mesmos serão avaliadas para promover um desenvolvimento sustentável das relações com os clientes.

O Conselho de Fiscalização avaliará o estado do desenvolvimento do Banco nestes aspetos, a seu critério e com base em resultados de inquéritos específicos das divisões, bem como outras análises de mercado centradas nas quatro categorias "abaixo da média", "média", "bom" e "excelente". Para uma classificação na categoria "excelente", é atribuído 150 % do valor alvo do fator cultura e cliente, 100% para "bom" e 50% para "média". No caso "abaixo da média", o valor da parcela do prémio definido como zero.

Levando em conta os ajustamentos do sistema de remuneração aos requisitos do CRD IV, o LTPA será calculado com base nos números-alvo modificados em conjunto com o RTSR alcançado e o fator Cultura e Cliente. O LTPA pode ser um máximo de 150 % dos valores alvo correspondentes.

A ponderação destas duas métricas de desempenho é dois terços para o valor RTSR e um terço para o valor de cultura e cliente.

em euros	2015			2014
	Mínimo	Alvo	Máximo	Alvo
Copresidentes				
Componente RTSR	0	2 533 333	3 800 000	2 533 333
Componente de cultura e cliente	0	1 266 667	1 900 000	1 266 667
Total do LTPA	0	3 800 000	5 700 000	3 800 000
Membro ordinário do Conselho de Administração				
Componente RTSR	0	1 600 000	2 400 000	1 600 000
Componente de cultura e cliente	0	800 000	1 200 000	800 000
Total do LTPA	0	2 400 000	3 600 000	2 400 000

Remuneração máxima

Na sequência da implementação das exigências regulamentares e com base nos componentes de remuneração individual anteriormente referidos, os montantes máximos anuais são os seguintes:

em euros	2015				2014
	Salário-base	APA	LTPA	Remuneração total	Remuneração total
Copresidentes					
Alvo	3 800 000	1 500 000	3 800 000	9 100 000	9 100 000
Máximo	3 800 000	3 000 000	5 700 000	12 500 000	12 500 000
Membro ordinário do Conselho de Administração					
Alvo	2 400 000	1 000 000	2 400 000	5 800 000	5 800 000
Máximo	2 400 000	2 000 000	3 600 000	8 000 000	8 000 000

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a um limite separado de 9,85 milhões de euros, que foi definido pelo Conselho de Fiscalização para a remuneração total geral para o exercício de 2015. Do mesmo modo, o máximo calculado da remuneração total de 12,5 milhões de euros para os copresidentes não poderá entrar em vigor e, por isso, a remuneração variável máxima potencial para cada copresidente está limitada a 6,05 milhões de euros.

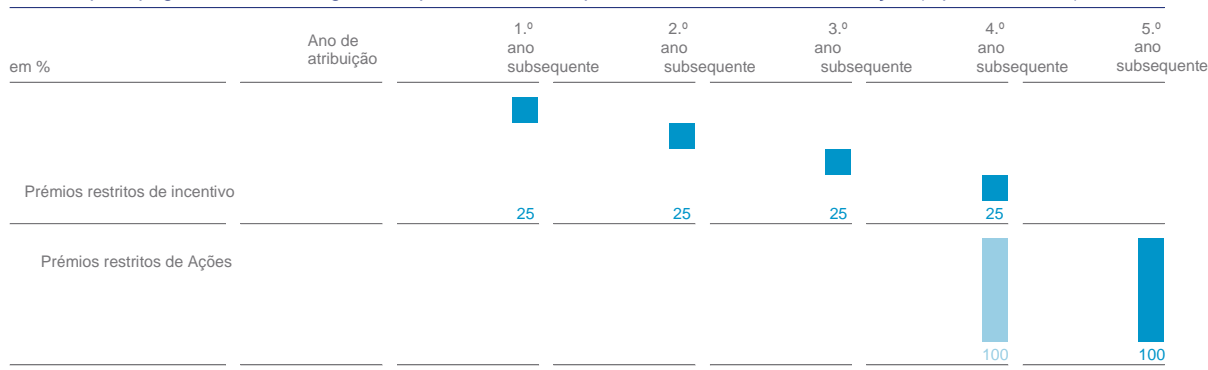
Incentivo de longo prazo/sustentabilidade

O InstVV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total seja concedido numa base diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Um máximo de 40% da remuneração variável total poderão ser atribuídos numa base não diferida. No entanto, pelo menos metade desta percentagem deverá consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% tem de ser pago ou entregue numa data posterior. Desde 2014, a remuneração variável total para os membros do Conselho de Administração apenas foi concedida numa base diferida. O APA é concedido em princípio sob a forma de componentes diferidos de remuneração em numerário não baseados em ações ("prémios restritos de incentivo"). Os prémios restritos de incentivo atribuem a aquisição de direitos durante um período nunca inferior a quatro anos.

O LTPA é também atribuído 100% numa base diferida e apenas na forma de componentes de remuneração com base em ações ("prémio restrito em ações"). Os prémios restritos de ações atribuem a aquisição de direitos após quatro anos e meio, numa tranche única ("cliff vesting"), e têm um período adicional de carência de seis meses. De igual forma, os membros do Conselho de Administração apenas podem vender as suas ações depois de aproximadamente cinco anos. Durante o período de diferimento e carência, o valor dos prémios restritos de ações está associado à cotação das ações do Banco, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Disposições de perda de direitos específicas aplicam-se aos prémios restritos de incentivo e aos prémios restritos de ações durante o período de diferimento e carência.

O gráfico seguinte apresenta o período de tempo do pagamento ou da entrega dos componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição.

Período para pagamento ou entrega e não perda de direitos para o Conselho de Administração (a partir de 2014)



■ Prêmios em ações e não perda de direitos, alinhada com pagamento ou entrega

■ Aquisição seguida de um período de carência até à entrega; sujeita a condições de perda de direitos individuais durante o período de carência.

Para os prêmios restritos de incentivo concedidos para o exercício de 2014, é adicionado um bônus único de 2% no momento da atribuição.

Os prêmios baseados em ações concedidos para 2014 tiveram direito a um equivalente de dividendo. O equivalente de dividendo foi calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Dividendo real} \times \text{Número de prêmios em ações}}{\text{Preço das ações do Deutsche Bank na data de pagamento do dividendo}}$$

Condições de perda de direitos

O diferimento ou faseamento de alguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prêmios restritos em ações, prêmios restritos de incentivo e prêmios iniciais em ações), assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prêmios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e, no que diz respeito aos prêmios restritos em ações e aos prêmios restritos de incentivo, também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o LTPA será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

Limitações no caso de acontecimentos excepcionais

No caso de acontecimentos excepcionais, a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Para além disso, o Conselho de Fiscalização e os membros do Conselho de Administração acordaram num possível limite da remuneração variável que está incluído nos acordos de serviço dos membros do Conselho de Administração e de acordo com o qual a remuneração variável pode ser limitada a valores inferiores aos valores máximos fornecidos ou pode não ser concedida de todo. Adicionalmente, os regulamentos estatutários estipulam que o Conselho de Fiscalização pode reduzir a remuneração dos membros do Conselho de Administração para um nível adequado, se a situação da empresa deteriorar de forma concordante com a determinação da

remuneração de que a atribuição contínua da remuneração seria imprópria para a empresa. Também não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

Para promover a identificação com o Deutsche Bank e os seus acionistas, é exigido aos membros do Conselho de Administração que invistam uma parcela dos seus fundos privados em ações do Deutsche Bank. Para este efeito, os administradores deterão continuamente um número de ações do Deutsche Bank nas suas contas de títulos. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

Desde 2014, o número de ações a deter atingiu um montante equivalente a duas vezes o salário-base anual dos copresidentes e uma vez o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração.

Há um período de espera de 36 meses para os copresidentes e 24 meses para membros ordinários do Conselho de Administração até ao qual este requisito deve obrigatoriamente ser cumprido. Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de carência para ações em 2015. O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Estrutura de remunerações em janeiro de 2016

Com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016, o Conselho de Fiscalização alterou o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração.

O sistema de remuneração alterado segue a nova estrutura das divisões do Banco e, assim, a reorganização da estrutura de liderança do Banco. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, as quatro principais divisões (*front offices*) são representadas diretamente por membros no Conselho de Administração. Para os membros do Conselho de Administração com responsabilidade de *front office*, os componentes de remuneração variável anteriores serão complementados pelo componente de prémio de desempenho da divisão (Division Performance Award) recentemente introduzido. A implementação do prémio de desempenho da divisão procura refletir os requisitos de mercado e assegurar níveis de pagamento competitivos para membros do Conselho de Administração com responsabilidade de *front office*. O valor individual é determinado com base em critérios orientados para o desempenho.

As principais alterações são enunciadas a seguir:

Componentes não relacionados com o desempenho (remuneração fixa)

A remuneração fixa não está associada ao desempenho e continua a consistir num salário-base, contribuições para o plano de pensões da empresa e "outros benefícios" que compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

O salário-base mantém-se inalterado quanto ao valor. No entanto, as contribuições anuais para o plano de pensões da empresa devem ser determinadas individualmente pelo Conselho de Fiscalização em 2016.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho. Continua a consistir para todos os membros do Conselho de Administração nos dois componentes anteriores:

- o prémio anual de desempenho e
- o prémio de desempenho de longo prazo

e, para os membros do Conselho de Administração com responsabilidade de *front office*, no componente adicional seguinte:

- o prémio de desempenho da divisão.

Prémio de desempenho da divisão (DPA)

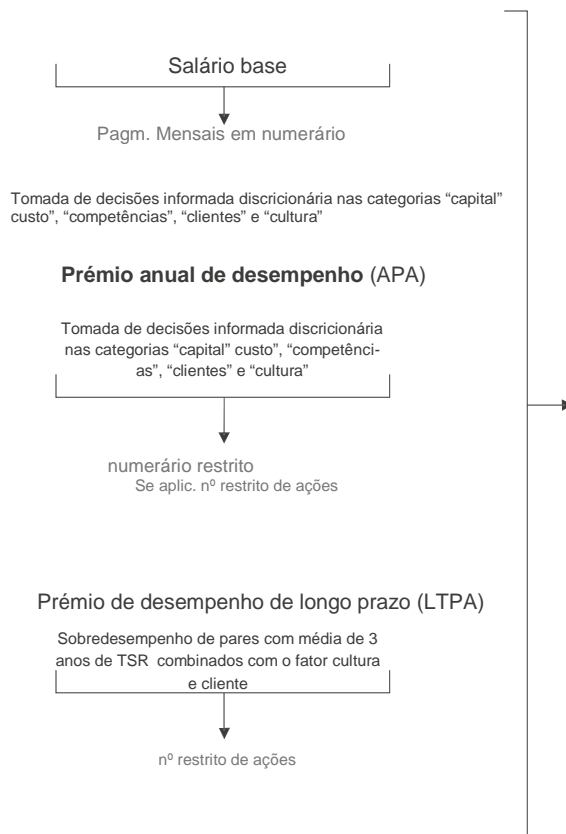
O DPA recompensa o cumprimento dos objetivos estratégicos e de política de negócio, de curto e médio prazo do Banco, que foram estabelecidos como parte do processo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. Os principais objetivos subjacentes à determinação do DPA são concebidos para contribuir para os objetivos estratégicos e de política de negócio aplicáveis da divisão relevante, em linha com a respetiva estratégia de negócio e risco e os objetivos individuais definidos separadamente para cada membro do Conselho de Administração tendo por base a área de responsabilidade do membro. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio. Em princípio, o DPA segue assim a mesma lógica de tomada de decisões e determinação que o prémio anual de desempenho, embora permita maior ênfase nos parâmetros de êxito empresarial de unidades de negócio orientadas para o cliente.

Como parte do processo de definição de metas anuais, são estabelecidos fatores correspondentes para todas as metas que serão utilizadas pelo Conselho de Fiscalização após o final do ano como base de avaliação de desempenho. O nível no qual a respetiva meta é atingida e o montante final do APA são determinados numa base discricionária pelo Conselho de Fiscalização como parte de um parecer informado assente em fatores predefinidos. Os fatores relevantes para a determinação do APA são o nível de alcance da meta e a ponderação das metas relevantes.

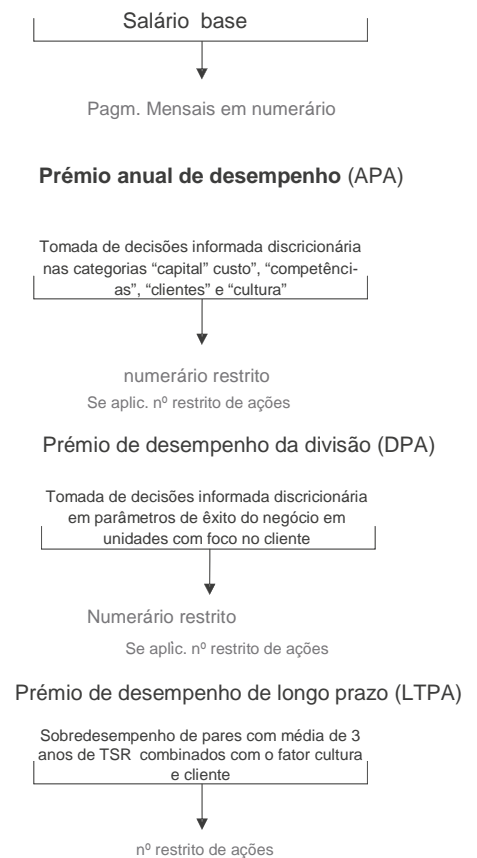
Se as metas não forem alcançadas durante o período em avaliação, o Conselho de Fiscalização pode determinar a não atribuição do APA.

O gráfico seguinte fornece uma comparação entre a estrutura de remuneração aplicável até 31 de dezembro de 2015 e a estrutura aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016:

Estrutura anterior



Nova estrutura a partir de janeiro



A nova estrutura de remuneração será apresentada em pormenor na Assembleia-Geral em maio de 2016. A Assembleia-Geral terá a oportunidade de votar numa resolução sobre a aprovação do sistema de remuneração alterado.

Remuneração do Conselho

Salário-base

No exercício de 2015, o salário-base anual dos copresidentes do Conselho de Administração foi de 3.800.000 euros cada e o de um membro ordinário do Conselho de Administração foi de 2.400.000 euros.

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base na proposta do Comité de Controlo de Remunerações, decidiu reduzir para zero a remuneração variável para o exercício de 2015 para todos os membros do Conselho de Administração no cargo durante o exercício de 2015 ao longo da sua participação no Conselho de Administração. A redução deve-se à deterioração dos principais indicadores de desempenho do Banco no exercício de 2015.

Remuneração total

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente em/para o exercício de 2015 uma remuneração (sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões) no montante de 22 660 000 euros (2014: 35 277 666 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Este montante destinava-se apenas aos salários-base (2014: 19 600 000 euros). 0 euros (2014: 15 677 666 euros) foram recebidos para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração numa base individual para 2015 como se segue (a tabela não inclui montantes recebidos por membros do Conselho de Administração afastados em relação à sua indemnização, descritos abaixo em “Outros benefícios aquando de cessação prematura”):

em euros	2015				2014
	Salário-base	APA ¹	LTPA ²	Remuneração total	Remuneração total
John Cryan ³	1 900 000	0	0	1 900 000	–
Jürgen Fitschen	3 800 000	0	0	3 800 000	6 661 958
Anshuman Jain ⁴	1 900 000	0	0	1 900 000	6 661 958
Stefan Krause ⁵	2 400 000	0	0	2 400 000	4 352 500
Dr. Stephan Leithner ⁵	2 000 000	0	0	2 000 000	4 467 250
Stuart Lewis	2 400 000	0	0	2 400 000	4 429 000
Sylvie Matherat ⁶	400 000	0	0	400 000	–
Rainer Neske ⁴	1 200 000	0	0	1 200 000	4 352 500
Henry Ritschotte	2 400 000	0	0	2 400 000	4 352 500
Karl von Rohr ⁶	400 000	0	0	400 000	–
Dr. Marcus Schenck ⁷	1 460 000	0	0	1 460 000	–
Christian Sewing ⁸	2 400 000	0	0	2 400 000	–
Total	22 660 000	0	0	22 660 000	35 277 666

¹ APA = Prémio anual de desempenho.

² LTPA = Prémio de desempenho de longo prazo.

³ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

⁴ Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

⁶ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

⁷ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁸ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Remuneração de acordo com o código de governo das sociedades alemão (GCGC)

A remuneração para os membros do Conselho de Administração de acordo com os requisitos do artigo 4.2.5, parágrafo 3 do GCGC encontra-se apresentada abaixo. Tal é composto por benefícios concedidos para o ano sob avaliação, incluindo os benefícios marginais e a remuneração máxima e mínima alcançável de componentes de remuneração variável. Além disso, são comunicados os desembolsos da remuneração fixa, remuneração variável a curto prazo e remuneração variável a longo prazo em/para o ano sob avaliação, discriminados por anos de referência relevantes.

A tabela seguinte fornece remuneração concedida para o exercício de 2015:

Remuneração concedida em 2015 (2014), de acordo com o GCGC

em euros	2015		2015		2014		2014	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	John Cryan ¹ Copresidente	
Remuneração fixa (salário-base)	1 900 000	1 900 000	1 900 000	1 900 000	0	0		
Benefícios marginais	29 697	29 697	29 697	29 697	0	0		
Total	1 929 697	1 929 697	1 929 697	1 929 697	0	0		
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0		
dos quais:								
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0		
Remuneração variável de vários anos	0	2 650 000	0	4 350 000	0	0		
dos quais:								
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0		
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	750 000	0	1 500 000	0	0		
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	1 900 000	0	2 850 000	0	0		
Total	0	2 650 000	0	4 350 000	0	0		
Custos do serviço de pensões	439 065	439 065	439 065	439 065	0	0		
Remuneração total (GCGC)	2 368 762	5 018 762	2 368 762	6 718 762	0	0		
Remuneração total²	1 900 000	4 550 000	1 900 000	6 250 000	0	0		

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2015		2015		2014		2014	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	Jürgen Fitschen Copresidente	
Remuneração fixa (salário-base)	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000		
Benefícios marginais	102 016	102 016	102 016	102 016	118 852	118 852		
Total	3 902 016	3 902 016	3 902 016	3 902 016	3 918 852	3 918 852		
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0		
dos quais:								
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0		
Remuneração variável de vários anos	0	5 300 000	0	8 700 000	2 861 958	5 300 000		
dos quais:								
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0		
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	1 500 000	0	3 000 000	860 625	1 500 000		
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	3 800 000	0	5 700 000	2 001 333	3 800 000		
Total	0	5 300 000	0	8 700 000	2 861 958	5 300 000		
Custos do serviço de pensões	624 192	624 192	624 192	624 192	648 216	648 216		
Remuneração total (GCGC)	4 526 208	9 826 208	4 526 208	13 226 208	7 429 026	9 867 068		
Remuneração total¹	3 800 000	9 100 000	3 800 000	12 500 000	6 661 958	9 100 000		

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

							Anshuman Jain ¹ Copresidente			
em euros	2015		2015		2015		2015		2014	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)
Remuneração fixa (salário-base)	1 900 000	1 900 000	1 900 000	1 900 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000	3 800 000
Benefícios marginais	337 718	337 718	337 718	337 718	718 914	718 914	718 914	718 914	718 914	718 914
Total	2 237 718	2 237 718	2 237 718	2 237 718	4 518 914	4 518 914	4 518 914	4 518 914	4 518 914	4 518 914
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:										
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	2 650 000	0	4 350 000	2 861 958	5 300 000	2 861 958	5 300 000	2 861 958	5 300 000
dos quais:										
Prêmios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo (APA)	0	750 000	0	1 500 000	860 625	1 500 000	860 625	1 500 000	860 625	1 500 000
Prêmios restritos em ações (LTPA)	0	1 900 000	0	2 850 000	2 001 333	3 800 000	2 001 333	3 800 000	2 001 333	3 800 000
Total	0	2 650 000	0	4 350 000	2 861 958	5 300 000	2 861 958	5 300 000	2 861 958	5 300 000
Custos do serviço de pensões	1 553 203	1 553 203	1 553 203	1 553 203	857 192	857 192	857 192	857 192	857 192	857 192
Remuneração total (GCGC)	3 790 921	6 440 921	3 790 921	8 140 921	8 238 064	10 676 106	8 238 064	10 676 106	8 238 064	10 676 106
Remuneração total²	1 900 000	4 550 000	1 900 000	6 250 000	6 661 958	9 100 000	6 661 958	9 100 000	6 661 958	9 100 000

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

							Stefan Krause			
em euros	2015		2015		2015		2015		2014	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	105 099	105 099	105 099	105 099	124 753	124 753	124 753	124 753	124 753	124 753
Total	2 505 099	2 505 099	2 505 099	2 505 099	2 524 753	2 524 753	2 524 753	2 524 753	2 524 753	2 524 753
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:										
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	3 400 000	0	5 600 000	1 952 500	3 400 000	1 952 500	3 400 000	1 952 500	3 400 000
dos quais:										
Prêmios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo (APA)	0	1 000 000	0	2 000 000	688 500	1 000 000	688 500	1 000 000	688 500	1 000 000
Prêmios restritos em ações (LTPA)	0	2 400 000	0	3 600 000	1 264 000	2 400 000	1 264 000	2 400 000	1 264 000	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	1 952 500	3 400 000	1 952 500	3 400 000	1 952 500	3 400 000
Custos do serviço de pensões	498 908	498 908	498 908	498 908	521 887	521 887	521 887	521 887	521 887	521 887
Remuneração total (GCGC)	3 004 007	6 404 007	3 004 007	8 604 007	4 999 140	6 446 640	4 999 140	6 446 640	4 999 140	6 446 640
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	4 352 500	5 800 000	4 352 500	5 800 000	4 352 500	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

							Dr. Stephan Leithner ¹			
em euros	2015		2015		2015		2015		2014	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)	(determinada)	(meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	72 570	72 570	72 570	72 570	353 552	353 552	353 552	353 552	353 552	353 552
Total	2 072 570	2 072 570	2 072 570	2 072 570	2 753 552	2 753 552	2 753 552	2 753 552	2 753 552	2 753 552
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:										
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	2 833 333	0	4 666 667	2 067 250	3 400 000	2 067 250	3 400 000	2 067 250	3 400 000
dos quais:										
Prêmios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prêmios restritos de incentivo (APA)	0	833 333	0	1 666 667	803 250	1 000 000	803 250	1 000 000	803 250	1 000 000
Prêmios restritos em ações (LTPA)	0	2 000 000	0	3 000 000	1 264 000	2 400 000	1 264 000	2 400 000	1 264 000	2 400 000
Total	0	2 833 333	0	4 666 667	2 067 250	3 400 000	2 067 250	3 400 000	2 067 250	3 400 000
Custos do serviço de pensões	442 033	442 033	442 033	442 033	561 694	561 694	561 694	561 694	561 694	561 694
Remuneração total (GCGC)	2 514 603	5 347 936	2 514 603	7 181 270	5 382 496	6 715 246	5 382 496	6 715 246	5 382 496	6 715 246
Remuneração total²	2 000 000	4 833 333	2 000 000	6 666 667	4 467 250	5 800 000	4 467 250	5 800 000	4 467 250	5 800 000

¹ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2015		2015		2014		Stuart Lewis	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	2014	2014
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	97 624	97 624	97 624	97 624	97 624	84 937	84 937	84 937
Total	2 497 624	2 497 624	2 497 624	2 497 624	2 497 624	2 484 937	2 484 937	2 484 937
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:								
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	3 400 000	0	5 600 000	2 029 000	3 400 000	3 400 000	3 400 000
dos quais:								
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	1 000 000	0	2 000 000	765 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	2 400 000	0	3 600 000	1 264 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	2 029 000	3 400 000	3 400 000	3 400 000
Custos do serviço de pensões	516 969	516 969	516 969	516 969	551 095	551 095	551 095	551 095
Remuneração total (GCGC)	3 014 593	6 414 593	3 014 593	8 614 593	5 065 032	6 436 032	6 436 032	6 436 032
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	4 429 000	5 800 000	5 800 000	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2015		2015		2014		Sylvie Matherat ¹	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	2014	2014
Remuneração fixa (salário-base)	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0	0	0
Benefícios marginais	5 226	5 226	5 226	5 226	0	0	0	0
Total	405 226	405 226	405 226	405 226	0	0	0	0
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:								
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	566 667	0	933 333	0	0	0	0
dos quais:								
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	166 667	0	333 333	0	0	0	0
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	400 000	0	600 000	0	0	0	0
Total	0	566 667	0	933 333	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	128 506	128 506	128 506	128 506	0	0	0	0
Remuneração total (GCGC)	533 732	1 100 399	533 732	1 467 065	0	0	0	0
Remuneração total²	400 000	966 667	400 000	1 333 333	0	0	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2015		2015		2014		Rainer Neske ¹	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)	2014	2014
Remuneração fixa (salário-base)	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	61 347	61 347	61 347	61 347	96 155	96 155	96 155	96 155
Total	1 261 347	1 261 347	1 261 347	1 261 347	2 496 155	2 496 155	2 496 155	2 496 155
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0
dos quais:								
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	1 700 000	0	2 800 000	1 952 500	3 400 000	3 400 000	3 400 000
dos quais:								
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	500 000	0	1 000 000	688 500	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	1 200 000	0	1 800 000	1 264 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Total	0	1 700 000	0	2 800 000	1 952 500	3 400 000	3 400 000	3 400 000
Custos do serviço de pensões	550 484	550 484	550 484	550 484	539 553	539 553	539 553	539 553
Remuneração total (GCGC)	1 811 831	3 511 831	1 811 831	4 611 831	4 988 208	6 435 708	6 435 708	6 435 708
Remuneração total²	1 200 000	2 900 000	1 200 000	4 000 000	4 352 500	5 800 000	5 800 000	5 800 000

¹ Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Henry Ritchotte					
	2015 (determinada)	2015 (meta)	2015 (mín)	2015 (máx)	2014 (determinada)	2014 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	382 390	382 390	382 390	382 390	289 842	289 842
Total	2 782 390	2 782 390	2 782 390	2 782 390	2 689 842	2 689 842
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	3 400 000	0	5 600 000	1 952 500	3 400 000
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	1 000 000	0	2 000 000	688 500	1 000 000
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	2 400 000	0	3 600 000	1 264 000	2 400 000
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	1 952 500	3 400 000
Custos do serviço de pensões	502 274	502 274	502 274	502 274	530 086	530 086
Remuneração total (GCGC)	3 284 664	6 684 664	3 284 664	8 884 664	5 172 428	6 619 928
Remuneração total¹	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	4 352 500	5 800 000

¹ Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Karl von Rohr ¹					
	2015 (determinada)	2015 (meta)	2015 (mín)	2015 (máx)	2014 (determinada)	2014 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0
Benefícios marginais	2 348	2 348	2 348	2 348	0	0
Total	402 348	402 348	402 348	402 348	0	0
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	566 667	0	933 333	0	0
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	166 667	0	333 333	0	0
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	400 000	0	600 000	0	0
Total	0	566 667	0	933 333	0	0
Custos do serviço de pensões	131 141	131 141	131 141	131 141	0	0
Remuneração total (GCGC)	533 489	1 100 156	533 489	1 466 822	0	0
Remuneração total²	400 000	966 667	400 000	1 333 333	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	Dr. Marcus Schenck ¹					
	2015 (determinada)	2015 (meta)	2015 (mín)	2015 (máx)	2014 (determinada)	2014 (meta)
Remuneração fixa (salário-base)	1 460 000	1 460 000	1 460 000	1 460 000	0	0
Benefícios marginais	38 370	38 370	38 370	38 370	0	0
Total	1 498 370	1 498 370	1 498 370	1 498 370	0	0
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	2 068 333	0	3 406 667	0	0
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	608 333	0	1 216 667	0	0
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	1 460 000	0	2 190 000	0	0
Total	0	2 068 333	0	3 406 667	0	0
Custos do serviço de pensões	478 387	478 387	478 387	478 387	0	0
Remuneração total (GCGC)	1 976 757	4 045 090	1 976 757	5 383 424	0	0
Remuneração total²	1 460 000	3 528 333	1 460 000	4 866 667	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

em euros	2015				Christian Sewing ¹	
	(determinada)	(meta)	(mín)	(máx)	(determinada)	(meta)
Remuneração fixa (salário-base)	2 400 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	0	0
Benefícios marginais	19 471	19 471	19 471	19 471	0	0
Total	2 419 471	2 419 471	2 419 471	2 419 471	0	0
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0
dos quais:						
Imediatamente pagos (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	3 400 000	0	5 600 000	0	0
dos quais:						
Prémios iniciais em ações (parte do APA)	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos de incentivo (APA)	0	1 000 000	0	2 000 000	0	0
Prémios restritos em ações (LTPA)	0	2 400 000	0	3 600 000	0	0
Total	0	3 400 000	0	5 600 000	0	0
Custos do serviço de pensões	559 197	559 197	559 197	559 197	0	0
Remuneração total (GCGC)	2 978 668	6 378 668	2 978 668	8 578 668	0	0
Remuneração total²	2 400 000	5 800 000	2 400 000	8 000 000	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

² Sem benefícios marginais e custos de serviço de pensões.

A tabela seguinte fornece os desembolsos em/para o exercício de 2015:

Desembolsos pagos em 2015 (2014) de acordo com o GCGC

em euros	John Cryan ¹ Copresidente		Jürgen Fitschen Copresidente		Anshuman Jain ²		Stefan Krause	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Remuneração fixa	1 900 000	0	3 800 000	3 800 000	1 900 000	3 800 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	29 697	0	102 016	118 852	337 718	718 914	105 099	124 753
Total	1 929 697	0	3 902 016	3 918 852	2 237 718	4 518 914	2 505 099	2 524 753
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0
daí pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	0	285 529	420 542	0	829 761	303 115	446 444
Prémios iniciais em ações dos mesmos:								
EUA para 2010 (até 2014)	0	0	0	420 542	0	829 761	0	446 444
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	285 529	0	0	0	303 115	0
Total	0	0	285 529	420 542	0	829 761	303 115	446 444
Custos do serviço de pensões	439 065	0	624 192	648 216	1 553 203	857 192	498 908	521 887
Remuneração total (GCGC)	2 368 762	0	4 811 737	4 987 610	3 790 921	6 205 867	3 307 122	3 493 084

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

em euros	Dr. Stephan Leithner ¹		Stuart Lewis		Sylvie Matherat ²		Rainer Neske ³	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Remuneração fixa	2 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	0	1 200 000	2 400 000
Benefícios marginais	72 570	353 552	97 624	84 937	5 226	0	61 347	96 155
Total	2 072 570	2 753 552	2 497 624	2 484 937	405 226	0	1 261 347	2 496 155
Remuneração variável de um ano	0	0	0	0	0	0	0	0
daí pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	0	0	0	0	0	0	433 493
Prémios iniciais em ações dos mesmos:								
EUA para 2010 (até 2014)	0	0	0	0	0	0	0	433 493
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	433 493
Custos do serviço de pensões	442 033	561 694	516 969	551 095	128 506	0	550 484	539 553
Remuneração total (GCGC)	2 514 603	3 315 246	3 014 593	3 036 032	533 732	0	1 811 831	3 469 201

¹ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

em euros	Henry Ritchotte		Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing ³	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Remuneração fixa	2 400 000	2 400 000	400 000	0	1 460 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	382 390	289 842	2 348	0	38 370	0	19 471	0
Total	2 782 390	2 689 842	402 348	0	1 498 370	0	2 419 471	0
Remuneração variável de um ano daí pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Remuneração variável de vários anos	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios iniciais em ações dos mesmos:								
EUA para 2010 (até 2014)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações dos mesmos:								
REA para 2010 (até 2016)	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Custos do serviço de pensões	502 274	530 086	131 141	0	478 387	0	559 197	0
Remuneração total (GCGC)	3 284 664	3 219 928	533 489	0	1 976 757	0	2 978 668	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Em 2015, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2015 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen, Jain, Krause, Dr Leithner, Lewis, Neske e Ritchotte, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para quatro antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Em conformidade, a tabela acima não contém os respetivos elementos de remuneração que não foram desembolsados (ou pagos, no caso de elementos baseados em ações) em fevereiro e agosto de 2015.

Remuneração de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17 (GAS, 17)

Em conformidade com os requisitos da GAS 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2015, uma remuneração no total de 23 913 876 euros (2014: 36 890 500 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais, 22 660 000 euros (2014: 19 600 000 euros) constituíram salários-base, 1 253 876 euros (2014: 1 787 005 euros) para benefícios marginais e 0 euros (2014: 10 322 666 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2015 e 2014, incluindo benefícios marginais não relacionados com o desempenho.

Remuneração de acordo com o GAS 17

em euros	John Cryan ¹ Copresidente		Jürgen Fitschen Copresidente		Anshuman Jain ²		Stefan Krause	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Conselho de								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	0	0	2 001 333	0	2 001 333	0	1 264 000
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	1 900 000	0	3 800 000	3 800 000	1 900 000	3 800 000	2 400 000	2 400 000
Benefícios marginais	29 697	0	102 016	118 852	337 718	718 914	105 099	124 753
Total	1 929 697	0	3 902 016	5 920 185	2 237 718	6 520 247	2 505 099	3 788 753

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

em euros	Dr. Stephan Leithner ¹		Stuart Lewis		Sylvie Matherat ²		Rainer Neske ³	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Conselho de								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	1 264 000	0	1 264 000	0	0	0	1 264 000
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 000 000	2 400 000	2 400 000	2 400 000	400 000	0	1 200 000	2 400 000
Benefícios marginais	72 570	353 552	97 624	84 937	5 226	0	61 347	96 155
Total	2 072 570	4 017 552	2 497 624	3 748 937	405 226	0	1 261 347	3 760 155

¹ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

em euros	Henry Ritchotte		Karl von Rohr ¹		Dr. Marcus Schenck ²		Christian Sewing ³	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Conselho de								
Componentes relacionados com o desempenho								
Sem incentivos de longo prazo								
Pagos imediatamente	0	0	0	0	0	0	0	0
Com incentivos de longo prazo								
Baseados em numerário								
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
Com base em ações								
Prémios iniciais em ações	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios restritos em ações	0	1 264 000	0	0	0	0	0	0
Componentes não relacionados com o desempenho								
Salário-base	2 400 000	2 400 000	400 000	0	1 460 000	0	2 400 000	0
Benefícios marginais	382 390	289 842	2 348	0	38 370	0	19 471	0
Total	2 782 390	3 953 842	402 348	0	1 498 370	0	2 419 471	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

em euros	Total	
	2015	2014
Conselho de		
Componentes relacionados com o desempenho		
Sem incentivos de longo prazo		
Pagos imediatamente	0	0
Com incentivos de longo prazo		
Baseados em numerário		
Prémio(s) restrito(s) de incentivo atribuído(s)	0	0
Com base em ações		
Prémios iniciais em ações	0	0
Prémios restritos em ações	0	10 322 666
Componentes não relacionados com o desempenho		
Salário-base	22 660 000	19 600 000
Benefícios marginais	1 253 876	1 787 005
Total	23 913 876	31 709 671

Em 2015, o Conselho de Fiscalização decidiu suspender as tranches dos elementos de remuneração diferida, que estavam sujeitos a não-perda e/ou desembolso em 2015 para os membros do Conselho de Administração, Fitschen, Jain, Krause, Dr Leithner, Lewis, Neske e Ritchotte, que ainda se encontravam a exercer no período de relato, bem como para quatro antigos membros do Conselho de Administração que já tinham abandonado o Conselho de Administração antes do período de relato. Assim, a tabela acima não contém os Prémios Restritos de Incentivo que não foram desembolsados em 2015.

Prémios em ações

O Conselho de Fiscalização decidiu não atribuir aos membros do Conselho de Administração qualquer remuneração variável para o exercício de 2015. Os prémios em ações atribuídos em 2015 para o exercício de 2014, sob a forma de prémios restritos em ações (REA), foram determinados dividindo os respetivos montantes em euros pelos preços médios das cotações de fecho XETRA de uma ação do Deutsche Bank AG nos primeiros dez dias de negociação em fevereiro de 2015 (27 108 euros).

Em resultado desse cálculo foi atribuído o seguinte número de prémios em ações (arredondado):

Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémio(s) inicial(ais) em ações (com período de carência)	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)
John Cryan ¹	2015	0	0
Jürgen Fitschen	2015	0	0
	2014	0	73 828
Anshuman Jain ²	2015	0	0
	2014	0	73 828
Stefan Krause	2015	0	0
	2014	0	46 628
Dr. Stephan Leithner ³	2015	0	0
	2014	0	46 628
Stuart Lewis	2015	0	0
	2014	0	46 628
Sylvie Matherat ⁴	2015	0	0
Rainer Neske ²	2015	0	0
	2014	0	46 628
Henry Ritchotte	2015	0	0
	2014	0	46 628
Karl von Rohr ⁴	2015	0	0
Dr. Marcus Schenck ⁵	2015	0	0
Christian Sewing ⁶	2015	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

⁴ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁶ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das subsidiárias do Deutsche Bank.

As componentes de remuneração diferida atribuídas a John Cryan por um antigo empregador foram caducas devido ao início da sua atividade como membro do Conselho de Administração. As componentes de remuneração caducas foram uniformemente substituídas pela atribuição de 17 440 59 prémios de ações do Deutsche Bank com base no plano de capitais DB de 2015 (prémios restritos em ações). Os prémios restritos em ações são obtidos no dia 1 de março de 2016 e têm um período de carência adicional de seis meses. São aplicadas disposições de perda específicas aos prémios até a respetiva entrega no dia 1 de setembro de 2016.

Pensões e benefícios de transição

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão.

Os membros do Conselho de Administração recebem uma contribuição sob a forma de um montante anual fixo contratualmente acordado em euros. A contribuição acumula juros creditados antecipadamente, determinada por um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 4% por ano até à idade de 60 anos. A partir dos 61 anos, a contribuição efetuada é creditada com um pagamento de juros anual de 4% até à data da reforma.

Em conjunto, as contribuições anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em determinadas condições, o pagamento da pensão também pode vencer antes de ocorrer um evento típico de acionamento da pensão (limite de idade, invalidez ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2015 e 2014, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2015 a partir de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	John Cryan ¹	393 250	0	0	0	393 250	0	439 065	0	450 200
Jürgen Fitschen	650 000	650 000	95 272	65 351	2 549 796	1 804 524	624 192	648 216	2 576 287	1 935 819
Anshuman Jain ²	1 919 125 ⁸	903 500	0	0	0 ⁹	2 016 125	1 553 203	857 192	0	1 884 104
Stefan Krause ³	520 000	536 000	0	0	4 042 137	3 522 137	498 908	521 887	3 685 741	3 336 863
Dr. Stephan Leithner ³	500 000	620 000	0	0	1 758 250	1 258 250	442 033	561 694	0	1 128 360
Stuart Lewis	576 000	600 000	0	0	1 786 938	1 210 938	516 969	551 095	1 551 547	1 103 545
Sylvie Matherat ⁴	86 668	0	0	0	86 668	0	128 506	0	130 231	0
Rainer Neske ²	600 667	576 000	0	0	3 973 532	3 372 865	550 484	539 553	0	3 068 819
Henry Ritchotte	536 000	556 000	0	0	1 648 313	1 112 313	502 274	530 086	1 496 159	1 053 970
Karl von Rohr ⁴	96 001	0	0	0	96 001	0	131 141	0	132 799	0
Dr. Marcus Schenck ⁵	528 001	0	0	0	528 001	0	478 387	0	490 386	0
Christian Sewing ⁶	692 000	0	0	0	692 000	0	559 197	0	572 899	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

⁴ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁶ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

⁷ Incluindo o fator relacionado com a idade.

⁸ A contribuição declarada consiste numa contribuição para o período entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2015, no valor de 435 500 euros, e um montante de seguro único no valor de 1 483 625 euros que foi acordado no contrato de indemnização relativo à cessação prematura do contrato de serviços.

⁹ O direito à pensão não se realizou aquando da cessação da participação no Conselho de Administração e foi pago sob a forma de remuneração em numerário, no montante de 3 437 307 euros.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. A indemnização por cessação de funções, em regra, não poderá exceder o menor valor entre a remuneração anual e os pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções não poderá, em regra, exceder o menor valor entre três montantes de remuneração anual e os pedidos de indemnização de remuneração relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

A indemnização por cessação de funções supramencionada é determinada pelo Conselho de Fiscalização e a seu exclusivo critério. Em princípio, o pagamento da indemnização por cessação de funções ocorre em duas parcelas; a segunda parcela está sujeita a determinadas condições de perda de direitos até à data de aquisição dos direitos.

Em 2015, cinco membros no total abandonaram o Conselho de Administração. Em relação à saída do Conselho, o mesmo celebrou contratos de indemnização com Anshuman Jain, Stefan Krause, Dr. Stephan Leithner, Rainer Neske e Henry Ritchotte, que contêm os seguintes termos:

Anshuman Jain deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 30 de junho de 2015. Na base do contrato de indemnização, foram acordados um pagamento de seguro único relativo ao direito a benefícios do plano de pensões no valor de 1 483 625 euros e uma indemnização por cessação de funções no valor de 2 216 667 euros. A indemnização por cessação de funções é paga como indemnização pela rescisão do contrato de serviços e consiste nos pagamentos da remuneração por não concorrência acordada no contrato de trabalho. A indemnização por cessação de funções foi desembolsada em junho de 2015. Anshuman Jain receberá um gabinete e apoio secretarial e terá um automóvel da empresa com serviços de motorista que poderá utilizar na medida do razoável até ao dia 30 de junho de 2017, o mais tardar, ou até assumir outra atividade profissional num cargo de liderança. O Banco suportou custos no valor de 382.008,45 euros incorridos para a consultoria jurídica proporcionada a Anshuman Jain relativamente ao contrato de indemnização no montante estatutário de acordo com o RVG (*Rechtsanwaltsvergütungsgesetz*) e todos os custos incorridos para consultoria fiscal fornecida relativamente a remunerações e benefícios resultantes do vínculo laboral com o Banco pagos até ao dia 30 de junho de 2017.

Stefan Krause deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de outubro de 2015. Com base no contrato de indemnização, foram acordados o pagamento do seu salário-base, incluindo benefícios marginais, até 31 de dezembro de 2015, pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência no valor de 1.560.000 euros e um pagamento de rescisão no valor de 7.145.000 euros. O desembolso do pagamento de rescisão terá lugar em duas prestações. A primeira prestação no valor de 3.572.500 euros foi desembolsada em janeiro de 2016. A segunda prestação deverá ser desembolsada em janeiro de 2017 e está sujeita a disposições específicas de perda de direitos, bem como a uma disposição para a compensação de rendimentos recebidos de outras fontes. Devido à situação económica do Banco, o Conselho de Fiscalização reduziu a segunda prestação do pagamento da rescisão para 1.620.000 euros. Em conformidade, os montantes do pagamento de rescisão totalizaram 5.192.500 euros.

O Dr. Stephan Leithner deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de outubro de 2015. Na base do contrato de indemnização, foram acordados pagamentos de indemnização por uma restrição pós-contratual à concorrência no valor de 1.560.000 euros. O Dr. Leithner receberá um gabinete e apoio secretarial que poderá utilizar na medida do razoável até ao dia 30 de abril de 2016, o mais tardar, ou até assumir outra atividade profissional num cargo de liderança. O Dr. Leithner assumiu um cargo de liderança com efeitos a 1 de março de 2016. Os custos da consultoria fiscal fornecida em relação às remunerações e benefícios do vínculo laboral com o Banco serão pagos até ao dia 31 de julho de 2016.

Rainer Neske deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 30 de junho de 2015. Na base do contrato de indemnização, foi acordado um pagamento de rescisão no valor de 2.960.000 euros. O pagamento da rescisão consiste nos pagamentos da indemnização por não concorrência acordados no contrato de trabalho. O desembolso do pagamento de rescisão tem lugar em duas prestações. A primeira prestação no valor de 1.560.000 euros foi desembolsada em janeiro de 2016. A segunda prestação, no valor de 1.400.000 euros, deverá ser desembolsada em julho de 2017 e está sujeita a regulamentos específicos de perda de direitos, bem como a um regulamento para a compensação de rendimentos recebidos de outras fontes.

Henry Ritchotte deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do fim do dia 31 de dezembro de 2015. O contrato de trabalho do Conselho de Administração foi rescindido por mútuo acordo. Não há direitos resultantes posteriores, uma vez que Henry Ritchotte celebrou um novo vínculo laboral com o grupo Deutsche Bank imediatamente após ter deixado o Conselho de Administração.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respectivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com			
	componentes de remuneração		componentes de remuneração	
	baseados em ações		baseados em ações	
em euros	2015	2014	2015	2014
John Cryan ¹	0	0	0	0
Jürgen Fitschen	1 013 489	734 201	1 170 591	1 278 486
Anshuman Jain ²	3 350 789	707 318	2 852 503	2 140 366
Stefan Krause	2 726 735	464 263	1 754 083	946 856
Dr. Stephan Leithner ³	2 367 167	496 929	1 566 589	500 137
Stuart Lewis	633 658	447 126	663 466	487 735
Sylvie Matherat ⁴	0	0	0	0
Rainer Neske ²	2 474 164	487 657	1 845 774	996 551
Henry Ritchotte	631 719	484 343	635 927	487 735
Karl von Rohr ⁴	0	0	0	0
Dr. Marcus Schenck ⁵	0	0	0	0
Christian Sewing ⁶	0	0	0	0

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração até 31 de outubro de 2015.

⁴ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁶ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 19 de fevereiro de 2016 e em 21 de fevereiro de 2015, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

Membros do Conselho de Administração	Número de ações	
John Cryan ¹	2016	0
Jürgen Fitschen	2016	266 739
	2015	262 166
Stuart Lewis	2016	51 347
	2015	51 347
Sylvie Matherat ²	2016	0
Quintin Price ³	2016	0
Garth Ritchie ³	2016	28 778
Karl von Rohr ²	2016	2 747
Dr. Marcus Schenck ⁴	2016	26 445
Christian Sewing ⁵	2016	36 249
	2015	30 488
Jeffrey Urwin ³	2016	120 690
Total	2016	532 995
	2015	344 001

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2016.

⁴ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 532,995 ações do Deutsche Bank em 19 de fevereiro de 2016, correspondente a aproximadamente 0.04 % das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detido pelos membros do Conselho de Administração à data de 19 de fevereiro de 2016 e 21 de fevereiro de 2015, bem como o número de prémios em ações novamente atribuídos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em				Saldo em
	21.2.2015	Concedidas	Entregues	Caducadas	
John Cryan ¹	–	–	–	–	17 441
Jürgen Fitschen	294 514	5 953	9 439	0	291 028
Stuart Lewis	162 310	4 228	0	0	166 538
Sylvie Matherat ²	–	–	–	–	3 217
Quintin Price ³	–	–	–	–	0
Garth Ritchie ³	–	–	–	–	244 227
Karl von Rohr ²	–	–	–	–	22 846
Marcus Schenck ⁴	–	–	–	–	132 517
Christian Sewing ⁵	93 811	2 444	10 747	0	85 508
Jeffrey Urwin ³	–	–	–	–	379 808

¹ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de julho de 2015.

² Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de novembro de 2015.

³ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2016.

⁴ Membro do Conselho de Administração a partir de 22 de maio de 2015.

⁵ Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de janeiro de 2015.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. Estas disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Assim, são aplicadas as seguintes disposições:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

em euros Comité	31.12.2015	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200 000	100 000
Comité de Risco	200 000	100 000
Comité de Nomeações	100 000	50 000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade	200 000	100 000
Comité do Presidente	100 000	50 000
Comité de Controlo de Remunerações:	100 000	50 000

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2015

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2015 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização em euros	Remuneração no exercício de 2015		Remuneração no exercício de 2014	
	Fixa	Paga em fevereiro de 2016	Fixa	Paga em fevereiro de 2015
Dr. Paul Achleitner	808 333	606 250	818 548	613 911
Alfred Herling	300 000	225 000	272 849	204 637
Wolfgang Böhr ¹	8 333	6 250	0	0
Frank Bsirske	250 000	187 500	222 849	167 137
John Cryan ²	200 000	200 000	400 000	300 000
Dina Dublon	291 667	218 750	200 000	150 000
Katherine Garrett-Cox	100 000	75 000	100 000	75 000
Timo Heider	200 000	150 000	172 849	129 637
Sabine Irrgang	200 000	150 000	172 849	129 637
Prof. Dr. Henning Kagermann	250 000	187 500	222 849	167 137
Martina Klee	200 000	150 000	172 849	129 637
Suzanne Labarge ³	0	0	100 000	100 000
Peter Löscher	200 000	150 000	172 849	129 637
Henriette Mark	200 000	150 000	200 000	150 000
Richard Meddings ⁴	100 000	75 000	0	0
Louise Parent ³	200 000	150 000	91 667	68 750
Gabriele Platscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Bernd Rose	200 000	150 000	200 000	150 000
Rudolf Stockem	200 000	150 000	200 000	150 000
Stephan Szukalski ⁵	91 667	91 667	100 000	75 000
Dr. Johannes Teysen	150 000	112 500	122 849	92 137
Georg Thoma	300 000	225 000	245 699	184 274
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützscher	200 000	150 000	200 000	150 000
Total	4 850 000	3 710 417	4 588 710	3 466 532

¹Membro desde 1 de dezembro de 2015.

²Membro até 30 de junho de 2015.

³Membro até 30 de junho de 2015.

⁴ Membro desde 13 de outubro de 2015.

⁵Membro até 30 de novembro de 2015.

Após o envio das faturas em fevereiro de 2016, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2015 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 17,325 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2016, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2015 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela seguinte apresenta o número de ações nocionais, com três casas decimais, que foram convertidas em fevereiro de 2016 (2015) para membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2015 (2014), bem como o número de ações nocionais acumuladas durante o respetivo período de tempo como membros do Conselho de Fiscalização:

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nocionais			
	Convertidas em fevereiro de 2016 como parte da remuneração de 2015	Valores totais do ano anterior de 2013 e 2014	Total (acumulado)	Pago em fevereiro de 2016 em euros ¹
Dr. Paul Achleitner	11 664,262	12 340,921	24 005,183	0
Alfred Herling	4 329,004	3 925,643	8 254,647	0
Wolfgang Böhr	120,250	0	120,250	0
Frank Bsirske	3 607,504	2 818,415	6 425,919	0
John Cryan ²	0	5 473,868	5 473,868	94 835
Dina Dublon	4 208,754	2 172,941	6 381,695	0
Katherine Garrett-Cox	1 443,001	1 650,463	3 093,464	0
Timo Heider	2 886,003	2 275,180	5 161,183	0
Sabine Irrgang	2 886,003	2 275,180	5 161,183	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	3 607,504	3 523,406	7 130,910	0
Martina Klee	2 886,003	2 557,176	5 443,179	0
Peter Löscher	2 886,003	2 557,176	5 443,179	0
Henriette Mark	2 886,003	3 300,927	6 186,930	0
Richard Meddings	1 443,001	0	1 443,001	0
Louise Parent	2 886,003	892,533	3 778,536	0
Gabriele Platscher	2 886,003	3 018,930	5 904,933	0
Bernd Rose	2 886,003	2 736,934	5 622,937	0
Rudolf Stockem	2 886,003	3 018,930	5 904,933	0
Stephan Szukalski ³	0	1 368,467	1 368,467	23 709
Dr. Johannes Teyssen	2 164,502	1 872,942	4 037,444	0
Georg Thoma	4 329,004	3 181,891	7 510,895	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2 886,003	3 300,927	6 186,930	0
Total	65 776,816	64 262,850	130 039,666	118 544

¹ A um valor de 17 325 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2016.

² Membro do Conselho de Fiscalização até 30 de junho de 2015.

³ Membro do Conselho de Fiscalização até 30 de novembro de 2015.

Suzanne Labarge deixou o Conselho de Fiscalização a 30 de junho de 2014 e recebeu o pagamento do valor das ações virtuais, no total de 34 755 euros, em fevereiro de 2015.

Todos os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização, à exceção de Frank Bsirske e Rudolf Stockem, são nossos colaboradores. No exercício de 2015, pagámos a esses membros um montante total de 1,14 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2015, reservámos 0,08 milhões para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Paul Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se regulamentado nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Paul Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício das suas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Paul Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Paul Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, serviços de apoio equivalentes a 203 000 euros (2014: 206 000 euros) foram prestados e desembolsos por despesas no total de 233.867 euros (2014: 196.271 euros) foram pagos durante o exercício de 2015.

Responsabilidade corporativa

A nossa abordagem da responsabilidade corporativa concentra-se em três dimensões de sustentabilidade para criar valor económico, ambiental e social. O objetivo é definir a direção da estratégia empresarial orientada para o futuro que equilibra o sucesso económico com a responsabilidade social e ambiental.

Estamos empenhados nos dez princípios da Global Compact da ONU e tentamos continuamente melhorar o nosso desempenho em matéria de sustentabilidade, agindo com transparência, explorando novas oportunidades de negócio resultantes de tendências globais como as alterações climáticas e gerindo potenciais riscos sociais e ambientais dos nossos negócios essenciais. Além disso, gerimos as nossas operações de forma sustentável, por exemplo, através da redução de emissões de CO₂ e do nosso empenho em operações neutras em termos de emissões de carbono. O nosso compromisso estende-se além dos nossos negócios essenciais. Enquanto empresa com responsabilidade corporativa, o Deutsche Bank goza de um posicionamento único que lhe permite ponderar novas ideias e abordar desafios globais sérios.

Consulte o “Relatório de Responsabilidade Corporativa” online do Deutsche Bank em cr-report.db.com/15 e db.com/society para obter informações adicionais sobre:

Riscos ambientais e sociais: A abordagem do Deutsche Bank na gestão de risco ambiental e social (ES) baseia-se num quadro de políticas que faz parte do nosso quadro de risco reputacional. O quadro ES especifica os requisitos para *due diligence* ES e os critérios para a referência obrigatória à função de sustentabilidade do Banco. O número de transações revistas no âmbito deste quadro subiu novamente em 2015 para 1 346 (2014: 1250), demonstrando os nossos esforços contínuos para realçar o governo e a sensibilidade em torno destes riscos. Continuámos a seguir os desenvolvimentos em torno da implementação das orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos (UNGP HR) e publicámos uma Declaração de Direitos Humanos que reflete o nosso longo compromisso no respeito pelos Direitos Humanos dos nossos funcionários, bem como das pessoas, grupos ou comunidades que podem ser afetadas pelas nossas atividades.

Fatores SAG na gestão de ativos No final de 2015, ativos geridos do Deutsche Asset & Wealth Management de aproximadamente 7,7 mil milhões de euros foram investidos com base em critérios SAG (2014: 5,4 mil milhões de euros). Continuando nesta linha, foi estabelecido um Centro de Finanças Sustentáveis. Concentrar-se-á na investigação relacionada com SAG, recomendações políticas e inovação de produtos.

Combater as alterações climáticas: A partir de 30 de setembro de 2015, oferecemos 4,8 mil milhões de euros em financiamento de projeto para as energias renováveis, gerando mais de 1600MW. Além disso, apoiamos totalmente os Princípios das Obrigações Verdes e mantivemo-nos ativos neste mercado, ajudando clientes a emitir 4 mil milhões de euros. O Deutsche Bank investiu 800 milhões de euros numa carteira de Obrigações Verdes de alta qualidade, como parte dos seus investimentos de reservas de liquidez. Enquanto 195 líderes assinavam um acordo sobre as alterações climáticas na Conferência das Partes das Nações Unidas em Paris, também assinámos a “Paris Pledge for Action”, comprometendo-nos a acelerar as alterações transformacionais necessárias para reduzir o aquecimento global para limites aceitáveis. Além disso, o Deutsche Bank tornou-se no primeiro banco comercial a ser acreditado para agir como entidade implementadora para o Fundo Verde da ONU, estabelecido na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, na qualidade de veículo de investimento global central de combate às alterações climáticas e os seus efeitos com um capital prometido de 10 mil milhões de dólares (dezembro de 2015).

Operações neutras em termos de emissões de carbono: Continuámos a operar em 2015 numa base neutra em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de eficiência energética, utilizando eletricidade renovável e compensando as emissões inevitáveis através da compra e retirada de certificados de compensação de qualidade elevada.

Cidadania empresarial: Enquanto empresa com responsabilidade corporativa global, o Deutsche Bank age para permitir a prosperidade das comunidades e economias. Apoiamos projetos de educação que habilitam a geração seguinte a atingir todo o seu potencial e ajudam a remover as barreiras sociais e económicas que a impede de avançar. Ajudamos

as empresas que ajudam a impulsionar a mudança positiva na sociedade a lançarem-se e a atingir o nível seguinte. Também contribuímos para comunidades mais fortes e mais inclusivas, através da provisão local para as principais preocupações e do enriquecimento do panorama cultural. Fazemo-lo em conjunto com parceiros dos setores público e privado que partilham a nossa filosofia e com o empenho dos nossos trabalhadores altamente qualificados. A advocacia pública e o envolvimento dos funcionários reforçam o impacto dos nossos programas.

Com um investimento total de 76,8 milhões de euros em 2015 (2014: 80,5 milhões de euros), o Deutsche Bank e as respetivas fundações continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Mais de 4,7 milhões (2014: 5,8 milhões) de pessoas beneficiaram das nossas iniciativas e aumentámos o alcance do nosso programa de envolvimento juvenil “Born to Be” para 1,3 milhões de pessoas (2014: 1,2 milhões). 17 382 colegas, 22% do pessoal global, (2014: 16 864; 21% do pessoal global) ofereceram mais de 185 000 horas do seu tempo, competências e conhecimentos.

Funcionários

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2015 tínhamos um total de 101 104 colaboradores, em comparação com 98 138 em 31 de dezembro de 2014. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013.

Colaboradores ¹	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Alemanha	45 757	45 392	46 377
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	23 767	23 063	23 186
Ásia e Pacífico	20 144	19 023	18 361
América do Norte ^{2,3}	10 842	10 054	9 752
América Latina	595	606	578
Total de colaboradores³	101 104	98 138	98 254

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro. Em 2014, os colaboradores da Ilha Maurícia, anteriormente englobados na Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África, passaram a ser incluídos na região da Ásia e Pacífico.

Os números para 2013 (186 colaboradores) foram reajustados para refletir esta integração.

² Principalmente Estados Unidos.

³ O Cosmopolitan of Las Vegas foi vendido em 2014. O número nominal de colaboradores do The Cosmopolitan of Las Vegas era de 4393 em 31 de dezembro de 2013. Este número de colaboradores era composto de colaboradores a tempo inteiro e de colaboradores a tempo parcial, não integrando os valores totais de colaboradores equivalentes a tempo inteiro do Grupo.

Em 2015, o número de colaboradores aumentou 2966 pessoas ou 3%, devido aos seguintes fatores:

A divisão Corporate Banking & Securities (CB&S) passou a ter menos 245 colaboradores, principalmente devido aos ajustamentos relacionados com o desenvolvimento dos mercados.

A divisão Global Transaction Banking (GTB) contou com mais 143 colaboradores, a maioria impulsionada pelo desenvolvimento na divisão Institutional Cash & Securities Services.

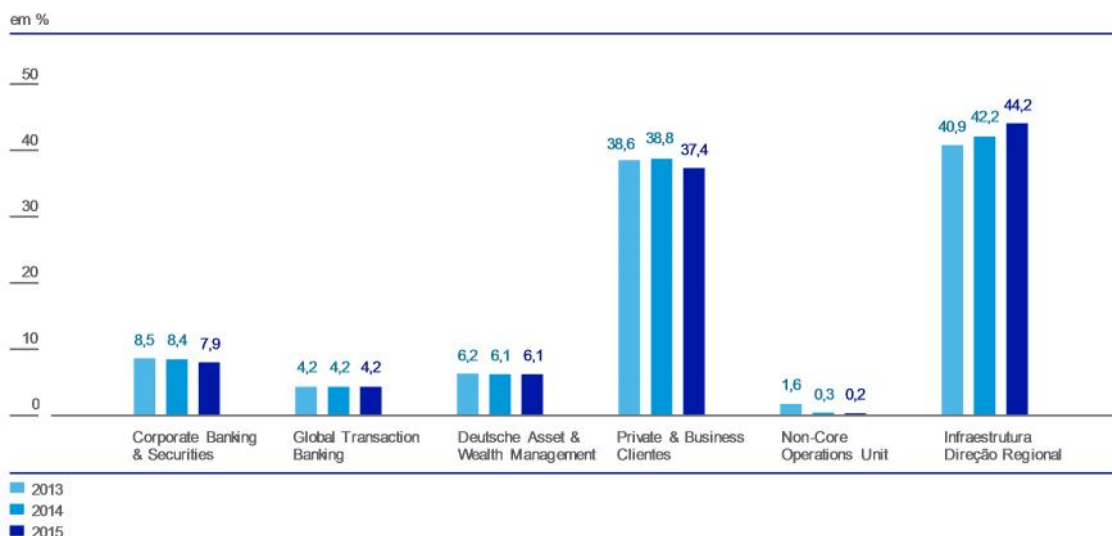
A divisão Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) registou um aumento de 157 colaboradores. Este foi particularmente um resultado do desenvolvimento no Reino Unido e nos Estados Unidos.

O total de colaboradores na divisão Private & Business Clients (PBC) contou com menos 265, impulsionado por reduções principalmente na Alemanha e em Itália.

Na Non-Core Operations Unit (NCOU), o número de funcionários diminuiu para 58, sobretudo devido a operações Non-Core relacionadas com CB&S.

As nossas funções de Infraestruturas contam com mais 3234 colaboradores, sobretudo devido à construção adicional das nossas plataformas operacionais cativas e ao reforço das funções de controlo, por exemplo, Conformidade, Risco e Auditoria.

Funcionários



Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negociam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Todos os anos, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia em regra os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O acordo atual celebrado em junho de 2014 inclui um aumento salarial de 2,4% a partir de julho de 2014 e um segundo aumento salarial de 2,1% a partir de julho de 2015, mais um pagamento único de 150 euros em janeiro de 2015. Os acordos coletivos de trabalho existentes relativos à reforma antecipada não foram alargados e terminam em abril de 2016.

A nossa associação patronal negocia com os seguintes sindicatos:

- ver.di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;
- Deutscher Bankangestellten Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);
- Deutscher Handels- und Industrieangestellten Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft);
- Komba Gewerkschaft (sindicato da função pública, só relevante para o Postbank);
- DPVKom – Die Kommunikationsgewerkschaft (só relevante para o Postbank).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15 % dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15 % dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o Postbank que tradicionalmente tinha uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60 %). A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15 % dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o Postbank, menos de 25 %).

Em 31 de dezembro de 2015, 33% dos colaboradores do Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 34% em 31 de dezembro de 2014.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 35, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

A agenda estratégica da divisão de Recursos Humanos

A implementação da Estratégia 2020 depende em parte da nossa capacidade para reter, motivar, desenvolver e continuar a atrair colaboradores com as competências e a experiência que nos irão ajudar a enfrentar os desafios e a tirar maior partido das oportunidades. A agenda dos colaboradores do Deutsche Bank desempenha assim um papel fundamental para garantir o sucesso futuro do Banco. Tal reflete-se nas suas prioridades estratégicas de RH, que abrangem aspetos que vão desde cultura organizacional, diversidade e inclusão, desenvolvimento de talentos e aquisição a remunerações e benefícios.

Fortalecer a nossa cultura

Uma forte cultura empresarial continua a ser essencial para o sucesso a longo prazo do Deutsche Bank e para as respetivas relações com as partes interessadas; e, desde 2013, a abordagem ao fortalecimento da nossa cultura tem tido múltiplas vertentes. Para além de orientações claras por parte dos cargos de liderança, o Banco tem envolvido ativamente os colaboradores, implementado os seus valores e convicções em todos os processos de recursos humanos e incorporado os valores nos processos, práticas e políticas comerciais. Isto tem sido acompanhado por um maior ênfase em controlos sólidos e uma maior responsabilização pessoal.

Perante este cenário, o Deutsche Bank dá cada vez mais importância à gestão e desenvolvimento do desempenho dos colaboradores de forma global, à transmissão regular de feedback e à tomada de ações adequadas. Por exemplo, todos os programas de desenvolvimento de talentos têm uma forte componente cultural no seu currículo. Quando os colaboradores são considerados para promoção, é agora norma para os gestores avaliar a forma como os candidatos demonstram os valores e convicções diariamente. De igual modo, pelo segundo ano consecutivo, o ciclo anual de gestão do desempenho focou-se tanto na forma como os colaboradores realizam o seu trabalho como nos resultados alcançados.

Uma gestão eficaz de consequências, bem como mecanismos de encaminhamento e sanções, são condições básicas para a mudança cultural. O Banco melhorou os seus processos e práticas e instalou mecanismos de encaminhamento claros de modo a assegurar a conformidade e a investigar a conduta imprópria e a tomar a ação disciplinar adequada.

Em 2015, os processos e políticas de recrutamento e referência foram fortalecidos de modo a garantir que os novos colaboradores cumprem os requisitos do Banco em termos de conduta e prática dos valores empresariais. Em estreita cooperação com a divisão de Conformidade, o Deutsche Bank implementou também uma nova formação obrigatória para todos os colaboradores sobre o seu Código de Conduta Empresarial e Código de Ética.

Inquérito aos recursos humanos

Realizado em junho, o Inquérito aos recursos humanos 2015 do Deutsche Bank forneceu uma compreensão detalhada sobre a forma como os colaboradores sentem o Banco e o seu ambiente de trabalho imediato, bem como a forma como se relacionam com os seus gestores e colegas. Quase 57 000 colaboradores ou 63% da força laboral total, definidos como colaboradores permanentes, incluindo colegas do Postbank que fazem parte do PBC Banking Services, participaram (um acréscimo de 4,5% em 2014).

Uma vez que o inquérito foi atualizado em 2014 para captar aspetos da cultura do Banco, os resultados mostraram evolução em termos de familiaridade e envolvimento com os valores e convicções empresariais: A sensibilização dos colaboradores aumentou para 93% (2014: 85%), enquanto o envolvimento ficou nos 61%, mais 5 pontos percentuais do que no ano anterior. No entanto, embora os colaboradores tenham testemunhado um aumento nas mudanças comportamentais, referiram que necessitam de provas mais concretas de que a prática dos valores tem um impacto positivo na concretização dos objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Por este motivo, a ênfase mudará da sensibilização para a colocação em prática dos valores e convicções e para a criação de ligações mais claras entre cultura, conduta e concretização de resultados comerciais.

O nível de empenho diminuiu para 62% em 2015, uma vez que o Deutsche Bank continuou a enfrentar inúmeros desafios. Embora a motivação pessoal dos colaboradores se tenha mantido estável e em níveis elevados, o empenho em trabalhar no Deutsche Bank diminuiu, conforme avaliado em junho de 2015. A capacitação estava estável nos 68%, com um ambiente de trabalho que permite aos colaboradores aproveitarem eficazmente as suas competências e cumprirem tarefas interessantes. No entanto, também identificaram algumas barreiras à eficácia, tal como alguns processos ineficientes, que têm de ser ultrapassados.

Forte compromisso para com a diversidade

O Deutsche Bank está empenhado numa cultura inclusiva que respeite e aceite a diversidade de colaboradores, clientes e comunidades. O Banco procura atrair, desenvolver e reter os colaboradores mais competentes de todas as culturas e países, e de todas as etnias, raças, géneros, orientações sexuais, capacidades, crenças, proveniências e experiências.

Em linha com o seu compromisso voluntário (efetuado em 2011 juntamente com outras empresas DAX 30) em aumentar substancialmente a proporção de mulheres gestoras até ao final de 2018, o Banco focou-se na criação de uma linha estável de mulheres executivas para posições mais abrangentes e sénior. Em 2015, a percentagem de mulheres em posições de Diretoras e Diretoras Executivas aumentou para 20,5% (19,4% em 2014). A quota de mulheres em posições de chefia aumentou para 32,5% (2014: 31,7%). Para além disso, os programas ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) e WGL (Women Global Leaders) do Banco prosseguiram com êxito. Desde o seu lançamento em 2009, 56 mulheres (2015: 15) participaram no premiado programa ATLAS, tendo cerca de 50% assumido mais responsabilidades desde a sua conclusão. Em 2015, 37 mulheres em cargos de direção de todo o Deutsche Bank participaram no programa WGL, concebido e implementado em parceria com a INSEAD Business School. Desde a sua criação em 2010, uma em cada duas participantes foram promovidas no espaço de três anos após a conclusão.

O Deutsche Bank continuará os seus esforços para fazer progredir as carreiras das mulheres ao abrigo da nova legislação relativa à quota de género introduzida na Alemanha em 2015. A percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank manteve-se nos 35% no final de 2015, acima do novo requisito estatutário de 30% para empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa. O Conselho de Fiscalização definiu um objetivo de, pelo menos, uma mulher como membro do Conselho de Administração até 30 de junho de 2017. O objetivo foi alcançado com a nomeação de Sylvie Matherat, Diretora regulamentar, para o Conselho de Administração a 1 de novembro de 2015. Está ainda planeado que outra mulher executiva, a Diretora de operações Kim Hammonds, se junte ao Conselho de Administração durante 2016. O Deutsche Bank definiu também objetivos para os primeiros dois níveis de direção abaixo do Conselho de Administração de 17% e 21%, respetivamente, a 30 de junho de 2017.

Entre um vasto leque de tópicos de diversidade, apoiamos ativamente as iniciativas LGBTI (lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais, interssexuais) em todo o mundo e participamos em vários eventos todos os anos. O Deutsche Bank recebeu várias distinções que honram o seu empenho nas causas LGBTI. Por exemplo, foi premiado com a pontuação máxima de 100 no Índice Empresarial da Igualdade anual da Campanha pelos Direitos Humanos pelo 13.º ano consecutivo.

A diversidade está incluída nos processos dos nossos recursos humanos (do recrutamento ao desenvolvimento de liderança) e reflete-se em todas as ofertas relacionadas com RH, incluindo orientação para licenças parentais e esquemas de trabalho a tempo parcial. Os gestores são responsáveis por assegurar que fomentam a diversidade de capacidades e lideram de forma inclusiva, através de programas de contratação e promoção, refletindo também aspetos-chave dos princípios de diversidade do Banco.

Desenvolver colaboradores e criar futuros líderes

O Banco tenta construir as capacidades dos gestores e funcionários, de modo a ajudá-los a desenvolver-se a nível profissional e pessoal e posicionar-se na organização para um futuro de sucesso. O talento e as atividades de desenvolvimento encontram-se alinhados com três prioridades: construir capacidades de liderança e desenvolver futuros líderes; promover um ambiente que apoia o desempenho sustentável e promover o desenvolvimento profissional e pessoal contínuo de todos os colaboradores.

Com vista a ajudar os gestores a adaptar-se às suas funções e a crescer com elas, o Deutsche Bank oferece dois novos programas “Management Fundamentals”, com uma versão-núcleo que aborda os novos gestores até ao nível de Vice-Presidente que se encontram, pela primeira vez, a assumir responsabilidades de gestão de pessoal no Banco, bem como uma versão executiva para Administradores e Diretores Executivos. Em 2015, cerca de 750 funcionários participaram na versão-núcleo e, em 2016, esperam-se 1500 em mais de 15 locais. O programa é construído em torno de três áreas principais: liderar pessoas, impulsionar o negócio e moldar a cultura. Existem igualmente vários programas de aceleração (“Acceleration Programs”) para pessoas com potencial para virem a ser futuros líderes, preparando-as para a fase seguinte do seu desenvolvimento e assegurando que reúnam a experiência e competências certas para acelerar as suas carreiras.

Uma abordagem equilibrada à aquisição de talentos

No contexto de reposicionamento estratégico, o Deutsche Bank adotou uma abordagem equilibrada de aquisição de talentos. Assenta na alavancagem da experiência e competências já disponíveis no seio da organização, trazendo as capacidades necessárias que irão ajudar a posicionar o Banco para o desempenho sustentável a longo prazo.

Ao longo do ano, mais de um terço das funções abertas foram preenchidas internamente a um nível global, com uma proporção muito mais elevada na Alemanha (60%). Juntamente com outras iniciativas de desenvolvimento, mais de 10 000 colaboradores a tempo inteiro assumiram novas funções no Banco, em 2015. Nesse ano, vimos igualmente mais de 750 formados contratados, uma das maiores turmas de sempre, a aderirem ao Banco em todas as divisões e funções de infraestrutura. Durante uma indução conjunta e programa de orientação no verão, os formados foram apresentados ao negócio e à cultura do Banco, adquiriram competências técnicas relevantes e ganharam uma oportunidade de construir uma rede mediante a adesão.

Além disso, o Deutsche Bank contratou 863 novos aprendizes em 2015, um aumento de 3,7% face ao ano anterior, apesar do maior pedido de duplas de estudantes e aprendizes em administração de escritórios. Por sua vez, 475 jovens que concluíram a sua formação conseguiram emprego.

Para obter pormenores adicionais sobre as prioridades e conquistas estratégicas de RH do Deutsche Bank, consulte o Relatório de RH de 2015 do Banco.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatos financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão do nosso copresidente e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatos financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para restringir esses riscos de comunicação financeira, a Direção do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de oferecer seguro razoável, mas não absoluto, contra erros significativos e conduziu uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre a comunicação financeira baseada no quadro estabelecido em Controlo interno – Quadro integrado (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

Existência os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.

Integridade todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.

Avaliação, os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.

Direitos, obrigações e propriedade os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.

Apresentação e divulgações, a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.

Salvaguarda dos ativos aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: Finance (Finanças), Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo) e Risk (Risco).

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

Especialistas financeiros para empresas ou entidades são responsáveis pela revisão da qualidade dos dados financeiros, através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor.

Group Finance (Finanças do Grupo) é responsável pelas atividades ao nível do Grupo, que incluem a preparação das informações financeiras e de gestão do Grupo, previsão e planeamento e relato de risco. O comité financeiro define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos. No seio da Group Finance, os especialistas para entidades contribuem com a sua perspetiva de entidades jurídicas para a visão empresarial e assinam os relatórios financeiros das suas entidades. Os especialistas de avaliação no Group Finance são responsáveis pelo desenvolvimento de políticas e normas mínimas para avaliação de goodwill e empresas não relacionadas com a negociação.

Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria (APAG) é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O APAG presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas.

Avaliações ao nível do Grupo e especialistas de avaliação com orientação para os negócios são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).

Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

A operação do ICOFR é igualmente apoiada de forma significativa pelas funções Group Technology & Operations e Risk. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

Tecnologia e operações ao nível do Grupo (Group Technology & Operations – GTO) é responsável por confirmar as transações com contrapartes e pela realização, interna e externamente, de reconciliações de informações financeiras entre os sistemas, registos e bolsas. A função GTO realiza igualmente todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.

Risk é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. O Risco identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções, que operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais. são preventivos ou têm propósitos de deteção. têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço. componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

Conceção e implementação da política contabilística. Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.

Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.

Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações. Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.

Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente. São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.

Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV). A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee).

Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.

Fiscalidade. Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.

Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor. São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.

Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.

Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício. No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.

Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras. Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorporou uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.

A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;

Relatórios externos de auditoria;

Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Estes relatórios, em conjunto com a evidência gerada por outros procedimentos específicos que o Grupo de Auditoria realiza para esse fim, também fornecem evidência para justificar a avaliação anual por parte da direção quanto à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2015 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte “Ações ordinárias” na secção “Notas para as demonstrações financeiras consolidadas”.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2015 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedem 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comitê de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações.

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2014 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2019, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 21 de maio de 2015 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2020, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 21 de maio de 2015 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2020.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. A opção de compra só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Para um número limitado de executivos com responsabilidade global ou estrategicamente importante vigoram contratos de trabalho antigos. Em caso de cessação da relação laboral dentro de um período definido no âmbito de uma alteração de controlo sem que exista uma razão pela qual os executivos sejam responsáveis, ou se esses executivos puserem termo à sua relação laboral porque a sociedade tomou determinadas medidas conducentes à redução de responsabilidades, esses contratos concedem o direito a uma indemnização por cessação de funções. O cálculo da indemnização por cessação de funções é, em princípio, baseado em 1,5 vezes a 2,5 vezes a remuneração total anual (salário-base e remuneração variável – baseada em numerário e em ações) concedida antes da alteração de controlo. Aqui é devidamente tomada em consideração a evolução da remuneração total nos três anos civis anteriores à alteração de controlo.

2 -

Demonstrações financeiras consolidadas

245	Demonstração consolidada dos resultados	22 –	Ativos penhorados e recebidos como garantia – 319
246	Demonstração consolidada do rendimento integral	23 –	Ativos fixos tangíveis – 320
247	Balço consolidado	24 –	Locações – 321
248	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	25 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 322
250	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	26 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 329
251	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	27 –	Outros ativos e outros passivos – 332
1 –	Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 251	28 –	Depósitos – 332
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 275	29 –	Provisões – 333
3 –	Aquisições e alienações – 277	30 –	Compromissos de crédito – 348
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 279	31 –	Outros empréstimos a curto prazo – 350
283	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	32 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 350
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 283	33 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 351
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 285	353	Notas adicionais
7 –	Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 285	34 –	Ações ordinárias – 353
8 –	Outros resultados – 286	35 –	Benefícios dos empregados – 354
9 –	Despesas gerais e administrativas – 286	36 –	Impostos sobre o rendimento – 368
10 –	Reestruturação – 286	37 –	Derivados – 370
11 –	Resultados por ação – 287	38 –	Operações com partes relacionadas – 372
289	Notas ao balanço consolidado	39 –	Informações sobre subsidiárias – 374
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 289	40 –	Entidades estruturadas – 375
13 –	Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 290	41 –	Contratos de seguro e de investimento – 380
14 –	Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 293	42 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 383
15 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 307	43 –	Eventos após o Período de Reporte – 384
16 –	Ativos financeiros disponíveis para venda – 309	44 –	Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a HGB – 385
17 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 310	45 –	Relatórios por país – 386
18 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 310	46 –	Participações acionistas – 388
19 –	Empréstimos – 315	415	Confirmações
20 –	Provisão para perdas de crédito – 316		
21 –	Transferências de ativos financeiros – 316		

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2015	2014	2013
Juros e rendimentos similares	5	25 967	25 001	25 601
Gasto de juros	5	10 086	10 729	10 767
Rendimento de juros líquido	5	15 881	14 272	14 834
Provisão para perdas de crédito	20	956	1 134	2 065
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		14 925	13 138	12 769
Rendimentos de serviços e comissões	6	12 765	12 409	12 308
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	3 842	4 299	3 817
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	203	242	394
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	17	164	619	369
Outro resultado	8	669	108	193
Rendimento total excluindo juros		17 644	17 677	17 082
Remunerações e benefícios	35	13 293	12 512	12 329
Despesas gerais e administrativas	9	18 632	14 654	15 126
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		256	289	460
Imparidade de <i>goodwill</i> e outros ativos intangíveis	25	5 776	111	79
Atividades de reestruturação	10	710	133	399
Despesas totais (excluindo juros)		38 667	27 699	28 394
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		(6 097)	3 116	1 457
Despesa de imposto sobre o rendimento	36	675	1 425	775
Resultado líquido		(6 772)	1 691	681
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		21	28	15
Resultado líquido (perda) atribuível a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		(6 794)	1 663	666

Resultados por ação

em euros	Notas	2015	2014	2013
Resultados por ação:¹	11			
Básicos		(€ 5,06) ²	€ 1,34	€ 0,64
Diluído		(€ 5,06) ²	€ 1,31	€ 0,62
Número de ações em milhões:¹				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		1 387,9	1 241,9	1 045,4
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas ³		1 387,9	1 269,5	1 073,2

¹ O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos antes de junho de 2014 por forma a refletir o efeito da componente de bônus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.

² Os lucros foram ajustados em 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Tier 1 adicionais em abril de 2015.

³ Devido à situação de perda líquida para 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto diminuiria a perda líquida por ação. No entanto, numa situação de resultado líquido, o número de ações de média ponderada ajustada após a conversão assumida teria aumentado em 27 milhões de ações para 2015.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultado líquido reconhecido na demonstração de resultados	(6772)	1 691	681
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	203	(403)	(717)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	(213)	407	58
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(242)	1 912	64
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(163)	(87)	(313)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	1	(6)	91
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	20	339	35
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	662	0	3
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	(3)	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	2 156	2 955	(948)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	4	3	(1)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	48	(35)	63
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	19	(672)	(160)
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	2 493	4 410	(1 825)
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	(4 278)	6 102	(1 144)
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	45	54	13
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	(4 323)	6 048	(1 157)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanco consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2015	31.12.2014
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central ¹		96 940	74 482
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ¹		12 842	9 090
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21, 22	22 456	17 796
Títulos obtidos por empréstimo	21, 22	33 557	25 834
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		196 035	195 681
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		515 594	629 958
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		109 253	117 285
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 16, 21, 22, 37	820 883	942 924
Ativos financeiros disponíveis para venda	16, 21, 22	73 583	64 297
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	1 013	4 143
Empréstimos	19, 20, 21, 22	427 749	405 612
Ativos fixos tangíveis	23	2 846	2 909
Goodwill e outros ativos intangíveis	25	10 078	14 951
Outros ativos	26, 27	118 137	137 980
Ativos por impostos correntes	36	1 285	1 819
Ativos por impostos diferidos	36	7 762	6 865
Total do ativo		1 629 130	1 708 703
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	28	566 974	532 931
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	21, 22	9 803	10 887
Títulos cedidos por empréstimo	21, 22	3 270	2 339
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 16, 37		
Passivos detidos para negociação		52 304	41 843
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		494 076	610 202
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		44 852	37 131
Passivos por contratos de investimento		8 522	8 523
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		599 754	697 699
Outros empréstimos a curto prazo	31	28 010	42 931
Outros passivos	26, 27	175 005	183 823
Provisões	20, 29	9 207	6 677
Passivos por impostos correntes	36	1 699	1 608
Passivos por impostos diferidos	36	746	1 175
Dívida a longo prazo	32	160 016	144 837
Títulos fiduciários preferenciais	32	7 020	10 573
Obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Total do passivo		1 561 506	1 635 481
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	34	3 531	3 531
Capital realizado adicional		33 572	33 626
Lucros não distribuídos		21 182	29 279
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	34	(10)	(8)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias		0	0
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		4 404	1 923
Total do capital acionista		62 678	68 351
Componentes de capital adicionais		4 675	4 619
Participações minoritárias		270	253
Total do capital próprio		67 624	73 223
Total do passivo e do capital próprio		1 629 130	1 708 703

¹ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	Resultados líquidos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros 2
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2 380	23 776	29 199	(60)	0	468
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	666	0	0	(165)
Ações ordinárias emitidas	230	2 731	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(764)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(659)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(385)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1 160	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	30	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	(1)	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	1	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(49)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(13 648)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	12 535	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(49)	0	0	0	0
Outros	0	150	(65)	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2 610	26 204	28 376	(13)	0	303
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	1 663	0	0	1 372
Ações ordinárias emitidas	921	7 587	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(765)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	0	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	5	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(103)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	840	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(32)	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(65)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9 187)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8 352	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(6)	0	0	0	0
Outros	0	41	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3 531	33 626	29 279	(8)	0	1 675
Total do rendimento integral, após impostos ¹	0	0	(6 794)	0	0	(291)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(1 034)	0	0	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, após impostos	0	0	(228)	0	0	0
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(10)	0	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(80)	0	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	880	0	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0	0
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(34)	0	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(9 177)	0	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	8 295	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(3)	0	0	0	0
Outros	0	63	(31)	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3 531	33 572	21 182	(10)	0	1 384

¹ Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.

² Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Resultados líquidos não realizados em derivados de cobertura da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos 2	Resultados líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos 2	Conversão cambial, líquida de impostos 2	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos 1	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais 3	Participações minoritárias	Total do capital próprio
(159)	0	(1 593)	(10)	(1 294)	54 001	0	239	54 240
57	2	(1 121)	63	(1 164)	(498)	0	13	(485)
0	0	0	0	0	2 961	0	0	2 961
0	0	0	0	0	(764)	0	(13)	(777)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(659)	0	0	(659)
0	0	0	0	0	(385)	0	0	(385)
0	0	0	0	0	1 160	0	0	1 160
0	0	0	0	0	30	0	0	30
0	0	0	0	0	(1)	0	0	(1)
0	0	0	0	0	1	0	0	1
0	0	0	0	0	(49)	0	0	(49)
0	0	0	0	0	(13 648)	0	0	(13 648)
0	0	0	0	0	12 535	0	0	12 535
0	0	0	0	0	(49)	0	0	(49)
0	0	0	0	0	85	0	8	93
(101)	2	(2 713)	53	(2 457)	54 719	0	247	54 966
181	(2)	2 865	(35)	4 380	6 043	0	54	6 097
0	0	0	0	0	8 508	0	0	8 508
0	0	0	0	0	(765)	0	(4)	(769)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	5	0	0	5
0	0	0	0	0	(103)	0	0	(103)
0	0	0	0	0	840	0	0	840
0	0	0	0	0	(32)	0	0	(32)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)
0	0	0	0	0	(9 187)	0	0	(9 187)
0	0	0	0	0	8 352	0	0	8 352
0	0	0	0	0	(6)	0	0	(6)
0	0	0	0	0	41	4 619 ⁴	(44)	4 616
79	0	151	18	1 923	68 351	4 619	253	73 223
18	662	2 044	48	2 481	(4 313)	0	45	(4 269)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(1 034)	0	(10)	(1 044)
0	0	0	0	0	(228)	0	0	(228)
0	0	0	0	0	(10)	0	0	(10)
0	0	0	0	0	(80)	0	0	(80)
0	0	0	0	0	880	0	0	880
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	(34)	0	0	(34)
0	0	0	0	0	(9 177)	0	0	(9 177)
0	0	0	0	0	8 295	0	0	8 295
0	0	0	0	0	(3)	0	0	(3)
0	0	0	0	0	33	56 ⁵	(17)	72
97	662	2 196	66	4 404	62 678	4 675	270	67 624

³ Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS.

⁴ Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais.

⁵ Inclui receitas líquidas da compra e venda de componentes de capital adicionais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultados líquidos	(6772)	1 691	681
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	956	1 134	2 065
Atividades de reestruturação	710	133	399
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(430)	(391)	(493)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(987)	673	(179)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	8 908	4 567	2 443
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(708)	(569)	(433)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	1 677	7 238	4 483
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos com bancos centrais sem bancos centrais ¹	30 096	8 959	55 515
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(10 108)	5 450	11 267
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	12 935	70 639	(27)
Empréstimos	(14 015)	(26 909)	16 007
Outros ativos	26 756	(28 812)	12 048
Depósitos	26 537	1 551	(42 281)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	6 101	(54 334)	(18 558)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(1 120)	(2 963)	(23 080)
Outros empréstimos a curto prazo	(16 149)	(17 875)	(9 529)
Outros passivos	(14 177)	22 183	(17 625)
Dívida sênior a longo prazo	13 536	14 315	(22 056)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	13 788	4 288	38 013
Outros, líquido	(8 605)	(1 678)	3 007
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	67 252	2 052	7 184
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	18 027	11 974	18 054
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	3 986	8 745	11 564
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	165	124	76
Venda de ativos fixos tangíveis	272	133	137
Aquisição de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(29 665)	(34 158)	(31 588)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(95)	(78)	(21)
Ativos fixos tangíveis	(432)	(669)	(513)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	555	1 931	(128)
Outros, líquido	(1 055)	(826)	(596)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	(8 242)	(12 824)	(3 015)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	2 942	101	1 217
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(2 043)	(3 142)	(2 776)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	788	49	11
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts ²	(5 114)	(2 709)	(49)
Ações ordinárias emitidas	0	8 508	2 961
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(9 177)	(9 187)	(13 648)
Venda de ações próprias (tesouraria)	8 316	8 318	12 494
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	4 676	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(407)	(921)	0
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	442	888	0
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(269)	0	0
Dividendos pagos a participações minoritárias	(10)	(4)	(13)
Variação líquida em participações minoritárias	(17)	(17)	23
Dividendos pagos em numerário	(1 034)	(765)	(764)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	(5 583)	5 795	(544)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	94	897	(907)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	53 521	(4 080)	2 718
Caixa e seus equivalentes no início do período	51 960	56 041	53 321
Caixa e seus equivalentes no fim do período	105 478	51 960	56 041
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	902	377	742
Juros pagos	10 608	11 423	10 687
Juros e dividendos recebidos	26 177	25 404	25 573
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos de bancos centrais (não inclui depósitos a prazo remunerados em bancos centrais) ¹	94 923	47 169	49 146
Saldos interbancários (sem bancos centrais) (não inclui: depósitos a prazo com bancos de 4 304 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, 31 612 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e 39 097 de milhões de euros em 31 de dezembro de 2013) ¹	10 555	4 791	6 895
Total	105 478	51 960	56 041

¹ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contábilísticas e estimativas contábilísticas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

² Em 2014, os comparativos foram reajustados de forma a refletir os reembolsos dos títulos fiduciários preferenciais.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

Algumas das divulgações de IFRS incorporadas no relatório de gestão fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas divulgações incluem os resultados de operações dos segmentos e de toda a entidade sobre componentes de proveitos líquidos nos termos da IFRS 8, "Segmentos operacionais", fornecidos na análise operacional e financeira do relatório de gestão. Além disso, o Relatório de Riscos inclui divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações", divulgações de capital conforme requerido ao abrigo da IAS 1, "Apresentação de declarações financeiras" e divulgações relativas aos contratos de seguro conforme descrito na IFRS 4, "Contratos de seguro". Estas divulgações auditadas são identificadas por parênteses nas margens do relatório de gestão.

Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação

A caixa e disponibilidades em bancos e os depósitos remunerados em bancos

No quarto trimestre de 2015, o Grupo alterou a apresentação do balanço de "Caixa e disponibilidades em bancos" que incluiu primariamente caixa e depósitos sem remuneração de juros e "depósitos remunerados em bancos" para que ficassem mais bem alinhados com os relatos regulamentares do Grupo. Os saldos relatados anteriormente encontram-se agora apresentados em "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" no balanço consolidado do Grupo. A alteração reflete o relato regulamentar dos depósitos com bancos centrais e sem bancos centrais em que o Grupo fazia anteriormente a distinção entre depósitos remunerados e não remunerados. A informação comparativa no balanço consolidado do Grupo e divulgação de notas associadas para 2014 foi reajustada para refletir esta alteração. Esta alteração efetuada na apresentação não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 2014 e 2015.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contabilísticas".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de associadas (ver “Associadas” abaixo)
- a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda”)
- a determinação do justo valor (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - determinação do justo valor”)
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo “Ativos e passivos financeiros - reconhecimento de lucros à data da operação”)
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”)
- a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo “*Goodwill* e outros ativos intangíveis”)
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver “Impostos sobre o rendimento” abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver “Provisões” abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária; c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é testado o investimento pelo método de equivalência patrimonial para imparidades em cada data do balanço.

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças na conversão em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados em que o item não monetário é vendido como parte do ganho ou perda geral sobre a venda do item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo, passivo e capital de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

As receitas são reconhecidas quando o valor de receitas e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Rendimento de juros líquido – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como rendimento de juros líquido utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito ou ativo financeiro ou instrumentos de dívida, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos proveitos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*). No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que não são contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de *performance* são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão são predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em "Rendimentos de serviços e comissões".

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo em outros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhe-

cido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos, ativos financeiros disponíveis para venda (*financial assets available for sale* – AFS) e outros passivos financeiros. A classificação adequada dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no "Balanço consolidado".

Os instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como AFS são reconhecidos ou desreconhecidos à data da transação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os resultados realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Incluem igualmente as matérias-primas físicas detidas pela área do Grupo dedicada à negociação de matérias-primas, ao justo valor deduzido dos custos de venda. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Compromissos de crédito

Determinados compromissos de crédito são classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais", estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Empréstimos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fazem parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidade antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, e torna-se a nova base do custo amortizado. Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada "Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais". Se os empréstimos são determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos é reconhecido com um encargo correspondente à rubrica Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos deste tipo de provisões para perdas com empréstimos identificadas após o seu reconhecimento inicial estão contemplados na rubrica Provisão para perdas de crédito. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas são reconhecidas imediatamente através de um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não são classificados ao justo valor através de resultados ou como créditos são classificados como disponíveis para venda. Um ativo financeiro classificado como disponível para venda é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica "Rendimento de juros líquido". Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em outros rendimentos. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que são itens não monetários (instrumentos de capital), o ganho ou a perda que é reconhecido em outro rendimento integral inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, as evidências objetivas incluem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo não seja mais considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recupera para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considera como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor são reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em outro rendimento integral.

Os ganhos e perdas realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os resultados não realizados registados em outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas Contabilísticas Críticas – Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requer substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera a imparidade dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, “Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda”.

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos. Para os ativos serem reclassificados tem de existir uma alteração clara da intenção da direção para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito à data da reclassificação. Além disso, tem que haver uma intenção e a capacidade para deter o ativo num futuro previsível, à data da reclassificação.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais”. Qualquer alteração do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados como imparidade é registada como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Para instrumentos reclassificados de disponíveis para venda em créditos, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em outro rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida em outro rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como provisão para perdas de crédito.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido seja inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em outros rendimentos, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada ao Grupo está relacionada com os derivados e recompra e acordos de recompra inversos. Uma parte significativa da compensação é aplicada a derivados das taxas de juro e saldos de margem relacionados, que são liberados por agências de compensação central, tais como a Câmara de Compensação de Londres. O Grupo compensa igualmente os acordos de recompra e recompra inversos para os quais tem o direito de compensar e pretende liquidar numa base líquida ou realizar um ativo, bem como liquidar um passivo simultaneamente. Para mais informações, consulte a Nota 18, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" e a Nota 15, "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor".

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contábilísticas críticas – A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contábilísticos são escriturados ao justo valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*). Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contábilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contabilidade de cobertura

Para efeitos contábilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogêneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogêneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual são incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo é identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões de perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo, bem como das exigências legais na jurisdição onde tem origem o empréstimo.

As recuperações subsequentes, se existirem, são creditadas na conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente em circunstâncias de incerteza económica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos que são considerados individualmente significativos a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação da dedução para carteiras de empréstimos de empréstimos homogêneos de menor saldo e para aqueles empréstimos que são individualmente significativos mas para os quais não existe nenhuma evidência objetiva de imparidade é calculada utilizando modelos estatísticos. Esses modelos estatísticos incorporam numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 19, “Créditos” e na Nota 20, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Se a entidade estruturada não for consolidada, os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, porque os riscos e os benefícios da sua detenção não são obtidos nem cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

O montante em dinheiro adiantado ou recebido é registado, respetivamente, nas rubricas "Títulos obtidos por empréstimo" e "Títulos cedidos por empréstimo" do balanço consolidado.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos emprestados a contrapartes que não são desreconhecidos do Balanço Consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 22, "Ativos penhorados e recebidos como garantia".

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou quando existirem indícios de imparidade depois do *software* estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 25, “*Goodwill* e outros ativos intangíveis” contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como “Juros e encargos similares”.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” ou a IAS 12, “Impostos sobre o rendimento”, respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 29, “Provisões” contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionada com o imposto diferido for reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

A atividade de seguros do Grupo no Reino Unido (Abbey Life Assurance Company Limited) está sujeita a impostos sobre o rendimento aplicáveis aos retornos de investimento dos tomadores de seguros (imposto sobre os tomadores de seguros). Este imposto é incluído nos gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do Grupo ainda que economicamente se trate de benefícios/despesa de impostos sobre o rendimento do tomador do seguro, o que reduz/aumenta a responsabilidade do Grupo para com o tomador do seguro.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rentabilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 36, “Impostos sobre o rendimento” contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 18 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

O teste de imparidade dos ativos fixos tangíveis é realizado em cada data de balanço trimestral e as imparidades são registadas sempre que o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 35, "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de

doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rentabilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prêmios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prêmio baseado em ações. Para prêmios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prêmio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prêmios ou durante ao longo do período das tranches por esses prêmios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prêmio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prêmios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prêmio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prêmios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio ("abordagem de gestão"). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma ativi-

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

dade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio CB&S e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

Seguros

A atividade de seguros do Grupo emite dois tipos de contratos:

Contratos de seguro – São contratos de anuidade ou renda vitalícia e de seguro de vida universal ao abrigo dos quais o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador do seguro), concordando em compensar o tomador do seguro no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar adversamente. Esses contratos mantêm-se como contratos de seguro até todos os direitos e obrigações se extinguirem ou expirarem. Conforme permitido pelas IFRS, o Grupo manteve as políticas contabilísticas de contratos de seguro que aplicava antes da adoção das IFRS (ou GAAP nos Estados Unidos). Estas políticas contabilísticas são descritas mais à frente.

Contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”) – Estes contratos não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. São medidos e reportados em consonância com outros passivos financeiros, que são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros detidos para garantir contratos de renda vitalícia são classificados como instrumentos financeiros detidos para venda. Os ativos financeiros detidos para outros contratos de seguro e de investimento são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contratos de seguro

Os prémios de produtos de prémio único são reconhecidos como rendimento quando recebidos. Esse momento corresponde à data a partir da qual a apólice entra em vigor. No caso de contratos de prémios periódicos, os valores a receber são reconhecidos à data em que os pagamentos são devidos. Os prémios são apresentados antes da dedução de comissões. Quando as apólices são anuladas por não recebimento dos prémios, todos os rendimentos relacionados com prémios acumulados mas não recebidos a partir da data em que são considerados como anulados, líquidos de custos relacionados, são compensados contra os prémios.

Os sinistros são registados como custo à data em que são incorridos, e refletem o custo de todos os sinistros reclamados durante o ano, incluindo participações nos resultados dos tomadores de seguros afetadas em antecipação de uma declaração de participação.

As reservas de apólices agregadas para contratos de seguro de vida universal são iguais ao saldo da conta, que representa os prémios recebidos e retornos de investimento creditados à apólice, menos deduções por custos de mortalidade e encargos. Relativamente a outros contratos de seguro ligados a fundos de investimento (*unit-linked insurance contracts*), a reserva de apólices representa o justo valor dos ativos subjacentes.

Relativamente aos contratos de renda vitalícia, o passivo é calculado através da estimativa dos fluxos de caixa futuros ao longo da duração dos contratos em vigor e descontando-os à data da avaliação dando conta da probabilidade de ocorrência. Os pressupostos são fixados à data de aquisição com provisões para desvios adversos adequadas. Este valor de passivo calculado é testado face a um valor calculado utilizando as melhores estimativas de pressupostos e taxas de juro com base na taxa de rentabilidade (*yield*) sobre o custo amortizado dos ativos subjacentes. Se este teste gerar um valor mais elevado, o montante do passivo será reajustado.

As reservas de apólices agregadas incluem passivos por certas opções associadas aos produtos de pensões ligados a fundos de investimento (*unit-linked pension products*) do Grupo. Estes passivos são calculados com base em obrigações contratuais utilizando pressupostos atuariais.

Os testes de adequação das responsabilidades são realizados às carteiras de seguros com base em sinistros futuros estimados, custos, prémios obtidos e rendimentos de investimento proporcionais. No caso de contratos de longa duração, se a experiência real relativa a taxas de rentabilidade de investimento, mortalidade, morbilidade, cessação ou encargos indicar que as responsabilidades contratuais existentes, juntamente com o valor presente dos prémios brutos futuros, não serão suficientes para cobrir o valor presente de benefícios futuros e para recuperar custos de aquisição de apólices diferidos, então é reconhecida uma deficiência de prémios.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de seguros incrementais e investimentos são diferidos na medida em que se espera que sejam recuperáveis a partir das futuras margens de lucro nestes contratos. Estes custos serão amortizados sistematicamente ao longo de um período não superior ao período em que se espera que sejam recuperados a partir destas margens futuras.

Contratos de investimento

Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento. Estas responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço.

Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Os ativos financeiros por contratos de investimento são registados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor e compensação de alterações do justo valor dos passivos financeiros correspondentes registadas em resultados.

Resseguro

Os prémios cedidos a resseguros e recuperações de resseguros sobre benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros são reportados em gastos e rendimentos, consoante o caso. Os ativos e passivos relacionados com resseguros são reportados numa base bruta quando significativos. Os montantes cedidos a resseguradoras de reservas para contratos de seguros são estimados de forma consistente com o risco ressegurado. Por conseguinte, os proveitos e custos relacionados com contratos de resseguro são reconhecidos de forma consistente com o risco subjacente ao negócio ressegurado.

Todos os novos acordos de resseguro material estão sujeitos à aprovação do Conselho local. Depois de transacionados, são sujeitos a uma revisão regular de risco de crédito, incluindo uma avaliação da exposição total e eventual provisão de crédito e garantia. A imparidade é determinada em conformidade com a política contabilística do Grupo, "Imparidade de ativos financeiros".

02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2015 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Melhorias aos ciclos 2012-2012 e 2011-2013 das IFRS

Em 1 de janeiro de 2015, o Grupo adotou alterações a várias normas IFRS, resultado dos projetos anuais de melhorias do IASB nos ciclos 2010-2012 e 2011-2013. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contábilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Instrumentos Financeiros da IFRS 9

Em julho de 2014, o IASB emitiu a IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que substitui a IAS 39, "Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição". A IFRS 9 introduz novos requisitos para o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros, requer alterações para o relato de "crédito próprio" no que diz respeito aos passivos de dívida emitidos que são designados ao justo valor, substitui as regras atuais para a imparidade de ativos financeiros e altera os requisitos de contabilidade de cobertura. A IFRS 9 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 9. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

O Grupo implementou um programa para a IFRS 9 gerido centralmente, promovido pelo diretor financeiro do Grupo e que inclui especialistas na matéria da metodologia, origem de dados e modelos, relato e processamento informático. O governo geral é feito através do Comité de Orientação da IFRS 9, que inclui a representação conjunta do departamento financeiro e de gestão do risco. As orientações e o enquadramento da IFRS 9 são feitos em todos os negócios e funcionam como parte do sistema de controlo interno do Grupo em preparação para a entrada em vigor da IFRS 9 no Grupo a partir de 1 de janeiro de 2018.

Classificação e medição de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9 requer que o modelo de negócio de uma entidade e os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro determinem a respetiva classificação e medição nas demonstrações financeiras. Aquando do reconhecimento inicial, cada um dos ativos financeiros será classificado como justo valor através de resultados (fair value through profit or loss, "FVTPL"), custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral (fair value through Other Comprehensive Income, "FVOCI"). Como estes requisitos são diferentes das avaliações nos termos das regras existentes da IAS 39, são de esperar algumas diferenças de classificação e medição de ativos financeiros, ao abrigo da IAS 39.

A classificação e medição de passivos financeiros permanecem amplamente inalteradas nos termos da IFRS 9 quanto a requisitos atuais. Contudo, sempre que os passivos de dívida emitidos são designados ao justo valor, os movimentos de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio de uma entidade serão reconhecidos no outro rendimento integral, em vez de serem reconhecidos na Demonstração dos resultados. A norma também permite que a eleição aplique a apresentação de movimentos de justo valor do risco de crédito de uma entidade em Outro rendimento integral antes de adotarem totalmente a IFRS 9. O Grupo não adotou antecipadamente estas exigências da norma pois a IFRS 9 ainda não foi adotada pela UE.

Imparidade de ativos financeiros

As regras de imparidade nos termos da IFRS 9 aplicam-se aos ativos financeiros que são medidos a custo amortizado ou a FVOCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. A determinação das perdas e deduções por imparidade passará de um modelo de perdas de crédito incorridas em que as perdas de crédito são reconhecidas quando um evento "impulsionador" ocorrer nos termos da IAS 39 para um modelo de perdas de crédito esperadas, em que as provisões são retiradas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou na data em que o Grupo se torna parte do compromisso de crédito ou garantia financeira), com base em expectativas de perdas de crédito potenciais àquela data.

Ao abrigo da abordagem das perdas de crédito esperadas da IFRS 9, o Grupo reconhecerá as perdas de crédito esperadas resultantes dos eventos de incumprimento possíveis nos próximos 12 meses para os grupos de empréstimos com um desempenho homogêneo e não homogêneo (fase 1). A IFRS 9 também requer o conhecimento das perdas de crédito esperadas na duração restante dos ativos ("perdas esperadas na duração") que se deterioraram significativamente na qualidade creditícia desde a origem ou compra, mas ainda não apresentam incumprimento (fase 2) e para os ativos com imparidade de crédito (fase 3). Ao abrigo da IFRS 9, as perdas de crédito esperadas são medidas considerando a informação relativa ao futuro, incluindo fatores macroeconômicos.

Como resultado das alterações às regras de imparidade, a IFRS 9 resultará num aumento na subjetividade, dado que as provisões serão baseadas em informações razoáveis e suportáveis relativas ao futuro na probabilidade que sejam continuamente monitorizadas e atualizadas ao longo do período do ativo financeiro. Esta situação contrasta com o reconhecimento da imparidade nos termos da IAS 39 que exige a ocorrência de um ou mais eventos de perdas antes de registada a provisão. Espera-se que a IFRS 9 resulte num aumento no nível global de deduções para imparidade, devido ao requisito de registar uma dedução igual a perdas de crédito esperadas de 12 meses nos instrumentos cujo risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a probabilidade de vir a existir uma população de maior dimensão de ativos financeiros aos quais se aplicam as perdas esperadas na sua duração, em comparação com a população de ativos financeiros para os quais já ocorreram eventos de perda nos termos da IAS 39.

Contabilidade de cobertura

Na IFRS 9 também estão integradas novas regras de contabilidade de cobertura que têm por objetivo alinhar a contabilidade de cobertura com práticas de gestão do risco. De um modo geral, foram retiradas algumas restrições ao abrigo das regras atuais e foi disponibilizada uma grande variedade de instrumentos de cobertura e elementos cobertos para a contabilidade de cobertura.

IFRS 15, Proveitos de contratos com clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu a IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes", que especifica como e quando os proveitos são reconhecidos, mas que não possui impacto no reconhecimento de rendimento relacionado com os instrumentos financeiros no âmbito da IAS 39/IFRS 9. A IFRS 15 substitui várias outras normas e interpretações IFRS que regulam atualmente o reconhecimento dos proveitos nos termos da IFRS e fornece um modelo simples de cinco passos baseado em princípios a ser aplicado a todos os contratos com clientes. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 15 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 15. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

Locações IFRS 16

Em janeiro de 2016, o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade) emitiu a IFRS 16, "Locações", que introduz um modelo de contabilização de locatário único e que requer que um locatário reconheça os ativos e os passivos para todas as locações com um termo que não seja superior a 12 meses, a não ser que os ativos subjacentes tenham um valor reduzido. É exigido que um locatário reconheça um ativo com direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo subjacente objeto da locação e um passivo da locação, que representa a sua obrigação de fazer os pagamentos da locação. Haverá apenas pequenas alterações na contabilização atual dos locadores. A norma requer também que as entidades forneçam divulgações mais informativas e relevantes aos utilizadores de demonstrações financeiras. A IFRS 16 será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 16. A norma ainda tem de ser adotada pela UE.

Melhorias para os ciclos das IFRS 2012-2014

Em setembro de 2014, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado do projeto anual de melhorias do IASB nos ciclos 2012-2014. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Terão um impacto pouco significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações foram aprovadas pela UE.

IAS 1

Em dezembro de 2014, o IASB emitiu alterações à IAS 1, "Apresentação de demonstrações financeiras", como parte de uma iniciativa para melhorar a apresentação e divulgação dos relatórios financeiros. Estas alterações clarificam que o princípio de materialidade aplica-se à totalidade das demonstrações financeiras, que o parecer profissional deverá ser aplicado na determinação de divulgações e que a inclusão de dados imateriais pode reduzir a eficácia das divulgações. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 1 possuirão apenas um impacto de divulgação no Grupo. Estas alterações foram aprovadas pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2015 e 2014

Durante 2015 e 2014, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2013

Em 2 de setembro de 2013, o Deutsche Bank AG anunciou a conclusão da aquisição das 51% ações remanescentes no empreendimento conjunto Xchanging etb GmbH ("Xetb"), que é a holding do Xchanging Transaction Bank GmbH ("XTB"). O preço de compra pago para a aquisição por fases consistiu numa componente base de 41 milhões de euros, sujeita a determinados ajustes. Desse montante, 36 milhões de euros foram pagos como contrapartida em numerário pelo adquirente. Os restantes 5 milhões de euros foram pagos pelo XTB ao vendedor, Xchanging plc. ("Xchanging"), no decurso do encerramento da transação, o que resultou numa redução dos ativos líquidos adquiridos. O acordo entre o Deutsche Bank e Xchanging foi assinado em maio de 2013. As aprovações necessárias foram obtidas, incluindo as das autoridades reguladoras e dos acionistas da Xchanging, a mudança de controlo para o Deutsche Bank tornou-se efetiva em 1 de setembro de 2013 (a data de aquisição). No encerramento da transação, o Deutsche Bank obteve a propriedade e o controlo operacional total sobre o XTB. A transação teve por objetivo contribuir para a Estratégia 2015+ do Deutsche Bank com vista a melhorar a eficiência operacional e a reduzir a duplicação de processos, complexidade e custos.

O Xetb foi estabelecido como um empreendimento conjunto com o Xchanging em 2004 é a holding do XTB, a antiga subsidiária europeia integralmente detida pelo banco de transações ag ("etb"). O XTB fornece serviços relacionados com a atividade de processamento de títulos do Deutsche Bank, bem como de clientes externos. As entidades adquiridas foram integradas nas infraestruturas operacionais do Deutsche Bank. Anteriormente à obtenção do controlo sobre o XTB, o Grupo detinha diretamente 49% das ações do Xetb, o que lhe conferia capacidade para influenciar de forma significativa as suas políticas operacionais e financeiras. Deste modo e até à data de fecho, o Xetb, incluindo a subsidiária XTB, foram contabilizados através do método de equivalência patrimonial. O justo valor à data de aquisição da participação no adquirente ascendia a 21 milhões de euros. A nova medição do justo valor não resultou em qualquer ganho ou perda.

A contabilização da aquisição foi finalizada no segundo trimestre de 2014, o que resultou num aumento líquido da contrapartida da aquisição paga e num aumento correspondente de goodwill reconhecido de 1 milhão de euros cada. Nesse sentido, o montante final de goodwill originado pela transação ascendeu aos 38 milhões de euros, que foram alocados à PBC (25 milhões de euros), à GTB (6 milhões de euros), à CB&S (5 milhões de euros) e à Deutsche AWM (2 milhões de euros). A reconciliação da contrapartida total da compra e o balanço aberto à data de aquisição são como se indica:

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros

Contrapartida em dinheiro transferida	36
Justo valor das participações de capital preexistentes	21
Dedução por liquidação de relação preexistente	8
Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	50
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:¹	
Caixa e seus equivalentes	6
Ativos financeiros disponíveis para venda	24
Ativos intangíveis	6
Todos os outros ativos	31
Provisões	22
Todos os outros passivos	34
Total de ativos líquidos identificáveis	12
<i>Goodwill</i>	38
Total de ativos líquidos identificáveis e de goodwill adquirido	50

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Previamente à aquisição, o Deutsche Bank e o XTB eram partes de um acordo de serviços conjunto para o provisão de serviços de processamento de títulos ao Deutsche Bank. O acordo de serviços foi identificado um relacionamento pré-existente, que é contabilizado em separado da supramencionada transação de compra. O contrato de serviços, que teria expirado em maio de 2016, foi cessado no âmbito do encerramento da transação. O montante de liquidação atribuível ao contrato de serviços foi calculado utilizando o modelo de fluxos de caixa descontados. O seu reconhecimento resultou numa perda de 8 milhões de euros, que foi registada nas despesas gerais e administrativas das demonstrações de rendimentos do Grupo para 2013.

Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controlo

Durante 2015 e 2014, o Grupo não participou em aquisições ou alienações de participações minoritárias enquanto retinha o controlo das respetivas subsidiárias.

Postbank

Com a conclusão do acordo de domínio com o Deutsche Postbank AG ("Postbank") em 2012, o Deutsche Bank desreconheceu, no total do capital próprio do Grupo, a participação minoritária remanescente de 248 milhões de euros no Postbank, uma vez que os acionistas minoritários deixaram de aceder aos riscos e benefícios da detenção de ações do Postbank. Até 31 de dezembro de 2014, um total de aproximadamente 0,5 milhões de ações do Postbank (iguais a aproximadamente 0,22% do total de ações em circulação do Postbank) foram oferecidas por acionistas minoritários ao Deutsche Bank ao abrigo do acordo de domínio, aumentando deste modo a participação direta do Grupo no capital do Postbank para aproximadamente 94,1% na altura.

Em 22 de abril de 2015, o Deutsche Bank assinou um acordo para comprar 5,9 milhões (2,7%) das ações do Postbank, aumentando a participação do Grupo de 94,1% para 96,8%. No geral, a transação resultou numa perda antes do imposto sobre o rendimento de aproximadamente 92 milhões de euros registados em C&A no segundo trimestre de 2015.

Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank solicitou ao Postbank que preparasse uma aquisição aos acionistas minoritários em seguimento do artigo 327.º-A et seq. da lei alemã relativa às sociedades por ações. Na solicitação de aquisição especificada feita ao Postbank em 7 de julho de 2015, o montante da compensação em numerário foi estabelecido em 35,05 euros por ação do Postbank. Após a aprovação da aquisição na Assembleia-Geral Anual do Postbank que teve lugar em 28 de agosto de 2015, foi registada uma perda antes do imposto sobre o rendimento de 69 milhões de euros, no terceiro trimestre de 2015, em C&A.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Após um procedimento de autorização em sede do Tribunal Regional Superior de Colónia, a aquisição foi introduzida no registo comercial em 21 de dezembro de 2015. Na liquidação efetuada em 30 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank adquiriu os restantes 3,2% de ações do Postbank para uma contrapartida total de 245 milhões de euros, passando assim a deter direta e indiretamente 100% das ações do Postbank.

Alienações

Em 2015, 2014 e 2013, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações foram compostas, maioritariamente, por negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. A contrapartida total em numerário, recebida por estas alienações em 2015, 2014 e 2013, foi de 555 milhões de euros, 1,9 mil milhões de euros e 57 milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2015	2014	2013
Caixa e seus equivalentes	0	0	156
Todos os restantes ativos	443	8 346	33
Total do ativo alienado	443	8 346	189
Total do passivo alienado	52	6 602	196

04 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

A partir do primeiro trimestre de 2014, o rendimento de juros líquido como uma componente da receita líquida, resultado antes do imposto sobre o rendimento e rácios conexos, é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA da Corporate Banking & Securities. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta alteração na apresentação resultou num aumento do rendimento de juros líquido da CB&S no valor de 65,4 milhões de euros no exercício de 2014. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em C&A. Períodos anteriores comparáveis não foram ajustados devido à imaterialidade. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável do rendimento de juros líquido, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 35%. Os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA detidos pela NCOU não estão a ser apresentados num equivalente plenamente tributável devido a abordagens diferentes na gestão de atividades essenciais e não essenciais.

Segmentos de negócio

Os segmentos de negócio do Grupo representam a estrutura organizacional do Grupo composta por cinco divisões corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S), Private & Business Clients (PBC), Global Transaction Banking (GTB), Deutsche Asset & Wealth Management (Deutsche AWM) e Non-Core Operations Unit (NCOU). A partir de 2016, e de acordo com a estratégia do Grupo para 2020, as operações comerciais do Grupo serão organizadas sob uma nova estrutura com os segmentos Global Markets (GM), Corporate & Investment Banking (CIB), Private, Wealth and Commercial Clients (PW&CC), Postbank, Deutsche Asset Management (AM) e Non-Core Operations Unit (NCOU).

No âmbito da otimização contínua do modelo de negócio do Grupo, em resposta a um mercado e ambiente regulamentar em mudança, o Grupo continuou a avaliar a sua carteira de negócios, adaptando-a para refletir as atuais oportunidades do mercado e satisfazer as necessidades dos clientes. Nesse contexto, no final de 2014, o Grupo anunciou a cessação da maior parte das negociações de metais preciosos físicos e CDS de título único.

Em 2013, a Deutsche AWM reviu as suas categorias de divulgação de proveitos. A nova divulgação de proveitos separa os proveitos pelo seu caráter e tipo para permitir a distinção entre componentes recorrentes e não-recorrentes, proveitos de juros líquidos e proveitos de outros produtos. A nova divulgação está mais alinhada com a convenção de mercado, acrescenta transparência e permite uma análise mais coerente do negócio. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

Segue-se a descrição de alterações nas responsabilidades de gestão com impacto significativo no reporte por segmentos:

Em 2015, o GTB usa um nível mais elevado de detalhe para as suas categorias de rendimento relatado externamente, ou seja "Finanças comerciais e gestão de caixa de empresas", "Caixa institucional e serviços de títulos" e "Outros produtos", anteriormente parte dos "Serviços de transação" de forma a fornecer mais transparência sobre a composição do rendimento GTB em linha com as responsabilidades de gestão interna e a apresentação da informação de gestão.

Em 2014, a PBC reviu as categorias de divulgação de proveitos de produtos. A PBC introduziu uma nova categoria de proveitos, "Serviços postais e suplementares do Postbank", que fazia anteriormente parte de outros proveitos, para fornecer mais transparência na composição das receitas da PBC. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

Durante o quarto trimestre de 2013, foi tomada a decisão de reduzir e descontinuar elementos da área de negócio das matérias-primas. As carteiras que continham atividades descontinuadas foram agregadas ao Special Commodities Group (SCG), que foi transferido subsequentemente da CB&S para a NCOU no primeiro trimestre de 2014. O SCG contém ativo, passivo e riscos contingentes relacionados com exposições em energia, agricultura, metais de base e carga sólida a granel. Os valores comparáveis para a CB&S e a NCOU foram reajustados em conformidade. A área de negócios das matérias-primas continuadas permanece na CB&S.

Em 2013, a carteira de empréstimos em numerário a longo prazo dos clientes de média capitalização alemães foi transferida da Divisão Corporativa CB&S para a Divisão Corporativa GTB.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Consolidation & Adjustments". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS (por exemplo, no caso de determinados instrumentos financeiros nos registos contabilísticos do Grupo referentes às divisões CB&S e PBC) e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo na CB&S) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Os sistemas de reporte de gestão seguem um "conceito de preços de transferência simétricos" em que o rendimento de juros líquido externo do Grupo é afetado aos segmentos de negócio com base no pressuposto de que todas as posições são financiadas ou investidas através dos mercados de capitais e monetários grossistas. Por conseguinte, para permitir a comparabilidade com aqueles concorrentes que têm unidades legalmente independentes com financiamento de capital próprio, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado (após dedução de certos encargos relacionados como a cobertura de risco de investimentos líquidos em determinadas operações estrangeiras) aos segmentos de negócio, proporcionalmente ao capital próprio ativo médio afeto a cada segmento de negócio.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Capital próprio ativo médio – O Grupo calcula o capital próprio ativo médio subtraindo-o da média dos dividendos do capital próprio médio dos acionistas, para os quais uma proposta é acumulada trimestralmente e os quais são pagos após a aprovação na Assembleia-Geral Anual. O Grupo calcula o capital próprio ativo para facilitar as comparações com os seus concorrentes e refere-se ao capital próprio ativo em rácios diferentes. Contudo, o capital próprio ativo não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados no capital próprio ativo médio com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

O montante total do capital próprio ativo médio atribuído continua a ser determinado com base no valor mais elevado da nossa exposição ao risco económico global ou procura de capital regulamentar. A partir de 2015, o Grupo refinou a sua alocação de capital próprio ativo médio aos segmentos de negócio para refletir o capital comunicado e alavancar os objetivos. Com a nova metodologia, a procura interna por capital regulamentar baseia-se num rácio alvo de Common Equity Tier 1 de 10% (11% de junho de 2015 e 12,5% de dezembro de 2015) e sobre um rácio alvo de alavancagem CRD IV de 3,5% (5% de junho de 2015 e 4,5% de dezembro de 2015), ambos a nível do Grupo e assumindo a implementação completa das regras CRR/CRD IV. Se o Grupo exceder o rácio alvo de Common Equity Tier 1 e o rácio alvo de alavancagem para a CRD IV, é atribuído o capital próprio médio em excesso à C&A. O capital próprio ativo médio é uma mistura dos alvos diferentes mencionados acima.

Resultados de operações dos segmentos

Para os resultados dos segmentos de negócios, incluindo a reconciliação para o resultado operacional consolidado sob a IFRS, consultar "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: resultados de operações dos segmentos".

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre componentes de receitas líquidas do Grupo, consulte o "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. A informação apresentada para as divisões CB&S, GTB, Deutsche AWM, PBC e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&A são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&A é detida centralmente.

em milhões de euros	2015	2014	2013
Alemanha:			
CB&S	731	860	994
PBC	7 241	7 662	7 654
GTB	1 234	1 251	1 339
Deutsche AWM	1 399	1 356	1 196
NCOU	(287)	(185)	360
Total da Alemanha	10 318	10 945	11 542
Reino Unido:			
CB&S	5 021	3 794	3 965
PBC	(0)	(0)	0
GTB	381	317	289
Deutsche AWM	1 039	589	984
NCOU	(73)	8	(76)
Total do Reino Unido	6 367	4 708	5 163
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
CB&S	645	933	868
PBC	1 608	1 879	1 726
GTB	1 026	941	952
Deutsche AWM	921	790	872
NCOU	9	2	(33)
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	4 209	4 545	4 385
Américas (principalmente Estados Unidos):			
CB&S	4 895	5 461	4 824
PBC	0	(21)	(21)
GTB	1 146	887	830
Deutsche AWM	1 432	1 435	1 174
NCOU	754	345	670
Total das Américas	8 227	8 108	7 477
Ásia e Pacífico:			
CB&S	2 927	2 582	2 750
PBC	62	44	36
GTB	829	723	615
Deutsche AWM	617	533	492
NCOU	(1)	2	(25)
Total de Ásia e Pacífico	4 434	3 884	3 868
Consolidation & Adjustments	(30)	(240)	(519)
Proveitos líquidos consolidados¹	33 525	31 949	31 915

Nota: Os períodos anteriores foram reajustados.

¹ Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 –

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros

	2015	2014	2013
Juros e rendimentos similares:			
Depósitos remunerados em bancos	499	683	759
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	377	408	412
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	1 292	1 341	1 312
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	300	97	81
Empréstimos	12 219	11 820	11 941
Outros	783	848	366
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	15 470	15 196	14 872
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10 496	9 805	10 729
Total de juros e rendimentos similares	25 967	25 001	25 601
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	2 764	3 210	3 360
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	153	160	186
Outros empréstimos a curto prazo	229	214	285
Dívida a longo prazo	1 480	1 882	1 568
Títulos fiduciários preferenciais	568	785	849
Outros	357	214	(16)
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	5 552	6 465	6 232
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4 534	4 264	4 535
Total de gasto de juros	10 086	10 729	10 767
Rendimento de juros líquido	15 881	14 272	14 834

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 67 milhões de euros, 94 milhões de euros e 76 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, respetivamente.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2015	2014	2013
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	98	1 686	1 569
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	3 899	2 583	2 469
Total Sales & Trading	3 996	4 269	4 039
Outros rendimentos de negociação	(122)	137	(377)
Total de rendimentos de negociação	3 874	4 407	3 662
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	3	(15)	31
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	0	0	0
Créditos e compromissos de crédito	(453)	(20)	(46)
Depósitos	0	(1)	73
Dívida a longo prazo ¹	761	(538)	133
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(344)	467	(35)
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(32)	(108)	155
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3 842	4 299	3 817

¹ Inclui (0,5) milhões de euros, 48 milhões de euros e (86) milhões de euros decorrentes de estruturas de titularização nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, respetivamente. Os movimentos de justo valor em instrumentos relacionados de 0,8 milhões de euros, (315) milhões de euros e 390 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, respetivamente, são reportados em rendimentos de negociação. O total destes ganhos e perdas representa a quota do Grupo das perdas nestas estruturas de titularização consolidadas.

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2015	2014	2013
Rendimento de juros líquido	15 881	14 272	14 834
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3 842	4 299	3 817
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19 723	18 570	18 651
Rendimento líquido de juros e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por produto da divisão corporativa:			
Sales & Trading (ações)	2 502	2 302	2 111
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	7 909	6 591	5 976
Total Sales & Trading	10 411	8 893	8 087
Produtos de crédito ¹	623	688	587
Restantes produtos ²	(440)	(62)	69
Corporate Banking & Securities	10 594	9 519	8 743
Private & Business Clients	5 837	5 893	5 817
Global Transaction Banking	2 133	2 205	1 940
Deutsche Asset & Wealth Management	1 615	1 500	1 550
Non-Core Operations Unit	(631)	(612)	176
Consolidation & Adjustments	176	65	423
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	19 723	18 570	18 651

¹ Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de swaps de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.

² Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de origemação, consultoria e outros produtos.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Corporate Banking & Securities.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2015	2014	2013
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	16 412	15 746	15 252
Encargos com serviços e comissões	3 647	3 337	2 943
Resultado líquido de serviços e comissões	12 765	12 409	12 308

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	4 480	3 745	3 646
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários	4 134	4 033	3 920
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	4 151	4 632	4 742
Resultado líquido de serviços e comissões	12 765	12 409	12 308

07 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	48	153	321
Resultados líquidos na alienação	58	144	319
Imparidades	(10)	9	2
Resultados líquidos em títulos de capital:	104	109	77
Resultados líquidos na alienação/remedição	156	121	92
Imparidades	(52)	(12)	(15)
Resultados líquidos em empréstimos:	52	(9)	6
Resultados líquidos na alienação	83	16	33
Imparidades	(31)	(25)	(27)
Reversão de imparidades	0	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	1	(12)	(12)
Resultados líquidos na alienação	14	9	9
Imparidades	(13)	(21)	(21)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	203	242	394

Ver também a Nota 16, "Ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

08 – Outros resultados

em milhões de euros	2015	2014	2013
Outros resultados:			
Rendimento líquido de propriedades de investimento	40	57	23
Resultados líquidos na alienação de propriedades de investimento	(18)	5	(3)
Resultados líquidos na alienação de subsidiárias consolidadas	(24)	18	4
Resultados líquidos na alienação de créditos	237	(2)	288
Prêmios de seguros ¹	108	141	190
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	(910)	(1 349)	(1 227)
Investimentos consolidados	470	949	881
Outros rendimentos restantes	763	290	37
Total de outro resultado	669	108	193

¹ Líquidos de prêmios de resseguros pagos. A evolução deve-se sobretudo à Abbey Life Assurance Company Limited.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2015	2014	2013
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	3 664	3 333	3 074
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1 944	1 978	2 073
Taxas de serviços profissionais	2 283	2 029	1 772
Comunicações e serviços de dados	807	725	706
Despesas de deslocação e representação	505	521	516
Encargos bancários e de transações	598	660	743
Despesas de <i>marketing</i>	294	293	294
Investimentos consolidados	406	811	797
Outras despesas ¹	8 129	4 305	5 151
Despesas totais gerais e administrativas	18 632	14 654	15 126

¹ Inclui despesas relacionadas com litígios de 5,2 mil milhões de euros em 2015, 1,6 mil milhões de euros em 2014 e 3,0 mil milhões de euros em 2013. Para mais informações sobre litígios ver Nota 29, "Provisões".

10 – Reestruturação

A reestruturação fez parte do Programa de Excelência Operacional (OpEX) do Grupo, que terminou em dezembro de 2015. Adicionalmente, inclui partes da nova iniciativa da Estratégia 2020, anunciada em 2015. A Estratégia 2020 contém iniciativas para reposicionar a banca de investimentos, reformular o negócio do retalho, racionalizar a pegada geográfica e transformar o modelo operacional - com o objetivo de conseguir poupanças líquidas de 1 a 1,5 milhões até 2018.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prêmios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. Os custos de reestruturação de €710 million foram reconhecidos durante 2015 (2014: 133 milhões de euros), dos quais 616 milhões de euros para a iniciativa Estratégia 2020, grandemente motivada pelos Private & Business Clients.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

em milhões de euros	2015	2014	2013
Corporate Banking & Securities	(124)	(112)	(130)
Private & Business Clients	(587)	(9)	(22)
Global Transaction Banking	(3)	(10)	(54)
Deutsche Asset & Wealth Management	4	3	(170)
Non-Core Operations Unit	1	(4)	(25)
Infraestrutura e Gestão regional	0	0	0
Consolidation & Adjustments	0	0	0
Total de encargos líquidos de reestruturação	(710)	(133)	(399)

em milhões de euros	2015	2014	2013
Reestruturação – Relativo aos colaboradores dos quais:	(663)	(124)	(364)
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(602)	(94)	(287)
Aceleração de retenção	(61)	(29)	(72)
Segurança social	(0)	(1)	(4)
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	(46)	(9)	(35)
Total de encargos líquidos de reestruturação	(710)	(133)	(399)

As provisões para reestruturação ascenderam a 651 milhões de euros e 120 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos três anos seguintes.

Durante 2015, 662 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2014: 1.371).

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2015	2014
Corporate Banking & Securities	186	319
Private & Business Clients	126	92
Global Transaction Banking	51	157
Deutsche Asset & Wealth Management	37	207
Non-Core Operations Unit	1	11
Infraestrutura e Gestão regional	261	585
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	662	1 371

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos⁷

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	(7 022)¹	1 663	666
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	(7 022)¹	1 663	666
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	1 387,9	1 241,9	1 045,4
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	0,0	27,6	27,8
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	27,6	27,8
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	1 387,9	1 269,5	1 073,2

¹ Os lucros foram ajustados em 228 milhões de euros após impostos para os cupões pagos nas Notas Tier 1 adicionais em abril de 2015.

Resultados por ação

em euros	2015	2014	2013
Resultados por ação básicos	(5,06)	1,34	0,64
Resultados por ação diluídos	(5,06)	1,31	0,62

Em 25 de junho de 2014, o Deutsche Bank AG realizou um aumento de capital com direitos de subscrição. Como o preço de subscrição das novas ações era inferior ao preço de mercado das ações existentes, o aumento de capital incluiu um bônus. De acordo com a IAS 33, o bônus é o resultado de uma alteração implícita no número de ações em circulação para todos os períodos anteriores ao aumento de capital sem uma alteração totalmente proporcional nos recursos. Como consequência, o número médio ponderado de ações em circulação foi ajustado, retrospectivamente.

Devido à situação de perda líquida para 2015, as ações potencialmente diluídas não são geralmente consideradas para o cálculo dos lucros por ação, pois isto seria contra a diluição e diminuiria a perda líquida por ação.

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos¹

Número de ações em milhões	2015	2014	2013
Contratos de compras a prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	0,0
Opções de venda vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,1	0,2
Ações diferidas	52,5	0,0	0,0

¹ Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	179 256	177 639
Outros ativos detidos para negociação ¹	16 779	18 041
Total de ativos detidos para negociação	196 035	195 681
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	515 594	629 958
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	711 630	825 639
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	51 073	60 473
Títulos obtidos por empréstimo	21 489	20 404
Empréstimos	12 451	15 331
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	24 240	21 078
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	109 253	117 285
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	820 883	942 924

¹ Inclui empréstimos negociados no valor de 15,5 mil milhões de euros e 16,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	51 326	41 112
Outros passivos detidos para negociação	977	731
Total de passivos detidos para negociação	52 303	41 843
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	494 076	610 202
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação:	546 380	652 045
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	31 637	21 053
Compromissos de crédito	79	99
Dívida a longo prazo	8 710	9 919
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4 425	6 061
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	44 852	37 131
Passivos por contratos de investimento ¹	8 522	8 523
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	599 754	697 699

¹ Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. A Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" contém mais informações sobre estes contratos.

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 85 mil milhões de euros e de 96 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor nos créditos¹ e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte²

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Empréstimos	Compromissos de crédito	Empréstimos	Compromissos de crédito
Valor nominal de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	4 455	8 604	5 146	15 393
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(0)	(46)	3	43
Varição cumulativa do justo valor ³	9	29	14	470
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	257	4 203	417	8 152
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(2)	1	(1)	(19)
Varição cumulativa do justo valor ³	(4)	(154)	(3)	(257)

¹ Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.

² Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.

³ As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo¹

em milhões de euros	31.12.2015	31 dez 2014 ²
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(78)	45
Varição cumulativa do justo valor	71	202

¹ O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pela entidade estruturada consolidada foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

² Em 2015, os números do ano anterior foram reajustados (aumento de 68 milhões na variação cumulativa e anual do justo valor).

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros¹

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Incluindo compromissos de crédito não utilizados ²	10 513	18 261
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	2 203	1 621

¹ Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.

² Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

De acordo com as alterações à IAS 39 e à IFRS 7, emitidas em outubro de 2008, alguns ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda para a categoria de créditos. Desde o primeiro trimestre de 2009, não foram feitas reclassificações.

O Grupo identificou ativos, elegíveis de acordo com as alterações, para os quais à data de reclassificação existia uma mudança clara de intenção e capacidade de detenção num futuro previsível, diferente da saída ou da negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas ao justo valor dos ativos à data de reclassificação.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Ativos financeiros reclassificados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos
Valor escriturado à data de reclassificação	26,6	11,4
Perdas de justo valor não realizadas em outro rendimento integral acumulado	0,0	(1,1)
Taxas de juro efetivas à data de reclassificação:		
intervalo superior	13,1 %	9,9 %
intervalo inferior	2,8 %	3,9 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados à data de reclassificação	39,6	17,6

Valores escriturados e justos valores por tipo de ativo reclassificados em 2008 e 2009

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1 382	1 346	1 983	2 124
Títulos de dívida	396	405	1 067	1 160
Empréstimos	916	857	1 146	888
Total de ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	2 695	2 608	4 197	4 171
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1 540	1 470	1 782	1 743
Títulos de dívida	168	179	1 378	1 493
Total de ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos	1 708	1 648	3 160	3 236
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	4 403¹	4 256	7 357	7 408

¹ Há um efeito associado sobre o valor escriturado da contabilidade de cobertura do justo valor efetivo pelo risco de taxa de juro para o valor escriturado dos ativos reclassificados apresentados na tabela acima. Este efeito diminui o valor contabilístico em 3 milhões de euros e aumenta em 86 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente.

Todos os ativos reclassificados são geridos pela NCOU e as decisões de alienação nesta carteira são tomadas pela NCOU em conformidade com as suas competências para tomar decisões de redução do risco. Para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2015, o Grupo vendeu ativos reclassificados com um valor escriturado de 2,9 mil milhões de euros, resultando em ganhos líquidos de 0,3 mil milhões de euros em posições vendidas.

Além das vendas, a diminuição do valor escriturado dos ativos anteriormente classificados para negociação inclui resgates e maturidades de 0,3 mil milhões de euros. A redução no valor escriturado de ativos anteriormente classificados como disponíveis para venda inclui resgates e maturidades de 0,1 mil milhões de euros.

Resultados de justo valor não realizados, que teriam sido reconhecidos em resultados ou resultados líquidos que teriam sido reconhecidos em Outro rendimento integral, se as reclassificações não tivessem sido feitas

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultados de justo valor não realizados em ativos para negociação reclassificados, antes de provisões para perdas de crédito	141	342	245
Imparidade (perdas)/reversão sobre os ativos financeiros reclassificados disponíveis para venda que estavam em imparidade	12	(6)	9
Resultados líquidos reconhecidos em outro rendimento integral representativos de resultados de justo valor não realizados adicionais em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados que não estavam em imparidade	(32)	137	130

Contribuição antes de impostos de todos os ativos reclassificados na demonstração de resultados

em milhões de euros	2015	2014	2013
Juros e rendimentos similares	127	161	272
Provisão para perdas de crédito	28	(40)	(348)
Outros rendimentos ¹	199	5	(141)
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos para negociação reclassificados	353	126	(217)
Juros e rendimentos similares	54	97	96
Provisão para perdas de crédito	16	(13)	(25)
Outros rendimentos ¹	72	0	(66)
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados	142	84	5

¹ Refere-se aos resultados decorrentes da venda de ativos reclassificados.

Ativos financeiros reclassificados: Valores escriturados e justos valores por classe de ativos

Todos os ativos reclassificados no âmbito da IAS 39 foram transferidos para a NCOU aquando da criação da nova divisão no quarto trimestre de 2012. A NCOU foi incumbida de acelerar a redução do risco para diminuir os requisitos de capital total e os ativos da IFRS. Um conjunto de fatores é considerado para determinar se e quando vender ativos, incluindo a declaração de rendimentos, capital regulamentar e impactos da alavancagem. Os movimentos no valor escriturado e justo valor são ilustrados na tabela seguinte:

Valores escriturados e justos valores por classe de ativos reclassificados em 2008 e 2009

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Resultados não realizados
Ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados:						
Obrigações municipais dos EUA	405	423	19	2 302	2 503	201
Empréstimos a estudantes ABS	1 456	1 478	22	1 464	1 529	65
CDO/CLO	534	498	(36)	717	689	(28)
Obrigações cobertas	298	234	(64)	893	987	95
Títulos hipotecários comerciais	175	176	1	187	192	5
Hipotecas residenciais ABS	92	93	1	83	92	9
Outros ¹	529	498	(31)	566	528	(38)
Total de ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados	3 487	3 400	(88)	6 211	6 520	309
Empréstimos reclassificados:						
Hipotecas comerciais	56	54	(1)	227	226	0
Hipotecas residenciais	810	753	(57)	871	616	(255)
Outros	50	49	(1)	49	46	(3)
Total de empréstimos reclassificados	916	857	(59)	1 146	888	(259)
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	4 403	4 256	(147)	7 357	7 408	51

¹ Inclui títulos garantidos por ativos relacionados com a indústria de aviação e uma mistura de outros ativos de titularização e títulos de dívida.

Ativos titularizados e títulos de dívida

Obrigações municipais – As obrigações municipais dos EUA têm um justo valor acima do valor escriturado devido a serem predominantemente instrumentos de taxa fixa com taxas de juros em queda desde a reclassificação. A redução do valor contabilístico deve-se predominantemente a vendas no valor de 2 mil milhões de euros.

CDO/CLO – Inclui uma carteira diversificada com uma variedade de ativos subjacentes e os níveis de tranches na estrutura de capital. A diferença entre o valor escriturado e o justo valor surge devido a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e o modelo de justo valor que captura as expectativas do mercado quanto às perdas previstas na sua duração em comparação com o modelo de imparidade pelo custo amortizado amplamente baseado nas perdas de crédito incorridas. O principal movimento no valor contabilístico deve-se às amortizações principais no período no valor de 0,2 mil milhões de euros.

Obrigações cobertas – O restante da exposição da carteira é a emitentes governamentais de Espanha. A redução do valor contabilístico deve-se predominantemente a vendas no valor de 0,6 mil milhões de euros.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Empréstimos a estudantes ABS – A redução do valor contabilístico deve-se predominantemente às vendas parcialmente compensadas pelos movimentos FX.

Títulos hipotecários comerciais – A redução no valor contabilístico deve-se predominantemente às vendas e reembolsos principais.

Outros – A redução no valor contabilístico deve-se aos reembolsos principais compensados pelos movimentos FX.

Empréstimos

Hipotecas comerciais – A alteração do valor contabilístico deve-se predominantemente a resgates no período de 0,1 mil milhões de euros.

Hipotecas residenciais – Esta categoria inclui hipotecas residenciais no Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha. A lacuna no justo valor do valor contabilístico foi reduzida devido a uma maior transparência nos preços no justo valor.

14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), liquidez e risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra

proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade comercial e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações de outros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit valuation adjustments – CVA*) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap – CDS*). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra o ajustamento da avaliação de dívida (DVA) para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default – LGD*) e a própria probabilidade de incumprimento do Grupo com base no nível de mercado de *swaps* de CDS do Grupo. A alteração no risco de crédito próprio do Grupo para obrigações estruturadas é calculada descontando os fluxos de caixa contratuais do instrumento usando a taxa à qual instrumentos semelhantes seriam emitidos na data de medição, visto que isto reflete o valor da perspetiva de um participante do mercado que detém o item idêntico como um ativo.

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments – FVA*) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Validação e controlo – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direcio-

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

na-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations – CDO*) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate – CRE*); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor¹

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	90 031	93 253	12 751	82 020	100 505	13 155
Títulos para negociação	89 718	82 869	6 669	81 789	86 894	8 957
Outros ativos detidos para negociação	313	10 384	6 082	232	13 611	4 198
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	5 629	500 520	9 445	5 439	614 960	9 559
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18 024	86 751	4 478	8 826	104 307	4 152
Ativos financeiros disponíveis para venda	43 260	25 449	4 874	36 272	23 597	4 427
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	3 136 ²	0	0	4 335 ²	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	156 943	709 109	31 549	132 558	847 705	31 294
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	40 185	12 102	18	25 290	16 510	43
Títulos para negociação	40 154	11 155	18	25 244	15 826	43
Outros passivos detidos para negociação	30	947	0	46	685	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	5 528	480 668	7 879	5 890	597 759	6 553
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	41 797	3 053	2	34 763	2 366
Passivos por contratos de investimento ³	0	8 522	0	0	8 523	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	0	6 492 ²	(1 146) ⁴	0	5 561 ²	(552) ⁴
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	45 715	549 581	9 805	31 181	663 117	8 410

¹ Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

² Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.

³ Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

⁴ Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Foram registadas transferências do nível 2 para nível 1 nos títulos para negociação (8 mil milhões de euros de passivos) com base nos procedimentos de teste de liquidez e 10 mil milhões de euros em ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados devido à reclassificação de uma carteira de Tesouraria.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emittentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os ABS são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que integram os dados observáveis disponíveis. Os modelos externos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread*, *yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com *spreads* de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos instrumentos no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados como ativos e passivos brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas e transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem derivados CDO personalizados em que o conjunto subjacente de referência de ativos de empresas não é estreitamente comparável com índices transacionados regularmente no mercado; alguns derivados de crédito sobre índices em tranches; algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multividuais; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

A diminuição de ativos deveu-se a liquidações e transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos. O aumento dos passivos refere-se principalmente às transferências entre o nível 2 e 3.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O saldo aumentou durante o ano principalmente devido a compras e emissões.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Ativos e passivos aumentaram durante o ano principalmente devido a emissões.

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem carteiras de empréstimos em incumprimento para as quais não existe qualquer intenção de negociação e instrumentos de capital não cotados em que não há nenhuma representação semelhante e o mercado é muito ilíquido. O aumento dos ativos durante o período deve-se principalmente às compras.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31.12.2015

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados 1	Compras	Vendas	Emissões 2	Liquidações 3	Transferências para o Nível 3 4	Transferências para fora do Nível 3 4	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	8 957	0	512	1 844	(2 432)	0	(1 007)	766	(1 971)	6 669
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos										
	9 559	(0)	539	0	0	0	(1 363)	1 683	(973)	9 445
Outros ativos detidos para negociação										
	4 198	0	413	2 527	(1 507)	1 264	(1 461)	970	(321)	6 082
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	4 152	0	234	467	(36)	1 172	(1 227)	239	(523)	4 478
Ativos financeiros disponíveis para venda										
	4 427	(0)	439 ⁵	1 058	(254)	0	(1 183)	469	(82)	4 874
Outros ativos financeiros ao justo valor										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor										
	31 294	(0)	2 136^{6,7}	5 896	(4 230)	2 436	(6 240)	4 126	(3 869)	31 549
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	43	0	5	0	0	0	9	0	(39)	18
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos										
	6 553	0	716	0	0	0	(487)	1 904	(807)	7 879
Outros passivos detidos para negociação										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados										
	2 366	0	196	0	0	1 249	(692)	155	(221)	3 053
Outros passivos financeiros ao justo valor										
	(552)	0	(352)	0	0	0	(65)	(177)	0	(1 146)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor										
	8 410	0	564^{6,7}	0	0	1 249	(1 234)	1 882	(1 067)	9 805

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registadas pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 92 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e uma perda de 13 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 524 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 161 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

31.12.2014										
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados 1	Compras	Vendas	Emissões 2	Liquidações 3	Transferências para o Nível 3 4	Transferências para fora do Nível 3 4	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	6 960	0	738	3 567	(2 081)	0	(597)	2 175	(1 804)	8 957
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos										
Outros ativos detidos para negociação	10 556	0	740	0	0	0	(1 250)	1 167	(1 654)	9 559
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	5 065	0	(43)	1 642	(2 167)	778	(845)	943	(1 173)	4 198
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 123	0	266	265	(5)	2 175	(1 802)	192	(61)	4 152
Outros ativos financeiros ao justo valor ⁶	3 329	(0)	533 ⁵	1 901	(406)	0	(1 234)	432	(126)	4 427
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1	(1)	0	0	0	0	(0)	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	29 033	(1)	2 233^{7,8}	7 373	(4 659)	2 953	(5 727)	4 908	(4 819)	31 294
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	24	0	2	0	0	0	(5)	40	(18)	43
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos										
Outros passivos detidos para negociação	8 321	0	490	0	0	0	(1 434)	1 196	(2 019)	6 553
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	1 442	0	(53)	0	0	557	(221)	882	(241)	2 366
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(247)	0	(69)	0	0	0	(207)	63	(93)	(552)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	9 539	0	371^{7,8}	0	0	557	(1 867)	2 182	(2 371)	8 410

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registadas pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

⁵ O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 144 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 31 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".

⁶ Representa ativos detidos para venda relativos a BHF-BANK.

⁷ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 585 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 128 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

⁸ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2015 poderia ter aumentado o justo valor em 2,1 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,5 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2014, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 3,3 mil milhões de euros ou ter baixado o justo valor em tanto quanto 2,9 mil milhões de euros.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Durante o terceiro trimestre de 2015, a estimativa de avaliação para a análise de sensibilidade dos parâmetros inobserváveis foi melhorada para melhor refletir a incerteza da valorização dos instrumentos financeiros de nível 3, através da utilização de uma técnica mais avançada, em linha com a prática de mercado emergente. As alterações nos montantes sensíveis de 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015 devem-se principalmente a esta alteração na estimativa, em vez de alterações significativas nos instrumentos ou perfil de risco de nível 3. Em simultâneo com esta estimativa melhorada, e para melhor refletir a forma como estes riscos são avaliados, a sensibilidade da estimativa dos parâmetros inobserváveis relativamente a obrigações de dívida soberanas e quase soberanas foi agregada às estimativas de sensibilidade para títulos de dívida empresarial e outros títulos de dívida. A sensibilidade relacionada com estes itens de linha combinados é divulgada como títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento¹

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	212	158	833	725
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	12	11	57	47
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	38	31	235	229
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	161	116	541	449
Títulos de capital	179	105	124	224
Derivados:				
Crédito	489	627	432	457
Ações	183	131	157	115
Relacionados com os juros	364	147	392	184
Divisas	17	13	4	2
Outros	161	100	75	74
Empréstimos:				
Empréstimos	539	261	1 175	988
Compromissos de crédito	0	0	6	5
Outros	0	0	79	79
Total	2 144	1 542	3 277	2 854

¹ Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um

dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos tipos de parâmetro de princípio, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2015

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	224	0	Baseado no preço	Preço	0 %	105 %
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	370	1 500
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	1 891	0	Baseado no preço	Preço	0 %	111 %
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	32	2 000
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	24 %
				Taxa de pré-pagamento constante	0 %	51 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecá- rios e por outros ativos	2 115	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4 721	1 654	Baseado no preço	Preço	0 %	230 %
Detido para negociação	4 229	18	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	9	984
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	4 229					
Disponível para venda	330					
Designado ao justo valor	163	1 636				
Títulos de capital	1 248	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	70 %	100 %
Detido para negociação	325	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	18
Disponível para venda	901		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8 %	12 %
Designado ao justo valor	21					
Empréstimos	12 626	0	Baseado no preço	Preço	0 %	146 %
Detido para negociação	6 076	0	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	103	2 787
Designado ao justo valor	3 672			Taxa de incumprimento constante	0 %	24 %
Disponível para venda	2 879			Taxa de recuperação	10 %	82 %
Compromissos de crédito	0	84	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	5	1 257
				Taxa de recuperação	20 %	75 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	1 394 ²	1 333 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR	4 %	24 %
				Taxa de recompra (pontos base)	125	277
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	22 104	3 071				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 6 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 623 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 765 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.

³ Outros passivos financeiros incluem 1,2 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 84 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

31.12.2015						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	3 775	2 337	Fluxo de caixa descontado	Taxa de <i>swap</i> (bps)	(20)	915
				Taxa de <i>swap</i> sobre a inflação	0 %	8 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	6 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	19 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	8 %
				Volatilidade das taxas de juros	9 %	176 %
				Correlação IR - IR	(25) %	100 %
				Correlação híbrida	(70) %	99 %
Derivados de crédito	2 626	1 771	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	3	8 526
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	89 %
Derivados de ações	695	1 402	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	9 %	89 %
				Volatilidade de índice	12 %	85 %
				Índice - correlação de índice	45 %	93 %
				Ação - correlação de ação	5 %	93 %
Derivados FX	1 613	1 604	Modelo de preços de opção	Volatilidade	2 %	24 %
Outros derivados	736	¹ (380)	Fluxo de caixa descontado	<i>Spread</i> de crédito (bps)	–	–
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7 %	36 %
				Correlação de matérias-primas	(21) %	90 %
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9 445	6 733				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

31.12.2014

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	342	0	Baseado no preço	Preço	0 %	106 %
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	246	1 375
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2 342	0	Baseado no preço	Preço	0 %	184 %
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	72	1 648
				Taxa de recuperação	0 %	97 %
				Taxa de incumprimento constante	0 %	13 %
				Taxa de pré-pagamento constante	0 %	22 %
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2 684	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5 936	1 202	Baseado no preço	Preço	0 %	286 %
Detido para negociação	5 477	43	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	32	1 629
Obrigações soberanas e quase soberanas	835					
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	4 643					
Disponível para venda	459					
Designado ao justo valor	0	1 159				
Títulos de capital	1 719	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	49 %	100 %
Detido para negociação	795	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	18
Disponível para venda	895		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	6 %	13 %
Designado ao justo valor	29					
Empréstimos	10 648	0	Baseado no preço	Preço	0 %	137 %
Detido para negociação	4 148	0	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	95	3 040
Designado ao justo valor	3 719			Taxa de incumprimento constante	2 %	21 %
Disponível para venda	2 781			Taxa de recuperação	0 %	67 %
Compromissos de crédito	0	87	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	115	1 000
				Taxa de recuperação	20 %	80 %
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0 %	100 %
Outros instrumentos financeiros	748 ²	1 121 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR	2 %	24 %
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	21 735	2 409				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.

² Outros ativos financeiros incluem 50 milhões de euros de outros ativos detidos para negociação, 405 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 293 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda.

³ Outros passivos financeiros incluem mil milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor e 104 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

		Justo valor		31.12.2014		
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	3 324	2 211	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	42	2 418
				Taxa de swap sobre a inflação	(1) %	8 %
				Taxa de incumprimento constante	2 %	27 %
				Taxa de pré-pagamento constante	2 %	21 %
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0 %	8 %
				Volatilidade das taxas de juros	1 %	101 %
				Correlação IR - IR	(2) %	100 %
				Correlação híbrida	(70) %	95 %
Derivados de crédito	3 586	1 921	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	155	9 480
				Taxa de recuperação	0 %	100 %
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13 %	96 %
Derivados de ações	1 118	1 258	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	8 %	84 %
				Volatilidade de índice	8 %	99 %
				Índice - correlação de índice	48 %	98 %
				Ação - correlação de ação	9 %	95 %
Derivados FX	264	242	Modelo de preços de opção	Volatilidade	6 %	26 %
Outros derivados	1 267	368	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	44	1 500
		1	Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	7 %	138 %
				Correlação de matérias-primas	(30) %	60 %
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9 559	6 001				

¹ Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração consolidada dos resultados.

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	378	617
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	658	951
Outros ativos detidos para negociação	42	(251)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	156	147
Ativos financeiros disponíveis para venda	47	190
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1 282	1 652
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(0)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(967)	(787)
Outros passivos detidos para negociação	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(134)	(48)
Outros passivos financeiros ao justo valor	384	46
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(717)	(789)
Total	565	864

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2015	2014
Saldo, início do exercício	973	796
Novas operações durante o período	493	650
Amortização	(365)	(251)
Operações vencidas	(137)	(173)
Transição subsequente para observabilidade	(14)	(67)
Alterações das taxas de câmbio	5	18
Saldo, fim do exercício	955	973

15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tal como se descreve na Nota 13, "Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, Reclassificação de ativos financeiros", o Grupo reclassificou certos ativos elegíveis das categorias de negociação e disponíveis para venda para créditos. O Grupo continua a aplicar as técnicas de avaliação relevantes estabelecidas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" aos ativos reclassificados.

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo – O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos	Outros passivos

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Empréstimo – O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de empréstimos homogêneos (p. ex. hipotecas residenciais alemãs), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de juro neste tipo de empréstimo. Para carteiras de crédito do segmento de retalho semelhantes, fora da Alemanha, o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation* – CLO), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo – O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço¹

em milhões de euros	31.12.2015				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	96 940	96 940	96 940	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 842	12 842	1 540	11 302	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	22 456	22 456	0	22 456	0
Títulos obtidos por empréstimo	33 557	33 557	0	33 557	0
Empréstimos	427 749	426 365	0	30 040	396 325
Outros ativos financeiros	101 901	101 868	0	101 868	0
Passivos financeiros:					
Depósitos	566 974	566 652	3 638	563 014	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	9 803	9 803	0	9 803	0
Títulos cedidos por empréstimo	3 270	3 270	0	3 270	0
Outros empréstimos a curto prazo	28 010	28 003	0	28 000	3
Outros passivos financeiros	149 994	149 994	1 106	148 888	0
Dívida a longo prazo	160 016	160 065	0	152 297	7 768
Títulos fiduciários preferenciais	7 020	7 516	0	7 087	430

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

em milhões de euros	31.12.2014				
	Valor contábilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	74 482	74 482	74 482	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	9 090	9 090	0	9 090	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17 796	17 796	0	17 796	0
Títulos obtidos por empréstimo	25 834	25 834	0	25 834	0
Empréstimos	405 612	410 769	0	29 786	380 983
Outros ativos financeiros	120 838	120 827	0	120 820	7
Passivos financeiros:					
Depósitos	532 931	532 581	2 754	529 826	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10 887	10 887	0	10 887	0
Títulos cedidos por empréstimo	2 339	2 339	0	2 339	0
Outros empréstimos a curto prazo	42 931	42 929	0	42 825	105
Outros passivos financeiros	159 930	159 930	2 575	157 300	55
Dívida a longo prazo	144 837	146 215	0	135 016	11 199
Títulos fiduciários preferenciais	10 573	12 251	0	11 075	1 176

¹ Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimo – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – A diferença entre o justo valor e o valor escriturado é devida ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a altura em que o instrumento foi emitido.

16 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Títulos de dívida:		
Governo alemão	18 042	14 370
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	2 890	235
Governos locais (municipais) dos EUA	3 103	2 777
Outros governos estrangeiros	34 123	31 805
Empresas	8 922	8 512
Outros títulos garantidos por ativos	588	646
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	28	236
Outros títulos de dívida	570	551
Total de títulos de dívida	68 266	59 132
Títulos de capital:		
Ações de capital	1 166	1 184
Certificados de investimento e fundos de investimento	75	99
Total de títulos de capital	1 241	1 283
Outros interesses de capital	974	976
Empréstimos	3 102	2 906
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	73 583	64 297

Ver também a Nota 7, "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 91 (2014: 116) associadas e 15 (2014: 15) entidades conjuntamente controladas. No seguimento da reclassificação do investimento da Hua Xia Bank Company Limited de detido para venda em 28 de dezembro de 2015, não existem outros investimentos significativos para o Grupo. Pode ser encontrada mais informação sobre a reclassificação da Hua Xia Bank Company Limited na Nota 26, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda" deste relatório.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros

	31.12.2015	31.12.2014
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	1 013	999
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	177	130
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	4	3
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	181	133

18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Ativos

em milhões de euros	31.12.2015						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros 1	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	21 309	(5 174)	16 135	0	0	(16 127)	8
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	6 321	0	6 321	0	0	(5 910)	411
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	13 956	0	13 956	0	0	(13 448)	508
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	19 601	0	19 601	0	0	(18 583)	1 018
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	196 478	(442)	196 035	0	(12)	(592)	195 431
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	612 412	(113 977)	498 435	(407 171)	(55 896)	(13 218)	22 150
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	17 159	0	17 159	0	0	0	17 159
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	86 596	(30 801)	55 796	(2 146)	(1 167)	(44 437)	8 045
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	53 457	0	53 457	0	0	(28 793)	24 664
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	966 102	(145 219)	820 883	(409 317)	(57 075)	(87 041)	267 449
Empréstimos	427 768	(19)	427 749	0	(14 296)	(49 117)	364 335
Outros ativos	134 742	(16 605)	118 137	(58 478)	(7)	0	59 652
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 272	(5 137)	3 136	(2 461)	0	0	674
Restantes ativos não sujeitos a compensação	206 348	0	206 348	0	(555)	(549)	205 245
Total do ativo	1 796 146	(167 016)	1 629 130	(467 795)	(71 933)	(190 775)	898 627

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

	31.12.2015						
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensa- dos no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresenta- dos no balanço	Impacto de acordos- quadro de compensa- ção	Garantia em numerá- rio	Garantia de instrumen- tos financeiros	Montante líquido
Depósitos	566 993	(19)	566 974	0	0	0	566 974
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	9 089	(5 135)	3 954	0	0	(3 954)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	5 849	0	5 849	0	0	(5 130)	719
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1 795	0	1 795	0	0	(1 795)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	1 475	0	1 475	0	0	(951)	524
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	53 215	(910)	52 304	0	0	0	52 304
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	588 281	(117 306)	470 975	(403 267)	(53 149)	(14 559)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	23 101	0	23 101	0	0	(2 867)	20 234
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	50 690	(29 929)	20 761	(2 105)	0	(18 657)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	32 612	0	32 612	0	0	(11 077)	21 535
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	747 899	(148 145)	599 754	(405 372)	(53 149)	(47 160)	94 073
Outros passivos	188 723	(13 718)	175 005	(68 626)	0	0	106 379
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	8 615	(2 250)	6 365	(6 365)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	206 699	0	206 699	0	0	0	206 699
Total do passivo	1 728 522	(167 016)	1 561 506	(473 998)	(53 149)	(58 990)	975 368

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Ativos

31.12.2014

em milhões de euros	Montantes não compensados no balanço						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	17 051	(2 419)	14 632	0	0	(14 602)	29
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3 164	0	3 164	0	0	(2 386)	779
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	11 891	0	11 891	0	0	(11 406)	485
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	13 943	0	13 943	0	0	(13 294)	649
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	196 157	(476)	195 681	0	(11)	(1 049)	194 621
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	823 578	(217 158)	606 421	(519 590)	(61 518)	(15 330)	9 982
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	23 537	0	23 537	0	0	0	23 537
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	101 845	(37 075)	64 770	(2 782)	(1 924)	(50 245)	9 819
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	52 516	0	52 516	0	0	(31 358)	21 158
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 197 633	(254 708)	942 924	(522 373)	(63 453)	(97 982)	259 117
Empréstimos	405 673	(61)	405 612	0	(16 259)	(46 112)	343 242
Outros ativos	157 771	(19 792)	137 980	(67 009)	(239)	(13)	70 720
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	10 723	(6 320)	4 403	(3 837)	0	0	566
Restantes ativos não sujeitos a compensação	178 557	0	178 557	0	(874)	(451)	177 231
Total do ativo	1 985 683	(276 980)	1 708 703	(589 381)	(80 825)	(186 246)	852 252

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

em milhões de euros	31.12.2014						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros 1	
Depósitos	532 992	(61)	532 931	0	0	0	532 931
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	5 673	(2 419)	3 254	0	0	(2 966)	288
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	7 633	0	7 633	0	0	(2 278)	5 356
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1 791	0	1 791	0	0	(1 614)	177
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	549	0	549	0	0	(209)	339
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	42 960	(1 117)	41 843	0	0	0	41 843
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	803 073	(217 597)	585 475	(518 364)	(63 172)	(3 939)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	24 726	0	24 726	0	0	(11 996)	12 731
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	52 517	(35 994)	16 523	(2 782)	0	(13 741)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	29 132 ¹	0	29 132 ¹	0	(3 130)	(5 718)	20 283 ¹
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	952 407 ¹	(254 708)	697 699 ¹	(521 146)	(66 302)	(35 394)	74 856 ¹
Outros passivos	203 615 ¹	(19 792)	183 823 ¹	(71 645)	0	0	112 178 ¹
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	11 383	(6 320)	5 063	(5 063)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	207 801	0	207 801	0	0	0	207 801
Total do passivo	1 912 461	(276 980)	1 635 481	(592 791)	(66 302)	(42 460)	933 927

¹ Os números foram reajustados passando 67 mil milhões de euros de Passivos financeiros a justo valor através de resultados (não executáveis) para Outros passivos.

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre bancarrota.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

19 – Empréstimos

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2015	31 dez 2014 ¹
Intermediação financeira	57 047	59 586
Indústria	26 994	25 619
dos quais:		
Metais básicos e produtos de metal fabricados	4 082	4 348
Equipamento elétrico e ótico	3 183	3 684
Equipamento de transporte	3 832	3 212
Químicos e produtos químicos	4 008	3 008
Maquinaria e equipamento	2 801	2 787
Produtos alimentares	2 374	2 514
Famílias (excluindo hipotecas)	45 317	44 839
Famílias – hipotecas	154 689	153 140
Setor público	17 181	18 082
Comércio grossista e de retalho	16 837	15 714
Atividades imobiliárias comerciais	43 093	35 764
Financiamento por locação	561	1 104
Atividades de gestão de fundos	25 007	12 138
Outros	46 824	44 896
dos quais:		
Imobiliário residencial, locação e atividades de negócio relacionadas	15 013	12 506
Transporte, armazenamento e comunicação	12 014	11 317
Mineração e exploração de materiais produtores de energia	4 701	4 504
Fornecimento de eletricidade, gás e água	4 305	4 197
Créditos brutos	433 549	410 883
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	772	58
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	432 777	410 825
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	5 028	5 212
Total de créditos	427 749	405 612

¹ Os comparativos foram reajustados para refletir as alterações nos setores da indústria.

20 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo

em milhões de euros	2015			2014			2013		
	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total
Provisão, início do exercício	2 364	2 849	5 212	2 857	2 732	5 589	2 266	2 426	4 692
Provisão para perdas de crédito	334	548	882	499	631	1 129	1 377	683	2 060
Reconhecimento de perdas líquidas:									
Reconhecimento de perdas	(482)	(612)	(1 094)	(997)	(512)	(1 509)	(701)	(352)	(1 053)
Recuperações	(538)	(717)	(1 255)	(1 037)	(613)	(1 650)	(730)	(485)	(1 215)
Outras alterações	56	105	161	40	101	141	30	132	162
Outras alterações	36	(8)	28	5	(2)	3	(85)	(25)	(110)
Provisão, fim do exercício	2 252	2 776	5 028	2 364	2 849	5 212	2 857	2 732	5 589

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito)

em milhões de euros	2015			2014			2013		
	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletiva-mente	Total
Provisão, início do exercício	85	141	226	102	114	216	118	97	215
Provisão para posições extrapatrimoniais	58	16	74	(13)	18	4	(15)	21	5
Utilização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações	1	10	11	(4)	10	6	(0)	(3)	(4)
Provisão, fim do exercício	144	168	312	85	141	226	102	114	216

21 – Transferências de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	26 752	23 873
Acordos para empréstimo de títulos	51 300	52 531
Swaps de retorno total	2 648	3 463
Outros	642	782
Total de títulos para negociação	81 342	80 649
Outros ativos detidos para negociação	12	433
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	537
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 192	1 731
Empréstimos	536	2 225
Total	84 082	85 576
Montante escriturado de passivos associados	52 717	57 800

Informação sobre ativos transferidos não elegíveis para desreconhecimento e em que o passivo associado é o único recurso para esses ativos transferidos¹

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Títulos para negociação	300	300	507	507
Outros ativos detidos para negociação	0	0	370	370
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 372	1 372	1 660	1 660
Empréstimos	18	19	2 074	2 087
Total	1 690	1 691	4 611	4 624
Passivo associado	1 460	1 460	4 282	4 282
Posições líquidas	230	231	329	342

¹ Os passivos associados são notas emitidas por titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo.

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Títulos para negociação	21	254
Empréstimos	96	0
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Títulos para negociação	21	26
Empréstimos	33	0
Montante escriturado de passivos associados	37	25

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo:

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹
Empréstimos:						
Notas de titularização	56	56	132	93	89	153
Outros	12	12	12	12	12	12
Total de créditos	68	68	144	105	101	165
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Notas de titularização	134	134	134	511	511	511
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	11	11	11	33	33	33
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	145	145	145	544	544	544
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas de titularização	0	0	0	13	13	13
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	13	13	13
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	214	214	289	662	658	722
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	57	57	0	32	32	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	57	57	0	32	32	0

¹ A exposição máxima para a perda é definida como o valor escriturado mais o valor nominal de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos.

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos:

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	86	97	0	55	171	0
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	119	716	0	30	671	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	205	813	0	85	842	0

¹ Normalmente, as vendas de ativos como veículos de titularização reportavam-se a ativos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo penhora ativos, principalmente, para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes¹

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	51 904	53 699
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 554	3 517
Empréstimos	45 776	45 919
Outros	302	302
Total	101 535	103 438

¹ Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora¹

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	80 480	73 557
Ativos financeiros disponíveis para venda	819	67
Empréstimos	347	0
Total	81 646	73 624

¹ Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	286 032	253 722
dos quais:		
garantia vendida ou repenhorada	238 236	203 321

23 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo da aquisição:					
Saldo em 1 de janeiro de 2014	3 749	3 926	2 240	170	10 084
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(8)	11	(1)	0	3
Adições	42	332	122	173	669
Transferências	10	26	122	(153)	5
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(2 507)	(1 364)	(133)	(55)	(4 058)
Alienações	0	201	39	0	241
Alterações das taxas de câmbio	275	217	68	6	566
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 560	2 947	2 379	141	7 027
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	8	(37)	(72)	0	(101)
Adições	4	153	162	114	432
Transferências	(2)	76	181	(129)	126
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(5)	82	1	(2)	77
Alienações	132	267	61	0	461
Alterações das taxas de câmbio	(1)	107	72	6	184
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 432	3 060	2 662	130	7 284
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1 525	2 762	1 378	0	5 664
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	8	(1)	0	6
Depreciação	39	271	179	0	490
Perdas por imparidade	58	105	10	0	172
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Transferências	28	10	22	0	59
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(1 289)	(1 127)	(95)	0	(2 511)
Alienações	2	83	34	0	119
Alterações das taxas de câmbio	140	175	41	0	356
Saldo em 31 de dezembro de 2014	498	2 121	1 500	0	4 118
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	(31)	(64)	0	(96)
Depreciação	35	234	170	0	439
Perdas por imparidade	6	16	3	1	27
Reversão de perdas por imparidade	0	9	0	0	9
Transferências	(3)	21	93	(1)	109
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(0)	58	7	0	65
Alienações	73	239	38	0	349
Alterações das taxas de câmbio	2	86	46	(0)	134
Saldo em 31 de dezembro de 2015	464	2 257	1 716	0	4 438
Valor escriturado:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 062	826	880	141	2 909
Saldo em 31 de dezembro de 2015	967	802	946	130	2 846

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 56 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 70 milhões de euros no fim de 2015.

24 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais.

Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Terrenos e edifícios	14	13
Mobiliário e equipamento	2	1
Outros	0	5
Valor escriturado líquido	15	19

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	6	6
Entre um ano e cinco anos	20	24
Após cinco anos	70	84
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	97	114
Menos: Futuros encargos com juros	66	71
Valor presente dos compromissos de locação financeira	30	43
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	4	9
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados¹	0	0

¹ A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	773	778
Entre um ano e cinco anos	2 398	2 370
Após cinco anos	1 999	1 955
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	5 170	5 103
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	91	171
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	5 079	4 932

Em 31 de dezembro de 2015, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 355 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2015, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 848 milhões de euros. Isto incluiu 864 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 9 milhões de euros em rendas contingentes, bem como 25 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

25 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor escriturado de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Manage- ment	Non-Core Operations Unit 1	Outras	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1 863	2 758	431	3 843	0	179	9 074
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	1	0	0	0	0	1
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	(13)	(1)	0	(3)	0	0	(17)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	(1)	(2)	0	0	(3)
Perdas por imparidade ²	0	0	0	0	0	(49)	(49)
Alterações das taxas de câmbio/outras	166	5	44	293	0	4	512
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2 016	2 763	474	4 131	0	134	9 518
Montante bruto do goodwill	3 249	2 763	474	4 131	651	676	11 944
Perdas por imparidade acumuladas	(1 233)	0	0	0	(651)	(542)	(2 426)
Saldo em 1 de janeiro de 2015	2 016	2 763	474	4 131	0	134	9 518
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	(1)	0	(47)	0	(138)	(186)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	(1)	0	0	(1)
Perdas por imparidade ²	(2 168)	(2 765)	0	0	0	0	(4 933)
Alterações das taxas de câmbio/outras	152	3	45	287	0	5	492
Saldo em 31 de dezembro de 2015	0	0	519	4 370	0	1	4 890
Montante bruto do goodwill	3 509	2 762	519	4 370	652	607	12 419
Perdas por imparidade acumuladas	(3 509)	(2 762)	0	0	(652)	(606)	(7 529)

¹ Inclui as UGC principais NCOU Wholesale Assets e NCOU Operating Assets.

² As perdas por imparidade de goodwill são registradas como imparidade de goodwill e de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das UGC principais, os segmentos CB&S e NCOU têm um goodwill resultante da aquisição de investimentos não integrados que não estão afetados às UGC principais dos respectivos segmentos. Esse goodwill é sintetizado em "Outros" no quadro acima. Os investimentos não integrados na NCOU consistiram na Maher Terminals LLC e Maher Terminals of Canada Corp., tendo sido o último alienado no terceiro trimestre de 2015.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Em 2015, as alterações ao *goodwill* (além das relacionadas com as alterações à taxa de câmbio) incluíram principalmente as imparidades de 2168 milhões de euros na CB&S e 2765 milhões de euros na PBC. Estes encargos foram resultado do teste a imparidades de *goodwill* efetuado no terceiro trimestre de 2015. O teste foi acionado pela substanciação adicional da Estratégia 2020 no terceiro trimestre, amplamente motivada pelo impacto dos requisitos de capital regulamentares que se esperavam mais elevados para ambos os segmentos, bem como as expectativas atuais de alienação na PBC. Em ligação à venda das operações portuárias canadianas da Maher Terminals, foi atribuído *goodwill* de 138 milhões de euros ao grupo de alienação classificado como detido para venda no primeiro trimestre de 2015.

Em 2014, as alterações no *goodwill* (outras que não as relacionadas com as alterações das taxas de câmbio) incluíram, essencialmente, a imparidade de 49 milhões de euros registados na NCOU perante o abatimento do *goodwill* relativo ao investimento não integrado na Maher Terminals LLC (incluído na coluna "Outros" da tabela acima), que foi baseado na persistência da incerteza do mercado de procura de consumíveis dos EUA com impacto nos volumes de negócio. O justo valor subtraído dos custos de alienação do investimento foi determinado com base num modelo de fluxo de caixa livre descontado. Nesse sentido, a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. O valor escriturado da Maher Terminals LLC excede o montante recuperável, resultando numa perda por imparidade de 194 milhões de euros, que foi registada como imparidade de *goodwill* e de outros ativos intangíveis. Desse montante de imparidade, 49 milhões de euros foram alocados para abater totalmente o *goodwill* respetivo e outros 145 milhões de euros foram alocados a outros ativos intangíveis na UGC (ver "Outros ativos intangíveis amortizados" nesta Nota). Pressupostos-chave utilizados na estimativa do justo valor incluem uma taxa de desconto (custo médio ponderado do capital, após impostos) de 9,3% (ano anterior, 9,1%), uma taxa de crescimento de valor terminal de 5,3% e uma taxa de crescimento média do EBITDA de 13,2%.

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa (UGC). Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso.

A atualização adicional da Estratégia 2020 do Grupo constituiu um evento que levou a um teste de imparidade. O teste de imparidades de *goodwill* efetuado no terceiro trimestre de 2015 resultou em imparidades de *goodwill* no valor total de 4933 milhões de euros, que consistem em 2168 milhões e 2765 milhões nas unidades geradoras de caixa CB&S e PBC, respetivamente. A imparidade na CB&S foi principalmente motivada por alterações na mistura de negócio à luz dos requisitos de capital regulamentares que se esperam mais elevados, levando a um montante recuperável de aproximadamente 26,1 mil milhões de euros. A imparidade na PBC foi, além dos requisitos de capital alterados, principalmente motivada pelas expectativas atuais de alienação relativamente à Hua Xia Bank Co. Ltd. e ao Postbank, que resultaram num valor recuperável de aproximadamente 12,3 mil milhões para a unidade geradora de caixa.

Os valores recuperáveis de todas as restantes unidades geradoras de caixa, exceto as da NCOU, excederam substancialmente os seus respetivos valores escriturados. Uma análise do evento acionador em 31 de dezembro de 2015 confirmou que não houve indicação de que o restante *goodwill* nas unidades geradoras de caixa principais tinha imparidades. No entanto, a nova estrutura de segmentos e a realocação do *goodwill* para a nova estrutura da unidade geradora de caixa (UGC) deve resultar em mais imparidades no futuro.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um retorno da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

O teste anual de imparidade de *goodwill* em 2014 não teve como resultado uma perda por imparidade de *goodwill* nas principais UGC do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas UGC foram superiores aos dos seus respetivos valores escriturados.

Valor escriturado

O valor escriturado de uma UGC é apurado usando um modelo de afetação de capital. A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias.

O valor escriturado (excluindo as Notas AT1) é alocado às UGC principais num processo de duas fases alinhado com a determinação do valor recuperável e o quadro de alocação de capital próprio atual do Deutsche Bank. A abordagem de duas fases funciona como se segue: alocação do capital próprio dos acionistas usando primeiro uma chave baseada em solvabilidade, até ser cumprido o objetivo atual de 11% de rácio CET 11 (CRR/CRD IV calculado numa base "fully loaded") e depois, se aplicável, a alocação de capital incremental para considerar os requisitos do rácio de alavancagem. A alocação baseada em solvabilidade contém a atribuição de *goodwill* (mais o ajuste do acréscimo para participações minoritárias) e a não-amortização de outros ativos intangíveis. Adicionalmente, inclui alocações de capital próprio baseadas na quota relativa de ativos com ponderação de risco das UGC, em itens com dedução de capital bem como em itens de reconciliação regulamentar. No segundo passo, se aplicável, as UGC recebem alocações de capital próprio com base no seu rácio de alavancagem proporcional relativamente ao Grupo. Adicionalmente, as participações minoritárias são consideradas nos valores escriturados das UGC principais respetivas. As Notas AT1 são alocadas às UGC principais de forma proporcional ao seu défice do rácio de alavancagem específico; com o défice do rácio de alavancagem a constituir uma função do rácio de alavancagem alvo do Grupo, a exposição do rácio de alavancagem das UGC e do capital CET 1 alocado.

O valor escriturado dos investimentos não integrados é determinado com base nas suas respetivas ações.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das UGC principais com base no justo valor menos os custos da alienação (nível 3 da hierarquia do justo valor) e emprega um modelo de fluxo de caixa descontado (FCD), que reflete a especificidade do negócio da banca e do seu contexto regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, afetadas às principais UGC compatíveis com o respetivo tratamento no valor escriturado. Os valores recuperáveis das UGC derivadas dos modelos FCD foram comparados com valorizações de analistas externos e são considerados como estando num intervalo plausível.

O modelo FCD usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização (com rácios de capital a aumentar dos níveis atuais para um rácio Common Equity Tier 1 de 12,5% e um rácio de alavancagem (usando uma definição "fully loaded" do capital de Tier 1) de 5,0% a médio prazo) com base em planos financeiros de cinco anos acordados pela administração, que são descontados do seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento a longo prazo constante de até 3,2% (2014: 3,2%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Pressupostos-chave:

O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar o cálculo das taxas de desconto.

Principais unidades geradoras de caixa

	Taxa de desconto (após impostos)	
	2015	2014
Corporate Banking & Securities	9,7 %	10,3 %
Private & Business Clients	9,2 %	10,0 %
Global Transaction Banking	8,1 %	8,5 %
Deutsche Asset & Wealth Management	9,1 %	9,5 %

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Corporate Banking & Securities	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de franquias motivadas pelo cliente oferecendo um conjunto amplo de produtos da banca de investimentos em dívida e capital próprio, bem como negócios de consultoria e originação financeira corporativa - Enfoque nos clientes com o potencial mais elevado de entregar uma relação de valor - Modesta recuperação económica da Europa, enquanto as Américas retornam a um caminho de sólida recuperação, acompanhada por um aperto gradual da política monetária - Espera-se que os volumes de proveitos da Sales & Trading aumentem ligeiramente à medida que a política monetária normaliza e a volatilidade aumenta, ao passo que os volumes de proveitos de Equities e Corporate Finance deverão manter-se no mesmo nível no futuro. - Mitigar aumentos de RWA motivados pela regulamentação através de saídas de negócios e gestão de carteira - Reduzir o consumo geral de capital enquanto se reinveste para melhorar a rentabilidade - Eficiências de custo motivadas por medidas da carteira, dimensão de plataforma revista e análise da pegada regional 	<ul style="list-style-type: none"> - O ambiente do mercado permanece desafiante - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto - A otimização da carteira estratégica pode não gerar o crescimento de receitas esperado e a otimização dos recursos pode ter mais do que o impacto esperado nas receitas - Potencial compressão de margens e concorrência crescente em produtos com requisitos de capital mais reduzidos além dos níveis esperados - Desfecho dos principais casos de litígio - O declínio esperado nos custos através da otimização da carteira estratégica, saídas do país e eficiência nas poupanças não se materializa no período do plano - Aumento de pressões em matéria de custos da despesa por imposição regulamentar - Os riscos estruturais associados a obstáculos regulamentares imprevistos, custos adicionais para a conformidade CCAR e o estabelecimento de um IHC nos EUA, bem como regras de separação bancária mais exigentes do que esperado em algumas jurisdições
Private & Business Clients	<ul style="list-style-type: none"> - Posição de liderança no mercado nacional da Alemanha com posições fortes em cinco outros mercados europeus atrativos - Desconsolidação do Postbank - Melhoria das capacidades digitais como iniciativa-chave na PBC bem como a reorganização e otimização da rede da sucursal - Complexidade reduzida e eficiência de custos competitiva - Expansão no negócio de investimento e seguros no horizonte da consultoria bancária, minimizando parcialmente os impactos das baixas taxas de juros e dos limites de alavancagem e o reequilíbrio dos produtos de crédito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Declínio económico grave, resultando potencialmente em taxas de desemprego mais altas, aumento de provisões para perdas de crédito e crescimento mais fraco do negócio - O desenvolvimento de mercados de produtos de investimento e respetivas receitas adicionais depende da confiança dos clientes para investir - A continuação de taxas de juro baixas pode conduzir a uma maior compressão das margens - Os programas de eficiência não são executados conforme planeado - Um contexto de restrição nos regulamentos conduzindo a custos e impacto nos proveitos ainda não antecipados
Global Transaction Banking	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança de custos na análise do produto, país e perímetro do cliente - Capitalizar as sinergias resultantes de uma cooperação mais estreita com outras áreas de negócio do banco - Recuperação macroeconómica que leva a melhorias graduais na taxa de juros e ao desenvolvimento positivo do volume de comércio internacional, pagamentos transfronteiras e ações de empresas - Aprofundamento da relação com clientes empresariais complexos e clientes institucionais em regiões existentes e novos impulsos ao crescimento em mercados emergentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais lenta recuperação na economia mundial e respetivo impacto nos volumes de transações, taxas de juros e taxas de câmbio - Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas - Poupança de custos se a análise do produto, país e perímetro do cliente não se materializarem conforme antecipado - Desfecho de potenciais casos de litígio
Deutsche Asset & Wealth Management	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia informada de forma contínua pelas tendências e desenvolvimentos de mercado, incluindo a criação do património global, um mercado de reforma em crescimento e uma rápida expansão das ofertas de investimento alternativas e passivas - Expandir a atividade comercial junto dos clientes com património líquido ultraelevado com uma forte cobertura dos mercados desenvolvidos e emergentes - Criar alternativas, negócios de passivo/ETF e empréstimos - Liderança no mercado doméstico alemão através do Wealth Management e do DWS - Estratégia de crescimento orgânico na Ásia e Pacífico e Américas - Quota de mercado igual ou maior no ambiente competitivo fragmentado - Poupança de custos devido à otimização da plataforma Deutsche AWM - Investimento direcionado para melhorias na plataforma e capacidades digitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade do mercado, peso da dívida pública, aumento dos custos decorrentes de alterações aos regulamentos - Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas - Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade - Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes - Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Outros ativos intangíveis

Segue-se a apresentação das alterações de outros ativos intangíveis por classe de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos								Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado				Amortizado				Amortizado	
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor de negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2014	840	441	1 281	1 449	830	661	935	3 875	2 776	7 932
Adições	0	0	0	40	0	0	52	92	962	1 054
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(14)	(2)	(16)	(0)	(16)
Alienações	0	0	0	9	0	0	12	21	99	121
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0	(0)
Transferências	0	0	0	(3)	0	(1)	17	13	(26)	(13)
Alterações das taxas de câmbio	111	1	112	53	58	74	34	219	101	432
Saldo em 31 de dezembro de 2014	951	441	1 392	1 529	888	720	1 025	4 162	3 715	9 269
Adições	0	0	0	26	0	0	21	47	1 217	1 265
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(3)	(3)	0	0	0	(1)	(1)	(3)	(7)
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0	193	193
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(42)	0	0	(13)	(55)	0	(55)
Transferências	0	0	0	0	0	0	42	42	(11)	31
Alterações das taxas de câmbio	110	2	112	45	53	75	39	212	121	446
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 061	440	1 501	1 559	941	795	1 112	4 407	4 846	10 755
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2014	287	2	289	836	194	180	667	1 877	909	3 075
Amortização do exercício	0	0	0	99	35	35	78	247	335	582 ¹
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(2)	(8)	(1)	(9)
Alienações	0	0	0	8	0	0	12	20	97	117
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0	(0)
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	117	29	146	48	195 ²
Reversão de perdas por imparidade	84	0	84	0	0	0	0	0	0	84 ³
Transferências	0	0	0	1	(1)	(0)	3	3	(7)	(4)
Alterações das taxas de câmbio	37	1	38	49	15	17	18	99	63	200
Saldo em 31 de dezembro de 2014	240	3	243	976	243	343	781	2 343	1 248	3 835
Amortização do exercício	0	0	0	87	44	36	45	212	499	710 ⁴
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(3)	(3)	0	0	0	(1)	(1)	(3)	(7)
Alienações	0	0	0	0	0	0	(1)	(1)	190	189
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(25)	0	0	(4)	(29)	0	(29)
Perdas por imparidade	0	416	416	397	0	14	16	427	191	1 034 ⁵
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	(0)	(1)	0	28	27	(24)	3
Alterações das taxas de câmbio	28	2	30	41	14	35	29	119	61	209
Saldo em 31 de dezembro de 2015	268	418	686	1 476	300	429	893	3 098	1 782	5 566
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2014	711	438	1 149	553	645	377	243	1 818	2 466	5 433
Em 31 de dezembro de 2015	793	22	815	83	641	367	218	1 309	3 064	5 188

¹ Os 582 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

² Dos quais 146 milhões de euros foram incluídos em imparidades de *goodwill* e outros ativos intangíveis, consistindo em ativos intangíveis baseados em contratos (117 milhões de euros) e designações comerciais (29 milhões de euros). Além disso, 48 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de *software* foram registados em despesas gerais e administrativas.

³ Foram registados 84 milhões de euros como reversão de imparidade de um ano anterior e estão incluídos em Imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis.

⁴ Os 710 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

⁵ Dos quais 843 milhões de euros foram incluídos numa imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis, consistindo em imparidades de ativos intangíveis de marcas registadas não amortizados (416 milhões de euros) bem como relacionados com os clientes e amortizados (397 milhões de euros), baseados em contratos (14 milhões de euros) e ativos intangíveis com marcas registadas (16 milhões de euros). Além disso, 191 milhões de euros em imparidades relacionadas com o desenvolvimento interno de *software* foram registados em despesas gerais e administrativas.

Ativos intangíveis amortizados

Durante 2015, as principais alterações na amortização de outros ativos intangíveis incluíram acrescentos a ativos intangíveis gerados internamente no valor de 1,2 mil milhões de euros, que representam a capitalização de despesas incorridas em conjunto com as atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de software próprio. Por outro lado, e como resultado da reavaliação da plataforma de software atual, bem como do software em construção, o Grupo registou imparidades no software autodesenvolvido no valor de 191 milhões de euros. Em 27 de abril de 2015, o Deutsche Bank anunciou o seu novo mapa estratégico, em que a venda do Postbank era uma parte integrante. A atualização adicional da nova Estratégia 2020 do grupo constituiu um facto gerador em que o *goodwill* e outros ativos não financeiros incluídos na UGC PBC tiveram de ser testados relativamente à sua imparidade. A valorização efetuada no terceiro trimestre de 2015 sobre o novo plano estratégico resultou numa imparidade da UGC PBC. Após a alocação da imparidade para o abatimento total do *goodwill* da PBC (2,8 mil milhões de euros), foi reconhecida uma perda por imparidade de 837 milhões de euros relacionada com outros ativos intangíveis dentro da UGC PBC, refletindo a alteração da intenção estratégica e a desconsolidação esperada do Postbank. A imparidade baseia-se no justo valor menos os custos do modelo de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Dessa imparidade, 427 milhões de euros estão relacionados com a amortização de ativos intangíveis, que incluem principalmente abatimentos de ativos intangíveis relacionados com o cliente (397 milhões de euros), intangível de marcas registadas BHW (16 milhões de euros) e ativos intangíveis baseados em contratos (14 milhões de euros). O restante foi alocado para o abatimento do ativo intangível da marca registada Postbank sem amortização (410 milhões de euros, ver abaixo).

Em 2014, as adições aos ativos intangíveis gerados internamente foram de 962 milhões de euros, o que representa a capitalização de despesas incorridas juntamente com as atividades do Grupo relacionadas com o desenvolvimento de software de uso próprio. Imparidades de 146 milhões de euros registadas noutros ativos intangíveis adquiridos foram largamente atribuíveis à Maher Terminals LLC (NCOU; dos quais 116 milhões de euros em direitos de locação ("baseados em contratos") e 29 milhões de euros em marcas comerciais (software e outros), na sequência da perspectiva negativa continuada para volumes de negócios e recipiente (consulte "Alterações no goodwill" nesta Nota para obter informações adicionais relativas ao resultado da avaliação da Maher Terminals LLC). A imparidade de 48 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

As alterações em amortização de outros ativos intangíveis reconhecidas em 2013 incluíram, principalmente, acréscimos de 663 milhões de euros a ativos intangíveis gerados internamente. As imparidades de 83 milhões de euros registadas em outros ativos intangíveis adquiridos foram amplamente atribuíveis a atividades da banca comercial nos Países Baixos (GTB), que já tinha assistido a alterações semelhantes em 2012. A imparidade de 43 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

Os outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear (exceto o VOBA, conforme explicado na Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento").

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Outras vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
<i>Software</i>	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 23
Valor de negócio adquirido	até 30
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 793 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à UGC da Deutsche AWM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

O valor recuperável do ativo de 793 milhões de euros foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos e a taxa de comissão efetiva. As taxas de desconto (custo de capital) aplicadas no cálculo foram de 11,0% em 2015 e 10,7% em 2014. Para 2015, a análise da valorização não resultou em nenhuma imparidade nem na inversão das imparidades anteriores. Em 2014, foi reconhecida e registada uma reversão de imparidades de 84 milhões de euros na imparidade de *goodwill* e de ativos intangíveis na demonstração de resultados, principalmente devido a uma previsão de fluxos positiva graças ao reforço da franquia, a uma combinação de ativos favorável e a uma diminuição na taxa de desconto. Em 2013, não foram registadas imparidades nem reintegrações, dado que a avaliação permaneceu constante comparativamente com o ano anterior.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à UGC PBC) e Sal. Marcas registadas Oppenheim (atribuídas à UGC da Deutsche AWM), que foram adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 410 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se previa que ambas as marcas registadas criassem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, foram classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de alienação das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Refletindo na alteração da intenção estratégica e da desconsolidação esperada do Postbank, a marca registada Postbank (410 milhões de euros) foi totalmente abatida no terceiro trimestre de 2015. Em seguimento de uma análise do modelo de valorização da marca registada Sal. Oppenheim, foi registada uma depreciação de 6 milhões de euros no quarto trimestre de 2015.

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Numerário, montantes a receber e depósitos de bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0
Ativos detidos para negociação, derivados, ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Empréstimos	28	0
Ativos fixos tangíveis	43	142
Outros ativos	3 420	38
Total de ativos classificados como detidos para venda	3 491	180
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	0	0
Passivos detidos para negociação, derivados, passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Dívida a longo prazo	0	0
Outros passivos	37	0
Total de passivos classificados como detidos para venda	37	0

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os resultados líquidos não realizados de 662 milhões de euros e 0 milhões de euros, respetivamente, associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2015

Em linha com a intenção estratégica do Banco e progredindo com a execução da Estratégia 2020, o Deutsche Bank anunciou em 28 de dezembro de 2015 que concordou em vender toda a sua quota de 19,99% na Hua Xia Bank Company Limited ("Hua Xia") à PICC Property and Casualty Company Limited por uma contrapartida de 23,0 mil milhões RMB a 25,7 mil milhões RMB. A venda está sujeita a ajustes do preço final no fecho (aproximadamente entre 3,2 mil milhões de euros e 3,7 mil milhões de euros, com base nas taxas de câmbio de dezembro de 2015). Em conformidade, o investimento de 3,3 mil milhões de euros, detido na divisão corporativa PBC, foi reclassificado como detido para venda no fim de 2015. Antes da reclassificação, a Hua Xia tinha sido contabilizada como associada ao abrigo do método de equivalência patrimonial. A reavaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial ao seu justo valor (preço de mercado cotado menos custos de alienação num mercado ativo (nível 1)), resultou numa inversão parcial de 162 milhões de euros do montante inicial de imparidade de 649 milhões de euros registados durante o terceiro trimestre de 2015. Em conformidade, a imparidade líquida de 487 milhões de euros foi registada na PBC e relatada no resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial. O acordo para vender a quota na Hua Xia combinado com o desenvolvimento da cotação da ação resultou numa perda líquida geral de 697 milhões no total.

A reclassificação do investimento para a categoria de detido para venda não resultou numa imparidade do ativo não corrente. Juntamente com a classificação de detido para venda, outro rendimento integral acumulado de 662 milhões de euros relacionados com o investimento foram reclassificados dentro do capital próprio para resultados líquidos não realizados sobre ativos classificados como detidos para venda. A conclusão da transação, antecipada para meados de 2016, está sujeita a condições habituais de encerramento e a aprovações regulamentares, incluindo a da Comissão de regulação do setor bancário da China.

Também no quarto trimestre de 2015 e em linha com a agenda do Banco de focar as prioridades estratégicas, o Grupo anunciou que tinha celebrado um acordo de compra definitiva de ativos para vender a sua unidade Private Client Services ("PCS") EUA da Deutsche AWM a Raymond James Financial, Inc. A reclassificação do negócio PCS para a categoria detido para venda não resultou numa perda por imparidade do grupo de alienação. Prevê-se que a transação seja finalizada no terceiro trimestre de 2016.

No primeiro trimestre de 2015, o Grupo classificou o seu investimento em Fairview Container Terminal em Port of Prince Rupert, no Canadá, que é um segmento da Maher Terminals, uma operadora de terminais de contentores multiutilizadores, como detida para venda no grupo de alienação dentro da divisão corporativa Non-Core Operations Unit. Ao abrigo da transação de alienação, a DP World, uma operadora de terminais de contentores sediada no Dubai, concordou em adquirir 100% da Fairview Container Terminal por uma contrapartida de 391 milhões de euros (580 milhões CAD). A sua classificação como detida para venda no grupo de alienação não originou uma perda por imparidade. A venda foi finalizada no terceiro trimestre de 2015.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Alienações em 2015

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Infraestrutura	Piecemeal - venda de partes da infraestrutura de tecnologia de informação bancária grossista do Grupo à Hewlett Packard.	Nenhum em 2015.	Segundo trimestre de 2015

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2014

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro ¹	Informações adicionais
Infraestrutura	Venda designada de partes da infraestrutura de tecnologia de informação bancária grossista do Grupo à Hewlett Packard.	Uma perda por imparidade de 11 milhões de euros registada no quarto trimestre de 2014.	Segundo trimestre de 2015

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Alienações em 2014

Divisão	Alienação	Impacto financeiro ¹	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	Venda da Nevada Property 1 LLC, uma subsidiária integralmente detida e proprietária do The Cosmopolitan de Las Vegas ("The Cosmopolitan"), um conhecido resort e casino, à Blackstone. Ao abrigo da transação, a Blackstone adquiriu 100% do The Cosmopolitan por uma contrapartida em numerário de aproximadamente 1,4 mil milhões de euros (1,73 mil milhões de dólares dos Estados Unidos).	Uma perda por imparidade de 9 milhões de euros registada no quarto trimestre de 2014.	Quarto trimestre de 2014
Deutsche Asset & Wealth Management	Venda de parte da área de negócio Wealth Management do Grupo no Reino Unido	Uma perda por imparidade de 9 milhões de euros registada no primeiro trimestre de 2014.	Terceiro trimestre de 2014
Private & Business Clients	Edifício detido anteriormente como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2014
Non-Core Operations Unit	Venda da subsidiária BHF-BANK AG do Grupo ao Kleinwort Benson Group e à RHJ International ("RHJI"), no seguimento da receção de aprovações regulatórias pendentes. A contrapartida total do Grupo recebida está sujeita a ajustamentos do preço de compra aquando da conclusão da operação de 340 milhões de euros, compostos por 309 milhões de euros em numerário e 31 milhões de euros nas ações da RHJI emitidas ao par.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2014
Non-Core Operations Unit	Venda de edifícios de escritórios anteriormente detidos como propriedade de investimento em outros ativos.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2014

¹ Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

27 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Outros ativos:		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	60 421	65 096
Valores a receber de corretagem prime	10 575	10 785
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	4 221	4 741
Valores a receber de operações <i>regular way</i> não liquidadas	19 722	34 432
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	94 939	115 054
Juros acumulados a receber	2 649	2 791
Ativos detidos para venda	3 491	180
Outros	17 058	19 955
Total de outros ativos	118 137	137 980

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Outros passivos:		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	71 161	70 558
Valores a pagar de corretagem prime	40 854	33 985
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	3 847	3 473
Valores a pagar de operações <i>regular way</i> não liquidadas	18 776	35 195
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	134 637	143 210
Juros acumulados a pagar	2 607	2 953
Passivos detidos para venda	37	0
Outros	37 725	37 659
Total de outros passivos	175 005	183 823

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 26, " Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda ".

28 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à ordem não remunerados	192 010	160 733
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	153 559	144 172 ¹
Depósitos a prazo	124 196	124 347
Depósitos de poupança	97 210	103 679 ¹
Total de depósitos remunerados	374 964	372 198
Total de depósitos	566 974	532 931

¹ Os números do ano anterior foram reajustados. Determinados tipos de depósitos passaram de depósitos de poupança para depósitos à ordem, pois não cumpriam as características dos depósitos de poupança.

29 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito à habitação	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Pedidos de recompra de hipotecas	Outros	1	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1 011	256	723	1 126	207	345	639		4 307
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	(0)		0
Novas provisões	211	303	337	1 409	154	411	609		3 434
Montantes utilizados	104	50	257	0	195	45	194		845
Montantes não utilizados revertidos	3	110	59	150	52	88	189		651
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	35	23	17	63	6	46	14		204
Transferências	0	0	0	0	0	0	0		0
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 150	422	761	2 448	120	669	880		6 450
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	2		2
Novas provisões	316	170	1 296	4 067	688	16	915		7 468
Montantes utilizados	301	17	562	2 504	118	123	554		4 179
Montantes não utilizados revertidos	1	289	112	69	40	231	380		1 121
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(32)	18	38	119	1	78	39		261
Transferências	0	12	(4)	(13)	4	0	21		20
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 132	315	1 418	4 048	656	409	922		8 900

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 20, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.

Classes de provisões

As provisões para poupança e crédito habitação (*home savings*) decorrem da atividade de poupança e crédito habitação do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em poupança e crédito habitação, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade do cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bônus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para poupança e crédito habitação diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bônus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bônus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bônus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

Operacional provisões que surgem do risco operacional e que excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. No Relatório Financeiro de 2014, as provisões operacionais, de processos civis e de execução regulamentar foram apresentadas numa única classe de provisões intitulada "Operacional/ Litígios".

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão de risco, pois exclui o risco de perda resultante dos processos civis ou de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

Processos civis as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

As provisões para **pedidos de recompra de hipotecas** decorrem da atividade de créditos hipotecários residenciais do Deutsche Bank nos Estados Unidos. Entre 2005 e 2008, como parte da atividade de créditos hipotecários residenciais, o Deutsche Bank vendeu aproximadamente 84 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos *private label* e 71 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em títulos de crédito através de vendas *whole loan*. O Deutsche Bank tem recebido pedidos de recompra de créditos ou pedidos de indemnização a compradores, outros investidores ou seguradores financeiros relativamente a perdas alegadamente causadas por violação material de declarações e garantias. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank tinha, aproximadamente, 2,4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em pedidos de recompra de hipotecas pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos). Estes pedidos consistem, principalmente, em pedidos efetuados relativamente a titularizações *private label* pelos respetivos mandatários ou executores. Face a estes pedidos pendentes, o Deutsche Bank registou provisões de 445 milhões de dólares dos Estados Unidos (409 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2015. O Deutsche Bank é o beneficiário de acordos de indemnização dos originadores ou vendedores de alguns empréstimos hipotecários sujeitos a estes pedidos, quanto aos quais o Deutsche Bank reconheceu valores a receber de 109 milhões de dólares dos Estados Unidos (100 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2015. As provisões líquidas face a estes pedidos após dedução de tais valores a receber foram de 336 milhões de dólares dos Estados Unidos (308 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank tinha concluído recompras, obtido acordos de rescisão, liquidado ou rejeitado como reclamações inoportunas sobre empréstimos com um saldo principal original de aproximadamente 7,2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos. No âmbito daquelas recompras, acordos e liquidações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 93,0 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em créditos vendidos pelo Deutsche Bank, conforme atrás descrito.

O Deutsche Bank celebrou acordos com determinadas entidades que ameaçavam apresentar queixas relativamente a pedidos de recompra de hipotecas contra o Deutsche Bank para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank.

O Deutsche Bank antecipa o surgimento de novos pedidos de recompra de hipotecas relativamente a créditos vendidos, mas não pode estimar com fiabilidade a respetiva data ou montante. Em 11 de junho de 2015, o tribunal de segunda instância de Nova Iorque emitiu um parecer afirmando o indeferimento de reclamações de recompra de hipotecas afirmadas em litígios relacionados com títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos pelo Deutsche Bank com base no início inoportuno da ação. Esta decisão pode ter um impacto no âmbito em que os pedidos de recompra futuros sejam feitos ao Deutsche Bank e com base na probabilidade de êxito de tais reclamações. O Deutsche Bank não atuou como executor dos créditos integrais vendidos a terceiros (o que constitui praticamente metade de todos os créditos hipotecários residenciais vendidos nos Estados Unidos entre 2005 e 2008) e, após a venda, o Deutsche Bank deixou de ter acesso a informação sobre o respetivo desempenho. Embora o desempenho dos créditos esteja publicamente disponível nos créditos hipotecários titularizados pelo Deutsche Bank, não há uma correlação direta entre o respetivo desempenho e os pedidos de recompra recebidos. Receberam-se pedidos referentes a créditos incumpridos, bem como referentes a créditos correntes e a créditos totalmente pagos.

Outras provisões incluem vários artigos específicos originários de uma variedade de circunstâncias diferentes, incluindo a provisão para o reembolso de taxas de processamento de empréstimos, comissões de vendas deferidas, provisões para taxas bancárias e uma provisão ao abrigo da cooperação do negócio de cartões de crédito do Deutsche Bank e da Hua Xia Bank Co. Ltd.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis. Esta tendência aumentou acentuadamente no seguimento da crise financeira global e da crise de dívida soberana europeia.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 encontram-se apresentados na tabela acima. Nas matérias para as quais o Grupo acredita ser provável haver uma saída de fundos, não foram reconhecidas provisões pois o Grupo não podia fazer uma estimativa fiável do montante da potencial saída de fundos.

Nas matérias para as quais pode ser feita uma estimativa fiável, o Grupo calcula atualmente que, em 31 de dezembro de 2015, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota mas menos do que provável era de cerca de 1,4 mil milhões de euros para matérias de processos civis (31 de dezembro de 2014: 1,2 mil milhões de euros) e 1,0 milhar de milhão de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2014: 0,8 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável e em conformidade, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Para outras matérias relevantes de processos civis e execução regulamentar, o Grupo acredita que a possibilidade de uma saída de fundos é remota e por conseguinte, não reconheceu uma provisão nem a incluiu nas estimativas dos passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incurrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adver-

sário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de processos civis e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda.

Litígio Fundos Esch. Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA ("Sal. Oppenheim") esteve, anteriormente à respetiva aquisição pelo Deutsche Bank em 2010, envolvida no marketing e financiamento de participações em fundos imobiliários fechados. Estes fundos foram estruturados como sociedades civis ao abrigo do direito alemão. Normalmente, a Josef Esch Fonds-Projekt GmbH efetuou o planeamento e desenvolvimento de projetos. Sal. Oppenheim deteve participação indireta nesta empresa através de um empreendimento conjunto. Relativamente a este negócio, foram apresentadas várias queixas cíveis contra a Sal. Oppenheim Algumas, mas não todas, destas queixas são também dirigidas aos antigos sócios-gerentes da Sal. Oppenheim e outros indivíduos. As queixas levantadas contra a Sal. Oppenheim referem-se a investimentos originalmente de cerca de 1,1 mil milhões de euros. Após determinadas reclamações terem sido rejeitadas no tribunal ou resolvidas ao ponto de não ser necessário tomar qualquer ação, as reclamações relacionadas com investimentos de aproximadamente 500 milhões de euros continuam pendentes. Atualmente, os valores agregados solicitados nas intervenções pendentes são de aproximadamente 640 milhões de euros. Os investidores estão a tentar dissolver a respetiva participação de fundos e ser compensados por potenciais perdas e dívida relacionadas com o investimento. As queixas são parcialmente baseadas num alegado incumprimento da Sal. Oppenheim em fornecer informação adequada sobre os riscos relacionados e outros aspetos materiais importantes para a decisão dos investidores. Com base nos factos dos casos individuais, alguns tribunais decidiram a favor e alguns contra a Sal. Oppenheim Existem recursos pendentes. O Grupo registou provisões e passivos contingentes relativamente a estes casos mas não divulgou os montantes dos mesmos porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que estão a investigar as transações e vários outros aspetos do mercado cambial. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank está a realizar a sua própria análise global interna do negócio cambial e outros aspetos do respetivo negócio cambial.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em várias ações coletivas putativas no tribunal distrital dos E.U.A. para o Distrito do Sul de Nova Iorque alegando violações da lei *antitrust* e da lei *Commodity Exchange Act* dos EUA relacionadas com a alegada manipulação das taxas cambiais. As queixas nas ações judiciais não especificam as indemnizações procuradas. Em 28 de janeiro de 2015, o tribunal que supervisionou as ações coletivas concedeu a moção de anulação com extinção do processo nas duas ações que envolvem queixosos extra EUA mas recusou a moção de anulação na ação que envolve queixosos dos EUA, que se encontrava então pendente. Foram ajuizadas ações adici-

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

onais desde a ordem do tribunal em 28 de janeiro de 2015. Existem agora três ações pendentes. A ação consolidada pendente foi apresentada em nome de um grupo putativo de negociantes do mercado de balcão (*over-the-counter*) e um grupo putativo de negociantes de um centro de comercialização, domiciliados ou negociados nos Estados Unidos ou nos seus territórios e alega acordos ilegais para restringir a concorrência relativa às, e para manipular as taxas de referência e as taxas *spot*, particularmente os *spreads* cotados nestas taxas *spot*, a queixa alega ainda que essas supostas conspirações, por sua vez, resultaram em preços artificiais em bolsas centralizadas para opções e futuros das taxas de câmbio. Uma segunda ação faz o rastreio das alegações na ação consolidada e afirma que tal suposta conduta deu origem e resultou numa violação dos deveres fiduciários dos réus ao abrigo da lei dos EUA relativa a garantias de rendimento por reforma de trabalhadores de 1974 (ERISA). A terceira ação coletiva putativa foi apresentada no mesmo tribunal a 21 de dezembro de 2015, pela Axiom Investment Advisors, LLC, alegando que o Deutsche Bank tinha rejeitado ordens de FX colocadas em plataformas de negociação eletrónica através da aplicação de uma função referida como "Last Look" e que estas ordens foram apresentadas posteriormente a preços menos favoráveis a membros do grupo putativo. O queixoso apresentou ações por violação contratual, reclamações quase contratuais e reclamações ao abrigo da lei estatutária de Nova Iorque. O Deutsche Bank anulou a ação consolidada e pretende anular as ações ERISA e Last Look na totalidade. A moção de anular no caso Last Look termina o prazo em 7 de março de 2016, apesar de não haver um calendário para a ação da ERISA. A fase de instrução já foi iniciada nas ações consolidadas e da ERISA. A fase de instrução ainda não foi iniciada na ação Last Look.

O Deutsche Bank também foi constituído réu em dois processos coletivos canadianos apresentados nas províncias de Ontário e Quebec. Apresentadas em 10 de setembro de 2015, estas ações coletivas afirmam alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos e procuram indemnizações ao abrigo da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Negociação de alta frequência/negociação dark pool. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas autoridades reguladoras relativamente à negociação de alta frequência e ao funcionamento do sistema de negociação alternativa do Deutsche Bank ("ATS" ou "Dark Pool"), SuperX. O Banco está a cooperar com estes pedidos. O Grupo registou uma provisão relativamente a este assunto. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

O Deutsche Bank foi inicialmente constituído réu em ações coletivas putativas que alegam violações nas leis em matéria de valores mobiliários dos E.U.A. relacionadas com negociações de alta frequência, mas na respetiva queixa consolidada apresentada em 2 de setembro de 2014, os queixosos não incluíram o Deutsche Bank como réu.

Questões relativas a taxas interbancárias. Questões de execução regulamentar. O Deutsche Bank recebeu várias citações e pedidos de informação de diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei na Europa, na América do Norte e na Ásia e Pacífico, incluindo vários procuradores-gerais dos E.U.A., relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias oferecidas. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Como anteriormente relatado, o Deutsche Bank chegou a um acordo com a Comissão Europeia em 4 de dezembro de 2013, como parte de um acordo coletivo para resolver as investigações da mesma em relação à conduta anticoncorrencial no comércio de derivados de taxa de juro do euro e derivados de taxa de juro do iene. Nos termos do acordo, o Deutsche Bank concordou em pagar um total de 725 milhões de euros. Esta coima foi paga na totalidade e não forma parte das provisões do Banco.

Também como relatado anteriormente, em 23 de abril de 2015, o Deutsche Bank celebrou liquidações separadas com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos (DOJ), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (CFTC), a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA) e o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (NYSDFS) para resolver investigações de conduta indevida relativamente à fixação das taxas LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Nos termos destes acordos, o Deutsche Bank concordou em pagar penalizações de 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos ao DOJ, CFTC e NYDFS e 226,8 milhões de libras esterlinas à FCA. Estas coimas foram pagas na totalidade e não formam parte das provisões do Banco, exceto 150 milhões de dólares dos Estados Unidos que devem ser pagos ao DOJ em seguimento da sentença da DB Group Services (UK) Ltd., conforme descrito abaixo. Os acordos também continham provisões que requeriam vários trabalhos relativos às submissões de taxas de referência do Deutsche Bank no futuro, bem como provisões que requeriam a nomeação de um monitor empresarial independente. Também era exigido ao Deutsche Bank que tomasse mais medidas disciplinares contra determinados funcionários que trabalhavam no Banco na altura dos acordos.

Como parte da resolução com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos, o Deutsche Bank celebrou um acordo de adiamento da acusação com um termo de três anos em seguimento do qual concordou (entre outras coisas) em apresentar a informação com duas acusações criminais junto do tribunal distrital dos Estados Unidos para o Distrito do Connecticut acusando o Deutsche Bank de cometer fraude em transferências e de fixar preços, violando a Lei Sherman. Como parte do acordo, a DB Group Services (UK) Ltd. (uma subsidiária indireta totalmente detida pelo Deutsche Bank) celebrou um acordo de confissão com o Departamento da Justiça dos Estados Unidos em seguimento do qual a empresa se confessou culpada pela informação criminosa apresentada no mesmo tribunal e acusando a empresa de fraude em transferências. O Deutsche Bank efetuou provisões para uma coima no valor de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos, que (sujeitos a aprovação em tribunal) se espera ser paga pelo Deutsche Bank em seguimento do acordo de confissão nos dez dias desde a sentença da DB Group Services (UK) Ltd. (A coima de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos está incluída nos 2175 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em penalizações totais referenciados no parágrafo imediatamente precedente). A DB Group Services (UK) Ltd. tem atualmente uma sentença marcada para 7 de outubro de 2016.

Outras investigações regulamentares do Deutsche Bank relativas ao estabelecimento de várias taxas interbancárias continuam a decorrer e o Deutsche Bank permanece exposto à ação regulamentar. O Grupo registou uma provisão relativa a algumas das investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é uma parte de 47 ações judiciais relativas à manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias que se encontram descritas nos parágrafos seguintes. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros bancos. Todas salvo seis das ações judiciais foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos. As seis ações judiciais pendentes contra o Deutsche Bank que não estejam relacionadas com a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos também se encontram pendentes no SDNY e incluem duas ações relativas à LIBOR em ienes e à TIBOR em euro-ienes, uma ação relativa à taxa EURIBOR, duas ações relativas à LIBOR em libra esterlina (GBP) e uma ação relativa à LIBOR em francos suíços (CHF).

Com uma exceção, todas as ações civis pendentes no distrito sul de Nova Iorque relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos). Este MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos inclui 33 ações contra o Deutsche Bank e outros: dez ações coletivas e 23 ações individuais. Uma destas ações individuais inclui dez ações para as quais os queixosos submeteram uma reclamação consolidada, e como tal, é discutida aqui como uma ação. Seis ações originalmente parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram anuladas e um recurso consolidado encontra-se pendente junto do tribunal de segunda instância dos Estados Unidos, segunda circunscrição. Várias outras ações que fazem parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram anuladas em parte e também fazem parte do recurso consolidado. Há uma ação coletiva não MDL relativa à LIBOR em dólares dos Estados Unidos que foi anulada e para a qual se encontra pendente um recurso no tribunal de segunda instância dos Estados Unidos, nona circunscrição.

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as 47 ações judiciais discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos (CEA) e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e demais legislação estatal e federal. Em todos os casos, salvo cinco, o valor das indemnizações foi articulado formalmente pela contraparte. Os cinco casos que alegam um valor específico de indemnizações são ações individuais consolidadas no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos e procuram um mínimo de mais de 1,25 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em indemnizações de forma agregada de todos os réus, incluindo o Deutsche Bank. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Em três decisões entre março de 2013 e junho de 2014, o tribunal no litígio multidistrital da taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos concedeu em parte e negou em parte as moções de anulação endereçadas às seis reclamações apresentadas de início (três ações coletivas e três ações individuais). O tribunal emitiu decisões que permitiam prosseguir com determinadas alegações ao abrigo da CEA e queixas contratuais da lei estatal e alegações de enriquecimento sem causa, e negou determinadas reclamações referentes à CEA como tendo prescrito e negado todas as queixas da lei *antitrust* estatal e federal dos queixosos e queixas alegadas ao abrigo da RICO. Isto resultou na anulação de quatro casos na sua totalidade (uma ação coletiva e três ações individuais) e a anulação parcial de dois casos (ambos ações coletivas). Um dos quatro casos anulado na totalidade está a ser objeto de um recurso como parte do recurso consolidado discutido abaixo. Noutros três casos anulados na sua totalidade, o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos da segunda circunscrição negou os esforços dos quei-

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

xosos de pedir um recurso como inoportunos e em outubro de 2015, o supremo tribunal dos Estados Unidos negou a petição dos queixosos de revisão da negação da segunda circunscrição. Separadamente, e antes da rejeição pelo Supremo Tribunal em outubro de 2015, em 10 de fevereiro de 2015, os queixosos nesses três casos apresentaram uma segunda petição de recurso, que os réus avançaram para anular.

Vários queixosos adicionais que intervêm nas suas capacidades individuais interpuseram ações contra o Deutsche Bank. Em 4 de agosto de 2015, o tribunal emitiu um parecer relativo a algumas das 23 ações individuais consolidadas no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. O Deutsche Bank é réu em 17 desses casos. Várias alegações foram anuladas contra determinadas partes, incluindo uma subsidiária do Deutsche Bank, com base na falta de jurisdição. Outras reclamações foram anuladas contra todas as partes, incluindo reclamações em matéria de *antitrust*, RICO, conspiração, proteção do consumidor, práticas comerciais injustas e reclamações de medidas provisórias e equitativas em conformidade com a lei estatal. Reclamações contratuais, de fraude e outras alegações de responsabilidade delitual de determinadas contrapartes com as quais o Deutsche Bank tem relações diretas mantêm-se pendentes contra o Deutsche Bank. Para algumas reclamações, o tribunal descreveu os princípios legais e dirigiu as partes na primeira instância a tentarem chegar a um acordo sobre o qual as alegações sobrevivessem. Em 21 de janeiro de 2016, as partes apresentaram uma resposta ao pedido do tribunal.

Alguns dos queixosos nestas ações individuais tiveram permissão da instância inferior para prosseguir com recursos baseados em reclamações *antitrust* federais. Estes queixosos, juntamente com os queixosos numa das ações coletivas apresentada primeiro, discutida acima, estão a prosseguir com recursos para o tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a segunda circunscrição. Existem duas ações coletivas que fazem parte do recurso consolidado e que envolvem apenas queixas federais de *antitrust*, que foram anuladas a pedido dos queixosos para que possam integrar o recurso. A segunda circunscrição concedeu uma moção pelos réus de consolidar estes recursos, e a informação foi concluída em 17 de agosto de 2015. A argumentação oral teve lugar em 13 de novembro de 2015. Algumas outras ações coletivas com reclamações *antitrust* federais encontram-se paralisadas com a resolução pendente deste recurso.

Os queixosos que representam as classes putativas de proprietários e mutuantes também apresentaram ações contra o Deutsche Bank, consolidadas no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Em 3 de novembro de 2015, o tribunal emitiu um parecer a anular todas as reclamações dos queixosos mutuantes exceto as de um queixoso. O tribunal ordenou às partes que confirmem na primeira instância para discutir que alegações da ação se encontram na jurisdição do tribunal. O tribunal também anulou todas as reclamações feitas pelos queixosos proprietários por falta de jurisdição. Em 17 de novembro de 2015, os queixos mutuantes apresentaram uma reclamação alterada e uma carta anexa relativa a alterações adicionais. Os réus opuseram-se às apresentações.

Os queixosos que representam uma classe putativa de queixosos que transacionaram alegadamente instrumentos financeiros negociados em bolsa referenciando a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos (os "queixosos das estruturas existentes") também apresentaram uma ação contra o Deutsche Bank, que foi consolidada no litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Em 29 de junho de 2015, os queixosos das estruturas existentes pediram uma autorização para prosseguir para a alteração da sua queixa para incluir novas alegações relativas às liquidações do Deutsche Bank da IBOR em 23 de abril de 2015 junto do DOJ, CFTC, NYSDFS e da FCA. A reclamação de alteração proposta também acrescentou duas subsidiárias do Deutsche Bank, a DB Group Services (UK) Ltd. e a Deutsche Bank Securities Inc., como réus. Em dezembro de 2015, vários réus, incluindo o Deutsche Bank, opuseram-se às alterações propostas. Em 29 de outubro de 2015, o tribunal negou um pedido pelos queixosos das estruturas existentes de autorizar a apresentação de uma moção para reconsiderar aspetos das suas opiniões anteriores e negou o pedido de certificação de um recurso interlocutório. Em 3 de novembro de 2015, o tribunal emitiu um parecer relativo à moção dos réus de anular as queixas dos queixosos das estruturas existentes por falta de jurisdição, mas ordenou às partes que confirmem na primeira instância para discutir que reclamações sobrevivem de acordo com os critérios da jurisdição. Esta decisão não tem um impacto direto na reclamação de alteração proposta dos queixosos das estruturas existentes. A fase de instrução está a decorrer.

Os queixosos que representam uma classe putativa de queixosos que transferiram alegadamente instrumentos financeiros de mercado de balcão (*over-the-counter*) referenciando a taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos (os "queixosos OTC") apresentaram uma terceira queixa alterada em 23 de novembro de 2015. Os réus opuseram-se às alterações propostas em 18 de dezembro de 2015.

Numa ação adicional relativa à taxa LIBOR em dólares dos Estados Unidos que se encontra independentemente pendente no distrito sul de Nova Iorque, fora do litígio multidistrital da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, o tribunal concedeu as moções de anulação dos réus. O queixoso apresentou uma moção para alterar a sua queixa, que se encontra pendente.

O Deutsche Bank foi também constituído réu numa ação judicial no distrito central da Califórnia relativamente à LIBOR em dólares dos Estados Unidos. O tribunal atribuiu a moção de anulação do Deutsche Bank. O queixoso está atualmente a levar a cabo um recurso no tribunal de segunda instância dos Estados Unidos para a nona circunscrição, e a informação foi concluída em 8 de janeiro de 2016.

LIBOR em ienes e TIBOR em euro-ienes. Uma ação coletiva putativa foi movida no distrito sul de Nova Iorque contra o Deutsche Bank e outros bancos relativamente à alegada manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes. Em 31 de março de 2015, o tribunal negou em parte e atribuiu em parte uma moção de alterar a reclamação do queixoso. O tribunal negou os pedidos dos queixosos de apresentar reclamações ao abrigo da RICO contra o Deutsche Bank e de adicionar dois novos queixosos. Em 18 de dezembro de 2015, o queixoso apresentou uma terceira queixa alterada. Em 8 de janeiro de 2016, o tribunal retirou a terceira queixa alterada por ir além das alterações autorizadas pelo tribunal na decisão do dia 31 de março de 2015. No dia 28 de janeiro de 2016, os queixosos pediram permissão para apresentar uma terceira nova proposta de alterações. Os réus opuseram-se ao seu pedido em 18 de fevereiro de 2016.

Foi apresentada uma segunda ação coletiva putativa alegando a manipulação da LIBOR em ienes e TIBOR em euro-ienes e nomeando o Deutsche Bank AG e uma subsidiária, DB Group Services (UK) Ltd., como réus juntamente com outros bancos e corretores entre operadores no distrito sul de Nova Iorque em 24 de julho de 2015. Em 8 de dezembro de 2015, o queixoso apresentou uma queixa alterada. As moções de anulação da queixa foram apresentadas em 1 de fevereiro de 2016.

EURIBOR. O Deutsche Bank e uma subsidiária, DB Group Services (UK) Ltd, também foram nomeados réus numa ação coletiva putativa relativa à alegada manipulação da EURIBOR pendente no distrito sul de Nova Iorque. Foi apresentada uma moção de anulação da reclamação alterada dos queixosos em outubro de 2015, que se encontra pendente.

LIBOR em libras esterlinas (GBP). Em 6 de maio de 2015, o Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva putativa no distrito sul de Nova Iorque relativa à alegada manipulação da LIBOR em libras esterlinas (GBP). As moções de anulação dos réus foram apresentadas em 13 de novembro de 2015.

Em 21 de janeiro de 2016, o Deutsche Bank foi constituído réu numa ação coletiva putativa adicional no distrito sul de Nova Iorque relativa à alegada manipulação da LIBOR em libras esterlinas (GBP). Em 11 de fevereiro de 2016, o tribunal consolidou estas duas ações.

LIBOR em francos suíços (CHF). Em 19 de junho de 2015, o Deutsche Bank e uma subsidiária, DB Group Services (UK) Ltd, também foram nomeados réus numa ação coletiva putativa no distrito sul de Nova Iorque relativa à alegada manipulação da LIBOR em francos suíços (CHF). As moções de anulação foram apresentadas em agosto de 2015 e encontram-se pendentes.

Ações judiciais da Kaupthing relativas a títulos de dívida indexados a crédito. Em junho de 2012, a Kaupthing hf, uma sociedade por ações islandesa (atuando por intermédio da sua Comissão Liquidatária), apresentou ações de recuperação (clawback) ao abrigo da legislação islandesa relativas a aproximadamente 509 milhões de euros (acrescidos de juros, calculados com base na taxa de prejuízo) contra o Deutsche Bank tanto na Islândia como em Inglaterra. As ações dizem respeito a títulos de dívida indexados a crédito ("CLN") alavancados, referentes à Kaupthing, emitidos pelo Deutsche Bank para dois veículos de finalidade especial ("SPV") das Ilhas Virgens Britânicas em 2008. Os SPV eram, em última instância, propriedade de particulares com património líquido elevado. A Kaupthing alega ter financiado os SPV e sustenta que o Deutsche Bank tinha ou devia ter tido conhecimento de que a própria Kaupthing estava economicamente exposta nas transações. A Kaupthing alega que as transações são anuláveis pela Kaupthing com base numa série de fundamentos alternativos, incluindo com base no fundamento de que as transações eram impróprias já que um dos alegados propósitos das transações era permitir à Kaupthing influenciar o mercado no que respeita aos spreads dos seus próprios CDS (swaps de risco de incumprimento) e, conseqüente, às suas obrigações cotadas. Adicionalmente, em novembro de 2012, foi instaurada uma ação ao abrigo da legislação inglesa (com alegações semelhantes às constantes das ações ao abrigo da legislação islandesa) pela Kaupthing contra o Deutsche Bank em Londres. O Deutsche Bank apresentou uma defesa no processo islandês em finais de fevereiro de 2013 e continua a contestar as alegações. Em fevereiro de 2014, os processos em Inglaterra foram suspensos até à decisão final do processo islandês. Além disso, em dezembro de 2014, os SPV e os seus liquidatários conjuntos notificaram o Deutsche Bank de ações substancialmente semelhantes resultantes das transações de títulos de dívida indexados a crédito contra o Deutsche Bank e outros réus em Inglaterra. Os SPV também estão a reclamar aproximadamente 509 milhões de euros (mais juros), apesar de o valor dessa recuperação de juros ser inferior ao da Islândia. O Deutsche Bank apresentou uma defesa nestas intervenções e continua a defendê-las. Não se prevê que as ações dos SPV aumentem o potencial passivo global do Deutsche Bank no que diz respeito às transações de títulos de dívida indexa-

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

dos a crédito além do montante já exigido pela Kaupthing. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Kirch. O Ministério Público em Munique (Staatsanwaltschaft München I) levou a cabo e está presentemente a levar a cabo investigações de natureza criminal relativamente ao caso Kirch no que diz respeito aos antigos membros do Conselho de Administração, assim como aos membros atuais do Conselho de Administração, Jürgen Fitschen. O caso Kirch envolveu vários processos civis entre o Deutsche Bank AG e o Dr. Leo Kirch, assim como empresas dos meios de comunicação controladas por ele. A questão central era se uma entrevista dada em 2002 pelo Dr. Rolf Breuer, porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank na altura, à rede de televisão Bloomberg, durante a qual o Dr. Breuer comentou a incapacidade do Dr. Kirch (e das suas empresas) de obter financiamento, foi a causa da insolvência das empresas Kirch. Em fevereiro de 2014, o Deutsche Bank e os sucessores de Kirch chegaram a um acordo global, que terminou todas as disputas legais entre eles.

A investigação principal que envolve o Sr. Fitschen e vários outros antigos membros do Conselho de Administração foi concluída e foi apresentada uma acusação contra todos os acusados em 6 de agosto de 2014. O julgamento teve início em 28 de abril de 2015 e as datas em tribunal estão atualmente agendadas até abril de 2016, geralmente um dia por semana. O tribunal ordenou a participação secundária do Deutsche Bank AG, que pode resultar na imposição de uma coima monetária sobre o Banco.

Está a decorrer a investigação que envolve o antigo membro do Conselho de Administração, o Dr. Stephan Leithner.

As alegações do Ministério Público são de que o Sr. Fitschen e o ex-membro do Conselho de Administração, Dr. Stephan Leithner, não corrigiram em tempo útil declarações factuais feitas pelo advogado de contencioso do Deutsche Bank em submissões apresentadas em um dos casos civis entre Kirch e o Deutsche Bank AG perante o tribunal regional superior de Munique e o Tribunal Federal de Justiça, após ter alegadamente tomado conhecimento de que tais declarações não estavam corretas. Ao abrigo do direito alemão, uma parte num processo civil encontra-se sujeita ao dever legal de certificar a exatidão de todas as declarações factuais feitas pela mesma num tribunal. A acusação do Sr. Fitschen e a investigação a decorrer do Dr. Leithner têm por base a alegação de que (ao contrário dos outros atuais membros do Conselho de Administração) eles tinham conhecimento ou responsabilidade especial em relação ao caso Kirch. A acusação relativa aos antigos membros do Conselho de Administração tem por base a alegação de que tais antigos membros do Conselho de Administração deram um testemunho inexato perante o tribunal regional superior de Munique.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração do Deutsche Bank obtiveram opiniões de uma sociedade internacional de advogados e de um presidente reformado de um dos principais tribunais de segunda instância na Alemanha que referiam que não existe base para a acusação de transgressão criminal feita pelos magistrados do Ministério Público contra o Sr. Fitschen e o Dr. Leithner. O Deutsche Bank está a cooperar plenamente com o Ministério Público de Munique.

O Grupo não espera que estas intervenções tenham consequências financeiras significativas e não foi registada uma provisão ou passivo contingente relativamente às mesmas.

Índice KOSPI, matérias de dissolução. No seguimento do declínio do índice 200 de cotações compostas de ações da Coreia ("KOSPI 200") no encerramento de leilão em 11 de novembro de 2010 em cerca de 2,7%, o Serviço de Supervisão Financeira da Coreia ("FSS") iniciou uma investigação e expressou a preocupação de que a queda no KOSPI 200 foi atribuível a uma venda pelo Deutsche Bank de um conjunto de ações, no valor de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros, que foi detido como parte de uma posição de arbitragem do índice no KOSPI 200. Em 23 de fevereiro de 2011, a Comissão dos Serviços Financeiros da Coreia, que supervisiona o funcionamento do Serviço de Supervisão Financeira da Coreia, reviu as conclusões e recomendações deste FSS e resolveu aplicar as seguintes medidas: (i) apresentar uma queixa criminal perante o Ministério Público da Coreia por alegada manipulação de mercado contra cinco colaboradores do grupo Deutsche Bank e da subsidiária do Deutsche Bank, a Deutsche Securities Korea Co. (DSK), por responsabilidade por atos corporativos criminosos de terceiros, e (ii) impor uma suspensão de seis meses, com início em 1 de abril de 2011 e término em 30 de setembro de 2011, das atividades empresariais da DSK por negociação proprietária de ações negociadas a pronto e derivados listados e negociação de ações negociadas a pronto de DMA (acesso direto ao mercado), e o requisito de que a DSK suspenda o emprego de um colaborador mencionado por seis meses. Houve uma exceção à suspensão da atividade empresarial que permitiu à DSK continuar a atuar como fornecedor de liquidez para os valores mobiliários indexados aos derivados existentes. Em 19 de agosto de 2011, o Ministério Público da Coreia anunciou a sua decisão de indiciar a DSK e quatro colaboradores do grupo Deutsche Bank sobre acusações de manipulação de mercado indexada à vista/futura. O julgamento penal começou em janeiro de 2012. Em 25 de janeiro de 2016, o Tribunal Distrital Central de Seul proferiu um veredicto de

culpado contra um negociante da DSK e um veredicto de culpado contra a DSK. Foi imposta a aplicação de uma multa de 1,5 mil milhões KRW (menos de 2 milhões de euros) sobre a DSK. O tribunal também ordenou a perda de direitos sobre os lucros gerados com a atividade de negociação subjacente. O Grupo escoou os lucros na atividade de negociação subjacente em 2011. O veredicto do julgamento criminal encontra-se sujeito a recurso pelo procurador e pelos réus.

Adicionalmente, foram interpostas várias ações judiciais em tribunais da Coreia contra o Deutsche Bank e a DSK por algumas partes que alegam que incorreram em perdas como consequência da queda no KOSPI 200 em 11 de novembro de 2010. As decisões do tribunal de primeira instância tomadas contra o Banco e a DSK em alguns destes casos tiveram início no quarto trimestre de 2015. As reclamações conhecidas pendentes representam um valor agregado de menos de 80 milhões de euros (com as taxas de câmbio presentes). O Grupo registou uma provisão relativa a estas matérias civis pendentes. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Investigação e matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. *Assuntos regulamentares e governamentais.* O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais, incluindo membros do grupo de trabalho dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação pertencente ao grupo de trabalho de execução em caso de fraude financeira dos Estados Unidos (*U.S. Financial Fraud Enforcement Task Force*), relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (*residential mortgage-backed securities* – RMBS), títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais (CMBS), obrigações com garantia real, outros títulos garantidos por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação. O Grupo registou provisões relativas a algumas das investigações regulamentares, mas não a outras. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares.

O Deutsche Bank foi constituído réu numa ação judicial interposta pela Comunidade da Virgínia reivindicando queixas de fraude e violação da lei da Virgínia de fraude contra os contribuintes (*Virginia Fraud Against Taxpayers Act*) como resultado de aquisições através do sistema de reforma da Virgínia (VRS - *Virginia Retirement System*) dos títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação emitidos ou subscritos pelo Deutsche Bank. O assunto foi resolvido no quarto trimestre de 2015 por um valor que não se revestiu de índole material para o Deutsche Bank.

Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos a seguir, incluem processos de ação coletiva putativa, ações por compradores individuais de valores mobiliários e ações por mandatários em nome de *trusts* RMBS. Embora as alegações variem consoante o processo, estes casos alegam, de um modo geral, que os prospectos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

O Deutsche Bank foi réu em ação coletiva putativa respeitante à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, como tomador firme de RMBS emitidos por IndyMac MBS, Inc. Em 8 de setembro de 2014, o Deutsche Bank, alguns réus de outras instituições financeiras e os principais queixosos executaram uma disposição para chegar a acordo sobre a ação. Em 30 de setembro de 2014, o tribunal emitiu uma ordem certificando a ação coletiva para acordo e aprovando a notificação para a ação coletiva. Em 23 de fevereiro de 2015, o tribunal emitiu uma ordem a aprovar o acordo e dissolveu a ação. Ao abrigo do acordo, todos os réus constituídos pagaram um total de 340 milhões de dólares dos Estados Unidos. A porção do Deutsche Bank do acordo não se reveste de índole material. Em 25 de março de 2015, a Pacific Investment Management Company, LLC (PIMCO) apresentou uma notificação de recurso à ordem do tribunal de 23 de fevereiro de 2015, mas retirou o recurso em 11 de junho de 2015.

O Deutsche Bank é réu numa ação coletiva putativa respeitante à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, de tomador firme de RMBS emitidos pela Novastar Mortgage Corporation. Não se alega uma indemnização específica na queixa. Em 5 de fevereiro de 2015, o tribunal emitiu uma ordem a revogar a sua decisão anterior que tinha anulado cinco das seis ofertas de RMBS do caso. O tribunal ordenou aos queixosos a alteração da queixa operativa de modo a incluir as ofertas anteriormente anuladas. Em 9 de março de 2015,

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

o queixoso principal apresentou a sua terceira queixa alterada de acordo com a ordem do tribunal de 5 de fevereiro de 2015. A fase de instrução ainda está a decorrer.

O Deutsche Bank é atualmente réu em várias ações putativas não coletivas por alegados compradores de, e contrapartes envolvidas em transações relacionadas com RMBS e as suas afiliadas, incluindo: (1) Aozora Bank, Ltd. (alegando 61 milhões de dólares dos Estados Unidos em indemnizações atribuíveis ao Deutsche Bank); (2) a Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) como recetora de: (a) Colonial Bank (em uma de duas ações separadas, alegando um mínimo de 189 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus), (b) Franklin Bank S.S.B. e Guaranty Bank (alegando um mínimo de 901 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnização agregada contra todos os réus) e (c) Citizens National Bank e Strategic Capital Bank (em uma de duas ações separadas, alegando um mínimo de 66 milhões de dólares dos Estados Unidos de indemnizações agregadas contra todos os réus); (3) o Federal Home Loan Bank de São Francisco; (4) Phoenix Light SF Limited (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos por WestLB AG); e (5) Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank). Salvo indicado em contrário, as queixas nestas matérias não especificaram as indemnizações procuradas.

Em 14 de janeiro de 2015, o tribunal concedeu ao Deutsche Bank a moção de anulação da ação interposta pelo Aozora Bank, Ltd., relativa à obrigação com garantia real identificada como Blue Edge ABS CDO Ltd. Em 31 de março de 2015, o tribunal negou ao Aozora Bank, Ltd. a moção de reargumentação ou, em alternativa, de apresentação de uma queixa alterada. Em 29 de abril de 2015, o Aozora Bank, Ltd. apresentou uma notificação de interposição de recurso e o recurso começou em 5 de outubro de 2015. O recurso encontra-se pendente. O Deutsche Bank também é réu, juntamente com UBS AG e afiliadas, numa ação interposta pelo Aozora Bank, Ltd. Em 14 de outubro de 2015, o tribunal deferiu parcialmente e recusou parcialmente a moção dos réus de anulação da queixa. Em 30 de outubro de 2015, os réus apresentaram notificações de recurso. A fase de instrução ainda não teve início.

Em 2012, a Federal Deposit Insurance Corporation, na qualidade de recetor para o Colonial Bank, Franklin Bank S.S.B., Guaranty Bank, Citizens National Bank e Strategic Capital Bank, deu início a várias ações em diferentes tribunais federais, declarando alegações ao abrigo das secções 11 e 12(a)(2) da lei dos valores mobiliários de 1993, bem como do artigo 581-33 da lei dos valores mobiliários do Texas, contra vários tomadores, incluindo o Deutsche Bank. Todas estas ações foram indeferidas por terem prescrito. A FDIC apelou da decisão da segunda, quinta e nona circunstâncias do tribunal de segunda instância. Os recursos junto da segunda, quinta e nona circunstâncias do tribunal de segunda instância encontram-se pendentes. Em 10 de agosto de 2015, o tribunal de segunda instância da quinta circunstância inverteu o indeferimento das alegações da FDIC por terem prescrito. Em 24 de agosto de 2015, o Deutsche Bank e outros réus apresentaram um pedido para uma nova audiência em tribunal pleno nessa ação. Em 11 de setembro de 2015, o tribunal de segunda instância, quinta circunstância, rejeitou essa petição. Em 10 de dezembro de 2015, o Deutsche Bank e outros réus apresentaram uma petição para a anulação de *certiorari* ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos a contestar a inversão da anulação do caso do tribunal distrital pelo tribunal de segunda instância, quinta circunstância.

Em 22 de janeiro de 2015, nos termos de um acordo confidencial com o Deutsche Bank, o Federal Home Loan Bank of San Francisco anulou com extinção do processo as queixas apresentadas contra o Deutsche Bank referentes às sete ofertas de RMBS. Em 26 de janeiro de 2015, nos termos de um acordo confidencial entre o Federal Home Loan Bank of San Francisco e Countrywide, o Federal Home Loan Bank of San Francisco apresentou uma ordem de anulação com extinção do processo das queixas apresentadas contra o Deutsche Bank pelo Federal Home Loan Bank of San Francisco referentes às 15 ofertas emitidas por entidades afiliadas à Countrywide. O entendimento do Deutsche Bank é de que a anulação relativamente a estas 15 ofertas estava de acordo com um acordo confidencial do qual o Deutsche Bank não fazia parte. O Deutsche Bank permanece réu no caso referente a uma oferta de RMBS e duas ofertas descritas como retitularização dos certificados de RMBS. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O caso encontra-se em fase de instrução.

A Residential Funding Company apresentou uma ação de recompra contra o Deutsche Bank por violação de representações e garantias em créditos vendidos à Residential Funding Company e para indemnização por perdas incorridas como resultado de queixas relacionadas com RMBS e ações alegadas contra a Residential Funding Company. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. Em 8 de junho de 2015, o tribunal negou a moção do Deutsche Bank de anulação de determinadas reclamações. Também em 8 de junho de 2015, o Deutsche Bank avançou para anular outras reclamações. Em 29 de setembro de 2015, o tribunal negou a segunda moção do Deutsche Bank para a anulação. A fase de instrução está a decorrer.

Em 19 de dezembro de 2014, foi apresentada uma disposição para anular com extinção do processo as queixas apresentadas contra o Deutsche Bank pela Mass Mutual Life Insurance Company relativas às ofertas emitidas por entidades afiliadas à Countrywide. O entendimento do Deutsche Bank é de que a anulação relativamente a estas

ofertas estava de acordo com um acordo confidencial do qual o Deutsche Bank não fazia parte. O Deutsche Bank foi réu num litígio separado interposto pela Mass Mutual Life Insurance Company relativo a certificados não emitidos por entidades afiliadas à Countrywide. Em 22 de julho de 2015, o Deutsche Bank e a Mass Mutual Life Insurance Company celebraram um acordo para resolver todas as alegações pendentes contra o Deutsche Bank. Em 11 de agosto de 2015, o Deutsche Bank pagou o montante de liquidação e a 15 de agosto de 2015, o tribunal anulou as ações. O impacto financeiro do acordo não se revestiu de índole material para o Deutsche Bank.

Em 20 de abril de 2011, o Federal Home Loan Bank de Boston apresentou uma queixa contra várias entidades, incluindo o Deutsche Bank, fazendo várias alegações ao abrigo da lei dos valores mobiliários uniformes de Massachusetts e várias outras leis ordinárias e estatutárias de Massachusetts. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. Em 16 de outubro de 2015, as partes assinaram um acordo de liquidação para resolver o assunto. Em 27 de outubro de 2015, o Federal Home Loan Bank de Boston apresentou uma ordem para extinção do processo. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Em 22 de setembro de 2015, o Deutsche Bank e o Federal Home Loan Bank de Des Moines, como sucessor do Federal Home Loan Bank de Seattle executou um acordo de liquidação resolvendo todas as alegações relacionadas com a obrigação emitida. Em 12 de outubro de 2015, o tribunal apresentou a disposição das partes anulando o litígio. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

O Deutsche Bank e o Monarch Alternative Capital LP, e alguns dos seus clientes de assessoria e veículos de investimentos geridos (Monarch) chegaram a um acordo em 18 de dezembro de 2014 de propor um acordo ao HSBC Bank USA, National Association (HSBC) para resolver o litígio relativo aos três *trusts* RMBS. Depois de receber aprovação de uma maioria dos titulares dos certificados, em 13 de julho de 2015, o HSBC executou os acordos de liquidação e em 27 de julho de 2015, as ações foram anuladas. Foi paga uma porção substancial dos fundos da liquidação por uma parte exterior ao litígio. O impacto líquido financeiro dos acordos não se revestiu de índole material para o Deutsche Bank. Em 17 de junho de 2015, o tribunal concedeu aos réus a moção de anular as reclamações relacionadas com RMBS iniciadas pelo Commerzbank AG contra o Deutsche Bank e várias outras instituições financeiras. O Commerzbank AG apresentou uma petição de recurso em 24 de julho de 2015, mas retirou o recurso em 17 de agosto de 2015.

Em março de 2012, a RMBS Recovery Holdings 4, LLC e a VP Structured Products, LLC apresentaram uma ação no estado de Nova Iorque contra o Deutsche Bank alegando violações das representações e garantias feitas pelo Deutsche Bank relativas a créditos na oferta da ACE Securities Corp. 2006-SL2 RMBS. A queixa não especificou o montante da indemnização procurada. Em 13 de maio de 2013, o tribunal negou a moção do Deutsche Bank de anular a ação por ter prescrito. Em 19 de dezembro de 2013, o tribunal de recurso inverteu a decisão da instância inferior e anulou o caso. Em 11 de junho de 2015, o tribunal de segunda instância de Nova Iorque confirmou a anulação do caso pelo tribunal de recurso. O tribunal decidiu que a causa da ação do queixoso foi acumulada mais de seis anos antes da apresentação da queixa e como resultado, prescreveu pelo estatuto de limitações.

O Deutsche Bank foi nomeado réu num processo judicial apresentado pela Sealink Funding, Ltd., uma entidade estabelecida como parte do resgate do Sachsen Landesbank para funcionar como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado e/ou gerido para o Sachsen Landesbank e suas subsidiárias. No terceiro e quarto trimestre de 2015, a Sealink Funding 2015 Ltd. recorreu sem êxito da ordem que anulava as suas queixas contra a Morgan Stanley noutra ação semelhante por falta de reconhecimento. Ao negar o recurso da Sealink Funding Ltd., o tribunal de recurso descobriu que os acordos de venda e compra através dos quais a Sealink Funding Ltd. adquiriu os títulos em emissão não transferiram validamente as alegações de responsabilidade delitual. A decisão do tribunal de recurso foi dispositiva das alegações da Sealink Funding Ltd. contra o Deutsche Bank, pois a Sealink Funding Ltd. adquiriu os títulos em emissão na ação do Deutsche Bank através dos mesmos acordos de venda e compra envolvidos no caso Morgan Stanley. Em 21 de dezembro de 2015, a Sealink Funding Ltd. anulou voluntariamente as suas alegações com extinção.

O Deutsche Bank foi réu num processo civil apresentado pelo Texas County & District Retirement System, alegando fraude e outras reclamações da lei comum relativas à compra efetuada pelo Texas County & District Retirement System de quatro obrigações RMBS subscritas pelo Deutsche Bank. Em 18 de novembro de 2015, o Deutsche Bank e o Texas County & District Retirement System chegaram a um acordo para resolver as reclamações do último contra o Deutsche Bank. Em 3 de dezembro de 2015, o tribunal distrital apresentou uma ordem para anular a ação com extinção. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

O Deutsche Bank foi nomeado réu num processo civil apresentado pela Charles Schwab Corporation procurando a rescisão da sua compra de um único certificado de RMBS emitido pela Countrywide. No quarto trimestre de 2015, o Bank of America, que indemnizou o Deutsche Bank no caso, chegou a um acordo de liquidação relativamente ao certificado único em emissão para o Deutsche Bank. Em 25 de janeiro de 2016, a Charles Schwab Corporation apresentou um pedido para a anulação com extinção relativamente à Deutsche Bank Securities Inc.

O Deutsche Bank foi nomeado réu numa arbitragem FINRA apresentada por Knights of Columbus ("Knights"), alegando fraude, negligência, violação da lei de valores mobiliários do estado e violações das regras da indústria e de práticas relativas a seis ofertas de terceiros subscritas pelo Deutsche Bank. Em 22 de fevereiro de 2016, o Deutsche Bank e a Knights executaram um acordo para resolver o assunto. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

O Deutsche Bank e a Amherst Advisory & Management LLC (Amherst) chegaram a um acordo em 12 de fevereiro de 2016 para propor acordos de liquidação ao HSBC Bank USA, National Association (HSBC) para resolverem a violação de ações contratuais relacionadas com cinco *trusts* RMBS. Nos termos do acordo com a Amherst, em 17 de fevereiro de 2016, a Amherst exigiu que o HSBC conduzisse um voto de titulares de certificados para cada um dos *trusts* no que respeita à aprovação ou rejeição dos acordos propostos. Uma parte substancial dos fundos de liquidação que seria paga pelo Deutsche Bank relativamente a um dos cinco *trusts*, se a liquidação proposta fosse consumada relativamente a esse *trust*, seria reembolsado por uma parte exterior a esse litígio. O impacto financeiro líquido das liquidações já tinha sido refletido em períodos anteriores.

Em 3 de fevereiro de 2016, a Lehman Brothers Holding, Inc. instituiu um processo contencioso no tribunal de falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque contra, entre outros, a MortgageIT, Inc. (MIT) e o Deutsche Bank AG, como alegado sucessor da MIT, alegando a violação de representações e garantias estabelecidas em determinados acordos de compra de crédito de 2003 e 2004 relativos a 63 créditos hipotecários que a MIT vendeu à Lehman, e que a Lehman, por sua vez, vendeu à Federal National Mortgage Association (Fannie Mae) e à Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). A queixa procura a indemnização por perdas incorridas pela Lehman em ligação com as liquidações celebradas com a Fannie Mae e a Freddie Mac como parte do processo de falência da Lehman para resolver reclamações relativas a esses créditos. Não se alega uma indemnização específica na queixa. O prazo para responder à queixa ainda não expirou.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

O Deutsche Bank alcançou acordos com determinadas entidades que ameaçaram apresentar queixas contra o Deutsche Bank relacionadas com várias ofertas de RMBS e de outros produtos relacionados para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank alcançou acordos com algumas destas entidades, cujos termos financeiros não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Processos civis do mandatário. A Deutsche Bank National Trust Company ("DBNTC") e a Deutsche Bank Trust Company Americas ("DBTCA") foram processadas por investidores num processo civil relativo à sua função como mandatárias de alguns *trusts* RMBS.

Em 18 de junho de 2014, um grupo de investidores, incluindo fundos geridos pela Blackrock Advisors, LLC, PIMCO-Advisors, L.P. e outros, apresentou uma ação judicial contra a DBNTC e a DBTCA no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque em nome de e para o benefício de 544 *trusts* RMBS *private-label* declarando queixas por alegadas violações da lei de escritura de *trusts* de 1939 (TIA - Trust Indenture Act), violação de contrato, violação do dever fiduciário e negligência com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC e da DBTCA de prestar os respetivos serviços como mandatárias de *trusts*. Subsequentemente, os queixosos anularam a queixa ao tribunal estatal e apresentaram uma ação coletiva e derivada ao tribunal distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova Iorque em nome de e para o benefício de 563 *trusts* RMBS *private-label*, que se sobrepunham de forma substancial às *trusts* em emissão na ação do tribunal estatal. A queixa alega que as *trusts* em emissão sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 89,4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, mas a queixa não inclui um pedido de indemnização em numerário num valor determinado. A DBNTC e a DBTCA apresentaram uma moção de anulação e, em 19 de janeiro de 2016, o tribunal concedeu parcialmente a moção com base em critérios processuais: relativamente às 500 *trusts* que são governadas por acordos de serviço e agrupamento, o tribunal negou-se a exercer a jurisdição. O tribunal não tomou uma decisão relativamente às defesas substantivas na moção de anulação. O tribunal ordenou ainda aos queixosos que apresentem uma queixa alterada consistente com a sua decisão relativamente às 64 *trusts* governadas por escri-

tura. A DBNTC e a DBTCA terão a oportunidade de apresentar novas moções defensivas relativamente à queixa alterada após esta ter sido apresentada.

Em 18 de junho de 2014, a Royal Park Investments SA/NV apresentou uma ação coletiva em nome de investidores de dez *trusts* RMBS contra a DBNTC no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque declarando queixas por alegadas violações da lei TIA, violação de contrato, violação da confiança com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts*. A queixa da Royal Park alega que as perdas totais realizadas das dez *trusts* atingem um valor superior a 3,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, mas não alega danos num determinado valor. Em 3 de fevereiro de 2016, o tribunal concedeu em parte e negou em parte as alegações dos queixosos: o tribunal anulou a reclamação TIA do queixoso e a sua teoria derivada e negou a moção da DBNTC de anular a violação do contrato e a violação das queixas ligadas a *trusts*. A fase de instrução está a decorrer.

Em 7 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da National Credit Union ("NCUA"), na qualidade de investidor de 121 *trusts* RMBS, interpôs uma queixa no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra a DBNTC na qualidade de mandatária desses *trusts*, alegando violações da lei TIA e da lei do direito imobiliário de Nova Iorque (*New York Streit Act*) devido ao alegado incumprimento da DBNTC de prestar alguns supostos deveres estatutários e contratuais. Em 5 de março de 2015, a NCUA alterou a sua queixa para apresentar uma queixa na qualidade de investidora em 97 das 121 *trusts* RMBS que foram objeto da sua primeira queixa. A queixa alterada alega violações da TIA e da lei Streit, bem como uma violação contratual, violação de deveres fiduciários, negligência, negligência grosseira, representação indevida negligente e violação da cláusula de boa-fé. A queixa da NCUA alega que as *trusts* em emissão sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 17,2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, mas a queixa não inclui um pedido de indemnização num valor determinado. A DBNTC apresentou uma moção de anulação que foi completamente informada mas que ainda não foi decidida. A fase de instrução encontra-se paralisada.

Em 23 de dezembro de 2014, algumas obrigações com garantia real (coletivamente, "Phoenix Light SF Limited") que detêm certificados de RMBS emitidos por 21 *trusts* RMBS apresentou uma queixa no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra a DBNTC na qualidade de mandatária dos *trusts*, declarando alegações de violação da lei TIA e da lei Streit Act, violação de contrato, violação do direito fiduciário, negligência, negligência grosseira e declarações negligentes, com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts*. Em 10 de abril de 2015, as obrigações com garantia real (CDO) apresentaram uma queixa alterada relacionada com outras 34 *trusts* (de um total de 55 *trusts*) e emendou a sua queixa uma segunda vez em 15 de julho de 2015 para incluir alegações adicionais. As CDO alegam que a DBNTC é responsável por mais de 527 milhões de dólares dos Estados Unidos de danos. A DBNTC apresentou uma moção de anulação que foi completamente informada mas que ainda não foi decidida. A fase de instrução encontra-se paralisada. Em 2 de fevereiro de 2016, o tribunal celebrou uma estipulação assinada pelas partes de anulação com pedido de indemnização por prejuízo relacionada com quatro das 55 *trusts*.

Em 24 de março de 2015, a Western and Southern Life Insurance Company e cinco entidades relacionadas (coletivamente, a "Western & Southern"), na qualidade de investidoras em 18 *trusts* RMBS, apresentaram uma queixa no Juízo de Direito de Hamilton County, Ohio, contra a DBNTC como mandatária dos *trusts*, declarando alegações de violação da lei TIA e da lei Streit de Nova Iorque, violação de contrato, violação do direito fiduciário, negligência, negligência grosseira e violação da cláusula de boa-fé e negociação justa, com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts*. A Western & Southern alega que comprou certificados das *trusts* com um valor facial de mais de 220 milhões de dólares dos Estados Unidos e que as *trusts* em emissão sofreram perdas colaterais realizadas totais no valor de 1 milhar de milhão de dólares dos Estados Unidos, mas a queixa não inclui um pedido de indemnização de um determinado valor. A DBNTC apresentou uma moção de anulação com base na falta de jurisdição pessoal e da doutrina do forum non conveniens; uma moção para manter o caso pendente à resolução de ações semelhantes em Nova Iorque contra a DBNTC; e uma moção para interromper as queixas contra a DBNTC dos que estão contra o seu co-réu. Em 5 de novembro de 2015, o tribunal negou a moção de anulação da DBNTC e a moção de paralisação do caso mas concedeu a moção de interrupção da DBNTC. Após a primeira moção da DBNTC de anulação ter sido decidida, a DBNTC apresentou outra moção de anulação, desta vez pela falha em apresentar uma alegação. A fase de instrução está a decorrer.

Em 3 de dezembro de 2015, o Commerzbank AG ("Commerzbank"), na qualidade de investidor em 50 *trusts* RMBS, apresentou uma queixa no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque contra a DBNTC na qualidade de mandatária dos *trusts*, declarando alegações de violação da lei TIA e da lei Streit de Nova Iorque, violação de contrato, violação do direito fiduciário, negligência e violação da cláusula de boa-fé, com base no alegado incumprimento por parte da DBNTC de prestar os respetivos serviços como mandatária de *trusts*. O Commerzbank alega que a DBNTC causou "centenas de milhões de dólares em perdas", mas a queixa não inclui um pedido de

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

indenização por um determinado valor. Este caso e o caso Phoenix Light foram atribuídos ao mesmo juiz. O juiz manteve o caso até adjudicar a moção de anulação da DBNTC na ação Phoenix Light, altura em que o Commerzbank receberá a oportunidade de alterar a sua queixa. A fase de instrução ainda não teve início.

Em 30 de dezembro de 2015, o IKB International, S.A. in Liquidation e o IKB Deutsche Industriebank A.G. (coletivamente, "IKB"), na qualidade de investidor em 37 *trusts* RMBS, requereu uma citação com aviso prévio ao Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque, New York County, contra a DBNTC e a DBTCA como mandatárias das *trusts*. Parece que o IKB pode alegar queixas de violação da TIA, violação da lei Streit de Nova Iorque, violação de contrato, fraude, representação indevida fraudulenta e negligente, violação do dever fiduciário, negligência e enriquecimento injusto. O IKB parece alegar que a DBNTC e a DBTCA são responsáveis por mais de 274 milhões de dólares dos Estados Unidos em danos. A fase de instrução ainda não teve início.

O Grupo acredita que existe um passivo contingente relativamente a estes sete casos, mas atualmente, o montante do passivo contingente não é passível de ser estimado de forma fiável.

Investigações e litígios relativos a metais preciosos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a investigações de negociação de metais preciosos e conduta relacionada. O Deutsche Bank está a cooperar com estas investigações e a envolver-se com as autoridades relevantes, conforme apropriado. Paralelamente, o Deutsche Bank tem vindo a realizar a sua própria análise interna da participação histórica do Deutsche Bank nas referências de metais preciosos e noutros aspetos do respetivo negócio de metais preciosos.

O Deutsche Bank também foi nomeado réu em várias queixas de ação coletiva putativa, que foram consolidadas em dois processos judiciais pendentes no tribunal distrital dos EUA para o distrito sul de Nova Iorque. Os processos dos EUA alegam violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e da lei estatal relacionada que surge da alegada manipulação dos preços do ouro e prata através da participação nas Gold and Silver Fixes, mas não especificam as indemnizações pretendidas. As queixas da ação de classe dos Estados Unidos encontram-se na sua fase inicial. O Deutsche Bank apresentou moções de anulação das queixas dos Estados Unidos, que ainda se encontram pendentes. Adicionalmente, o Deutsche Bank foi constituído réu num processo de ação coletiva no Canadá no Tribunal Superior de Ontário relacionada com ouro. A declaração da queixa de Ontário foi emitida em 15 de janeiro de 2016 e os queixosos procuram indemnizações por alegadas violações da lei da concorrência do Canadá bem como outras causas de ação.

O Grupo registou provisões relativas a algumas destas matérias. O Grupo não divulgou o valor destas provisões, nem divulgou se estabeleceu provisões relativas a outras matérias ou qualquer provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações sobre as práticas de contratação designada. Alguns reguladores estão a investigar, entre outros assuntos, a conformidade do Deutsche Bank com a lei *Foreign Corrupt Practices Act* dos EUA e com outras leis no que diz respeito às práticas de contratação do Banco relativas aos candidatos designados por clientes, potenciais clientes e funcionários governamentais, e ao envolvimento de consultores na região da Ásia e Pacífico. O Deutsche Bank encontra-se a responder e continua a cooperar nestas investigações. O Grupo registou uma provisão relativa a algumas destas investigações regulamentares. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado destas investigações regulamentares.

Investigação da negociação de ações na Rússia/Reino Unido. O Deutsche Bank está a investigar as circunstâncias em torno das negociações de ações celebradas por determinados clientes com o Deutsche Bank em Moscovo e em Londres que se compensam uma à outra. O volume total das transações sob análise é significativo. A investigação interna do Deutsche Bank de potenciais violações da lei, regulamentos e política e do ambiente de controlo interno relacionado continua a decorrer; até à data, foram identificadas algumas violações das políticas do Deutsche Bank bem como deficiências no ambiente de controlo do Deutsche Bank. O Deutsche Bank aconselhou os reguladores e autoridades de aplicação da lei em várias jurisdições (incluindo a Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) em relação a esta investigação. O Deutsche Bank tomou medidas disciplinares relativas a determinados indivíduos nesta matéria e irá continuar a fazê-lo relativamente a outros, conforme garantido. O Grupo registou uma provisão relativamente a este assunto. O Grupo não divulgou o montante desta provisão porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente o resultado desta matéria.

Questões relacionadas com embargos impostos pelos EUA. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de algumas agências dos EUA reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei sobre o historial de processamento de ordens de pagamento em dólares dos Estados Unidos por instituições financeiras americanas em nome de terceiros de países sujeitos às leis de embargo americanas. Estas agências estão a investigar se esse processamento respei-

tava as leis federais e estatais americanas. Em 2006, o Deutsche Bank decidiu voluntariamente de que não se envolveria em novos negócios em dólares dos Estados Unidos com contrapartes no Irão, Sudão, Coreia do Norte e Cuba e com alguns bancos da Síria, e sair de negócios existentes em dólares dos Estados Unidos com tais contrapartes na medida do legalmente possível. Em 2007, o Deutsche Bank decidiu que não se envolveria em novos negócios, em qualquer divisa, com contrapartes no Irão, Sudão e Coreia do Norte e que sairia de negócios existentes, em qualquer divisa, com tais contrapartes na medida do legalmente possível; decidiu também limitar os seus negócios em dólares que não sejam dos Estados Unidos com contrapartes em Cuba. Em 3 de novembro de 2015, o Deutsche Bank celebrou acordos com o Departamento de serviços financeiros do Estado de Nova Iorque e com o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque para resolver as suas investigações junto do Deutsche Bank. O Deutsche Bank pagou às duas agências 200 milhões de dólares dos Estados Unidos e 58 milhões de dólares dos Estados Unidos, respetivamente, e concordou em rescindir os contratos de determinados funcionários, não recontratar determinados ex-funcionários e instalar um monitor independente durante um ano. Adicionalmente, o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque ordenou determinadas medidas corretivas, especificamente, o requisito de assegurar um programa de conformidade OFAC eficaz e uma revisão anual de tal programa por uma parte independente até o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque estar satisfeito com a sua eficácia. As investigações das agências de aplicação da lei dos Estados Unidos continuam a decorrer.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios de títulos de tesouraria dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

O Deutsche Bank Securities Inc. foi constituído réu em várias queixas de ação coletiva putativa apresentadas nos tribunais distritais dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque, o distrito norte de Illinois, o distrito sul do Alabama e o distrito das Ilhas Virgens, alegando violações da lei *antitrust* dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange dos Estados Unidos e da lei comum relacionada com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos encontram-se na sua fase inicial. A câmara jurisdicional para o litígio em vários distritos centralizou estes casos no distrito sul de Nova Iorque.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de *fronting*, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Compromissos de crédito irrevogáveis	174 549	154 446
Passivos contingentes	57 325	62 087
Total	231 874	216 533

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto/médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias de agências ECA concedidas para financiamentos a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo são comparáveis devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas de uma forma seletiva. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha ou pelas Export Credit Agencies da Coreia (Korea Trade Insurance Corporation e o The Export-Import Bank of Korea) atuando em nome da República da Coreia.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas bancárias de acordo com a diretiva de recuperação e resolução de bancos (BRRD), atingiram um valor de 160,2 milhões de euros em dezembro de 2015.

31 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	9 327	14 787
Outros	18 683	28 144
Total de outros empréstimos a curto prazo	28 010	42 931

32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2016	Vencimento em 2017	Vencimento em 2018	Vencimento em 2019	Vencimento em 2020	Vencimento após 2020	Total 31 de dez. 2015	Total 31 de dez. 2014
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	16 545	18 293	9 090	8 031	8 781	25 515	86 255	84 795
Taxa variável	7 310	6 408	3 847	6 410	3 903	11 085	38 963	34 651
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	500	0	70	28	1 146	2 858	4 602	2 689
Taxa variável	368	0	50	20	0	1 373	1 811	2 358
Outros	1 404	15 100	2 129	1 042	889	7 821	28 385	20 344
Total de dívida a longo prazo	26 129	39 801	15 186	15 530	14 719	48 652	160 016	144 837

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2015 e 2014.

Títulos fiduciários preferenciais¹

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Taxa fixa	6 067	8 662
Taxa variável	953	1 912
Total de títulos fiduciários preferenciais	7 020	10 573

¹ Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

31.12.2015					
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	192 010	0	0	0	0
Depósitos remunerados	153 788	156 710	42 680	15 382	12 004
Passivos detidos para negociação ¹	52 303	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	494 076	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18 450	25 067	3 964	4 357	5 985
Passivos por contratos de investimento ²	0	104	873	1 701	5 843
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	556	918	1 908	2 983
Recursos de bancos centrais adquiridos	574	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	7 498	1 919	519	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	2 818	16	0	1	414
Outros empréstimos a curto prazo	17 782	2 771	6 865	0	0
Dívida a longo prazo	62	16 834	12 414	92 914	52 169
Títulos fiduciários preferenciais	0	831	628	5 772	1 285
Outros passivos financeiros	146 684	3 791	456	361	36
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	166 236	0	0	0	0
Garantias financeiras	19 828	0	0	0	0
Total⁴	1 272 109	208 600	69 317	122 396	80 719

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

em milhões de euros	31.12.2014				
	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	160 733	0	0	0	0
Depósitos remunerados	138 030	160 290	51 183	13 855	12 503
Passivos detidos para negociação ¹	41 843	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	610 202	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	29 752	12 543	4 292	3 947	6 696
Passivos por contratos de investimento ²	0	91	847	1 586	5 999
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	282	636	1 543	2 602
Recursos de bancos centrais adquiridos	986	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3 696	4 964	2 007	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	1 961	26	0	0	363
Outros empréstimos a curto prazo	26 633	8 035	8 832	0	0
Dívida a longo prazo	543	6 597	21 983	83 529	51 855
Títulos fiduciários preferenciais	0	4 183	1 396	6 440	251
Outros passivos financeiros	155 066	4 011	477	372	23
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	139 342	0	0	0	0
Garantias financeiras	22 344	0	0	0	0
Total⁴	1 331 132	201 023	91 653	111 271	80 292

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

34 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias em 1 de janeiro de 2014	1 019 499 640	(171 904)	1 019 327 736
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	359 773 491	0	359 773 491
Ações compradas para tesouraria	0	(310 846 161)	(310 846 161)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	310 757 883	310 757 883
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2014	1 379 273 131	(260 182)	1 379 012 949
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(326 647 008)	(326 647 008)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	326 532 326	326 532 326
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015	1 379 273 131	(374 864)	1 378 898 267

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

As ações compradas para tesouraria são ações detidas pelo Grupo por um dado período de tempo, assim como quaisquer ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e, em algumas circunstâncias, por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2015 o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 1 760 000 000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2020. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
352 000 000 €	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade e podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30.4.2020
1 408 000 000 €	Numerário	Podem ser excluído enquanto for necessário para conceder aos titulares de direitos de opções, obrigações convertíveis e direitos participativos convertíveis emitidos pela empresa (ver estatutos, secção 4).	30.4.2020

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com *warrants* podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital contingente	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
€ 230.400.000	30.4.2017
256 000 000 €	30.4.2019

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respetivamente.

	2015 (proposto)	2014	2013
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros) ¹	0	1 034	765
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,00	0,75	0,75

¹ Os dividendos em numerário para 2015 baseiam-se no número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2015.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

35 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Ano(s) de atribuição	Deutsch Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Disposições de reforma antecipada	Elegibilidade
2015/ 2014/ 2013	Prémio anual	1/3: 12 meses 1 1/3: 24 meses 1 1/3: 36 meses 1	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses 1	Sim 2	Membros da Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - Upront	Aquisição imediata na concessão ³	Não	Colaboradores regulamentados
2012/ 2011	Prémio anual	1/3: 12 meses 4 1/3: 24 meses 4 1/3: 36 meses 4	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Prémio anual - Upront	Aquisição imediata na concessão ³	Não	Colaboradores regulamentados
2010	Prémio anual	Aquisição gradual de direitos em nove tranches iguais repartidas por 12 a 45 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Não	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos

¹ Para os membros do Conselho de Administração ou da Administração sénior do Grupo e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.

² As disposições de reforma antecipada não se aplicam aos membros do Conselho de Administração.

³ Para os membros do Conselho de Administração Executivo a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três anos. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

⁴ Para os membros do Conselho de Administração aplica-se um calendário diferente. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, mais de 19 000 colaboradores de 28 países inscreveram-se no sétimo ciclo, que começou em novembro de 2015.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela seguinte mostra as unidades de atribuição de ações pendentes nas datas respetivas, que representam um direito contingente de receber ações comuns do Deutsche Bank após um período específico de tempo. Também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2013	51 291	33,61 €
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52 449	31,60 €
Saldo em 31 de dezembro de 2015	53 651	28,18 €

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 19 milhões de euros, 21 milhões de euros e 32 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, respetivamente.

Em de 31 de dezembro de 2015, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prêmio era aproximadamente de 1,5 mil milhões de euros. Desses, 1.0 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 5,4 milhões de ações para participantes no plano em fevereiro de 2016, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,2 milhões de unidades ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

em milhões de euros	31.12.2015				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigações com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 352	796	436	845	6 429
Participantes em estado diferido	1 883	2 350	538	196	4 967
Participantes em estado de pagamento	4 548	1 177	533	300	6 558
Total da obrigação com benefícios definidos	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
Justo valor dos ativos dos planos	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Rácio de financiamento (em %)	96	123	78	90	101

em milhões de euros	31.12.2014				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigações com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	4 611	813	405	780	6 609
Participantes em estado diferido	1 983	2 266	478	195	4 922
Participantes em estado de pagamento	4 669	1 216	492	285	6 662
Total da obrigação com benefícios definidos	11 263	4 295	1 375	1 260	18 193
Justo valor dos ativos dos planos	10 634	5 095	1 072	1 109	17 910
Rácio de financiamento (em %)	94	119	78	88	98

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Dentro dos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça e aos Países Baixos. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas dos indivíduos com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma. No Reino Unido, o principal plano de pensões de benefícios definidos foi reestruturado em 2011 para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de €196 million e €197 million a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam um risco limitado para o Grupo.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2015	383	123	85	69	660
Benefícios que deverão ser pagos 2016	386	86	81	68	621
Benefícios que deverão ser pagos 2017	398	96	83	66	643
Benefícios que deverão ser pagos 2018	417	102	82	66	667
Benefícios que deverão ser pagos 2019	433	111	88	67	699
Benefícios que deverão ser pagos 2020	448	123	83	65	719
Benefícios que deverão ser pagos 2021 - 2025	2 516	776	449	350	4 091
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	20	12	16	16

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV, juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivos relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações mais recentes do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, quaisquer excedentes do plano resultantes no futuro serão distribuídos aos membros do plano e, como tal, não podem reduzir as futuras contribuições do Grupo.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do Deutsche Postbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governança e risco

O Grupo mantém um Comitê de Risco de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comitê reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Comitê Executivo Sênior de Remuneração e é apoiado pelo Comitê de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Adicionalmente, o Grupo estima e provisiona posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento, que podem ter impacto nos ativos dos planos do Grupo. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas desenvolvidas pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90 % a 100 % da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta a posição ampla de financiamento total e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Por exemplo, no Reino Unido e nos Estados Unidos, prevê-se que as principais contribuições para financiamento do plano nestes países sejam imateriais ao Grupo no geral em 2016. Na Alemanha, geralmente não se aplicam requisitos de financiamento mínimos; no entanto, o grupo irá considerar reembolsos para benefícios pagos em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais para assegurar a sua consistência global.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2015				31.12.2014			
	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros
Taxa de desconto (em %)	2,4	3,9	4,2	2,6	2,0	3,7	3,9	2,3
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,6	3,4	2,3	2,2	1,5	3,4	2,2	2,0
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,1	4,4	2,3	2,5	2,0	4,4	2,2	2,6
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,5	3,3	2,3	1,1	1,4	3,2	2,2	1,2
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	19,0	23,5	21,8	21,6	18,9	23,7	21,7	21,5
Mulher com 65 anos à data de medição	23,1	25,0	24,0	24,1	22,9	25,3	23,9	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	21,6	25,1	23,5	23,4	21,5	25,4	23,4	23,2
Mulher com 45 anos à data de medição	25,6	26,9	25,6	25,8	25,5	27,1	25,6	25,7
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Projeções Light com CMI 2015	Agregado RP2014	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Projeções Light com CMI 2013	Agregado RP2014	Tabelas específicas do país

¹ Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Para períodos de duração mais longa, onde se encontra disponível informação limitada de obrigações, são aplicados métodos de extrapolação da curva de rendimentos, utilizando as respetivas taxas de *swaps* e pressupostos de *spread* de crédito. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o(s) maior(es) plano(s) do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração completamente compatível com as obrigações do respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

em milhões de euros	2015				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	11 263	4 295	1 375	1 260	18 193
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	202	30	24	61	317
Custos com juros	224	170	58	29	481
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	4	4	0	1	9
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(551)	(143)	(39)	(50)	(783)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	(66)	0	0	(66)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	22	(103)	15	(9)	(75)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	13	16
Benefícios pagos	(383)	(123)	(85)	(69)	(660)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	259	159	54	472
Outros ¹	(1)	0	0	51	50
Saldo, fim do exercício	10 783	4 323	1 507	1 341	17 954
dos quais:					
Não financiadas	2	14	203	114	333
Financiadas	10 781	4 309	1 304	1 227	17 621
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10 634	5 095	1 072	1 109	17 910
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	213	201	45	26	485
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(463)	(152)	(49)	(41)	(705)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	3	0	0	13	16
Contribuições pagas pelo empregador	367	2	64	51	484
Benefícios pagos ²	(383)	(122)	(72)	(47)	(624)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	304	124	49	477
Outros ¹	0	0	0	51	51
Custos de administração do plano	0	(6)	(2)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(412)	999	(325)	(131)	131
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(412)	999	(325)	(131)	131 ³

¹ Includes the opening balance of a plan in India for which defined contribution plan accounting was applied before

² Apenas para planos com fundos constituídos.

³ Destes, € 1,161 million reconhecidos em outros ativos e € 1,030 million em outros passivos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	2014 Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	9 487	3 588	1 136	1 022	15 233
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	163	28	21	53	265
Custos com juros	330	166	55	35	586
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	13	1	0	17	31
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1 883	405	35	184	2 507
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	0	50	(1)	49
Resultados atuariais decorrentes da experiência	26	(22)	(5)	6	5
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	13	17
Benefícios pagos	(379)	(79)	(75)	(72)	(605)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(10)	(10)
Aquisições/alienações ¹	(265)	(57)	0	(15)	(337)
Alterações das taxas de câmbio	0	265	158	25	448
Outros ²	1	0	0	3	4
Saldo, fim do exercício	11 263	4 295	1 375	1 260	18 193
dos quais:					
Não financiadas	0	15	197	122	334
Financiadas	11 263	4 280	1 178	1 138	17 859
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	9 142	4 099	856	921	15 018
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	322	189	41	32	584
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	1 334	621	44	126	2 125
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	13	17
Contribuições pagas pelo empregador	449	3	76	46	574
Benefícios pagos ³	(378)	(78)	(65)	(39)	(560)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações ¹	(238)	(43)	0	(14)	(295)
Alterações das taxas de câmbio	0	307	122	24	453
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	(1)	(3)	(2)	0	(6)
Saldo, fim do exercício	10 634	5 095	1 072	1 109	17 910
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(629)	800	(303)	(151)	(283)
Alteração no excedente irre recuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(29)	(29)
Custos com juros	0	0	0	(1)	(1)
Alterações no excedente irre recuperável	0	0	0	30	30
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(629)	800	(303)	(151)	(283)⁴

¹ BHF-Bank, Tilney.² Inclui saldos iniciais da aplicação pela primeira vez de planos mais pequenos.³ Apenas para planos com fundos constituídos.⁴ Destes, €952 million reconhecidos em outros ativos e € 1,235 million em outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo dos impactos adversos das alterações na posição de financiamento dos seus planos de pensão definidos em métricas financeiras essenciais, com um enfoque principal na imunização do estado de fundos constituídos da IRFS dos planos, ao mesmo tempo que considera o impacto dos planos noutras métricas, tais como o capital regulamentar e as contas locais de resultados. Os mandatos de investimento permitem a tomada de risco através do desfaseamento da duração e da diversificação de classes de ativos relativamente à referência de investimento relevante.

Para atingir o objetivo principal de imunizar o estado dos fundos constituídos da IFRS para planos de benefício essenciais definidos, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivos (*liability driven investment – LDI*). Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões. Para os planos de pensões onde uma abordagem LDI completa pode ter um impacto adverso sobre outras métricas financeiras essenciais importantes para a posição financeira geral do Grupo, o Grupo pode desviar-se desta estratégia principal de investimento. Em 2015, o Grupo decidiu ajustar temporariamente a estratégia de investimento aos ativos do plano principal de pensões da Alemanha reduzindo a taxa de juro e a cobertura do *spread* de crédito. O Grupo monitoriza estreitamente esta divergência da estratégia de investimento principal e implementou mecanismos de governação para garantir uma análise regular do desvio da abordagem LDI.

Quando o nível de cobertura desejado para estes riscos não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de taxas de juros e indexados à inflação. Também se utilizam outros instrumentos, como *swaps* de risco de incumprimento e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como "outros" (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31.12.2015					31.12.2014				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 230	138	27	86	1 481	1 056	102	25	68	1 251
Instrumentos de capital ¹	961	648	113	272	1 994	134	560	108	208	1 010
Obrigações <i>investment-grade</i> ²										
Governamentais	3 659	1 918	524	287	6 388	3 517	1 502	400	255	5 674
Obrigações não governamentais	4 271	2 456	400	346	7 473	5 731	2 035	447	358	8 571
Obrigações <i>non-investment-grade</i>										
Governamentais	125	0	0	11	136	54	0	0	14	68
Obrigações não governamentais	277	79	8	19	383	215	109	12	30	366
Produtos estruturados	35	259	45	12	351	14	389	42	29	474
Seguros	1	0	0	14	15	0	0	0	17	17
Alternativos										
Imobiliário	189	137	0	39	365	114	117	0	35	266
Matérias-primas	0	7	0	8	15	25	0	0	2	27
Capital privado	51	0	0	0	51	51	0	0	0	51
Outros	347	38	0	100	485	56	0	0	33	89
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(811)	(60)	65	21	(785)	482	409	38	73	1 002
Crédito	(11)	0	0	0	(11)	(27)	(1)	0	(1)	(29)
Inflação	0	(245)	0	(8)	(253)	(763)	(214)	0	(12)	(989)
Divisas	42	(6)	0	2	38	(51)	40	0	(1)	(12)
Outros	5	(47)	0	1	(41)	26	47	0	1	74
Total do justo valor dos ativos dos planos	10 371	5 322	1 182	1 210	18 085	10 634	5 095	1 072	1 109	17 910

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o índice MSCI All Countries World.

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo apenas investidos em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31.12.2015					31.12.2014				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	1 209	138	29	68	1 444	1 056	100	14	50	1 220
Instrumentos de capital	961	648	113	272	1 994	131	560	108	206	1 005
Obrigações <i>investment-grade</i>										
Governamentais	1 883	1 917	522	183	4 505	2 255	1 502	0	182	3 939
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	26	1 887	0	84	1 997
Obrigações <i>non-investment-grade</i>										
Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	14	14
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	78	97	0	3	178
Produtos estruturados	0	259	0	11	270	0	368	0	29	397
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	9	68	0	0	77
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	108	0	0	6	114	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	17	(1)	16	0	0	0	13	13
Crédito	0	0	0	0	0	(27)	(1)	0	0	(28)
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	(3)	(3)
Divisas	42	(6)	0	2	38	0	40	0	0	40
Outros	5	0	0	1	6	0	0	0	0	0
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	4 208	2 956	681	542	8 387	3 528	4 621	122	578	8 849

Todos os ativos restantes são investidos em "outros" ativos, a maioria dos quais sendo investidos em ativos de nível 2, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em obrigações empresariais *investment-grade*. Um elemento relativamente pequeno encontra-se em ativos do nível 3, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em imobiliário, apólices de seguros e contratos derivados.

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de outros definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

31.12.2015							
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	35	147	66	1 183	26	24	1 481
Instrumentos de capital	256	137	859	236	375	131	1 994
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	1 842	1 895	535	1 446	209	461	6 388
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	0	0	4	4	128	136
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	427	1 838	2 184	2 081 ¹	864	79	7 473
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	19	48	168	107	29	12	383
Produtos estruturados	34	219	42	39	16	1	351
Subtotal	2 613	4 284	3 854	5 096	1 523	836	18 206
Ação (em %)	14	24	21	28	8	5	100
Outras categorias de ativos							(121)
Justo valor dos ativos dos planos							18 085

¹ A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

31.12.2014							
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	1 052	106	57	7	9	20	1 251
Instrumentos de capital	75	84	415	174	168	94	1 010
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	2 089	1 457	628	933	82	485	5 674
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	0	0	0	0	68	68
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	473	1 644	2 302	3 106 ¹	688	358	8 571
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	18	76	91	132	17	32	366
Produtos estruturados	14	409	36	13	2	0	474
Subtotal	3 721	3 776	3 529	4 365	966	1 057	17 414
Ação (em %)	21	22	20	25	6	6	100
Outras categorias de ativos							496
Justo valor dos ativos dos planos							17 910

¹ A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França, Itália e Países Baixos.

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 incluíam transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de aproximadamente €793 million. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensão de benefícios definidos em que o Grupo aplica uma abordagem LDI, as alterações às condições dos mercados de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais - principalmente, a taxa de desconto e a taxa de inflação de preços - bem como os ativos do plano. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado de capitais, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano devido a uma alteração no fator de risco de mercado relacionado ou no pressuposto atuarial subjacente; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31.12.2015				31.12.2014			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de desconto (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1 610)	(920)	(90)	(215)	(1 740)	(950)	(90)	(220)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	660	1 025	80	125	1 525	925	75	115
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(950)	105	(10)	(90)	(215)	(25)	(15)	(105)
Taxa de desconto (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1 395	760	85	180	1 505	775	85	180
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(660)	(1 025)	(80)	(125)	(1 525)	(925)	(75)	(115)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	735	(265)	5	55	(20)	(150)	10	65
Spreads de crédito (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1 610)	(920)	(190)	(230)	(1 740)	(950)	(180)	(230)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	465	250	50	40	880	225	45	40
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(1 145)	(670)	(140)	(190)	(860)	(725)	(135)	(190)
Spreads de crédito (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1 395	760	170	190	1 505	775	160	190
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(465)	(250)	(50)	(40)	(880)	(225)	(45)	(40)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	930	510	120	150	625	550	115	150
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):²								
Diminuição em DBO	305	340	0	50	350	330	0	75
(Diminuição) esperada nos ativos do plano ¹	(215)	(355)	0	(10)	(245)	(290)	0	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	90	(15)	0	40	105	40	0	65
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):²								
(Aumento) em DBO	(315)	(370)	0	(55)	(365)	(355)	0	(80)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	215	355	0	10	245	290	0	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(100)	15	0	(45)	(120)	(65)	0	(70)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	70	15	0	15	80	15	0	15
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(70)	(15)	0	(15)	(80)	(15)	0	(15)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10 %:³								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(260)	(110)	(25)	(25)	(275)	(85)	(25)	(20)

¹ As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça, Países Baixos e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.

² Incorpora a sensibilidade a alterações no aumento nominal de pensões a pagamento na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.

³ Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2016, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

	2016
em milhões de euros	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	275
BVV	55
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	95
Outros planos de contribuições definidas	265
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	720

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2, respetivamente.

em milhões de euros	2015	2014	2013
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço	326	296	261
Custos líquidos com juros (rendimento)	(4)	3	10
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	322	299	271
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	53	51	51
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	95	97	97
Outros planos de contribuições definidas	264	228	221
Total dos encargos com planos de contribuição definida	412	376	369
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	734	675	640
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	231	229	230
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio ¹	816	860	918
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário ¹	15	11	29
Encargos com planos de retenção de numerário ¹	738	815	811
Encargos com indemnizações por cessação de funções ²	184	205	274

¹ Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo.

² Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados.

36 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2015	2014	2013
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	1 385	764	913
Ajustamentos de anos anteriores	277	(12)	41
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	1 662	752	954
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	(378)	644	7
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	140	44	35
Ajustamentos de anos anteriores	(749)	(15)	(221)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	(987)	673	(179)
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	675	1 425	775

A despesa de imposto sobre o rendimento inclui impostos dos titulares de apólices atribuíveis aos rendimentos dos titulares de apólices, ascendendo a um benefício com impostos sobre o rendimento de 0,4 milhões de euros em 2015, uma despesa de imposto sobre o rendimento de 2 milhões de euros em 2014 e um benefício com impostos sobre o rendimento de 23 milhões de euros em 2013.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 3 milhões de euros em 2015. Estes efeitos reduziram a despesa atual com impostos em 5 milhões de euros e em 3 milhões de euros em 2014 e 2013, respetivamente.

Os benefícios totais com impostos diferidos incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que diminuiu os benefícios com impostos diferidos em 187 milhões de euros em 2015. Em 2014, estes efeitos fizeram diminuir a despesa com impostos diferidos em 303 milhões de euros e aumentaram o benefício com impostos diferidos em 237 milhões de euros em 2013.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2015	2014	2013
Encargos esperados com impostos à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31%	(1 890)	966	451
Diferenças cambiais	(157)	88	154
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(345)	(371)	(337)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(21)	(93)	(84)
Custos não dedutíveis	1 288	649	571
Imparidades de <i>goodwill</i>	1 407	0	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos¹	184	(308)	(240)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	140	44	35
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(5)	78	(5)
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	0	(2)	23
Outros ¹	74	374	207
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	675	1 425	775

¹ Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2015, 2014 e 2013, a rubrica "Outros" do quadro anterior inclui sobretudo os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobre-taxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31% nos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2015	2014	2013
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	(213)	407	58
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	104	(457)	(21)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	10	5	103
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	3	(7)	(58)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(6)	(146)	(10)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(90)	(68)	(175)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(2)	1	1
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	(194)	(265)	(102)
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	72	(21)	65

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	3 477	2 785
Créditos fiscais não utilizados	215	192
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	7 748	8 454
Ativos fixos tangíveis	468	459
Outros ativos	1 640	2 382
Valorização de títulos	92	93
Provisão para perdas com empréstimos	982	1 020
Outras provisões	1 310	811
Outros passivos	1 028	838
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	16 960	17 034
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	7 446	7 746
Ativos fixos tangíveis	64	52
Outros ativos	954	832
Valorização de títulos	523	1 628
Provisão para perdas com empréstimos	50	71
Outras provisões	351	233
Outros passivos	556	782
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	9 944	11 344

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7 762	6 865
Apresentados como passivos por impostos diferidos	746	1 175
Ativos líquidos por impostos diferidos	7 016	5 690

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2015 ¹	31 dez 2014 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	(277)	(314)
Não a expirar	(4 372)	(3 745)
A expirar no período subsequente	(2)	(4)
A expirar após o período subsequente	(1 067)	(1 334)
Perdas fiscais não utilizadas	(5 441)	(5 083)
A expirar após o período subsequente	(95)	(88)
Créditos fiscais não utilizados	(97)	(88)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,0 mil milhões de euros e 5,5 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, sucursais e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 93 milhões de euros e 134 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

37 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados tanto para fins de negociação como de gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou outros fins.

Derivados detidos para fins de negociação

Vendas e negociação

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e de negociação. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A negociação inclui atividades de criação de mercado (*market-making*), de posicionamento e de arbitragem. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer*) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes. O posicionamento significa gerir posições de risco na expectativa de beneficiar com movimentos favoráveis nos preços, taxas ou índices. A arbitragem implica identificar e lucrar com diferenciais de preço entre mercados e produtos.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivativos para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivativos que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivativos. A utilização de instrumentos financeiros derivativos é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivativos cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativos	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de justo valor	2 671	986	3 679	2 136

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, foi reconhecido um ganho de 1,1 mil milhões de euros, um ganho de 1,0 milhar de milhão de euros e uma perda de 2,4 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Para os mesmos períodos, os resultados nos itens cobertos, atribuídos ao risco coberto, foram de um ganho de 1,0 milhar de milhão de euros, uma perda de 1,3 mil milhões de euros e um ganho de 1,7 mil milhões de euros.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa utilizando *swaps* de taxa de juro e *swaps* sobre índices de ações, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro e ações.

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativos	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	239	0	234	0

Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Entradas de caixa de ativos	32	49	0	0
Entradas de caixa de passivos	(20)	(33)	(26)	(15)
Fluxos de caixa líquidos em 2015	12	16	(26)	(15)
Em 31 de dezembro de 2014				
Entradas de caixa de ativos	23	35	5	0
Entradas de caixa de passivos	(21)	(35)	(28)	(25)
Fluxos de caixa líquidos em 2014	2	0	(23)	(25)

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Reportados em capital ¹	138	118	(215)
dos quais relacionados com programas cessados	(14)	(15)	(16)
Resultados afetos ao capital no exercício findo	1	(6)	91
Resultados retirados do capital no exercício findo	(20)	(339)	(35)
Ineficácia registada nos resultados	(1)	(3)	1

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado na demonstração consolidada do rendimento integral.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2022.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e swaps cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas *spot* de fim do período.

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativos	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	226	5 379	490	2 927

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013, foram reconhecidas perdas de 425 milhões de euros, 357 milhões de euros e 320 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento *forward points* dos instrumentos de cobertura.

38 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
 subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
 planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2015	2014	2013
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	31	26	18
Benefícios pós-emprego	6	4	3
Outros benefícios de longo prazo	11	7	6
Benefícios por cessação do vínculo laboral	20	0	0
Pagamento baseado em ações	15	5	8
Total	83	42	35

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015, a 1,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2013.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2015, contam-se créditos e compromissos de 11 milhões de euros e depósitos de 8 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2014 as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 3 milhões de euros e depósitos de 16 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respectivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

Empréstimos

em milhões de euros	2015	2014
Créditos pendentes, início do ano	321	357
Créditos emitidos durante o ano	464	596
Reembolso de créditos durante o ano	376	657
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(31)	(1)
Alterações das taxas de câmbio/outras	18	27
Créditos pendentes, fim do ano¹	396	321
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	1	5
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	263	45

¹ O montante de créditos vencidos era de 4 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de 3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Para os créditos supramencionados, o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 69 milhões de euros e de 70 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2015	2014
Depósitos pendentes, início do ano	128	167
Depósitos recebidos durante o ano	326	245
Depósitos reembolsados durante o ano	295	244
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(0)	(43)
Alterações das taxas de câmbio/outras	2	4
Depósitos pendentes, fim do ano¹	162	128

¹ Os depósitos não são garantidos.

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 32 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e a 87 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

Outras transações com partes relacionadas também contemplaram as seguintes:

Hua Xia Bank: O Grupo detém uma participação de 19,9% no Hua Xia Bank Company Limited e contabiliza esta associada pelo método de equivalência patrimonial desde 11 de fevereiro de 2011. O investimento foi reclassificado de método de equivalência patrimonial a detido para venda em 31 de dezembro de 2015. Em 2006, o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank estabeleceram, em conjunto, uma cooperação comercial no segmento de cartões de crédito, aliando a experiência internacional do Deutsche Bank AG no segmento dos cartões de crédito com a experiência local do Hua Xia Bank. Em 31 de dezembro de 2015 foi reconhecida uma provisão para a cooperação no montante de 54 milhões de euros. Esta provisão inclui a estimativa das obrigações do Grupo face à cooperação. Para mais informações, consultar a Nota 26, "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda".

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros

	2015	2014
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	6
Outros ativos	0	73
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	41	31
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(793)	(255)
Valor nominal de derivados com uma contraparte do Grupo	10 516	11 806

39 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 1 217 (2014: 1 485) entidades consolidadas, das quais 545 (2014: 756) entidades estruturadas consolidadas. 796 (2014: 869) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100 % das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 421 (2014: 616) das entidades consolidadas (participações minoritárias). A partir de 31 de dezembro de 2014 e de 2015, as participações minoritárias não são nem individualmente nem cumulativamente substanciais para o Grupo.

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

As restrições seguintes têm um impacto sobre a capacidade do Grupo de utilizar ativos:

O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.

Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.

Os ativos detidos por subsidiárias de seguros são principalmente detidos para satisfazer as obrigações aos segurados das empresas.

Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

em milhões de euros	31.12.2015		31.12.2014	
	Total do ativo	Ativos restritos	Total do ativo	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	78 263	2 190	63 518	1 254
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	820 883	79 222	942 924	82 612
Ativos financeiros disponíveis para venda	73 583	11 046	64 297	10 638
Empréstimos	427 749	46 352	405 612	51 450
Outros	239 441	9 294	232 352	9 506
Total	1 629 130	148 105	1 708 703	155 460

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 19,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014: 32,4 mil milhões de euros).

40 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas;
- Um objetivo estreito e bem definido;
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O Grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O Grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades no valor de 251 milhões de euros e 2 mil milhões de euros, respetivamente.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 13,4 mil milhões de euros e 28 mil milhões de euros, respetivamente.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada das	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
rendimento integral – 246	Notas à
Balanço consolidado – 247	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada das	Notas ao balanço consolidado – 289
alterações no capital próprio – 248	Notas adicionais – 353
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa –	Confirmações – 415
250	

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo não detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o Grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o Grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2015, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 255 mil milhões de euros, 606 mil milhões de euros e 31 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2014, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 301 mil milhões de euros, 615 mil milhões de euros e 32 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- **Fundos** – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nominal de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
- **Titularizações** – valor nominal de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
- **Entidades de financiamento de terceiros** – Total do ativo nas entidades
- **Reagrupamento e entidades de investimento** – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia que o Grupo recebeu/garantiu ou o valor nominal da exposição que o Grupo tem à entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

	31.12.2015				
em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari- zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central ¹	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ¹	18	0	110	422	550
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	20	1 445	1 465
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	66	23 045	23 111
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1 924	3 106	14 203	66 109	85 455
Ativos detidos para negociação	1 256	1 339	13 886	18 709	35 303 ²
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	619	114	94	6 525	7 352
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	48	1 653	223	40 876	42 800
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	421	568	1 722	2 711
Empréstimos	135	34 340	25 026	20 958	80 459
Outros ativos	103	2 150	565	18 365	21 182
Total do ativo	2 179	40 017	40 558	132 065	214 932²
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	319	150	669	9 961	11 099
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	319	150	669	9 961	11 099
Total do passivo	319	150	669	9 961	11 099
Exposições extrapatrimoniais	2	7 724	9 408	13 459	30 710 ²
Total	1 863	47 591	49 297	135 563	234 544
Dimensão da entidade estruturada	10 607	63 187	1 417 316	2 694 148	

¹ A partir de 31 de dezembro de 2015, a caixa e disponibilidades em bancos para o futuro mudou para caixa e saldos de bancos centrais e depósitos remunerados em bancos mudou para saldos interbancários (sem bancos centrais).

² Inclui 113 milhões para os ativos totais e 116 milhões para a exposição extrapatrimonial para as Outras entidades.

	31.12.2014				
em milhões de euros	Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari- zações	Fundos	Total
Ativos					
Depósitos remunerados em bancos	0	13 ¹	0	405	419
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	0	1 599	1 599
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	17 367	17 367
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1 292	6 875	21 282	65 934	95 384
Ativos detidos para negociação	963	4 315	21 108	13 419	39 805
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	329	703	143	8 789	9 963
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	1 858	31	43 726	45 616
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	410	875	1 418	2 703
Empréstimos	77	32 553	16 250	15 671	64 551
Outros ativos	11	87	2 280	21 447	23 824
Total do ativo	1 380	39 938	40 687	123 842	205 846
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	225	626	579	16 968	18 398
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	225	626	579	16 968	18 398
Total do passivo	225	626	579	16 968	18 398
Exposições extrapatrimoniais	3	3 064	1 268	27 699	32 035
Total	1 158	42 376	41 375	134 572	219 483
Dimensão da entidade estruturada	10 938	98 197	3 044 623	3 695 476	

¹ Inclui 13 milhões de euros de caixa e disponibilidades em bancos.

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, de 35,3 mil milhões de euros e 39,8 mil milhões de euros, principalmente compostos por 13,8 mil milhões de euros e 21,1 mil milhões de euros em titularizações e 18,7 mil milhões de euros e 13,4 mil milhões de euros em entidades estruturadas por fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os Fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 consistem num investimento de 80,4 mil milhões de euros e 64,6 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 no valor de 21,2 mil milhões de euros e de 23,8 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em valores a receber de corretagem principal (*Prime Brokerage*) e saldos de margem.

Valores a receber pendentes – Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

As entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Como patrocinador, o Grupo está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Grupo também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Grupo atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi de 20,2 milhões de euros e 166 milhões de euros, respetivamente. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2015 de 981 milhões de euros para titularização e 281 milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2014, existiam 469 milhões de euros para titularização e 1,9 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

41 – Contratos de seguro e de investimento

Responsabilidades decorrentes dos contratos de seguro e de investimento

em milhões de euros	31.12.2015			31.12.2014		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Contratos de seguros	4 921	(78)	4 843	4 750	(67)	4 683
Contratos de investimento	8 522	0	8 522	8 523	0	8 523
Total	13 443	(78)	13 365	13 273	(67)	13 206

De um modo geral, os montantes relativos a contratos de resseguros são reportados pelos valores brutos, a menos que tenham um impacto imaterial nas respetivas rubricas do balanço.

Valor escriturado

O quadro seguinte apresenta a análise da alteração das responsabilidades com contratos de seguro e de investimento.

em milhões de euros	2015		2014	
	Contratos de seguros	Contratos de investimento	Contratos de seguros	Contratos de investimento
Saldo, início do exercício	4 750	8 523	4 581	8 067
Novos negócios	120	48	158	52
Sinistros/resgates pagos	(426)	(708)	(427)	(544)
Outras alterações nos negócios existentes	195	191	118	429
Alterações das taxas de câmbio	282	468	320	519
Saldo, fim do exercício	4 921	8 522	4 750	8 523

Outras alterações nos negócios existentes referentes a contratos de investimento de 191 milhões de euros e 429 milhões de euros devem-se principalmente a alterações do justo valor dos ativos subjacentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,9 mil milhões de euros. Destes, 2,8 mil milhões de euros representam rendas vitalícias (*annuities*) tradicionais; 1,7 mil milhões de euros representam contratos de seguro de vida universal e 431 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia. As taxas da renda vitalícia garantidas dão ao titular da apólice a opção, na reforma, de aceitar uma renda vitalícia tradicional à taxa que foi fixada na constituição da apólice. O passivo de 431 milhões de euros por contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas de rendas vitalícias garantidas é constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 283 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 148 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias. Esta última é calculada utilizando o diferencial entre a taxa fixa e a taxa à melhor estimativa, o volume da responsabilidade ligada a fundos de investimento e um pressuposto da taxa de adesão.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,8 mil milhões de euros. Destes, 2,5 mil milhões de euros representam rendas vitalícias tradicionais a pagamento; 1,8 mil milhões de dólares representam contratos de seguro de vida universal e 444 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia (constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 288 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 156 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias).

Pressupostos-chave da atividade de seguros

Os passivos variam com os movimentos das taxas de juro, que são aplicáveis, em especial, ao custo dos benefícios garantidos a pagar no futuro, aos retornos dos investimentos e ao custo dos benefícios de seguros de vida e rendas vitalícias sempre que a mortalidade futura seja incerta.

Os pressupostos são determinados em relação a todos os fatores essenciais que afetam os futuros fluxos de caixa, incluindo futuras taxas de juro, mortalidade e custos. Os pressupostos a que o montante da atividade de longo prazo é mais sensível são as taxas de juro utilizadas para descontar os fluxos de caixa e os pressupostos de mortalidade, em especial os que se aplicam às rendas vitalícias.

Os pressupostos são enunciados a seguir:

Taxas de juro

São utilizadas taxas de juro que refletem a melhor estimativa de futuros retornos do investimento, tendo em conta a natureza e a duração dos ativos que servem para suportar os passivos. Na taxa de juro presumida, são consideradas margens adequadas para o risco de incumprimento.

Mortalidade

As taxas de mortalidade baseiam-se em tabelas publicadas, convenientemente ajustadas de modo a ter em conta variações da mortalidade da população subjacente desde a publicação da tabela, a experiência da seguradora e alterações previstas da mortalidade futura. Se apropriado, é adicionada uma margem às taxas de mortalidade dos seguros de vida para incorporar futuros desvios adversos. As taxas de mortalidade do beneficiário da renda vitalícia são ajustadas de modo a ter em conta futuras melhorias da longevidade do pensionista. As melhorias na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia baseiam-se em 100% das tabelas de melhoria da mortalidade de 2014 da *Continuous Mortality Investigation*, com uma taxa final de melhoria de 1% por ano.

Custos

Em contratos *non-linked*, são tomados expressamente em consideração os custos futuros esperados por apólice.

Outros pressupostos

Presume-se que a taxa de adesão às opções de taxa garantida da renda vitalícia no segmento de pensões seja de 67 % no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Pressupostos-chave com impacto no valor da empresa adquirida (VOBA)

Na aquisição de atividades de seguros, a diferença entre o preço de compra e a quota-parte do adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é contabilizada como ativo intangível. Este ativo intangível representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo reportado à data da aquisição. Este é designado por valor de negócio adquirido (*value of business acquired* – “VOBA”).

O VOBA é amortizado a uma taxa determinada tendo em conta o perfil da atividade adquirida e a degradação esperada do seu valor. O VOBA adquirido é revisto regularmente através de um teste de imparidade ao valor e quaisquer reduções são imputadas como custo na demonstração consolidada dos resultados.

O valor inicial da empresa adquirida (VOBA – value of business acquired) decorrente da compra da Abbey Life Assurance Company Limited foi determinado através da capitalização do valor atual dos futuros fluxos de caixa do negócio sobre o passivo reportado à data da aquisição. Caso tenham sido necessários pressupostos de mortalidade futura, morbidade, persistência e custos, os mesmos foram determinados na base da melhor estimativa tendo em conta a experiência da própria empresa. Os pressupostos económicos gerais foram definidos tendo em consideração os indicadores económicos à data de aquisição.

A taxa de amortização do VOBA é determinada tendo em conta o perfil da empresa adquirida e a diminuição esperada do seu valor futuro. No final de cada período contabilístico, o VOBA remanescente é testado por referência ao lucro líquido futuro esperado da empresa que estava em vigor à data de aquisição.

Se o lucro líquido for insuficiente, o VOBA será reduzido até ao seu valor suportável.

Alterações fundamentais nos pressupostos

Com a aquisição da Abbey Life Assurance Company Limited em outubro de 2007, os passivos por contratos de seguro foram recalculados de uma base regulamentar para uma base de melhor estimativa em linha com as disposições da NIIF (IFRS) 4. Os pressupostos não económicos determinados naquela data não se alteraram, mas os pressupostos económicos foram revistos de acordo com as alterações dos indicadores-chave económicos. Em contratos de rendas vitalícias, o passivo foi valorizado utilizando a base fixa (*locked-in*) que foi determinada à data de aquisição.

Análise de sensibilidade (somente em contratos de seguro)

A tabela seguinte apresenta a sensibilidade do Grupo para lucro antes de impostos e capital a alterações em alguns dos pressupostos-chave utilizados no cálculo de responsabilidades contratuais. Para cada teste de sensibilidade, é apresentado o impacto de uma alteração razoavelmente possível num único fator mantendo-se os restantes pressupostos inalterados.

em milhões de euros	Impacto no lucro antes de impostos		Impacto no capital	
	2015	2014	2015	2014
Variável:				
Mortalidade (agravamento de 10%) ¹	(10)	(10)	(8)	(8)
Custos de renovação (aumento de 10%)	(1)	(1)	(1)	(1)
Taxa de juro (aumento de 1%)	7	8	(194)	(185)

¹ O impacto da mortalidade assume um decréscimo de dez por cento na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia e um aumento de dez por cento da mortalidade noutras áreas.

Em determinados contratos de seguro, a base de avaliação subjacente contém uma provisão para desvios adversos ("PDA" – Provision for Adverse Deviations). Nestes contratos, um agravamento da experiência futura esperada não altera o nível de reservas detidas até todas as PDA terem sido esgotadas, enquanto uma melhoria da experiência não resulta num aumento destas reservas. Por conseguinte, na análise de sensibilidade, se a alteração da variável representar um agravamento da experiência, o impacto apresentado representa o excesso do passivo à melhor estimativa sobre as PDA detidas à data do balanço. Consequentemente, os números divulgados neste quadro não devem ser utilizados para deduzir o impacto de um nível diferente de alteração e não se deve presumir que o impacto seria o mesmo se a alteração ocorresse num momento diferente.

42 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2015

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2015
Caixa e saldos do banco central	96 940	0	96 940
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	12 620	223	12 842
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21 240	1 216	22 456
Títulos obtidos por empréstimo	33 556	1	33 557
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	783 383	37 499	820 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 359	66 225	73 583
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1 013	1 013
Empréstimos	130 483	297 266	427 749
Ativos fixos tangíveis	0	2 846	2 846
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	10 078	10 078
Outros ativos	111 653	6 484	118 137
Ativos por impostos correntes	997	288	1 285
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 198 231	423 139	1 621 368
Ativos por impostos diferidos			7 762
Total do ativo			1 629 130

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2015

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2015
Depósitos	541 557	25 417	566 974
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	9 803	0	9 803
Títulos cedidos por empréstimo	2 857	414	3 270
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	584 474	15 280	599 754
Outros empréstimos a curto prazo	28 010	0	28 010
Outros passivos	168 205	6 800	175 005
Provisões	9 207	0	9 207
Passivos por impostos correntes	1 086	613	1 699
Dívida a longo prazo	26 129	133 887	160 016
Títulos fiduciários preferenciais	995	6 025	7 020
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 372 324	188 436	1 560 760
Passivos por impostos diferidos			746
Total do passivo			1 561 506

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2014

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total 31.12.2014
	até 1 ano	após 1 ano	
Caixa e saldos do banco central ¹	74 379	103	74 482
Saldos interbancários (s/ bancos centrais) ¹	8 822	268	9 090
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	17 494	303	17 796
Títulos obtidos por empréstimo	25 800	34	25 834
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	906 129	36 796	942 924
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 740	56 557	64 297
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	4 143	4 143
Empréstimos	135 376	270 236	405 612
Ativos fixos tangíveis	0	2 909	2 909
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	14 951	14 951
Outros ativos	130 891	7 089	137 980
Ativos por impostos correntes	1 589	230	1 819
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1 308 224	393 614	1 701 838
Ativos por impostos diferidos			6 865
Total do ativo			1 708 703

¹ Em 2015, os comparativos foram reajustados. Consultar Nota 1 "Principais políticas contábilísticas e estimativas críticas - Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação" para obter informação detalhada.

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2014

em milhões de euros	Montantes recuperados ou liquidados		Total 31.12.2014
	até 1 ano	após 1 ano	
Depósitos	508 481	24 451	532 931
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	10 887	0	10 887
Títulos cedidos por empréstimo	1 976	363	2 339
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	680 496	17 203	697 699
Outros empréstimos a curto prazo	42 931	0	42 931
Outros passivos	177 798	6 024	183 823
Provisões	6 677	0	6 677
Passivos por impostos correntes	780	828	1 608
Dívida a longo prazo	25 739	119 098	144 837
Títulos fiduciários preferenciais	4 906	5 667	10 573
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1 460 672	173 634	1 634 306
Passivos por impostos diferidos			1 175
Total do passivo			1 635 481

43 – Eventos após o Período de Reporte

Em 23 de fevereiro de 2016, o Grupo anunciou a conclusão com êxito do concurso para a recompra de até 3 mil milhões de euros de cinco emissões denominadas em euros de títulos de dívida não garantidos sénior. O volume total resultante aceite atingiu os 1,27 mil milhões de euros. Adicionalmente, em 29 de fevereiro de 2016, o Grupo anunciou os resultados iniciais do concurso para a recompra de até 2 mil milhões de dólares dos Estados Unidos de oito emissões denominadas em dólares dos Estados Unidos de títulos de dívida não garantidos sénior. O volume total resultante aceite atingiu os 740 milhões de dólares dos Estados Unidos. O Grupo espera registrar um rendimento positivo no primeiro trimestre de 2016 relacionado com estas transações de aproximadamente 55 milhões de euros.

44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a HGB e rendibilidade dos ativos de acordo com o artigo 26a da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2015	2014
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	11 163	10 466
Encargos de segurança social	2 130	2 046
dos quais: relacionados com pensões	724	659
Total	13 292	12 512

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2015 era de 99 423 (2014: 97.689) dos quais 44.071 (2014: 43 281) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 53 623 (2014: 51 932) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

A remuneração total do Conselho de Administração (de acordo com a norma de contabilidade alemã n.º 17) foi de 23.913.876 euros e de 31.709.671 euros para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente, dos quais 0 euros e 10.322.666 euros por componentes variáveis.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 17.429.709 euros e 20.591.504 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As disposições de remuneração foram alteradas pela última vez por resolução de Assembleia-Geral Anual a 22 de maio de 2014 e entraram em vigor a 17 de julho de 2014. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações teóricas) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25 % da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam para o exercício de 2015 uma remuneração total de 4.850.000 euros (2014: 4.588.710 euros), dos quais 3.710.417 euros foram pagos em fevereiro de 2016 (fevereiro de 2015: 3.466.532), de acordo com as provisões dos estatutos.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 210.146.088 euros e 222.790.668 euros em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 8 914 864 de euros e a 2 378 392 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 712 861 de euros e a 1 028 188 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 125.156 euros em 2015.

Rendibilidade dos ativos

O artigo 26a da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de -0,38 % e 0,10 % para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anônimas alemã (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2015	2014
Honorários por serviços de auditoria	53	54
dos quais à KPMG AG	25	25
Honorários relacionados com auditoria	17	14
dos quais à KPMG AG	11	11
Honorários por serviços de consultoria fiscal	5	8
dos quais à KPMG AG	2	6
Todas as outras comissões	1	2
dos quais à KPMG AG	0	2
Total de taxas	76	78

45 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26a da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por país. A informação divulgada é derivada das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. Não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras neste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que inclui o requisito de apresentação da informação do país antes da eliminação das transações transfronteiriças intra grupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intra grupo dentro do mesmo país. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para relatórios de gestão internos nos países e consistem essencialmente em dividendos pagos.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera o país de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Consulte a Nota 46 "Participações acionistas", para mais informações sobre o nome, natureza da atividade e localização geográfica das subsidiárias e agências. Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

	31.12.2015			
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	Resultado (perda) antes do imposto sobre o rendi- mento	Imposto sobre o rendimento (despesas)/ benefícios
Argentina	72	86	48	(17)
Austrália	435	527	112	(41)
Áustria	29	109	(5)	1
Bélgica	194	641	10	(2)
Brasil	106	318	(49)	39
Canadá	274	28	221	(33)
Ilhas Caimão	35	30	18	0
Chile	20	39	12	(1)
China	277	536	142	(39)
Colômbia	0	0	0	0
República Checa	8	42	2	0
Finlândia	0	4	0	0
França	80	223	10	(7)
Alemanha	10 510	45 757	(4 247)	408
Grã-Bretanha	6 307	8 346	(1 437)	(169)
Grécia	0	9	0	0
Guernsey	6	32	2	0
Hong Kong	1 129	1 307	204	(61)
Hungria	17	59	5	(1)
Índia	603	11 368	450	(201)
Indonésia	131	312	73	(23)
Irlanda	36	538	9	(1)
Israel	9	11	5	(1)
Itália	1 048	3 897	42	(46)
Japão	626	687	246	(83)
Jersey	28	91	5	0
Letônia	2	0	0	0
Luxemburgo	1 567	607	1 167	(192)
Malásia	67	218	38	(10)
Malta	89	4	88	(18)
Maurícia	51	213	57	(13)
México	95	131	59	(17)
Países Baixos	466	781	146	(1)
Nova Zelândia	27	28	4	(2)
Noruega	0	2	0	0
Paquistão	20	75	14	(5)
Peru	25	21	22	(6)
Filipinas	38	2 117	16	(1)
Polónia	273	2 224	14	(12)
Portugal	79	427	16	(6)
Catar	0	3	(1)	0
Roménia	5	438	8	(1)
Federação da Rússia	159	1 374	(6)	(18)
Arábia Saudita	47	69	25	(5)
Singapura	759	2 065	79	15
África do Sul	45	107	16	(1)
Coreia do Sul	152	300	47	(8)
Espanha	542	2 558	0	(3)
Sri Lanca	21	69	11	(7)
Suécia	3	39	(1)	0
Suíça	448	715	117	(37)
Taiwan	101	195	57	(4)
Tailândia	36	134	3	(1)
Turquia	65	143	27	(7)
Emirados Árabes Unidos	37	173	(13)	(1)
Ucrânia	10	25	7	(1)
EUA	7 453	10 784	(2 899)	(202)
Vietname	15	69	6	(1)

46 – Participações acionistas

389	Subsidiárias
400	Entidades estruturadas consolidadas
407	Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
409	Outras empresas em que a participação é igual ou superior a 20%
414	Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

- 1 Controlada.
- 2 Fundo especial.
- 3 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 4 Compõe-se de 142 trusts individuais (variando apenas em número de série/duração) que adquirem um título de dívida municipal e emitem *short puttable exempt adjusted receipts* (SPEAR) e *long inverse floating exempt receipts* (LIFER), os quais, por sua vez, são vendidos a investidores.
- 5 Controlada por um sócio-gerente.
- 6 Não controlada.
- 7 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
- 8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 10 Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada como títulos disponíveis para venda.
- 11 Não existe influência significativa.

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanço consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	
2	Abbey Life Assurance Company Limited	Londres		Seguradora direta	100,0
3	Abbey Life Trust Securities Limited	Londres		Outra empresa	100,0
4	IAbbey Life Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
5	ABFS I Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
6	ABS Leasing Services Company	Chicago		Prestadora de serviços de apoio	100,0
7	ABS MB Ltd.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
8	Acacia (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
9	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
10	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
11	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
12	Alex. Brown Management Services, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
13	Alfred Herrhausen Gesellschaft - Das internationale Forum der Deutschen Bank - mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
14	Americas Trust Servicios de Consultoria, S.A.	Madrid		Outra empresa	100,0
15	Apexel LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
16	Argent Incorporated	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
17	Autumn Leasing Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
18	AWM Luxembourg SICAV-SIF	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
19	B.T.I. Investments	Londres		Sociedade financeira	100,0
20	IBaincor Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
21	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
22	Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
23	Bankers Trust International Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
24	IBankers Trust Investments Limited	Londres		Outra empresa	100,0
25	Bankers Trust Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
26	Barkly Investments Ltd.	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
27	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati		Sociedade financeira	100,0
28	Beachwood Properties Corp.	Wilmington	1	Outra empresa	0,0
29	Bebek Varlik Yönetim A.S.	Istambul		Sociedade financeira	100,0
30	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
31	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
32	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
33	BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
34	BHW Holding AG	Hameln		Sociedade holding financeira	100,0
35	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
36	BHW Kreditservice GmbH	Hameln		Prestadora de serviços de apoio	100,0
37	Billboard Partners L.P.	George Town		Sociedade financeira	99,9
38	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
39	Birch (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
40	Blue Cork, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
41	BNA Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
42	Bonsai Investment AG	Frauenfeld		Prestadora de serviços de apoio	100,0
43	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
44	BRIMCO, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Outra empresa	100,0
45	BT Commercial Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
46	BT CTAG Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
47	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
48	BT International (Nigeria) Limited	Lagos		Prestadora de serviços de apoio	100,0
49	BT Maulbronn GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
50	BT Milford (Cayman) Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
51	BT Muritz GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
52	BT Opera Trading S.A.	Paris		Sociedade financeira	100,0
53	BT Sable, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
54	BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
55	BTAS Cayman GP	George Town		Sociedade financeira	100,0
56	BTD Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
57	Buxtal Pty. Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
58	C. J. Lawrence Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
59	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
60	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
61	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
62	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
63	3160343 Canada Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
64	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	1	Sociedade financeira	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
65	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
66	CapeSuccess Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
67	CapeSuccess LLC	Wilmington		Sociedade financeira	82,6
68	Cardales Management Limited	Porto de S.Pedro		Firma de transação de títulos	100,0
69	Cardales UK Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
70	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
71	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
72	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		Outra empresa	100,0
73	Career Blazers LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
74	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
75	Career Blazers New York, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
76	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		Outra empresa	100,0
77	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		Outra empresa	100,0
78	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		Sociedade financeira	100,0
79	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
80	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Sociedade financeira	0,0
81	Castlewood Expansion Partners, L.P.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	87,5
82	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
83	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	100,0
84	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Port Louis		Sociedade financeira	67,6
85	CBI NY Training, Inc.	Albany		Outra empresa	100,0
86	Cedar (Luxemburgo) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
87	Centennial River 1 Inc.	Denver		Outra empresa	100,0
88	Centennial River 2 Inc.	Austin		Outra empresa	100,0
89	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
90	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		Outra empresa	100,0
91	Centennial River Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
92	Channel Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Outra empresa	100,0
93	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
94	Civic Investments Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
95	Consumo Finance S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
96	CREDA Objektanlage- und verwaltungsgesellschaft mbH	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
97	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
98	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
99	D B Rail Holdings (UK) No. 1 Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
100	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
101	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
102	DAHOC (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
103	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
104	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
105	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
106	DB (Pacific) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
107	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
108	DB Abalone LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
109	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
110	DB Alps Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
111	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
112	DB Alternatives and Fund Solutions Shanghai Investment Company Ltd	Xangai		Outra empresa	100,0
113	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
114	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
115	DB Bluebell Investments (Cayman) Partnership	George Town		Sociedade financeira	100,0
116	DB Boracay LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
117	DB CAPAM GmbH	Colônia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
118	DB Capital Management, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
119	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
120	DB Capital Partners (Asia), L.P.	George Town		Sociedade financeira	80,0
121	DB Capital Partners (Europe) 2000 - A Founder Partner LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
122	DB Capital Partners (Europe) 2000 - B Founder Partner LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
123	DB Capital Partners Asia G.P. Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
124	DB Capital Partners Europe 2002 Founder Partner LP	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
125	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
126	DB Capital Partners Latin America, G.P. Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
127	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
128	DB Capital Partners, Latin America, L.P.	George Town		Sociedade financeira	80,2
129	DB Capital, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
130	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		Prestadora de serviços de apoio	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanço consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
131	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
132	DB Commodities Canada Ltd.	Toronto		Prestadora de serviços de apoio	100,0
133	DB Commodity Services LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
134	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
135	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Sociedade financeira	100,0
136	DB Crest Limited	St. Helier		Instituição de crédito	100,0
137	DB Delaware Holdings (Europe) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
138	DB Delaware Holdings (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
139	DB Depositor Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
140	DB Energy Commodities Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
141	DB Energy Trading LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
142	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		Sociedade financeira	100,0
143	DB Enfield Infrastructure Investments Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
144	DB Enterprise GmbH & Co. Zweite Beteiligungs KG	Lützen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
145	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
146	DB Equity Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
147	DB Equity S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
148	DB Fillmore Lender Corp.	Wilmington		Outra empresa	100,0
149	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
150	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt		Sociedade holding financeira	100,0
151	DB Fund Services LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
152	DB Funding LLC #4	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
153	DB Funding LLC #5	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
154	DB Funding LLC #6	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
155	DB Global Technology SRL	Bucareste		Prestadora de serviços de apoio	100,0
156	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
157	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
158	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
159	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
160	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
161	DB iCON Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
162	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		Sociedade financeira	100,0
163	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
164	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
165	DB Infrastructure Holdings (UK) No.3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
166	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
167	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
168	DB International Investments Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
169	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
170	DB Investment Management, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
171	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
172	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
173	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
174	DB Investments (GB) Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
175	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
176	DB Jasmine (Cayman) Limited (na liquidação voluntária)	George Town		Sociedade financeira	100,0
177	DB Kredit Service GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
178	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
179	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
180	DB Managers, LLC	West Trenton		Firma de transação de títulos	100,0
181	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		Prestadora de serviços de apoio	100,0
182	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
183	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
184	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
185	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Prestadora de serviços de apoio	100,0
186	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
187	DB Omega BTV S.C.S.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
188	DB Omega Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
189	DB Omega Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
190	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
191	DB Operaciones y Servicios Interactivos Agrupación de Interés Económico	Barcelona		Prestadora de serviços de apoio	99,9
192	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
193	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
194	DB Partnership Management Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
195	DB Portfolio Southwest, Inc.	Houston		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
196	DB Print GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
197	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
198	DB Private Equity GmbH	Colônia		Empresa de gestão de fundos	100,0
199	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
200	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colônia		Sociedade financeira	100,0
201	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
202	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
203	DB Rail Trading (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
204	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
205	DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town		Sociedade financeira	100,0
206	DB Road (UK) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
207	DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
208	DB Securities S.A.	Varsóvia		Firma de transação de títulos	100,0
209	DB Service Centre Limited	Dublin		Instituição de pagamento	100,0
210	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
211	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
212	DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		Prestadora de serviços de apoio	100,0
213	DB Servicios México, Sociedad Anónima de Capital Variable	Cidade do México		Prestadora de serviços de apoio	100,0
214	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
215	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Prestadora de serviços de apoio	100,0
216	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
217	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
218	DB Trips Investments Limited	George Town	1	Sociedade financeira	0,0
219	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
220	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
221	DB U.K. Nominees Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
222	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
223	DB UK Australia Finance Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
224	DB UK Australia Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
225	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
226	DB UK Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
227	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
228	DB USA Corporation	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
229	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
230	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
231	DB Vanquish (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
232	DB Vantage (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
233	DB Vantage No.2 (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
234	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Companhias de seguros	75,0
235	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	100,0
236	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
237	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
238	DBCCA Investment Partners, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
239	DBCIBZ1	George Town		Sociedade financeira	100,0
240	DBCIBZ2	George Town		Sociedade financeira	100,0
241	DBFIC, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
242	DBG Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
243	DBNY Brazil Invest Co.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
244	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
245	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
246	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
247	DBR Investments Co. Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
248	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
249	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
250	DBRMSGP1	George Town		Sociedade financeira	100,0
251	DBRMSGP2	George Town		Sociedade financeira	100,0
252	DBS Technology Ventures, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
253	DBUK PCAM Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
254	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
255	DBUSBZ2, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
256	DBX Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
257	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
258	dbX-Asian Long/Short Equity 3 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
259	dbX-Commodity 1 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
260	dbX-Convertible Arbitrage 14 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	72,1
261	dbX-Credit 2 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
262	dbX-Credit 3 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	98,3
263	dbX-Credit 4 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	78,4
264	dbX-CTA 16 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
265	dbX-CTA 18 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
266	dbX-CTA 2 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
267	dbX-CTA 9 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
268	dbX-Emerging Markets Macro 1 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	97,6
269	dbX-Global Long/Short Equity 10 (Sabre)	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
270	dbX-Global Long/Short Equity 9 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	96,7
271	dbX-Global Macro 4 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	97,4
272	dbX-Global Macro 9 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	98,0
273	dbX-Risk Arbitrage 1 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
274	dbX-Risk Arbitrage 6 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
275	dbX-Risk Arbitrage 9 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
276	dbX-US Long/Short Equity 13 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	100,0
277	dbX-US Long/Short Equity 15 Fund	St. Helier	2	Sociedade financeira	93,0
278	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
279	DeAM Infrastructure Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
280	DeAWM Distributors, Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
281	DeAWM Service Company	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
282	DeAWM Trust Company	Salem		Firma de transação de títulos	100,0
283	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
284	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
285	DEGRU Erste Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
286	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
287	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
288	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
289	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
290	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição de crédito	100,0
291	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
292	Deutsche Aeolia Power Production Société Anonyme	Paiania		Outra empresa	80,0
293	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
294	Deutsche Alternative Asset Management (France) SAS	Paris		Outra empresa	100,0
295	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
296	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
297	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
298	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Sociedade holding financeira	100,0
299	Deutsche Asset & Wealth Management International GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	100,0
300	Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	100,0
301	Deutsche Asset & Wealth Management Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	100,0
302	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0
303	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
304	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
305	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		Firma de transação de títulos	100,0
306	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
307	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
308	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
309	Deutsche Auskunftei Service GmbH	Hamburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
310	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
311	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
312	Deutsche Bank (Chile)	Santiago		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
313	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
314	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
315	Deutsche Bank (Malta) Ltd	Floriana		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
316	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
317	Deutsche Bank (Perú) S.A.	Lima		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
318	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
319	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
320	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
321	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Sociedade holding financeira	100,0
322	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
323	Deutsche Bank Corretora de Valores S.A.	São Paulo		Firma de transação de títulos	100,0
324	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
325	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Instituição de crédito	100,0
326	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
327	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
328	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		Outra empresa	100,0
329	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
330	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
331	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
332	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro		Outra empresa	100,0
333	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		Sociedade financeira	100,0
334	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
335	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
336	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
337	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição de crédito	100,0
338	Deutsche Bank Nederland N.V.	Amsterdão		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
339	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
340	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
341	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
342	Deutsche Bank Realty Advisors, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
343	Deutsche Bank S.A.	Buenos Aires		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
344	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
345	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
346	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Firma de transação de títulos	100,0
347	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
348	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,8
349	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
350	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
351	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
352	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Sociedade holding financeira	100,0
353	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		Prestadora de serviços de apoio	100,0
354	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
355	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	99,8
356	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
357	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	100,0
358	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
359	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
360	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		Outra empresa	100,0
361	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	100,0
362	Deutsche Clubholding GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	95,0
363	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Xangai		Firma de transação de títulos	100,0
364	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		Instituição de crédito	100,0
365	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
366	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amsterdão		Prestadora de serviços de apoio	99,9
367	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Firma de transação de títulos	100,0
368	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		Instituição prestadora de serviços financeiros	60,0
369	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		Outra empresa	100,0
370	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
371	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
372	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
373	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		Sociedade financeira	100,0
374	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
375	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
376	Deutsche Finance No. 4 (UK) Limited (na liquidação voluntária de membros)	Londres		Instituição de crédito	100,0
377	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
378	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		Firma de transação de títulos	100,0
379	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
380	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Sociedade financeira	100,0
381	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
382	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
383	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
384	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
385	Deutsche Haussmann, S.à r.l.	Luxemburgo		Firma de transação de títulos	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
386	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
387	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
388	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	Flórida		Sociedade holding financeira	100,0
389	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
390	Deutsche Holdings Limited	Londres		Sociedade holding financeira	100,0
391	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
392	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
393	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
394	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
395	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Sociedade holding financeira	100,0
396	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
397	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Sociedade financeira	100,0
398	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
399	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
400	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		Firma de transação de títulos	100,0
401	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão		Outra empresa	100,0
402	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		Outra empresa	100,0
403	Deutsche Inversiones Dos S.A.	Santiago		Sociedade holding financeira	100,0
404	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		Sociedade financeira	100,0
405	DEUTSCHE INVEST Reale Werte geschl. Inv. AG	Colónia		Outra empresa	100,0
406	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
407	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		Sociedade financeira	100,0
408	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
409	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição de crédito	100,0
410	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
411	Deutsche IT License GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
412	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Prestadora de serviços de apoio	100,0
413	Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		Instituição de crédito	100,0
414	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
415	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
416	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade holding financeira	100,0
417	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres		Instituição de crédito	100,0
418	Deutsche Morgan Grenfell Nominees Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
419	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
420	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
421	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição de crédito	100,0
422	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
423	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn		Firma de transação de títulos	100,0
424	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
425	Deutsche Postbank AG	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
426	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuttrange		Prestadora de serviços de apoio	100,0
427	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		Outra empresa	100,0
428	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Banco de transação de títulos	100,0
429	Deutsche Securities (Perú) S.A.	Lima		Outra empresa	100,0
430	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Firma de transação de títulos	100,0
431	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Sociedade financeira	100,0
432	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Firma de transação de títulos	100,0
433	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		Banco de transação de títulos	100,0
434	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Banco de transação de títulos	100,0
435	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Firma de transação de títulos	100,0
436	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Firma de transação de títulos	100,0
437	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		Firma de transação de títulos	100,0
438	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		Firma de transação de títulos	100,0
439	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		Firma de transação de títulos	100,0
440	Deutsche Securities S.A.	Buenos Aires		Firma de transação de títulos	100,0
441	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		Banco de transação de títulos	100,0
442	Deutsche Securities SpA	Santiago		Sociedade financeira	100,0
443	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		Sociedade financeira	100,0
444	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Firma de transação de títulos	100,0
445	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		Firma de transação de títulos	100,0
446	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
447	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
448	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		Outra empresa	100,0
449	Deutsche Trust Company Limited Japan	Tóquio		Outra empresa	100,0
450	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
451	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
452	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
453	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
454	DFC Residual Corp.	Carson City		Sociedade financeira	100,0
455	DG China Clean Tech Partners	Tianjin	1	Sociedade financeira	49,9
456	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
457	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
458	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
459	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		Outra empresa	100,0
460	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
461	DIV Holding GmbH	Luetzen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
462	DMG Technology Management, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
463	DNU Nominees Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
464	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
465	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
466	DTS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
467	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
468	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	99,4
469	DWS Investments (Spain), S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de fundos	100,0
470	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
471	Elba Finance GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
472	Elizabethan Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
473	Elizabethan Management Limited	George Town		Outra empresa	100,0
474	Equipment Management Services LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
475	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	1	Outra empresa	0,0
476	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Sociedade financeira	100,0
477	Evergreen Amsterdam Holdings B.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	100,0
478	Evergreen International Holdings B.V.	Amsterdão		Instituição de crédito	100,0
479	Evergreen International Investments B.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	100,0
480	Evergreen International Leasing B.V.	Amsterdão		Instituição de crédito	100,0
481	Exinor SA (dissolução voluntária)	Bastogne		Outra empresa	100,0
482	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
483	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
484	Farezco I, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
485	Farezco II, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
486	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
487	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		Firma de transação de títulos	100,0
488	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		Instituição de crédito	100,0
489	Firstee Investments LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
490	Fondo de Inversión Privado NPL Fund Two	Santiago	2	Instituição prestadora de serviços financeiros	70,0
491	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
492	Funds Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
493	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
494	G Finance Holding Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
495	GbR Goethestraße	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	94,0
496	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
497	German Access LLP	Londres		Sociedade financeira	100,0
498	German American Capital Corporation	Baltimore		Instituição de crédito	100,0
499	Global Commercial Real Estate Special Opportunities Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	100,0
500	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Sociedade financeira	0,0
501	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		Outra empresa	94,9
502	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
503	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		Outra empresa	64,7
504	Gulara Pty Ltd	Sydney		Sociedade financeira	100,0
505	GUO Mao International Hotels B.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	100,0
506	Hac Investments Ltd.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
507	HAC Investments Portugal – Serviços de Consultadoria e Gestão Lda	Lisboa		Sociedade financeira	100,0
508	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	95,0
509	Herengracht Financial Services B.V.	Amsterdão		Outra empresa	100,0
510	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade holding industrial	100,0
511	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
512	IOS Finance E F C S.A.	Barcelona		Sociedade financeira	100,0
513	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
514	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
515	JR Nominees (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
516	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Sociedade financeira	100,0
517	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
518	Kidson Pte Ltd	Singapura		Sociedade financeira	100,0
519	Kingfisher Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
520	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
521	Kradavim UK Lease Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
522	Kunshan RREEF Equity Investment Fund Management Co. Ltd.	Kunshan		Sociedade financeira	100,0
523	LA Water Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	75,0
524	Lammermuir Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanço consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
525	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Sociedade financeira	100,0
526	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
527	Legacy Reinsurance, LLC	Burlington		Empresa de resseguros	100,0
528	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
529	Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		Companhias de seguros	100,0
530	LWC Nominees Limited	Auckland		Prestadora de serviços de apoio	100,0
531	MAC Investments Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
532	Maher 1210 Corbin LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
533	Maher Chassis Management LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
534	Maher Terminals Holdings (Toronto) Limited	Vancouver		Sociedade financeira	100,0
535	Maher Terminals LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
536	Maher Terminals Logistics Systems LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
537	Maher Terminals USA, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
538	Maritime Indemnity Insurance Co. Ltd.	Hamilton		Companhias de seguros	100,0
539	Maxblue Americas Holdings, S.A.	Madrid		Sociedade financeira	100,0
540	MEF I Manager, S. à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
541	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	62,0
542	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		Companhias de seguros	100,0
543	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	100,0
544	Morgan Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
545	Mortgage Trading (UK) Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Sociedade financeira	100,0
546	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
547	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
548	MXB U.S.A., Inc.	Wilmington		Outra empresa	100,0
549	Navigator – SGFTC, S.A.	Lisboa		Prestadora de serviços de apoio	100,0
550	NCKR, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
551	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		Sociedade financeira	100,0
552	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
553	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
554	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
555	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
556	North American Income Fund PLC	Dublin		Sociedade financeira	67,3
557	Novelties Distribution LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
558	OAM Köln GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
559	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
560	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
561	Opal Funds (Ireland) Public Limited Company	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
562	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
563	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
564	OPB-Holding GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
565	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
566	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
567	OPB-Quarta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
568	OPB-Quinta GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
569	OPB-Septima GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
570	Oppenheim Asset Management Services S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	100,0
571	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
572	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
573	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	83,3
574	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
575	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
576	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
577	OPS Nominees Pty Limited	Sydney		Outra empresa	100,0
578	OVT Trust 1 GmbH	Colónia		Outra empresa	100,0
579	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
580	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
581	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
582	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
583	PB Firmenkunden AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
584	PB International S.A.	Schuttrange		Sociedade financeira	100,0
585	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		Prestadora de serviços de apoio	98,4
586	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
587	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
588	PEIF II SLP Feeder, L.P.	Edimburgo		Sociedade financeira	60,0
589	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		Prestadora de serviços de apoio	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
590	Pembol Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Outra empresa	100,0
591	PHARMA/WHEALTH Management Company S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de fundos	99,9
592	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
593	Polydeuce LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
594	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
595	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
596	Postbank Direkt GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
597	Postbank Filial GmbH	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
598	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Sociedade financeira	100,0
599	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		Outra empresa	100,0
600	Postbank Immobilien GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
601	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona		Sociedade financeira	100,0
602	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	90,0
603	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
604	Postbank Service GmbH	Essen		Prestadora de serviços de apoio	100,0
605	Postbank Systems AG	Bona		Prestadora de serviços de apoio	100,0
606	Primelux Insurance S.A.	Luxemburgo		Companhias de seguros	100,0
607	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
608	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
609	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
610	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
611	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		Sociedade financeira	51,0
612	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Rodermark		Outra empresa	80,2
613	PT Deutsche Securities Indonesia	Jacarta		Banco de transação de títulos	99,0
614	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jacarta	1	Firma de transação de títulos	40,0
615	Sociedade anônima pública "Deutsche Bank DBU"	Kiev		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
616	Pyramid Ventures, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
617	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		Outra empresa	100,0
618	Real Estate Secondary Opportunities Fund, LP	Londres		Sociedade financeira	100,0
619	Regula Limited	Road Town		Outra empresa	100,0
620	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
621	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
622	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
623	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
624	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
625	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
626	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
627	RREEF Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	99,9
628	RREEF Management GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
629	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Outra empresa	100,0
630	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	100,0
631	RTS Nominees Pty Limited	Sydney		Prestadora de serviços de apoio	100,0
632	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln		Sociedade financeira	100,0
633	Sagamore Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
634	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
635	Sajima Godo Kaisha	Tóquio	1	Sociedade financeira	0,0
636	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
637	Sal. Oppenheim Global Invest GmbH	Colónia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
638	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
639	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
640	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia		Sociedade financeira	100,0
641	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	100,0
642	SALOMON OPPENHEIM GmbH i.L.	Colónia		Sociedade financeira	100,0
643	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
644	Service Company Five Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	100,0
645	Service Company Four Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
646	Sharps SP I LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
647	Sherwood Properties Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
648	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	100,0
649	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
650	Telefon-Servicegesellschaft der Deutschen Bank mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
651	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	100,0
652	Tempurrite Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
653	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		Sociedade financeira	100,0
654	TOKOS GmbH	Luetzen-Gostau		Sociedade financeira	100,0
655	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
656	Trevona Limited	Road Town		Outra empresa	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
657	Triplereason Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
658	Urbistar Settlement Services, LLC	Harrisburg		Prestadora de serviços de apoio	100,0
659	VCG Venture Capital Fonds III Verwaltungs GmbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
660	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH	Munique		Sociedade financeira	100,0
661	VCM MIP III GmbH & Co. KG	Colónia		Sociedade financeira	61,0
662	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
663	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
664	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Sociedade financeira	100,0
665	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	100,0
666	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		Prestadora de serviços de apoio	100,0
667	VI Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Outra empresa	0,0
668	VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		Instituição de pagamento	100,0
669	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		Sociedade financeira	100,0
670	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
671	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
672	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
673	Aberdeen Capital Trust	Londres		Outra empresa	100,0
674	AFS Platform ICAV	Dublin		Outra empresa	0,0
675	Amber Investment S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
676	Aqueduct Capital S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
677	Argentina Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
678	Aspen Funding LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
679	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amsterdão	3	Sociedade financeira	
680	Asset Repackaging Trust Six B.V.	Amsterdão	3	Sociedade financeira	
681	Atena SPV S.r.l	Conegliano		Sociedade financeira	60,0
682	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
683	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
684	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
685	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
686	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Sociedade financeira	0,0
687	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	3	Outra empresa	
688	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	3	Empresa de resseguros	
689	Axiom Shelter Island LLC	San Diego		Prestadora de serviços de apoio	100,0
690	Azurix AGOSBA S.R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
691	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
692	Azurix Buenos Aires S.A. (en liquidación)	Buenos Aires		Prestadora de serviços de apoio	100,0
693	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
694	Azurix Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
695	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
696	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga		Sociedade financeira	
697	Block 1949, LLC	Wilmington	1	Prestadora de serviços de apoio	0,0
698	Bridge No.1 Pty Limited	Sydney		Outra empresa	
699	Bürohaus Hauptstraße Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
700	Büropark Heimstetten Vermögensverwaltungs Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
701	Castlebay Asia Flexible Fund SICAV-FIS - Taiwan Bond Fund	Luxemburgo		Outra empresa	
702	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		Outra empresa	
703	Cathay Capital Company Limited	Port Louis		Sociedade financeira	9,5
704	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Sociedade financeira	
705	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		Sociedade financeira	
706	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	
707	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
708	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
709	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
710	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
711	China Recovery Fund LLC	Wilmington		Sociedade financeira	85,0
712	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
713	CLASS Limited	St. Helier	3	Outra empresa	
714	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Sociedade financeira	
715	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	3	Outra empresa	1,9
716	COUNTS Trust Series 2007 - 3	Newark	3	Prestadora de serviços de apoio	
717	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
718	Danube Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
719	Dariconic Limited	Dublin		Sociedade financeira	
720	Dawn-BV II LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
721	Dawn-BV LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
722	Dawn-BV-Helios LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
723	Dawn-G II LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
724	Dawn-G LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
725	Dawn-G-Helios LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
726	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Prestadora de serviços de apoio	100,0
727	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
728	DB Alternative Strategies Limited	George Town		Firma de transação de títulos	100,0
729	DB Apex (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	100,0
730	DB Apex Finance Limited	Floriania		Sociedade financeira	100,0
731	DB Apex Management Capital S.C.S.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
732	DB Apex Management Income S.C.S.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
733	DB Apex Management Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
734	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
735	DB Aster II, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
736	DB Aster III, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanço consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
737	DB Aster, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
738	DB Aster, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
739	DB Avila Ltd.	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
740	DB Capital Investments Sàrl	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
741	DB Chambers Limited	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
742	DB Clyde, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
743	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	90,0
744	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
745	DB Dawn, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
746	DB Elara LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
747	DB ESC Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
748	db ETC plc	St. Helier	3	Prestadora de serviços de apoio	
749	DB Finance International GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
750	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town		Instituição de crédito	100,0
751	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town		Sociedade financeira	100,0
752	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town		Sociedade financeira	100,0
753	DB Global Masters Trust	George Town	3	Firma de transação de títulos	
754	DB Green Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
755	DB Green, Inc.	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
756	DB Hawks Nest, Inc.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
757	DB Hypernova LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
758	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
759	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	74,0
760	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	0,2
761	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
762	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
763	DB Infrastructure Holdings (UK) No.1 Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
764	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
765	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
766	DB Io LP	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
767	DB Jasmine Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Prestadora de serviços de apoio	100,0
768	DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		Outra empresa	100,0
769	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
770	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	29,5
771	DB Munico Ltd.	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
772	DB Platinum	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,0
773	DB Platinum II	Luxemburgo	3	Outra empresa	3,6
774	DB Platinum IV	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,3
775	DB Prevision 12, FP	Barcelona		Sociedade financeira	
776	DB PWM - Active Asset Allocation Growth II	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	100,0
777	DB PWM II - LiquidAlts UCITS (Euro)	Luxemburgo		Outra empresa	69,5
778	DB RC Holdings, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
779	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		Sociedade financeira	100,0
780	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
781	DB STG Lux 10 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
782	DB STG Lux 11 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
783	DB STG Lux 12 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
784	DB STG Lux 6 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
785	DB STG Lux 7 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
786	DB STG Lux 8 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
787	DB STG Lux 9 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
788	DB Sylvester Funding Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
789	db x-trackers	Luxemburgo	3	Outra empresa	1,0
790	db x-trackers II	Luxemburgo	3	Outra empresa	2,8
791	dbInvestor Solutions Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
792	DBRMS4	George Town		Sociedade financeira	100,0
793	DBX ETF Trust	Wilmington	3	Outra empresa	
794	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	
795	DeAM Capital Protect 2014	Frankfurt		Outra empresa	
796	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt		Outra empresa	
797	DeAM Capital Protect 2024	Frankfurt		Outra empresa	
798	DeAM Capital Protect 2029	Frankfurt		Outra empresa	
799	DeAM Capital Protect 2034	Frankfurt		Outra empresa	
800	DeAM Capital Protect 2039	Frankfurt		Outra empresa	
801	DeAM Capital Protect 2044	Frankfurt		Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
802	DeAM Capital Protect 2049	Frankfurt		Outra empresa	
803	Deco 17 - Pan Europe 7 Limited	Dublin		Sociedade financeira	
804	Deutsche Bank Best Allocation - Protect 80	Luxemburgo		Outra empresa	
805	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
806	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
807	Deutsche Bank Capital Funding LLC VII	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
808	Deutsche Bank Capital Funding Trust VII	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
809	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
810	Deutsche Bank Capital LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
811	Deutsche Bank Capital Trust I	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
812	Deutsche Bank Capital Trust IV	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
813	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
814	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
815	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
816	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
817	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
818	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
819	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
820	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
821	Deutsche Bank LIFERs Trust	Wilmington	3	Prestadora de serviços de apoio	100,0
822	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	3	Outra empresa	
823	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	3	Outra empresa	
824	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trust	Wilmington	3	Prestadora de serviços de apoio	43,5
825	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trust (DB Series 100)	Wilmington	4	Prestadora de serviços de apoio	
826	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		Firma de transação de títulos	100,0
827	Deutsche GUO Mao Investments (Netherlands) B.V.	Amsterdão		Sociedade financeira	100,0
828	Deutsche Income Trust - Deutsche Limited Maturity Quality Income Fund	Boston		Outra empresa	100,0
829	Deutsche Income Trust - Deutsche Ultra-Short Investment Grade Fund	Boston		Outra empresa	100,0
830	Deutsche Institutional Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
831	Deutsche Institutional USD Money plus	Luxemburgo		Outra empresa	
832	Deutsche International Fund, Inc. - Deutsche Emerging Markets Frontier Fund	Baltimore		Outra empresa	100,0
833	Deutsche Investment Trust - Deutsche CROCI U.S. Fund	Boston		Outra empresa	100,0
834	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
835	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
836	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
837	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
838	Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
839	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
840	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
841	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
842	Deutsche Postbank Funding Trust IV	Wilmington	1	Sociedade financeira	0,0
843	Deutsche Securities Trust - Deutsche MLP & Energy Infrastructure Fund	Boston		Outra empresa	100,0
844	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Prestadora de serviços de apoio	100,0
845	Deutsche Strategic Equity Long/Short Fund	Boston		Outra empresa	52,9
846	DJ Williston Swaps LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
847	Drehscheibe Bochum GmbH & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	100,0
848	Dusk II, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
849	Dusk LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
850	DWS (CH) - Pension Garant 2017	Zurique		Outra empresa	
851	DWS China A-Fund	Luxemburgo	3	Outra empresa	100,0
852	DWS Dividende Garant 2016	Luxemburgo		Sociedade financeira	
853	DWS Garant 80 ETF-Portfolio	Luxemburgo		Outra empresa	88,7
854	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo		Sociedade financeira	
855	DWS Garant Top Dividende 2018	Luxemburgo		Outra empresa	
856	DWS Megatrend Performance 2016	Luxemburgo		Sociedade financeira	
857	DWS Performance Rainbow 2015	Luxemburgo		Sociedade financeira	
858	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Sociedade financeira	
859	Earls Eight Limited	George Town	3	Outra empresa	
860	Earls Four Limited	George Town	3	Outra empresa	
861	EARLS Trading Limited	George Town		Sociedade financeira	
862	1221 East Denny Owner, LLC	Wilmington		Outra empresa	
863	ECT Holdings Corp.	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
864	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG	Colónia		Outra empresa	
865	Eirles Three Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
866	Eirles Two Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
867	Elmo Funding GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
868	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn		Prestadora de serviços de apoio	100,0
869	Emerald Asset Repackaging Limited	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	100,0
870	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
871	Emeris	George Town		Firma de transação de títulos	
872	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
873	Equinox Credit Funding Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
874	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
875	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
876	Feale Sp. z o.o.	Wolica		Outra empresa	
877	Finaqua Limited	Londres		Sociedade financeira	
878	Fondo Privado de Titulización PYMES I Limited	Dublin		Sociedade financeira	
879	Fortis Flexi IV - Bond Medium Term RMB	Luxemburgo		Instituição prestadora de serviços financeiros	100,0
880	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
881	Fullgoal China Access RQFII Fund SPC - Fullgoal RQFII Bond Sub-Fund	George Town		Outra empresa	
882	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Global Markets	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
883	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
884	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
885	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
886	GAC-HEL II, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
887	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
888	Gemini Securitization Corp., LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
889	GGGolf, LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
890	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Sociedade financeira	
891	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
892	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro		Sociedade financeira	100,0
893	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
894	Global Opportunities Co-Investment, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
895	Grundstücksverwaltung Martin-Behaim-Strasse Gewerbeimmobilien Limited & Co. KG	Frankfurt		Outra empresa	
896	GSAM ALPS Fund EUR	George Town		Firma de transação de títulos	
897	GSAM ALPS Fund USD	George Town		Firma de transação de títulos	
898	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
899	HAH Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		Sociedade financeira	100,0
900	Hamildak Limited	Dublin		Sociedade financeira	
901	Harbour Finance Limited	Dublin		Instituição de crédito	
902	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund I	Hong Kong		Outra empresa	
903	Harvest Select Funds - Harvest China Fixed Income Fund II	Hong Kong		Outra empresa	
904	Hawser Trust	Santa Ana	3	Prestadora de serviços de apoio	
905	Hotel Majestic LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
906	Iberia Inversiones II Limited	Dublin		Sociedade financeira	
907	Iberia Inversiones Limited	Dublin		Sociedade financeira	
908	India Debt Opportunities Fund	Mumbai		Prestadora de serviços de apoio	
909	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		Sociedade financeira	
910	Inn Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
911	Investor Solutions Limited	St. Helier	3	Outra empresa	
912	Isar Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
913	ITAPEVA II Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		Sociedade financeira	100,0
914	ITAPEVA Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizado	São Paulo		Sociedade financeira	100,0
915	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Prestadora de serviços de apoio	
916	JB Hotel Private Placement Real Estate Trust No. 1	Seul		Outra empresa	100,0
917	Jovian Limited	Douglas		Outra empresa	
918	Kelsey Street LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
919	Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
920	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
921	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
922	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	96,1
923	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	97,0
924	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town		Firma de transação de títulos	
925	Lagoon Finance Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
926	Latin America Recovery Fund LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
927	Lemontree Investments GmbH & Co. KG	Berlim		Sociedade financeira	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
928	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	
929	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		Sociedade financeira	70,0
930	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
931	Leonardo Charitable 1 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	9,9
932	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (GP) Limited	George Town		Sociedade financeira	
933	Leonardo Secondary Opportunities Fund III (Limited Partner) Limited	George Town		Sociedade financeira	
934	Life Mortgage S.r.l.	Roma		Sociedade financeira	
935	Macondo Spain, Sociedad Limitada	Madrid		Outra empresa	100,0
936	Manta Acquisition LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
937	Manta Group LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
938	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
939	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		Sociedade financeira	100,0
940	Master Aggregation Trust	Wilmington		Outra empresa	
941	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier		Firma de transação de títulos	
942	Merlin I	George Town		Firma de transação de títulos	
943	Merlin II	George Town		Firma de transação de títulos	
944	Merlin XI	George Town		Firma de transação de títulos	
945	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Sociedade financeira	
946	Mexico Capital Protected Investments Limited	George Town	3	Outra empresa	
947	MH Germany Property III S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	
948	MH Germany Property V S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	
949	Mickleham Limited	Dublin		Prestadora de serviços de apoio	
950	Micro-E Finance S.r.l.	Roma		Sociedade financeira	
951	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
952	Montage Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
953	Monterey Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
954	Moon Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
955	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
956	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Sociedade financeira	100,0
957	NCW Holding Inc.	Vancouver		Sociedade financeira	100,0
958	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
959	Newport Funding LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
960	Nineco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
961	North Las Vegas Property LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
962	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Sociedade financeira	0,0
963	Oder Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
964	Odin Mortgages Limited	Londres		Sociedade financeira	
965	Oona Solutions, Fonds Commun de Placement	Luxemburgo	3	Outra empresa	
966	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	3	Outra empresa	
967	Operadora de Buenos Aires S.R.L.	Buenos Aires		Sociedade financeira	100,0
968	Opus Niestandaryzowany Sekurtyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Sociedade financeira	
969	Oran Limited	George Town		Sociedade financeira	
970	Orchid Pubs & Restaurants Limited (em Gestão)	Londres		Outra empresa	
971	Ossiam Lux - Ossiam Japan Minimum Variance NR UCITS ETF	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
972	OTTAM Mexican Capital Trust Limited	Dublin	3	Sociedade financeira	
973	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	3	Sociedade financeira	
974	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	3	Sociedade financeira	
975	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
976	PARTS Student Loan Trust 2007-CT1	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
977	PARTS Student Loan Trust 2007-CT2	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
978	PD Germany Funding Company II, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
979	PD Germany Funding Company IV, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
980	PD Germany Funding Company V, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
981	Peruda Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
982	Perus 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	
983	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		Instituição prestadora de serviços financeiros	95,0
984	PIMCO PARS I - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
985	PIMCO PARS V - Poste Vite	George Town		Outra empresa	
986	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
987	Private Markets ICAV	Dublin		Outra empresa	
988	Pyxis Nautica S.A.	Luxemburgo		Prestadora de serviços de apoio	
989	Quantum 13 LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
990	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	1	Sociedade financeira	0,0
991	Reference Capital Investments Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
992	Regal Limited	George Town	3	Outra empresa	
993	REO Properties Corporation	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanço consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
994	REO Properties Corporation II	Wilmington	1	Prestadora de serviços de apoio	0,0
995	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		Sociedade financeira	
996	Rhein - Main Securitisation Limited	St. Helier		Sociedade financeira	
997	Rheingold Securitisation Limited	St. Helier		Sociedade financeira	
998	Rhine Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
999	Riverside Funding LLC	Dover		Sociedade financeira	
1000	RM Ayr Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
1001	RM Chestnut Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
1002	RM Fife Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1003	RM Multi-Asset Limited (em dissolução)	Dublin		Sociedade financeira	
1004	RM Sussex Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1005	RM Triple-A Limited (in liquidation)	Dublin		Sociedade financeira	
1006	RREEF G.O. III Malta Limited	Valeta		Sociedade financeira	
1007	RREEF Global Opportunities Fund III, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1008	RREEF North American Infrastructure Fund A, L.P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9
1009	RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		Sociedade financeira	99,9
1010	SABRE Securitisation Limited	Sydney		Outra empresa	
1011	Saratoga Funding Corp. LLC	Dover		Sociedade financeira	
1012	Sedona Capital Funding Corp. LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1013	Silrendel, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		Sociedade financeira	100,0
1014	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1015	Sixco Leasing Limited	Londres		Sociedade financeira	100,0
1016	SMART SME CLO 2006-1, Ltd.	George Town		Sociedade financeira	
1017	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	100,0
1018	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
1019	Stewart-Denny Holdings, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	
1020	Strategic Global Opportunities Limited - Class A Main USD	Nassau		Sociedade financeira	
1021	STTN, Inc.	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1022	Sunrise Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1023	Swabia 1 Limited	Dublin		Sociedade financeira	
1024	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		Sociedade financeira	100,0
1025	Sylvester (2001) Limited	George Town		Sociedade financeira	100,0
1026	Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa		Sociedade financeira	100,0
1027	Thaumat Holdings Limited (sob dissolução)	Nicósia		Sociedade financeira	
1028	The Canary Star Trust	George Town		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1029	The CAP Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1030	The Debt Redemption Fund Limited	George Town		Firma de transação de títulos	99,8
1031	The GIII Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1032	The India Debt Opportunities Fund Limited	Ebène City		Prestadora de serviços de apoio	
1033	The PEB Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1034	The SLA Accumulation Trust	Wilmington		Outra empresa	
1035	Tintin III SPC	George Town		Firma de transação de títulos	
1036	Titian CDO Public Limited Company	Dublin	3	Sociedade financeira	
1037	Trave Properties S.à r.l., em falência	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1038	TRS Aria LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1039	TRS Birch II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1040	TRS Birch LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1041	TRS Cypress II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1042	TRS Cypress LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1043	TRS Elm II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1044	TRS Elm LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1045	TRS Leda LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1046	TRS Maple II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1047	TRS Maple LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1048	TRS Oak II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1049	TRS Oak LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1050	TRS Poplar II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1051	TRS Poplar LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1052	TRS Scorpio LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1053	TRS Spruce II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1054	TRS Spruce LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1055	TRS SVCO LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1056	TRS Sycamore II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1057	TRS Sycamore LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1058	TRS Tupelo II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1059	TRS Tupelo LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1060	TRS Venor LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1061	TRS Walnut II LTD	George Town		Instituição de crédito	100,0
1062	TRS Walnut LLC	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
1063	UTi Worldwide Inc. - Obligor Trust	Londres		Outra empresa	
1064	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	5	Sociedade financeira	0,0
1065	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
1066	Village Hospitality LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1067	Wendelstein 2015-1 UG (haftungsbeschränkt - responsabilidade limitada)	Frankfurt		Sociedade financeira	
1068	Winchester Street PLC	Londres	3	Sociedade financeira	
1069	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	100,0
1070	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1071	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1072	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Leben II KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	98,0
1073	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1074	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG	Düsseldorf		Prestadora de serviços de apoio	98,1
1075	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Prestadora de serviços de apoio	100,0
1076	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1077	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		Outra empresa	4,5
1078	Afinia Capital Group Limited	Hamilton		Sociedade financeira	40,0
1079	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
1080	Argantis GmbH i.L.	Colónia		Sociedade holding industrial	50,0
1081	Avacomm GmbH i.L.	Holzkirchen		Outra empresa	27,5
1082	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		Sociedade holding industrial	49,8
1083	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
1084	BATS Global Markets, Inc.	Wilmington		Sociedade financeira	4,9
1085	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	49,0
1086	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	6	Sociedade holding industrial	100,0
1087	BHS tabletop Aktiengesellschaft	Selb		Outra empresa	28,9
1088	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
1089	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		Sociedade financeira	50,0
1090	Comfund Consulting Limited	Bangalore		Outra empresa	30,0
1091	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		Banco de transação de títulos	49,9
1092	DB Development Holdings Limited	Lárnaca		Sociedade financeira	49,0
1093	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		Sociedade financeira	34,6
1094	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		Sociedade financeira	25,9
1095	DD Finansman Anonim Sirketi	Sisli		Instituição de crédito	49,0
1096	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
1097	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		Sociedade financeira	50,0
1098	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		Instituição de crédito	50,0
1099	Deutsche Gulf Finance	Riade		Instituição de crédito	29,1
1100	Deutsche Regis Partners Inc	Makati		Firma de transação de títulos	49,0
1101	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Bangueroque		Firma de transação de títulos	49,0
1102	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
1103	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		Outra empresa	25,1
1104	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1105	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Sociedade holding financeira	21,1
1106	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1107	EOL2 Holding B.V.	Amesterdão		Sociedade financeira	45,0
1108	eolec	Issy-les-Moulineaux		Outra empresa	33,3
1109	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		Outra empresa	50,0
1110	Erica Societ� a Responsabilit� Limitata	Milão		Sociedade financeira	40,0
1111	EVROENERGI AKI S.A.	Alexandroupolis		Outra empresa	40,0
1112	Finance in Motion GmbH	Frankfurt		Firma de transação de títulos	19,9
1113	F�nfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	40,7
1114	F�nfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstra�e" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
1115	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Sociedade financeira	15,7
1116	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		Institui�o de crédito	50,0
1117	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschr�nkter Haftung	Berlim		Sociedade holding industrial	36,7
1118	giropay GmbH	Frankfurt		Outra empresa	33,3
1119	Gordian Knot Limited	Londres		Firma de transa�o de títulos	32,4
1120	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Londres		Outra empresa	45,0
1121	Graphite Resources Holdings Limited	Londres	6	Sociedade holding industrial	70,0
1122	Great Future International Limited	Road Town		Sociedade financeira	43,0
1123	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		Outra empresa	44,9
1124	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstra�e GbR	Troisdorf		Outra empresa	36,1
1125	Harvest Fund Management Company Limited	Xangai		Firma de transa�o de títulos	30,0
1126	Hua Xia Bank Company Limited	Pequim		Institui�o de crédito de aceita�o de depósitos	19,9
1127	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Sociedade financeira	40,7
1128	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1129	Immobilienfonds B�ro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		Outra empresa	50,0
1130	ISWAP Limited	Londres		Firma de transa�o de títulos	13,3
1131	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschr�nkter Haftung	Düsseldorf		Sociedade financeira	21,1
1132	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		Outra empresa	21,6
1133	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		Firma de transa�o de títulos	27,0
1134	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Sociedade financeira	30,0
1135	K�lnArena Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Col�nia		Sociedade financeira	20,8
1136	Lion Residential Holdings S.� r.l.	Luxemburgo		Sociedade financeira	17,4

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1137	Main Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1138	MidOcean (Europe) 2003 LP	St. Helier		Sociedade financeira	20,0
1139	MidOcean Partners, LP	Nova Iorque		Sociedade financeira	20,0
1140	Millennium Marine Rail, L.L.C.	Elizabeth		Outra empresa	50,0
1141	Nexus II LLC	Wilmington		Sociedade financeira	11,9
1142	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	6	Outra empresa	96,7
1143	Nummus Beteiligungs GmbH & Co. KG	Frankfurt		Sociedade financeira	27,8
1144	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	22,2
1145	Parkhaus an der Börse GbR	Colônia		Outra empresa	37,7
1146	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1147	PX Group Limited	Stockton on Tees		Sociedade financeira	29,4
1148	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	33,0
1149	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	33,3
1150	Raymond James New York Housing Opportunities Fund II L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	19,5
1151	Raymond James New York Upstate Housing Opportunities Fund I L.L.C.	Nova Iorque		Sociedade holding industrial	24,9
1152	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
1153	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1154	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1155	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		Outra empresa	50,0
1156	Roc Capital Group, LLC	Wilmington		Sociedade financeira	8,5
1157	Roc Capital Management, L.P.	Wilmington		Firma de transação de títulos	8,5
1158	RREEF Property Trust, Inc.	Baltimore		Outra empresa	15,7
1159	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	7	Sociedade financeira	0,0
1160	Schiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG MS "DYCKBURG" i.l.	Hamburgo		Outra empresa	41,3
1161	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	6,4
1162	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
1163	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Prestadora de serviços de apoio	49,9
1164	Station Holdco LLC	Wilmington		Sociedade holding industrial	25,0
1165	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		Outra empresa	45,0
1166	TradeWeb Markets LLC	Wilmington		Firma de transação de títulos	5,5
1167	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Sociedade holding industrial	33,1
1168	Turquoise Global Holdings Limited	Londres		Sociedade financeira	7,1
1169	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund C L.P.	Dover		Sociedade holding industrial	18,9
1170	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Dover		Sociedade holding industrial	24,8
1171	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Wilmington		Sociedade holding industrial	24,0
1172	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	6	Sociedade holding industrial	99,9
1173	Volbroker.com Limited	Londres		Sociedade financeira	22,5
1174	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
1175	WestLB Venture Capital Management GmbH & Co. KG	Colônia		Outra empresa	50,0
1176	Wilson Group Limited	Brisbane		Firma de transação de títulos	18,5
1177	Wilson HTM Holdings Pty Limited	Brisbane		Sociedade financeira	20,0
1178	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		Prestadora de serviços de apoio	25,0
1179	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		Banco de transação de títulos	33,3
1180	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Sociedade financeira	50,0
1181	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Sociedade financeira	25,0
1182	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i.L.	Schoenefeld		Outra empresa	20,4

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250		Notas ao balanço consolidado – 289
		Notas adicionais – 353
		Confirmações – 415

Outras empresas, em que a participação é igual ou superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1183	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1184	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1185	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1186	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1187	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1188	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1189	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1190	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1191	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1192	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1193	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1194	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1195	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1196	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1197	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1198	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1199	Apex Fleet Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1200	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1201	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1202	Auburn Data Systems, LLC	Chicago	10	Outra empresa	20,0
1203	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1204	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1205	BAL Servicing Corporation	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1206	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1207	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1208	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Sociedade financeira	50,0
1209	Belzen Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1210	Benefit Trust GmbH	Luetzen-Gostau	9	Sociedade financeira	100,0
1211	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1212	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	33,2
1213	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	32,0
1214	Blue Ridge Trust	Wilmington	8	Outra empresa	28,4
1215	BrisConnections Holding Trust	Kedron	10	Outra empresa	35,6
1216	BrisConnections Investment Trust	Kedron	10	Outra empresa	35,6
1217	Cabarez S.A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1218	Capital Solutions Exchange Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1219	City Leasing (Donside) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1220	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1221	City Leasing Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1222	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9	Outra empresa	96,7
1223	DB Master Accomodation LLC	Wilmington	9	Sociedade financeira	100,0
1224	DB Petri LLC	Wilmington	9	Instituição de crédito	100,0
1225	dbalternatives Discovery Fund Limited	George Town	9	Outra empresa	100,0
1226	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l.	Luxemburgo	8	Sociedade financeira	49,0
1227	Deutz-Mülheim Grundstücksgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	40,2
1228	DIL Europa-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1229	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1230	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1231	Donlen Exchange Services Inc.	Boston	9	Outra empresa	100,0
1232	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1233	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1234	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1235	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1236	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1237	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	8	Sociedade financeira	50,0
1238	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1239	Enterprise Fleet Management Exchange, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1240	Enterprise Vehicle Exchange, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1241	EQR-Old Town Lofts LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1242	EQR-Pearl LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1243	EQR-Soma II A LP	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1244	EQR-Soma II GP A LLC	Wilmington	9	Sociedade financeira	100,0
1245	FÜNFTTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1246	FÜNFTTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1247	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1248	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1249	Global Salamina, S.L.	Madrid	11	Sociedade holding industrial	26,6
1 250	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH	Gruenwald	9	Sociedade financeira	100,0
1251	HCA Exchange, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1252	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1253	Hudson 1003 4th Place, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1254	Hudson 405 Mateo, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1255	Hudson 4th & Traction, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1256	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	8	Sociedade financeira	20,5
1257	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8	Outra empresa	49,0
1258	Isaac Newton S.A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1259	JG Japan Grundbesitzverwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Eschborn	9	Outra empresa	100,0
1260	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Sociedade financeira	35,0
1261	Lindsell Finance Limited	St. Julian's	9	Prestadora de serviços de apoio	100,0
1262	London Industrial Leasing Limited	Londres	9	Sociedade financeira	100,0
1263	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	6, 10	Sociedade financeira	77,1
1264	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	8	Sociedade financeira	49,7
1265	Magalhães S.A.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1266	Manuseamento de Cargas – Manicargas, S.A.	Matosinhos	11	Outra empresa	38,3
1267	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG	Hamburgo	10	Outra empresa	35,3
1268	Memax Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1269	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	40,0
1270	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG i.L.	Gruenwald	10	Outra empresa	29,6
1271	Midsel Limited	Londres	9	Outra empresa	100,0
1272	Mount Hope Community Center Fund, LLC	Wilmington	10	Sociedade holding industrial	49,9
1273	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington	8	Sociedade financeira	38,7
1274	MT "KING EDWARD" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	10	Outra empresa	20,3
1275	MT "KING ERIC" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG	Hamburgo	10	Outra empresa	20,3
1276	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1277	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1278	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1279	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1280	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1281	Nortfol Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1282	NV Profit Share Limited	George Town	8	Outra empresa	42,9
1283	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG	Colônia	1, 9	Sociedade financeira	27,7
1284	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1285	PADOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1286	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1287	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1288	Pan-European Infrastructure II, L.P.	Londres	6	Sociedade financeira	100,0
1289	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1290	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1291	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1292	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1293	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1294	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1295	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1296	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1297	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1298	PERLIT Mobílien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1299	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1300	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1301	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1302	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1303	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1304	PPCenter, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1305	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1306	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1307	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1308	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1309	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1310	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1311	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Notas à Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250		Notas ao balanço consolidado – 289
		Notas adicionais – 353
		Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1312	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1313	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1314	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1315	QI Exchange, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1316	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1317	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1318	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1319	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1320	Safron NetOne Partners, L.P.	George Town	10	Sociedade financeira	21,7
1321	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1322	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1323	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	58,5
1324	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1325	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1326	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1327	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1328	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1329	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1330	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1331	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	8	Sociedade financeira	33,2
1332	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1333	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	71,1
1334	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1335	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG	Düsseldorf	9	Outra empresa	95,0
1336	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1337	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1338	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1339	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1340	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1341	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1342	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1343	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1344	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	94,7
1345	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1346	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	6	Sociedade financeira	100,0
1347	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1348	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1349	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1350	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1351	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1352	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1353	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1354	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	83,8
1355	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1356	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1357	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1358	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1359	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1360	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i.L.	Halle/Saale	8	Outra empresa	30,5
1361	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1362	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1363	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1364	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1365	SPhinX, Ltd. (in voluntary liquidation)	George Town	8	Outra empresa	43,6
1366	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1367	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1368	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1369	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1370	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Sociedade financeira	100,0
1371	STUPA Heizwerk Frankfurt (Oder) Nord Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Sociedade financeira	100,0
1372	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1373	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Promohy-permarkt Gelsenkirchen KG i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	48,7

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1374	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1375	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1376	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1377	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1378	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1379	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1380	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1381	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1382	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1383	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1384	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1385	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1386	TARES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	100,0
1387	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1388	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1389	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1390	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1391	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1392	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1393	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1394	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	25,0
1395	TIQI Exchange, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1396	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1397	TQI Exchange, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1398	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1399	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	8	Sociedade financeira	50,0
1400	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1401	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1402	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Sociedade financeira	100,0
1403	Triton Fund III G L.P.	St. Helier	6, 8	Sociedade financeira	62,5
1404	TRS HY FNDS LLC	Wilmington	9	Instituição de crédito	100,0
1405	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1406	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1407	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1408	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1409	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1410	VCL Lease S.à r.l.	Luxemburgo	6, 8	Outra empresa	95,0
1411	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique	8	Sociedade financeira	24,9
1412	VEXCO, LLC	Wilmington	9	Outra empresa	100,0
1413	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1414	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1415	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1416	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1417	Willem S.A.	Luxemburgo	6	Outra empresa	95,0
1418	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1419	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt	8	Sociedade financeira	50,0
1420	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1421	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1422	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1423	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1424	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1425	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1426	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1427	ZANTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1428	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1429	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	25,0
1430	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1431	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1432	Zenwix Pty. Limited	Sydney	9	Sociedade financeira	100,0
1433	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1434	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1435	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1436	ZIBE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1437	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0

Demonstração consolidada dos resultados – 245	Notas à
Demonstração consolidada do rendimento integral – 246	Demonstrações financeiras consolidadas – 251
Balanco consolidado – 247	Notas à
Demonstração consolidada das alterações no capital próprio – 248	Demonstração consolidada dos resultados – 283
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa – 250	Notas ao balanço consolidado – 289
	Notas adicionais – 353
	Confirmações – 415

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1438	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1439	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1440	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1441	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1442	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	50,0
1443	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1444	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1445	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1446	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Sociedade financeira	50,0
1447	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1448	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1449	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
1450	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Sociedade financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1451	ABRAAJ Holdings	George Town		Sociedade financeira	8,8
1452	Accunia A/S	Copenhaga		Firma de transação de títulos	9,9
1453	Ayubowan Capital Ltd.	Vancouver		Instituição de crédito	8,5
1454	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		Instituição de crédito	5,6
1455	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		Instituição de crédito	8,5
1456	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição de crédito	8,4
1457	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição de crédito	6,3
1458	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição de crédito	8,2
1459	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição de crédito	5,6
1460	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição de crédito	8,7
1461	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburg		Instituição de crédito	8,7
1462	Cecon ASA	Arendal		Outra empresa	9,6
1463	China Polymetallic Mining Limited	George Town		Outra empresa	5,7
1464	CIFG Holding Inc.	Wilmington		Sociedade holding para companhias de seguros	11,5
1465	ConCardis Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Eschborn		Instituição de pagamento	16,8
1466	Damovo Group Holdings Limited	Camana Bay		Sociedade financeira	16,0
1467	Deutsche Steinzeug Cremer & Breuer Aktiengesellschaft	Alfter		Outra empresa	17,2
1468	HYPOPORT AG	Berlim		Sociedade financeira	9,7
1469	K & N Kenanga Holdings Bhd	Kuala Lumpur		Sociedade holding financeira	8,2
1470	K.K. D&M Holdings	Kawasaki		Outra empresa	14,8
1471	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		Outra empresa	11,0
1472	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i.l.	Frankfurt		Outra empresa	19,5
1473	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	9,0
1474	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição de crédito	6,0
1475	PT Buana Listya Tama Tbk	Jakarta		Outra empresa	14,6
1476	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		Sociedade holding para companhias de seguros	6,2
1477	RREEF America REIT III, Inc.	Baltimore		Sociedade financeira	7,9
1478	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito de aceitação de depósitos	11,8
1479	Servicios de Infraestructura de Mercado OTC S.A.	Santiago		Instituição de crédito	6,7
1480	Società per il Mercato dei Titoli di Stato - Borsa Obbligazionaria Europea S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
1481	The Ottoman Fund Limited	St. Helier		Outra empresa	13,6
1482	TRIUVA Kapitalverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Empresa de gestão de fundos	6,0
1483	United Information Technology Co. Ltd.	George Town		Sociedade holding industrial	12,2
1484	Veris Gold Corp.	Vancouver		Outra empresa	7,4
1485	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Firma de transação de títulos	7,1

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft e das suas subsidiárias, incluindo aquelas a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o balanço consolidado, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui a preparação destas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela União Europeia e com os requisitos complementares da legislação alemã, nos termos do artigo 315a Abs. 1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código comercial alemão] e todas as IFRS (NIIF) para dar uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos, da situação financeira e dos resultados de operações do grupo em conformidade com estes requisitos. A administração da sociedade também é responsável pelos controlos internos que determina serem necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria de acordo com o parágrafo 317 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW). Nesse sentido, somos obrigados a cumprir os requisitos deontológicos e a planear e realizar a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos de auditoria com vista a obter provas sobre os montantes e as divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas. A seleção dos procedimentos de auditoria depende do parecer profissional do auditor. Isto inclui a avaliação do risco de distorções materialmente relevantes das demonstrações financeiras consolidadas devidas a fraudes ou erros. Na avaliação desses riscos, o auditor averigua se o sistema de controlo interno é adequado para a entidade preparar demonstrações financeiras consolidadas que apresentem uma visão verdadeira e justa. O objetivo é planear e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não visa expressar uma opinião sobre a eficácia do sistema de controlo interno do grupo. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas.

Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer de auditoria.

Parecer de auditoria

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1ª frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas não levou a quaisquer reservas.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem em todos os aspetos materiais as IFRS (NIIF) adotadas pela União Europeia, os requisitos suplementares da legislação comercial alemã, nos termos do artigo 315a, n.º 1 do HGB e todas as IFRS. Assim, estas demonstrações dão uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos resultados das operações para o exercício findo nessa data, de acordo com todos aqueles requisitos.

Relatório sobre o relatório de gestão do grupo

Auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015. A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração do relatório de gestão do grupo em conformidade com os requisitos aplicáveis da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315a, n.º 1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão]. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com o artigo 317.º, n.º 2 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria do relatório de gestão do grupo promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW). Nesse sentido, somos obrigados a planear e a realizar a auditoria do relatório de gestão do grupo com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as informações do relatório de gestão do grupo são consistentes com as demonstrações financeiras consolidadas e as conclusões da auditoria e, em termos globais, se fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre o relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e ao relatório de gestão do grupo, o relatório de gestão do grupo é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e, em termos globais, fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Frankfurt am Main, 2 de março de 2016

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer

Beier
Wirtschaftsprüfer

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 29 de fevereiro de 2016



John Cryan



Jürgen Fitschen



Stuart Lewis



Sylvie Matherat



Quintin Price



Garth Ritchie



Karl von Rohr



Marcus Schenck



Christian Sewing



Jeffrey Urwin

3 -

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

- 419 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
- 431 Relato e Transparência
- 432 Operações com partes relacionadas
- 432 Auditoria e controle

- 435 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas conforme constam em 19 de fevereiro de 2016.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa. Os seus membros são solidariamente responsáveis pela administração da empresa. Os deveres, as responsabilidades e os procedimentos do nosso Conselho de Administração são especificados nos seus termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Com efeitos a partir de 1 de julho de 2015, John Cryan foi nomeado membro do Conselho de Administração por um período de cinco anos e tornou-se copresidente do Conselho de Administração juntamente com Jürgen Fitschen. Com efeitos a partir de 1 de novembro de 2015, Sylvie Matherat e Karl von Rohr foram nomeados membros do Conselho de Administração por um período de três anos. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016, Quintin Price, Garth Ritchie e Jeffrey Herbert Urwin foram nomeados membros do Conselho de Administração por um período de três anos.

Anshuman Jain e Rainer Neske retiraram-se do Conselho de Administração no dia 30 de junho de 2015. Stefan Krause e o Dr. Stephan Leithner retiraram-se do Conselho de Administração no dia 31 de outubro de 2015. Henry Ritchotte retirou-se do Conselho de Administração no dia 31 de dezembro de 2015.

Os parágrafos seguintes apresentam informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados, o ano em que o seu mandato expira e os seus atuais cargos e área de responsabilidade de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. Adicionalmente, são especificados os seus outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao Deutsche Bank Group.

John Cryan

Ano de nascimento: 1960
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2020

John Cryan tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2015 e copresidente do nosso Conselho de Administração juntamente com Jürgen Fitschen. De acordo com o plano de afetação de negócios, é responsável, entre outras coisas, pelas áreas de Communications, Corporate Strategy, Non-Core Operations (NCOU) e Group Incident & Investigation Management.

O Sr. Cryan tornou-se membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank em 2013, onde serviu como presidente do Comité de Auditoria e membro do Comité de Risco. Após se ter tornado copresidente do Conselho de Administração, retirou-se do Conselho de Fiscalização. Na reunião do Conselho de Fiscalização de 7 de junho de 2015, ficou decidido que o Sr. Cryan se tornará presidente único do Conselho de Administração quando Jürgen Fitschen se retirar em maio de 2016.

O Sr. Cryan foi presidente para a Europa, diretor para África, diretor da Portfolio Strategy e diretor da Credit Portfolio da Temasek Holdings Pte. Ltd., a sociedade singapurense de investimento, de 2012 a 2014. Anteriormente, foi diretor financeiro de grupo da UBS AG de 2008 a 2011, tendo trabalhado nas funções de financiamento de empresas e de consultoria de clientes na UBS e no SG Warburg em Londres, Munique e Zurique desde 1987.

Começou a sua carreira como estagiário de revisor oficial de contas na Arthur Andersen em Londres. Licenciou-se pela Universidade de Cambridge.

O Sr. Cryan é diretor não executivo do MAN Group Plc.

Jürgen Fitschen

Ano de nascimento: 1948

Nomeado em: 2009

Data de termo do mandato: 2017

Jürgen Fitschen tornou-se um membro do nosso Conselho de Administração em 1 de abril de 2009. Desde o final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012, é copresidente do Conselho de Administração. O Sr. Fitschen decidiu retirar-se do seu cargo de copresidente do Conselho de Administração antes do fim do seu mandato e retirar-se-á enquanto membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank e copresidente do mesmo no final da Assembleia-Geral de 19 de maio de 2016.

O Sr. Fitschen encontra-se no Deutsche Bank desde 1987 e já foi membro do Conselho de Administração de 2001 até ao início de 2002. Primeiramente, em 2005, assumiu a responsabilidade funcional pela Gestão regional global; e, desde 2012 até ao final de 2015, deteve a responsabilidade funcional pela Gestão regional do banco em todo o mundo, à exceção da região europeia do banco, mas incluindo a Alemanha e o Reino Unido. Desde janeiro de 2016, é responsável pela Gestão regional global, à exceção da Alemanha e do Reino Unido.

Entre 1975 e 1987, desempenhou vários cargos no Citibank em Hamburgo e Frankfurt am Main. Em 1983, foi nomeado membro do Comissão Executiva do Citibank na Alemanha.

O Sr. Fitschen estudou Economia e Administração de Empresas na Universidade de Hamburgo e concluiu um mestrado em Administração de empresas em 1975.

O Sr. Fitschen é membro não executivo do Conselho de Administração da Kühne + Nagel International AG e membro do Conselho de Fiscalização da METRO AG.

Stuart Wilson Lewis

Ano de nascimento: 1965

Data da primeira nomeação: 2012

Data de termo do mandato: 2020

Stuart Wilson Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de junho de 2012. Ele é o nosso diretor de risco e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de gestão de Risco de crédito, Risco de mercado, Risco de liquidez, Risco estratégico, bem como por outras entidades de infraestruturas de risco.

Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e subsequentemente diretor de risco do Corporate & Investment Banking de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres. Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis é membro não executivo do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Londres.

Sylvie Matherat

Ano de nascimento: 1962

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2018

Sylvie Matherat tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. É a nossa diretora regulamentar e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de Compliance, Anti-Financial Crime (AFC) e Group Regulatory Affairs (GRA).

A Sr.^a Matherat ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções no Banque de France, onde foi diretora-geral adjunta e responsável pelas questões de regulação e estabilidade financeira, pelo pagamento e liquidação de infraestruturas, serviços de banca e pelo projeto Target 2 Securities. Anteriormente, a Sr.^a Matherat ocupou vários cargos na autoridade de supervisão bancária e no setor privado.

Estudou Direito público e Finanças no Institut d'Études Politiques de Paris, França, e possui um mestrado em Direito e Ciências políticas. Em 2014, recebeu o Légion d'Honneur.

A Sr.^a Matherat não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Quintin Price

Ano de nascimento: 1961

Data da primeira nomeação: 2016

Data de termo do mandato: 2018

Quintin Price tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. É diretor da nossa divisão Deutsche Asset Management.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Price foi diretor global de Alpha Strategies na BlackRock e membro da Comissão Executiva Global. Ingressou na BlackRock em 2005 após desempenhar funções na Gartmore Investment Management.

Possui uma licenciatura em História económica e social da Universidade de Bristol (Reino Unido).

O Sr. Price não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Garth Ritchie

Ano de nascimento: 1968

Data da primeira nomeação: 2016

Data de termo do mandato: 2018

Garth Ritchie tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. É o diretor da nossa divisão Global Markets e é responsável pela Gestão regional para o Reino Unido.

O Sr. Ritchie ingressou no Deutsche Bank em 1996 e tornou-se diretor de ações na divisão Corporate Banking & Securities em 2010. Ocupou cargos na área de negociação e derivados durante mais de duas décadas.

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Ritchie ocupou vários cargos na Fergusson Brothers e no First National Bank of South Africa.

Possui uma licenciatura em Finanças e Economia pela Universidade de Port Elizabeth (África do Sul).

O Sr. Ritchie não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Karl von Rohr

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2018

Karl von Rohr tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2015. Ele é o nosso diretor administrativo e é responsável por Assuntos jurídicos, Governo da sociedade global e Recursos humanos.

O Sr. von Rohr ingressou no Deutsche Bank em 1998. De 2013 a 2015 foi diretor global de operações, Gestão regional. Anteriormente, foi diretor dos Recursos humanos para o Deutsche Bank na Alemanha e foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank PGK AG. Durante o tempo que passou no Deutsche Bank, ocupou vários cargos de direção noutras divisões na Alemanha e na Bélgica.

Estudou Direito nas universidades de Bona (Alemanha), Kiel (Alemanha), Lausanne (Suíça) e na Universidade Cornell (EUA).

O Sr. von Rohr não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Dr. Marcus Schenck

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2018

O Dr. Marcus Schenck tornou-se membro do Conselho de Administração em 21 de maio de 2015. Ele é o nosso diretor financeiro e é responsável, entre outras coisas, pelas funções de Finanças, Fiscalidade ao nível do Grupo e Tesouraria do Grupo, bem como de Fusões e aquisições corporativas (M&A).

Em janeiro de 2015, o Dr. Schenck ingressou no Deutsche Bank após desempenhar funções na Goldman Sachs International, onde foi parceiro e diretor de Serviços de Investment Banking para a Europa, o Médio Oriente e África. Adicionalmente, foi membro do Comité Operacional da divisão Investment Banking da Goldman Sachs. De 2006 a 2013, o Dr. Schenk foi diretor financeiro e membro do Conselho de Administração do fornecedor de energia alemão E.ON SE. De 1997 a 2006, deteve uma série de cargos seniores na Goldman Sachs em Frankfurt. Antes disso, foi consultor na McKinsey & Company.

É graduado em "Diplom-Volkswirt" (economia) pela Universidade de Bona e possui um doutoramento em Economia pela Universidade de Colónia.

O Dr. Schenck não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2017

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015. Desde janeiro de 2016, ele é o nosso diretor de Private, Wealth & Commercial Clients, bem como diretor-geral para a Alemanha. De janeiro até junho de 2015, foi responsável no Conselho de Administração pelos Assuntos jurídicos, pelo Grupo de gestão de incidentes e pela Auditoria do Grupo e, posteriormente, assumiu a responsabilidade por Private & Business Clients.

Antes de assumir o cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e, antes disso, deteve vários cargos no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito do Deutsche Bank (de 2010 a 2012).

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Jeffrey Herbert Urwin

Ano de nascimento: 1956

Data da primeira nomeação: 2016

Data de termo do mandato: 2018

Jeffrey Herbert Urwin tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2016. Ele é o nosso diretor de Corporate & Investment Banking. O Sr. Urwin ingressou no Deutsche Bank em 2015 como codiretor do Corporate Banking & Securities e diretor do Corporate Finance.

Entrou para a nossa empresa após desempenhar funções na JP Morgan, mais recentemente como codiretor de Serviços de tesouraria, Corporate Banking e Investment Banking. Durante a sua carreira na JP Morgan, foi presidente e diretor-geral da JP Morgan Asia, diretor de Global Investment Banking, codiretor de Investment Banking da América do Norte e diretor da Investment Banking Coverage das Américas. Ingressou na JP Morgan no seguimento da aquisição desta de Bear Stearns Inc.

Possui um LLB pela Universidade de Birmingham (Reino Unido) e é advogado.

O Sr. Urwin não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Comissão Executiva do Grupo

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002. Em conformidade com o objetivo da Estratégia 2020 para reduzir a complexidade organizacional, foi dissolvida em outubro de 2015. A Comissão Executiva do Grupo é composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes seniores das regiões, das divisões corporativas e de determinadas funções relativas à infraestrutura, nomeados pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva do Grupo era um órgão social não exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações. Funcionava como ferramenta de coordenação das áreas de negócio e das regiões, debatia a estratégia do Grupo e preparava recomendações para decisões do Conselho de Administração. Não teve poderes de decisão.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. O Conselho de Administração informa com regularidade o Conselho de Fiscalização acerca das políticas comerciais previstas e de outros temas fundamentais relacionados com o ativo, passivo, situação financeira e de lucros do banco, assim como qualquer situação de risco, gestão do risco e controlo do risco. No mínimo uma vez por ano, o Conselho de Fiscalização recebe um relatório em matéria de planeamento corporativo. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comité do Presidente, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente. A coordenação dos trabalhos no Conselho de Fiscalização cabe ao seu Presidente. Este mantém contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com os Copresidentes do Conselho de Administração, e consulta-os em matéria de estratégia, desenvolvimento de negócios e gestão do risco. O Presidente do Conselho de Fiscalização é informado imediatamente pelos Copresidentes do Conselho de Administração de importantes eventos com impacto significativo na situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que pos-

sam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos nossos estatutos. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Para dar cumprimento às suas funções, o Conselho de Fiscalização pode, ao seu critério, recorrer aos serviços de auditores, de conselheiros jurídicos e de outros consultores internos e externos.

Em 2015, tiveram lugar 73 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. O número de sessões onde os comités se reuniram conjuntamente foi ampliado em relação ao ano anterior.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013, exceto Katherine Garrett-Cox, que foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 26 de maio de 2011, e o Dr. Paul Achleitner, Peter Löscher e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012. Louise M. Parent foi nomeada para o Conselho de Fiscalização pelo tribunal com efeitos a partir de 1 de julho de 2014 e foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 21 de maio de 2015. A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 16 de abril de 2013.

John Cryan retirou-se do Conselho de Fiscalização no dia 30 de junho de 2015 e foi nomeado membro e copresidente do Conselho de Administração pelo Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de julho de 2015. Foi sucedido no Conselho de Fiscalização por Richard Meddings, que foi nomeado para o Conselho de Fiscalização pelo tribunal com efeitos a partir de 13 de outubro de 2015. Stephan Szukalski foi membro do Conselho de Fiscalização até ao dia 30 de novembro de 2015. Após ter deixado o Conselho de Fiscalização, o membro eleito para o substituir no período restante do seu mandato foi Wolfgang Böhr, que foi eleito pela primeira vez para o Conselho de Fiscalização em 2008 e cujo primeiro mandato terminou em 2013. A tabela seguinte apresenta informação dos atuais membros do nosso Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Bayer AG; Daimler AG; Henkel AG & Co. KGaA (membro do Comitê dos Acionistas)
Wolfgang Böhr* Ano de nascimento: 1963 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2015 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Deutsche Bank, Düsseldorf Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank, Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank	Betriebskrankenkasse Deutsche Bank AG (membro do Conselho Consultivo)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	RWE AG (vice-presidente); Deutsche Postbank AG (vice-presidente); IBM Central Holding GmbH; Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) (membro do Conselho Consultivo)
Dina Dublon Ano de nascimento: 1953 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018		Accenture Plc; PepsiCo Inc.
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2016	Diretora-geral da Alliance Trust Plc (até fevereiro de 2016), Dundee	Alliance Trust Savings Ltd. (presidente executiva) (até janeiro de 2016); Alliance Trust Investments Ltd. (diretora-geral) (até março de 2016)
Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG, BHW Kreditservice GmbH, Postbank Finanzberatung AG e BHW Holding AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Deutsche Postbank AG; BHW Bausparkasse AG (vice-presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVa.G. (vice-presidente); PBC Banking Services GmbH (membro do Conselho Consultivo) (até ao final de 2015)
Alfred Herling* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada Wuppertal/Sauerland do Deutsche Bank; presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank; presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Sabine Irrgang* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Diretora de Gestão de Recursos Humanos (Württemberg), Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Professor Dr. Henning Kagermann Ano de nascimento: 1947 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft; Deutsche Post AG; BMW Bayerische Motoren Werke AG; Franz Haniel & Cie. GmbH (até abril de 2015)
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank VVa.G.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Peter Löscher Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Diretor-geral da Renova Management AG, Zurique	TBG AG; Sulzer AG (presidente do Conselho de Administração); Conscientia Investment Limited (até fevereiro de 2015)
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Richard Meddings Ano de nascimento: 1958 Nomeação pelo tribunal: 2015		HM Treasury Board; Legal & General Group Plc
Louise M. Parent Ano de nascimento: 1950 Nomeação pelo tribunal: 2014 Data de termo do mandato: 2018	Consultora, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, Nova Iorque	Zoetis Inc.
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral conjunta da Postbank Filialvertrieb AG e Postbank Filial GmbH; Membro da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Postbank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia do Deutsche Bank	Deutsche Postbank AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft (vice-presidente)
Rudolf Stockem* Ano de nascimento: 1956 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2012 Data de termo do mandato: 2018	Secretário do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG (até dezembro de 2015); PBC Banking Services GmbH (membro do Conselho Consultivo) (até ao final de 2015)
Dr. Johannes Teysen Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Düsseldorf	Salzgitter AG (até setembro de 2015)
Georg F. Thoma Ano de nascimento: 1944 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Consultor, Shearman & Sterling LLP, Frankfurt	Sapinda Holding B.V. (até dezembro de 2015)
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler Ano de nascimento: 1948 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017		Sartorius AG; Wuppermann AG (presidente); Zwiesel Kristallglas AG (presidente); Wilh. Werhahn KG

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização e estado de implementação.

De acordo com a lei bancária alemã, os membros do Conselho de Fiscalização devem ser de confiança e têm de possuir os conhecimentos necessários para desempenhar a sua função de supervisão e para avaliar e supervisionar os negócios que a sociedade opera, tendo ainda de despende tempo suficiente no desempenho das suas tarefas. Tendo em conta estes requisitos em conformidade com o artigo 5.4.1 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização estabeleceu os seguintes objetivos para a sua composição em outubro de 2010, que foram alterados pela última vez em outubro de 2015 e confirmados em janeiro de 2016.

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG tem de ser composto de forma que os seus membros enquanto um todo possuam os conhecimentos, as competências e a experiência necessários ao bom desempenho das funções que lhes competem. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto um todo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais ao mesmo tempo que têm em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código). Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários no que respeita a um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Com efeitos a partir de 1 de julho de 2014, os membros do Conselho de Fiscalização não podem deter mais do que o número máximo de mandatos permitidos do Conselho de Fiscalização de acordo com a Secção 25d da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes. Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Anual que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização. Relativamente aos membros do Conselho de Fiscalização a serem eleitos ou nomeados no futuro, o Conselho de Fiscalização decidiu em outubro de 2015 que o período de tempo de cada participação no Conselho de Fiscalização não deverá, regra geral, exceder os 15 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais e vidas privadas dos quatro membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Em 2008, aquando do processo de seleção para as eleições do Conselho de Fiscalização, já foi prestada uma atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres, assim como para as eleições do ano de 2013. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Em conformidade com os objetivos especificados, a Sr.^a Garrett-Cox foi eleita na Assembleia Geral de 2011 e a Sr.^a Dublon na Assembleia Geral de 2013, em cada caso com base nas propostas do Conselho de Fiscalização. A Sr.^a Parent foi nomeada pelo tribunal a 1 de julho de 2014 e foi eleita para o Conselho de Fiscalização pela Assembleia-Geral de 21 de maio de 2015. Desde as eleições de 2003 para o Conselho de Fiscalização, este é constituído por 25% a 40% de mulheres. O Conselho de Fiscalização conta atualmente com sete mulheres entre os seus membros, o que corresponde a 35%, e três delas são representantes dos acionistas. O Conselho de Fiscalização empenha-se por manter este número. Deve ter-se em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a respetiva composição através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral. O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição.

Em conformidade com a Secção 5.4.2 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou sete comissões especializadas permanentes. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório anual de 2015 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: O Comité do Presidente é responsável por todos os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente prepara as decisões para o Conselho de Fiscalização sobre a nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. É ainda responsável por celebrar, alterar e rescindir os contratos de prestação de serviços e outros acordos tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Além disso, aprova as atividades acessórias, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, nos termos da Secção 112 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG); aprova ainda determinados contratos com membros do Conselho de Fiscalização nos termos da Secção 114 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Prepara igualmente as decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade. O Comité do Presidente reuniu-se doze vezes em 2015, sendo que duas das reuniões foram conjuntas com o Comité de Nomeações.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann.

Comité de Nomeações: Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, eles orientam as suas recomendações com base nos critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição. Em conformidade com a Secção 25 d (11) da lei bancária alemã (KWG), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, o Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização a identificar candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco, a elaborar objetivos para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir esse objetivo. Apoia ainda o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e faz recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização. Continua a apoiar o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente. O Comité de Nomeações analisa os princípios de administração para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. O Comité de Nomeações reuniu-se sete vezes em 2015, sendo que duas das reuniões foram conjuntas com o Comité do Presidente.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling, Professor Dr. Henning Kagermann e Dr. Johannes Teysen.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização particularmente nas seguintes matérias: no acompanhamento dos processos de contabilidade financeira; na eficácia do sistema de gestão do risco (especialmente do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna); na auditoria das demonstrações financeiras (especialmente no que diz respeito à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor); e na correção imediata – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor no Conselho de Administração. O Comité de Auditoria pré-analisa a documentação relacionada com as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e discute os relatórios de auditoria com o auditor. Prepara ainda as decisões do Conselho de Fiscalização no estabelecimento das demonstrações financeiras anuais, a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas e discute alterações importantes aos métodos de auditoria e de contabilidade. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstra-

ções financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comitê de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia-Geral de eleição do auditor. O Comitê de Auditoria aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito pela Assembleia-Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. O Comitê de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade sobre a adequação e eficácia dos princípios, métodos e procedimentos de acordo com a Secção 33 (1) ponto 2, n.º 5 da Lei alemã relativa às transações de títulos (WpHG) (Relatório de Conformidade). O Relatório de Conformidade é emitido, pelo menos, uma vez por ano. O diretor da auditoria do grupo reporta regularmente ao Comitê de Auditoria quanto ao seu trabalho em curso. O Comitê de Auditoria é informado sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excepcionais por parte de autoridades reguladoras da banca. Tem a responsabilidade funcional de receção e tratamento de reclamações relativas à contabilidade, ao processo de auditoria interna e a questões relacionadas com a auditoria. O Comitê de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na aprovação de mandatos que envolvam o auditor em serviços que não de auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo, a partir da página 386 da Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comitê de Auditoria reuniu-se dezassete vezes em 2015, sendo que três das reuniões foram conjuntas com o Comitê de Risco e quatro das reuniões foram conjuntas com o Comitê de Integridade.

Os atuais membros do Comitê de Auditoria são Richard Meddings (presidente desde 13 de outubro de 2015), Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark, Gabriele Platscher, Bernd Rose e Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler.

Comitê de Risco: O Comitê de Risco aconselha o Conselho de Fiscalização em particular sobre a atual e futura apetências para o risco global e sobre a estratégia de risco global. Além disso, presta apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da implementação desta estratégia por parte da administração superior. O Comitê de Risco monitoriza todos os aspetos principais dos procedimentos de classificação e avaliação do banco. O Comitê de Risco monitoriza os termos e condições do negócio baseado no cliente para assegurar que estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Caso não seja este o caso, o Comitê de Risco exige propostas do Conselho de Administração sobre o modo como os termos e condições no negócio baseado no cliente podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco, e monitoriza a sua implementação. O Comitê de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comitê de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. A seu critério, concede autorização para a aquisição de participações acionistas noutras empresas, na medida em que o valor da participação acionista seja superior a 2%, mas não exceda os 3% do nosso capital bancário regulamentar, e, caso seja provável que a participação acionista não permaneça em nossa posse, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Nas reuniões do Comitê de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem uma aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco a partir da página 79). O Comitê de Risco reuniu-se onze vezes em 2015, sendo que duas das reuniões foram conjuntas com o Comitê de Controlo de Remunerações e três das reuniões foram conjuntas com o Comitê de Auditoria.

Os atuais membros do Comitê de Risco são Dr. Paul Achleitner (presidente até 28 de janeiro de 2015), Dina Dublon (presidente desde 28 de janeiro de 2015), Richard Meddings (desde 13 de outubro de 2015), Louise M. Parent e Rudolf Stockem.

Comitê de Integridade: O Comitê de Integridade aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração nomeadamente se a gestão está empenhada no desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, respeitando os princípios da gestão segura e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais da empresa e protegendo os recursos naturais do ambiente [questões sociais, ambientais e de governação (SAG)]; e se a gestão empresarial está em linha com o disposto acima com o objetivo de uma cultura empresarial holística. O Comitê de Integridade lida essencialmente com as seguintes matérias: Monitoriza as medidas do Conselho de Administração para assegurar a conformidade da sociedade com os requisitos legais, regulamentos das autoridades e as políticas internas da própria sociedade. Analisa regularmente o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do banco a fim de promover uma conduta exemplar por parte dos colaboradores da empresa, tanto dentro como fora da empresa

e que tal conduta não esteja apenas alinhada à conformidade formal com requisitos estatutários. Observa e analisa os riscos em termos legais e de reputação que são materiais para o banco e incentiva a sua evasão. Para o efeito, aconselha o Conselho de Administração sobre o modo de promover sensibilidade para a importância de tais riscos. O Comité de Integridade prepara também as decisões do Conselho de Fiscalização na interposição de recursos ou tomando outras medidas contra os membros do Conselho de Administração antigos ou atuais. O Comité de Integridade reuniu-se quinze vezes em 2015, sendo que quatro das reuniões foram conjuntas com o Comité de Auditoria.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Georg Thoma (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang, Timo Heider, Martina Klee e Peter Löscher.

Comité de Controlo de Remuneração: O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração. Monitoriza a estrutura adequada dos sistemas de remuneração para o Conselho de Administração e funcionários e, em particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários da empresa e avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. O Comité de Controlo de Remunerações prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a definição do montante total de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 45.º (2), frase 1, n.º 5a da Lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração o artigo 7.º do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVV), e sobre a definição dos parâmetros de remuneração adequados, das metas para as contribuições por desempenho, dos períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Seção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstitutsVV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da remuneração variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se doze vezes em 2015, sendo que duas das reuniões foram conjuntas com o Comité de Risco.

Os atuais membros do Comité de Controlo de Remunerações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann.

Comité de Mediação: Para além destas seis comissões especializadas permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário e não realizou quaisquer reuniões em 2015.

Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (presidente), Wolfgang Böhr (desde 1 de dezembro de 2015), Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann.

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, o Comité de Nomeações, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Integridade e o Comité de Controlo de Remuneração constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os termos de referência para o Conselho de Fiscalização (consulte: www.db.com/ir/en/documents.htm).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 35 “Benefícios dos colaboradores” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Wolfgang Böhr	0	0
Frank Bsirske	0	0
Dina Dublon	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Alfred Herling	1 561	10
Sabine Irrgang	735	10
Professor Dr. Henning Kagermann	0	0
Martina Klee	1 367	10
Peter Löscher	0	0
Henriette Mark	1 006	10
Richard Meddings	0	0
Louise Parent	0	0
Gabriele Platscher	1 060	10
Bernd Rose	0	0
Rudolf Stockem	0	0
Dr. Johannes Teysen	0	0
Georg Thoma	2 250	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2 950	0
Total	10 929	50

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 10 929 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 19 de fevereiro de 2016.

Conforme listado na coluna “Número de prêmios em ações” na tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prêmios correspondentes concedidos no âmbito do Plano de Compra de Ações Global, que está programado para lhes ser entregue em 1 de novembro de 2016.

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização", 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para um dado exercício anterior é, ao invés de ser pago em dinheiro, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank em fevereiro do ano seguinte. O valor em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do ano seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do pagamento. A tabela na seção especificada acima mostra o número de ações teóricas que foram creditadas em fevereiro de 2016 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2015.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 38 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e controle

Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Richard Meddings e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que são membros do seu Comitê de Auditoria, são "especialistas financeiros do Comitê de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Securities and Exchange Commission dos EUA, emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Estes especialistas financeiros do Comitê de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos EUA e na Seção 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Em conformidade com as disposições das Seções 107 (4) e 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Seção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG), possuem o conhecimento e competências necessários em contabilidade financeira e auditoria.

Especialista de Remuneração do Comitê de Controle de Remuneração

Desde 1 de janeiro de 2014, nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comitê de Controle de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controle de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner e o Professor Dr. Henning Kagermann, membros do Comitê de Controle de Remuneração, preenchem os requisitos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controle do risco.

Para obter uma descrição da experiência dos membros do Conselho de Fiscalização referidos acima, consulte o "Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização" nas páginas 423 a 428.

Valores e princípios de liderança

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank descreve os valores e as normas de conduta ética empresarial que todos os nossos funcionários devem respeitar. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código contém um compromisso voluntário do Conselho de Administração. Reflete os nossos valores e convicções. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotamos um código de ética com obrigações especiais que se aplicam aos nossos "Responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, os copresidentes do Conselho de Administração do Deutsche Bank, o diretor financeiro, o controlador do Grupo e outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este código de ética em 2015. Informações relacionadas com quaisquer alterações ou renúncias futuras serão publicadas no sítio Web do código de ética do Deutsche Bank, referido a seguir.

As versões atuais dos códigos de ética estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Iniciativa da Casa de governação

A iniciativa da Casa de governação do Deutsche Bank AG foi concluída com êxito no final de junho de 2015. O objetivo desta iniciativa foi melhorar as estruturas de governo da sociedade do Deutsche Bank AG. Para esta iniciativa, foi criado e bem definido um modelo-alvo para atribuição de responsabilidades e foram estabelecidas responsabilidades transparentes com linhas de delegação e encaminhamento consistentes, bem como funções do comité e fluxos de informação. Como parte desta iniciativa, a aplicação "Governance Owner App" (GO App) foi desenvolvida para permitir o acesso à documentação e o controlo dos processos de governo.

Fundamentos do governo da sociedade

A política "Fundamentos do governo da sociedade – Grupo Deutsche Bank" foi introduzida em setembro de 2015. A política define os princípios fundamentais do governo da sociedade que regulam a interação entre os órgãos sociais internos do Deutsche Bank e os decisores. Os Fundamentos do governo da sociedade fornecem a estrutura interna através da qual são implementados os objetivos do Deutsche Bank. Além disso, institucionalizam as funções, as competências e a propriedade dentro do enquadramento legal que rege o Deutsche Bank e apoiam mandatos e responsabilidades transparentes. O Conselho de Administração e a direção apoiam os Fundamentos e assumiram o compromisso de trabalhar no sentido da sua total implementação.

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia-Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2014 e 2015.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2015	2014
Honorários por serviços de auditoria	53	54
Honorários relacionados com auditoria	17	14
Honorários por serviços de consultoria fiscal	5	8
Todas as outras comissões	1	2
Total de honorários¹	76	78

Os honorários de auditoria não incluem os honorários de auditoria ao Postbank e às respetivas subsidiárias, visto que estas entidades não são auditadas pela KPMG. Os honorários relacionados com auditoria incluem honorários para consultoria em matéria contabilística, serviços de *due diligence* relativos a aquisições e alienações (reais ou potenciais), serviços de certificação legal de contas e outros serviços processuais acordados. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais. Os Outros Honorários dizem respeito a serviços de consultoria relativos a projetos.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2014 e 2015, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2015)

A declaração de conformidade nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2014, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 28 de outubro de 2015. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações:

1. A última declaração de conformidade foi publicada em 29 de outubro de 2014. Desde esse momento que o Deutsche Bank AG tem cumprido com as recomendações da "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão com data de 24 de junho de 2014, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 30 de setembro de 2014, com as exceções que se seguem:

Relacionadas com o n.º 5.3.3, de acordo com o qual o Conselho de Fiscalização tem de formar um Comité de Nomeações composto apenas por representantes dos acionistas. Devido aos requisitos da Secção 25 (d) da lei bancária alemã (KWG), o Deutsche Bank AG não cumpre na totalidade as recomendações no n.º 5.3.3. A Secção 25 (d) da lei bancária alemã (KWG) estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG deve assumir novas tarefas que não tenham de ser realizadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por esta razão, o Comité de Nomeações irá também incluir representantes dos funcionários. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão feitas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.

Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), de acordo com a qual o montante da remuneração para os membros do Conselho de Administração tem de ser limitado, tanto no geral como no que diz respeito aos componentes de remuneração variável. Os contratos de trabalho existentes (em conjunto com as condições do plano de capitais) dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG fornecem um limite (limite máximo) na atribuição da remuneração total e dos respetivos componentes de remuneração variável. Neste contexto, contudo, alguns sustentam que tais limites teriam de ser aplicados não apenas à concessão e atribuição dos componentes de remuneração, mas também ao respetivo pagamento posterior. Apesar de o Deutsche Bank AG não considerar convincente esta visão, sustentamos apenas como uma medida cautelar que um limite (limite máximo) não foi definido para o montante de pagamento da remuneração diferida com base em ações e que, por isso, o Deutsche Bank AG não cumpriu a recomendação na frase 6 do n.º 4.2.3 (2), segundo esta interpretação.

2. Em 5 de maio de 2015, a "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código, que foi publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 12 de junho de 2015. O Deutsche Bank AG também cumpriu a nova versão sujeita às exceções, conforme se afirma no ponto 1 acima e com a posterior exceção do n.º 5.4.1 (2) revisto, de acordo com o qual, para a composição Conselho de Fiscalização, deve ser tido em consideração um limite regular no período de tempo de participação a ser especificado para os membros do Conselho de Fiscalização. No seguimento do debate exaustivo requerido sobre este assunto da reunião de 28 de outubro de 2015, o Conselho de Fiscalização especificou um limite regular para o período de tempo de participação no Conselho de Fiscalização e, neste sentido, efetuou um ajuste e uma atualização dos objetivos para a sua composição; como resultado, a versão revista do n.º 5.4.1 (2) tem sido cumprida desde esse momento.

3. A partir de hoje, o Deutsche Bank AG cumpre as recomendações da "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão do Código com data de 5 de maio de 2015, publicada no Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) em 12 de junho de 2015, com as exceções que se seguem:

Relativamente ao n.º 5.3.3, com base nas razões referidas no ponto 1., primeiro parágrafo, supra.

Relativamente à frase 6 no n.º 4.2.3 (2), com base nas razões referidas no ponto 1, segundo parágrafo, supra.

Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 5 de maio de 2015, com as exceções que se seguem:

Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.2). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.

A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.3) abrange a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e a apresentação do relatório do Conselho de Administração. Os acionistas ficam, deste modo, livres para manterem as suas discussões com a administração sem os constrangimentos de uma transmissão pública para uma vasta audiência.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

À data desta Declaração de Governo da Sociedade, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 35%. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) está assim cumprido.

A 12 de setembro de 2015, o Conselho de Fiscalização estabeleceu como objetivo que o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG tem de ter, pelo menos, um membro feminino a 30 de junho de 2017. O número de mulheres, quando a decisão foi tomada, era zero. No entanto, um membro feminino foi entretanto nomeado para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a Sr.^a Matherat.

Além disso, a 16 de setembro de 2015, o Conselho de Administração estabeleceu objetivos para a percentagem de mulheres de 17% para o primeiro nível de gestão e de 21% para o segundo nível de gestão. Estes devem ser alcançados até 30 de junho de 2017 (quando a decisão foi tomada, a percentagem de mulheres no primeiro nível era de 14% e de 18% no segundo nível de gestão).

Os colaboradores do primeiro nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e os gestores com responsabilidades semelhantes; os do segundo nível de gestão incluem os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de gestão.

Informações Adicionais

438	Medidas financeiras não-GAAP
443	Declaração de aval
444	O ano num relance
445	Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Medidas do CRR/CRD IV fully loaded

Como parte das suas medições, o Grupo utiliza métricas CRR/CRD IV fully loaded, incluindo, no que diz respeito a ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do mesmo. Essas métricas fully loaded estão descritas no "Relatório de gestão: Relatório de risco: Desempenho de capital e risco: Rácio de capital e de alavancagem", o qual também apresenta uma conciliação com os respetivos valores CRR/CRD IV transitórios ou valores IFRS.

Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo relata vários rácios de rentabilidade do capital próprio. Estes rácios incluem a rentabilidade antes de e após impostos do capital próprio médio dos acionistas, a rentabilidade antes de e após impostos das participações de capital ativas médias e a rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo cada um destes uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades antes de impostos do capital próprio médio dos acionistas e a rentabilidade antes de impostos das participações de capital ativas médias são atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas ou do capital próprio ativo médio, respetivamente. Os resultados antes de impostos sobre o rendimento atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como resultado antes do imposto sobre o rendimento, excluindo o resultado antes de impostos atribuível a participações minoritárias.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas, do capital próprio médio dos acionistas tangível e do capital próprio ativo médio são calculadas como resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas, do capital próprio médio dos acionistas tangível e do capital próprio ativo médio, respetivamente. Os resultados líquidos atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank são uma medida financeira não-GAAP e são definidos como resultados líquidos, excluindo o resultado (perda) após impostos atribuível a participações minoritárias.

A nível do Grupo, a rentabilidade após impostos reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de (11)% no exercício de 2015, 46% para 2014 e 53% para 2013. Para calcular a rentabilidade após impostos para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 35% para os respetivos períodos.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio dos acionistas tangível para os segmentos é calculado deduzindo goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio ativo como atribuído aos segmentos. O capital próprio ativo representa o capital próprio dos acionistas ajustado para dividendos, para os quais uma proposta é acumulada trimestralmente e que são pagos, cada ano, após a aprovação na Assembleia-Geral Anual. C&A contém a acumulação de dividendos. O capital próprio dos acionistas, o capital próprio dos acionistas tangível e o capital próprio ativo são apresentados sob a forma de média. O Grupo acredita que a apresentação das medidas de capital próprio médio dos acionistas tangível e o capital próprio ativo médio facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a estas medidas em vários rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível e o capital próprio ativo médio não são medidas previstas nas IFRS, e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nestas medidas com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

Para a afetação de capital próprio ativo médio nos segmentos, consulte a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para as demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2015						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjustments	Total consolidado
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	(2 035)	(3 291)	1 439	1 250	(2 732)	(729)	(6 097)
Menos resultado antes do imposto sobre o rendimento atribuível a participações minoritárias	0	0	0	0	0	27	27
IBIT atribuível a acionistas do Deutsche Bank:	(2 035)	(3 291)	1 439	1 250	(2 732)	(756)	(6 124)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	(2 035)	(3 291)	1 439	1 250	(2 732)	(729)	(6 097)
Despesa de imposto sobre o rendimento	(720)	(1 165)	509	443	(967)	2 575	675
Resultados líquidos	(1 315)	(2 126)	929	808	(1 765)	(3 304)	(6 772)
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	(21)	(21)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	(1 315)	(2 126)	929	808	(1 765)	(3 326)	(6 794)
Capital próprio médio dos acionistas							69 055
Adicionar (dedução): Média de acumulação de dividendos							(696)
Capital próprio ativo médio	30 948	15 099	7 607	8 023	6 674	7	68 359
Adicionar (dedução)							
Média de acumulação de dividendos	0	0	0	0	0	696	696
Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(3 897)	(3 407)	(1 053)	(5 362)	(573)	383	(13 909)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	27 051	11 693	6 554	2 662	6 100	1 087	55 146
Rentabilidade das participações de capital próprio médio dos acionistas tangível (após impostos) (em %) ¹	(4,9)	(18,2)	14,2	30,3	N/S	N/S	(12,3)
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) (em %)	(6,6)	(21,8)	18,9	15,6	N/S	N/S	(9,0)
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (em %) ¹	(4,2)	(14,1)	12,2	10,1	N/S	N/S	(9,9)

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas, do capital próprio ativo médio e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

	2014						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjustments	Total consolidado
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	2 909	1 189	1 152	1 016	(2 899)	(251)	3 116
Menos resultado antes do imposto sobre o rendimento atribuível a participações minoritárias	0	0	0	0	0	28	28
IBIT atribuível a acionistas do Deutsche Bank:	2 909	1 189	1 152	1 016	(2 899)	(279)	3 088
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	2 909	1 189	1 152	1 016	(2 899)	(251)	3 116
Despesa de imposto sobre o rendimento	1 018	416	403	356	(1 015)	247	1 425
Resultados líquidos	1 891	773	749	661	(1 884)	(498)	1 691
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	(28)	(28)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	1 891	773	749	661	(1 884)	(526)	1 663
Capital próprio médio dos acionistas							61 410
Adicionar (dedução): Média de acumulação de dividendos							(785)
Capital próprio ativo médio	25 445	14 853	6 033	6 532	7 762	0	60 624
Adicionar (dedução)							
Média de acumulação de dividendos	0	0	0	0	0	785	785
Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(3 759)	(4 107)	(883)	(4 678)	(809)	(63)	(14 299)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	21 686	10 746	5 151	1 854	6 953	722	47 111
Rentabilidade das participações de capital próprio médio dos acionistas tangível (após impostos) (em %) ¹	8,7	7,2	14,5	35,6	N/S	N/S	3,5
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) (em %)	11,4	8,0	19,1	15,6	N/S	N/S	5,1
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (em %) ¹	7,4	5,2	12,4	10,1	N/S	N/S	2,7

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas, do capital próprio ativo médio e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

	2013						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Private & Business Clients	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Non-Core Operations Unit	Consoli- dation & Adjustments	Total consolidado
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	2 891	1 363	1 053	762	(3 478)	(1 136)	1 456
Menos resultado antes do imposto sobre o rendimento atribuível a participações minoritárias	0	0	0	0	0	15	15
IBIT atribuível a acionistas do Deutsche Bank:	2 891	1 363	1 053	762	(3 478)	(1 151)	1 442
Resultado antes do imposto sobre o rendimento (IBIT)	2 891	1 363	1 053	762	(3 478)	(1 136)	1 456
Despesa de imposto sobre o rendimento	917	432	334	242	(1 103)	(46)	775
Resultados líquidos	1 975	931	719	520	(2 376)	(1 089)	681
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	0	(15)	(15)
Resultado líquido atribuível a acionistas do DB e componentes de capital adicionais	1 975	931	719	520	(2 376)	(1 104)	666
Capital próprio médio dos acionistas							56 080
Adicionar (dedução): Média de acumulação de dividendos							(646)
Capital próprio ativo médio	20 161	13 976	5 136	5 864	10 296	0	55 434
Adicionar (dedução)							
Média de acumulação de dividendos	0	0	0	0	0	646	646
Goodwill e outros ativos intangíveis médios	(4 423)	(3 704)	(788)	(4 657)	(1 775)	1 199	(14 149)
Capital próprio médio dos acionistas tangível	15 738	10 273	4 348	1 207	8 521	1 845	41 931
Rentabilidade das participações de capital próprio médio dos acionistas tangível (após impostos) (em %) ¹	12,5	9,1	16,5	43,1	N/S	N/S	1,6
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos) (em %)	14,3	9,8	20,5	13,0	N/S	N/S	2,6
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) (em %) ¹	9,8	6,7	14,0	8,9	N/S	N/S	1,2

¹ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas, do capital próprio ativo médio e do capital próprio médio dos acionistas tangível reflete, a nível do Grupo, a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo.

Custos ajustados

Custos ajustados é um dos principais indicadores de desempenho descritos na Estratégia 2020. Custos ajustados é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável com os gastos operacionais (excluindo juros) da medida financeira das IFRS. Os custos ajustados são calculados ajustando os gastos operacionais (excl. juros) ao abrigo das IFRS para (i) imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis, (ii) litígio, (iii) benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros e (iv) reestruturação e indemnizações. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos nossos negócios operacionais.

em euros	31.12.2015	31.12.2014
Gastos operacionais (excl. juros)	(38 667)	(27 699)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	(5 776)	(111)
Litígio ¹	(5 218)	(1 971)
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	(256)	(289)
Reestruturação e indemnização	(965)	(375)
Custo ajustado	(26 452)	(24 953)

¹ 2014 inclui encargos com taxas de processamento de empréstimos, no valor de 400 milhões de euros.

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	62 678	68 351	54 719	(5 673)	(8)	13 633	25
Goodwill e outros ativos intangíveis	(10 078)	(14 951)	(13 932)	4 873	(33)	(1 019)	7
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	52 600	53 400	40 786	(800)	(1)	12 614	31

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2015	2014	2013	Aumento (redução) em 2015 relativamente a 2014		Aumento (redução) em 2014 relativamente a 2013	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	1 379,3	1 379,3	1 068,5	0	0	310,7	29,1
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(0,4)	(0,3)	(0,2)	(0,1)	44,1	(0,1)	44,4
Prémios em ações com direitos adquiridos	8,9	6,8	8,8	2,1	31,6	(2,0)	(22,9)
Ações básicas em circulação	1 387,8	1 385,8	1 077,1¹	2,0	0,1	308,7	28,7
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	45,16	49,32	50,80	(4,16)	(8,4)	(1,48)	(2,9)
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	37,90	38,53	37,87	(0,63)	(1,6)	0,66	1,7

¹ As ações básicas em circulação foram ajustadas de modo a refletir o efeito do componente de bónus da emissão de direitos de subscrição em junho de 2014 relativa ao aumento de capital.

Ajustamentos de avaliação

No "Relatório de gestão: Análise operacional e financeira", o Grupo refere-se ao impacto nos resultados dos ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) e dos ajustamentos da avaliação de financiamento (FVA), bem como das coberturas de capital regulamentares relacionadas com os ajustamentos da avaliação do crédito (CVA).

O DVA incorpora o impacto do próprio risco de crédito do Grupo na avaliação justa dos passivos financeiros, incluindo contratos derivados.

O FVA é aplicado a posições derivadas que não são totalmente garantidas. Reflete os custos de financiamento de mercado, tanto no ativo como no passivo, e possui o efeito de incorporar o presente valor dos custos de financiamento no valor justo das posições derivadas que não são totalmente garantidas.

Conforme descrito na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor", o CVA é aplicado às posições derivadas e determinado mediante a avaliação da potencial exposição de crédito a uma dada contraparte. O cálculo do CVA leva em conta qualquer limitação detida, o efeito dos acordos de compensação, perdas esperadas devido ao incumprimento e ao risco de crédito, com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo swaps de risco de incumprimento.

Os CVAs resultam em encargos para os ativos ponderados pelo risco (RWA) do Grupo ao abrigo das regras de capital CRR/CRD IV. O Grupo tentou mitigar estes encargos RWA através da cobertura com swaps de risco de incumprimento. Estas coberturas de capital regulamentares são adicionais às celebradas para cobrir as exposições do CVA segundo as regras contabilísticas de cobertura ao abrigo das IFRS e, em conformidade, resultam em movimentos entre mercados com lucros e perdas que são comunicados como uma rubrica de rendimento.

O Grupo acredita que a apresentação destas medidas excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos fundamentos subjacentes dos seus negócios afetados por essas rubricas.

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes empresas estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres	Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra
Deutsche Asset & Wealth Management International GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque
Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians
DEUTSCHE BANK A. S., Istambul	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Postbank AG, Bona (até 30 de junho de 2016) ¹
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC, Riade
Deutsche Bank Nederland N.V., Amsterdão	DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	DWS Investment S.A., Luxemburgo
Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank S.A., Buenos Aires	Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU", Kiev
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	

¹ Revogámos e cessámos a Declaração de aval para a Deutsche Postbank AG, esta última referida no Relatório Anual de 2014, em vigor a 30 de junho de 2016.

O ano num relance



Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores
+49 69 91 03 80 80
db.ir@db.com

Teremos todo o gosto em enviar-lhe as seguintes publicações relacionadas com o nosso relatório financeiro

- Relatório Anual de 2015
(Alemão/Inglês)
- Demonstrações financeiras anuais e Relatório de Gestão de Deutsche Bank AG 2015
(Alemão/Inglês)

Como encomendar
E-Mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.db.com/15

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Straße 1
D-33428 Harsewinkel
Alemanha

Online
Todas as publicações relativas aos nossos relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/15

Publicação
Publicado em 11 de março de 2016.

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração da Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de actualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros. Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 11 de março de 2016, sob o título "Fatores de risco." Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.

2016

Calendário Financeiro

28 de abril de 2016

Relatório intercalar de 31 de março de 2016

19 de maio de 2016

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

27 de julho de 2016

Relatório intercalar de 30 de junho de 2016

27 de outubro de 2016

Relatório intercalar de 30 de setembro de 2016

2017

Calendário Financeiro

2 de fevereiro de 2017

Resultados preliminares referentes ao exercício de 2016

17 de março de 2017

Relatório Anual de 2016 e Formulário 20-F

27 de abril de 2017

Relatório intercalar de 31 de março de 2017

18 de maio de 2017

Assembleia-Geral Anual em Festhalle Frankfurt am Main (Exhibition Center)

27 de julho de 2017

Relatório intercalar de 30 de junho de 2017

26 de outubro de 2017

Relatório intercalar de 30 de setembro de 2017

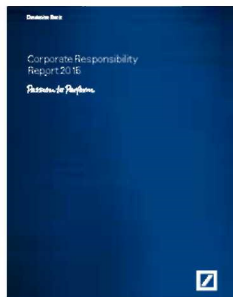
Interim Report 2016

Relatório Anual de 2015



- ▶ Versão impressa
- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online: db.com/15

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2015



- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online: cr-report.db.com/15

Relatório de Recursos Humanos de 2015



- ▶ Transferência de PDF
- ▶ Versão online: hr-report.db.com/15